Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de pós-graduação em História Social

O Brasil e a América espanhola

(1808-1822)

João Paulo G. Pimenta

Tese apresentada ao programa de pós-graduação
do Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção
do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. István Jancsó.

São Paulo
2003

RESUMO

Este trabalho analisa o impacto dos processos independentistas hispano-americanos no Brasil entre os anos de 1808 e 1822. A tese central aqui sustentada é a de que, durante o período em questão, o conhecimento do que se passava nos territórios hispânicos, bem como a crescente necessidade de uma interação prática com eles, impôs à América portuguesa uma série de determinações cruciais na configuração de seu próprio projeto de independência. Em vez de uma abordagem que conceba o Brasil como uma solução política "diferenciada" das demais ao seu redor, propõe-se compreender essa solução em razão direta delas, como parte integrante de uma mesma conjuntura revolucionária.

ABSTRACT

This work analyses the impact of the processes of Hispanic-Americans independence on Brazil between the years of 1808 and 1822. The central thesis here sustains that during this period, the knowledge of what was going on in the hispanic territories as well as the growing necessity of a practical interaction imposed on Portuguese America a series of crucial determinations in the configuration of their own independence project. Instead of showing Brazil as a different political solution, the purpose here is to understand this solution resulting directly from the others around, as an integrated part of the same revolutionary circumstances.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil, século XIX; América espanhola, século XIX; independências; Rio da Prata; Império do Brasil.

KEY WORDS

Brazil, Nineteenth Century; Spanish America, Nineteenth Century; Independences, Río de la Plata, Empire of Brazil.

SUMÁRIO

Resumo/Abstract 02

Agradecimentos 05

Introdução 07

Capítulo 1 – A América ibérica e a crise das monarquias (1808-1809) 27

As duas Américas perante o mesmo inimigo 27

Trocas, fluxos e rotas 34

Condições de emergência da política externa joanina 43

O colapso da Espanha metropolitana 49

Carlota Joaquina 53

Os acontecimentos de 1809 e seu conhecimento no Brasil 64

A experiência hispano-americana (I) 72

Capítulo 2 – O Brasil e o início das revoluções hispano-americanas (1810-1813) 73

Os acontecimentos de 1810 e seu conhecimento no Brasil 73

Os tratados anglo-portugueses de 1810 87

O *Plan de las operaciones* e suas ameaças ao Brasil 91

Razões para o medo (I) 96

O silêncio da *Gazeta do Rio de Janeiro* 103

Ofensiva legitimista: o Brasil, o Paraguai e a Província Oriental 106

Ainda Carlota Joaquina 119

Os acontecimentos de 1811 a 1813 e seu conhecimento no Brasil 123

A experiência hispano-americana (II) 147

Capítulo 3 – O Brasil e a restauração hispano-americana (1814-1819) 148

Os acontecimentos de 1814 a 1816 e seu conhecimento no Brasil 150

A Corte portuguesa entre a Espanha e a América 164

Razões para o medo (II) 176

O Brasil Reino 186

A segunda invasão portuguesa da Província Oriental 190

Pernambuco, 1817 215

Os acontecimentos de 1817 e 1819 e seu conhecimento no Brasil 237
O Norte do Brasil e a revolução na Venezuela 260
Rumo à consolidação da ordem portuguesa na Província Oriental 269
Razões para o medo (III) 280
A experiência hispano-americana (III) 286

Capítulo 4 – A independência da América e a independência do Brasil 289
A Revolução do Porto e o Brasil 290
A explosão da imprensa 295
A independência da América espanhola e seu conhecimento no Brasil (1820-1821) 299
As Cortes de Lisboa e os governos do Brasil 317
A criação da Província Cisplatina e a questão oriental 334
A independência do Brasil 361

Conclusões 377

Bibliografia 381

Agradecimentos

Esta tese contou, durante quatro anos, com financiamento integral da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sem o qual não teria sido possível sua consecução. Durante todo o período em que estive dedicado a ela, recebi apoio de várias pessoais às quais sou muito grato. Wilma Peres Costa, Márcia Regina Berbel, Rafael Marquese, André Roberto Machado, Maria Helena Capelato, Luis Felipe Silvério Lima e Sérgio Alcides fizeram importantes críticas e sugestões. Durante uma estada de dois meses em Buenos Aires, fui cordialmente recebido por José Carlos Chiaramonte e Noemí Goldman, que me permitiram desfrutar do convívio com um grupo de excelentes historiadores argentinos. Na Biblioteca do Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani" da Universidade de Buenos Aires, foi-me imprescindível o auxílio do sr. Abel Roth. Nas instituições uruguaias, sou muito grato às equipes do Museo Historico Nacional do Uruguai, do Museo Histórico Municipal e da Biblioteca Nacional; no Rio de Janeiro, aos srs. Luiz Augusto da Silva, Lúcia Monte Alto Silva, Isabel Regina Correia e Sebastião Vieira Machado, do Arquivo Histórico do Itamaraty; em São Paulo, ao sr. José Mindlin, que me autorizou uma excelente pesquisa em sua biblioteca particular, bem como às suas funcionárias Rosana Gonçalves, Cristina Antunes e Elisa Nazarian. No Departamento de História da Universidade de São Paulo, utilizei com grande proveito os serviços de seu Centro de Apoio à Pesquisa Histórica (CAPH). Roberta Stumpf e Eduardo Scheidt disponibilizaram-me importante material bibliográfico ao qual não tinha acesso, e Cristiane Alves Camacho dos Santos e Andréa P. Placitte prestaram-me inestimável auxílio na pesquisa de documentação. Por fim, devo agradecer muito especialmente ao meu orientador e mestre István Jancsó, à minha mãe Selma e à minha esposa querida Andréa. A todos eles, muito obrigado.

"É sem dúvida crueldade mostrar a um homem que tem sofrido muito, quanto a improvidência tem sido causa de seus males, e opor ao sonho de suas agradáveis esperanças, realidades tristes e desoladoras; mas quando se trata de uma nação, posto que seja esta uma penosa tarefa, é contudo não somente útil, mas até necessária a um povo inteiro, o qual não pode remediar nem impedir os males futuros, senão conhecendo a causa dos passados".
(Hipólito da Costa no *Correio Brasiliense*, 1811).

"Bom é que ponhamos as nossas barbas de molho,
vendo arder as dos vizinhos. Alerta!".
(Cirpiano Barata na *Sentinela da Liberdade*, 1823).

Para Andréa,
com amor.

INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 1810, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico oficial da Corte portuguesa sediada no Rio de Janeiro, publicou uma nota na qual afirmava a necessidade de suas notícias versarem sobre a Espanha, naquela época ocupada pelos exércitos franceses, "por ser muito interessante a todo bom Vassalo *Português* conhecer es írito público da Nação *Espanhola* na presente crise, pois que do estado daquela Nação depende em grande parte a sorte da Nossa".[1] O que essa sugestiva satisfação ao seu público leitor, onde se destacam as idéias de *vassalagem*, *espírito público, nação* e *crise*, revela sobre a realidade do Império português da primeira década do século XIX?

É sabido que, ao tempo da ocupação francesa da Espanha – do que decorrera, em 1807, o impedimento da monarquia bourbônica e um subseqüente vazio de poder no Império espanhol -, também Portugal conhecia uma situação semelhante, o que levara a Família Real bragantina a abandonar Lisboa e rumar para o Rio de Janeiro, transformado em 1808 na nova sede do Império português. Entretanto, uma leitura mais atenta das palavras da *Gazeta* mostra que sua referência articulada a *vassalagem*, *espírito público*, *nação* e *crise* não se resume à expressão de uma solidariedade internacional portuguesa com um país vizinho que enfrentava o mesmo invasor. Essa referência traz em si relações complexas entre esses vocábulos e o universo da vida social coeva, no qual eles surgem como reveladores de uma ampla realidade e da consciência de sua profunda transformação.

Ao conceber a existência de duas comunidades "nacionais" (a *nação portuguesa* e a *nação espanhola*), a *Gazeta do Rio de Janeiro* aproxima suas condições e seus destinos: a nação espanhola atravessava uma "crise" que dizia respeito também à nação portuguesa, na medida em que o futuro desta dependeria do conhecimento da situação daquela. A *Gazeta*, então, como parte integrante da nação portuguesa, tomava a si a tarefa de oferecer a possibilidade desse conhecimento aos *vassalos* portugueses, noticiando os fatos espanhóis e publicando documentos a seu respeito. Pretendia, assim, fortalecer a sua própria nação por meio de uma mobilização geral (à semelhança do *espírito público* espanhol): caberia aos portugueses – leitores preferenciais do periódico - conhecer o que se passava com os espanhóis, pois ambas as nações encontravam-se

[1] *Gazeta do Rio de Janeiro* extra n.01, de 22/02/1810. Grifos originais.

envoltas numa *mesma crise*, para a qual deveriam ser construídas respostas práticas por parte de todo "bom vassalo".

Nação, eis a qualificação de uma comunidade social em "crise" formada por "vassalos" e cujos destinos dependeriam de sua capacidade de mobilização coletiva, de seu "espírito público". Nessa mescla de elementos dotados de distintas temporalidades, tradicionais e modernas, a nação a que se refere a *Gazeta do Rio de Janeiro* é um fenômeno historicamente circunscrito ao mundo ocidental, cujas linhagens políticas, econômicas e sociais dominantes ao longo da Idade Moderna configuram um universo que a historiografia comumente qualifica de *Antigo Regime*.[2] Generalização esta que procura dar conta de uma grande variedade de especificidades regionais européias observadas ao longo de aproximadamente duzentos anos e que, em decorrência da construção dos impérios ultramarinos, foram transportadas e reelaboradas nos espaços coloniais. A nação pode ser entendida, assim, como uma das variáveis determinantes que organizam uma unidade aparentemente pouco homogênea na política do Antigo Regime: nesse caso, ela é expressão de uma comunidade que gravita ao redor de um elemento coesivo de natureza semidivina - a dinastia - que, por sua vez, estrutura política e administrativamente a nação por meio de um regime monárquico.[3] Faziam parte de uma mesma nação todos aqueles vassalos de um mesmo monarca, numa relação bilateral cujos vetores eram definidos, em seu vértice, por um conjunto de regras de sucessão reguladas por casamentos inter ou intradinásticos, conquistas territoriais, tratados de guerra e de paz.

No Antigo Regime, essa comunidade social se amparava em uma modalidade dominante de estruturação socioeconômica ao mesmo tempo corporativista e mercantil. Formalmente, numa sociedade estamental juridicamente regulada por uma distribuição desigual de direitos e privilégios, o todo do poder político se constituía de autoridades régias, responsáveis pela representação prolongada do poder direto do monarca, e de

---

[2] A historiografia acerca do Antigo Regime é ampla e variada. Um bom apanhado historiográfico é realizado por Antônio Manuel HESPANHA. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime:* colectânea de textos. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, [1984], p.7-89.

[3] Uma das mais precisas análises dos vínculos de vassalagem como definidores dos vínculos nacionais no mundo do Antigo Regime é a de François-Xavier GUERRA. Imaginarios y valores de 1808. *Modernidad e independencias:* ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México, FCE, 1993, p.149-175. Sobre a historicidade do "nacional" nos séculos XVII e XVIII, a melhor discussão que conheço é a empreendida por José Carlos CHIARAMONTE. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. István JANCSÓ (org.) – *Brasil:* formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003, p.61-91.

autoridades corporativas, responsáveis por um sem-número de atribuições do poder político por uma teia de fluxos, relações e instâncias de variável abrangência. No plano externo, os Estados monárquicos seguiam uma lógica de relações internacionais na qual a existência de cada qual estava em proporção direta à sua capacidade de acumular, gerenciar e transformar capital em instrumentos legitimados de coerção. Competição internacional, guerras, saques, controle de centros fornecedores de gêneros e de mercados consumidores, organização estratégica da produção e arrecadação tributária interna configuravam os meios básicos de funcionamento de uma política de Estado de tendência centralizadora, conhecida há muito por *mercantilismo*.[4]

Foi assim que, nos marcos do desenvolvimento e difusão de formas capitalistas de produção, ao longo da Idade Moderna a maioria dos Estados monárquicos da Europa ocidental se expandiu para territórios de além-mar, configurando-se Impérios coloniais.[5] Nestes, os domínios do monarca formavam um conjunto de fronteiras não necessariamente contínuas, dentro das quais a unidade da nação era constantemente reiterada por meio de fluxos administrativos e comerciais, reforço de hierarquias e operações simbólicas de fundamentos praticamente idênticos em todas as regiões onde quer que se verificassem, tudo isso permeado por tensões e conflitos que, via de regra, jamais extrapolavam o âmbito de choques de interesses e reivindicações de curto alcance. Com isso, não obstante as inúmeras variações pelas quais a política do Antigo Regime ~~se concretizava em território~~ colonial - incluindo aquelas provenientes da adoção de um regime de trabalho compulsório, que tendia a desequilibrar as tradicionais

[4] São acirradas as controvérsias historiográficas acerca do caráter dominantemente concentrado ou dispersivo do poder político das unidades estatais na Europa do Antigo Regime (o que invariavelmente conduz à discussão da existência ou não de um espaço de soberania no topo da pirâmide social – o rei – e, em decorrência, da validade, nesse contexto, da utilização da própria categoria *Estado*). Estudos como o paradigmático levado a cabo por Perry ANDERSON (*Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo, Brasiliense, 1985), que buscam as linhas mestras características de uma realidade na qual essas mesmas linhas jamais se concretizam plenamente, têm motivado, na historiografia ibérica, contestações de diversa ordem. Dentre vários exemplos, encontram-se os de Antônio M. HESPANHA, (*Op.cit.*) e os de François-Xavier GUERRA (De la política antigua a la política moderna: la revolución de la soberanía) e Jean-Frédéric SCHAUB (El pasado republicano del espacio publico), estes dois publicados em F. GUERRA & Annick LAPÉRIÈRE (et al.) – *Los espacios públicos en Iberoamérica:* ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México, FCE, 1998, p.109-139 e p.27-53, respectivamente. Contudo, parece razoavelmente consensual a constatação de uma tendência "unificadora" e "centralizadora" imposta às monarquias européias pelas contingências do mercantilismo e da competição internacional ao longo dos séculos XVII e XVIII.

[5] Immanuel WALLERSTEIN – *The Modern World System*. New York, Academic Press, 1977-1989; Giovanni ARRIGHI – *O longo século XX*: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Edunesp, 1996; para uma verticalização no sistema colonial e na colonização portuguesa moderna Fernando NOVAIS – *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ªed. São Paulo, Hucitec, 1998.

distribuições estamentais dos privilégios -, a comunidade nacional se compunha de todos os indivíduos que comunhassem da mesma lealdade política suprema, estivessem eles na metrópole ou nas colônias, e independentemente de sua posição perante os corpos da sociedade.

A *vassalagem* é, portanto, uma relação típica de sociedades do Antigo Regime que, responsável pela definição dos contornos da *nação*, ainda subsiste no imaginário político denunciado em 1810 pelas palavras da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em linhas gerais, o mesmo se pode dizer de outra idéia-chave presente em seu raciocínio: o *espírito público*. O *público*, tal qual utilizado correntemente no Antigo Regime, remetia à esfera dos "povos" (os habitantes de uma cidade, por exemplo), à dos "poderes publicamente constituídos" (a "polícia", a administração, os corpos) ou à do "bem comum" (a utilidade, o interesse e o serviço de todos), dos quais surgia a célebre trilogia das esferas de legitimidade intimamente imbricadas: Deus, o Rei e o Público[6]. A partir do último quartel do século XVIII, os movimentos de renovação intelectual em curso no mundo atlântico e a criação de novos espaços de sociabilidade política até então inexistentes ou apenas embrionários se encarregariam de atribuir-lhe também outro sentido: o de causa comum a ser defendida por todos, a "felicidade pública".[7] O "espírito público" da nação espanhola, que segundo a *Gazeta do Rio de Janeiro* deveria ser conhecido pelos vassalos portugueses, parece sinalizar justamente uma idéia de postura coletiva perante um bem comum a ser defendido (nesse caso, a integridade da monarquia e do Império espanhol, ameaçados por Napoleão, e que deveriam servir de lição ao império português). Assim, o papel de pedagoga política a ser desempenhado pela imprensa parece inequívoco. Como muito bem define François Guerra, na época napoleônica a "opinião pública" pode ser referir, igualmente, "aos sentimentos e valores compartilhados pelo conjunto da sociedade; à sua reação diante de determinados acontecimentos ou problemas – a *vox populi* unanimista dos motins e revoltas -; ao consenso racional a que se chega na discussão das elites; ao estado de espírito da população que a pedagogia das elites ou do governo tentam modelar", ou ainda, no caso de sociedades nas quais a imprensa periódica exercia papel ativo de formadora de

[6] Annick LAMPÉRIÈRE. República y publicidad a finales del Antiguo Régimen (Nueva España). In: GUERRA & LAMPÉRIÈRE (et al.) – *Op.cit.*, p.54-55.
[7] GUERRA & LAMPÈRIÈRE. Introducción. *Op.cit.*, p.09.

opinião, "a esse sentir comum impalpável que resulta do confronto de opiniões diversas expressas numa imprensa pluralista"[8].

Em se tratando contudo de um contexto específico no qual não há uma imprensa nativa pluralista, como é o da América portuguesa da primeira década do século XIX, as palavras da *Gazeta* devem ser entendidas, sobretudo, como o enunciado de um projeto de futuro. Eis então a dimensão "moderna" de sua articulação de palavras de concepção tradicional: elas denunciam um esforço de criação, dentre os vassalos portugueses, de um "espírito público" que amparasse a defensa da integridade da nação portuguesa que, a exemplo da espanhola, também se encontrava, em 1810, em graves apuros. Essa criação dependeria da generalização da tomada de consciência da dificuldade coletiva – nas palavras da *Gazeta*, da "crise" – que trazia para junto de Portugal a dramática realidade da Espanha. Conforme dito anteriormente, numa perspectiva imediata não paira dúvida quanto à concretude da crise: a ocupação francesa da península, pondo em xeque a continuidade da ordem estabelecida em Espanha e Portugal. Contudo, essa percepção se baseia num acúmulo de experiência histórica: desde sua coroação como imperador dos franceses em 1804, Napoleão era visto pelos amedrontados olhos monárquicos europeus como um detestável continuador da Revolução Francesa de 1789 e propagador de seus temerários princípios;[9] nessa ótica, a realidade presente que advertia para a possibilidade real de esfacelamento da integridade das monarquias ibéricas punha em risco ademais a própria vigência dos princípios de legitimidade dinásticos que organizavam os Estados europeus e seus impérios coloniais. A "crise" identificada pela *Gazeta* se inscreve, assim, num contexto temporal mais amplo, expressão imediata de perplexidade diante de um dos muitos sintomas de um conjunto de situações historicamente reconhecidas como desfavoráveis aos impérios ibéricos e que lançam as atenções dos homens da época em direção ao seu incerto porvir.

Essas situações eram claramente diagnosticadas já desde a metade do século XVIII, com Portugal e Espanha atravessando grave crise financeira e desfrutando de uma incômoda posição no contexto atlântico de competição internacional. Foi em busca de uma reversão dessa situação que sucessivos reinados portugueses e espanhóis (D.

[8] GUERRA. De la política antigua..., *cit.*, p.138. Também Marco MOREL. Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção. In: Lúcia Maria P. das NEVES & Marco MOREL (org.) - *História e imprensa. Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos* (Anais do Colóquio). Rio de Janeiro, UERJ/IFCH, 1998, p.93-101.

[9] Jacques GODECHOT. A independência do Brasil e a revolução do Ocidente. In: Carlos G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.31; Jean Baptiste DUROSELLE – *A Europa de 1815 aos nossos dias (vida política e relações internacionais)*. 4ª.ed. São Paulo, Pioneira, 1992, p.4.

José I e D. Maria I em Portugal, Fernando VI, Carlos III e Carlos IV na Espanha) desenvolveram políticas de Estado pautadas pela racionalidade científica característica do pensamento da Ilustração.[10] Reformas administrativas e militares, fomento à produção e exportação de gêneros coloniais, recrudescimento dos sistemas de tributação e arrecadação foram medidas que, na primeira década do século seguinte, já mostravam terem sido incapazes de reverter o quadro. "Se tornara evidente", escreve Joel Serrão, "aos olhares de fora e a alguns de dentro, nos fins do século XVIII e começos do século XIX, o atraso peninsular, isso que era e seria percepcionado como a 'decadência'. 'Decadência', ou seja, uma feição *sui generis* de sobreviver, mantendo íntegra a sociedade senhorial, fiada na perenidade dos impérios coloniais sul-americanos, sustentação última dos Estados ibéricos".[11] Dessa persistência decorre a vulnerabilidade das monarquias ibéricas diante da França napoleônica em 1807, indissociando as realidades de Portugal e Espanha no auge de um panorama de debilidade política, estrangulamento econômico e dependência militar externa.

A condição geral dos impérios português e espanhol forma parte assim de uma conjuntura mundial pautada pela emergência de novos paradigmas em praticamente todos os níveis da vida social, que progressivamente solapam as bases estruturais do Antigo Regime e – como seu desdobramento – do sistema colonial.[12] Na esfera política, a ampliação dos espaços de discussão e a formação de uma "opinião pública moderna" no continente europeu ampliou a possibilidade de alternativa de repúblicas ou monarquias constitucionais aos regimes monárquicos absolutistas; as relações sociais

[10] Tulio HALPERIN DONGHI – *Reforma y disolución de los impérios ibéricos (1750-1850)*. Madrid, Alianza, 1985, primeira parte; Fernando A. NOVAIS – *Portugal e Brasil...*, op.cit., cap.IV. Uma ótima síntese dos contornos do reformismo ilustrado e da cultura das Luzes na Espanha é Jean SARRAILH - *La España ilustrada de la segunda mitad del siglo XVIII*. 2ªreimp. México, FCE, 1981. Para a política reformista bourbônica, John LYNCH. As origens da independência da América espanhola. In: Leslie BETHELL (org.) – *História da América Latina v.III:* da Independência até 1870. São Paulo/Brasília, Edusp/Funag, 2001, p.19-72. Uma interpretação que sublinha a continuidade entre o reformismo português do século XVIII e o constitucionalismo vintista é a de Antônio M. HESPANHA., O projecto institucional do tradicionalismo reformista: um projecto de Constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1823). In: Miriam H. PEREIRA/Maria de F. SÁ/João B. SERRA (coords.) – *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa, Sá da Costa, 1982, p.63-90.

[11] Joel SERRÃO. Democratismo *versus* liberalismo. In: PEREIRA/SÁ/SERRA (coords) – *Op.cit.*, p.4. "Decadência" esta que não deve ser portanto entendida num sentido restrito de uma suposta "decadência econômica" metropolitana, que aliás a historiografia vem reavaliando nas últimas décadas.

[12] Essa perspectiva de interpretação deve sua formulação mais cristalizada a Fernando A. NOVAIS – *Portugal e Brasil...*, *Op.cit.*, p.4 e segs. Nas palavras do autor, "o que chamamos sistema colonial, na realidade, é subsistema de um conjunto maior, o Antigo Regime (capitalismo comercial, absolutismo, sociedade de 'ordens', colonialismo), e se movimenta segundo os ritmos do conjunto, ao mesmo tempo que o impulsiona": As dimensões da independência. In: Carlos G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 19762, p.25.

hierarquizadas de vassalagem puderam ceder espaço à noção moderna de cidadania, com a abolição ou o enfraquecimento de privilégios e estamentos; no plano econômico, o desenvolvimento da produção capitalista em seu epicentro britânico tornou tendencialmente obsoletas as formas de acumulação baseadas exclusivamente no comércio, e a crescente produção industrial trouxe a demanda por mercados nacionais delimitados, possibilitando o seu controle pelo Estado e sua expansão no plano internacional. Em meio a um errático jogo de perde e ganha, de convivência conflituosa entre as formas de existência coletiva tradicionais e os novos paradigmas surgiriam os Estados nacionais modernos, fundamentados no exercício de uma soberania política plena e impessoal (em nome de um singular coletivo revolucionário, o "Povo") sobre territórios precisamente delimitados e, via de regra, contíguos. Se as profundas alterações mundiais que se encarregaram de abrir caminho para a liquidação, ao longo do século XIX, das bases sobre as quais assentava o Antigo Regime, trouxeram em seu bojo organizações políticas até então inexistentes, naturalmente elas redefiniram a relação vigente entre *nação* e *Estado*, num novo arranjo que os indissociou: *nação* passou a referir-se a comunidade organizada num mesmo Estado, que por sua vez forneceria a base material de existência da nação e em seu nome exerceria a soberania.

Crise, mobilização de vontades coletivas, reorganização das nações existentes. Elementos que fornecem um aporte preliminar para a observação de uma conjuntura na qual tudo aparece sob o signo da instabilidade, da transitoriedade, das possibilidades em aberto, de um tempo vivido a cada instante como um tempo fundamentalmente novo, desse modo difícil de ser apreendido pelo historiador em sua devida complexidade: é a de ruína das estruturas políticas existentes, a de liquidação das relações entre colônias e metrópoles, e de gradual surgimento de novas alternativas de poder político que viriam posteriormente – pois em 1810 a possibilidade de uma constatação como esta ainda residia fora do alcance dos próprios construtores do movimento – a formar os modernos Estados nacionais na antiga América colonial. Desse modo, a afirmação da *Gazeta do Rio de Janeiro* se configura como uma expressiva percepção da crise do Antigo Regime por parte de homens que a viviam e a sentiam no interior do Império português. Além de denunciar essa percepção, ela sugere que a condição do Império português em 1810, não obstante a manutenção de sua integridade monárquica obtida com a transferência da Corte, e sem conhecer (ainda) sintomas de revoluções no seu interior, estava na verdade

bastante longe de constituir um espelho invertido da América espanhola, onde tudo isso já estava em curso.

Eis então a justificativa para uma investigação acerca de uma das marcas mais desconhecidas do processo de liquidação do sistema colonial na América portuguesa no bojo da crise geral do Antigo Regime: a interface entre as trajetórias políticas simultaneamente decrescentes dos impérios português e espanhol, suas determinações recíprocas e suas resultantes aparentemente desconexas, mas que, na realidade – como se pretende provar ao longo desta pesquisa -, só puderam adquirir suas feições ulteriores porque, desde o início, a dissolução de um império tensionava a do outro; ou, se quisermos nos reportar mais uma vez à *Gazeta do Rio de Janeiro*, porque *do futuro de uma das partes dependia o futuro da outra*.

*

Em praticamente tudo o que se escreveu a respeito das independências da América ibérica e das formações dos Estados nacionais há referências a elementos que estabelecem pontos de reciprocidade entre os processos luso e hispano-americano - momentos em que as políticas das duas metrópoles se harmonizaram ou antagonizaram, transferindo cooperação ou conflito para o espaço americano; situações em que projetos políticos surgidos de um dos lados se fez em consideração à situação de seus vizinhos americanos; trajetórias pessoais de portugueses da América que se cruzaram com a de espanhóis, e vice-versa. As tradicionais linhas de interpretação na historiografia brasileira destacaram um caráter presuntivamente "pacífico" dos conflitos em torno da independência no Brasil no contexto ibero-americano do século XIX, assim como a "manutenção" da "integridade territorial" no caso brasileiro em contraponto ao "esfacelamento" hispânico. Oliveira Lima e Pandiá Calógeras,[13] mas também Caio Prado Júnior, Raimundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, dentre muitos outros, consagraram o enfoque da singularidade do caso brasileiro baseado na suposta ausência, aqui, da "violência e os conflitos armados que observamos nas demais colônias

[13] "As guerras da independência na América espanhola haviam durado quinze anos: no Brasil estenderam-se apenas por outros tantos meses. E, enquanto o império americano da Espanha se esboroava aos pedaços, a integridade do Brasil fora preservada" (Pandiá CALÓGERAS - *Formação histórica do Brasil*. 8.ªed. São Paulo, Cia.Editora Nacional, 1980, p.88).

americanas",[14] que "anarquizaram-se" e "fragmentaram-se",[15] de modo que a América espanhola teria fornecido um exemplo negativo aos olhos dos construtores do Estado brasileiro, advertindo-os para a necessidade de evitar o mesmo caminho na busca pela coesão e unidade.[16] Desse modo, tornando-se amplamente recorrente a idéia de um *paradigma negativo* fornecido ao Brasil pela política hispano-americana, a monarquia brasileira seria uma negação das repúblicas a circundarem-na, construída com prevalência da *negociação* sobre o *conflito*, acarretando *unidade* em vez de *dispersão*.

A despeito da excessiva simplicidade dessa interpretação, ela possui o inegável mérito de chamar a atenção para a pertinência do problema da proximidade entre as trajetórias políticas lusa e hispano-americana do começo do século XIX; muito pouco tem sido feito, contudo, para elucidar a complexidade das feições e da dinâmica da inter-relação entre elas.[17] Tendo em vista essa carência historiográfica, esta investigação pretende oferecer elementos relativos a um dos vetores do processo: a influência e os desdobramentos, na independência do Brasil, das lutas de independência e da criação de repúblicas na América espanhola do primeiro terço do século XIX.

*

A visão da realidade denunciada pelas palavras da *Gazeta do Rio de Janeiro* não era, de modo algum, exclusiva de seus editores. Por detrás do significado histórico daquelas palavras se encontra um universo de "condições de possibilidade" – para usarmos uma expressão de R. Koselleck – que permite a percepção da crise do Antigo Regime naqueles termos, ou seja, de que Portugal e Espanha se encontravam próximos e interligados em suas desventuras; da mesma forma, a condição de que o engajamento

---

[14] Caio PRADO JR - *Evolução política do Brasil:* colônia e império. 20.ªed. São Paulo, Brasiliense, 1993, p.52.

[15] Raymundo FAORO - *Os donos do poder*, p.250, 261, 263, 267 e 284. A via "pacífica" de independência da América portuguesa foi sendo desconstruída à medida que historiadores se voltaram ao estudo das lutas políticas do período, demonstrando inclusive a violência e as mortes que caracterizaram episódios como a adesão das províncias do Norte do Brasil ao Rio de Janeiro, em 1823 (José Honório RODRIGUES – *Independência: revolução e contra-revolução*; também Hamilton de M. MONTEIRO, Da independência à vitória da ordem; Cecília Helena de S. OLIVEIRA - *A astúcia liberal*).

[16] Sérgio Buarque de HOLANDA. A herança colonial – sua desagregação, p.15; FAORO – *Op.cit.*

[17] Esforços preliminares e originais a esse respeito foram empreendidos, em diferentes perspectivas, por José RIBEIRO JR. O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. In: C. G. MOTA (org.) – *Brasil em perspectiva*. 19ªed. Rio de Janeiro, Bertrand, 1990, p.146-161 (a primeira edição é de 1968); e por Richard GRAHAM – *Independence in Latin America:* a Comparative Approach. 2ª.ed. McGraw-Hill, 1994 (a primeira edição é de 1972).

de homens da época interessados na manutenção da ordem vigente e no combate aos abalos por ela sofridos se voltasse para a mobilização "nacional" do "espírito público".

Se, conforme apontado, a expressão "Antigo Regime" desfruta de considerável consenso dentre os historiadores, que nela vêem uma forma válida de abordar uma diversidade de situações históricas, o período de aproximadamente cem anos nos quais se desenvolvem e eclodem os fundamentos que produzirão a derrocada dos denominadores comuns dessas situações encontra correspondência em outras expressões semelhantes. "Crise do Antigo Regime", "Era da Revolução Democrática", "Revolução Atlântica", "Era das Revoluções" e "Modernidade" são talvez as mais conhecidas dentre elas.[18] Dos movimentos comuns por elas abarcados, Reinhardt Koselleck muito bem delineou os contornos daquele que, no plano das idéias, pode ser resumido como o de perda de operacionalidade do *topos história, mestra da vida*. As alterações nos paradigmas do pensamento político e filosófico acerca da história iniciadas no mundo europeu em meados do século XVIII forneceram as bases para a distinção gradativa entre *história* = acontecimento e *História* = conhecimento, implicando uma concepção de futuro que trazia em si a idéia de construtibilidade da história.[19] Em um mundo no qual ainda predominava a crença no peso dos exemplos passados como determinantes diretos do curso dos acontecimentos vindouros (*história, mestra da vida*), o papel dos homens na construção do porvir se encontraria necessariamente limitado por uma concepção de história cíclica que, ao se apresentar como irresistível, conferia-lhes o papel de meros espectadores. O esvaziamento dessa determinação passiva do passado

---

[18] Robert PALMER – *The Age of the Democratic Revolution*. Princeton, 1959; Jacques GODECHOT – *La Grande Nation:* l'expansion révolutionnaire de la France dans le monde de 1789 a 1799. 2ªed. Paris, Aubier, 1983; do mesmo autor, com preocupação focada no processo brasileiro: Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. In: Carlos G. MOTA - (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.27-37. Eric J. HOBSBAWM – *A era das revoluções 1789-1848*. 4ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; Hannah ARENDT – *Da revolução*. Brasília, UnB/Ática, 1988; Reinhardt KOSELLECK - *Crítica e crise:* uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro, EdUerj/Contraponto, 1999; do mesmo autor: Modernidad. In: *Futuro pasado:* para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona, Paidós, 1993, p.287-332; François-Xavier GUERRA –*Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. 2ªed. México, FCE, 1993; Lester D. LANGLEY – *The Americas in the Age of Revolution 1750-1850*. New Haven/London, Yale University Press, 1996. Uma discussão recente acerca da validade da expressão "Age of Democratic Revolution" para o estudo da América espanhola é a de Eric VAN YOUNG. Was There an Age of Revolution in Spanish America? In: Victor URIBE-URAN (ed.) – *State and Society in Spanish America during the Age Of Revolution*. Wilmington, Scholarly Resources, 2001, p.219-246; considerações interessantes a respeito foram empreendidas por John LYNCH. Simón Bolívar and the Age of Revolution. In: *Latin America Between Colony and Nation. Selected Essays*. Palgrave, 2001, p.134-162.

[19] Reinhart KOSELLECK. Historia magistra vitae. In: *Futuro pasado*, cit., p.41-66; do mesmo autor, Cambio de experiencia y cambio de método. Un apunte histórico-antropológico. In: *Los estratos del tiempo:* estudios sobre la história. Barcelona, Paidós, 2001, p.46.

sobre o futuro passou a implicar, por seu turno, que o passado se tornava sujeito à leitura e interpretação no presente, de modo a fornecer lições para o futuro; ou seja, o passado se constituiria desde então como um *espaço de experiência* a fornecer ensinamentos, pretextos e reflexões para a projeção, no presente, de *horizontes de expectativa*.[20]

Embasada nessas condições, a reflexão crítica voltada às formas políticas do Antigo Regime, gestada de início no âmbito de limitados círculos de letrados descontentes com a ordem vigente ou preocupados com o crescimento de sintomas de desconforto social em relação a ela, se publicizava desde meados do século XVIII pelo alargamento progressivo dos espaços de divulgação, propagação e discussão de matérias que em comum revelavam uma demanda coletiva por conhecimentos do passado e prognósticos. Em alguns casos, essa demanda se materializava em obras históricas que, no fundo, se *interrogavam acerca do destino futuro* de governos, impérios e nações (como as de Montesquieu e Gibbon); em outros, essa demanda fazia surgir projetos de feições reformistas-conservadoras (como as políticas de Estado bragantina e hispano-bourbônica referidas), que almejavam *planejar e administrar o futuro*; por fim, nos casos em que conjugada com manifestações de descontentamento social mais ou menos violentas motivadas por circunstâncias ordinárias no mundo atlântico da Idade Moderna (crises de abastecimento, imposição de tributos considerados excessivos, disputas de poder locais ou regionais, atraso de soldos militares), essa demanda poderia ainda se tornar potencialmente revolucionária e *projetar a subversão da ordem*. Nesse caso, os exemplos dominantes seriam, por muito tempo, o da independência das Treze Colônias inglesas da América do Norte e o da Revolução Francesa de 1789, que demonstraram aos homens da época a factibilidade da construção de sua própria história vindoura. Desde então, a tarefa de condução de um futuro que se revelara inesperadamente incerto se lhes impunha como urgente.[21]

Posicionados na periferia do sistema mundial capitalista em expansão, a situação nos impérios ibéricos não é fundamentalmente distinta. Partindo-se da premissa de que a desestrutura das relações entre colônias e metrópoles deve ser compreendida à luz da cruzamento entre as trajetórias decrescentes dos impérios português e espanhol, decorre

---

[20] R. KOSELLECK. "Espacio de experiencia" y "Horizonte de expectativa", dos categorías históricas. In: *Futuro pasado*, cit., p.333-357.

[21] Cf. István JANCSÓ. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: Fernando A. NOVAIS (dir.) – *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997 (v.I: *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*).

que as transformações daí advindas são, de início, vivenciadas no interior de um quadro de manifestações singularmente violentas de esgotamento das formas tradicionais de existência, anseios por mudanças e projeções de futuro que também configuram uma dinâmica de experimentação do tempo presente como, essencialmente, um tempo novo. A preocupação com a gestão pública e com as formas de governo, ao passar a incluir camadas da sociedade colonial até então alijadas do limitado universo da política, faz resultar manifestações de desconforto coletivo que denunciam não apenas esse esgotamento, mas a própria condição de colônia no interior do sistema colonial mercantilista. Nesses espaços, a elaboração de projetos de futuro conhece desde o último quartel do século XVIII ensaios de concretização, via de regra efêmeros, mas que trouxeram para todos os homens neles envolvidos, estivessem interessados no seu bom sucesso ou no seu fracasso, um manancial de lições, receios e possibilidades coletivamente elaborados – numa palavra, uma *experiência* – que remodelaria novos horizontes de expectativas e projetos de futuro.

Na América espanhola, os levantes alto-peruanos de Tupac Amaru e Tupac Catari (1780-83), envolvendo grossos contingentes de populações indígenas, bem como o do *Comuneros* em Nova Granada (1781), no qual tomaram parte desde aristocratas até índios, forneceram as primeiras demonstrações mais claras de que já nas últimas duas décadas do século XVIII descontentamentos coletivos com aspectos mais ou menos circunscritos da administração vice-reinal – nesses casos, o peso excessivo da tributação em sua interface com a crescente exploração do trabalho servil – eram temidos pelas autoridades régias como portadores potenciais de uma explosiva carga de contestação. Quando os envolvidos no levante reivindicaram o retorno a um *status quo* anterior, no qual usufruíam de direitos ou privilégios que lhes conferiam posições menos desfavoráveis do que a que lhes passara a ser oferecida, a atenção do Estado imperial espanhol não esteve descansada pelo fato de que o que se reivindicava era tão-somente um rearranjo das condições de cada qual no interior da ordem vigente a ser mantida, não se contestando *a servidão* ou *a tributação*. Afinal, o conjunto de situações desfavoráveis vividas pelo Império implicava que, naquela conjuntura, mesmo um levante de fundamentos conservadores poderia representar uma séria ameaça ao estado das coisas. A rigorosa e cruel punição publicamente imposta aos seus líderes revestiu-se do caráter de pedagogia política, destinada a inibir quaisquer manifestações de contestação aberta. Nesse ponto, situações semelhantes são observáveis, pela mesma época, na América

portuguesa, com os movimentos de Minas Gerais (1789) e da Bahia (1798), nos quais a atitude das autoridades vice-reinais lusas foi bastante próxima das espanholas. Entretanto, no caso português havia uma diferença fundamental: nesses dois movimentos o que se vislumbra por parte dos conspiradores não é a volta a uma condição anteriormente existente, cuja perda é sentida como negativa; aqui, os ensaios de sedição apontam para a criação de uma situação nova, os projetos esboçados apontam seguramente *para o futuro*, praticam "a política do futuro nos interstícios do presente", nas palavras de István Jancsó.[22] Ainda que, no caso de Tupac Amaru, a perspectiva de *retorno* também implique, de certo modo, numa projeção de futuro, nos casos luso-americanos essa perspectiva é mais claramente assumida. Assim, envolvessem homens de elite, livres pobres ou escravos, letrados ou iletrados, não se limitavam à contestação de tal ou qual medida administrativa, não se encerravam nesta ou naquela localidade, tampouco envolviam um único segmento social; colocavam publicamente descontentamentos que, em última instância, remetiam ao todo da administração colonial.[23] É profundamente significativo, portanto, que as autoridades régias desde então se empenhassem não apenas no controle de movimentos similares, mas igualmente na supressão de fluidas e nebulosas manifestações potencialmente portadoras de "ecos revolucionários". No bojo do espectro revolucionário francês, a revolução de escravos de São Domingos, em 1804, refinara a sensação de insegurança em relação ao futuro. Essa sensação é uma constante da polícia vice-reinal lusa na América até as primeiras décadas do século seguinte, quando o testemunho da *Gazeta do Rio de Janeiro* mostra que, então, as preocupações daqueles homens já se amparavam num quadro mais preocupante do que nunca: as guerras napoleônicas – e, em decorrência delas, a situação do Império espanhol - forneciam a prova a mais cabal possível de que não apenas a ordem vigente passava por transformações, mas sobretudo que sua subversão se tornara efetivamente possível.

---

[22] JANCSÓ. A sedução da liberdade...cit., p.389.

[23] JANCSÓ. A construção dos Estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: Tamás SZMRECSÁNYI & José R. do A. LAPA (orgs.) – *História econômica da independência e do império*. São Paulo, Hucitec, 1996, p.11-13. Também, do mesmo autor, *Na Bahia, contra o Império:* história do ensaio de sedição de 1798. São Paulo, Hucitec/EdUFBA, 1995; a trajetória individual de um dos participantes do movimento baiano emerge plena de significado histórico na biografia de Marco MOREL – *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador, Academia de Letras da Bahia/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001; para uma visão conjunta dos movimentos luso-americanos, Carlos G. MOTA – *Atitudes de inovação no Brasil 1789-1801*. Lisboa, Horizonte, s.d.

Com tudo isso, delineiam-se as condições de possibilidade sobre as quais assenta a história do processo de declínio e superação da colonização portuguesa na América na interface com o seu correlato hispânico. Desse cruzamento, com a reorganização das concepções até então vigentes de passado e futuro, bem como da necessária realocação do agente humano perante a história em curso, resulta uma verdadeira explosão de prognósticos e projetos de futuro dos mais variados, cuja coexistência permanentemente tensa impõe um alargamento progressivo desse espaço de alternativas e possibilidades que caracteriza a fase final da crise do sistema colonial em seu quadrante ibérico.[24]

A proposta deste trabalho é portanto analisar o processo de superação do Antigo Regime e do sistema colonial na América portuguesa nas décadas do século XIX, tendo como foco as determinações que a ele são impostas pelo curso do correlato processo em curso na América espanhola. Considerando o universo da vida política luso-americana nos primeiros vinte anos do século XIX, é notável como em praticamente todas as regiões e dimensões da política do Brasil a crise e dissolução do Império espanhol na América imprime vetores de variável escala. Inventariar as formas, os espaços e os níveis dessa determinação, esclarecer a importância, os motivos e os resultados de cada um desses vetores, bem como estabelecer os matizes de uma dinâmica de superação da velha ordem e construção de uma nova que, por debaixo da aparência de perfeita sincronia "ibero-americana", esconde ritmos próprios, são os objetivos últimos desta investigação.

Seus pressupostos podem ser sumariados como se segue: a crise do sistema colonial, desdobramento da crise geral do Antigo Regime, ao passo que recai sobre os impérios ibéricos de uma forma bastante homogênea, desdobra-se imediatamente em sintomas e conseqüências singulares que integram um quadro comum de crescente e progressiva dissolução. Essa progressão cria e ao mesmo tempo se alimenta da expansão de manifestações de desconforto e descontentamento com os padrões da vida social vigentes, que por sua vez resultam numa verdadeira explosão de projetos de futuro. No bojo desse movimento, igualmente manifestado nos impérios ibéricos, se redefine a própria visão de história por parte dos homens que sentiam a crise – fosse como esgotamento daqueles padrões (no final do século XVIII), fosse já como um conjunto de situações articuladas em escala mundial (na primeira década do século

[24] István JANCSÓ & João Paulo G. PIMENTA. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: Carlos G. MOTA (org.) – *Viagem incompleta:* a experiência brasileira (1500-2000), p.143.

XIX) –, pois a elaboração de prognósticos implica agora uma reelaboração radical das formas de se encarar a história pretérita. Por outro lado, ao se redefinirem reciprocamente, *passado* e *futuro* determinam algumas das condições de elaboração dos vetores recíprocos que moldam a interface entre a liquidação dos impérios ibéricos na América.

*

A tese central a ser sustentada é a de que as transformações políticas em curso na América espanhola durante a crise e dissolução do Antigo Regime se constituem num *espaço de experiência* para o universo político luso-americano, que em grande medida define as condições gerais de projeção e consecução de *horizontes de expectativa* na América portuguesa, dos quais resultou um Brasil independente de Portugal, autônomo, soberano, monárquico e escravista. Esse espaço de experiência, por sua vez, se inscreve noutro mais amplo, o das *revoluções modernas* que, aos olhos dos contemporâneos, tinha seus contornos mais marcantes dados pela Revolução Francesa de 1789, mas que também englobava o movimento de independência das colônias inglesas da América do Norte, a formação do Haiti e, mais recentemente, o furacão conquistador napoleônico.[25] Muito freqüentemente mencionados na documentação da época como "exemplos" a serem rechaçados, seguidos ou simplesmente considerados, todos eles ofereciam "lições" para o presente. No emaranhado de paradigmas positivos ou negativos, alternativas, possibilidades e parâmetros de ação possíveis fornecidos pela experiência revolucionária moderna aos homens envolvidos na política luso-americana no auge da crise, a experiência hispano-americana possui uma grande singularidade: além de ser gestada a partir de uma *releitura histórica* dos acontecimentos (*experiência* como sinônimo de *conhecimento de uma realidade*), a dissolução da ordem monárquica na América espanhola é "experimentada" no mundo luso-americano igualmente como *interface* com aqueles acontecimentos (*experiência* como sinônimo de *vivência de uma*

[25] François-Xavier GUERRA, traçando um paralelo entre a Revolução Francesa e as revoluções hispânicas de duas décadas depois, descreve, com palavras muito precisas, um fenônemo que, na realidade, é extensivo a todo o mundo político atlântico pós-1789: "la Revolución Francesa no tiene precedentes y por eso su capacidad inventiva es incomparablemente superior a las que le suceden. Las revoluciones hispánicas dispondrán, al contrário, de todo un acervo de nuevas referencias – ideas, imaginarios, símbolos, experiencias constitucionales – que podrán utilizar, a veces de manera diferente o combinarlas con otras aportaciones, pero que no tendrán que crear necesariamente" (Revolución francesa y revoluciones hispánicas: una relación compleja. *Modernidad e independencias*, cit., p.35).

realidade). É esse duplo sentido que confere à experiência hispano-americana destacada importância para o Brasil no interior da experiência revolucionária moderna. O conhecimento da instabilidade política na América espanhola, das guerras civis, das declarações de independência, da promulgação das primeiras constituições, da libertação de escravos, da quebra do princípio de legitimidade dinástico e do triunfo das opções republicanas, propiciado pela circulação, leitura e transmissão de periódicos, livros, panfletos, cartas particulares, documentos e boatos, e todas as expectativas daí advindas; mas também a negociação e o conflito, as relações diplomáticas com a metrópole espanhola, com governos americanos independentes e grupos de interesse e pressão autônomos, as questões de fronteira no Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil, a desestruturação de setores produtivos e mercantis, as guerras contra Artigas e contra as Províncias Unidas do Prata, são marcas da simultânea apreensão e vivência da experiência hispano-americana no Brasil, experiência essa que influenciará de maneira crucial seu movimento de independência em relação a Portugal e sua constituição em um Estado nacional.

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil é um marco essencial em todo esse processo. Precipitada por uma situação européia que, conforme vimos, atingia igualmente a Espanha e se fazia sentir com singular dramaticidade na América, ela acarreta, no Império português, transformações de curto e médio prazo decisivas para o aprofundamento e superação da crise, dentre as quais uma grande abertura nas condições de elaboração e difusão da crítica política. É fundamentalmente por meio da imprensa que o conhecimento do que se passava na América espanhola, assim como as reflexões "ilustradas" que desde o último quartel do século XVIII questionavam o sistema colonial e a exploração metropolitana (como os escritos de Raynal e De Pradt), chegam à maioria dos homens interessados em política no mundo luso-americano, inclusive os estadistas; igualmente, é ela que transforma radicalmente as condições de elaboração dos projetos de futuro que, cada vez mais, se faziam necessários. A partir de então, com o seu advento no espaço americano se constituindo num dos muitos inequívocos sinais de novos tempos, as trajetórias luso e hispano-americana seguirão caminhos tendencialmente distintos, mas que – como se pretende mostrar ao longo deste trabalho – mesmo em sua diacronia permanecem intrinsecamente articulados.[26] É por

[26] O que nos levará a um necessário complemento da idéia de GUERRA (Op.cit., p.51), para quem, em virtude do rompimento, na América espanhola revolucionada, dos vínculos que a ligavam ao rei – e

isso que sua ambição em mostrar as múltiplas e variadas feições dessa dinâmica implica considerá-las como organizadas pela desestrutura sistêmica comum aos impérios ibéricos, do que resulta naturalmente uma linha mestra no desenrolar dos acontecimentos, uma *tendência dominante* das determinações hispano-americanas sobre a história política do Brasil no período tratado.

A divisão formal dos capítulos procurará observar essa tendência: os três primeiros correspondem ao período de 1808 a 1819, no qual a experiência hispano-americana começa a se gestar no mundo luso a partir da política externa joanina voltada para a América espanhola e, em seguida, com a abertura de seus processos revolucionários. A trajetória errática desses movimentos desemboca, ao redor de 1820, numa situação que, em termos gerais, aponta para a irreversível superação das antigas relações entre colônias e metrópole, com o triunfo da solução independentista e de regimes republicanos em praticamente todos os antigos vice-reinos hispânicos. Ao longo dessa fase, a experiência hispano-americana elaborada no Império português – tornado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve em 1815 - define duas condições de possibilidade inéditas para o curso dos acontecimentos: em primeiro lugar, *o espectro da desordem e da guerra civil*, cujas terríveis mazelas disseminadas por quase toda a região que abrangia desde o México até o Rio da Prata passarão a se constituir num exemplo a ser evitado a todo custo pelo Brasil; em segundo lugar, *a alternativa concreta e factível da plena separação da América em relação à Europa*, com a demonstração da viabilidade de governos americanos independentes e autônomos.

O quarto e último capítulo analisa a definição da ruptura americana com a metrópole espanhola e, consequentemente, a abertura de uma nova fase história da crise e superação do colonialismo português na América. Não por acaso, o mesmo esgotamento do regime bourbônico que conduz, na península, ao segundo movimento liberal espanhol em 1820 se observa no caso português, onde poucos meses após a eclosão do movimento constitucionalista na Espanha se verifica um muito semelhante. No entanto, ao contrário do que ocorre no caso espanhol, onde o esgotamento do

---

portanto da quebra da "legitimidade histórica" que conferia unidade à nação espanhola –, "el caso de Brasil, con un imperio que dura hasta 1889, ofrece un perfecto ejemplo contrario de lo que ocurre en Hispanoamérica". Ora, tomada essa correta aproximação por outro ângulo, se a possibilidade de instrumentalização da experiência francesa é justamente a grande marca da singularidade do processo hispano-americano no conjunto revolucionário moderno, conforme aponta o autor, então o caso do Brasil – igualmente singular - emerge não como "perfeito contrário", mas sim como um movimento que obedece a fundamentos idênticos ao hispanoamericano: vale-se de sua posição temporal diacrônica para aprender, evitar, seguir e reelaborar exemplos pretéritos.

absolutismo se encontra em razão direta à incapacidade de submeter ao jugo metropolitano a porção mais importante do Império (o ultramar), em Portugal esse esgotamento parece se explicar antes pela quase que inversão dos papéis geopolíticos no interior do Império desenrolado a partir de 1808, com a proeminência da América canalizando os descontentamentos de setores peninsulares com uma situação de persistente crise comercial, industrial e financeira. O que se pretende mostrar nesse último capítulo é que tendo a experiência hispano-americana plantado definitivamente no mundo luso o receio da desordem e ao mesmo tempo semeado a alternativa de uma separação viável entre colônias e metrópoles, essa experiência se encarrega de estabelecer outra condição de possibilidade nodal nos destinos políticos do Brasil: a da viabilidade do regime monárquico, tomado como forma capaz de garantir a ordem, evitar as catástrofes civis observadas na América espanhola republicana e, ao mesmo tempo, legitimar a alternativa, cada vez mais poderosa dentre os homens envolvidos no mundo da política, de um Brasil independente, autônomo e soberano.

Na medida em que a apresentação da história da *experiência hispano-americana* deve necessariamente considerar a simultaneidade entre o seu "conhecer" e o seu "viver" nos universos políticos luso-americano e brasileiro, ao longo dos capítulos a narrativa dos acontecimentos se dará em articulação com a apresentação das condições de conhecimento, no Brasil, do que ocorria na América espanhola, bem como com a avaliação das resultantes imediatas, sobre aqueles universos, das determinações hipano-americanas. Cada capítulo se detém, assim, em cada uma das fases – surpreendentemente correspondentes entre si - de desenvolvimento, aprofundamento e superação do sistema colonial nas América espanhola e portuguesa.

*

Por fim, é necessário advertir que este estudo parte de três premissas básicas. Em primeiro lugar, a de que a elaboração e reelaboração presente de qualquer experiência histórica se dá de distintas maneiras, a depender da posição dos agentes sociais nela envolvidos, bem como dos contextos espaciais e temporais específicos a partir dos quais cada qual constrói sua prática. Disto decorre uma pluralidade de expressões, atuações e resultados que deve necessariamente ser considerada; ao mesmo tempo, decorre a condição que algumas dessas práticas – as mais visíveis aos olhos do historiador -

adquirem de representar anseios coletivos, seja desde sua elaboração inicial, seja como desdobramento de sua ulterior publicização, terminando por constituir "experiências comuns".[27] Portanto, a caracterização da linha mestra do movimento a ser analisado deve ser feita não por sobre as singularidades e formas menos aparentes, mas justamente em função delas, buscando as explicações do porquê de algumas delas se tornarem dominantes – com maior capacidade de informar a consecução futura dos projetos elaborados – e outras não.

Em segundo lugar, certas precauções se impõem ao tratarmos da relação entre a projeção, no período aqui abordado, de soluções futuras para a crise e as conseqüências práticas da generalizada demanda por prognósticos que a embasa. Embora a história do caminho trilhado pelas leituras e apropriações do passado (tornado presente) e dos projetos de futuro a partir daí formulados pareça um meio adequado para se apreender a dinâmica do impacto de uma experiência que é simultaneamente lida, conhecida e vivida, não se pode esquecer que as expectativas nunca são totalmente dedutíveis das experiências históricas; tampouco os caminhos futuros efetivamente trilhados são dela resultados únicos. A formulação e eleição de opções, o bom sucesso de algumas frente a outras e os resultados práticos das tensões entre elas são produtos finais de contingências históricas dadas por um conjunto de condições de possibilidade dentro das quais se inscrevem as relações entre experiência e expectativa. A recriação do escravismo colonial na ordem nacional brasileira se explica antes pelas imposições e pressões britânicas pela abolição do tráfico do que pela revolução escravista do Haiti ou pela libertação de escravos oferecida por José de San Martín a todos os cativos que ingressassem nas fileiras de seus exércitos; da mesma forma, a consolidação do regime monárquico no Império do Brasil a partir de 1822 não é resultado direto – por antagonização – da anterior consolidação das repúblicas na América espanhola, embora esse seja um fator importante nessa configuração. A questão é que, conforme dito acima, em se tratando de um período de notável aceleração do tempo histórico, qualquer qualificação dos fenômenos observados tem que partir do pressuposto básico de que este é um mundo em rápida e intensa mudança, de modo que alterações num determinado nível da vida social passam a ter capacidade de se desdobrar em outros. Em suma: a abordagem aqui proposta não pretende transformar as contingências da experiência hispano-americana na única, sequer na principal explicação para o

[27] R. KOSELLECK. Cambio de experiencia y cambio de método, cit., p.51.

complexo problema da formação do Estado nacional brasileiro nas primeiras três décadas do século XIX. Pretende, isto sim, chamar a atenção para uma dimensão tão desconhecida como profusamente (e superficialmente) referida dessa história.

Em terceiro lugar, um esclarecimento acerca da utilização das fontes. No plano da História Política, no qual este estudo se situa, as resultantes de tensões e acúmulos de *conhecimento* e *vivência* são apreensíveis, sobretudo, no campo dos discursos. Afinal, como estabelecer os resultados das relações entre passado, presente e futuro para além daquilo que nos legaram os homens que, ao *conhecerem* e *vivenciarem* uma realidade, criaram uma "experiência" materializada sobretudo por sua escrita? Entretanto, na conjuntura revolucionária ibero-americana, a palavra escrita, legado de registros fluidos, multifacetados e contraditórios de uma época em profundo movimento, é também uma poderosa arma de luta política, amplamente manejada por todos aqueles que se empenhavam, de diferentes maneiras, na tarefa de administrar e conduzir o futuro. São assim abundantes e profundamente significativas as situações em que a descrição, a qualificação e a adjetivação obedecem sobretudo a propósitos retóricos, eloqüentes expressões históricas menos por aquilo que dizem do que por aquilo que escondem. Por isso, buscando evitar armadilhas decorrentes da necessidade de se considerar uma vasta gama de empregos qualitativamente distintos da palavra escrita em suas particularidades, simultaneidades e articulações recíprocas (a palavra direta dos noticiários, informes ou boletins, a palavra erudita ou apaixonada dos projetos de futuro, a palavra propositalmente distorcida dos discursos retóricos), procurou-se buscar os elementos de análise 1) numa vasta e diversificada documentação, de variada natureza, abrangência e publicidade (artigos de oficio, documentação diplomática, correspondência oficial e privada, periódicos, panfletos, crônicas de época, etc.) e 2) sempre atentando para os contextos específicos, políticos, sociais, econômicos, históricos e lingüísticos, imediatos e não-imediatos, nos quais foi produzido cada discurso considerado, do que aliás decorre a própria dupla noção de *experiência* aqui empregada.

CAPÍTULO I

A América ibérica e a crise das monarquias (1808-1809)

As duas Américas perante o mesmo inimigo

Poucos meses após a chegada, em março de 1808, da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros do recém reorganizado gabinete de D. João VI,[28] escrevia ao Príncipe regente uma Representação, em julho, aconselhando-o a respeito da política que, em sua opinião, deveria ser adotada com relação aos domínios espanhóis na América. A sua razão de ser: a ameaça que pairava sobre "os domínios espanhóis vizinhos e confinantes dos Estados de V.A.R.", de que "caiam nas mãos dos Franceses, e de que resultem daí males incalculáveis", o que exigiria prontas medidas como "meio de segurar a perfeita independência de V.A.R. no Sul da América". A receita do ministro: reforçar a defesa das fronteiras portuguesas na América, em especial o "Pará e Estados adjacentes", pela proximidade com Caiena, e a margem setentrional do Rio da Prata, por cuja conquista "não só procurávamos a aquisição de um terreno fertilíssimo, mas segurávamos a nossa defesa contra um tão ativo e cruel inimigo como Bonaparte"[29]. Dessa forma, o conde de Linhares lançava as bases daqueles que seriam, pelos próximos anos, os fundamentos da política portuguesa em relação aos territórios vizinhos ao Brasil, sede da Corte: precaução e defesa mesclados com agressividade e expansão territorial.

Os temores em relação à França de Napoleão não eram infundados. Afinal, desde que a expansão militar do Império, levada a cabo a partir de 1805, fora vislumbrada pelas demais potências européias como uma continuidade do movimento iniciado pela República de 1792,[30] sua antagonização com os regimes absolutistas monárquicos caminhara num crescente, passando por um período de frágil equlíbrio entre 1802 e 1805, logo retomando a mais aguda feição de guerra continental. No auge

---

[28] Além de D. Rodrigo, compunham o Ministério D. Fernando José de Portugal e Castro, Marquês de Aguiar (Negócios do Reino), e D. João Rodrigues de Sá Meneses, Visconde e Conde de Anadia (Marinha e Ultramar). Francisco A. de VARNHAGEN – *História geral do Brasil*. 10 ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1981 (revisão e notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia), v. 3, p.93-94.

[29] "Representação a S.A.R. o Príncipe Regente sobre a política relativa aos domínios espanhóis", 21/07/1808. SILVA, Andrée Mansuy D. (dir.) – *D. Rodrigo de Souza Coutinho:* textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811). Lisboa, Banco de Portugal, 1993, t.II, p.365-368.

[30] As dimensões desse movimento foram estudadas por Jacques GODECHOT – *La Grande Nation*. L'expansion révolutionnaire de la France dans le monde de 1789 a 1799. 2ªed. Paris, Aubier, 1983.

de seu poder, após as vitórias militares sobre a Áustria e a Prússia e o decreto de bloqueio continental às embarcações britânicas, a França voltaria suas miras para a Península Ibérica. Na Espanha, os conflitos motivados pelo prestígio de Godoy e envolvendo o herdeiro da coroa Fernando, filho do rei Carlos IV, abriam espaço para que a aliança franco-espanhola evoluísse em direção a uma efetiva dominação francesa. Assinado em 27 de outubro de 1807, dois dias após a ordem de prisão do rei contra seu próprio filho, o tratado de Fontainebleau dispunha a partilha de Portugal entre Espanha e França, mas assinalava a inequívoca prevalência política desta sobre aquela.[31]

O avanço francês sobre Portugal, auxiliado por contingentes militares espanhóis, se faria sem maiores dificuldades. Envolto no turbilhão dos acontecimentos que o tornavam incapaz de resistir ao invasor, Portugal viu-se na contingência de quebrar sua posição até então neutra e alinhar-se com a Grã-Bretanha.[32] Sob os auspícios desta, a fuga da família real em direção à porção americana dos domínios bragantinos, efetuada um dia antes da entrada das tropas francesas em Lisboa (30/11), concretizava um plano antigo, que agora tinha o objetivo específico de preservar a independência e autonomia da dinastia, assegurando-lhe pleno domínio sobre aquela que era, reconhecidamente, "a parte mais essencial, e mais defensável dos seus Estados". Com a ausência da Corte e de seus ministros, a administração formal do reino ficava a cargo de um Conselho de Regência, encarregado de governar em nome do soberano pouco antes de sua partida rumo à América. De acordo com as instruções a ele conferidas por António de Araújo de Azevedo, deveria procurar manter relações amistosas e harmônicas com os franceses. No entanto, a ilusão de uma neutralidade portuguesa perante a França nessa altura dos acontecimentos viria abaixo com a extinção formal do Conselho, por ordem de Napoleão, em 1°. de fevereiro de 1808, pela qual passara toda a cúpula da administração

---

[31] Josep FONTANA – *La crisis del antiguo régimen (1808-1833).* 4.ªed. Barcelona, Crítica, 1992, p.13; também Miguel ARTOLA – *La burguesía revolucionaria (1808-1874).* Madrid, Alianza, 1990, p.17-18.

[32] Valentim ALEXANDRE – *Os sentidos do império:* questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto Afrontamento, 1993, p.167-180; D. A. G. WADDEL. A política internacional e a independência da América latina. In: Leslie BETHELL (org.) - *História da América Latina.* São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Funag, 2001 (v.III, "Da independência até 1870"), p.232. Eloqüente testemunho da circunstancialidade do alinhamento português à Grã-Bretanha nos é oferecido pelo negociante londrino John Mawe, que esteve no Brasil entre 1807 e 1822 e se encontrava em São Paulo nos primeiros meses de 1808. "Durante nossa permanência aqui", escreve em seu livro de viagens, "circulou o boato desagradável, de que o Porto de Lisboa fora bombardeado pelos ingleses, e que a declaração de guerra entre as duas potências era esperada a qualquer momento. Se não fosse a bondade do governador em permitir que nos retirássemos antes que recebesse ordens em contrário, nossa situação seria bastante embaraçosa. Mas, em breve, chegaram notícias de que Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, deixara Portugal, com toda a Corte, e embarcara para o Brasil, escoltado por uma esquadra inglesa, comandada por Sir Sidney Smith". John MAWE – *Viagens ao interior do Brasil.* Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1978, p.74.

à gestão direta francesa.[33] A Família Real chegou a Salvador, Bahia, em 24 de janeiro, e em 8 de março aportava no Rio de Janeiro. Dois meses depois, em 1º. de maio, D. João declarava guerra à França.[34]

Desse modo, a luta pela preservação da integridade da monarquia portuguesa desembocou na inédita experiência da criação de um centro máximo de poder político imperial em solo americano. A importância desse acontecimento para o desenrolar dos acontecimentos futuros é admitida por todos aqueles que se detiveram a estudá-lo em suas diversas facetas, a curto, médio e longo prazo.[35] Numa dimensão imediata, no que diz respeito à formulação de uma nova política de relações internacionais por parte da Corte bragantina, a referida Representação de D. Rodrigo a D. João testemunha o início de uma administração voltada com especial interesse para a preservação dos domínios americanos, admitidos como essenciais para a integridade do Império e da nação

[33] V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.163-170.

[34] A expressão citada se encontra no *Manifesto, ou exposição fundada, e justificativa do procedimento da Corte de Portugal a respeito da França desde o princípio da Revolução até a época da Invasão de Portugal; e dos motivos, que a obrigaram a declarar a Guerra ao Imperador dos Franceses, pelo fato da Invasão, e da subsequente Declaração de Guerra feita em conseqüência do Relatório do Ministro das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1810 (publicado por SILVA (dir.) – *Op.cit*, p.341). Sua autoria é atribuída a D. Rodrigo. Simultaneamente, foi feita uma versão em francês. O *Correio Brasiliense* publicou a versão em português em seu v.I, n.4, de 09/1808. Ana Maria de A. CAMARGO & Rubens Borba de MORAES – *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo, Edusp/Kosmos, 1993, v.1, p.7-8.

Já em 1801, o marquês de Alorna expusera ao Príncipe regente o trunfo de dispor de colônias americanas, onde poderia vir a se instalar como forma de se precaver das guerras continentais. Dois anos depois, também D. Rodrigo fundamentara um projeto de transferência da Corte para a América, explicitamente no fato de que, "não sendo Portugal a melhor e mais essencial parte da Monarquia", no caso de uma guerra peninsular restaria ao "Soberano e seus Povos(...)irem criar um poderoso Império no Brasil, donde se volte a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa". Parecer de D. Rodrigo de 16/08/1803. V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.132; António Pedro VICENTE. Política externa de D. João VI no Brasil. In: *Estudos Avançados* v.7, n.19. São Paulo, 1993, p.199; Sara Marques PEREIRA - *D. Carlota Joaquina e os "espelhos de Clio":* actuação política e figurações historiográficas. Lisboa, Horizonte, 1999, p.80; Ana Cristina B. de ARAÚJO. O "Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves" 1815-1822. *Revista de História das Idéias*, 14. Coimbra, 1992, p.235. Maria de Lourdes V. LYRA - *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil:* bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994. A mesma idéia da importância das colônias está no *Correio Brasiliense* n.10, de 03/1809, p.262.

[35] Caio PRADO JR. – *Evolução política do Brasil:* colônia e império. 20.ªed. São Paulo, Brasiliense, 1989; Emília V. da COSTA. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: Carlos G. MOTA (org.) – *Brasil em perspectiva*. 19.ªed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990; Maria Odila da S. DIAS. A interiorização da metrópole, 1808-1853. In: Carlos G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*. 2.ªed. São Paulo, Perspectiva, 1986; Sérgio Buarque de HOLANDA. A herança colonial: sua desagregação. In: *História geral da civilização brasileira.* 3ª ed. São Paulo, Difel, 1970 (t.II); Fernando NOVAIS – *Portugal e Brasil....*cit.; NOVAIS & MOTA – *A independência política do Brasil*. 2.ªed. São Paulo, Hucitec, 1996; Ilmar R. de MATTOS – *O tempo saquarema:* a formação do Estado imperial. 4.ªed. Rio de Janeiro, Access, 1999; V. ALEXANDRE – *Os sentidos do Império*, cit; István JANCSÓ & João Paulo PIMENTA. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: C.G.MOTA (org.) – *Viagem incompleta:* a experiência brasileira 1500-2000. São Paulo, Senac, 2000; Andréa SLEMIAN – *O difícil aprendizado da política na Corte do Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo, FFLCH-USP, 2000 (dissertação de mestrado).

portuguesa, numa tarefa que a obrigaria a se voltar também, cada vez mais, para a vizinhança desses domínios.

Nos interstícios da aliança franco-espanhola, quando não se contava ainda com a saída encontrada pela Corte bragantina para a sua crise política, eram expressas as pretensões francesas sobre os territórios coloniais das Américas espanhola e portuguesa, com o que era possível antever o prolongamento, no Novo Mundo, do conflito entre o Império francês e as demais potências européias.[36] Mas, ao mesmo tempo, o enfraquecimento do controle metropolitano ibérico dos mercados coloniais americanos abria perspectivas bastante promissoras para a consolidação da Grã-Bretanha na condição de potência hegemônica mundial, processo em curso desde fins do século anterior[37]. A curto prazo, os mercados ibero-americanos representavam ainda uma alternativa ao bloqueio continental napoleônico (para o comércio português, a recíproca era verdadeira: a Grã-Bretanha surgia como a única alternativa para contornar o estrangulamento imposto aos seus produtos nos mercados europeus continentais). Toda essa disputa político-econômico-militar, que tinha França e Grã-Bretanha como protagonistas mas envolvia igualmente Portugal, Espanha e suas respectivas colônias, era percebida com expectativa e temor por homens como D. Rodrigo, que não somente receavam novas investidas militares francesas e britânicas ao ultramar ibérico – as malogradas expedições francesas ao Haiti em 1801-1803 e britânicas ao Rio da Prata em 1806-1807 forneciam uma incômoda lembrança[38] –, mas também represálias de ordem mercantil ou diplomática de qualquer parte, perante as quais a crise dos enfraquecidos Impérios ibéricos, era sabido, tenderia a se agravar.

Incômoda era também a efetiva presença francesa em territórios americanos, na qual a Louisiana, na América do Norte, representava para o governo português um

---

[36] De acordo com as cláusulas do tratado de Fontainebleau, o território português peninsular seria dividido de forma a fornecer "moedas de troca" nos arranjos políticos de Bonaparte com outras forças políticas; as colônias luso-americanas seriam consideradas domínios do rei da Espanha, o que, naquelas circunstâncias, significava sob influência direta da França. Oliveira LIMA – *D. João VI no Brasil*. 3.ªed. Rio de Janeiro, Topbooks 1996, p.37 e segs.

[37] Eric J. HOBSBAWM – *A era das revoluções 1789-1848*, p.101. Uma análise mais pormenorizada dos mecanismos da ascensão britânica à condição de potência hegemônica mundial é empreendida por Giovanni ARRIGHI - *O longo século XX*: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Edunesp, 1996, cap.3. Os seus impactos na América ibérica no contexto da independência e formação dos Estados Nacionais são analisados, em linhas gerais, por T. HALPERIN DONGHI. A economia e a sociedade na América espanhola do pós-independência. In: Leslie BETHELL (org.) – *História da América Latina*, cit., p.277-328.

[38] Para o Haiti: Lester D. LANGLEY – *The Americas in the Age of Revolution 1750-1850*, p.130-139; para o Rio da Prata: T. HALPERIN DONGHI – *Revolución y guerra:* formación de una élite dirigente en la Argentina criolla. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972, p.135 e segs.

espectro menos temerário do que Caiena (Guiana), fronteiriça ao Brasil e ao hispânico Vice-Reino de Nova Granada.[39] Por isso, inspirada em motivos geopolíticos, a Corte portuguesa decidiria por uma ação militar da qual resultaria uma ocupação que deveria durar mais de oito anos.[40]

A ameaça francesa, profusamente referida pelos homens de Estado portugueses da época, se conjugava com o reconhecimento, por parte daqueles homens, da complexidade da tarefa que se lhes impunha: a reorganização e fortalecimento da existência de um conjunto político essencialmente heterogêneo – o Império, que incluía os "Estados do Brasil"[41] -, cujos laços entre suas partes encontravam-se de muitas formas abalados pelas transformações impostas pela conturbada conjuntura européia. Em outras palavras, a manutenção da monarquia e da nação portuguesas, das quais tinham eles ampla visão e por elas se empenhavam em solucionar seus problemas, e do que dependia uma eficaz atuação tanto no plano interno quanto no externo.

Com vistas à reestruturação de seus domínios americanos, um dos organismos administrativos criados pela Corte portuguesa em sua nova sede foi a Intendência Geral de Polícia, organizada em 28 de junho de 1808 nos moldes da instituição já existente em Portugal. De atribuições bastante amplas,[42] caber-lhe-ia cuidar da fiscalização da entrada de estrangeiros pelo porto da cidade, devendo o intendente tomar ciência "do motivo que os conduz aqui, do emprego que têm, da vida que propõem seguir ou na Agricultura ou nas Artes, se têm ou não pessoas que os conheçam, e por eles

---

[39] Em 1801 D. Rodrigo aconselhara a D. João uma série de medidas relativas ao governo da Capitania do Pará, dentre as quais a designação de um vice-rei em lugar do governador ordinário, com o que poderia ser exercida uma autoridade real mais direta sobre a perigosa fronteira do norte da América (a carta de 29/12/1801 é citada por Oliveira LIMA – *Op.cit.*, p.107). Imbuído das mesmas preocupações, sugeria a transferência da capital do Mato Grosso, de Vila Bela para Cuiabá, cuja maior proximidade com a fronteira espanhola permitiria um melhor controle desta e uma melhor comunicação fluvial com o Pará (carta de 05/09/1802, citada por LIMA, p.287). Essa idéia vinha sendo defendida por D. Rodrigo já desde finais do século XVIII.

[40] O governador francês de Caiena capitulou em 12/01/1809; após vários acordos malogrados, o território foi restituído à França pelo tratado de 28/08/1817. José Honório RODRIGUES & Ricardo A. SEITENFUS – *Uma história diplomática do Brasil 1531-1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p.108-109. Nesse período, Caiena continuou a contar com a vigência dos códigos legais franceses, e nunca chegou a ser declarada domínio permanente português (Oliveira LIMA – *Op.cit.*, p.290).

[41] D. Rodrigo "Representação", p.342.

[42] A. SLEMIAN – *O difícil aprendizado da política...*, cit., p.68 e segs.

respondam, se vem de Países suspeitos, ou com quem S.A.R. esteja em Guerra".[43] De início, as vistas da Intendência recairiam preferencialmente sobre os franceses.[44]

O temor da ameaça francesa parecia mesmo transbordar da esfera do Estado, tornando-se de domínio público. Segundo John Luccock, verdadeiro pânico se estabeleceu no Rio de Janeiro em 1808 quando "um pendão francês surgiu ao largo do porto, embora houvesse apenas um navio à vista e que não demonstrava nenhuma hostilidade. O alarme, é verdade, não se propagou aos círculos navais e militares e muito menos ao Governo; mas o povo estava cheio de ansiedade, mostrando o que dele se poderia esperar, no caso de um ataque a sério".[45]

É no seio da ameaça de expansão napoleônica aos domínios americanos que se intensifica a preocupação, aos olhos desses homens, com os assuntos relativos também à Espanha e à América. Durante todo o período de funcionamento do sistema colonial na América ibérica, as variações de política entre as metrópoles européias desdobravam-se em acontecimentos no ultramar, traduzindo-se em extensões a ele de guerras e de períodos de paz. No início do século XIX,[46] essa lógica ainda perdurava: a presuntiva cooperação entre Portugal e Espanha – "unidos pelos enlaces da mesma religião, língua e costumes", como diria em certa ocaisão D. Rodrigo[47] - se revelaria sobretudo uma arma discursiva, denunciadora de uma postura circunstancial e estrategicamente cautelosa por parte do governo português com o intuito de evitar conflitos diretos; afinal, a Espanha era, pelo menos até meados de 1808, reconhecidamente uma aliada da França, ambas posicionadas portanto contra a aliança luso-britânica. No entanto, o curso dos acontecimentos logo se encarregaria de imprimir novas e surpreendentes configurações a esse tabuleiro político.

Para a Espanha, a invasão de Portugal resultaria em um inesperado contrafluxo militar, com as forças de Napoleão tomando posições espanholas (Pamplona e

[43] Instruções de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o intendente geral de polícia Paulo Fernandes Viana, Rio de Janeiro, 28 de março de 1808. AHI, documentos avulsos.
[44] SLEMIAN estima que, entre 1809 e 1811, dez franceses foram detidos pela Intendência, sobre os quais não se provou suspeita alguma (*O difícil aprendizado da política...*, cit., p.89 e segs.), além de portugueses com recente passagem pela França.
[45] John LUCCOCK – *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.* Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975, p.59. Luccock esteve no Brasil e Rio da Prata entre 1808 e 1818. A primeira edição (inglesa) de seu livro foi publicada em 1820; no ano seguinte, veio à luz uma tradução alemã.
[46] T. HALPERIN DONGHI – *Op.cit.*; as relações diplomáticas entre Portugal e Espanha no século XIX foram pioneiramente estudadas por Oliveira LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit.; mais recentemente, por ALEXANDRE – *Op.cit.*
[47] Instruções de D. Rodrigo para o Marechal de Campo Francisco Xavier Curado, Rio de Janeiro, 13/06/1808, publicado por SILVA (dir.) – *Op.cit.*, p.368-369.

Barcelona em fevereiro de 1808) que lhes servissem de amparo à conquista de Portugal. Ficava claro que a aliança estabelecida em Fontainebleau fora subvertida; no entanto, as tentativas de resistência no interior da Corte espanhola eram desarticuladas e inócuas, e a precoce abdicação de Carlos IV não garantira continuidade ao reinado de seu herdeiro: reunidos em Bayona, em 6 de maio, os principais integrantes da família real referendaram uma bizarra solução para a crise política: Fernando VII abdicou, devolvendo a coroa a seu pai, que por seu turno já a entregara, na véspera, a Napoleão, que finalmente concedeu-a a seu irmão mais velho, José. Imediatamente, no restante do país, demais autoridades e população se encontrariam perante um dilema: apoiar o invasor ou resistir a ele? A junta de governo formada em Madri e presidida pelo tio de Fernando VII, Antonio Pascual, já mostrara, antes mesmo dos sucessos de Baiona, sua propensão claramente colaboracionista; a frágil legitimidade que lhe revestia desmoronara com os famosos massacres de 2 de maio;[48] em reação ao dramático vazio de poder sentido por toda a Espanha, foram sendo sucessivamente formadas juntas de governo, de variável abrangência e organização, em praticamente todas as regiões do país (até começos de junho, elas somariam treze). A partir de então, a necessidade de coordenar os esforços de resistência ao invasor conduziriam à criação de um governo nacional representativo: a Junta Central de Aranjuez, reunida em setembro de 1808, pouco depois transferida a Sevilha e finalmente a Cádiz, e que governaria por dezessete meses.[49]

O vazio de poder que com as abdicações de Bayona se observa na Espanha peninsular se desdobrará também na América, precipitando reações variadas. Por um lado, as populações americanas reagirão, a princípio, buscando a manutenção da ordem golpeada, manifestando a permanência de suas relações de vassalagem para com Fernando VII e a fidelidade à religião católica, cuja tradução, em termos de vocábulo político, era a *nação espanhola* da qual todos, europeus e americanos, continuavam a fazer parte. Mas, ao mesmo tempo, como o pacto entre o monarca e os povos que conferia legitimidade à existência da nação não podia ser abolido unilateralmente, "se o

[48] Trata-se da desmesurada repressão promovida por forças militares francesas contra manifestantes "patriotas" em Madri, da qual resultaram muitos mortos.

[49] J. FONTANA – *La crisis del antiguo régimen (1808-1833)*, cit., p.13-14; M. ARTOLA – *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*, cit., p.20-24. Para uma análise do caráter popular e patriótico dos levantamentos antifranceses: Pierre VILAR. Patria y nación en el vocabulario de la guerra de la Independencia española. *Hidalgos amotinados y guerrilleros:* pueblo y poderes en la Historia de España. Barcelona, Crítica, 1982; para as juntas, F.X. GUERRA. Dos años cruciales. *Modernidad e independencias:* ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México, FCE, 1993, p.115-148.

rei desaparece, o poder volta à sua primeira fonte, o povo",[50] o que acarretava que as juntas peninsulares, especialmente a Central, eram plenamente sujeitas à contestação no que respeitava a sua legitimidade. Considerando-se o fato de que, no começo do século XIX, as formas de comunicação eram lentas e precárias, com o que as informações dependiam sempre de confirmações e desmentidos, num permanente movimento de fluxos entrecruzados e contraditórios, o que se observará na América espanhola é uma grande nebulosa de incertezas. Comportamentos diversos estarão assentados por uma vontade histórica de conservação das estruturas políticas, ao mesmo tempo que um leque de possibilidades começa, gradualmente, a se abrir.

Contudo, mesmo antes de aportarem à América as primeiras notícias dos graves acontecimentos da Espanha peninsular, a Corte joanina já se mostrava atenta para a necessidade de estabelecer uma política externa que lhe resguardasse, em sua nova sede, da vaticinada expansão, em terras americanas, dos vetores revolucionários europeus. Dela surgiria, nos anos de 1808 e 1809, a conjugação entre o conhecimento - cada vez mais necessário para subsidiar essa política - do que se passava com a América espanhola, e uma interação com a realidade política da vizinhança. É assim que, em estreita ligação com as contingências francesas, vão sendo introduzidas no mundo luso-americano também contingências espanholas – e, portanto, hispano-americanas -, numa situação que, conforme D. Rodrigo já apontara em sua Representação de 1808, teria no Rio da Prata o seu principal espaço de definição.

Trocas, fluxos e rotas

Para a compreensão desse movimento, do papel do Império português em seu bojo e das próprias possibilidades dele advindas, há que se considerar um aspecto fundamental das formações coloniais hispano e luso-americanas longamente maturado nos séculos anteriores: seus pontos de encontro construídos por caminhos e relações comerciais, responsáveis por uma rede de comunicações e influências recíprocas. No final do século XVII, quando as metrópoles já tinham consolidado o regime de monopólio para com suas colônias, a expansão portuguesa até o limite sul, na embocadura do Rio da Prata, estabeleceu um ponto de discórdia entre as metrópoles,

[50] Idem, p.123. Essa máxima política seria consagrada em 1810 por Mariano Moreno, secretário da Junta de Governo de Buenos Aires e redator da *Gaceta de Buenos Aires*. Cf. Bartolomé MITRE – *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*. Buenos Aires, Librería La Facultad, 1927, v.II, p.11-12.

mas de franco contato entre colonos das duas partes: a Colônia do Sacramento, fundada em 1680 e de jurisdição cambiante a partir de então – ora portuguesa, ora espanhola, bem ao sabor dos desdobramentos americanos do movimento político europeu –, oferecia novas condições para a prática do contrabando.[51] Desde então, por todo o século XVIII e nos primeiros anos do XIX, os fluxos comerciais, legais e ilegais entre a América espanhola e a portuguesa se desenvolveram progressivamente a partir da região platina, intensificando-se sobremaneira com a guerra anglo-espanhola de 1796, quando as embarcações das potências neutras, incluindo Portugal, obtiveram permissão de comércio em Buenos Aires.

A intensidade desse contato era de grande monta. Segundo Luccock, criterioso observador dos assuntos relativos à economia do Brasil, "houve, é verdade, uma época em que por tal forma os negociantes perderam a confiança, ou bem acharam tão dificil manter negócios diretos que até os gêneros que passavam de um para outro porto do próprio rio [da Prata], Buenos Aires e Montevidéu, eram transportados via Rio de Janeiro".[52] O contrabando com o Brasil constituía-se, indubitavelmente, numa das bases da economia rural de toda a Província Oriental.[53]

Com a invasão francesa da Península em 1807, observa-se novo estreitamento nas relações comerciais entre os portos do Brasil e do Rio da Prata, que se desdobrou, por um lado, na redução de tarifas aduaneiras para mercadorias procedentes do Brasil no porto de Buenos Aires (13 de julho de 1808) e no Regulamento de Livre-comércio (6 de novembro de 1809); por outro, na abertura dos portos luso-americanos ao comércio mundial, em 28 de janeiro de 1808. Um dos grandes apologistas dessa medida – formulada em caráter de urgente e provisória, e que na prática beneficiava sobretudo a Grã-Bretanha – era, aliás, José da Silva Lisboa, que em 1810 se encarregaria de traduzir para o português alguns dos libelos rio-platenses em defesa do livre-comércio.[54] Prova

---

[51] Sérgio VILLALOBOS - *Comercio y contrabando en el Río de la Plata y Chile 1700-1811*. 4.ªed. Buenos Aires, Eudeba, 1986; Alice P. CANABRAVA – *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1986. Era assim que Buenos Aires podia ser considerada, desde suas origens, uma cidade "semiportuguesa". Elena TORRE, Aspectos en torno al comercio marítimo Buenos Aires-Brasil, 1810-1816. In: Hernan A. SILVA (dir.) – *Navegacion y comercio rioplatense II*. Bahía Blanca, Universidad Nacional del Sur, 1998

[52] J. LUCCOCK – *Notas sobre o Rio de Janeiro...*, cit., p.393.

[53] HALPERIN DONGHI – *Revolución y guerra...*, cit., p.38.

[54] Silva Lisboa traduziu a célebre *Representación de los hacendados y labradores*, escrita por Mariano Moreno em setembro de 1809, com o título de *Razões dos lavradores do vice-reino de Buenos Aires para a franqueza do comércio com os ingleses contra a representação de alguns comerciantes, e resolução do governo. Com apêndice de observações e exame dos efeitos do novo regulamento nos interesses comerciais do Brasil*. Em apêndice, incluiu uma tradução das *Observações sobre o comércio de Espanha*

da medida em que, por esses anos, as realidades luso e hispano-americanas encontravam-se unidas pela atividade mercantil, o que ademais é amplamente confirmado por algumas estatísticas: em 1809, os barcos portugueses só eram menos freqüentes no porto de Buenos Aires do que os espanhóis; com os investimentos britânicos no comércio da região a partir daquele ano, o movimento português caiu em 1810 para terceiro lugar (10% das embarcações), atrás de Grã-Bretanha e Espanha, respectivamente, posição mantida em 1811 e 1812 (7% do movimento portuário, em dois anos de guerra e bloqueio do porto); no ano seguinte, contudo, ocuparia a segunda posição, bem próxima da Grã-Bretanha (39% contra 56%).[55] A partir de 1810, circulavam livremente na Província Oriental três moedas: a espanhola, a recém-criada pelas Províncias Unidas do Rio da Prata e, na região de fronteira de Iguarão, Lagoa Mirim, Santa Teresa e Rocha, também a portuguesa.[56]

Essa conjuntura mostra, não obstante suas variações, a frequência dessas ligações. Igualmente importante é verificar que para os portos de Buenos Aires e Montevidéu convergiam mercadorias e embarcações – portuguesas ou não - procedentes do Rio Grande, Santa Catarina, Santos, Parati, Rio de Janeiro, Bahia e Recife (porto este que também concentrava a movimentação de produtos do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba); em suma: de praticamente todos os importantes portos da costa luso-americana afluíam para o Prata algodão, açúcar, café, aguardente, madeira, material para a construção de barcos, farinha de mandioca, tabaco, índigo, erva-mate e arroz,

---

com suas colônias no tempo da guerra por um espanhol europeu ocasionadas pelo Decreto de 20 de Abril de 1799, que excluiu os Navios neutros dos Portos da América Espanhola, derrogando a Ordem de 18 de novembro de 1797, que os tinha admitido durante a presente guerra. A publicação no Rio de Janeiro, em 1810, esteve a cargo da Imprensa Régia. No mesmo ano, Silva Lisboa traria a público, de sua autoria, as *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil.* E. TORRE, Aspectos..., cit., p.185-186; CAMARGO & MORAES – *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*, cit., p.56-61. Para a *Representación de los hacendados*, HALPERIN DONGHI – *Revolución y guerra...*, cit., p.129. As duas obras que Silva Lisboa traduziu eram vendidas no Rio de Janeiro, de acordo com anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* (n.63, 08/08/1810. Nos n.s 79, de 03/10/1810, e 26, de 30/03/1811, há anúncio de venda de uma obra intitulada *Observações sobre o comércio de Buenos Aires*, que não consta da *Bibliografia* de Camargo & Moraes; é possível que sejam as *Observações sobre o comércio de Espanha*, acima referidas). As posições de Silva Lisboa suscitaram críticas por parte do *Correio Brasiliense* (v.II, nº12 de 05/1809 e nº14 de 07/1809), favorável ao livre-comércio, mas contrário à concessão de benefícios à Inglaterra.

[55] Dados extraídos de Elena TORRE, Aspectos..., cit., tabelas às páginas 195 e 196. É importante salientar que o reforço dessas ligações muitas vezes se dava em detrimento das tradicionais estabelecidas entre Buenos Aires e as demais províncias do Prata, cujas distâncias terrestres impediam que seus produtos competissem com aqueles estrangeiros chegados a Buenos Aires por via marítima; incapazes portanto de sobreviver ao livre-cambismo. José Pedro BARRÁN, Benjamín NAHUM – *Bases económicas de la revolución artiguista.* 2ªed. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1964, cap.III.

[56] Augustín BERAZA – *La economía en la Banda Oriental 1811-1820.* 2ª.ed. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1969, p.83.

além de ouro contrabandeado das Minas Gerais.[57] Na outra mão, as capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo recebiam carne, couro, farinha de trigo e animais provenientes de Buenos Aires e Montevidéu, assim como peles que, em embarcações que costumavam tocar nos portos de Rio Grande e da costa de Santa Catarina, também eram remetidas à Bahia. Mercadorias da campanha de Montevidéu chegavam também ao porto de Natal.[58] Esses fluxos aumentaram com a ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para abertura de novos caminhos terrestres entre regiões interioranas e portos costeiros: a ligação terrestre entre São Paulo e Rio Grande tinha em vista suprir a falta de alimentos ocasionada pelo grande aumento populacional da nova Corte; do Pará e Maranhão, tornara-se mais fácil atingir o Rio de Janeiro e São Paulo, logo Rio Grande e também Montevidéu.[59] O comércio de escravos do Atlântico sul afluía igualmente dos portos brasileiros aos de Havana e Montevidéu, o único do Prata autorizado a recebê-los, de modo que, por essa época, Buenos Aires e Montevidéu possuíam, dentre suas populações, proporções consideráveis de cativos.[60]

É importante salientar que o porto de Montevidéu, aquele da América espanhola com o qual mais contato tinham as cidades luso-americanas, possuía estreitas vinculações mercantis também com Lisboa e Porto, em Portugal; Boston e Baltimore,

[57] TORRE, Op.cit.; B. J. BARICKMAN – *A Bahian Counterpoint:* Sugar, Tobacco, Cassava, and Slavery in the Recôncavo, 1780-1860. Stanford, Stanford University Press, 1998; Oliveira LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.109. Para referência a um dos vários comerciantes platinos empenhados nessas atividades, Tomás Antonio Romero: T. HALPERIN DONGHI – *Revolución y guerra...*, cit., p.46.

[58] A título de exemplo: um "Mapa dos navios que entraram e saíram do porto da capitania da Bahia em 1810" indica vinte embarcações provenientes de Buenos Aires, oito de Montevidéu, uma do "Rio da Prata" (provavelmente Maldonado ou Colônia), uma de Callao, Peru, e uma de Havana, Cuba; no contra-fluxo, uma com destino a Buenos Aires, cinco a Montevidéu, duas ao "Rio da Prata" e uma a Havana. *Correio Brasiliense*,v.VII, n.39, 08/1811. Estatísticas para o ano de 1816 indicam uma presença no porto do Rio de Janeiro de 100 navios enolvidos no comércio com o Rio da Prata; no porto de Salvador, 24; para o mesmo ano, de 519 embarcações que entraram no porto de Salvador 7 eram provenientes da América espanhola, e 17 para ela eram destinados. "Exportações e importações da Capitania da Bahia": *GRJ* n.32, 19/04/1817, e *CB* v.XIX, n.110, 07/1817; J. LUCCOCK – *Notas...*, cit., p.425. Também Catherine LUGAR – *The Merchant Community of Salvador, Bahia, 1780-1830*. State University of New York at Stony Brook, 1980 (tese de doutorado), p.85; e A. BERAZA – *La economía en la banda oriental*, cit., p.19.

[59] J. LUCCOCK – *Notas...*, cit., p.162-174, 382-383 e 388. J. MAWE – *Viagens...*, cit., p.52, 59, 82-85 e 193. Oliveira LIMA – *D. João VI no Brasil, .cit.*, p. 91, 109 e 139.

[60] Sobre a rota Angola-Rio de Janeiro-Havana: João FRAGOSO & Manolo FLORENTINO – *O arcaísmo como projeto:* mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-1840. 4ª.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p.197. Desde 1801, escravos recém-chegados da África podiam ser reexportados da Bahia para o Rio Grande de São Pedro e Montevidéu (C. LUGAR – *The Merchant Community...*, p.75, p.128-129, nota n.13). Outra parcela significativa dos cativos do Prata era proveniente do comércio da Companhia de Comércio das Filipinas, para tanto credenciada desde 1787. Além de Montevidéu, comercializava escravos com os portos do Chile e do Peru (BARRÁN & NAHUM – *Bases económicas de la revolución artiguista*, cit., p.50-51).

nos Estados Unidos; além de Cuba, Peru e Chile.[61] Desse modo, o Brasil tinha, por Montevidéu, contato com todas essas regiões, o que não se mostrará desprovido da maior importância no tocante à circulação e troca de informações e notícias ligadas à política.

Entretanto, os contatos comerciais entre regiões da América portuguesa e da América espanhola não se restringiam ao eixo platino. No que respeita às ligações costeiras, pelo porto do Rio de Janeiro diversos produtos provenientes da Índia e da China eram reexportados para vários portos hispano-americanos. Quanto às rotas interiores, ainda bem pouco estruturadas em 1808, elas começavam a despertar interesse. Luccock alude à história de dois frades carmelitas espanhóis que, tendo de empreender viagem da costa brasileira ao Peru, preferiram fazê-lo por Goiás e Mato Grosso "a incorrer no risco de, no mar, caírem nas mãos dos corsários do Prata". Visando aprimorar a melhoria da raça cavalar no Rio de Janeiro, D. Rodrigo cogitou a importação de vicunhas e alpacas dos Andes. Em 1809, a abertura de uma estrada na capitania de Goiás objetivava facilitar o correio entre o Rio de Janeiro e o Pará, com o que se incrementava a comunicação terrestre também com Caiena. Além de contar com a possibilidade, por meio de suas vastas vias fluviais amazônicas voltadas para os territórios do Alto Peru e Nova Granada, de contatos abertos e pouco controlados pelas autoridades imperiais, o Pará mantinha pelo porto de Belém fluxos marítimos com o Caribe e os Estados Unidos, numa função similar à desempenhada, com mais intensidade, por Recife. Entre 1807 e 1811, John Mawe considerava o "grande e interessante Rio Tietê" como potencialmente "a grande via de comunicação entre o Rio de Janeiro, Santos e São Paulo e outros lugares, bem como para os importantes distritos de Cuiabá, Mato Grosso, todo o Paraguai, Rio da Prata, Potosí, Chuquisaca, e uma grande parte do Peru".[62]

A capitania do Rio Grande de São Pedro era sem dúvida, de todas as do Brasil, a mais suscetível às trocas com a América espanhola, dado o seu caráter de fronteira povoada. Ao longos dos séculos XVII e XVIII, o processo de ocupação da capitania obedeceu aos impulsos promovidos pelas guerras entre portugueses e espanhóis desde a fundação da Colônia do Sacramento, intensificado com a criação espanhola de

[61] BERAZA – *La economía en la Banda Oriental*, cit., p.18-19.
[62] J. LUCCOCK – *Notas...*, cit., p.328, 390 e 394; Oliveira LIMA – *D. João VI no Brasil,* cit., p.106 e 131; J. MAWE – *Viagens...*, cit., p.205. Segundo Estanislao JUST LLEÓ, pela fronteira mato-grossense eram comuns os contatos com os espanhóis do Alto Peru (*Comienzo de la independencia en el Alto Peru:* los sucesos de Chuquisaca, 1809. Sucre, Editorial Judicial, 1994, p.227).

Montevidéu, em 1724. Como resultado, as duas coroas promoveram o estabelecimento de propriedades fundiárias em modalidades bastante semelhantes, com a apropriação da terra sendo acompanhada de perto por sua monopolização. A partir de então, em boa parte devido à ineficiência dos controles militares de fronteira por ambas as partes, o contrabando e as trocas entre o extremo sul do Brasil e a banda oriental hispânica do Rio Uruguai configuraram um espaço que, em certo sentido, se formou como transnacional. No começo do século XIX, a situação é resultado dessa persistente configuração: o crescimento da produção local de carne e derivados, da agricultura (especialmente trigo), a intensificação das exportações e a dinâmica das trocas com o Prata sofisticaram a economia e a produção rio-grandense e aumentaram a riqueza de fazendeiros e, sobretudo, de comerciantes. Indício seguro desse desenvolvimento é o aumento por essa época observado na importação de escravos, gênero caro e característico das zonas coloniais agroexportadoras de grande produção.[63] Curiosamente, nesse novo quadro, os tradicionais prejuízos causados ao setor produtivo rio-grandense pelas guerras contra os espanhóis tendiam, agora, a se beneficiar deles: no tocante à pecuária, as periódicas contrações das atividades produtivas e portuárias de Buenos Aires, Montevidéu e suas respectivas campanhas, tão freqüentes no início do século, tendiam a aumentar substantivamente a importância da atividade econômica rio-grandense. "Ao tempo em que as tropas inglesas se apossaram de Montevidéu, temendo que afungentassem o gado e houvesse falta de provisões, encomendaram-se grandes quantidades dessa carne de São Pedro, que chegou a Montevidéu, embora não fosse necessária. Embarcaram-na depois para o mercado da Índia Oriental", testemunha Mawe, segundo o qual no Rio Grande "estabeleceu-se um comércio muito lucrativo com os espanhóis, que, em grande número, e com a maior avidez, compravam, por preços elevados, o tabaco e as manufaturas inglesas que podiam ser transportadas a cavalo". De Porto Alegre, São Pedro e Missões também manufaturas portuguesas

[63] Helen OSORIO – *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre, UFRGS, 1990 (dissertação de mestrado); da mesma autora, La capitanía de Río Grande en la época de la revolución artiguista: economía y sociedad. In: Ana FREGA & Ariadna ISLAS (coord.) – *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/Universidad de la República, 2001, p.163-178; também Fernando H. CARDOSO. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: Sérgio B. de HOLANDA (dir.) – *História geral da civilização brasileira*. 2ª.ed. São Paulo, Difel, 1967, t.II, 2°.vol., p.473-505.

passaram a abastecer a Província Oriental, especialmente erva-mate, aguardente e também tabaco. [64]

Em termos gerais, essa articulação entre as fronteiras luso e hispano-americana resultava em diagnósticos como o de Luccock, para quem a região oriental do Prata podia "ser considerada como parte integrante do Brasil". [65]

De toda essa ampla e diversificada rede, que em movimentos lentos mas seguros interligava até mesmo as regiões de mais dificil acesso no interior do continente americano com os portos e as cidades litorâneas portuguesas e espanholas, surgiram interesses mercantis transnacionais, rotas de informação e de trocas de experiência (correio, circulação de periódicos, livros e panfletos), redes de sociabilidade como as maçônicas; enfim, uma articulação entre comércio, vizinhança geográfica e cultura política que é marcante no momento de agudização da crise do colonialismo ibérico. Uma passagem da narrativa de John Luccock é eloqüente a esse respeito. Conta-nos o comerciante inglês que, certa vez, "dois [...] negociantes de Cuiabá, estavam a jantar à minha mesa [...] pouco depois de ter a família real imigrado e, tendo feito muitas perguntas sobre as coisas de Portugal e suas guerras, acerca dos ingleses e dos franceses, disseram finalmente: 'Bem, no nosso canto do mundo, nunca até agora ouvíramos falar nas guerras européias; e até bem pouco tempo atrás nem mesmo supúnhamos que houvesse sobre a face da Terra alguém mais além de portugueses, espanhóis e gentios'". [66]

Outra face bastante visível das trocas que se configuravam no continente americano no começo do século XIX nos é dada pelos números da presença estrangeira na praça mercantil do Rio de Janeiro, onde, entre os anos de 1808 e 1822, foram registrados oficialmente 4.799 ingressantes provenientes do exterior. Dentre espanhóis, ingleses, franceses, norte-americanos, germânicos, italianos, suíços, holandeses, austríacos, irlandeses e uma vasta gama de naturalidades de todo o mundo, verifica-se um número bastante expressivo de hispano-americanos: 249, incluindo uma ampla

[64] MAWE – *Viagens...*, cit., p.212. Também A. BERAZA – *La economía en la Banda Oriental*, cit., p.20-21. A agricultura riograndense, contudo, sofreu sérios prejuízos em decorrência do estado de beligerância, por conta dos cada vez mais intensos recrutamentos de lavradores locais incorporados aos exércitos portugueses de fronteira (OSÓRIO, La capitanía de Río Grande..., cit., p.172-173). As comunicações entre São Paulo e Rio Grande de São Pedro foram bastante incrementadas com o estabelecimento, por decreto régio de 24/09/1817, de um correio regular entre as duas capitanias (publicado no *Correio Bresiliense* v.XX, n.119, 04/1818).
[65] J. LUCCOCK – *Notas...*, p.393.
[66] J. LUCCOCK – *Notas sobre o Rio de Janeiro...*, cit., p.254.

maioria de naturais das Províncias do Prata (200), mas também 21 do Paraguai, 15 do Peru, alguns outros de Cuba, Alto Peru, México, Nicarágua, Nova Granada e Venezuela. Talvez mais relevante ainda seja destacar que grande número desses estrangeiros, independentemente de sua naturalidade, vinha da América espanhola ou para ela se dirigiam. Entre 1808 e 1822 foram registrados 975 ingressos no Rio de Janeiro de estrangeiros provenientes de Buenos Aires e Montevidéu - mais freqüentes do que os de quaisquer outras localidades, incluindo Grã-Bretanha, França, Espanha e Estados Unidos –, mas também Colônia do Sacramento, Maldonado, Ilha de Martim Garcia, Corrientes, Córdoba, Paraguai, Chiquitos, Santa Cruz de la Sierra, Chile, Peru e Cuba. Além, é claro, de muitos outros vindos de zonas de fronteira ou portos de contato com a América espanhola, como Santa Catarina e Rio Grande.[67]

Há que se considerar, afinal, que desde a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro contava o Brasil com uma Impressão Régia; que pusera fim ao longo e silencioso panorama cultural da colônia no tocante à publicação de obras; e que desde setembro de 1808 circulava, pela primeira vez na história, um periódico inteiramente redigido e editado no Brasil. A *Gazeta do Rio de Janeiro* seguia um padrão típico de gazetas européias do Antigo Regime: publicação oficial, porta-voz dos assuntos da Coroa, trazia, em suas páginas, extratos de notícias – de início, preferencialmente as ligadas à guerra peninsular –, bem como leis, decretos e comunicados oficiais do governo joanino, além de movimento portuário e anúncios de compra e venda de serviços disponíveis na sede da Corte. Raramente nela se encontravam quaisquer artigos de opinião, o que lhe impunha uma séria limitação enquanto propagadora e fomentadora de discussões públicas sobre assuntos ligados à política, que desde o segundo quartel do século XVIII se faziam progressivamente presentes em várias regiões do Brasil.[68]

No entanto, a sua circulação, por si só, já é indicativa de uma importante transformação. Afinal, num espaço no qual as distâncias, em todos os sentidos, se "encurtavam" cada vez mais, com um incremento das redes de comunicação, fruto de

[67] Dados tabulados a partir do *Registro de estrangeiros (18081-1822)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960 (contei com a importante colaboração de Andréa Placitte na realização desse trabalho, a quem devo agradecer). O órgão incumbido de efetuar os registros de estrangeiros era a Intendência Geral de Polícia da Corte que, como é fácil perceber pelo primeiro contato com esse códice, o fazia com procedimentos e métodos bastante mais defeituosos do que gostaríamos nós, historiadores.

[68] Marco MOREL La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: F.X. GUERRA & A. LEMPÉRIÈRE (et.al.) – *Los espacios públicos em Iberoamerica:* ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México D.F., F.C.E., 1998, p.302. O primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro* veio à luz em 10/09/1808, sendo editada sem interrupções até 31/12/1822.

uma política de Estado que, em última medida, respondia às demandas históricas de seu tempo dinâmico, frenético e acelerado, e no qual as respostas aos desafios impostos à manutenção da integridade monárquica portuguesa tinham que reacionar no mesmo ritmo, um dos meios privilegiados de operar essa unidade era oferecer aos súditos portugueses uma idéia factível de comunhão de interesses. Além de disponibilizar um conhecimento acerca do que se passava em diversas partes do Brasil, na Europa e no mundo, e, portanto, dos desafios impostos ao conjunto da nação portuguesa, a *Gazeta do Rio de Janeiro* propiciava aos seus leitores a materialização mesmo da nação e a face mais visível de sua unidade, que era o Estado, a dinastia e o monarca. Por volta de 1813, Luccock descreve um ambiente bastante propício à circulação da *Gazeta*: "haviam os Correios estendido sua rede por todas as partes dos domínios lusitanos; no Brasil, especialmente, as províncias e povoações mais remotas comunicavam-se umas com as outras, com facilidade e segurança [...]. Três livreiros se estabeleceram e ali [no Rio de Janeiro] se publicava também uma Gazeta, duas vezes por semana". Em outra passagem, afirma que não obstante sua remessa ser "tarda e a entrega incerta", o "Correio do Rio mantém comunicações com todos os pontos dos domínios portugueses".[69]

A importância dos desdobramentos da criação da *Gazeta do Rio de Janeiro* deve ser considerada na medida em que sua circulação na América portuguesa era simultânea à de outro periódico, igualmente voltado aos assuntos do Império e do Brasil: o *Correio Brasiliense*. Editado em Londres desde junho de 1808, trazia em suas páginas rica informação e profunda análise acerca dos grandes acontecimentos políticos e econômicos do mundo ocidental, merecendo reprovação formal do governo joanino do Rio de Janeiro, que impôs uma censura à sua distribuição no Brasil; mesmo assim, não há dúvidas de que, desde o início, ele circulava profusamente em toda a América, sendo folheado até mesmo pelos homens de Estado e – conforme mostraremos mais adiante - por figuras de destaque da política hispânica, como Francisco de Miranda e muito provavelmente Simón Bolívar; afinal, tratava-se de uma conjuntura política que exigia subsídios para os projetos de futuro, valorizando a informação o mais pronta e fidedigna possível. Mesmo porque, em linhas gerais, o objetivo maior dos dois periódicos era o

[69] LUCCOCK – *Notas...*, cit., p.166 e 284, respectivamente. Quatro anos depois (c.1817), viajando da Corte a Minas Gerais, o mesmo Luccock testemunha que três habitantes dessa província com os quais cruzara pelo caminho, tendo deixado recentemente a capital carioca, portavam "o último número da Gazeta do Rio"

mesmo: contribuir para a urgente tarefa de preservação e consolidação da ameaçada unidade política portuguesa em sua nova sede americana.[70]

Desde 1808 - por significativos motivos que trataremos adiante - os acontecimentos da América espanhola serão timidamente contemplados na *Gazeta do Rio de Janeiro*, mas abordados com avidez, detalhamento e constância pelo *Correio Brasiliense*.[71] Da conjugação entre essa rede de informações, notícias e boatos, bastante sofisticada e amplificada pelo advento da imprensa e do periodismo na América portuguesa, e outra, longamente estabelecida, de trocas comerciais e culturais, a partir de 1808 fortalecida com a presença maciça de estrangeiros no Brasil e potencializada por demandas políticas advindas de uma grave crise que punha em risco a ordem estabelecida, surgirão as condições de possibilidade para a criação de um espaço político específico, no qual se define a indissociabilidade de destinos entre a América portuguesa e a América espanhola.

Condições de emergência da política externa joanina

A primeira atitude oficial do Estado português denunciadora de uma consciência dessa indissociabilidade partiria, mais uma vez, do cioso e perspicaz D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que apenas cinco dias após a instalação da Corte no Rio de Janeiro dirigiu um ofício (13 de março) ao Cabildo de Buenos Aires, capital do Vice-Reino do Rio da Prata. Oferecendo proteção portuguesa contra a ameaça de expansionismo francês revolucionário, bem como uma intermediação da Corte portuguesa, na condição de aliada da Grã-Bretanha, no sentido de frear uma eventual nova investida desta contra o Rio da Prata, propunha o estabelecimento de uma zona de livre-comércio nos portos da região e a abolição formal do regime de monopólio comercial imposto pela Coroa

---

[70] Conforme muito bem demonstraram Marco MOREL e Mariana Monteiro de BARROS – *Palavra, imagem e poder:* o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.18-20. Em seu n.16, de 09/1809, há uma indicação aos "nossos leitores no Brasil"; nas palavras de Oliveira LIMA, "não havia porém censura que obstasse à franca circulação do *Correio Braziliense*[...]. Em Portugal a Regência, mais realista do que o rei, vedara esse periódico, que no Rio era Dom João VI o primeiro a ler com assiduidade" (*D. João VI no Brasil*, cit., p.166).

[71] Onde, ademais, ele também conhecia grande circulação. Vários periódicos editados em Buenos Aires trariam, ao longo da década de 1810, artigos seus. No mesmo sentido, no n.25, de 06/1810, lemos que "destinando nós o nosso Periódico a conter uma coleção de todas as notícias importantes do tempo, que dizem respeito a América, para onde principalmente se dirige o *Correio Brasiliense*...".

espanhola;[72] no caso de uma negativa, D. Rodrigo ameaçava: "Sua Alteza Real se veria obrigado a obrar, de concerto com o seu poderoso aliado, com os fortes meios que a Providência depositou em suas mãos". [73]

Ao mesmo tempo que intimidava as autoridades vice-reinais platinas, o governo joanino encarregava o brigadeiro Joaquim Xavier Curado[74] de uma missão especial a Montevidéu e Buenos Aires. De acordo com as instruções lavradas por D. Rodrigo em 15 de março de 1808, Curado se dirigiria ao Rio Grande para "conseguir ser admitido em Montevidéu e Buenos Aires [...], propondo a negociação de que vai encarregado para segurar a continuação do Comércio"; em seguida, deveria "tentar os Governadores para o fim de unir aqueles Países ao Real Domínio, o que seria muito feliz, pois evitaria toda ulterior contenda"; finalmente, se encarregaria do "exame, e conhecimento verdadeiro do voto da Nação Espanhola, e da Opinião Pública sobre entregarem-se ao Governo Português, e em qualquer caso o conhecimento do estado da Força Pública em Soldados, Oficiais, e Munições, que tem, e ocupa o Rio da Prata, pois é muito essencial se desgraçadamente se houver de chegar a vias de fato, que se conheça a força real dos Espanhóis sobre todos os Portos do Rio da Prata". [75]

Não se tratava, evidentemente, de uma missão comercial. Consciente da importância dos vínculos mercantis que aproximavam súditos portugueses e espanhóis na região do Prata, portanto sob o pretexto de buscar entendimento para a plena continuidade daquelas atividades, buscava o governo português, com a missão Curado, estabelecer relações amistosas com autoridades platinas que conduzissem ao seu objetivo político último: estender seus domínios ao Prata hispânico. De fato, Curado conseguir passar a Montevidéu, mas não obteve das autoridades da província qualquer manifestação formal de apoio aos propósitos portugueses; em Buenos Aires, sequer foi recebido. Sob pretextos de ordem burocrática, o vice-rei do Rio da Prata, Santiago de

---

[72] Na prática, o regime de exclusivo colonial espanhol ruiu progressivamente ao longo de todo o século XVIII; no entanto, no início do XIX, subsistiam ainda barreiras legais e formais, contra as quais se voltaria a política portuguesa e, principalmente, a britânica. S. VILLALOBOS – *Comercio y contrabando...*, cit. Também HALPERIN DONGHI – *Revolución y guerra...*, cit., primeira parte.

[73] A íntegra do ofício se encontra publicada em *Política lusitana en el Rio de la Plata – Coleccion Lavradio*, I, 1808-1809 (doravante *PLRP*). Buenos Aires, Archivo General de la Nación, 1961, p.12-14. Na historiografia, citado, dentre muitos, por Oliveir LIMA – *D. João VI no Brasil.* cit.; RODRIGUES & SEITENFUS – *Op.cit.*, p.110; V. ALEXANDRE – *Op.cit.*, p.244; PEREIRA – *Op.cit.*, p.81.

[74] Seria promovido a marechal em 13 de maio de 1808.

[75] Instruções de D. Rodrigo de Souza Coutinho a Joaquim Xavier Curado, Rio de Janeiro, 15/03/1808. Transcritas por Walter A. de AZEVEDO. A missão secreta do marechal Curado ao Rio da Prata (1808-1809). *Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*, v.192, jul./set./1946, p.174.

Liniers, se esquivara de formalmente negar apoio à proposta de submissão,[76] o que ademais já era previsto por D. Rodrigo, que trabalhava igualmente em outras frentes. Manteve conversas com o conde de Liniers, irmão do vice-rei, que a esse tempo se encontrava no Rio de Janeiro, para onde pouco tempo depois seria despachado Lázaro de Rivera.[77]

As missões Curado e Rivera e o contato estabelecido com o conde de Liniers representam um microcosmo de experimentação preliminar da dimensão conflituosa das relações que, desde então, se estabeleceriam entre as autoridades políticas hispano-platinas e as portuguesas do Brasil, permeando mesmo os contatos aparentemente mais cordiais. Esse simultâneo emprego de argumentos de caráter conciliatório com ameaças declaradas de utilização de instrumentos de coerção – para os quais o governo joanino efetivamente se preparava[78] - se desenvolverá de modo a caracterizar, em linhas gerais, a prática de política externa joanina em relação à América espanhola nos anos subsequentes a 1808.

Outro dado fundamental para se compreender essa relação reside na marcante presença, no universo político português de inícios do século XIX, de um imaginário político-geográfico que considerava legítima e até mesmo desejável a delimitação territorial de um país por meio de "fronteiras naturais", marcos assinalados pela natureza e em cuja observância os espaços de jurisdição entre os geralmente conflituosos Estados do Antigo Regime deveriam ser configurados. O argumento é antigo: no Império Romano, na Europa medieval e na França dos séculos XVII e XVIII ele estaria presente em diversas situações e servindo a múltiplos interesses, ora dotado de um conteúdo fundamentalmente histórico, ora político, ora pensado como limite humano, ora como linha jurídica.[79] Desde a segunda metade do século XVIII, esse argumento seria redefinido pelo pensamento das Luzes e pela Revolução Francesa, que

[76] O malogro da missão pode ser acompanhado pela correspondência trocada entre Curado, Liniers e o governador de Montevidéu, Elío, entre *PLRP*, I, p.42-54. Na p.20, há também um ofício de Liniers a D. João (28/07). Curado retornou ao Rio Grande em setembro de 1808.

[77] Em *PLRP*, I, p.31-39, há uma memória escrita pelo conde de Liniers, datada do Rio de Janeiro em 20/03/1808, bem como uma síntese de suas conversas com D. Rodrigo travadas entre os dias 23 e 26 do mesmo mês. Sobre Lázaro de Rivera, ex-governador da província do Paraguai: Carta de Francisco González Rodríguez a José Presas, Buenos Aires, 25/06/1808 (*PLRP*, I, p.74); também Oliveira LIMA – *D. João VI no* Brasil, cit., p.195 e 208-209.

[78] Vide, por exemplo, o ofício de Curado a D. Rodrigo datado de Montevidéu em 16/07/1808, no qual descreve a fortificação da praça desta cidade e a estrutura militar de Buenos Aires (*PLRP*, I, p.75).

[79] Peter SAHLINS. Natural Frontiers Revisited: France's Boundaries since the Seventeenth Century. *American Historical Review* v.95, n.5, 1990, p.1423-1451.

o dotariam de uma carga de racionalidade que se mostraria conveniente à política luso-americana do início do século XIX.

O que importa assinalar é que, no contexto da transferência da Corte para a América, o argumento das "fronteiras naturais" seria readequado pelas preocupações do gabinete joanino com a expansão revolucionária francesa e com a própria manutenção da unidade dinástica bragantina. Assim, carregando consigo uma ancestralidade de conflitos de jurisdição entre Portugal e Espanha, a Província Oriental se encaixaria bastante bem a esse conjunto de interesses: por meio de sua submissão, o Brasil adquiriria sua "fronteira natural". Desde então, esse argumento seria trabalhado, deliberadamente ou não, em função das circunstâncias políticas ibero-americanas no contexto da crise do Antigo Regime. Por vezes propalado enfaticamente, por outras relativizado, pública ou reservadamente ele teria grande circulação, caracterizando um estágio específico na trajetória de uma idéia que tem longa duração na história do Brasil: o de sua "especificidade territorial".[80]

Em parte como decorrência de uma incompreensão dos devidos alcances e limites desse argumento no universo político português da época, o principal adjetivo que a política externa americana de D. João no Brasil tem recebido da historiografia é *expansionista*. A ênfase no caráter agressivo dessa política – do qual são demonstrações irrefutáveis a intimação dirigida ao Cabildo de Buenos Aires em março de 1808, a missão Curado e, posteriormente, as campanhas militares de 1811 e 1816 na Província Oriental – costuma obscurecer todo um conjunto de condições de possibilidades historicamente construídas nas quais ela se inscreve. Tomando-se apenas as atitudes efetivamente concretizadas em vias de fato, bem como as manifestações discursivas que se coadunam perfeitamente com essa concretização, é sedutora a explicação de que a Corte do Rio de Janeiro trabalhou, desde 1808 e à sombra da Grã-Bretanha, pela fragmentação dos vice-reinos hispânicos, em especial o do Rio da Prata, o que lhe franquearia as portas para dominá-lo ou conquistá-lo; sua freqüente recorrência ao argumento das "fronteiras naturais" nada mais seria, então, do que expressão ideológica

[80] Essa questão foi analisada, no contexto da independência, por João Paulo G. PIMENTA – *Estado e nação na crise dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2002 (algumas das proposições aqui contidas serão desdobradas mais adiante); para o período posterior, incluindo o plano da historiografia e dos discursos geográficos, Demétrio MAGNOLI – *O corpo da pátria:* imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo, Unesp/Moderna, 1997.

de uma política expansionista. Ora, esse tipo de argumentação é lógico, mas não real.[81] Ele desconsidera a existência, do outro lado da fronteira, de agentes políticos ativos e que, a exemplo dos estadistas portugueses, também se empenhavam, por volta de 1808 e 1809, na manutenção da tradicional ordem vigente, operando com as complicadas armas disponibilizadas por um tempo histórico em rápido movimento. Se essa política externa era expansionista, ela o era por conta dos vetores impostos pelo mundo hispano-americano ao luso-americano, que *permitiram* que "fronteiras naturais" pudessem ser pensadas como parte de um programa político em resposta aos desafios lançados ao Império português.

Desde a fuga da Família Real para o Brasil, os acontecimentos desse Império também eram acompanhados com vivo interesse no mundo hispânico. Em março de 1808, antes mesmo do desembarque da comitiva luso-britânica no Rio de Janeiro, o Cabildo de Montevidéu dirigia uma nota ao de Buenos Aires na qual lhe informava das últimas notícias recebidas pelo Rio Grande, da iminência daquela chegada e da decisão, motivada "por los recelos que tal ocurrencia causaba", de enviar "reservadamente un sugeto activo, inteligente, de toda su satisfaccion y de la de dicho Gefe al Rio Grande para que con la cautela correspondiente se impusiese de todo quanto alli occuria". A preocupação do Cabildo era clara: a possibilidade "de un rompimiento de Guerra con aquella nacion fronteriza [a portuguesa]".[82] No dia 17 de março, as autoridades portenhas dirigiam outra nota ao ministro da guerra espanhol dando conta das notícias do desembarque no Rio de Janeiro de "la Familia Real de Portugal" em "dos Navios y dos Bergantines de Guerra Portugueses" e "tres Navios Ingleses"; propunha em decorrência "promover que se haga un extraordinario esfuerzo para surtir esta Provincia

[81] D. A. G. WADDEL (A política internacional..., cit., p.234) é categórico em afirmar que "do ponto de vista do governo inglês, as revoluções hispano-americanas de 1810 representaram um desdobramento incômodo. A Inglaterra não podia apoiar o repúdio colonial à autoridade metropolitana, uma vez que a cooperação do governo peninsular era essencial na luta contra Napoleão. Por outro lado, seria imprudente tomar o partido da Espanha contra as colônias, porque isso poderia pôr em risco as futuras relações da Inglaterra com os novos países, se eles conseguissem sua independência [...]. A diplomacia inglesa se mantinha neutra entre a Espanha e suas colônias, tentando evitar desgostar seriamente ambos os lados – uma corda bamba sobre a qual ela caminhou durante muitos anos com notável sucesso". A política internacional e a independência da América.

[82] Nota reservada do Cabildo de Montevidéu ao Cabildo de Buenos Aires. Montevidéu, 02/03/1808. *PLRP*, I, p.4-7. O Informe do enviado Luis Larrobla sobre o estado militar do Rio Grande e outras notícias referentes à chegada à América da Família Real portuguesa é de fevereiro (*PLRP*, I, p.7-9). A nota do Cabildo de Buenos Aires em resposta à do de Montevidéu, datada de 05/03, considerava "criticas" as "atuales circunstancias", e "indispensable precauciones no omitiendo quanto conduzca à nuestra defensa y seguridad" (*PLRP*, I, p.9-11). Vale lembrar que as ligações marítimas entre Montevidéu e a Bahia, onde a Família Real aportara em janeiro, eram bastante freqüentes, o que facilitava sobremaneira a difusão de notícias e boatos entre aqueles pontos.

del competente numero de Tropa, Armas, Municiones e demás efectos de Guerra correspondientes a él, à fin de asegurar estos interesantes Dominios [...] y evitar los incalculables quebrantos que nos ocasionaria la perdida de ellos".[83] Também as autoridades paraguaias se encontravam de sobreaviso, e em breve seriam mobilizadas as de Lima, capital do Vice-Reino do Peru, cujo Cabildo receberia do de Buenos Aires um pedido de auxílio em dinheiro para se proteger da ameaça portuguesa.[84]

Por outro lado, esse estado de espírito, de generalizado alerta em relação aos eventuais projetos portugueses de conquista na América, era de conhecimento do governo joanino que, conforme visto anteriormente, também concebia a eventualidade de guerra contra os espanhóis do continente; uma guerra cogitada, para a qual os potenciais contenedores tentavam se preparar, mas que não chegaria por ora a se concretizar. A sua simples possibilidade, no entanto, basta para conceber a racionalidade da política externa americana empregada pelo Estado imperial português: ao mesmo tempo que agressiva, negociadora; ao mesmo tempo que ameaçadora, prudentemente conciliadora. Mostra disso é o grande número de enviados portugueses a Buenos Aires e Montevidéu e que, a esse tempo, construíam uma prática de negociação subversiva, na medida em que estabeleciam negociações diretas entre o Rio de Janeiro e o Prata sem passar por qualquer instância governativa metropolitana. A política corporificada por D. Rodrigo de Souza Coutinho é, desse modo, resultado de um panorama de incertezas e temores recíprocos, nos quais tanto as novas contingências da América portuguesa definem expectativas, projetos e procedimentos por parte das autoridades vice-reinóis hispânicas, como a situação do Império espanhol imprime marcas decisivas na conduta dos estadistas portugueses empenhados em evitar que a monarquia bragantina padecesse dos mesmos males que vitimavam a bourbônica. O caráter expansionista e intimidatório da política joanina inaugurada em 1808 é, portanto, uma demonstração de sua marca igualmente intimidada, estrategicamente cautelosa.

O que se observa é, portanto, um equilíbrio de forças, definido por uma irradiação de vetores históricos com poder de estabelecer, na América, novas condições

---

[83] Nota reservada do governador e capitão interino de Buenos Aires ao ministro de guerra A. Olaguer Feliu. Buenos Aires, 17/03/1808. *PLRP*, I, p.21-23. De idêntico teor é o ofício dirigido pelo Cabildo de Buenos Aires ao rei da Espanha, em maio (*PLRP*, I, p.56-59), e por Liniers ao ministro Godoy, em 31 de maio (Manuscritos Adicionais – British Museum, n.32.608, citado por Oliveira LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.195).

[84] Cf. a nota do governador do Paraguai D. Manuel Gutiérrez ao vice-rei Liniers, Assunção, 17/03/1808 (*PLRP*, I, p.23-31); nota do Cabildo de Buenos Aires ao de Lima, Buenos Aires, 27/04/1808 (*PLRP*, I, p.54-55).

de sobrevivência política face ao turbilhão revolucionário nela desdobrado a partir da Europa. Desde a transferência da Corte portuguesa, acarretada em função de uma mesma crise política portuguesa e espanhola na península, a sorte dos domínios bragantinos da América estaria em função da de seus vizinhos bourbônicos.[85] É o que nos mostra a chegada à América da confirmação dos dramáticos sucessos da Espanha peninsular, ocorridos em maio.

O colapso da Espanha metropolitana

Nos primeiros dias de agosto de 1808, o vice-rei do Prata, Santiago de Liniers, recebera comunicados oficiais da abdicação de Carlos IV e da ascensão ao trono de seu filho, na condição de Fernando VII. Com isso, imediatamente dirigiu uma circular a todas as principais autoridades sob sua ampla jurisdição, dando-lhes conta oficialmente da novidade e determinando que se organizassem as costumeiras celebrações e demonstrações coletivas de júbilo ao novo monarca. Contudo, a chegada a Buenos Aires de um emissário de Napoleão, Sassenay, em 13 de agosto, mostraria outra realidade: portando papéis dirigidos a Liniers e outras autoridades vice-reinóis, o agente francês notificava as abdicações de Baiona e a mudança de dinastia operada com a ascensão ao trono espanhol de José Bonaparte; convidava-as, ademais, a prestar adesão ao novo monarca. Dois dias depois Liniers encaminhava nova circular às autoridades vice-reinóis, desta vez anunciando a chegada de Sassenay e os sucessos de Baiona, conclamando-as a resistirem ao invasor e a manterem fidelidade a Fernando VII. Chegava a Buenos Aires, uma semana depois, em 23 de agosto, José Manuel de Goyeneche, enviado da Junta de provincial de Sevilha[86] encarregado de noticiar as

[85] Carece pois de fundamento a afirmação de António Pedro VICENTE, para quem D. Rodrigo, fomentando "idéias revolucionárias e separatistas nas colônias espanholas convicto de vantagens para alimento dos seus desejos expansionistas" esquecia, "muitas vezes, o perigo que corria, na sua própria casa, com essa propagação" (Política exterior de D. João VI no Brasil, cit., p.203). Os supostos "desejos" de D. Rodrigo são na realidade interesses de Estado, cuja política, naquilo que é expansionista, o é em razão direta e em proporção à preocupação de D. Rodrigo, como homem de Estado, com os temidos efeitos da propagação de idéias e práticas revolucionárias no interior do Brasil.

[86] Trata-se da junta suprema *provincial* de Sevilha, e que se arvorava o título de "Junta Suprema de España y de Indias", e não da junta *central* da Espanha, que se formaria somente em setembro, primeiro em Aranjuez e logo em Sevilha.

abdicações e exortar os habitantes da América a se manterem unidos em torno de seu legítimo monarca, agora impedido.[87]

A despeito da crise estrutural que assolava o Império espanhol, e cujo progressivo desenvolvimento conduzira ao agudo quadro de solvência de 1808, os tradicionais vínculos entre vassalos e soberano, responsáveis durante o Antigo Regime pela conformação da nação espanhola, continuavam fortes. Se na Espanha peninsular a evidência do caráter dominador da aliança franco-espanhola precipitara, desde maio, uma eclosão espontânea de inúmeros focos de resistência, bem como a formação de juntas de governo em nome de Fernando VII, na América as demonstrações de lealdade não seriam substancialmente distintas.[88]

Igualmente, a exemplo do que ocorria na Espanha, o vazio de poder criaria na América um dilema que hoje nos surge como claramente insolúvel: como operar o princípio da reassunção popular da soberania em virtude do impedimento do seu titular, sem romper com os padrões políticos até aquele momento vigentes, sem portanto configurar uma revolução? Ora, criadas sob o manto legitimista de pretenderem governar em nome de Fernando VII, as juntas significavam justamente uma ruptura de caráter revolucionário, na medida em que criavam novos espaços de poder até então inexistentes, e jamais formalizados enquanto possibilidade efetiva de poderem existir. Com isso, um movimento generalizado de fundamentos conservadores fornecia um poderoso substrato de aceleração da desagregação do Império espanhol, já em adiantado curso no ano de 1808, e cujos sensíveis – e geralmente inesperados – desdobramentos imprimiriam decisivas marcas quando da abertura dos processos de independência, dois anos depois.

Na Nova Espanha, a cruel questão *quem governa, e em nome de quem* - a notícia da ascensão de Fernando chegou à cidade do México em 9 de junho de 1810, e a das abdicações de Baiona em 16 de julho - levaria à deposição do vice-rei José de Iturrigaray e sua substituição por um governo fortemente antifrancês, que buscaria evitar a todo custo a convocação de uma assembléia de representantes das cidades do

---

[87] Estanislao JUST LLEÓ – *Comienzo de la independencia en el Alto Peru:* los sucesos de Chuquisaca, 1809. Sucre, Editorial Judicial, 1994, p.57-58, 68.

[88] François-Xavier GUERRA. Dos años cruciales (1808-1809). In: *Modernidad e independencias*, cit., p.115-148. Os principais veículos de divulgação confirmada das notícias de Baiona eram as gazetas francesas, inglesas e espanholas.

Vice-Reino.[89] Na capitania-geral da Venezuela, o influxo francês também provocou fortes reações hostis, transformando-se numa bandeira contrária à formação de juntas de governo.[90] Em Quito, as autoridades abortaram, em dezembro de 1808, uma primeira tentativa de formação de uma junta que, comandada pelo marquês de Selva Alegre, governaria em nome de Fernando VII e contra as pretensões de Napoleão. No Alto Peru, as notícias da Espanha potencializaram um quadro de efervescência política e social – tratava-se de sociedades com altos contingentes de índios, com perfis de casta, e nas quais a lembrança dos levantes de massa do último quartel do século anterior ainda permaneciam bem vivas – que culminou com a formação de duas juntas independentes: a de Chuquisaca, em 25 de maio de 1809, e a de La Paz, menos de dez meses depois[91] (a elas voltaremos em breve).

Aos projetos de submissão do Prata intentados pela Corte do Rio de Janeiro, que previam se valer das armas da persuasão não somente sobre as autoridades estatais hispânicas, mas também sobre a "opinião pública" – entendida como grupos de pessoas influentes nas sociedades de Montevidéu e Buenos Aires - não poderiam ser indiferentes essas reações. As informações a respeito, nos primórdios da imprensa periódica no Brasil, eram ainda bastante escassas, mas não deixavam de chegar. As notícias de que era portador Sassenay foram conhecidas por Curado logo no dia 10 de agosto de 1810, quando da passagem do enviado francês por Montevidéu a caminho de Buenos Aires, e transmitidas a D. Rodrigo no dia 15;[92] o rechaço de Liniers chegou a D. Rodrigo pela pena de Sidney Smith, em setembro;[93] poucos dias depois, o ministro levava a D. João "as felizes notícias que me escreve de Montevidéu o Curado, e que ali se proclamou o Sr. Rei Fernando VII, e se não admitiu o Emissário Francês".[94] A *Gazeta do Rio de Janeiro* noticiou com alegria o fato de Buenos Aires ter se recusado a aderir à dinastia dos Bonaparte, e publicou dois documentos: a proclamação do cabildo de Buenos Aires

---

[89] Iturrigaray foi preso em 16 de setembro, substituído por Pedro de Garibay. Timothy E. ANNA. A independência do México e da América Central. In: Leslie BETHELL (org.) – *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Funag, 2001 (v.III, "Da independência até 1870"), p.80-83.

[90] David BUSHNELL. A independência da América do Sul espanhola. In: L. BETHELL (org.) – *História da América Latina*, cit., p.123-124.

[91] E. JJUST LLEÓ – *Comienzo de la independencia en el Alto Peru...*, cit.

[92] Nota de Joaquim Xavier Curado a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Montevidéu, 15/08/1808 (*PLRP*, I, p.98-99).

[93] Nota de Sidney Smith a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Rio de Janeiro, 09/09/1808 (*PLRP*, I, p.152-153.

[94] Carta de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao Príncipe regente, Rio de Janeiro, 11/09/1808 (*PLRP*, I, p.154-155).

de 22 de agosto prestando lealdade a Fernando VII; e a proclamação do vice-rei Liniers, de idêntico teor, de 27 de agosto.[95] Meses depois, noticiaria a "adesão ao rei espanhol" no México.[96] O *Correio Brasiliense*, posicionado mais à distância dos acontecimentos americanos do que a *Gazeta*, só trataria da rejeição a Napoleão em Buenos Aires em seu número de novembro, e em teor bastante diferente do da *Gazeta*. Para seu editor, a recusa de Liniers seria uma forma de o vice-rei "disfarçar os seus sentimentos", pois "seus verdadeiros intentos [seriam] vender aquele País [Buenos Aires] a seu amo Bonaparte".[97]

A acusação de partidário político da França, dirigida a Liniers – aliás, francês de nascimento - era muito recorrente por esse tempo. Conduzido à chefia executiva do vice-reino por seu destacado papel na resistência militar contra as invasões britânicas de 1806 e 1807, em notório contraste com a atitude do então titular marquês de Sobremonte, Liniers sofria agora as contingências de um tempo que mudara muito rápido, e que logo conduziria à sua derrocada. Mesmo assim, nas páginas do *Correio Brasiliense* a acusação adquire um sentido especial, pois se conjuga com um rearranjo da política externa portuguesa, que via no atual quadro político da América espanhola possibilidades favoráveis a um novo projeto de aproximação. Na mesma página em que abordou a recusa de Liniers frente ao agente francês, nas linhas imediatamente seguintes, o *Correio* trouxe uma nota referente ao Brasil que parece esclarecer sua posição sobre o Vice-Rei:

> "*Brasil*. Além do que fica dito a respeito desta importante parte do Globo, tenho de anunciar que a Princesa do Brasil, como filha de Carlos IV, de Espanha, e o Infante de Espanha D. Pedro, como neto; fizeram uma representação a S.A.R. O Príncipe Regente de Portugal, em que protestando pelos seus direitos ao trono de Espanha, não obstante a pretendida renúncia, que, em nome de sua Real família, fez Carlos IV, pedem o auxílio de S.A.R. para recobrar os seus direitos, logo que se ofereça ocasião favorável. Este procedimento é não só justo, mas digno de muito louvor, porque já basta de uma aquiescência muda às vistas do tirano da Europa: ao menos saiba o povo, que as usurpações não são aprovadas por seus

[95] *Gazeta do Rio de Janeiro* (doravante *GRJ*) n.05, 28/09/1808.
[96] *GRJ* n.37, 18/01/1809.
[97] *CB* n.6, 11/1808.

soberanos; e que protestando contra a violência reservam os seus direitos para os fazer valer, quando as forças forem proporcionais às suas justas pretensões".[98]

Assim, o raciocínio do editor do *Correio* é bastante lógico: Liniers representava uma ameaça, era um agente de Napoleão, o que acarretava muito perigo não só para o Prata mas também para o Brasil; na América, a Princesa Carlota representava, "justa" e "dignamente", a sustentação dos legítimos direitos dos povos; sua figura seria capaz de frear as "usurpações" revolucionárias. O projeto carlotista surge assim como uma alternativa de consecução de objetivos aventados pela política externa portuguesa desde a instalação da Corte no Brasil, e perseguidos de várias formas desde a intimação de D. Rodrigo a Liniers. Gestado seguramente desde os primeiros meses de 1808, a partir de agosto ele conheceria, em virtude do vazio de poder observado na América espanhola que passara a ser de conhecimento de todos, um campo fértil para ser lançado.

Carlota Joaquina

Datado de 19 de agosto de 1808, o *Manifesto dirigido à los fieles vasallos de Su Magestad Católica El Rey de las Españas e Indias por su Alteza Real Doña Carlota Juaquina Infanta de España, Princesa de Portugal y Brazil* representou a oficialização desse projeto. Nele, D. Carlota Joaquina, princesa do Brasil, esposa de D. João e irmã mais velha do rei da Espanha, Fernando VII, clamava publicamente pela soberania e integridade da monarquia bourbônica, para o que se dirigia agora a todas as autoridades vice-reinóis e aos súditos do Império espanhol. Em termos de início vagos, pretendia ser reconhecida como legítima sucessora do monarca impedido. Junto com o *Manifesto*, remetia outros dois documentos firmados na mesma data: a *Justa reclamación que los representantes de la Casa Real de España Doña Carlota Juaquina de Bourbon Princesa de Portugal y Brazil, y Don Pedro Carlos de Bourbon y Braganza, Infante de España, hacen a Su Alteza Real el Príncipe Regente de Portugal*, e a *Respuesta de S.A.R. el Príncipe Regente de Portugal, a la reclamación hecha por SS. AA. RR. la Princesa del Brazil, y el Infante de España Don Pedro Carlos*. No primeiro, D. Carlota e D. Pedro solicitavam auxílio de D. João – e, em decorrência, da Grã-Bretanha - na tarefa de combater na península o invasor francês e de manter na América a integridade

[98] *CB* n.6, 11/1808.

dos princípios de legitimidade dinásticos ameaçados; no segundo, D. João reconhecia a justiça da solicitação, comprometendo-se genericamente com a tarefa de "obrar contra un enemigo comun" de Portugal e Espanha. "Yo por lo menos Haré quanto estubiera de Mi parte para efectuar esta saludable conbinacion y alianza que VV. AA. RR. Me acaba de proponer".[99]

O projeto carlotista conheceria na América espanhola repercussões variadas e complexas. O ainda persistente desconhecimento historiográfico acerca dessas reações nos conduz ao perigo de, equivocadamente, reduzi-las aos termos de recusa ou aceitação, o que implica conferir aos vice-reinos um panorama político homogêneo, o que, entre 1808 e 1809, não poderia estar mais distante da realidade hispano-americana, diversificada de região para região.

É certo que o "pacote" carlotista chegou às Filipinas, Nova Espanha, Cuba, Guatemala, Nova Granada, Venezuela, Peru, Quito e Chile. Em muitas dessas regiões, foi empreeendido também um trabalho silencioso de contato com pessoas influentes e de tentativa de persuasão por meio de correpondência privada e reservada. Em nenhuma dessas partes, entretanto, provocou adesões consolidadas em escala territorial considerável. No vice-reino do Prata, onde, conforme vimos anteriormente, a importância do comércio com o Brasil estabelecera uma rede de fluxos bastante propícia a aproximações políticas, a alternativa conheceria um campo singularmente fértil de aceitação, ao menos no que diz respeito aos portos de Montevidéu, Buenos Aires e suas áreas de influência direta. [100] Em outras partes do vice-reino, a reação seria bastante diferente.

O projeto foi dado a conhecer em Buenos Aires em caráter oficial por duas frentes: pela nota de D. Rodrigo ao Cabildo, de 24 de agosto de 1808, e pela carta de D. Carlota a Liniers, de 27 de agosto. No dia 13 de setembro, as duas autoridades vice-reinóis acusariam o recebimento dos documentos e, em idêntico teor, recusariam adesão

---

[99] Os três documentos foram impressos na Imprensa Régia do Rio de Janeiro e, à época, reproduzidos integralmente pelo *Correio Brasiliense* (v.I, n.07, 12/1808); encontram-se publicados em *PLRP*, I, p.105-115. Sobre D. Carlota e o carlotismo: S. PEREIRA – *D. Carlota Joaquina...*, cit.; Francisca N. de AZEVEDO. Carlota Joaquina e a política do Prata. In: *Anais Museu Histórico Nacional* v.31. Rio de Janeiro, 1999, p.253-272; Roberto ETCHEPAREBORDA – *Qué fue el Carlotismo*. Buenos Aires, Plus Ultra, 1971; e Julián María RUBIO – *La infanta Carlota Joaquina y la política de España en América (1808-1812)*. Madrid, 1920.

[100] A confiarmos no diagnóstico não de todo isento de deformações de Felipe Contucci, encaminhado a D. Rodrigo em novembro de 1808, o número de pessoas "confiáveis" (entenda-se: leais ao projeto carlotista) no interior do Vice-Reino do Prata e capitania do Chile chegaria a 123; destas, 99 em Buenos Aires (Contucci a D. Rodrigo, Rio de Janeiro, 16/11/1808. In: HALPERIN DONGHI – *Revolución y guerra...*, cit., p.157-157).

ao projeto, reafirmando lealdade a Fernando VII. "Aunque Buenos Ayres mira con el maior placer el grande empeño que han tomado VV. AA. RR. por defender los sagrados derechos de su Augusta Familia, poner freno à las usurpaciones de un Tirano contener su desmedida ambicion, y afirmar el Trono en la Real Casa de Borbon; aunque reconoce el derecho positivo que en su caso tienen VV. AA. RR. à la corona de Castilla y se gloria de ello. Con todo, como su suerte está ligada à la de la Metropoli, y ha prestado juramento de obediencia y fidelidad à su rey y Señor Dn. Fernando 7°. nada puede alterar en esta parte, hasta que nuevas resultas le descubran el modo como deba comportarse".[101]

Mesmo assim, o *Manifesto* e os documentos de D. Carlota e D. Pedro Carlos passaram adiante, provocando reações inesperadas. Com o intuito de uniformizar os termos da recusa e de reforçar a lealdade a Fernando VII, Liniers dirigiu, em 15 de agosto de 1808, uma proclamação impressa aos "Valerosos y fidelisimos habitantes de Buenos Ayres" em que informava os acontecimentos de Baiona e ordenava o juramento de lealdade ao rei cativo;[102] com os mesmos propósitos, dirigia, em 15 de outubro, uma circular ao presidente da audência de Charcas, Ramón García de León y Pizarro, contendo os três documentos recebidos do Rio de Janeiro; foram dados a conhecer em Chuquisaca em 12 de novembro, quando nela entrou Goyeneche, proveniente de Buenos Aires; pouco depois, chegava à cidade a nota de D. Rodrigo ao Cabildo de Charcas e a várias outras autoridades locais contendo, além dos três documentos, notícias dos acontecimentos peninsulares.[103]

[101] Nota do ministro secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao Cabildo de Buenos Aires, Rio de Janeiro, 24/08/1808 (*PLRP*, I, p.103-104); a carta de D. Carlota a Liniers é citada por E. JUST LLEÓ – *Comienzo de la independencia en el Alto Peru...*, cit., p.73; sua recusa, de 13/09/1808, em *PLRP*, I, p.142-146; a do Cabildo de Buenos Aires, também de 13/09/1808, em *PLRP*, I, p.139-141. Uma troca de ofícios bastante diplomática, reveladora das precauções adotadas por ambas as partes, típica aliás do período e dos agentes em questão, se encontra no ofício do Cabildo a D. Carlota de 29/10/1808, e na resposta desta, por meio de José Presas, de 04/12/1808, em *PLRP*, I, p.246-247.

[102] *PLRP*, I, p.157-159. A proclamação do Cabildo, de 22/08/1808, e de idêntico teor, encontra-se à p.159-160.

[103] E. JUST LLEÓ – *Comienzo de la independencia en el Alto Peru...*, cit., p.72-77 e p.376-389. Segundo esse autor prováveis autoridades receptadoras dos papéis foram, além do presidente Pizarro, a Audiência, o arcebispo Moxó, o Cabildo secular e a Universidade. Fora de Chuquisaca, teriam recebido o bispo e o Cabildo de Santa Cruz de la Sierra, o bispo e o Cabildo de La Paz, o intendente e o Cabildo de Potosí, o presidente e o Cabildo de Cochamaba (Idem p.100). A nota de D. Rodrigo ao Cabildo de Chuquisaca se encontra publicada em *PLRP*, 1, p.105; a recusa deste (25/12/1808), professando que "por ningun acontecimiento faltará en un apice de la lealtad que siempre ha profesado a los Soberanos de España ni de la fidelidad y amor que ha jurado a su unico dueño y Sr. Temporal Dn. Fernando 7.mo sin embargo de llorarlo ausente de su Corte y oprimida por la mas infame Traicion", à p.141-142.

O que a partir desse momento ocorre em Chuquisaca é bastante paradigmático dos meandros conjunturais e regionais pelos quais se deve compreender o significado do projeto carlotista. Uma longa disputa por espaços de poder, travada entre León y Pizarro e a audiência por ele presidida, envolvendo também autoridades universitárias e eclesiásticas e que remonta aos últimos anos do século anterior, encontrou no projeto carlotista um combustível ideal para a explosão do confronto. As propaladas "tentativas de conquista" do vice-reino por parte do governo português foram deliberadamente associadas à gestão do presidente da audiência – que em realidade não oferecera qualquer demonstração positiva de adesão ao projeto – e polarizaram antigas rivalidades. Essa situação conduzirá à deposição de León y Pizarro e à formação de uma junta de governo, em 25 de maio de 1809.[104]

No centro do Vice-Reino do Rio da Prata, o projeto carlotista conheceria um ambiente totalmente distinto. Em 20 de setembro de 1808, uma memória informativa redigida em Buenos Aires era despachada ao Príncipe regente, à Princesa e ao Infante D. Pedro Carlos, dando conta de uma forte tendência supostamente ali existente a considerar a Junta provincial de Sevilha como "una Junta que no ha mostrado sus titulos, ni puede acogerse à los de Borbon sin ofenderlos en la pertinencia", do que resultaria uma aceitação do "derecho de V.A.R."; advertia ainda para o perigo existente, "desde la ocupacion de Buenos Ayres por las fuerzas Britanicas en 1806", da ação de "partidos" que desejavam a instalação no Prata de um "Gobierno republicano so color de ventajas, inspirando estas ideas à los incautos e inarvertidos con el fin de elevar su suerte sobre la ruina de los debiles". Devendo chegar a Corte do Rio de Janeiro pelas mãos de Filipe Contucci, emissário português no Prata entre 1808 e 1812, essa memória era encaminhada por um grupo de eminentes personalidades ligadas ao comércio do Rio da Prata, aos quais - nas palavras precisas de Halperín Donghi - "o poder político se apresentava como um instrumento de transformação de uma ordem econômica que não parecia capaz de elaborar espontaneamente forças renovadoras de suficiente gravitação". Seus nomes: Juan José Castelli, Antonio Luis Beruti, Hipolito Vieytes, Nicolás Rodrigues Peña e Manuel Belgrano.[105]

[104] A circunstancialidade da oposição ao projeto carlotista e o caráter retórico de sua utilização em Chuquisaca entre 1808 e 1809 constituem uma das teses centrais do estudo de E. JUST LLEÓ – *Comienzo de la independencia en el Alti Peru...*, cit.

[105] O original da memória se encontra no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis (RJ), tendo sido publicado integralmente por Ariosto FERNÁNDEZ. Manuel Belgrano y la Princesa Carlota Joaquina (1808). *Historia*, ano I, n.°3, Buenos Aires, jan.-mar./1956, p.79-88 (primeira parte). Os três documentos

Conforme vimos, por essa época eram fortes os interesses mercantis que uniam setores em órbita dos portos de Buenos Aires e Montevidéu com o Rio de Janeiro e outras regiões da América portuguesa; nesse sentido, essa boa receptividade do projeto carlotista se configura como uma conjugação desses interesses com alternativas políticas emergentes. Não se deve esquecer ainda que, se o estado das coisas não dava mostras de atender a demandas de grupos como o dos carlotistas platinos, a essa conjugação entre economia e política não poderia ser indiferente a transformação do Rio de Janeiro, uma cidade americana e colonial, em centro do poder imperial. Os novos tempos esboçavam um sinal inequívoco: no caso de incapacidade metropolitana, a América se configurava como dotada de capacidade de auto-gestão, para a qual o carlotismo poderia ser uma alternativa (não por acaso, vários dos carlotistas platinos em breve ocupariam lugares de destaque no movimento revolucionário de Buenos Aires).[106]

Assim, pouco após serem conhecidas na Corte do Rio de Janeiro as negativas formais de adesão a D. Carlota do Vice-Rei e do Cabildo de Buenos Aires, chegavam manifestações seguras de apoio. Os termos dos documentos parecem, quando tomados por si sós, idênticos aos de recusa: manifestam igualmente lealdade a Fernando e à dinastia bourbônica, seus legítimos direitos, etc.; no entanto, a frase "persuadase V.A., que todos los individuos de esta Universidad [o Consulado de Buenos Aires], permanecerán leales a su legitimo Rey, y Señor; abrigando en sus pechos la noble propension de V.A. a sostener la Justa causa", é uma manifestação clara de adesão. A configuração desse grupo de poder e seu apoio às pretensões em torno de D. Carlota, sem que nos esqueçamos da presença do imaginário político-geográfico das "fronteiras naturais", atesta que, durante os anos de 1808 e 1809 e no delicado panorama que indissociava as crises dos Impérios ibéricos, a região platina se constituía num espaço que deveria merecer, por parte do Estado português da América, uma atenção muito especial.

---

de encaminhamento a D. João, D. Carlota e D. Pedro Carlos, datados de 20/09/1808, estão em *PLRP*, I, p.168-171. T. HALPERIN DONGHI – *Revolución y guerra*..., cit., p.126.

[106] Tome-se, a título de exemplo o caso paradigmático de Manuel Belgrano. Advogado, comerciante e periodista, primeiro secretário do Consulado de Comércio de Buenos Aires, tornou-se uma espécie de porta-voz dos anseios da Princesa do Brasil no Prata. Em suas atividades mercantis consignaria um carregamento de 32 escravos africanos chegado a Buenos Aires em janeiro de 1809 no navio português *Netuno*, procedente do Rio de Janeiro e de propriedade de Felipe Contucci (Elena TORRE. Aspectos..., cit., p.200-201). Em maio de 1810, inrtegraria a junta revolucionária de Buenos Aires sendo incumbido de chefiar exércitos de submissão do Alto Peru e Paraguai.

Isso só faz sentido, entretanto, se considerarmos o projeto carlotista como um vetor histórico capaz de reconfigurar, ainda que circunstancialmente, o processo geral de crise e desagregação do Antigo Regime na América ibérica, o que por seu turno implica esvaziar o seu suposto caráter de empresa pessoal de D. Carlota, fruto de obstinações, excentricidades ou ambições particulares. Análises da personalidade e da atuação pública de D. Carlota não cabem nos propósitos desta investigação, mesmo porque elas já foram objeto de outras;[107] basta-nos a constatação de que, ao longo de uma necessária revisão historiográfica que se voltou contra as distorções herdadas de uma "lenda negra" tecida em torno da Princesa do Brasil a partir de testemunhos da própria época, surgiu uma figura tão dotada de vontades próprias, de atuação política tão forte e independente, que o projeto carlotista se viu tendencialmente destituído de qualquer conteúdo governamental mais amplo, transformado em projeto puramente pessoal. Na realidade, ele foi uma alternativa efetivamente planejada, reconfigurada e testada até seu definitivo fracasso por grupos políticos organizados e que, em resposta à crise por eles vivida e percebida com progressiva inquietude, buscava soluções de futuro. Tratou-se, fundamentalmente, de um *projeto político do governo joanino*.

O ponto central dessa discussão reside no papel desempenhado, durante os anos de vigência do projeto, por D. João, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e pela Grã-Bretanha. A comparação entre a atuação da Princesa e as manifestações de descompasso entre todos esses agentes subsidia, naturalmente, o argumento da iniciativa pessoal de D. Carlota, que teria ido adiante em suas pretensões a despeito das oposições do ministério luso, do gabinete britânico e até mesmo de seu marido. Não se deve esquecer, contudo, que, desde os seus momentos iniciais, o projeto carlotista contou com o amparo da política britânica, por meio de representantes instalados no Brasil (vale lembrar que os principais carlotistas de Buenos Aires eram também livre-cambistas). Por essa época, a Grã-Bretanha buscava consolidar sua condição de potência hegemônica mundial, alavancada com o industrialismo da segunda metade do século XVIII e o decorrente vertiginoso acúmulo de capital por setores sociais britânicos que, cada vez mais ricos, logo encontrariam na convulsionada América ibérica do século XIX um mercado privilegiado para o investimento em empréstimos a juros; no entanto, em 1808 essa realidade ainda não se consumara. Por meio de uma peculiar conjugação entre capital e

[107] O melhor estudo é o de Sara M. PEREIRA – *D. Carlota Joaquina...*, cit., que analisa tanto a "lenda negra" quanto a "lenda dourada" construídas em torno de D. Carlota.

Estado, e em meio às guerras napoleônicas, o poder mundial do imperialismo inglês ia se sendimentando, traduzindo-se, dentre várias formas, por uma agressiva atividade mercantil e por uma crescente interferência na política de outros países.[108] Em 1808, a América ibérica era, ao mesmo tempo, um terreno promissor e um campo de experimentação. Se hoje nos parece lógico que ao poder britânico não interessaria o surgimento, por sobre os escombros do império espanhol, de uma poderosa monarquia portuguesa com domínio estabelecido por toda a América, do México ao Rio da Prata, na época da transferência da Corte joanina essa possibilidade tinha outro sentido: o principal problema dizia respeito à liquidação formal do regime de exclusivo colonial, de modo que o principal beneficiário da medida fosse o comércio britânico. No tocante ao equilíbrio político, a adesão de Portugal à aliança antifrancesa em 1807 já garantira sua submissão à Grã-Bretanha. Pouco depois, após a publicização do projeto carlotista, a decretação do Regulamento de Livre-comércio em Buenos Aires, de 6 de novembro de 1809, destituíra a alternativa carlotista de uma parte substantiva do sentido inicial que possuía para a obtenção dos interesses britânicos. Naturalmente, a Grã-Bretanha se desinteressaria dele.

Os temores em relação a um avanço francês sobre o continente, não obstante a ampla utilização dessa ameaça para fins retóricos, eram reais; a manutenção dos laços dinásticos dos vice-reinos com a Espanha, cada vez mais debilitados, incerta. O sucesso da expansão político-econômica britânica dependeria, portanto, de sua capacidade de levá-la a bom termo, para o que o projeto carlotista configurara-se como uma alternativa. Não é obra do acaso que o *Correio Brasiliense* já se manifestasse, antes mesmo de agosto de 1808, em prol dos supostos direitos da Princesa. Sendo um periódico notoriamente defensor do livre-comércio, do qual a Grã-Bretanha era o grande bastião mundial, redigido em Londres e muito distante de se constituir num veículo plenamente independente de idéias políticas, e nunca totalmente desvinculado do *estabilishment* imperial português, o *Correio* não hesitava em opinar, logo em seu primeiro número, em junho de 1808, que "o Príncipe do Brasil, que, por parte de Sua Mulher, é o único herdeiro legítimo da Monarquia Espanhola, deve apossar-se de tudo o

[108] Eric J. HOBSBAWM – *A era das revoluções*, cit., p.62 e segs; Giovanni ARRIGHI – *O "longo século XX"*..., cit., p.47 e segs.

que lhe ficar ao capto; antes que o inimigo comum tome medidas convenientes, para se afirmar por tal maneira, no trono da Espanha, que até as Colônias lhe não escapem".[109]

A exemplo do que ocorreu com a Grã-Bretanha, também da parte de D. João e de D. Rodrigo foram postas sérias objeções a ele em diversos momentos, durante o período em que o projeto carlotista ia sendo "testado". Não se trata, contudo, de objeções de ordem pessoal. É certo que D. João recusou o pedido de D. Carlota para que lhe autorizasse viagem a Montevidéu e Buenos Aires, mas o argumento utilizado parece claro e coerente: afirma o Príncipe que sua esposa "nada pode fazer ou obrar sem o meu consentimento e sem ir de acordo com o Governo estabelecido em Espanha e com S.M.B" (afinal, em novembro de 1808 a Grã-Bretanha já obtivera a concessão de livre-comércio nos portos platinos, e o carlotismo, submetido a seus primeiros testes, encontrara resistências na América). Da mesma forma, encontrava-se no continente um representante da Junta provincial de Sevilha, e as reações das autoridades vice-reinóis a ele eram ainda uma incógnita. Uma das principais fontes de avaliação da conjuntura política platina a que D. Rodrigo – e por extensão D. João – tinha acesso eram os informes francamente carlotistas de Sidney Smith e de Filipe Contucci, que invariavelmente davam conta de desassossegos no Prata e da urgência de que D. Carlota seguisse viagem à região; D. Rodrigo levava-os sempre em consideração.[110] Não se trata, portanto, de objeções pessoais, mas sim de estratégias de uma política governamental que procurava agir no bojo de um quadro histórico bastante complicado.[111]

Se deixarmos, portanto, D. Rodrigo não como homem deste ou daquele "partido", mas simplesmente como aquilo que ele era – um homem de Estado -, poderemos agregar que os manifestos de 16 de agosto distribuídos às autoridades hispânicas eram recebidos, oficialmente, como documentos "da Corte do Brasil", respaldados explicitamente pelo Príncipe regente em sua *Resposta*, encaminhados por via de seu principal ministro. A elaboração desses manifestos, aliás, foi decidida no

---

[109] *CB* n.01, 06/1808.

[110] Por exemplo: carta de W. S. Smith a D. Rodrigo, Rio de Janeiro, 27/10/1808 (*PLRP*, I, p.235-237); nota de D. Rodrigo a D. João, Rio de Janeiro, 09/11/1808 (*PLRP*, I, p.258-259); e a carta de W. S. Smith a D. Rodrigo, Rio de Janeiro, 19/11/1808 (*PLRP*, I, p.279-282).

[111] A carta de D. Carlota a D. João é de 19/11/1808; a resposta deste é do dia 26 (publicadas em *PLRP*, I, p.271-275, e p.276-277, respectivamente). É significativo que uma reprovação categórica às pretensões de D. Carlota tenha sido dada por Lord Strangford a D. Rodrigo somente em março do ano seguinte, quando o desinteresse britânico pela sua consecução já estava definido (Carta de Lord Strangford ao conde de Linhares, Rio de Janeiro, 29/03/1809, *PLRP*, I, p.474-474).

âmbito oficial do Estado português, lavrados no gabinete do inglês Sidney Smith – que encaminhou a D. João uma proposta de divulgação do projeto[112] - e publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro. A percepção dessa perfeita articulação de interesses e atuação britânica e portuguesa é dada justamente pelas autoridades a quem o "pacote" era destinado e, conforme vimos, explica em boa medida os desdobramentos que o projeto teria no Alto Peru e no Rio da Prata.

O caráter lógico do argumento da continuidade dinástica, bem como a perfeita articulação de interesses demonstrada inicialmente pela Grã-Bretanha e pelo Império português em torno da resistência ao perigo francês, revelaram-se não totalmente destituídos de eficácia, na medida em que, no Rio da Prata, angariaram apoio por parte de quem se interessava pelo estreitamento dos vínculos comerciais entre Brasil e Buenos Aires/Montevidéu. No Alto Peru, a utilização deliberadamente retórica das pretensões expansionistas portuguesas, atribuídas ao projeto carlotista, só pôde causar o celeuma que causou porque, atrelada à Corte do Brasil encontrava-se – e disso todos sabiam – a Grã-Bretanha. Na Espanha, onde a Lei Sálica não estava mais em vigência[113], o pronunciamento em defesa do projeto carlotista efetuado na Junta provincial de Múrcia pelo respeitável conde de Floridablanca[114] ofereceu um sinal verde, de modo que o governo português se empenharia, a partir de 1809, na obtenção do apoio e reconhecimento a D. Carlota na Junta central.

O desenvolvimento da política portuguesa passava imperiosamente pela interlocução com a metrópole espanhola, já que, por mais frágeis que fossem os vínculos desta com suas colônias, a lógica política do sistema colonial ainda não fora formalmente abolida. Também há que se considerar que o procedimento da Corte portuguesa de se dirigir diretamente a autoridades hispano-americanas não poderia ser tolerado agora que a Junta central de Sevilha se atribuía a condição de instância portadora da soberania da nação espanhola, sendo efetivamente reconhecida como tal por várias autoridades políticas americanas.

Em fins de 1809, numa tentativa de restabelecer os tradicionais fluxos inter-metropolitanos, a Corte portuguesa e a Junta central espanhola trocaram embaixadores:

---

[112] A proposta acompanha a carta de W. Sidney Smith ao Príncipe regente, Rio de Janeiro, 10/08/1808 (*PLRP*, I, p.94-97).

[113] A Lei Sálica fora adotada na Espanha em 1713 com o objetivo de manter a Casa da Áustria no trono espanhol; para tanto, proibira a sucessão dinástica por meio de herdeiras. Sua revogação se dera em 1789, durante o reinado de Carlos IV, numa sessão secreta.

[114] S. PEREIRA – *Carlota Joaquina...*, cit., p.83.

para o Rio de Janeiro era enviado o marquês de Casa Irujo, enquanto para Sevilha seguia D. Pedro de Sousa Holstein, futuro conde de Palmela.[115] Encarregado de negociar diplomaticamente os interesses portugueses junto à Espanha, Holstein teria especial atenção no tocante às suas colônias americanas, bem sabedor que era do risco que representava para todos a quebra, naquele momento, do princípio dinástico[116].

Os objetivos de Holstein podem ser resumidos em dois: aproximar-se do ministro britânico em Sevilha para consolidar a aliança recém-formada entre Portugal e Grã-Bretanha, auxiliando na negociação de um tratado comercial entre ambas (que viria a ser concretizado no ano seguinte); e "estreitar os vínculos de amizade que a circunstância atual faz tão necessária entre Portugal, e Espanha", fazendo "causa comum com esta, para segurar a independência da Península, e conseguir a liberdade do Senhor. D. Fernando VII"[117]. Nesse ponto, o grande desafio do embaixador português consistiria justamente em preservar esse espírito, pois a Corte do Rio de Janeiro, além de pressionar a Junta central de Sevilha para a consecução do projeto carlotista, passava agora a pleitear oficialmente a restituição do território peninsular de Olivença, anexado à Espanha em 1801 durante a chamada "guerra das laranjas".

É significativo do papel representado pelas colônias americanas no momento de crise pelo qual atravessava a monarquia espanhola o fato de estas serem tratadas, no conjunto das negociações diplomáticas, como objeto de primeira importância. Do ponto de vista econômico, com a ocupação do território peninsular, somente das colônias poderia provir o fornecimento de riquezas imprescindíveis para a manutenção da onerosa guerra de resistência contra os franceses; de um ponto de vista geopolítico, conforme vimos anteriormente, a fragilização dos laços entre colônias espanholas e metrópole poderia abrir caminho para uma maior expansão do inimigo Império francês. Com os anseios ingleses e também portugueses pelo estabelecimento do livre-comércio americano, os domínios espanhóis eram postos no cruzamento dos interesses. Em oficio

[115] As instruções de D. Rodrigo a Holstein são de 09/01/1809. V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, p.250-251.

[116] Carta de D. Pedro de Souza Holstein dirigida a D. Eusébio de Bardaxi y Azara, Cádiz, 06/04/1810 (cópia): "Em data de 5 de Setembro de 1809, apresentou o Snr. Marquês de Casa Irujo, Ministro Plenipotenciário de S. M. Católica no Rio de Janeiro ao Snr. Conde de Linhares Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiro naquela Corte, uma Nota tendente a pedir explicações, sobre a reunião de um Corpo de 5 a 68 homens, que se efetuava na Capitania do Rio Grande [...]. Não desenvolverei aqui vários raciocínios que à primeira vista se apresentam sobre a improbabilidade que haveria de supor vistas hostis [portuguesas] contra uma parte dos Domínios Espanhóis a S. A. Real em prejuízos dos Direitos eventuais, e legítimos que para o futuro poderá ter à successão de todos." *Arquivo Histórico do Itamaraty* (doravante, *AHI*), Legação em Sevilha.

[117] Oficio n.8 de Holstein a D. Rodrigo, Sevilha 02/08/1809. *AHI*, Legação em Sevilha.

dirigido a D. Rodrigo, Holstein considerava "a conservação das Colônias Espanholas reunidas como o objeto mais importante que se pode ter em vista",[118] com o que caberia "assegurar na nossa Augusta Casa de Bragança a Coroa de todas as Américas no caso demasiadamente possível de que a guerra de Espanha tenha um êxito infeliz".[119] Ao dirigir-se às autoridades espanholas, contudo, tratava a questão com as devidas adequações de discurso, enfatizando o perigo representado pela penetração bonapartista na América: "S.A.R. mostraria o mais sincero desejo não só de viver na melhor harmonia e boa inteligência com os mesmos Governos limítrofes [dos seus Estados no Brasil]; mas faria causa comum com eles para concorrer à sua defesa; se o Governo Francês intentasse de qualquer modo fazer alguma invasão d'este lado."[120] Logo a defesa do reconhecimento dos direitos de D. Carlota ao trono se transformaria de vez no projeto, aventado de início pelos carlotistas platinos, para que ela assumisse não mais o Trono, mas a Regência, "antes por ser a mais próxima parenta de Fernando VII do que por ser a Herdeira da Monarquia;"[121] e para a "união possível de toda a Península n'uma só Nação",[122] Holstein insistia na "seriedade [com que] deverá a Junta Suprema considerar esta escolha pelo que respeita às suas imensas Colônias":

> "Quem poderá por outro lado prever, a resolução que tomarão essas Colônias tão distantes, e separadas umas das outras, se no momento possível da ocupação total da Espanha pelos Franceses, não se achar já organizada uma Regência, ou se não estiver à testa d'ela para servir de centro de união a Princesa, a cujo nome nenhum Espanhol em qualquer dos Hemisférios poderá deixar de respeitar?"[123]

Não há dúvidas quanto ao empenho de D. João, por meio de D. Rodrigo, e deste por meio de Holstein, na viabilização do projeto carlotista junto ao governo de

---

[118] Ofício n.50 de Palmela a Linhares sobre os direitos de D. Carlota, Sevilha, 21/01/1810. *AHI*, Legação em Sevilha.
[119] Ofício n. 46 de Palmela a Linhares, Sevilha, 29/12/1809. *AHI*, Legação em Sevilha.
[120] Cópia da Nota que se entregou [Palmela] ao secretario de Estado D. Martin de Garay, Sevilha, 25/07/1809. *AHI*, Legação em Sevilha.
[121] Sevilha, 02/09/1809. Ofício n.21 de Holstein a D. Rodrigo. *AHI*, Legação em Sevilha
[122] Palmela à Junta, Sevilha, 14 /12/1809. *AHI*, Legação em Sevilha.
[123] Nota de Palmela a Garay insistindo nos direitos de D. Carlota e na conveniência de uma regência para a nação espanhola (Sevilha, 24/09/1809). Também Palmela a D. Francisco de Saavedra (primeiro secretário de Estado da Junta), Sevilha, 30 de novembro de 1809: "Mas de que interesse ainda maior, e mais imediato me parece que deve considerar-se a declaração que eu proponho [de D. Carlota], se as forças imensas do Usurpador conseguirem oprimir temporariamente a maior porção da superficie da Espanha? Que decisões não se podem recear nas vastas Colônias da América, tão distintas de interesses, e tão distantes umas das outras!". *AHI*, Legação em Sevilha.

Sevilha.[124] Por que, então, se havia uma confluência de fortes interesses em torno do carlotismo, ele fracassou? Na realidade, numa conjuntura de parca clareza por parte dos espanhóis em geral das articulações entre *legalidade* e *segurança*, ou entre *desejável* e *recomendável*, o projeto encampado pela Corte do Rio de Janeiro, centrado em D. Carlota, encontrava o mesmo obstáculo que qualquer outro encontraria: a impossibilidade de obtenção de uma unanimidade dentro de uma unidade em profunda crise de legitimidade e representação política, como era o Império espanhol, e que agora conhecia a explosão conflituosa de sua natural diversidade. Vimos como o ocaso dos tradicionais vínculos de coesão nacional faziam surgir dilemas e contradições sem solução, sendo revolucionário até mesmo aquilo que se pretendia conservador; ao propor uma *manutenção* – que era ao mesmo tempo uma *substituição* – desses vínculos por meio da preservação da dinastia, o projeto carlotista tampouco escaparia a essas armadilhas.

Os acontecimentos de 1809 e seu conhecimento no Brasil

Quem governa, e em nome de quem: eis a síntese da grande interrogação que pairava por sobre a América espanhola, e de cujas respostas resultariam apoios ou recusas, entendimentos e conflitos, tensões e expectativas. No Prata, os conflitos de poder envolvendo o Cabildo e o vice-rei - ora acusado de "francês", ora de colaboracionista com Portugal e Grã-Bretanha – haviam conduzido, já em 21 setembro de 1808, à formação de uma Junta de governo em Montevidéu, presidida em nome de Fernando VII por Francisco Javier Elío, em oposição declarada a Liniers.[125] A evolução desses conflitos conduziria à tentativa de deposição do vice-rei, em 1°. de janeiro de 1809, num movimento comandado pelo alcaide de primeiro voto Martín de Alzaga; reivindicavam, ademais, que Buenos Aires seguisse o exemplo da metrópole e formasse

[124] No que estamos de acordo com V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.252-260, que oferece uma boa narrativa dos esforços levados a cabo por Holstein.

[125] Nessa ruptura há, sem dúvida, para além de seu substrato político, outro de ordem econômica. Os benefícios que o livre-cambismo trouxera para o comércio e a aduana de Buenos Aires não eram compartilhados por Montevidéu e campanha, cujas mercadorias não se mostravam capazes de competir com as trazidas do exterior. Embora muitos autores tenham freqüentemente exagerado na importância de uma tradicional competição entre os dois principais portos platinos, não parece razoável ignorar a longevidade dessa tensão quando da ruptura política operada a partir de 1808. A esse respeito, BARRÁN & NAHUM – *Bases económicas...*, cit., cap. V. A obra clássica sobre a rivalidade Buenos Aires-Montevidéu é a de Pablo BLANCO ACEVEDO – *El gobierno colonial en el Uruguay y los orígenes de la nacionalidad*. 4ª.ed. Montevideo, L.I.G.U., 1959. Sua crítica definitiva foi empreendida por Carlos REAL DE AZÚA - *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. Montevideo, Arca, 1991.

uma junta de governo. O movimento foi rapidamente sufocado e Liniers mantido no posto, mas o juramento de fidelidade à Junta central de Sevilha, no dia 8, representou tão-somente uma tentativa a mais de manutenção da ordem irremediavelmente abalada, por sobre cisões bastante evoluídas no interior do vice-reino (Liniers acabaria substituído por Baltasar Hidalgo de Cisneros, em julho).[126] No Alto Peru, os persistentes conflitos entre o presidente da audiência de Charcas e o tribunal de Chuquisaca evoluíram, conforme vimos anteriormente, dispondo do carlotismo como um combustível bastante eficiente. Resultaram na constituição de duas juntas de governo autônomas, uma em Chuquisaca (25 de maio), outra em La Paz (16 de julho), numa onda revolucionária de feições legalistas extensiva a Cochabamba e Oruro (as juntas seriam dissolvidas em poucos meses). Para a capital vice-reinol, as conseqüências imediatas foram tremendamente nefastas: com a interrupção das remessas metálicas provenientes do Alto Peru e o interregno nas suas exportações, a aduana do porto de Buenos Aires viu-se privada de uma de suas principiais fontes de recurso (o que, aliás, explica, em parte, a abertura do comércio, decretada em novembro). Na presidência de Quito, integrante do Vice-Reino de Nova Granada,[127] novo movimento insurrecional depôs o presidente Ruiz de Castilla em 10 de agosto e, desta vez, logrou instalar uma junta de governo chefiada pelo marquês de Selva Alegre que, a exemplo das alto-peruanas, proclamava lealdade a Fernando VII. Dois meses depois, carecendo de sustentação, a junta se desfez, precipitando uma repressão por parte das autoridades neogranadinas – aliás, o vice-rei Antònio Amar y Borbón tivera já que sufocar uma tentativa semelhante na própria capital, Santa Fé - ainda mais feroz do que a desencadeada pelas platinas no Alto Peru.[128]

Na América espanhola, o ano de 1809 marcaria ainda uma ampla mobilização em todos os vice-reinos e capitanias por conta da realização de eleições para escolha de seus representantes à Junta central peninsular. A preocupação com a representação

[126] Liniers retirou-se ao interior; em 1810, integraria a resistência cordobesa à Junta de Buenos Aires, e acabou sendo fuzilado em agosto daquele ano.

[127] Quito constituía, em termos político-administrativos, uma parte do Vice-Reino de Nova Granada; sediava, contudo, uma *Audiencia*, ou seja, um tribunal com poderes de julgamento sobre sentenças proferidas por outras instâncias, de governar em lugar de vice-rei impossibilitado, de deliberar sobre gestão de índios, etc..

[128] Noemí GOLDMAN. Crisis imperial, Revolución y guerra (1806-1820). In: N. GOLDMAN (dir.) – *Nueva historia argentina tomo III:* revolución, república, confederación (1806-1852). Buenos Aires, Sudamericana, 1998, p. 36-39; E. JUST LLEÓ – *Comienzo de la independencia en el Alto Peru...*, cit., p.107-192 e 219-261; T. HALPERIN DONGHI – *Reforma y disolución de los imperios ibéricos...*, cit., p.121, e também *Revolución y guerra...*, cit., p.84; D. BUSHNELL. A independência da América do Sul espanhola, cit., 124-128.

ultramarina, do que decorria o reconhecimento de sua plena integração no conjunto da nação espanhola, estivera na mente dos componentes da Junta provincial de Sevilha desde sua criação em 1808, quando enviara à América representantes encarregados de obter das autoridades locais o seu reconhecimento como detentora da soberania nacional em nome de Fernando VII; igualmente, Napoleão nomeara representantes – um para cada vice-reino, mais um pela Guatemala e outro por Caracas – a tomarem parte nas chamadas "Cortes de Baiona", reunidas em 1808, antes que se configurasse a dominação efetiva da Espanha pela França. Agora, no auge da guerra peninsular, a Junta central reunida em Sevilha convocava, pela real ordem de 22 de janeiro de 1809, os representantes de todos os vice-reinos e capitanias-gerais da América, mais um representante das Filipinas,[129] a serem devidamente escolhidos por seus habitantes para integrarem a assembléia geral. A despeito do reduzido número de representantes a serem designados – quatro pelos quatro vice-reinos, mais cinco pelas cinco capitanias – bastante desproporcional ao número de representantes peninsulares – dois para cada junta de governo -, a convocação provocou intenso movimento na América, e processos eleitorais foram realizados por toda parte. No entanto, nenhum representante chegou a ocupar assento: em janeiro de 1810, com a invasão da Andaluzia pelos exércitos franceses, a Junta central foi dissolvida, deixando em seu lugar um Conselho de Regência.[130]

Esse era o quadro que, em 1809, a América espanhola apresentava à América portuguesa e que não somente o carlotismo, mas toda a política joanina, teria que considerar em busca de seus objetivos. Ele foi dado a conhecer publicamente sobretudo pelo *Correio Brasiliense*. A primeira informação sobre o conflito entre Buenos Aires e Montevidéu foi dada em fevereiro de 1809; meses depois, "tudo pressagia que o território de Buenos Aires vai a formar um Estado independente; e que o fermento dos espíritos precisa esforços não ordinários para o regular". Em setembro, noticiou a substituição de Liniers e o início de um foco de resistência por ele chefiado no interior; finalmente, em outubro, publicou e comentou uma proclamação, traduzida ao português,

[129] Além dos vice-reinos de Nova Espanha, Nova Granada, Peru e Rio da Prata, compunham os domínios espanhóis na América as capitanias de Cuba, Porto Rico Guatemala, Venezuela e Chile.

[130] F.X.GUERRA. Las primeras elecciones generales americanas (1809). In: *Modernidad e independencias*..., cit., p.177-225; também M. ARTOLA – *La burguesía revolucionaria*..., cit., p.34-38; J. FONTANA – *La crisis del Antiguo régimen*..., cit.;

do novo vice-rei Hidalgo de Cisneros aos habitantes do Prata, de 2 de agosto de 1809.[131] Na Corte portuguesa, as notícias da tentativa de deposição de Liniers em janeiro chegaram muito rapidamente, e em relações bastante detalhadas.[132]

Os sucessos do Alto Peru foram destacados na edição de fevereiro de 1810, que trouxe a tradução de um documento contendo uma descrição da formação da junta de La Paz, onde "os habitantes desta Cidade, suspeitando que o Governador, Arcebispo, e outras pessoas, em alta autoridade, designavam transferir a soberania destes países à Princesa do Brasil, se levantaram em massa"; e uma relação dos sucessos dos dias 17 a 20 de julho de 1809, com uma rápida referência também ao movimento de Chuquisaca. Igualmente, transcreveu uma proclamação da junta intentada em Quito em dezembro de 1808 e jurando fidelidade a Fernando VII, extraída do *Espectador de Sevilla* de 12 de janeiro de 1809; e, por fim, um extrato de uma interessante carta particular escrita no Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1809, e cujo conteúdo indica a presença ativa do conhecimento dos fatos hispano-americanos na Corte portuguesa:

> "O público sabe aqui muito pouco, relativamente à insurreição, nem mais se sabe em Buenos Aires. Mas há aqui Espanhóis, que são regularmente informados. É contudo perigoso falar muito. Todo o distrito de Potosí está em rebelião, e na maior parte dos países de minas, os livros e registros Reais foram queimados".[133]

O *Correio Brasiliense* trouxe, igualmente, uma tradução do decreto da Junta central de Sevilha de 22 de maio de 1809 convocando as Cortes a serem reunidas no ano seguinte;[134] e uma notícia particular de 4 de novembro de 1809, antecedendo a abertura

[131] Respectivamente, *CB* v.II, n.09, 02/1809; *CB* v.III, n.14, 07/1809; n.16, 09/1809; e n.17, 10/1809. Nesta última, o editor acusa o recebimento de periódicos de Caracas, pelo menos do mês de maio.
[132] Cf. a carta de Antonio Luís de Lima a Carlos José Guezzi, Buenos Aires, 02/01/1809 (*PLRP*, I, p.401-404); o ofício de Manuel Francisco Miranda a D. Rodrigo, Buenos Aires, 07/01/1809 (*PLRP*, p.410-411); a carta de Guillermo Midosi a D. Rodrigo, Buenos Aires, 20/01/1809 (*PLRP*, I, p.420-421); a crta de Manuel Marques de Souza a D. Rodrigo, Rio Grande, 30/01/1809 (*PLRP*, I, p.423); a nota de Joaquim Xavier Curado a D. Rodrigo, Rio Grande, 30/01/1809 (*PLRP*, I, p.424-426); e a carta de Felipe Contucci a D. Rodrigo, s.l., 05/02/1809, remetendo-lhe várias outras cartas narrando os acontecimentos de janeiro (*PLRP*, I, p.427-430).
[133] *CB* v.IV, n.21, 02/1810.
[134] *CB* v.III, n.14, 07/1809. Talvez não seja destituído de significado que, poucas edições depois desta publicação, o *Correio* julgasse que "o não serem os Povos do Brasil representados em Cortes, é a primeira origem de seus males presentes, e será a causa de muitos outros para o futuro" (*CB* v.III, n.18, 11/1809).

do comércio do Rio da Prata, oficializada dois dias depois[135] (por motivos que serão analisados mais adiante, a *Gazeta do Rio de Janeiro* guardou a respeito de tudo isso completo silêncio).

Para Manuel Belgrano, esse quadro todo reforçaria dramaticamente a necessidade da viagem da princesa ao Prata: "las Provincias del Interior, cada vez mas, caminan al desorden; antes de anoche llegó un Posta con la noticia de que la Capital de la Paz se había sublevado [...]. Se realiza con esto nuestro temor de que seguirán el exemplo de la de Charcas, y así irá sucediendo en las demás, si V.A.R. no se digna tomar la determinación de venir apagar el incendio, porque es preciso convencerse, Señora, que no teniendo un sostén el Gobierno, ni el vasallo quien lo apoye, han de crecer los males que ya estamos padeciendo".[136] Numa memória dirigida por Filipe Contucci a D. Rodrigo de Souza Coutinho, "o sistema democrático adotado pela América espanhola pode ser-nos tão incômodo como a dominação francesa [...]. Os Espanhóis republicanos estando em perpétuo receio de uso que S. A. Real possa fazer dos seus justos direitos não perderão ocasião de prejudicar-nos, debilitar-nos, e ofender-nos de fato, e nas alianças e relações políticas que contraírem".[137]

Os temores expressos pelos carlotistas Belgrano e Contucci parecem se conjugar perfeitamente com o ambiente interno do Brasil. D. Carlota escrevia a seu secretário, D. José Presas, acerca da necessidade de "que informes o intendente [Geral de Polícia, Paulo Fernandes Vianna] hoje mesmo dos clubes dos espanhóis da Prainha à Rua do Ouvidor" que, no Rio de Janeiro, estariam propagando idéias políticas dentre os portugueses do Brasil; e também do representante espanhol Casa Irujo, que reclamava a D. Rodrigo uma ação repressiva do governo português contra "indivíduos suspeitos" ou até mesmo "traidores e agitadores" residentes na sede da Corte, dentre os quais os

---

[135] *CB* v.IV, n.21, 02/1810.

[136] Carta de Manuel Belgrano a Carlota Joaquina, Buenos Aires, 13/08/1808. In: *Epistolario Belgraniano*. Buenos Aires, Taurus, 2001 (prólogo de Ricarco R. Caillet-Bois), p.80-81. Publicado também por A.FERNÁNDEZ. Manuel Belgrano y la princesa Carlota Joaquina, cit., 2ª. parte, p.45-46.
Pouco antes, em 09 de agosto, Belgrano dirigira uma extensa carta a D. Carlota, conclamando-a a tomar "una resolucion pronta y enérgica [para] salvar la pérdida de sus Reales Derechos, y Augusta Familia", ou seja, "trasladarse a ellos [seus domínios], sin tropa nin sequito" e assumir a condição de regente. Caso a medida continuasse a encontrar resistência por parte de Inglaterra e da Corte portuguesa, "entonces diremos, francamente, que siguen las ideas de Bonaparte de acabar con la Real Familia de Borbon". No mesmo documento, recomendava Belgrano, a D. Carlota, Juan Martin de Pueyrredón, portenho exilado no Rio de Janeiro e "que trabaja por los derechos de la Infanta". *Epistolario belgraniano*, cit., p.74-79; também em A. FERNÁNDEZ. Op.cit.

[137] O original dessa Memória, sem data, encontra-se dentre os papéis avulsos do *AHI*. É citada por Oliveira LIMA (*D. João VI no Brasil*, cit., p.231 e segs.) que lhe atribui a datação aproximada de 1810. O certo é que ela antecede o conhecimento dos movimentos iniciados em abril daquele ano.

irmãos acusados de "franceses" Martín e Juan Andrés Pueyrredón, elementos de intensa participação na vida política das conturbadas colônias espanholas na América[138], e o carlotista Saturnino Rodrigues Peña, que distribuía no Rio de Janeiro exemplares de um jornal de conteúdo revolucionário, *El columbiano*.[139]

Mesmo de matizes ainda bastantes oficiosos, sujeita a censura e muito incipiente, a imprensa se constituía, na América portuguesa, no principal repositório de informações e de difusão pública da história do tempo presente que, na expressão dos carlotistas, se configuravam em temores e projeções de futuro. Além dos periódicos, as populações luso-americanas passaram a ter possibilidade de acesso mais franco a publicações como as do "pacote" carlotista, a *Voz de America*[140] ou um famoso documento, aparentemente de origem portenha, no qual é narrado um diálogo imaginário entre um espanhol peninsular e um espanhol da América, abordando o tema do futuro dos domínios bourbônicos no Novo Mundo. Nele se lê um verdadeiro *rol* das alternativas em aberto e fatores nelas implicados: sujeição da América espanhola a Bonaparte, divisão entre "europeos y americanos" com consequente guerra civil, fortalecimento da autoridade dos vice-reis, interferência inglesa. Nesse panorama, "lo único que puede hacernos felices es reconocer a la infanta D. Carlota Joaquina de Bourbon, por regenta de estos Dominios [...] haciendo reviver en estos dominios la España con su constitucion y leyes, esto es, seguiendo la monarquia española baxo el gobierno representativo que le constituye con arreglo a los fundamentos primordiales de

---

[138] D. José PRESAS - *Memórias secretíssimas de D. Carlota Joaquina* (1830); Oficios de Casa Irujo a D. Rodrigo datados de 05/01, 25/03 e 10/04/1810 existentes no Arquino Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). Todos citados por Sara M. PEREIRA – *D. Carlota Joaquina...*, cit., p.94-95 e 129. Nesses documentos, Casa Irujo se refere aos irmãos "D. Martin y D. Juan Andres Puirredon", que morariam no Rio de Janeiro com Francisco Arguerie "na Rua de São Pedro ao pé da Igreja do mesmo nome". A Intendência Geral de Polícia do Rio de Janeiro registrou somente a entrada de "Juan Andres Purynadon" (sem dúvida "Pueyrredón"), proveniente de Buenos Aires, em 30/10/1809 (*Registro de Estrangeiros 1808-1822*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960, p.250). É sabido que outro Pueyrredón, Juan Martín, fora enviado pelo cabildo de Buenos Aires à Espanha em 1806; de retorno ao Prata, acusado de manifestar idéias sediciosas, foi novamente remetido à Espanha, desta vez preso; conseguiu escapar e passar ao Rio de Janeiro, onde se encontraria até pelo menos junho de 1809 (Ricardo LEVENE. A Argentina até a Constituição de 1853. In: *História das Américas* v.V. 3ª.ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, W. M. Jackson, 1954, p.30). Desse modo, dos dois irmãos Juan Pueyrredón, somente Andrés teria sido registrado, pois o controle da Intendência começou a ser feito em 1808, quando portanto Martín já se encontrava no Rio de Janeiro.

[139] Vamireh CHACON – *Abreu e Lima:* general de Bolívar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p.69.

[140] Editado em português e castelhano no Rio de Janeiro e em Buenos Aires por Juan de Almagro y de la Torre, em 1809, e, segundo A. FERNÁNDEZ, "circula profusamente por todo el continente" (Manuel Belgrano y la Princesa Carlota Joaquina, cit., II, p.39). Sara M. PEREIRA dá conta da existência de pelo menos três edições da obra (*D. Carlota Joaquina...*, cit., p.128). A *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou anúncio de sua venda na Corte (n.58, 21/07/1810).

Castilla".[141] O *Correio Brasiliense*, pioneiro defensor dos direitos de D. Carlota e que sempre esteve atento aos "acontecimentos em Espanha [que] são, sem dúvida, intimamente ligados com os do Império do Brasil",[142] aventava claramente, com base nas notícias que publicava, a hipótese do rompimento próximo e definitivo das colônias espanholas com a sua metrópole. As dissensões entre Buenos Aires e Montevidéu eram "um desgraçado sinal da falta de um governo comum, a que ambos obedeçam", trazendo o receio de que, "faltando de repente o Governo legítimo da Espanha, as Colônias Espanholas, na América, caiam em uma fatal anarquia";[143] pouco depois, expressava convicção de que "a separação total da América, pelo que respeita à Europa, é um acontecimento que impreterivelmente deve suceder mais mês ou menos mês".[144]

É certo que os diagnósticos da situação política platina oferecidos à Corte do Rio de Janeiro pelos agentes carlotistas devem ser tomados com bastante cuidado, pois demonstram evidente interesse em pintar um quadro favorável ao pronto reconhecimento dos direitos da princesa. No entanto, é inegável que eles ofereceram, ao universo político português, um conjunto de argumentos e imagens acerca da América espanhola – o risco de revoluções, da expansão francesa, do republicanismo, da anarquia, de sanguinolentos conflitos – que conhecia, no mundo atlântico de inícios do século XIX como um todo, um terreno bastante fértil para criarem significados e fornecerem parâmetros de ação. Em parte, isso se devia à grande circulação de obras como a do abade De Pradt e, antes dele, do abade Raynal, nas quais a independência das colônias ibéricas da América era abertamente cogitada, até mesmo defendida; no *Correio Brasiliense*, os ecos dessa atmosfera são evidentes. Na Grã-Bretanha, onde ele era editado, a expectativa em relação ao futuro da América ibérica, em especial a espanhola, conjugava-se com o interesse pelo livre-comércio e pela conquista dos mercados americanos. A independência se configurava como *uma das* possibilidades, que, do ponto de vista de uma política governamental tão interessada e agressiva quanto

---

[141] Documento existente no *AHI* (Papéis Avulsos), referido por Oliveira LIMA – *Op.cit.*, p.200-201. Segundo esse autor, o papel foi enviado a D. Carlota por Filipe Contucci. Outros exemplos de documentos de teor bastante semelhante são: a carta de W. S. Smith a D. João, Rio de Janeiro, 30/11/1808 (*PLRP*, I, p.336-337); a nota de Felipe Contucci a D. Rodrigo, Buenos Aires, 02/04/1809 (*PLRP*, I, p.438-439); a nota de Contucci a D. Rodrigo, Buenos Aires, 24/05/1809 (*PLRP*, I, p.461-463); a nota, de mesma data, de Contucci a D. Carlota (*PLRP*, I, p.463-468).

[142] *CB* v.I, n.01, 06/1808.

[143] *CB* v.II, n.09, 02/1809.

[144] *CB* v.III, n.14, 07/1809.

era a britânica, teria que ser prevista de antemão.[145] Mas "não é só ao Governo Inglês, a quem compete o obrar com circunspecção, e vistas do futuro", afirmava o *Correio Brasiliense*; "o Governo do Brasil tem nisto o mais imediato interesse. É agora que se podem lançar os fundamentos a uma sólida amizade entre nações vizinhas; ou, se seguirem uma política contrária, fomentar uma inimizade, que pode, com o andar dos tempos, produzir mui funestas conseqüências".[146] Com isso, as expectativas em torno do mundo hispano-americano se convertiam em recomendações e lições a serem aproveitadas pelo Império português.

O governo espanhol, mas também o português e até mesmo o britânico, "em vez de dar uma direção vantajosa à opinião pública, que de dia em dia se declara mais irresistível, trabalham unicamente por embaraçar um movimento, que todas as forças, que estas potências possuem, não podem fazer parar; e pelo contrário podem, irritando os povos; produzir justamente o contrário efeito do que elas pretendem".[147] O temor é evidente: trabalhando na direção contrária de um movimento "irresistível", maus governantes poderiam precipitar forças políticas desconhecidas e ameaçadoras. No caso português, a política expansionista empreendida por D. Rodrigo em direção a Caiena e ao Rio da Prata mereceria cuidados, pois poderia atrair inimigos externos e agravar tensões internas. Para o *Correio*, o imprescindível seria promover e fomentar a indústria, o comércio, a educação e as artes, e proteger os direitos dos indivíduos, pois

[145] Numa carta dirigida ao general Wellesley, o secretário da guerra Castlereagh instruía-o: "se ocorrer alguma divisão séria de sentimento, a respeito da natureza do Governo provisional, que deve obrar, durante o presente interregno, ou a respeito do Príncipe, em cuja pessoa se considera depositada a autoridade legal, vos evitareis, quanto for possível, tomar parte alguma em tais discussões, sem a expressa autoridade de vosso governo". (Carta de Castlereagh, secretario de Guerra, ao general Wellesley, Londres, 30/06/1808, traduzida pelo *CB* n.12 de 05/1809). *AHI*, Legação em Sevilha. Na mesma linha, os comentários da *Edinbugh Review* a respeito da edição inglesa da *Historia Geografica, Natural, e Civil do Chile* de autoria de D. Ignacio Molina, mostram como a questão era publicamente discutida: "'I. Se a Espanha ficar independente, a América do Sul pode: 1.º ficar unida com ela no estado de vassalagem, em que até aqui tem estado; 2.º pode ficar unida com ela em sua livre associação, ou união, como a da Irlanda com a Grã-Bretanha; 3.º pode revoltar-se dela com o adjutório de Bonaparte; 4.º pode revoltar-se com a assistência da Grã-Bretanha; 5.º pode-se revoltar dela sem a assistência de ninguém. II. Se a Espanha ficar sujeita a Bonaparte, a América Meridional pode: 1.º ficar unida com a Espanha em estado de vassalagem, mas não em associação livre; porque com uma coroa despótica, não pode haver união de súditos de outra maneira que não seja vassalagem; 2.º a América Meridional pode vindicar a sua independência com o adjutório da Grã-Bretanha; 3.º pode fazê-lo sem adjutório de ninguém" (*CB* v.III, n.16 de 09/1809).

[146] *CB* v.III, n.16, 09/1809. No mesmo sentido, "achando-se a imensa População da América Espanhola, sem governo algum, é da natureza das coisas, que procedam a formar um, que melhor convenha à sua atual situação"(*CB* v.IV, n.22, 03/1810).

[147] *CB* n.25, 06/1810.

"estes sim que são grilhões com que se prende um povo a seu governo, de maneira que ninguém de fora os pode romper; e ninguém de casa os deseja quebrar".[148]

A experiência hispano-americana (I)

Surgidas da intersecção de dois impérios às voltas com as desventuras ocasionadas por uma mesma crise, todas essas possibilidades denunciavam a complexificação de uma conjuntura na qual se tornara possível pensar no mundo hispânico, lado a lado, alternativas variadas de restauração da ordem como o eram o reconhecimento da soberania pela Junta de Sevilha ou por D. Carlota, o que em qualquer dos casos implicava necessariamente um rompimento com os tradicionais princípios normativos de transferência do poder. No mundo português, aparentemente mais resguardado dos destrutores efeitos do movimento político mundial pela transferência da Corte ao Brasil, essa complexificação corresponderia, contraditoriamente, à dramática intromissão em seus destinos do curso político hispano-americano. As novidades apresentadas ao Império espanhol no ano de 1808 causaram efeito nada desprezível no Império português, que agora, sediado no continente americano, teria necessariamente que lidar com as contingências impostas por essa sua nova condição.

Esse cruzamento de trajetórias partilhadas começaria a configurar um novo espaço de trocas entre a América portuguesa e a América espanhola, a partir de condições preexistentes, é verdade, mas agregando-lhes um sem-número de elementos de ordem política até então inexistentes, típicos do momento de agudização da crise dos impérios ibéricos. Por enquanto, esse espaço teria sua força propulsora nos trâmites das ações do Estado imperial português na América: os acontecimentos dos vice-reinos ofereciam oportunidades promissoras de intervenção direta, ao mesmo tempo que serviam de alerta aos riscos que o próprio Império português corria. Logo e muito rapidamente, contudo, esse novo espaço se alargaria de maneira brutal em muitas outras direções. Com a abertura dos processos revolucionários na América espanhola, que desembocariam nas independências, cada vez menos indiferente ficaria o Brasil em relação à sua turbulenta vizinhança.

---

[148] *CB* n.17, 10/1809.

CAPÍTULO 2

O Brasil e o início das revoluções hispano-americanas (1810-1813)

O ano de 1810 assinala o início de um período de aprofundamento das contradições da crise do colonialismo espanhol na América, com o surgimento de alternativas políticas mais radicais. A coexistência entre a reafirmação generalizada de lealdades ao monarca impedido e uma crescente demanda por soluções imediatas de âmbito local, delineada desde a chegada à América da notícia dos acontecimentos de Baiona, evoluirá, com os avanços franceses sobre a Espanha, em direção à definição de novos espaços de exercício do poder político que, por seu turno, constituirão os focos de emergência progressiva de projetos de ruptura com a metrópole, até então inexistentes no universo político espanhol. Contudo, essa ruptura era desde antes vislumbrada por observadores externos, dentre os quais o Estado português que, de acordo com os padrões gestados entre os anos de 1808 e 1809, continuaria a receber irradiações provenientes da América espanhola. A partir de 1810, a nova configuração da política hispano-americana exercerá uma profunda impressão sobre o universo luso-americano, de modo a complexificar as determinações recíprocas entre as duas Américas, uma cada vez menos realista, a outra procurando manter-se como tal.

Os acontecimentos de 1810 e seu conhecimento no Brasil

A invasão francesa da província da Andaluzia, em janeiro de 1810, provocou a dissolução da Junta central de governo e alterou as condições de relação entre Espanha e América. A extinção daquela frágil representante do monarca impedido, debilmente reconhecida como esfera portadora da legitimidade dinástica, conduzirá os vassalos americanos, compulsoriamente, a cristalizar projetos antes tão-somente esboçados ou imaginados, obrigando-os a definir posições que, tendencialmente, farão crescer a pluralidade de posições e tensões existentes. Afinal, se a Junta de Sevilha não gozava de reconhecimento unânime dentre as autoridades vice-reinóis e grupos em torno delas organizados, o seu precário substituto, o Conselho de Regência, mais distante ainda estará dessa condição. Como agravante, os padrões de ulterior organização das Cortes, regulados pela Junta em seus últimos dias - e herdados pelo Conselho - insistiam em uma notória desigualdade numérica entre representantes provenientes da América e da

Europa: enquanto estes ocupariam mais de duzentos e cinqüenta cadeiras, àqueles caberiam somente trinta. Na Península, em decorrência da fragilidade do Conselho, os representantes de orientação mais acentuadamente liberal se valerão da primeira oportunidade – a sessão inaugural das Cortes, em 24 de setembro de 1810 – para estabelecer uma assembléia constituinte.[149]

A América reage, num conjunto de movimentos desprovidos de articulação direta cuja simultaneidade e semelhança constituem notáveis sintomas do caráter estrutural da crise dos impérios ibéricos. Nenhum centro político-administrativo hispânico permanece indiferente às notícias que, a partir do mês de abril, começam a desembarcar no continente, assim como nenhuma região dos vastos domínios bourbônicos se manterá à margem do vasto movimento em curso. Cabildos abertos contituindo juntas, esvaziamento das autoridades vice-reinóis ou dos presidentes de capitania, juramentos de lealdade a Fernando VII, recusas do reconhecimento da autoridade pretendida pelo Conselho de Regência: eis as práticas que em 1810 materializam, sob a égide da preservação da soberania de Fernando VII, a ruptura entre colônias e metrópole, numa contraditória operação política na qual aquelas, em última instância, seguiam o exemplo fornecido por esta, constituindo governos próprios. Cabe lembrar contudo que mesmo na ruptura não-premeditada, mas efetivamente consumada, há uma dimensão de continuidade que permeia os acontecimentos de 1810 que, quando considerados à luz da recente trajetória histórica dos vice-reinos, surgem aos homens da época como movimentos menos imprevisíveis do que os de 1808; o "eclipse da metrópole", para usarmos uma feliz expressão de Halperin Donghi, surge assim como conseqüência de um rápido mas progressivo declínio da autoridade metropolitana, primeiro da casa de Bourbon, em seguida da Junta central de Sevilha: "para magistrados, oficiales de ejército y milicia, clérigos y vecinos de reconocida influencia, 1810 no fue la sorpresa que para los más había sido 1808; lo ocurrido a partir de esa fecha – con un poder metropolitano demasiado débil en la metrópoli como para arbitrar entre las distintas fuerzas rivales en las colonias – les había enseñado además que cualquier nueva crisis en la relación con la metrópoli podía tener consecuencias

[149] Miguel ARTOLA – *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*. Madrid, Alianza, 1990, p.38-39; F.X. GUERRA. Las primeras elecciones generales americanas (1809). In: *Modernidad e independencias*: ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México, FCE, 1993, p.224-225).

irrevocables sobre su propia posición en las Indias, razón para adoptar una actitud menos pasiva frente a la probable crisis".[150]

O Brasil e o mundo português, atrelados a essa realidade e onde os acontecimentos de 1810 serão acompanhados com vivo interesse, não podiam escapar a essa lógica, de modo que a abertura do processo revolucionário na América espanhola, ao passo que representará um agravamento dos temores e receios relativos às condições mesmas de sobrevivência da ordem dinástica no interior da unidade imperial portuguesa, encontrará um grupo de estadistas potencialmente mais preparados para lidar com o novo quadro. É assim que, não obstante a profusão de detalhes com que esses acontecimentos penetraram na esfera do Estado imperial português, valendo-se de condições de difusão de informações cada vez melhores, eles serão dados a conhecer publicamente de modo bastante limitado, e graças quase que exclusivamente à obra do *Correio Brasiliense*. No tocante às iniciativas governamentais, eles serão cuidadosamente silenciados e apenas circunstancialmente evocados, aparentemente em busca de um resguardo do mundo português perante um influxo de exemplos e experiências cujos resultados, no Brasil, eram ainda incertos; eventualmente, serão também manipulados, naquilo que pudessem render bons frutos ao Estado português. Como quer que fosse, os contrastes entre divulgação e silêncio são sintomáticos da trajetória, a partir de 1810, da experiência hispano-americana, condicionadora da própria trajetória política da América portuguesa.

A capitania geral da Venezuela, que era, dentre os domínios espanhóis continentais, o mais próximo geograficamente da Europa, foi a primeira a receber as notícias dos sucessos peninsulares de janeiro de 1810. Em 19 de abril, o capitão-general foi deposto e instalada em Caracas uma junta de governo que, ao mesmo tempo que se pretendia depositária dos direitos de Fernando VII, não reconhecia a autoridade do Conselho de Regência. Ao passo que se empenharia em obter reconhecimento externo, enviando emissários à Europa, o governo de Caracas contaria internamente com a adesão da grande maioria das autoridades – para o que muito contribuiria a circlação de um periódico próprio, a *Gazeta de Caracas* -, mas as exceções das de Coro, Maracaibo e Guayana imprimiram um caráter de precoce guerra civil ao movimento político venezuelano. A imagem que a situação aí advinda gozará no mundo luso-americano

[150] Tulio HALPERIN DONGHI – *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750-1850)*. Madrid, Alianza, 1985, p.123.

deve ser compreendida, simultaneamente, por conta de sua rápida evolução em direção a uma ruptura formal com a metrópole, bem como pela significativa presença na sociedade venezuelana de cativos africanos, o que num contexto de guerra civil, contribuía para tornar as expectativas bastante marcadas pelos receios de subversão popular.[151]

Efeito semelhante tiveram as notícias peninsulares em Buenos Aires, aonde chegaram no mês de maio. No dia 18 foram dadas a conhecer publicamente pelo vice-rei Hidalgo de Cisneros e, em 22 de maio, um Cabildo aberto decidiu pela formação de uma junta de governo, reunida em 25 de maio e também pretensamente depositária dos direitos de Fernando VII e excludente da máxima autoridade real local. Num contexto marcado por um forte prestígio das milícias locais emergentes com a vitoriosa resistência militar frente aos britânicos em 1806 e 1807, o vazio de poder seria preenchido por um governo presidido pelo prestigiado chefe *criollo* Cornelio de Saavedra, o mesmo que sustentara a autoridade vice-reinol durante a conspiração de janeiro de 1809, e que agora surgia como uma liderança inquestionavelmente mais forte do que a do Conselho de Regência peninsular. A Junta de Buenos Aires pretendia – o que era da mais absoluta relevância para o Império português e para o Brasil – exercer autoridade por sobre toda a vasta região que correspondia ao Vice-Reino do Rio da Prata.[152] Assim, dirigiu às autoridades das províncias litorâneas - incluindo a desde 1808 dissidente Província Oriental, e que em julho de 1810 jurara fidelidade ao Conselho de Regência -, às alto-peruanas e paraguaias uma proclamação pedindo "unión bajo el neuvo sistema"; ao mesmo tempo, dava início a uma campanha de publicização de seus propósitos por meio de um periódico oficial, a *Gazeta de Buenos Aires*, que se constituirá não somente no principal instrumento de propaganda do movimento, mas

---

[151] David BUSHNELL. A independência da América do Sul espanhola. In: L. BETHELL (org.) – *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/FUNAG, 2001 (v.III, "Da independência até 1870"), p.128-129; John LYNCH – *Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826*. 8ª.ed. Barcelona, Ariel, 2001, p.193-194.

[152] O Vice-Reino do Rio da Prata, criado em 1776 no contexto das reformas ilustradas de Carlos III na Espanha, englobava toda a região que se estendia do extremo sul do continente até, ao norte, Apolo e Puno, poucos quilômetros depois de La Paz; a oeste, até a cordilheira dos Andes, quando principiava a capitania geral do Chile; e a leste, em direção a América portuguesa, englobava Montevidéu, Maldonado e adjacências por toda a margem do Uruguai; também Entre Ríos, Corrientes, Paraguai e Alto Peru até a fronteira com o Mato Grosso. PIMENTA – *Op.cit.*, p.48-49.

também no suporte mais eficiente de transmissão de notícias da América espanhola para o vizinho Brasil.[153]

Em Nova Granada, as notícias da península provocaram o reconhecimento do Conselho de Regência pelo vice-rei António Amar y Borbón, no que seria contestado por outras autoridades. Cartagena formou uma junta leal a Fernando VII em 22 de maio, exemplo seguido por Pamplona, Socorro e, finalmente, em 20 de julho, pela capital, Santa Fé. Por cinco dias, a presidência desta caberia ao próprio Amar, logo destituído. Em Quito, a reação às notícias peninsulares se embasa no histórico recente de tensões e conflitos agravados pela feroz repressão aos movimentos de dezembro de 1808 e agosto de 1809. Uma junta leal a Fernando VII foi formada em 22 de setembro de 1810, contando com a participação de figuras de destaque nas sublevações anteriores, agora novamente elevadas à condição de lideranças (a mais importante seria o marquês de Selva Alegre, vice-presidente da nova junta). Aqui, foi declarada autonomia tanto perante a Espanha quanto a Nova Granada.[154]

Também na capitania geral do Chile as notícias peninsulares de janeiro de 1810 foram recebidas em um ambiente marcado por conflitos envolvendo autoridades locais e grupos de interesses variados. Num plano imediato, o conhecimento de que Buenos Aires formara uma junta precipitou ações e reações que culminaram, em 16 de julho, com a deposição do presidente Francisco Antonio García Carrasco, substituído por uma prestigiada autoridade *criolla*, Mateo de Toro Zambrano. Seguindo o mesmo passo de Caracas, Buenos Aires e Santa Fé, um cabildo aberto instituiu, em 18 de setembro, uma junta de governo leal a Fernando VII que posicionava o Chile no mesmo fluxo revolucionário cada vez mais generalizado por todo o continente.[155]

Desse fluxo não ficaria de fora o Vice-Reino de Nova Espanha. Contudo, o que se observa desde 1810 no mais rico, letrado e politizado domínio espanhol da América é o delinear de um processo histórico bastante singular, passível de paralelo com outras

---

[153] A *Gazeta* veio a público já no primeiro dia de trabalhos da junta, em 25/01/1810. Circularia sem interrupções até 06/08/1821. Há uma reedição integral fac-similar: *Gazeta de Buenos Aires*. Buenos Aires, Compañia Sudamericana de Billetes de Banco/ Academia Nacional de la Historia, 1910, 6 v. Para uma aproximação ao seu conteúdo por meio de uma análise dos discursos de alguns dos seus mais importantes editores, veja-se: Noemí GOLDMAN – *Historia y lenguaje:* los discursos de la Revolución de Mayo. Con un apéndice documental de Mariano Moreno, Juan José Castelli, Bernardo Monteagudo. Buenos Aires, Ediciones de América Latina, 2000. A expressão "unión bajo el nuevo sistema" se encontra na *GBA* n.01, de 07/06/1810.

[154] D. BUSHNELL. A independência da América do Sul espanhola, cit., p.129; J. LYNCH – *Las revoluciones hispanoamericanas...*, cit., p.233-236.

[155] J. LYNCH – *Op.cit.*, p.132-133.

regiões americanas somente no que respeita ao seu enquadramento conjuntural e às forças propulsoras preliminares do movimento de independência. Desde a derrocada do vice-rei Iturrigaray e da transferência de suas atribuições a uma audiência, a autoridade real se encontrava muito esvaziada. Em setembro de 1810, logo após a chegada do novo vice-rei, Francisco Javier Venegas, explodiu em Querétaro um foco de contestação arquitetado por proprietários de terras que, de início, reivindicavam a substituição da Audiência. Descoberta a conspiração pelas autoridades, sua publicização seria antecipada pelo pároco de Dolores Miguel Hidalgo y Costilla. Sob sua liderança, o "Grito de Dolores" (16 de setembro) daria início a um movimento que rapidamente adquiriria dimensões inesperadas, contando com ampla e abrangente participação popular. De posse de um programa bastante vago, o movimento evocava a soberania de Fernando VII, ao mesmo tempo que se voltava contra autoridades locais e exigia a abolição de tributos; mas, além disso, tocava em pontos delicados à ordem conservadora, como a participação política de índios e *mestizos*, a devolução de terras indígenas, a abolição da servidão e a independência da Espanha, tudo isso num contexto no qual a crise da autoridade metropolitana se conjugava com uma séria carestia e um generalizado estancamento de tradicionais indústrias regionais mexicanas.

Muito rapidamente, o movimento de Hidalgo se alastrou por toda a intendência de Santa Fé de Guanajuato, agregando algo em torno de 60 mil pessoas e oferecendo manifestações de extrema violência. Ameaçando sitiar a capital do vice-eeino, sofreria reveses decisivos em outubro, decaindo irremediavelmente (mesmo assim, o movimento continuaria aceso, disseminado em vários focos que ressurgiriam com força no ano de 1812, sob nova liderança). Hidalgo seria fuzilado em 30 de julho de 1811, e sua cabeça, junto com as de três outros rebeldes, exposta publicamente em Guanajuato por dez anos.[156] As lembranças do temível movimento de Hidalgo, correspondido em sua violência pela repressão das autoridades, ofereceriam ao mundo mexicano lembranças bastante operativas à criação de ulteriores consensos políticos, em especial os conservadores. O Brasil não ficaria indiferente a eles.

Mas, sem dúvida, são os acontecimentos do Vice-Reino do Rio da Prata os de maior relevância e influência nos destinos políticos da América portuguesa. Ainda que ele integrasse um mesmo contexto de fermentação política continental do qual seria

---

[156] Timothy E. ANNA. A independência do México e da América Central. In: L. BETHELL (org.) – *História da América Latina*, cit., p.83-88; T. HALPERIN DONGHI – *Reforma y disolución*..., cit., p.144-146.

indevido dissociá-lo, os desdobramentos imediatos da criação da Junta de Buenos Aires reforçaram sobremaneira o foco platino das atenções portuguesas em relação à América espanhola, tais quais configuradas preliminarmente durante os anos de 1808 e 1809.

Ocorre que a nova autoridade da antiga capital vice-renol não seria reconhecida nem em Montevidéu, tampouco no Alto Peru e no Paraguai, todos eles territórios fronteiriços com o Brasil. Para a obtenção da adesão destes, a Junta optaria por empregar, paralelamente aos instrumentos de coerção pacífica, meios militares. A autodenominada "Expedición de unión de las províncias interiores", destinada às três frentes resistentes do Alto Peru, do Paraguai e da Província Oriental, encontraria grandes resistências, com o que se configurará no Prata, a exemplo da Venezuela, um quadro de guerra civil. A primeira delas aconteceu em julho de 1810, quando o Cabildo de Córdoba se recusou a aderir ao governo de Buenos Aires e jurou fidelidade ao Conselho de Regência; o movimento seria sufocado e seus principais participantes - dentre eles, o penúltimo vice-rei, Liniers - fuzilados. Com a adesão de Tucumán e Salta, somando-se às de Jujuy, Santiago del Estero, Salta, Cuyo e todo o litoral do Paraná, a "Expedición de unión" seguiria para o Alto Peru. Região estratégica para as pretensões hegemônicas do governo portenho, ainda possuía intensa atividade mineradora, cujas remessas para o exterior forneciam parte substancial das rendas aduaneiras do porto de Buenos Aires (desde os movimentos de Chuquisaca e La Paz de 1809 a região era alvo de preocupações por parte do então vice-rei Liniers, cuja situação induzira a abertura do comércio portenho ao exterior); o Alto Peru se veria então no centro de uma disputa entre duas forças políticas incompatíveis: de um lado, a Junta de Buenos Aires, de atuação nitidamente revolucionária; de outro, o governo do Peru, grande bastião do legalismo na América, onde o Conselho de Regência era fielmente reconhecido como depositário da soberania e cujo vice-rei, José Fernando de Abascal y Sousa, tratara de decretar, em 13 de julho, a anexação a ele das regiões alto-peruanas. Sob o comando formal de Balcarce, mas tendo em Juan José Castelli sua figura mais expressiva, as forças revolucionárias obtiveram o triunfo de Suipacha, em 7 de novembro, e convulsionaram Chuquisaca, Cochabamba, Oruro e La Paz. Prestigiosas autoridades locais, como Vicente Nieto, Francisco de Paula Sanz e José de Córdoba, foram fuziladas em praça pública. Paralelamente, Castelli ofereceria às sociedades de casta alto-peruanas proclamações como a famosa abolição da servidão, pronunciada nas ruínas de Tiahuanaco em 25 de maio de 1811. A reação realista seria eficiente, e, sob o comando

de Goyeneche, a vitória de Huanqui (20 de junho de 1811) desmontaria a frágil ocupação do Alto Peru.[157] No Paraguai, onde a fidelidade ao Conselho de Regência fora jurada em 24 de julho de 1810, a intervenção portenha se faria inicialmente por meio de agentes secretos; malograda esta e decidida a ação militar, a sorte das forças de Buenos Aires comandadas pelo ex-carlotista Manuel Belgrano não seria melhor. As derrotas de Paraguari (9 de janeiro de 1811) e de Tacuarí (9 de março) repeliram a revolução e delinearam um caminho de auto-suficiência que seria, doravante, a grande marca da política paraguaia dos anos seguintes.[158]

No mundo luso-americano tudo isso seria acompanhado de perto. Além do conhecimento dos fatos, por si só capazes de influir em suas motivações políticas, a desintegração dos vice-reinos imprimiria uma série de tensões que se materializariam em acompanhamentos de movimentações de fronteira, negociações diplomáticas envolvendo agora uma grande variedade de sujeitos e poderes políticos, projetos e concretizações de intervenções armadas. Afinal, o Brasil fazia fronteira com três dos quatro vice-reinos, e o único que não era contíguo ao seu território, o de Nova Espanha, era facilmente alcançado pelas comunicações marítimas caribenhas. O que observamos a partir de 1810 é, portanto, uma preocupação e um envolvimento na realidade hispano-americana muito mais generalizados por parte não mais apenas do Estado português em sua sede americana, mas tendencialmente de todo o universo político português e luso-americano.

A vigência das tradicionais rotas mercantis e político-administrativas, que tornavam a comunicação de muitos pontos da América ibérica mais rápida com a Europa do que com localidades geograficamente mais próximas do próprio continente americano, explica a presença das primeiras notícias dos sucessos da Venezuela nas páginas do *Correio Brasiliense* logo em sua edição de maio. "Os últimos acontecimentos militares na Espanha produziram, em algumas de suas colônias, os efeitos que se podiam esperar": as notícias davam conta de que os habitantes de Caracas haviam proclamado sua "independência", deposto e prendido o governador da Capitania "não [...] sem considerável resistência, e alguma efusão de sangue". No entanto, tudo indicaria que o movimento nada mais seria do que a formação de uma junta de governo

---

[157] Noemí GOLDMAN. Crisis imperial, Revolución y guerra (1806-1820). In: N. GOLDMAN (dir.) – *Nueva historia argentina tomo III:* revolución, república, confederación (1806-1852). Buenos Aires, Sudamericana, 1998, p.41-49.

[158] Julio Cesar CHAVES – *El supremo dictador:* biografia de Jose Gaspar de Francia. 3ª.ed. Buenos Aires, Nizza, 1958, cap.VI.

leal a Fernando VII, no que os caraquenhos estariam apenas seguindo o próprio exemplo metropolitano; desse modo, "a justiça deste modo de proceder nos parece evidente" pois "faltando o Soberano a nação devia escolher um Governo".[159] Em seu número seguinte, publicando vários documentos a respeito, referia-se aos acontecimentos como importante "revolução", empregando esse termo claramente em um sentido tradicional de *reforma* e retomada de uma condição ideal perdida, não de subversão da ordem vigente. A "revolução" de Caracas aparecia assim, aos olhos do monarquista *Correio Brasiliense*, como um movimento justo e obrando "de maneira que Fernando VII voltando, e tomando posse de seu legítimo Poder, constitua para os Americanos leis, que os protejam contra os abusos das pessoas em autoridade". Desmentia, ainda, o caráter de violência supostamente empregado pelos caraquenhos: a formação do novo governo "fez-se [...] com tumulto do povo, é verdade; porque não havendo remédio legal, para a opressão que sofriam, não restava outro meio senão o da força; mas não houve efusão de sangue".[160]

Na edição do mês de agosto surgiriam, ao lado de muitos outros documentos e informações da Venezuela, as primeiras notícias acerca do movimento de Buenos Aires: a realização de um cabildo aberto em 22 de maio, indicação para a formação de uma junta de governo, consumação da mesma, membros dela integrantes, deposição do vice-rei Hidalgo de Cisneros e convocação para a formação de um exército de quinhentos homens a ser enviado às províncias do interior do vice-reino.[161] De Lima chegavam notícias das execuções de participantes dos movimentos de Quito em 1808 e 1809, dando conta da crueldade e impopularidade das mesmas. A preocupação do *Correio Brasiliense* com a reforma pacífica dos vice-reinos hispânicos é evidente: "a circunstância de se fazer esta revolução [de Buenos Aires] sem efusão de sangue, como em Caracas", provaria "que não só a grande maioridade do povo era a favor desta

---

[159] *CB* v.IV, n.24, 05/1810.

[160] Publicou um extrato da *Gazeta de Caracas* de 27 de abril contendo uma proclamação da junta da capital (20 de abril); três manifestos da junta de Cumaná, em apoio ao governo de Caracas (28 de abril, 04 e 05 de maio); uma carta da junta de Caracas à de Cádiz (03 de maio), justificando sua conduta, e uma correspondência entre ambas. Logo em seguida, o *Correio* trouxe o decreto de convocação de Cortes pelo Conselho de Regência, em nome de Fernando VII (18 de junho). *CB* v.V, n.26, 07/1810.

[161] *CB* v.V, n.27, 08/1810.Nessa edição, traria os seguintes documentos: bando do Cabildo de Caracas convocando representantes para integrarem a junta (19 de abril); cartas de Francisco de Miranda, dirigidas entre julho e outubro de 1808 a várias autoridades hispânicas (tomadas pelo *Correio* como prelúdio ao movimento de 1810); o regulamento para a reunião de representantes que reunidos integrariam a Junta de Caracas; proclamação do cabildo de Buenos Aires indicando a constituição de uma junta (24 de maio); proclamação da junta (26 de maio); carta circular do vice-rei Hidalgo de Cisneros renunciando ao cargo (26 de maio).

mudança; mas que havia para isto um plano premeditado". Por fim, indicava a resistência da localidade de Guayana em aderir ao movimento caraquenho, trazendo uma lista dos componentes daquele governo, pois, "como a Guayana é uma das Províncias da América Espanhola, novamente organizadas, que se acha mais contígua ao Brasil, julgamos, que será interessante aos Brasilienses conhecer os nomes de seus principais cabeças".[162]

Uma notícia mais pormenorizada acerca de Guayana viria na edição de setembro, com a publicação da proclamação da junta local resistente a Caracas reconhecendo o Conselho de Regência (14 de julho de 1810). No mesmo número, a ordenança (2 de junho) da Junta de Buenos Aires que criava o seu periódico oficial, a *Gazeta de Buenos Aires*, e um extrato da mesma (extra de 9 de junho) com o decreto real do Conselho de Regência de 14 de fevereiro de 1810 que convocava a reunião de Cortes, inclusive dos representantes americanos. Ainda sobre o Prata, o *Correio* trouxe a resposta do Cabildo de Montevidéu (6 de junho) à convocação da Junta de Buenos Aires, assegurando fidelidade ao Conselho de Regência, e a réplica da mesma (8 de junho), num longo libelo contrário à autoridade metropolitana.[163]

A formação da junta de Santa Fé, em Nova Granada, também foi noticiada pelo *Correio*, bem como a resistência cordobesa ao exército expedicionário de Buenos Aires e as adesões de Salta e Tucumán;[164] a confirmação do envolvimento de Liniers naquela resistência, contudo, viria um pouco depois, em novembro. Em função de todos esses acontecimentos, o *Correio* expressa evidente pesar pelo panorama de desordem e conflito que agora, claramente, grassava por quase toda a América espanhola, e que dizia respeito também ao Brasil : "a guerra civil, que nós sempre tememos na América Espanhola, está efetivamente começada. A expedição, que saiu de Buenos Aires contra o partido de Liniers, sucedeu em prendê-lo, e reduziu Córdoba à obediência à capital: este vencimento abre inteiramente a comunicação entre Buenos Aires e a costa do Peru; é muito natural de supor que as tropas mandadas a esta expedição, quando se recolherem, passem a atacar o território de Montevidéu, cujo Governador se mantém na

[162] *CB* v.V, n.27, 08/1810.
[163] *CB* v.V, n.28, 09/1810.
[164] *CB* v.V, n.29, 10/1810.

resolução de não obedecer ao Governo de Buenos Aires. Esta operação trará a guerra para junto das fronteiras do Brasil".[165]

O panorama negativo dos acontecimentos contamina todo o noticiário da edição de dezembro de 1810. Uma "Relação da revolução de Santa Fe", extraída de uma carta particular (24 de agosto), uma proclamação da Junta de Santa Fé (5 de setembro), declarando luto em homenagem às dezenas de mortos na repressão legalista de Quito e na qual se lia o clamor de "Levante-se em Armas toda a América; e una-se em um grito geral de vingança", e a confirmação do fuzilamento de Liniers e outras autoridades cordobesas dão o tom da evolução de um quadro que, aos olhos do *Correio*, era cada vez mais grave ("os procedimentos em Quito são de um caráter feroz, e produzirão conseqüências terríveis"). Notícias não confirmadas dariam conta de que Lima, todo o Peru e também o Chile seguiriam pelo mesmo caminho.[166] Os acontecimentos do México só mereceram destaque na edição de fevereiro de 1811, quando o movimento de Hidalgo já se encontrava praticamente extinto.[167]

Assim, praticamente todos os grandes acontecimentos políticos sucedidos com a América espanhola durante o ano de 1810 foram mencionados pelo *Correio Brasiliense*, divulgados e difundidos por uma vasta rede de circulação atlântica. Conforme já afirmamos anteriormente, o *Correio* era muito lido no Brasil, consumido até mesmo pelos estadistas portugueses, que não poderiam prescindir do seu riquíssimo manancial de informações, cada vez mais essencial como subsídio à gestão política em tempos de revolução.

Uma demonstração cabal desse interesse está na correspondência oficial entre D. Rodrigo de Sousa Coutinho e Sousa Holstein que, na condição de representante português junto à dissolvida Junta de Sevilha, fora transferido para Cádiz, onde estavam em curso os preparativos para os trabalhos constitucionais a terem início num futuro breve. As informações remetidas ao Brasil seguiam o curso natural das notícias do *Correio Brasiliense*: da América espanhola à Europa, da Europa à América portuguesa.

[165] *CB* v.V, n.30, 11/1810. Na mesma edição em que foi publicado um decreto da Junta de Caracas concedendo abatimento de um quarto dos impostos sobre importações e exportações de comerciantes ingleses em seus portos (3 de setembro); e uma proclamação do exército de Buenos Aires aos habitantes das províncias do interior (s.d.).

[166] *CB* v.V, n.31, 12/1810. Traria ainda um extrato da proclamação da Junta de Cartagena (19 de setembro).

[167] Documentos (de novembro) sobre a derrota de Hidalgo no México. Extrato da *Gazeta de Caracas* (25 de outubro) sobre as negociações com a Grã-Bretanha. (*CB* v.VI, n.33, 02/1811).

Preliminarmente, as notícias davam conta da precipitação de movimentos que não deixavam muita dúvida quanto ao seu significado: "revoluções", "sublevações" e "insurreições" são os mais comuns tratamentos por Holstein. Buscando elaborar um diagnóstico da situação na América, escrevia a D. Rodrigo que, embora houvesse indicativos de que "a revolução de Caracas tem o caráter de seriedade, e de obstinação maior que a de Buenos-Aires", pois era "fundada em princípios perigosos", ao passo que a segunda "mostra ser nascida da incerteza, em que se acharam aqueles habitantes sobre o estado da Metrópole", não havia dúvidas de que "ambas devem dar cuidado".[168] Em fevereiro de 1811, já era possível oferecer ao ministro português um quadro mais preciso da situação global. "A Província de Caracas foi a primeira a dar o exemplo"; em função da "natural viveza dos seus habitantes, e o grau de ilustração a que muitos deles tinham chegado, sem embargo das diligências do antigo Governo, para evitar que uma certa espécie de luzes penetrasse naquele País", teria esse movimento "um aspecto mais temível, e mais obstinado, que a todas as outras. Seguiu-se-lhe dali a pouco, a de Santa Fé, que adquiriu muito mais furor, pela notícia dos assassinatos cometidos em Quito, numa sublevação de Soldados, contra muitas das pessoas principais daquela Terra [?] que se achavam presas". As últimas notícias assegurariam que "o Peru, e o Chile, conservavam-se tranqüilos", mantendo fidelidade ao Conselho de Regência. No México, "a sublevação de algumas Províncias [...] tomou um caráter inteiramente diferente" do de qualquer outra região: "o Cura Hidalgo, primeiro motor, e chefe da sobredita Insurreição, usou de todos os meios de sedução para levantar Índios, e Europeus, e formar um Exército", e embora "as opiniões [estejam] divididas aqui sobre o estado atual do Vice-Reinado, a maior parte julgam a sublevação quase acabada; porém não deixa de haver quem receie que renasça das suas cinzas", sendo "a proximidade dos Estados Unidos [...] o maior fundamento de receio". Num *post-scriptum*, de poucos dias depois, Holstein agregava novas informações da Nova Espanha, onde "as Tropas do Vice-Rei, depois da vitória, que obtiveram, entraram a ferro, e a fogo na Cidade de Guanajuato, aonde se fez uma mortandade horrenda." Por fim, mencionava Holstein "planos" e "inumeráveis Emissários [franceses] que por vários caminhos se têm introduzido nas Colônias Espanholas, alguns dos quais têm sido presos, e justiçados".[169]

---

[168] Ofício n.11 de Palmela a Linhares, Cádiz, 23/09/1810. *AHI*, Documentos Avulsos, Legação em Cádiz.
[169] A carta é de R.l Ilha de Leão 07/02/1811; o corpo do documento: Cádiz 20/02/1811: *AHI*, Documentos Avulsos, Legação em Cádiz. Vide o ofício n.7 de Palmela a Linhares.

Meses depois, iria referir-se à "insurreição" de Nova Espanha que, "sem dúvida nenhuma, é ateada por intrigas pérfidas e ocultas dos emissários de Napoleão, e talvez também de outra Potência limítrofe, que tem interesse na emancipação daqueles Países".[170] Se em fins de 1811 as forças napoleônicas ainda dispunham ou não de fôlego suficiente para promover alterações diretas na política americana, essa não parece uma boa pergunta; o que importa é que, por essa época, seu espectro ainda se fazia bastante operacional no repertório de representações políticas vigentes. A preocupação com o movimento mexicano, classificado por aquela que era uma das qualidades mais pejorativas dentre as acessíveis naquele repertório ("insurreição"), revela a consciência por parte do Estado português de uma das grandes marcas distintivas daquilo que ocorria na Nova Espanha em relação às outras regiões da América espanhola: os fundamentos populares da efervescência política. Se na Venezuela a observação dessa efervescência remetia à ameaça de alterações numa ordem escravista, no México a atuação de Hidalgo à frente de um movimento socialmente abrangente imprimia à abertura do processo revolucionário não apenas uma feição, mas um caráter de radicalidade popular que deveria mobilizar, com especial intensidade, a reação e repressão legalista, bem como as expectativas de todos que prezassem a manutenção dos princípios legitimistas na América.

Vale insistir na observação de Holstein de que a Nova Espanha estaria contaminada por forças francesas e, talvez, "também de outra Potência limítrofe", que nesse caso seriam os Estados Unidos. O receio de que este país estivesse interessado na independência do México ou de qualquer outra parte dos domínios bourbônicos na América encontrava plena ressonância naquela conjuntura. Nas primeiras décadas do século XIX, os Estados Unidos já desempenhavam um papel nodal no jogo de forças entre as potências ocidentais no qual, de acordo com um padrão competitivo estabelecido pela Grã-Bretanha, o beneficio do livre-comércio com vastos e populosos territórios até então – cada vez menos - sujeitos às normas de monopólio impostas pelas metrópoles era uma das regras. Assim, a abertura dos portos hispano-americanos era insistentemente tratada também pela política portuguesa por meio de sua legação em Sevilha, buscando caracterizá-la como medida imprescindível para a conservação das colônias sob domínio espanhol.

---

[170] Oficio n.57 secretíssimo de Palmela a Linhares, Cádiz, 22/11/1811. *AHI*, Documentos Avulsos, Legação em Cádiz.

É provável que o fluxo europeu das notícias da América espanhola que chegavam ao Brasil fosse o preponderante, mas certamente não era exclusivo. Usufruindo de uma vasta rede de informantes montada durante os anos de 1808 e 1809, a Corte do Rio de Janeiro era alimentada também por fontes continentais, das quais sem dúvida as mais importantes eram as de Buenos Aires e Montevidéu. Um extenso informe datado de julho de 1810, redigido em português mas não assinado, muito possivelmente remetido ao Rio de Janeiro por um dos agentes carlotistas de Buenos Aires, abordava as convulsões alto-peruanas, a possível adesão de Mendoza e Salta à Junta de Buenos Aires e a partida do exército desta em direção a Córdoba. Dava conta ainda da resistência paraguaia que, inserida na situação geral do vice-reino, propiciaria um ambiente político claramente favorável ao reconhecimento da autoridade de D. Carlota Joaquina.[171] Outra fonte proveniente de Buenos Aires, e cujas informações possivelmente também teriam como destino a Corte, remetia exemplares da *Gazeta* local, assegurava que o Chile seguia o mesmo movimento que Buenos Aires, mencionava o envio de um exército para subjugar o Paraguai e boatos acerca da existência de um plano para "seduzirem os brasileiros, pardos, e negros para a independência".[172] Em maio de 1811, João Carlos Augusto de Oyenhausen enviara a D. Rodrigo informações acerca da "feliz notícia" da derrota das forças de Buenos Aires frente às do Paraguai em Tacuari, 9 de março, "ação [...] que por mercê do Céu deixou vitoriosa a divisão que o governador daquela província [do Paraguai] mandou contra a partida de insurgentes que nela se tinham entranhado".[173] Da pena de vários informantes, o conde de Linhares obteve a confirmação do ocorrido no Paraguai, numa geografia de fontes bastante abrangente: cartas remetidas a terceiros lhes chegaram às mãos provenientes não apenas de Buenos Aires, Rio Pardo, Santa Teresa, Rio Grande e Porto Alegre, mas também da Bahia, de Vila Rica e, na Europa, de Gibraltar. Ao

[171] Notícias provenientes de Buenos Aires, 07/1810. *Política Lusitana en el Río de la Plata*, II, p.61-63.
[172] Nota de Manuel Francisco de Miranda ao brigadeiro Antonio Correa da Costa, Buenos Aires, 24/10/1810 (*PLRP*, II, p.148-149).
[173] Nota de João Carlos Augusto de Oyenhausen ao conde de Linhares, Cuiabá, 14/05/1811 (*PLRP*, II, p.197-200). A nota acompanha o ofício enviado ao comandante espanhol de Vila Real ao comandante português do Paraguai, Gerônimo Joaquim Nunes, informando-lhe dos acontecimentos de 09 de março (Vila Real, 18/03/1811) e o ofício de Oyenhausen ao governador espanhol do Paraguai Bernardo de Velasco, felicitando-lhe pelo sucesso de suas armas (Cuiabá, 01/05/1811). Ambos em *PLRP*, II, p.202-203, e p.204-207, respectivamente.

príncipe regente D. Rodrigo fez chegarem as notícias por meio de um exemplar da *Gazeta de Montevidéu*.[174]

Além de acompanharem a abertura do processo independentista hispano-americano em geral, os homens de Estado do Império português, bem como todas as demais pessoas envolvidas a esse tempo no universo da política luso-americana, prestaram especial atenção ao que se passava no Rio da Prata. Era de domínio público que as convulsionadas províncias do antigo vice-reino se enfrentavam em encarniçados conflitos, do que decorria uma inquietante movimentação militar numa vasta região fronteiriça que ia do Rio Grande de São Pedro até o norte do Mato-Grosso. Além do mais, as referências a um plano, traçado na esfera da Junta de Buenos Aires para convulsionar o Brasil, não eram desprovidas de sentido.

Os tratados anglo-portugueses de 1810

Antes de passarmos a um detalhamento dos motivos dessas inquietações, é necessário destacar que os acontecimentos da América espanhola de 1810 se tornaram conhecidos e seriam reprocessados num universo político português redefinido pela consolidação do alinhamento do Estado bragantino à Grã-Bretanha. Trata-se de um fator crucial de determinação das condições de desdobramento, no Brasil, dos vetores impostos pela América espanhola, na medida em que a posição britânica perante o quadro de relações externas possui nítida capacidade de, na conjuntura revolucionária atlântica de começos do século XIX, influir diretamente em todas as demais. A depender de onde ela estivesse, estariam todos os outros.

O bloqueio continental decretado em 1808 por Napoleão impusera a Portugal uma situação na qual a Grã-Bretanha passara a representar praticamente a única alternativa de escoamento de sua produção e comércio, estrangulados em suas tradicionais vias continentais; por outro lado, o Brasil – bem como toda a América ibérica – oferecia possibilidades privilegiadas de trocas para a economia britânica. É fato que essa situação fora sendo reconhecida nos anos de 1808 e 1809, resultando em medidas como a abertura ao comércio mundial dos portos do Brasil (janeiro de 1808) e

[174] A *Gazeta* chegou a Linhares por José Presas. Nota de Linhares ao príncipe regente, Rio de Janeiro, 02/12/1811 (*PLRP*, II, p.444-445). Extratos das várias cartas particulares, datadas entre 2 de julho e 20 de dezembro, se encontram em *PLRP*, II, p.445 e 450-466.

do Prata (janeiro de 1809); no entanto, urgia formalizar essa tendência por meio de acordos mais estáveis.

Os dois tratados assinados entre Portugal e Grã-Bretanha em 19 de fevereiro de 1810 – ratificados em 26 de fevereiro e em 18 de junho - representam, assim, o desenvolvimento de uma tendência de aproximação política e econômica linearmente estabelecida desde a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1807. Coroando uma série de dispositivos anteriores, compilando e reformulando conteúdos de tratados seculares – como os de 1654 e 1703 –, regulavam questões de "Comércio" e de "Amizade e Aliança". Por eles, concedia o governo português aos produtos britânicos uma redução da taxa alfandegária a ser paga em seus portos, de 24% para 15%, um ponto percentual a menos do que a que pagavam os artigos portugueses ou estrangeiros transportados em navios portugueses (aqueles transportados em embarcações estrangeiras continuariam pagando 24%). No tocante ao exercício da atividade comercial por súditos britânicos no interior do Império português, criava-se uma instância jurídica que dirimia todas as questões que os envolvessem (do que não gozavam nem gozariam os comerciantes portugueses na Grã-Bretanha); visando facilitar o comércio britânico com o Rio da Prata, o governo português consentira na transformação de Santa Catarina em porto livre. As disposições acordadas mais de cem anos antes no tratado de Methuen relativas à preferência de importação portuguesa de lanifícios ingleses em troca da prioridade inglesa de importação de vinhos portugueses era agora ampliada, beneficiando todas as mercadorias britânicas – dentre as quais os tecidos, em um contexto de industrialização, haviam sobremaneira crescido em importância no montante da economia britânica. Ficavam mantidas as tradicionais proteções britânicas aos seus produtos coloniais, como açúcar e café, cultivados no Caribe, que dispunham de preferência nos mercados britânicos em relação àqueles provenientes do Brasil, que poderiam somente ser depositados, nos portos da ilha, em trânsito para reexportação. Do Brasil a Grã-Bretanha importava e continuaria a importar couro e algodão, concedendo-lhes algumas facilidades.

Outras disposições atrelavam questões comerciais e militares. Ficava estabelecida a proibição de transporte, em navios portugueses, de todos os gêneros e mercadorias de potências inimigas da Grã-Bretanha, e vice-versa; em portos portugueses poderiam ser admitidos simultaneamente até seis navios de guerra britânicos, ficando proibida a entrada de similares de quaisquer outros países.

Igualmente, comprometia-se Portugal a dispor sobre a abolição gradual do tráfico, a ser decidida num futuro próximo.[175]

Os tratados de 1810 provocaram, de imediato, reações diversas, desde a defesa teoricamente fundamentada do livre-comércio até fortes descontentamentos decorrentes da perda de privilégios e de fontes materiais de lucro e riqueza; no conjunto do Império português, contudo, parece haver uma ampla prevalência de manifestações do segundo tipo. A concorrência absolutamente desigual com o comércio e a indústria britânicos, praticados por uma marinha mercante também muito superior à portuguesa, se conjugaria com um conturbado ambiente peninsular, onde o declínio da dominação francesa trazia à tona fissuras políticas graves.[176] Os descontentamentos daí decorrentes seriam muitos e fortes, acumulando-se ao longo dos próximos anos e desdobrando-se decisivamente em mobilizações na esfera da política interna e externa.[177]

Mas não era somente em setores peninsulares que os tratados de 1810 causariam desgosto. Significativas perdas de direitos alfandegários, a ruína da inicipiente indústria portuguesa no Brasil e as vantajosas concessões oferecidas aos súditos britânicos configuraram um ambiente de instabilidade e tensão também no Brasil. Viajantes que o visitaram à época oferecem testemunhos da penetração das mercadorias britânicas mesmo em longínquas paragens do Brasil;[178] igualmente disseminados eram sinais de descontentamento como os do comerciante português Manoel Luís da Veiga que, radicado no Brasil, se queixaria às autoridades portuguesas, logo em 1810, das

---

[175] Valentim ALEXANDRE – *Os sentidos do império:* questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto Afrontamento, 1993, p.209-232; do mesmo autor: O império luso-brasileiro face ao abolicionismo inglês (1807-1820). In: *Velho Brasil, novas Áfricas*. Porto, Afrontamento, 2000, p.66-72. Também Maria Cândida PROENÇA - *A independência do Brasil*. Lisboa, Colibri, 1999, p.18-19.

[176] Ana Cristina B. de ARAÚJO. O "Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves" 1815-1822. In: *Revista de História das Idéias*, 14. Coimbra, 1992, p.244-246.

[177] Por exemplo, *CB* v.VII, n.41, 10/1811, p.455-459. Num ofício de setembro de 1810, Holstein informava D. Rodrigo a respeito das queixas do secretário espanhol D. Eusébio de Bardaxi de que "o Porto Franco estabelecido na Ilha de Santa Catarina tendia claramente a encher de contrabando as Colônias Espanholas", com o que o embaixador português teria lhe respondido que "a proibição do livre-comércio com as Colônias Espanholas, que servia de fundamento à sua queixa, não podia já agora de modo nenhum subsistir" (vide o exemplo dado por Portugal em 1808), e que "ou as Cortes que iam a reunir-se adotariam um sistema liberal de comércio para toda a extensão da Monarquia Espanhola", ou "as Colônias seguirão todas indubitavelmente umas depois das outras o exemplo dado por Caracas, e por Buenos-Aires." Ofício n.11 de Palmela a Linhares, Cádiz, 23 de setembro de 1810. *AHI*.

[178] Vide as observações de John MAWE – *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1978; e de John LUCCOCK – *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975. A simples presença desses dois viajantes no Brasil demonstra a importância da expansão comercial britânica na América, onde eles se encontravam tratando de negócios e analisando condições locais para a atividade.

vantagens concedidas aos britânicos em detrimento dos interesses dos nacionais.[179] Com isso, parece significativo que a *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico oficial da Corte portuguesa destinado justamente a tornar públicas as medidas do governo, só fez uma primeira menção aos acordos assinados em fevereiro de 1810 sete meses após sua oficialização[180] (o *Correio Brasiliense*, distante dos centros dos acontecimentos, já confirmara a ratificação dos tratados de 1810 em julho, e desde 1809 vinha se manifestando a respeito dos acordos, tomados como uma simples questão de tempo[181]). Seu silêncio parece um eloqüente testemunho dos incômodos que tais manifestações causavam ao governo.

Obedecendo às contingências naturalmente decorrentes de uma hierarquia político-econômica tão desigual quanto era a que em 1810 posicionava o Império português perante a Grã-Bretanha, os tratados de 1810 alinhavam formalmente Portugal e o Brasil à política mundialmente hegemônica, numa definição estabelecida para durar pelo menos quinze anos (esse era o prazo de vigência dos acordos, após o qual poderiam ser renovados; não poderiam ser desfeitos sequer no caso de retorno da Família Real bragantina à Europa). Concebidos pela alta burocracia imperial portuguesa como uma maneira de reforçar seus objetivos de preservação da unidade política dos domínios bragantinos na América, os acordos de 1810 de diversas maneiras contribuiriam para agravar as ameaças a esse projeto. Para além dos protestos e descontentamentos acumulados pelos súditos portugueses, há que se atentar para as contingências de alcance hispano-americano. Ainda que o alinhamento luso-britânico não significasse, aos olhos do gabinete britânico, a formação de um bloco excludente de outros poderes políticos em constituição ou em vias de constituir-se na América ibérica, ele colidia com muitas das expectativas gestadas no âmbito desses poderes. É evidente que a cristalização da aliança luso-britânica foi conhecida na América espanhola, no bojo da qual não poderia gozar de indiferença. Num contrafluxo, receios, temores e projetos por ela modelados seriam devolvidos ao universo político luso-americano.

---

[179] Do descontentamento de Veiga surge um ensaio de atuação política sediciosa, conforme analisa Andréa SLEMIAN - *O difícil aprendizado da política na Corte do Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo, FFLCH-USP, 2000 (diss.mestrado), cap.II.

[180] *Gazeta do Rio de Janeiro* (doravante *GRJ*) n.76, de 22/09/1810.

[181] *CB* v.V, n.26, 07/1810. Uma vez ratificados, os tratados seriam alvo de seguidas críticas no *Correio Brasiliense*.

O 'Plan de las operaciones' e as ameaças ao Brasil

Conforme vimos anteriormente, desde a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, as prevenções entre a América portuguesa e a América espanhola eram recíprocas; autoridades das duas partes, particularmente na fronteira platina, se mostraram receosas quanto às imprevisíveis conseqüências desse rearranjo na geopolítica do continente e aventaram claramente a possibilidade de confrontos militares diretos. Agora, com os novos espaços de poder político criados pelas juntas americanas e com o alinhamento luso-britânico, o panorama de incertezas se agravava, mesmo porque as guerras civis já adentravam os limites dos antigos vice-reinos (Prata e Nova Granada) e daqueles ainda existentes (Peru e Nova Espanha). Assim, as múltiplas tensões daí resultantes faziam de uma guerra entre Buenos Aires e o Brasil uma possibilidade bastante verossímil.

O *Plan de las Operaciones que el gobierno provisional de las Províncias Unidas del Rio de la Plata debe poner en práctica para consolidar la grande obra de nuestra libertad e independencia* foi elaborado em julho de 1810 na esfera da Junta de Buenos Aires. Sua autoria, no entanto, é controversa, e foi alvo de apaixonadas discussões na historiografia argentina, ora atribuído ao secretário da Junta, Mariano Moreno, ora ao capitão espanhol radicado em Montevidéu e no Rio de Janeiro, Andrés Alvarez de Toledo. Entretanto, conforme muito bem destacou Noemí Goldman, o que realmente importa é analisar o conteúdo e as condições históricas de elaboração do *Plan*, do que resulta efetivamente ser ele produto de uma linha política "morenista", coerente com as idéias e as práticas de um dos grupos mais atuantes no movimento de Maio.[182] E, para nós, o que importa mais ainda é que ele continha disposições específicas voltadas para o Brasil, onde foi efetivamente conhecido.

Dividido em oito longos artigos, o *Plan* se constitui num projeto para a viabilização e consolidação da revolução por todo o território do vice-reino a partir do governo de Buenos Aires, dispondo de uma série de diretrizes de política interna e externa a serem adotadas. No primeiro artigo, estabelecia formas de obter respaldo do governo perante a opinião pública, tomada como base imprescindível para o sucesso do projeto. Em seguida, dispunha de meios para a sublevação e conquista da resistente

[182] N. GOLDMAN – *Historia y lenguaje...*, cit., p.62-67. Com maior detalhamento, da mesma autora: Utopía y discurso revolucionario (El plan de operaciones de M. Moreno). *Espacios* n.6. Buenos Aires, Facultad de Filosofia y Letras/Universidad de Buenos Aires, octubre- noviembre/1987, p.52-56. Também Washington REYES ABADIE – *Artigas y el federalismo en el Rio de la Plata*. Buenos Aires, Hyspamerica, 1986, p.9-13.

Província Oriental (artigo 2º.), das relações secretas que deveriam ser estabelecidas com a Espanha (artigo 3º.) e da conduta a ser observada com Portugal e Grã-Bretanha. Nesse ponto, o Brasil começa a entrar em cena. A idéia do *Plan* era que a junta deveria oferecer a Portugal e à Grã-Bretanha todas as vantagens comerciais possíveis, tratar seus negócios no Prata muitíssimo bem; igualmente, tornaria público seu apoio à adoção do projeto carlotista em Montevidéu, auxiliando-o com homens e equipamentos, não obstante oferecer-lhe, disfarçadamente, percalços e dificuldades, bem como aos avanços e movimentações dos exércitos de Diogo de Souza no Rio Grande (que poderia vir a ser cooptado). Tudo isso dependeria, porém, do afastamento da Grã-Bretanha dos negócios de Montevidéu, a ser obtido por vias diplomáticas, bem como de uma declaração formal de que esta não se encontraria comprometida, em termos formais, com Portugal.[183]

Os artigos 5º. e 6º. traziam, respectivamente, recomendações acerca da ação de agentes nas províncias interiores do vice-reino e da utilização de fundos públicos, uma vez lograda a completa adesão de todas as províncias. No seguinte, sobre as relações secretas a serem mantidas com Portugal e Grã-Bretanha, a idéia central era aproximar-se desta para, progressivamente, voltá-la contra aquele. Configurado esse quadro, o passo seguinte seria trabalhar no Brasil "por meio de la introducción de la rebelión y guerras civiles; combinando al mismo tiempo, por medio de tratados secretos con la Inglaterra, los terrenos o provincias que unos y otros debemos ocupar, y antes de estas operaciones hemos de emprender la conquista de la campaña del Río Grande del Sud, por meio de la insurreción".[184]

A porta de entrada para o Brasil seria, naturalmente, a capitania do Rio Grande de São Pedro; as condições para atingi-la residiam sobretudo na dissociação da aliança entre Portugal e Grã-Bretanha que, como vimos anteriormente, representava para os homens da época, uma das poucas certezas no fluido quadro das relações internacionais, portanto um vetor incontornável a ser administrado por qualquer governo hispano-americano. A presença da Grã-Bretanha ao lado de Portugal impunha igualmente para Buenos Aires e para a Corte do Rio de Janeiro a impossibilidade de se concretizarem os prognósticos de hostilidade aberta e direta entre ambos; mas, se da derrocada do Brasil dependia a longevidade do governo de Buenos Aires, várias medidas subversivas se

[183] Valemo-nos de uma edição do *Plan de las operaciones* que assume sua autoria por Mariano MORENO – *Plan revolucionario de operaciones*. Buenos Aires, Perfil, 1999 (prólogo de Martín Caparrós). Para o artigo 4º, p.82-90.
[184] Idem, p.104-109. A citação se encontra à p.108.

faziam necessárias, formuladas no oitavo e último artigo do *Plan*. Nele são detalhados os meios de sublevação do Rio Grande, cuja conquista franquearia a subversão de outras províncias do Brasil, nomeadamente Santa Catarina e Bahia – vale lembrar, duas que mantinham estreitos contatos mercantis com o Prata – em direção a um grande objetivo final: fragmentar e dividir os territórios da América portuguesa. Aqui, o *Plan* lidava com uma inversão de agentes: se parecia lógico o interesse britânico, amparado em questões econômicas, pela independência da América e sua fragmentação, a ela interessaria igualmente a fragmentação do Brasil.

Assim, numa empresa que poderia durar de seis até oito anos, concomitante à pacificação da Província Oriental e ao pleno restabelecimento de sua atividade comercial, a sublevação do Rio Grande começaria pela manutenção de contingentes militares de cinco a seis mil homens na fronteira do rio Uruguai, em Corrientes, em Misiones e no Paraguai, além de dez mil em Montevidéu e campanha; após firmar tratados de comércio com Portugal, assegurando-lhe uma falsa amizade, Buenos Aires enviaria a toda a capitania agentes comerciais encarregados de tomar conhecimento da região, de seus habitantes e de irem "catequizando las voluntades de aquellos más principales". A todos esses agentes, bem como aos comandantes militares de fronteira, deveriam ser remetidas coleções de periódicos de Buenos Aires e Montevidéu, "debiéndose tratar en sus discursos de los principios del hombre, de sus derechos, de la racionalidad, de las concesiones que la naturaleza le ha franqueado; últimamente, haciendo elogios lo más elevados de la felicidad, libertad, igualdad y benevolencia del nuevo sistema, y de cuanto sea capaz y lisonjero, y de las ventajas que están disfrutando; vituperando al mismo tiempo a los magistrados antiguos del despotismo, de la opresión y del envilecimiento, en que se hallaban, e igualmente introduciendo al mismo tiempo algunas reflexiones sobre la ceguedad de aquellas naciones que, envilecidas por el despotismo de los reyes, no procuran por su santa libertad". Todo esse conjunto de argumentos se constituiria no "sistema y orden del entable de este negocio, figurándolos en las gacetas no como publicados por las autoridades, sino como dictados por algunos ciudadanos". Com o pretexto de facilitar os negócios comerciais, previa o *Plan* a criação de uma imprensa em português, na realidade voltada a imprimir "estos discursos y gacetas con cualesquiera otras noticia". Aos comandantes de fronteira seria recomendado um tratamento extremamente benevolente com todo e qualquer português, até mesmo para com contrabandistas e ladrões, que sofreriam somente penas brandas;

sempre que necessário, deveriam fornecer aos portugueses "pobres e medianos" grãos e demais gêneros de subsistência, a título de empréstimos amplamente vantajosos às populações locais. Por fim, outra frente de propaganda seria aberta, com a introdução na capitania de "pasquines y otras clases de papeles escritos en idioma português, llenos de mil dicterios contra el gobierno y su despotismo". Depois de tudo isso ter criado um clima favorável, o Rio Grande seria invadido e conquistado por um exército de 18 ou 20 mil soldados.[185]

Quais as reais condições que o recém-criado governo de Buenos Aires teria para levar adiante as ambiciosas proposições do *Plan* é uma questão que não nos cabe discutir; o que importa é que suas idéias foram concebidas manipulando informações e percepções bastante corretas acerca da realidade mundial, portuguesa e luso-americana, escolhendo sementes que tinham à sua frente um terreno no qual a revolução – tomada como subversão da ordem - poderia germinar. Nessa perspectiva, o *Plan* selecionava algumas recomendadas pelo seu próprio tempo: a "catequização política" das almas, especialmente das mais influentes e por meio de uma forte mas dissimulada propaganda política; o emprego calculado da força, da punição e do terror, contrastados com o oferecimento da brandura e da benevolência; o emprego de uma diplomacia estratégica e aberta e de uma publicização de posições, valendo-se ao mesmo tempo das armas de uma diplomacia secreta, do emprego de agentes e da dissimulação de propósitos; manipulação de interesses políticos de acordo com interesses comerciais; fomento a rebeliões, insurreições e guerras civis.

Estaria o Império português imune a essas ameaças? Seria o Brasil um universo estéril e renitente ao emprego desses métodos? Certamente não. Nesse ponto, o autor do *Plan* se mostra bastante bem municiado de uma visão de conjunto da realidade sobre a qual pretende atuar. Ao menos dois exemplos nos parecem claros. Em primeiro lugar, ao mencionar os procedimentos a serem adotados em relação à escravatura, em uma província na qual ela sabidamente constituía condição e resultado de um recente e progressivo desenvolvimento econômico como era a rio-grandense, o *Plan* é bastante cauteloso: "no tocar todavía, hasta su debido tiempo, la libertad de los esclavos en aquellos destinos, sino desfrazadamente ir protegiendo a aquellos que sean de sujetos contrarios a aquella causa".[186] Com isso, demonstrava consciência de que o apelo à

[185] Idem, p. 109-137.
[186] *Plan*..., cit., p.119.

liberdade de escravos, ao colidir com interesses sabidamente fortes e disseminados dentre a "opinião pública" rio-grandense, poderia se constituir numa arma contrária aos seus propósitos. Recomendável seria, portanto, sondar a disposição local em relação a essa questão, ao invés de dispor precipitadamente de meios de subversão e promoção da guerra civil aparentemente eficazes.

Em segundo lugar, ao enfatizar o papel da "catequização" política na preparação dos terrenos a serem conquistados (no primeiro artigo, sobre a forma de obter a adesão das províncias interiores do Prata), o *Plan* evoca um aparentemente bastante seguro panorama da situação do Brasil:

> "Últimamente, nos es muy constante por las noticias que nos asisten, que en toda la América del Brasil no hay casi un solo individuo, a proporción, que esté contento con el gobierno ni sus gobernantes, tanto por lo mal pagados, como por el despotismo de sus jefes y mandatarios, por la cortedad de los sueldos, por lo gravoso y penoso de las contribuciones, lo riguroso e injusto de algunas leyes, en atención a las que las naciones libres y más generosas observan; nos consta asimismo que los clamores y quejas contra diversos particulares son infinitos, que no hay quien no murmure de sus ministros y mandones, que llenos de orgullo, aborben la sangre del Estado, cuando al mismo tiempo gime de la cortedad de su sueldo el pobre soldado, haciéndole injustamente consentir en la dura ley de esclavizarlo por toda la vida; últimamente, no hay ninguno que desesperado de la vil sumisión y abatimiento en que la Inglaterra tiene a Portugal, no produzca sino el lenguaje del descontentamiento y murmuraciones contra la misma autoridad real".[187]

Ainda que esse diagnóstico possa parecer algo exagerado em seus termos ("no hay casi un solo individuo, a proporción, que esté contento con el gobierno ni sus gobernantes"), em essência ele era bastante próximo da realidade – condição, aliás, *sine qua non* para a existência mesma do projeto. Realidade da qual desde 1808 os próprios estadistas portugueses demonstravam ter clareza, e da qual os descontentamentos com os tratados de 1810 eram demonstração cabal. Aliás, não restam dúvidas de que do *Plan de las operaciones* tiveram conhecimento as autoridades imperiais. Uma cópia manuscrita foi

[187] Idem, p.123-124.

feita em Buenos Aires, com resumos em português de cada um dos parágrafos dos artigos 4º, 7º e 8º, nas quais se lêem referências a "nossas [de Portugal] relações com a Espanha", "nosso [de Portugal] governo", "nos [a Portugal] dissuadir"; tudo indica que essas anotações foram obra de um dos agentes portugueses no Prata, possivelmente remetida aos seus superiores.[188] Ademais, há uma carta de D. Carlota Joaquina a seu irmão Fernando, novamente rei da Espanha, na qual se refere ao *Plan*: "Es bonito... pero nada nuevo para nosotros que los conocemos".[189]

Assim, as projeções do *Plan de las operaciones* para o Brasil testemunham uma realidade na qual os motivos de receio dos estadistas portugueses em relação às possibilidades de preservação, na América, da boa ordem por eles almejada não são poucos. A sua formulação, no âmbito da junta de governo de Buenos Aires, atesta, ademais, que os caminhos a serem trilhados pela América portuguesa estavam, em 1810, definitivamente atrelados aos sucessos da vizinhança hispânica.

Razões para o medo (I)

Se voltarmos agora nosso foco para a política lusitana no centro do Império, em 1810 já é claramente observável uma mutação, até então somente vislumbrada. A Intendência Geral de Polícia do Rio de Janeiro, que entre 1808 e 1809 se preocupara sobretudo com os franceses residentes e chegados à Corte, agora voltará sua vigilância para um contingente até então praticamente desprovido de suspeitas: os espanhóis, especialmente os provenientes ou em direção a Buenos Aires e Montevidéu. Vimos como o envio de agentes e informantes secretos era prática bastante recorrente à época, praticada com muita desenvoltura inclusive pelo próprio gabinete joanino em relação ao Prata; além disso, desde 1808, os espanhóis e hispano-americanos eram uma população estrangeira bastante presente no Rio de Janeiro, além de um grande número de viajantes provenientes ou com destino à América espanhola.[190] "Perigosos para a segurança pública", nas palavras do intendente Paulo Fernandes Vianna, deveriam passar a ser

[188] *PLRP*, II, cit., p.104-140.
[189] Carta de D. Carlota a Fernando VII, 30/11/1814. Citada por N. GOLDMAN – *Historia y lenguaje...*, cit., p.65.
[190] *Registro de estrangeiros (1808-1822)*, cit.. Nos anos de 1808 e 1809, os espanhóis peninsulares, das ilhas e hispano-americanos registrados pela Intendência Geral de Polícia perfaziam um total de 159 indivíduos.

impedidos de andar na cidade, pois poderiam "propalar [...] pestíferos sentimentos" e "opiniões políticas".[191]

Alguns espanhóis mereceram atenção especial. Em 2 agosto de 1810, o comandante da fortaleza de Villegaignon, na baía de Guanabara, comunicava ao intendente Viana os resultados da vistoria realizada à escuna inglesa *Misletoe*, proveniente do Prata, e à sumaca espanhola *Concepción*, vinda de Montevidéu. Nesta encontrara presos quatro oficiais militares: Prudencio de Murgiundo, Luis Balbín, José António Cano e Patricio José Beldón. Segundo informações obtidas com o piloto, "vinham presos por uma revolução que queriam principiar, e sempre houveram alguns tiros pelas ruas, e sendo estes os agentes". Por fim, retransmitia uma notícia de que o vice-rei de Buenos Aires, que teria embarcado para o Brasil no dia 16 de junho, se encontrava em "Pataonica" [Patagônia?].[192] No dia anterior, de Buenos Aires, o agente da Corte Carlos José Guezzi escrevia ao conde de Linhares solicitando a clemência de S.A.R. aos ditos prisioneiros, remetidos de Montevidéu a pedido do ministro espanhol residente no Rio de Janeiro, o marquês de Casa Irujo. Segundo Guezzi, o crime imputado aos quatro, cobertos por recomendações, seria o de terem pretendido aderir, em Montevidéu, à causa de Buenos Aires.[193]

Em outubro do mesmo ano, D. Rodrigo solicitou a Fernandes Viana informações sobre dois espanhóis que se encontravam na sede da Corte: Saturnino Rodríguez Peña e Luis Altolaguirre. Sobre o primeiro, conhecido partidário do projeto carlotista, "pensionado por S.A.R." e que no ano anterior se empenhara, desde o Rio de Janeiro, pelo seu reconhecimento no Alto Peru, Viana diria que "está aqui há muito tempo, e sou informado de que ele frequenta muito a casa do ministro de Inglaterra, e a de um fogueteiro seu patrício, sem que se lhe tenha percebido também coisa que nos dê cuidado, havendo-me V. Exa. mesmo segurado que nas inquietações da América Espanhola ele era adido à boa causa". Sobre o segundo, "que veio aqui da Bahia na nau portuguesa", diria que "já se retirou para Buenos Aires ou Montevidéu com despachos do seu embaixador" e que "nada se lhe percebeu de opiniões políticas, que nos pudesse

---

[191] Códice de 1811 do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, citado por A. SLEMIAN – *O difícil aprendizado da política...*, cit., p.92. As detenções cresceriam nos anos seguintes, a maioria sem culpa provada.

[192] Nota de José de Solveiro a Paulo Fernandes Viana, fortaleza de Villegaignon, 02/08/1810. *PLRP*, II, p.68-69. Viana encaminhou-a a D. Rodrigo no dia seguinte (*PLRP*, II, p.67).

[193] Carta de Carlos J. Guezzi ao conde de Linhares, Buenos Aires, 01/08/1810. *PLRP*, II, p.64-66. Infelizmente, não disponho de dados sobre o destino dos prisioneiros.

dar cuidado", tendo dentre os habitantes da cidade contato somente "com mulheres mundanas, que freqüentava".[194]

Manuel de Sarratea foi designado pela Junta de Buenos Aires seu informante no Rio de Janeiro, onde chegou em 10 de abril, apresentando-se à Intendência de Polícia no dia seguinte;[195] cinco dias depois, D. Rodrigo solicitava a Fernandes Viana informações a seu respeito. Na nota passada ao ministro no dia 18, o intendente retransmitia o que Sarratea dissera às autoridades locais: que era natural de Buenos Aires, negociante e no Rio de Janeiro se encontrava tratando de negócios particulares; portava cartas de recomendação ao "inglês Conningan" [Cunningham?]. Segundo o que a Intendência investigou, "não é visitado de portugueses, nem consta que tenha com eles relações algumas; só os ingleses o freqüentam, e aqueles dois irmãos rapazes Puerrisons [Pueyrredón] [...]: estes são os que mais o freqüentam, e com ele jantam"; procurou o ministro britânico assim que chegou ao Rio de Janeiro, e vinha freqüentando a casa do ministro espanhol Casa Irujo. A investigação obtivera de seu criado a informação de que "é presentemente deputado da Junta de Buenos Aires, mas não tem descoberto a que qualidade de negócios aqui veio, nem eu até hoje o pude saber, nem com que autorização se ache aqui demorado". Concluindo, Viana opinava que, sendo Sarratea enviado de Buenos Aires, "só por isto se faz suspeitoso na presente época" (na mesma nota, forneceria informação complementar sobre os irmãos Pueyrredón, "pupilos de Liniers, que queriam ir pelo Rio Grande para o território de Missões, onde diziam ter fazendas, e que inteligenciado com V. Exa. o não consenti, dando-lhes passaporte para Montevidéu para onde ainda não saíram").[196]

Muito rapidamente o intendente se veria na necessidade de rever parte de suas opiniões, em função de uma visita que acabara de receber do mesmo Sarratea. Dizendo-se, nas palavras de Viana, "cunhado de Liniers, e portanto magoado dos procedimentos, que achara ali [em Buenos Aires] praticados com ele por desordem, e má cabeça dos que têm entrado na Junta", ratificou os supostos propósitos puramente comerciais de sua passagem pelo Rio de Janeiro e afirmou que as pretensões de D. Carlota, que até então encontravam acolhida bastante favorável em Buenos Aires, tinham ruído "não pelos povos, mas por ambição daqueles mesmos, que governavam e tinham ambição de

[194] Nota de Paulo Fernandes Viana ao conde de Linhares, Rio de Janeiro, 17/09/1810. *PLRP*, II, p.170. A solicitação deste àquele é de 17 de outubro.
[195] Ofício de Sarratea a Mariano Moreno, Rio de Janeiro, 17/04/1811. *PLRP*, II, p.182-187.
[196] Nota de Paulo Fernandes Viana ao conde de Linhares, Rio de Janeiro, 18/04/1810. *PLRP*, II, p.187-188.

poder". Assim, Viana modificava sua posição inicial: "continuam as minhas pesquisas, e só reflito que a ser certo ter saído da Espanha em agosto, e chegado em dezembro ao Rio da Prata, não é verossímil que seja ali deputado da Junta, só se o é para alguma comissão que venha aqui exercer".[197]

Ora, Sarratea parecia se comportar assim em plena observância ao que as disposições contidas no *Plan de las operaciones* esperavam de um agente secreto. Como quer que fosse, as investigações sobre ele continuariam, bem como, cada vez mais, sobre os espanhóis. Prática esta que é uma materialização das preocupações, por parte dos estadistas portugueses, em relação a problemas de ordem interna, mas que são construídos numa interface com os acontecimentos da América espanhola, denunciados pelas expectativas criadas em torno desses mesmos acontecimentos.

Em julho de 1811, João da Mota Lagosta se encontrava detido no presídio da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, sob acusação de manter "correspondências perigosas" com Montevidéu. Segundo a Intendência Geral de Polícia, na botica de Lagosta, natural de Buenos Aires, mantinham-se "conversações indiscretas [...] com louvor regozijo de que se passava em Buenos Aires cujo sistema nem por nós nem por algum vassalo honrado de qualquer Nação que seja atalhando-se deste modo". Dois meses depois, Lagosta seria expulso do Brasil, enviado para Montevidéu sem que as autoridades lhe permitissem sequer, antes de embarcar, terminar os negócios que tinha no Rio de Janeiro, pois "nada se lhe deve conceder aos suspeitosos de revolução"[198].

Outro meio de subversão previsto no *Plan de las operaciones* que mereceria igual vigilância por parte das autoridades portuguesas eram os periódicos e as publicações em geral. Legalmente vigente, a censura sobre a imprensa exercia uma limitação considerável sobre a circulção desse material no Brasil, controlando sua entrada nos principais portos e sua impressão em eventuais tipografias existentes em território luso-americano; mas as gazetas européias não eram proibidas, e delas se valiam amplamente os dois únicos jornais existentes no Brasil: a *Gazeta do Rio de Janeiro* e, desde 1811, a *Idade do Ouro do Brasil*, editada na Bahia. No entanto, grande parte do que se lia e se manuseava provinha do trânsito de particulares, do contrabando, das rotas ilegais e, de modo muito relevante, da correspondência oficial de

---

[197] 2ª. nota de Paulo Fernandes Viana ao conde de Linhares, Rio de Janeiro, 18/04/1810. *PLRP*, II, p. 189-190.

[198] ANRJ, Polícia da Corte, cód.323, fl.54 e fl.64. O caso foi estudado por A. SLEMIAN – *O difícil aprendizado da política...*, cit., p.94-95.

embaixadores, enviados diplomáticos e informantes residentes no exterior, que tinham na remessa de papéis impressos a seus superiores uma de suas atividades corriqueiras.

Assim, fosse como arma pró, fosse como arma contra, a imprensa tinha, para todos os efeitos, papel vital no exercício da política. Alguns testemunhos dentre muitos possíveis nos bastam. Em agosto de 1811, o comandante português de Misiones, Francisco das Chagas Santos, escrevia ao capitão-general do Rio Grande de São Pedro, Diogo de Souza, remetendo-lhe exemplares da *Gazeta de Buenos Aires* "que chegam até 18 de mês passado".[199] Em outra correspondência entre autoridades de fronteira, há menção ao envio de "40 e tantos papéis";[200] Em Fraile Muerto, teria chegado um enviado da Junta de Buenos Aires, Euzebio de Brito, encarregado de semear "papéis" em Cerro Largo.[201] Em Bagé, foram distribuídos "papéis revolucionários, e infamatórios", motivando a autoridade local a ordenar "a todos os distritos, e freguesias desta fronteira para que debaixo das mais acauteladas providências vigiem a respeito do progressivo espalhamento dos referidos papéis; e os queimem para que fique supitada [?] a sua respiração".[202] O *Correio Brasiliense* dava conta de que, "entre várias notícias e papéis impressos que recebemos de Buenos Aires, achamos um catecismo político, em perguntas e respostas, em forma da cartilha do Padre Ignacio, e acomodado à mais rasteira compreensão, aonde se estabelecem máximas, que não será fácil de desarmar do povo". Segundo o *Correio*, iria mais longe "o cuidado dos cabeças da revolução": "têm traduzido para a língua Guarani proclamações, em que prometem aos Índios a sua liberdade, e livrá-los das opressões a que até agora têm sido sujeitos, principalmente depois da extinção dos Jesuítas [...]; e assim não temos dúvida que com tal energia, e atividade, será dificil que sejam os planos de Buenos Aires destruídos, pela inatividade, e inação, que até aqui têm mostrado seus oponentes".[203]

Impresso em Buenos Aires e redigida em português, a *Fala aos americanos brasilianos em nome d'América por seus irmãos os habitantes das vastas províncias do Rio da Prata* tinha por claro objetivo conclamar os portugueses do Brasil "a que participeis das glórias dos vossos generosos, e valentes Irmãos que habitam as vastas

---

[199] Parágrafo de uma carta do comandante de Misiones Francisco das Chagas Santos ao capitão general de São Pedro, Diogo de Souza, Misiones, 20/08/1811. *PLRP*, II, p.271.
[200] Ofício do comandante da Vila de Melo Manuel Álvares Guimarães ao coronoel José Inácio da Silva, Vila de Melo, 15/09/1811. *PLRP*, II, p.284-285.
[201] Ofício de Manuel Joaquim de Carvalho, Cerro Largo, 15/09/1811. *PLRP*, II, p.286.
[202] Nota de Patrício José Correia da Câmara a Felipe Contucci, Campo de Bagé, 02/10/1811. *PLRP*, II, p.323-324.
[203] *CB* v.VII, n.41, 10/1812.

províncias do Rio da Prata; os quais generosamente combatem os últimos esforços dos ferozes sátelites do despotismo", afirmava que os sentimentos que animavam a conclamação "não são outros, que de quebrar as pesadas cadeias que nos têm afligido pelo discurso de três séculos, e que vós igualmente haveis participado". Oferecia, a todos os soldados que passassem às fileiras de Buenos Aires, um pagamento de oito mil réis pelas suas armas, igual valor de recompensa, mais um soldo mensal de 10.500 réis, "como goza todo soldado nestas províncias".[204] A exemplo do que ocorrera com o *Plan de las operaciones*, também aqui fica demonstrada uma boa dose de perspicácia em relação à realidade do Brasil, para cuja subversão pretendia essa publicação contribuir. "Contribuir" evidentemente não nos propalados termos de "liberdade civil", de "humanidade", "justiça" ou razão" ou contra "esse ignominioso julgo que degenera em escravidão"; se nos lembrarmos do *Plan*, parece claro que aqui tudo isso é - embasado num universo lingüístico característico das revoluções e de alguns de seus valores políticos - pura retórica, tomada como instrumento de persuasão. Não há nenhuma indicação segura de que nos doze meses decorridos entre a elaboração do *Plan* e a dessa *Fala aos americanos brasilianos* o governo de Buenos Aires tenha revisado substancialmente sua política em relação ao Brasil. O projeto de conquista seria evidentemente testado, lentamente trabalhado de modo que se pudessem avaliar seus frutos imediatos, suas reais perspectivas e suas limitações; tampouco parece haver dúvidas de que ele logo seria abandonado, visto como impraticável. No entanto, em 1811, as relações entre o Brasil e o Prata seguem uma linha definida entre 1808 e 1809: cautela, pressão e ameaças configuravam uma aproximação estrategicamente estudada. Com isso, a Corte joanina tinha razões de sobra para receios, ainda mais quando a *Fala* tocava num ponto como este:

> "Qual é o adiantamento que experimentais desde o arrivo do Príncipe Regente a vosso país? Haveis visto algum americano ocupar algum dos primeiros empregos? Sabeis que se tenha premiado algum dos talentos de que abunda vossa pátria? Não."[205]

---

[204] *Fala aos americanos brasilianos em nome d'América por seus irmãos os habitantes das vastas provincias do Rio da Prata*. Buenos Aires, 08/1811. *PLRP*, II, p.301-303. Publicado no Brasil por Helga I. PICCOLO. O processo de independência no Rio Grande do Sul. In: Carlos G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.374-376. Segundo a autora, o panfleto foi remetido por Felipe Contucci a autoridades portuguesas.

[205] *Fala aos americanos brasilianos...*, cit., p.301.

Vejamos o que em relação ao governo joanino escrevera o *Correio Brasiliense* meses antes, em novembro de 1810:

> "Os lugares do Governo são uma espécie de Monopólio. Os naturais do Brasil, quando vinham a Portugal, eram olhados como estrangeiros pelo Governo, e como macacos pela plebe: agora está o Governo do Brasil; e pela mesma razão podiam os naturais do país olhar os Europeus como estrangeiros; mas nem um só dos compatriotas do Brasil tem sido promovido ao Conselho de Estado do país; estrangeiros em sua casa, e estrangeiros fora dela; isto prova não só o monopólio de que falamos, mas até a falta de senso comum nesses monopolistas; porque, ao menos para adoçar a boca aos povos do Brasil, poderiam ter nomeado um dos seus naturais para o Conselho, escolhendo algum adulador, e parasita, de que o Brasil abunda tanto como qualquer outro país do Mundo; mas nem isto se tem feito; e vai em três anos que os estrangeiros ali foram buscar abrigo; e qualquer que seja a opinião dos Europeus sobre a falta de talento, e de energia dos naturais do país, todos devem confessar, que os Brasilianos não são cegos; e basta ter vista para conhecer a injustiça deste proceder; principalmente observando as circunstâncias atuais, entre a Espanha e suas colônias".[206]

A probabilidade de a *Fala aos americanos* ter se valido do *Correio Brasiliense* é grande, já que também na América espanhola ele circulava. O que nos importa, no entanto, não é esclarecer essa ligação, tampouco adentrar na discussão da pertinência real da crítica que ambos publicaram; basta constatarmos a progressiva expansão do espaço de crítica ao governo joanino, considerando que, a esse tempo, a imprensa é sobretudo uma arma política. Não parece prudente, nesse sentido, aproximarmos os objetivos do *Correio* e da *Fala*, posto que ocupam posições nitidamente diferentes e divergentes no jogo político da época: um defende a integridade monárquica portuguesa, o outro trabalha para miná-la. E é justamente por partir de espaços tão distintos que a crítica parece mais poderosa, definitivamente introduzida e amplamente empregada no conjunto de referências políticas da época, recomendando vigilância e preocupação por parte de quem ela queria atingir.

---

[206] *CB* v.V, n.30 de 11/1810. A crítica se repetiria no v.VI, n.34, 03/1811.

O silêncio da Gazeta do Rio de Janeiro

Embora amplamente conhecidos no Brasil, divulgados publicamente pelo *Correio Brasiliense* e pelos jornais estrangeiros, os acontecimentos hispano-americanos de 1810 foram abordados pela *Gazeta do Rio de Janeiro* com reserva e discrição. É verdade que as informações sobre o que se passava em Nova Espanha, Nova Granada ou Venezuela chegavam mais facilmente à Europa do que ao Brasil, de modo que o *Correio* podia divulgá-las trinta, no máximo sessenta dias depois das ocorrências; a *Gazeta*, alimentada sobretudo por periódicos europeus, teria acesso a essas informações depois de mais trinta ou sessenta dias. No entanto, vimos como os sucessos da América chegavam à Corte por outros meios: informantes, autoridades locais, viajantes, outros periódicos. Com isso, cabe a pergunta: Por que a *Gazeta do Rio de Janeiro* praticamente guardou silêncio, nos meses que se seguiram à formação da primeira junta de governo em Caracas, acerca do que se passava na América espanhola?

Por falta de interesse nesse conhecimento, ou por considerar que não era relevante, certamente, não. Em fevereiro de 1810, antes daqueles acontecimentos, portanto, a *Gazeta* afirmava, como se pode ler na introdução deste trabalho: "por ser mui interessante a todo bom Vassalo *Português* conhecer o espírito público da Nação *Espanhola* na presente crise, pois que do estado daquela Nação depende em grande parte a sorte da Nossa", ela publicava as novidades dos reveses napoleônicos na Península Ibérica.[207] Reconhecia, assim, que os sucessos da América seriam de necessário conhecimento no Brasil – e de fato o eram. Tampouco se poderia explicar o silêncio por dificuldade em se obter informações: a *Gazeta de Buenos Aires* e a *Gazeta de Montevideo* eram constantemente remetidas à Corte, e traziam ampla informação dos sucessos americanos.

O conteúdo das poucas notícias publicadas parece fornecer pistas importantes. Se voltarmos em suas edições anteriores a 1810, encontraremos uma nota sobre a Nova Espanha nos seguintes termos: "dizem as últimas notícias do *México* que ali se recebeu notícia da resistência feita à *França* pela Nação *Espanhola*, e que em conseqüência foi aclamado com aplauso geral o Rei *Fernando VII*".[208] Ora, a demora de quatro meses em

[207] *GRJ* extra n.01, 22/02/1810.
[208] *GRJ* n.37 10/01/1809.

noticiar os acontecimentos mexicanos de setembro de 1808, como vimos acima, é compreensível; no entanto, o que é noticiado? Resistência à França e aclamação do legítimo monarca espanhol; mas o que houve em Nova Espanha além dessas duas coisas? Conflitos, a deposição e prisão do vice-rei Iturrigaray e a formação de um novo governo. Sobre isso, a *Gazeta* não se pronunciou. Meses depois, ela publicaria uma proclamação patriótica da Junta provincial de Sevilha (11 de maio de 1809), manifestando total adesão ao seu tom antifrancês, e o chamado da Junta – agora central – de Sevilha para a reunião dos representantes da nação espanhola, de 22 de janeiro de 1809).[209] Mais de um ano depois, surgiria, finalmente, algo sobre a América. Em extratos de gazetas de Lisboa entre 30 de dezembro de 1809 e 2 de janeiro de 1810, retirados de jornais de Sevilha (de outubro de 1809) que, por seu turno, haviam recebido exemplares da *Gazeta do México* (de 11 de agosto de 1809), lia-se uma lista de contribuições pecuniárias ao governo local, demonstração coletiva de "amor, fidelidade e empenho" aos "interesses da Nação *Espanhola*".[210]

A partir do segundo semestre de 1810, a primeira notícia era a de que "contou uma pessoa, que há pouco chegou de *Lima* a *Cádiz*, que os habitantes do *Peru* por algum tempo tinham sido de opinião diversa acerca da futura forma do seu governo; mas tinham finalmente resolvido manter as suas leis atuais, enquanto a metrópole fosse governada por uma Junta Independente. No caso de ser por fim submetida a *Espanha* ao poder da *França*, deliberaria então o povo do *Peru* a respeito do partido que deverá tomar; mas estava determinado a recusar todas as ofertas que lhe houvesse de fazer *Bonaparte*".[211] A notícia seguinte, três meses depois, dava conta do recebimento em Cádiz do reconhecimento "do México, Havana, e Porto-Rico" ao Conselho de Regência, e de que aquelas partes "juram de novo união eterna com os bons *Espanhóis*, que como eles não conhecem outro tema senão ***vencer ou morrer em demanda dos direitos mais sagrados***".[212] Referências ao caráter "independentista" das juntas que, conforme sabido, recusavam a autoridade do Conselho de Regência? Somente mais de cinco meses depois, num comentário a uma fala de abdicação de José Bonaparte, a qual a *Gazeta* contestaria: "dizer que os domínios *Americanos* se declararam independentes não é verdade, senão muito parcialmente, e quando assim fosse, muito bem se pode manter a

[209] *GRJ* n.115, 18/10/1809.
[210] *GRJ* n.29, 11/04/1810.
[211] *GRJ* n.63, 08/08/1810.
[212] *GRJ* extraordinária n.13, 05/11/1810.

Península como se manteve muitos séculos, e com esplendor, sem socorro algum das suas Colônias. Concluamos que este é um pretexto forjado por *Bonaparte*, e seus satélites para coonestar a forçada renúncia de seu irmão".[213] Em seguida, silêncio de sete meses.

Retomando nossa interrogação inicial, o silêncio da *Gazeta* agora parece eloqüente. Do pouquíssimo publicado acerca dos sucessos da América espanhola, as características sobressalentes são: superficialidade no tratamento de todos os pontos, aparência de calma e tranqüilidade do ambiente hispano-americano, ênfase nas miras melévolas dos franceses, bem como nas resistências e reafirmações de fidelidade por parte dos hispano-americanos, notícia de sucessos suficientemente passados, de modo que já fosse possível afirmar que "tudo acabou bem". Quanto a esta última, ela explica o porquê da completa ausência de referências ao Alto Peru, ao Paraguai, a Quito ou à Venezuela, regiões sobre as quais era impossível traçar qualquer esboço de tranqüilidade ou bom sucesso da luta realista. O silêncio incidia portanto sobre aquilo que não devia ser mostrado.

Para ratificarmos uma afirmação categórica de que a *Gazeta do Rio de Janeiro* propositadamente omitia ou acobertava a convulsão generalizada pela qual passava a América espanhola, vejamos o que mais ela publicava, na mesma época: notícias como a da contribuição financeira voluntária de portugueses residentes em Montevidéu para o resgate de cativos no norte da África, que "mostram, por si mesmas, que tanto no próprio como no alheio terreno, os *Portugueses* têm os mesmos sentimentos, e se interessam por todos os objetos, que tendem a aumentar a prosperidade da pátria, e melhorar a sorte de seus nacionais [peninsulares] desgraçados";[214] uma nota referente à chegada ao Rio Grande das notícias sobre vitórias peninsulares portuguesas contra os franceses em 1809, em razão das quais "não é para maravilhar que causasse prazer a Restauração da Pátria a uma Capitania, que tanto a sabe defender neste Continente, e que em todos os tempos se tem mostrado benemérita do Soberano, e de muitos modos".[215] Ou seja, a *Gazeta* se configurava, efetivamente, como uma porta-voz, na

213 *GRJ* n.32, 20/04/1811.
214 *GRJ* n.24 de 23/03/1811.
215 *GRJ* n.90, de 22/07/1809.

América, dos princípios de legitimidade dinásticos, fortemente solapados no Império espanhol, tenazmente preservados no Império português.[216]

Assim, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, aquela construção pública de uma versão dos acontecimentos hispano-americanos fundamentada em silêncios e sedimentada por sutil comparação, apenas induzida, da situação das nações portuguesa e espanhola, pode ser entendida como uma deliberada política de inibição portuguesa de uma efervescência que, todos sabiam, era geral nas Américas. Assim, se para o Estado bragantino estratégias como a "valorização" de seus domínios por meio de sua transformação em sede imperial, ou a abertura de seus portos ao comércio internacional, eram exemplos de boa conduta que Portugal oferecera à Espanha[217], bem sabiam também esses homens que as desventuras espanholas poderiam ser extremamente perigosas quando tornadas públicas, e com isso livremente interpretadas num ambiente de crescente politização das sociedades luso-americanas.

Ofensiva legitimista: o Brasil, o Paraguai e a Província Oriental

A partir da formação das juntas de governo na América espanhola, as expectativas formuladas no universo português em torno do futuro do continente conheciam um importante redirecionamento. Conforme foi mostrado, durante os anos de 1808 e 1809, no bojo da elaboração dos padrões de relacionamento e condicionamento recíproco entre os domínios ibéricos na América na era revolucionária, a separação entre metrópole espanhola e suas colônias era uma possibilidade bastante aventada; contudo, o rumo que as coisas tomaram mostraria que não se tratava somente de uma questão de ordem comercial, ou de disputas internacionais por espaços de influência. Concretamente, a América espanhola entrara em convulsão, com conflitos e guerras civis eclodindo por quase toda parte e, o que era mais grave, sem que se pudesse vislumbrar uma renovação do poder metropolitano.

---

[216] Parece-nos muito significativo que pela mesma época, sob a égide do vice-rei do Peru, José Fernando de Abascal y Sousa, também empenhado na preservação da legitimidade dinástica na América, a *Gazeta del Gobierno de Lima* procedesse de forma bastante semelhante à *Gazeta do Rio de Janeiro* em relação ao que deveria ser publicado ou silenciado. Ver, a esse respeito, Joële CHASSIN. Lima, sus élites y la opinión durante los últimos tiempos de la colonia. In: GUERRA & LEMPÉRIÈRE (et.al.) – *Los espacios públicos en Iberoamérica*..., cit., p.241-269.

[217] Vide o ofício n.3 de Palmela a Linhares, Cádiz, 14/08/1810: "A Revolução de Caracas que está bem longe de se achar apaziguada [...] deve servir de prova a este Governo [espanhol] da falsa política que tem seguido a respeito do Comércio das Américas, e muito mais ainda a respeito do grande negócio da Sucessão que já se devera ter solenemente publicado". *AHI*, Documentos Avulsos, Legação em Cádiz.

De modos mais ou menos singulares, tudo isso era processado no universo político luso-americano. De comum entre todas as suas expressões, não são detectáveis quaisquer manifestações públicas abertamente favoráveis à emancipação da América espanhola tal qual aparentava em vias de se concretizar. A desintegração hispano-americana definitivamente não interessava aos círculos dominantes, e era mesmo muito receada pelo Estado português. Há uma grave distorção interpretativa em considerar as tensões resultantes da atuação portuguesa no Prata como fruto de uma política de fomento à desintegração da América espanhola. O que parece prevalecer é, ao contrário, um verdadeiro temor em relação a ela, um sincero interesse em preservar em toda a América ibérica o princípio da legitimidade dinástica – por exemplo, por meio do projeto carlotista – e evitar com isso a interrupção de fluxos mercantis e a desestruturação da produção. Em suma: há um empenho em atingir objetivos específicos de política nacional, como a expensão territorial ao Prata e a consolidação da aliança luso-britânica, mas sempre em plena observância a esses princípios gerais.

Por isso, um auxílio material da Corte portuguesa à luta legitimista no Peru e no Chile, à época aventado nos meios diplomáticos, era verossímil. Segundo informações extraídas de documentação de procedência norte-americana, a intervenção portuguesa se faria em troca de posteriores compensações pecuniárias.[218] No Paraguai, ela foi efetivamente tratada. Para D. Rodrigo, a Junta de Buenos Aires trabalhava para "revolucionar as Fronteiras dos Países limítrofes de Vossa Alteza Real, e sem dúvida com a intenção de atacar os Estados de Vossa Alteza Real daquele lado", o que exigiria prontas medidas para "impedir que os Revolucionários não venham dominar sobre a sua Fronteira";[219] ao mesmo tempo, torcia para que das autoridades realistas espanholas partisse uma solicitação formal de auxílio.[220] Entre fevereiro e março de 1811, o governador da província, Bernardo Velasco, e o capitão-general do Rio Grande de São Pedro, Diogo de Sousa, trocaram correspondência, na qual o primeiro solicitou que forças portuguesas agissem contra o exército de Belgrano, ocupando militarmente a

[218] Documentação existente no Arquivo do Departamento de Estado de Washington, citada por Oliveira LIMA - *D. João VI no Brasil*, cit., p.212.
[219] Ofício de D. Rodrigo a D. João, 16/01/1811, citado por V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.248-249.
[220] Em ofício a D. João de 24/02/1811, D. Rodrigo afirmava: "Faça o Céu que o Vice-Rei e [o] Governador Espanhol recorram a Vossa Alteza sem perda de tempo". Citado por V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.249.

província de Misiones.[221] Em 9 de maio, dois meses após o triunfo de Tacuari, chegou a Assunção o tenente de Dragões José de Abreu, enviado por Sousa, sendo recebido oficialmente com grande pompa. Ao que tudo indica, ao interesse paraguaio por uma intervenção portuguesa Abreu acenou com o reconhecimento local de D. Carlota Joaquina; com o que quer que fosse, com uma aliança estabelecida ou no mínimo esboçada e rumores de uma ocupação portuguesa do Paraguai correndo soltos[222], as tensões já existentes resultaram no golpe de 14 de maio e, três dias depois, na declaração de independência, tanto de Buenos Aires quanto de qualquer outra potência. Em meio a boatos de que Abreu seria preso, remetido a Buenos Aires ou até enforcado, o novo governo provisório optou por manter uma linha de boas relações com o governo do Brasil. Abreu foi liberado com desculpas formais pela demora com que o foi, e o próprio Velasco dirigiu, por seu intermédio, uma nota a Diogo de Souza na qual afirmava ser do interesse do Paraguai manter as melhores relações possíveis com os povos de S.M.F., bem como seu auxílio material para combater não mais Buenos Aires – pois as diferenças com esta logo terminariam –, mas sim os índios do Chaco. Diogo de Sousa responderia a Abreu que qualquer auxílio só se concretizaria após o Paraguai aderir a Fernando VII e reconduzir Velasco ao seu antigo posto.[223]

O desenvolvimento da política paraguaia levaria à reunião de um congresso entre 1 e 20 de junho, que depôs o governador Velasco (9 de junho) e delegou o poder a uma junta, presidida por Fulgencio Yegros e integrada ademais por Pedro Juan Cavallero, Fernando de la Mora, Juan Xavier Bogarín e, finalmente, por José Gaspar Rodríguez de Francia, cuja progressiva ascensão política logo seria coroada com seu reconhecimento como figura amplamente dominante do cenário político paraguaio pelas próximas três décadas.[224]

---

[221] J. C. CHAVES – *El supremo dictador...*, cit., p.94. A notícia foi transmitida a Mariano Moreno do Rio de Janeiro por Manuel de Sarratea, em ofício de 17/04/1811 (*PLRP*, II, p.182-187).

[222] Oliveira LIMA cita uma carta de Poinsett, agente comercial norte-americano em Buenos Aires, de 30/05/1811, dirigida a Sumter, dando conta desses rumores (*D. João VI no Brasil*, cit., p.210).

[223] Tratado entre Buenos Aires e o Paraguai assinado em 12/10/1811 (*CB* v.IX, n.50, 07/1812). J. A. Soares de SOUZA. O Brasil e o Prata até 1828. In: Sérgio B. de HOLANDA (dir.) - *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1970. (t.II "O Brasil monárquico"), p.310.

[224] B. MITRE – *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*. Buenos Aires, Librería La Facultad, 1927, t.II, p.10; J. C. CHAVES – *El supremo dictador...*, cit., cap.VII; J. LYNCH – *Las revoluciones hispanoamericans...*, cit., p.109-110. Francisco F. M. DORATIOTO – *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)*. Brasília, Instituto de Ciências Humanas/UnB, 1988, t.I, p.7-8. Francia era filho de um português natural de Mariana, Minas Gerais. Estes acontecimentos foram transmitidos a Diogo de Souza por Francisco das Chagas Santos em carta de 30/07/1811 (*PLRP*, II, p.272-273) e noticiados pelo *Correio Brasiliense* em 09/1811 (v.VII, n.40).

É certo que ao governo joanino o ônus de uma intervenção no Paraguai seria alto, implicando envolver-se em um estado de beligerância de resultados incertos. Na mesma nota em que informava o conde de Linhares das derrotas de Belgrano no Paraguai, João Carlos Augusto de Oyenhausen festejava o fato de que, em decorrência daqueles sucessos, "cessou certamente a necessidade dos reforços que me tinham sido requeridos, e que em tanto embaraço me tinham posto".[225] No entanto, vimos como as autoridades portuguesas efetivamente se preparavam, desde 1808, para a eventualidade de um conflito externo na América; agora, com a abertura do processo independentista na América espanhola, essa eventualidade se veria reforçada pelo real interesse na preservação do princípio de legitimidade e legalidade dinástica na América, o que, no convulsionado panorama do momento, poderia representar a garantia da própria existência do Império e da dinastia bragantina.[226]

Além do Peru e do Paraguai, o outro espaço que se apresentava à política joanina para consecução desse interesse era, evidentemente, a Província Oriental. O não-reconhecimento da Junta de Buenos Aires e a adesão ao Conselho de Regência transformaram Montevidéu em um dos bastiões realistas na América, com a particularidade de estar encravado naquela que era, sob todos os aspectos, a mais importante zona de intersecção entre os domínios ibero-americanos. Desde o início, o conflito estabelecido entre os dois principais centros políticos da embocadura do Prata despertaria o maior interesse por parte da Corte portuguesa. Em julho de 1810, era enviado a Buenos Aires o agente secreto Carlos José Guezzi, encarregado de subsidiar D. Rodrigo com informações da política local;[227] pouco depois, sob os auspícios de D. Carlota, D. João fez chegar a Montevidéu, em 24 de setembro de 1810, uma oficina de imprensa destinada a publicar um periódico que fizesse uma contra-propaganda política realista à *Gazeta de Buenos Aires*. A *Gazeta de Montevideo* viria à luz pela primeira vez em 13 de outubro, demonstrando a solidariedade político-ideológica que se estabelecera com o Brasil: "Montevideo, á quien debemos aun considerar en el estado de su infancia,

---

[225] Nota de João Carlos Augusto de Oyenhausen ao conde de Linhares, Cuiabá, 14/05/1811 (*PLRP*, II, p.197-200).

[226] Caso contrário, a missão José de Abreu ao Paraguai sequer teria existido. Afinal, o Paraguai declarara fidelidade a Fernando VII por meio de sua pretensa representação metropolitana, o Conselho de Regência, e se posicionara contrariamente à grande força considerada subversiva da legalidade, que era a Junta de Buenos Aires.

[227] Anteriormente Guezzi servira de espião ao próprio governo de Buenos Aires. Agora, a serviço da Corte do Rio de Janeiro, seria expulso daquela cidade em dezembro, passando a Montevidéu, onde foi preso e enviado a Cádiz. A. FERNÁNDEZ, Op.cit. (II), p.40-41; Soares de SOUZA. O Brasil e o Prata até 1828, cit., p.309.

há manifestado com rasgos heroycos la posesion de los mas nobles deseos á la verdadera gloria. [...] La energia com que sobstiene la causa de los derechos sagrados de su lexitimo Soberano el Señor Don Fernando VII, y el caracter de su dignidad desde la epoca desgraciada de las conmociones populares de Buenos-Ayres, le há adquirido el aprecio de la Corte del Brasil." E, naturalmente, essa solidariedade transbordava, em 1810, para uma receptividade ao projeto corporificado por D. Carlota, "interesada en la conservacion de los dominios de su augusto hermano, y en las glorias de este Pueblo, [que] ha tenido la generosidad de proporcionarnos una Imprenta, para que se haga publica su conducta fiel, y generosa"[228].

Na correspondência reservada do representante português em Cádiz com D. Rodrigo de Souza Coutinho, a tônica de identificação com princípios legalistas dinásticos é evidente. Abordando a "grande Tragédia das Américas"[229], refere-se à notícia "muito agradável [...] da prisão dos principais Chefes da Insurreição Mexicana"[230], ou às notícias "bastantemente agradáveis" de Lima a respeito de "uma nova vitória conseguida pelo General Goyeneche sobre os Insurgentes de Buenos Aires, em conseqüência da qual as Tropas Peruanas conseguiram a posse das Províncias de Cochabamba e de Potosí"[231]; indicam ainda que, "à exceção de Buenos Aires, e de Caracas, aonde se acham as cabeças mais atrevidas, e rebeldes, principia a haver alguma aparência de uma possível conciliação"[232].

Não há motivos para se duvidar da sinceridade dessas expressões, pois elas não denunciam nada que fosse incompatível com a dimensão expansionista da política externa joanina. Em fevereiro de 1811, o conflito entre Buenos Aires e Montevidéu conduziu à declaração formal de guerra, iniciativa que partiu de Elío, formalmente vice-rei do Prata, mas impedido de governar na antiga capital.[233] Uma das formas de combate

---

[228] "Prospecto" da *Gazeta de Montevideo* de 08/10/1810. A *Gazeta* foi editada, com interrupções, até 14/07/1815. Existe uma reimpressão fac-similar de seus números até dezembro de 1811 (Montevidéu, Universidad de la Republica/Facultad de Humanidades y Ciencias/Instituto de Investigaciones Historicas, 1948, 3 v. Biblioteca de Impresos Raros Americanos, v.I).

[229] Ofício n.27 de Holstein a D. Rodrigo Cádiz, 1° de junho de 1811, 2.ªvia. *AHI*, Legação em Cádiz.

[230] Ofício n. 32 de Holstein a D. Rodrigo, Cádiz, 7 de julho de 1811, 2ª via. *AHI* Legação em Cádiz. Também um ofício de Holstein a Galveias, segundo o qual "a Revolução d'aquele País [México] (...) assim como é a mais sanguinária também (a meu entender) é de todas as do no o Continente a que manifesta sintomas mais perigosos" (n. 27, Cádiz, 4 de julho de 1812, 2ª via. *AHI* Legação em Cádiz.

[231] Ofício n. 6 de Holstein a D. Rodrigo, Cádiz, 27 de fevereiro de 1812, 2ª via. *AHI*, Legação em Cádiz.

[232] Ofício n.15 de Holstein a D. Rodrigo, Cádiz, 24 de abril de 1811, cópia. *AHI*, Legação em Cádiz.

[233] Elío fora substituído na presidência da Província Oriental por breve período, por Gaspar Vigodet. Em janeiro de 1811, retornaria da Espanha nomeado vice-rei do Prata, mas não reconhecido em Buenos Aires. Seria assim, nas palavras de John LYNCH, "um vice-rei sem vice-reino" (*Las revoluciones hispanoamericanas*..., p.353).

encontradas pelo governo desta foi fomentar um levante endógeno: sob a liderança de José Gervasio Artigas, o "Grito de Ascencio" (26 de fevereiro), que rapidamente se estendeu por toda a província. Com o reforço do exército portenho comandado por José de Rondeau, engrossado pelo que havia sobrado da expedição de Belgrano ao norte, Montevidéu foi sitiada e a Corte portuguesa finalmente resolveu intervir. Em agosto, sob o pretexto de pacificar a fronteira do Rio Grande de São Pedro, um exército chefiado por Diogo de Souza penetrou pela campanha oriental. A aliança realista que se estabelecia entre Montevidéu e a Corte do Rio de Janeiro preocupou a Junta de Buenos Aires o suficiente para promover mudanças políticas importantes. Assim, em setembro, foi designado um novo poder executivo - que ficaria conhecido como "Primeiro Triunvirato" – integrado por Feliciano Antonio Chiclana, Juan José Paso e por um velho conhecido do gabinete joanino: Manuel de Sarratea.

Por que a Corte portuguesa resolveu invadir a Província Oriental somente em 1811? Porque antes ela se encontrava suficientemente ocupada em estabelecer instrumentos de ação adequados para lidar com um contexto no qual a transitoriedade e provisoriedade das formas era a característica dominante. Quanto aos princípios gerais que deveriam nortear sua ação, bem como à necessidade de pautá-la em razão direta ao que ocorria no Prata, não restavam dúvidas; se a guerra latente seria finalmente deflagrada em algum momento, isso era outra questão. A despeito da solidariedade legitimista que se configurava desde 1810, agir dessa maneira enquanto não se definissem com clareza as direções que tomaria o rumo da ordem política na América espanhola era perigoso e imprudente (o que ademais valeria também para o Paraguai);[234] em 1811, quando a expansão da revolução a partir de Buenos Aires chegou à Província Oriental, a preservação imediata dos interesses de ordem material que tão intimamente aproximavam aquela do Brasil surgia como prioridade.

A decisão pela guerra se pautava numa curiosa articulação entre um sincero interesse na restauração da monarquia espanhola nas regiões sublevadas e desejos reais de expansão territorial que, amparados na doutrina das fronteiras naturais, posicionava o Império português num processo de redefinição das territorialidades políticas na transição do Antigo Regime para os Estados Nacionais modernos. Já vimos como, ao

[234] Há uma carta do governador de Montevidéu, Vigodet, a Velasco, governador do Paraguai, de 20/05/1811 na qual afirma que "nuestra esperanza mas proxima por ahora es que vengan las Tropas del Brasil que se han demandado"; o que fornece claros indícios da existência de um projeto nesse sentido. A carta foi publicada por Juan Perez Acosta (*Boletin del Instituto de Investigaciones Históricas* t.XXVII, Buenos Aires, 1943), e referida por Pedro CALMON – *História do Brasil*, v.IV, p.1396.

instalar-se em sua nova sede, a Corte do Rio de Janeiro passou a promover uma gestão voltada com especial cuidado à delimitação e segurança dos domínios americanos, o que a levou ao empreendimento de uma política externa peculiar. Dentro dos padrões políticos vigentes, sem representar qualquer ruptura, essa expansão conferiu importância ao critério da continuidade territorial dos domínios imperiais, elemento essencial dos modernos Estados e, digamos, "opcional" para as monarquias absolutistas. A justificativa para esse novo elemento foi encontrada na doutrina das fronteiras naturais, que conhecia agora renovada vigência na América. Só que, de acordo com a releitura luso-americana da doutrina, as "fronteiras naturais" do Brasil implicavam necessariamente colisão com outras pretensões de soberania política formuladas pelos novos corpos políticos emergentes na América espanhola, especialmente a recriação do Vice-Reino do Rio da Prata perseguida pela Junta de Buenos Aires e continuada pelo Primeiro Triunvirato.

Contudo, a opção pela guerra também era custosa, e a permanência das forças portuguesas na campanha oriental seria, desta vez, breve: o armistício entre Buenos Aires e Montevidéu, encerrando o sítio, foi assinado em 20 de outubro; meses depois e por pressões britânicas, seguia para Buenos Aires o encarregado português de negociar um armistício, João Rademaker, que o fez logo nas primeiras horas após sua chegada, em 26 de maio[235] (tudo isso foi avidamente acompanhado pelo *Correio Brasiliense*[236]). Se a guerra, por um lado, lograra restabeler um desejado – ainda que precário - equilíbrio de forças com Buenos Aires, preservando Montevidéu na condição de bastião realista, por outro ela complicaria de vez as já bastante esgarçadas relações da Corte

---

[235] Soares de SOUZA. O Brasil e o Prata até 1828, cit., p.313. Nota de João Rademaker a lord Strangford, Buenos Aires, 10/07/1812 (*PLRP* III, p.52-55). O tratado de 26/05/1812 foi firmado entre Rademaker e Nicolas Herrera, pelo qual ambos os governos se comprometiam a não renovar hostilidades mútuas sem aviso prévio de três meses, com a retirada imediata dos exércitos portugueses para o Rio Grande. Rademaker deixaria suas tarefas inconclusas, regressando precocemente ao Rio de Janeiro. Em meados de 1812, a Corte buscava um substituto, tarefa dificultada pela recusa de Silvestre Pinheiro Ferreira em sê-lo (F. A. de VARNHAGEN – *História geral do Brasil*, cit., p.114 e p.224, nota de Rodolfo Garcia). A esse respeito, há três cartas do conde de Galvêas ao Príncipe regente, de 31/07, 03/08 e 02/10, publicadas em *PLRP* III, p.79-81 e p.86-87.

[236] Com a publicação de dois documentos de autenticidade duvidosa sobre "a guerra civil em Buenos Aires"; uma proclamação de Elío; uma carta de Linhares à Junta de Buenos Aires, declarando satisfação pela fidelidade a Fernando VII; e publicação de uma lista de emissários bonapartistas à América (*CB* v.VII, n.39, 08/1811). Dois meses depois, publicaria extratos da *Gazeta de Buenos Aires* com oferta britânica a Buenos Aires de mediação no conflito com Montevidéu; a resposta da Junta rejeitando-a (18/05/1811); um extrato de uma carta de Linhares à junta e resposta da mesma (16/05/1811) (*CB* v.VII, n.41, 10/1811). O tratado de paz entre Buenos Aires e Montevidéu foi noticiado no *CB* v.VIII, n.44, 01/1812, publicado no mês seguinte junto com cartas de Linhares à Junta de Buenos Aires (30/05/1811) e a Elío (s.d.) (*CB* v.VIII, n.45, 02/1812).

portuguesa com a representação legalista espanhola, de longa data insatisfeita com as miras expansionistas e com as relações diplomáticas estabelecidas pelo Brasil com governos americanos jamais reconhecidos pela metrópole. A monarquia portuguesa se colocava, assim, numa posição duplamente delicada, reforçando as já tradicionais linhas de tensão existentes tanto com a Junta de Buenos Aires quanto com a Espanha,[237] e à medida que buscava sobreviver no contexto ibero-americano, contribuía para aprofundar a crise que a envolvia.

Cumpria, pois, construir, amplificar e legitimar os pretextos utilizados para a intervenção de 1811, sem desconsiderar a incômoda presença de portugueses nas fileiras dos "insurretos". O discurso da legitimidade da invasão é produto do estágio em que, em meados de 1811, se encontrava a ambivalência *expansão-negociação* característica da política externa joanina, estágio este condicionado pela evolução dos acontecimentos na América espanhola. Assim, antes mesmo de consumada a invasão, a construção desse discurso já era uma tarefa em andamento. Em junho, D. Rodrigo Coutinho se dirigiu ao vice-rei Elío, que solicitara a intervenção portuguesa, prontificando-se a, no caso do governo de Buenos Aires não aceitar uma mediação portuguesa no conflito com Montevidéu, autorizar o capitão general do Rio Grande de São Pedro, Diogo de Souza, "para hacer cesar estas hostilidades hasta por medio de la fuerza, y haciendo declarar particularmente à los portugueses, que sirven en dicha insurreccion, que los mandara prender y castigar con toda la severidad de nuestras leyes contra los que sirven toman las armas sin lisencio del soberano contra otro su amigo y aliado";[238] à Junta de Buenos Aires, a proposta de mediação foi embasada por uma argumentação calcada na "más horrenda anarquia revolucionaria" em que se encontraria a Província Oriental, em função da qual se fazia necessário o "establecimiento pacífico de los dominios españoles con la Madre Patria, y en consecuencia con S.M.C. para la adopción de aquellos principios que por medio de la libertad del comercio, y de una buena

[237] Os exemplos são muitos. Em nota dirigida a Linhares, o representante espanhol no Rio de Janeiro marquês de Casa Irujo, solicitava que o governo português detivesse todas as embarcações que chegassem ao Brasil com patente do "intruso e infiel" governo de Buenos Aires, bem como que as portuguesas que se dirigissem ao Prata só aportassem em Montevidéu ou Maldonado (Rio de Janeiro, 05/12/1810. *PLRP*, II, p.169-170). Poucos dias depois, ao mesmo Linhares era dirigida uma nota do secretário da Junta de Buenos Aires, Mariano Moreno, acusando a movimentação de tropas portuguesas no Rio Grande, assegurando a "buena fee de este govierno" e sua "disposición a sostener las intimas relaciones" com a Corte do Brasil e referindo-se à ameaça que aos seus domínios representavam os "insurgentes de Montevideo" (Buenos Aires, 17/12/1810. *PLRP*, II, p.171-173).

[238] Ofício de Linhares a Elío, Rio de Janeiro, 01/06/1811. *PLRP*, II, p.372-374.

administracion puedan hacer recíproca la felicidad de ambos países".[239] Em Cádiz, argumentando em prol da concentração de tropas portuguesas no Rio Grande que denunciava a iminência de uma invasão, escrevia Holstein a D. Euzébio de Bardaxi y Azara que "os Estados de S.A. Real no Brasil não têm outros confinantes se não os de S.M.C. e ficaria por conseqüência S.A.Real impossibilitada de conservar as suas Tropas, como pede sempre a boa política nas Províncias das Suas Fronteiras, se o Governo Espanhol julgasse com isso ameaçados os seus Domínios".[240] Na comunicação com D. Rodrigo, o representante português passou a se referir aos "sábios, e fundados [...] temores de S.A. Real, relativamente às intenções dos que governam em Buenos-Aires"[241], receando uma "Guerra Civil, que pode principiar de um momento a outro sobre as fronteiras de S.A. Real";[242] cumpria à Corte pois "a Lei de tirar o partido que possa desta dissolução de um tão grande corpo político", "ligar inteiramente nos negócios da América, como o está já nos da Europa, a política das duas Nações [Portugal e Espanha]" e manter-se "em boa harmonia com a Junta de Buenos Aires, sem porém a reconhecer", pois grande era a possibilidade de "a Monarquia Espanhola subjugada na Europa se despedaçar a si mesma na América".[243]

O *Correio Brasiliense*, notável indicador de tendências no cada vez mais complicado quadro de alternativas políticas a que adentrava o Império português, no mesmo artigo em que denunciava rumores de prisões políticas no Rio de Janeiro, o fazia em relação ao envio de tropas portuguesas ao Prata, posicionando-se contrário a ela, sem que isso inviabilizasse sua defesa do argumento das "fronteiras naturais" para o território do Brasil. "As relações políticas entre o Brasil e as Colônias de Espanha são sumamente importantes, a este momento, de conseqüências de grande extensão para o futuro", considerava; idealmente, "seria com efeito para desejar que os limites do Brasil se encerrassem, ao norte e ao sul, dentro dos grandes rios Amazonas e da Prata; porém, havendo os Estadistas da Corte do Rio de Janeiro deixado perder a ocasião favorável de

---

[239] Ofício de Linhares à Junta de Buenos Aires, Rio de Janeiro, 06/06/1811. *PLRP*, II, p.374 e segs.
[240] Cádiz, 25/05/1810. *AHI* Legação em Cádiz.
[241] Ofício n.21 de Palmela a Linhares, Ilha de Leão, 01/12/1810. *AHI*, Legação em Cádiz.
[242] Palmela a Bardaxi, Ilha de Leão, 19/02/1811. *AHI*, Legação em Cádiz.
[243] Ofício n. 17 de Palmela a Linhares, Cádiz, 28/04/1811. No Ofício reservado n.1 de Palmela a Linhares (Cádiz, 08/01/1812) se lê que: "somente na triste suposição de que a Guerra da Península tenha um infeliz resultado, devem com antecipação as vistas de S. A. Real estender-se sobre a América Espanhola, e procurar por todos os meios que sugere a política, adquirir naquelas Províncias um partido numeroso, à testa do qual possa tomar as medidas necessárias para evitar a dissolução d'aquela porção da Monarquia. Parece-me sobretudo necessário procurar estabelecer relações com os Vice-Reis, e Governadores" *AHI*, Legação em Cádiz.

obter este ponto, por uma negociação; empreender agora tal objeto, por meio das armas, é medida da última imprudência". Há alguma incongruência nesse pensamento? Não é o que parece. Ele em realidade resume muito bem a articulação simultânea entre *expansionismo* e *negociação* presente na política externa joanina em relação à América, revelando tão-somente uma das variáveis possíveis na orientação dessa política: sobrepor uma à outra seria imprudente, porque perigoso. "A vantagem de ter os limites entre as duas nações claramente designados pelo Rio da Prata não equivale aos riscos, e males, que se padecerão, tendo de obter essa vantagem com a força armada". Os riscos, bem claro fica, se referem à ligação entre fatores internos e externos ao Brasil: "esperamos portanto que o Governo do Brasil, com ulterior, e madura deliberação, conhecerá, que lhe é mais útil o conservar a tranqüilidade interna, do que empenhar-se em guerras externas, ou fazer conquistas desnecessárias".[244] Quatro números depois, em abril de 1811, dava conta de que o governo do Brasil "tem preparado um exército nas fronteiras do Rio Grande, pronto a obrar no território de Montevidéu, quando as circunstâncias o exigirem".[245] Em setembro, quando ainda não dispunha das notícias de que a invasão já se consumara, novamente criticava a medida, que não estaria de acordo com as declarações de D. Rodrigo anteriormente publicadas de que "a Corte do Brasil se não quer intrometer nesta disputa, entre os Espanhóis Europeus, e seus colonistas". No entanto – e nos oferecendo uma ironia bastante perspicaz -, "como nós vivemos em um século de maravilhas, nada nos admiraríamos se víssemos que a Corte do Brasil fazia hoje uma declaração, e amanhã obrava de maneira diferente, e até oposta". Por fim, o *Correio* expressava francamente: "quanto ao entrar em guerra aberta com as Américas Espanholas, ou tratar de vindicar por este meio alguns direitos que o Governo se suponha ter, esperamos que nunca os Ministros do Brasil cheguem a tal persuadir ao seu soberano; porque isso seria a última ruína da monarquia".[246]

A ordem régia de D. Rodrigo a Diogo de Souza determinando a invasão foi expedida em 6 de junho de 1811, e por ela se vê com clareza a instrumentalização do discurso da legitimidade da medida. Cabendo entrar "com a maior força sobre o território Espanhol, e dando ao mesmo tempo os golpes mais decisivos", do "mais glorioso sucesso" das armas portuguesas dependeria "o bom efeito das negociações que se desejam estabelecer"; ou seja, era necessário garantir rápida e eficientemente a posse

[244] *CB* v.V, n31, 12/1810.
[245] *CB* v.VI, n. 35, 04/1811.
[246] *CB* v.VII, n.40, 09/1811. Também o n.41, 10/1811.

do território para conferir ao gabinete joanino uma posição favorável nos entendimentos que se seguiriam; ciente desse objetivo central, e somente em função dele, logo antes de invadir a Província Oriental, Souza deveria "publicar por manifesto [...] que S.A.R. não quer tomar parte alguma do território de S.M. Católica; e que se retirará logo do mesmo, uma vez que o território desta banda das margens do Uruguai se ache pacificado, e obrará nesta mesma conformidade, pois que tais são as puras e leais intenções de S.A.R. o Príncipe Regente N.S.".[247] Na justificativa, evidentemente, não caberia o caráter de "moeda de troca" de que se pretendia valer a Corte com a conquista de um território – nas próprias palavras de D. Rodrigo – *espanhol*.

Consumada a invasão, finalmente o universo político português escutaria, após longo período de completo silêncio a respeito de qualquer questão ligada à frenética política platina, a voz da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em um número extraordinário inteiramente dedicado ao assunto, lia-se em suas páginas uma exposição dos "poderosos motivos" que teriam levado ao "zeloso e digno Governador e Capitão General do *Rio Grande D. Diogo de Sousa*" fazer marchar seu "Exército Pacificador" por sobre a campanha oriental:

> "Tendo-se excitado uma cruel desunião entre os habitantes do Vice-Reinado de *Buenos-Aires*, a qual deu lugar a um princípio de guerra civil, tanto mais digno de lástima, quanto os diversos partidos professavam a devida submissão ao seu legítimo Soberano e Senhor, El Rei *Fernado VII*, foi S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor obrigado, em virtude da Aliança e estreita Amizade que o liga a S.M. *Católica*, para procurar o restabelecimento da paz e boa harmonia entre os mesmos povos, a propôr a sua Mediação, e a fazer marchar um Corpo de Tropas, que pudesse extinguir os princípios da guerra civil que principiava a excitar-se, [ileg.] que ameaçava depois um terrível, e deplorável incêndio."

Segundo a *Gazeta*, graças à medida da Corte, teria sido assinado um tratado de pacificação da região entre o governo de Buenos Aires e o vice-rei de Montevidéu;[248] desse modo, estando tudo aparentemente tranqüilo e tendo observado seu tradicional

[247] Ordem régia participada por Linhares ao governador e capitão-general do Rio Grande, Rio de Janeiro, 06/06/1811. Publicada pelo *CB* v.VII, n.43, 12/1811.
[248] *GRJ* extraordinária n.27, 28/11/1811. O armistício de 20 de outubro, publicado "de Ordem Superior" e integralmente na *Gazeta*, acompanhado de uma proclamação, de mesma data, de Elío aos "habitantes dos arredores de Montevidéu", foi extraído da *Gazeta de Montevidéu* extraordinária de 23/10/1811.

procedimento de abordar preferencialmente questões devidamente "resolvidas", a *Gazeta* só voltaria à política platina oito meses depois...

O *Correio Brasiliense* seguiria criticando a forma encontrada pelo governo joanino de resolução das questões políticas envolvendo o Prata; no entanto, por detrás de discordâncias de procedimentos, circunscritas ao plano imediato de atuação, subjaz uma mesma consciência da existência e urgência de problemas concernentes ao próprio Brasil em sua aproximação com a América espanhola, simultaneamente por ela denunciados, e que vinham motivando as posições da Corte portuguesa em sua política externa. No mesmo número em que publicou a ordem régia de D. Rodrigo a Diogo de Souza ordenando a invasão, o *Correio* insistiria nos riscos da mesma para o Brasil. Segundo ele, a atitude da Corte seria uma ofensa simultânea aos espanhóis peninsulares, aos habitantes de Buenos Aires e "países vizinhos", a D. Carlota ("se ela considerar que, com a capa de seu nome, se intenta alguma usurpação em que ela nem tem nem terá parte") e, por fim, aos "mesmos povos do Brasil". A razão seria o prognóstico de independência da América: se "a província de Buenos Aires se declare independente, como fez Caracas, e nesse caso é muito natural que estabeleça um Governo livre; e basta esta palavra, para que o Governo do Brasil não deseje intrometer-se com ela. Na hipótese figurada, os Governos livres da América Espanhola desejarão estender os seus princípios aos vizinhos; logo a tranqüilidade do Governo do Brasil pedia que se não dessem a estes novos governos revolucionários ocasião de espalharem os seus sistemas no Brasil"[249] (assertiva esta que, conforme vimos, não estava nada distante da realidade). O conhecimento do armistício de 20 de outubro seria pretexto para o *Correio* renovar suas críticas à conduta governamental portuguesa, desta vez detalhando uma das muitas mazelas às quais referia-se com freqüência como atingindo o Brasil: as privações impostas à capitania do Rio Grande pelo seu constante estado de militarização: "a Capitania do Rio Grande do Sul é tão fértil, e a indústria das colônias, que para ali passaram das ilhas dos Açores, é tão conveniente a estes trabalhos de agricultura, que só daquela capitania se podia fornecer Portugal com metade das carnes salgadas, trigo, e milho, que precisasse. Mas não há província em todo o Brasil, em que os lavradores, e proprietários de terras sejam mais vexados; e principalmente há tempos

[249] *CB* v.VII, n.43, 12/1811, cit.

a esta parte, depois do atordoado conselho que tomou a Corte do Brasil de fazer a guerra às Colônias Espanholas, debaixo do pretexto de não querer ter vizinhos amotinados".[250]

Reafirmando sua posição anterior de que fazer uma guerra com os vizinhos implicava abrir as fronteiras do Brasil ao contágio revolucionário, e destacando - num exemplo nada inocente - o caso do Rio Grande de São Pedro que, na "suposição" de estarem seus habitantes descontentes com o governo da Corte, poderiam imitar os exemplos da América espanhola, o *Correio* deixa bem claro: suas críticas se dirigem *ao modo* de governar seguido no Brasil, jamais à *forma* de governo. "Sendo a revolução da América uma guerra de opinião, como tem sido na Europa, o remédio deve ser o mesmo. Nada há mais fácil do que mostrar aos povos do Brasil a falsidade do paralogismo, que supõe a mudança de forma de Governo que existe no Brasil *é a melhor que podem ter, é a mais conforme ao caráter, costumes, e situação geográfica daquele país*. Nós falamos assim, mostrando a nossa opinião, porque desejamos fazer clara a grandiosíssima distinção entre *forma de governo*, e modo de *administração*".[251]

Ora, nesse ponto não poderia estar em desacordo, evidentemente, a Corte do Rio de Janeiro. É importante portanto destacar que por essa época há, efetivamente, uma clara filiação entre os principais propaladores dos assuntos políticos no universo luso-americano no que respeita ao seu empenho em preservar a integridade da monarquia portuguesa e a vigência dos princípios legitimistas dinásticos numa conjuntura em que a América espanhola trabalhava em sentido oposto. Com isso, é revelador que as críticas ao "modo de administração" do governo joanino empreendidas pelo *Correio Brasiliense* venham carregadas de argumentos legitimistas, naquilo que por volta de 1811 eles haviam sido ressignificados pela política lusitana na América: o argumento das "fronteiras naturais" e uma defesa dos direitos de D. Carlota Joaquina em função do impedimento do monarca espanhol. Com isso, e diante de uma crescente inquietação de ordem interna, a experiência hispano-americana ia resultando em um esboço de defesa do regime monárquico. *Esboço* porque os golpes definitivos à sua existência na América espanhola, no que se constituiriam lições para a portuguesa, ainda estavam por vir.

---

[250] *CB* v.VIII, n.45 de 02/1812, no mesmo número em que publicou o tratado de 20 de outubro. No número anterior foi dada a primeira notícia a respeito do armistício (*CB* v.VIII, n.44, 01/1812).
[251] *CB* v.VIII, n.46, 03/1812, no mesmo número há a proclamação de Elío publicada pela *GRJ* extra n.27, 28/11/1811.

Ainda Carlota Joaquina

O empenho legitimista da Corte portuguesa caminhava *pari passu*, entre os anos de 1810 e 1811, com a tentativa de viabilização do projeto carlotista, numa alternativa que se via progressivamente esvaziada pela política britânica, que por ela se interessava à medida que a América ibérica se abria política e economicamente às influências britânicas. Mesmo assim, a abertura dos processos revolucionários hispano-americanos conferiria, a curto prazo, novo fôlego ao projeto. Foi assim que, em resposta às solicitações do vice-rei do Prata, Elío, para que a Corte portuguesa interviesse na guerra entre Montevidéu e Buenos Aires, D. Carlota Joaquina não perdeu a oportunidade de acenar-lhe positivamente: "os Espanhóis mereceram sempre de mim quanto eles poderiam esperar de uma boa mãe; e por conseguinte eu não poderia olhar com indiferença a vossa solicitude, dirigida a que alcançasse de meu Augusto Esposo os auxílios de que precisais para sustentar contra as incursões dos facciosos de Buenos Aires a mui fiel cidade de Montevidéu, posta debaixo da vossa direção e governo". Pedia a Princesa que Elío exortasse "a esses fiéis habitantes que se conservem constantes", e que lhes oferecesse "de minha parte que nunca lhes faltarão os auxílios que eu lhes possa dar".[252] Essa associação transbordava, com vimos, pelas páginas do *Correio Brasiliense*, e ainda teria vigência por algum tempo no universo político luso-americano.

Em realidade, desde a gestação do projeto carlotista, jamais havia cessado o empenho por parte da Corte do Rio de Janeiro em concretizá-lo.[253] A missão Holstein atesta a percepção de que, além de se voltarem para o Brasil e para a América espanhola, os investimentos não poderiam descuidar da Espanha, onde se reuniam as Cortes. As instruções que de D. Rodrigo recebera o enviado português a Cádiz insistiam sobre a necessidade de tratar o assunto naquele espaço, procurando angariar apoio dentre deputados importantes, lograr o reconhecimento legal dos direitos de D. Carlota e, ao mesmo tempo, não antagonizar os interesses da Corte portuguesa com os metropolitanos espanhóis.

---

[252] Carta de D. Carlota ao vice-rei Elío, Rio de Janeiro, 08/06/1811. Publicada no *CB* v.VII, n.43, 12/1811.

[253] Em agosto de 1811, a *Gazeta do Rio de Janeiro* anunciava a publicação e venda de uma tradução portuguesa de um *Diálogo entre um habitante da Ilha de Leão, e um provinciano emigrado sobre os direitos da Princesa do Brasil, Infanta de Espanha D. Carlota Joaquina de Bourbon, à sucessão do Trono de Espanha* (*GRJ* n.68, 24/08/1811).

Em setembro de 1810, às vésperas da reunião da Comissão de Constituição encarregada de elaborar um projeto de Constituição para a nação espanhola, Holstein dirigiu aos deputados das Cortes uma memória confidencial. Nela, afirmava que mais do que nunca, a rejeição de Portugal e Espanha à expansão francesa aproximava as "Duas Nações, filhas da mesma Península, e que o Destino criou para serem irmãs", cuja conjugação de esforços na "esperança da restauração, e de vingança para o futuro" da "Monarquia vacilante" voltava os "olhos dos Leais Espanhóis, e de todos os homens, que sabem pensar [...] naturalmente para a América". Como o projeto carlotista encontrava à sua frente o obstáculo do seu rival de reconhecimento dos direitos do rei de Nápoles, assegurava Holstein que, unidos, Espanha e Portugal "ofereceriam à França uma Massa ainda maior de resistência, e o maior e mais resplandescente Império do Mundo poderia surgir dentre as ruínas, e os incêndios desta Revolução".[254] A idéia, que em certa medida reeditaria a União Ibérica de 1580-1640,[255] parecia conhecer um campo favorável de recepção desde a chegada à Europa das primeiras notícias da formação das juntas de Caracas e Buenos Aires. Com isso, não mais somente a rejeição a Napoleão fornecia um pretexto de solidariedade entre as duas Cortes, mas o próprio risco de desintegração da monarquia espanhola na América, que, conforme vimos, decididamente não interessava à Corte do Rio de Janeiro. As dificuldades, antevia, seriam muitas, ainda mais quando o representante espanhol no Rio de Janeiro, Casa Irujo, "em duas ou três ocasiões tem dado informações ao seu Governo mais tendentes a esfriar, do que a estreitar as nossas mútuas relações".[256]

Durante as discussões secretas da Comissão, a questão da sucessão da Coroa espanhola viria à tona a propósito do artigo 4°. do capítulo II do projeto de Constituição. Na sessão de 16 de julho, proposta do deputado Juan Pablo Valiente previa a convocação imediata de D. Carlota para que assumisse a presidência da Regência; logo contudo, cedendo às objeções de que isso só poderia ser aprovado após resolvido o problema da sucessão em si, Valiente retirou a proposta. Num informe a D. Rodrigo, Holstein via percalços por todos os lados: "pelo sexo de S.A. Real, que serve de pretexto a todos os que a querem excluir; a ambição de alguns Indivíduos que aspiram eles mesmos à Regência; as idéias dos Republicanos, que se aproveitam de todos os

[254] Memória escrita por Palmela com a finalidade de distribuí-la confidencialmente aos deputados das Cortes e apresentada também a Mr. Wellesley (cópia), dirigida de Cádiz para o Rio de Janeiro no Ofício de Palmela a Linhares, 23/09/1810: *AHI*, Documentos Avulsos, Legação em Cádiz.
[255] Idem.
[256] Idem.

meios para afastar daqui a uma Pessoa Real; o Partido, posto que não muito numeroso da Casa de Nápoles. E por uma contradição a mais desagradável, o mesmo Partido Anti-Inglês que não deixa de haver em Espanha, trata de afastar a S.A. Real, como a dita à Inglaterra".[257]

Entretanto, o conteúdo da proposta recolocou o nome da princesa do Brasil em cena, e deu indícios de que poderia frutificar. Em 29 de agosto, Holstein dirigiu às Cortes um conjunto de cartas de D. Carlota dando conta dos sucessos da América e de sua disposição em auxiliar na urgente pacificação do Prata, convulsionado pela guerra. Para examinar o material, decidiu-se pela formação de uma comissão própria, que acabaria por recomendar que se atendesse à solicitação da princesa. Em 5 de setembro, a autorização foi concedida com a condição de que em Montevidéu se reconhecesse a soberania de Fernando VII e, em seu nome, a das Cortes.[258]

No Brasil, é sabido que a própria Corte portuguesa e a Grã-Bretanha impuseram freios à transferência de D. Carlota, tendo sido aliás a intervenção militar de 1811 no Prata bastante limitada, circunscrita e, por isso mesmo, estratégica. Nas Cortes, o carlotismo declinaria, prejudicado por um ambiente de grande instabilidade, no qual as soluções de um dia não eram necessariamente as do outro. A partir de outubro, a oposição conseguiu que o assunto fosse tratado sempre em sessões secretas e, por diferentes motivos, saíram de cena alguns dos principais deputados carlotistas, como Valiente e Benito Ramon de Hermida. Em contrapartida, a Lei Sálica foi revogada em 21 de dezembro, numa votação que seria contestada pelos opositores ao projeto;[259] oito dias depois, foi recusada a proposta de Vera y Pantoja de nomeação de uma pessoa real à testa da Regência; por fim, em 21 de março de 1812, as Cortes decretaram que D. Carlota ficava incluída na linha sucessória espanhola, em seguida ao infante D. Carlos Maria.[260]

A notícia foi dada a conhecer pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, em tom bastante pomposo: "a nova Constituição da *Espanha* foi jurada a 19 de março pelas Cortes, e pela Regência com a maior solenidade; as falas que nesta ocasião fizeram os Presidentes

[257] Ofício n.42 de Palmela a Linhares, Cádiz, 16/08/1811. *AHI*, Legação em Cádiz.
[258] Para uma análise do carlotismo nas Corte de Cádiz: Sara M. PEREIRA – *D. Carlota Joaquina e os "espelhos de Clio":* atuação política e figurações historiográficas. Lisboa, Horizonte, 1999, p.106-120.
[259] A notícia chegaria ao *Correio Brasiliense* em janeiro de 1812. "Esta resolução parece que abre a porta à sucessão da Senhora Princesa do Brasil; e seus filhos; nesse caso, aparece a probabilidade de se unirem outra vez em uma mesma pessoa as coroas de Espanha e Portugal" (v.VIII, n.44, 01/1812).
[260] Decreto das Cortes de Espanha, Cádiz, 21/03/1812. Publicado no *Correio Brasiliense* v.VIII, n. 47, 04/1812.

das Cortes, e da Regência são majestosas; a Sucessão da Coroa d'*Espanha*, na falta de Herdeiros legítimos do Senhor Rei *D. Fernando VII*, e do Senhor Infante *D. Carlos* pertence pela Constituição a S.A.R. a Princesa Nossa Senhora, a Senhora *D. Carlota Joaquina*".[261] Para o *Correio Brasiliense*, a possibilidade de D. Carlota se tornar rainha da Espanha, acarretando uma união entre Portugal e Espanha, se constituiria num acontecimento extremamente "útil, e interessante aos Portugueses e Espanhóis; porque a proximidade da linguagem, dos costumes, das leis, etc. faz com que Portugal se deva considerar uma parte integrante da Península; e como neste suposto acontecimento fica salvo o orgulho nacional; porque os Portugueses podem dizer que é um Príncipe seu quem vai governar Espanha visto que a varonia é Portuguesa; cessam os motivos de zelo, e descontentamento que aliás sempre existiram".[262]

Notícias favoráveis viriam também da América. No México, ainda assolado em 1812 pela guerra civil e com intensa repressão realista contra as forças de Morelos, o projeto carlotista foi aventado como solução pacificadora, como mostra uma carta escrita pelo secretário interino do vice-rei Vinegas, de 18 de março de 1812:

> "Si la eleccion [para a Regência] recayer en la Infanta D.ª Carlota, y fuse tambien declarada heredera del Trono en el caso de faltar sus hermanos, seria un golpe decisivo para cortar esta rebelion el que viniese à establecer su corte en Mexico mientras la Peninsula no ofreciera seguridad à su Persona, sin perjuicio de que España siguiese Gobernada por una Regencia como lo está Portugal."

Essa manifestação foi comemorada pelo governo português, pois mostraria que "as Províncias da América, que ainda se acham ligadas com a Metrópole, têm também um interesse conhecido em que se confira a Regência a S.A. Real", com o estabelecimento do "Trono das Espanhas em uma das grandes Cidades da América", com isso "pacificando-a".[263] Logo essa possibilidade apontaria para a Corte portuguesa uma nova estratégia de defesa do projeto: a residência "temporária" – que não está clara na manifestação do México - de D. Carlota no México, antes de se transferir

---

[261] *GRJ* n.50, 20/06/1812.
[262] *CB* v.VIII, n.47, 04/1812. No mesmo artigo, considerava seu editor imprescindivel, para o bom sucesso dessa reunião, que a Corte encerrasse a proibição imposta aos jornais portugueses de estamparem artigos a respeito das Cortes espanholas.
[263] Oficio reservado n.6 de Palmela a Galveas, Cádiz, 30/07/1812, com a carta do México em anexo. *AHI*, Legação em Cádiz.

definitivamente para a Espanha. Em outras palavras, a defesa daquilo que os carlotistas platinos já reivindicavam em 1809. O problema, agora, é que essa possibilidade era motivo de receio da parte de deputados das Cortes, vista como dotada de "segundas intenções" por parte do governo joanino.[264]

Acompanhado um vai vém indicativo dos próprios conflitos e tensões que permeavam os debates em Cádiz, o carlotismo voltaria à tona em outras ocasiões durante os anos de 1812 e 1813, em boa medida por conta do desgaste e da renovação da Regência de 1811;[265] no entanto, agora confinadas suas esperanças a um espaço que, por ser a princípio muito maior, era justamente muito mais difícil de ser conquistado, D. Carlota deixaria definitivamente de ser uma alternativa válida com a restauração de seu irmão Fernando ao poder, em janeiro de 1814. A criação, publicização e fracasso do projeto legavam, porém, um saldo muito importante aos seus partidários: um reforço da convicção da monarquia como regime desejável, operado à medida que o curso dos acontecimentos revelava progressivamente o grau da ameaça que esse tipo de regime sofria na América.

Os acontecimentos de 1811 a 1813 e seu conhecimento no Brasil

Se voltarmos nossa atenção novamente para o que se passava com o conjunto da América espanhola, veremos que a criação de juntas de governo no ano de 1810 e os conflitos de soberania e de jurisdição envolvendo autoridades peninsulares e americanas evoluíam com segurança em direção a um aprofundamento das contradições decorrentes da "eclipse da metrópole". Por toda parte, a criação de novos espaços de exercício do poder político colidia com a débil vigência dos tradicionais padrões de lealdade, configurando um panorama em que a via independentista era cada vez mais presente. Talvez a face mais chocante, aos olhos contemporâneos, do que se passava com os antigos vice-reinos entre 1810 e 1814 fosse a eclosão das guerras civis, revestidas de uma brutalidade tão inesperada quando indesejada, e que resultaria, ao cabo desse

[264] Ofício reservado n. 8 de Palmela a Galveas, Cádiz, 07/09/1812. *AHI*, Legação em Cádiz. Meses depois, num indício de restrições às atitudes do governo português, a Regência da Espanha decretaria a obrigatoriedade de todo espanhol proveniente de domínios portugueses ou de qualquer estrangeiro proveniente de qualquer lugar e que quisesse adentrar nas províncias ultramarinas espanholas portasse passaporte, sem o qual seria impedido de nelas adentrar (*GRJ* n.92, 17/11/1813; *CB* v.XII, n.72, 05/1814).
[265] Um exemplo é o da carta que em 12/06/1812 Trifon Ortiz de Pinedo, deputado peninsular pela província de Alava, dirigiu a D. Carlota, protestando contra a Constituição recentemente promulgada em Cádiz (publicada pelo *CB* v.XIII, n.76, 09/1814).

período, em uma restauração conservadora que nada mais fará do que proporcionar uma fugaz sobrevida à ordem colonial espanhola irremediavelmente comprometida. Afinal, a despeito de todos os recuos no movimento revolucionário e de todas as especificidades de que ele se revestiu de lugar para lugar, o vazio de poder contra o qual as juntas americanas reagiram em escala continental em 1810 ia sendo substituído por autoridades a princípio provisórias, mas que tratariam de construir e estabilizar novas instituições.

Essa é uma tendência tanto americana quanto peninsular. Reunidos em Cádiz, os representantes da nação espanhola promulgaram a Constituição em março de 1812. Transformando a Espanha em uma monarquia constitucional, impondo à figura do monarca limitações que, na prática, configuravam uma inovação fundamental em relação à ordem do Antigo Regime, a própria metrópole fomentava a revolução. A Constituição de 1812 trazia notórios traços herdados da Constituição dos Estados Unidos de 1787, bem como – e principalmente – da francesa de 1791; estabelecia a igualdade entre os súditos peninsulares e os americanos, previa a extinção dos tributos indígenas, da Inquisição e das restrições de poder às ordens religiosas, bem como instituía um regime de liberdade de imprensa. Os vice-reis eram transformados em "chefes políticos", devendo governar junto com deputações provinciais e conselhos de cidades, cujos membros seriam escolhidos, seguindo critérios eleitorais próprios, pelos habitantes de cada região. Na ausência do rei, a Regência o representaria.[266]

Vimos anteriormente como a criação do Conselho de Regência da Espanha fora, em última instância, o fator precipitador da abertura do processo revolucionário na América. Com isso, pretendendo abarcar toda a nação espanhola, a Constituição promulgada em Cádiz agregaria à já complicada conjuntura hispano-americana novos pretextos para dissensões, agravadas pelas medidas repressivas adotadas contra vários governos ultramarinos, tomados como "rebeldes", "insurgentes", "facciosos" ou "rebelados".

Na Nova Espanha, o bem-sucedido combate ao movimento de Hidalgo não garantiu à ordem realista total controle sobre os movimentos de contestação, e os focos deixados pela onda revolucionária não foram completamente extintos. O mais destacado

[266] As Cortes extraordinárias (constituintes) encerrariam suas sessões em setembro de 1813, substituídas em 1° de outubro pelas ordinárias e oficialmente dissolvidas em 4 de maio de 1814, já sob a monarquia restaurada. (M ARTOLA – *La burguesía revolucionaria*..., cit., p.39-46; T. ANNA. A independência do México e da América Central, cit., p.96).

comandante de um desses focos seria, a exemplo de Hidalgo, outro cura, José Maria Morelos, reconhecido como tal após o declínio de outra figura de destaque, Ignacio López Rayón, derrotado em Zitácuaro no primeiro mês de 1812. Sob a liderança de Morelos, o movimento iniciado por Hidalgo estaria dotado de uma poderosa arma até então inexistente: uma densidade programática, configurada por declarados anseios de independência formal, abolição do tributo indígena, do sistema de castas e da escravidão, e por uma proposta de redistribuição de terras pretensamente observando pleno respeito à propriedade privada. Forma sedutora de angariar apoio mais amplo a um movimento até então totalmente identificado com setores marginalizados da população mexicana, Morelos repetidas vezes reiterava em seus discursos o primado da Igreja Católica, bem como o culto devocional à Virgem de Guadalupe, figura mais proeminente do que o próprio rei.

Os mexicanos foram os mais destacados representantes provenientes da América a participarem das atividades constituintes e legislativas em Cádiz – onde tomaram assento também deputados da Guatemala e do Peru – empenhando-se ativamente em combater a ilegalidade dos movimentos revolucionários americanos, de modo que a Nova Espanha adotou prontamente (em setembro) a Constituição de 1812. Entretanto, a exemplo do que ocorreria também em outras partes do continente onde era muito sensível a crise de legitimidade política da metrópole, os instrumentos de unificação da natural diversidade espanhola - como era a Constituição - se veriam obrigatoriamente às voltas com interesses de caráter regional, provincial e/ou local, e que nem sempre caminhavam na mesma direção. Sob a égide do vice-rei Venegas, assim como da de seu substituto (a partir de 4 de março de 1813), Félix Maria Calleja, a Constituição e as demais medidas provenientes de Cádiz seriam – reforçando uma lógica que fora predominante nas relações entre a América e a Espanha durante a colonização oficialmente adotadas, mas nem sempre efetivamente cumpridas.

Desse modo, desprovida de consensos suficientemente fortes para garantir um rumo inequívoco à sua vida política, a Nova Espanha sofreria o ressurgimento da guerra civil. A exemplo das forças de Hidalgo, as de Morelos também estiveram próximas de atacar a capital mexicana, sitiada e finalmente evacuada em 1º de maio de 1812; seis meses depois, com suas forças reagrupadas, lograria a importante conquista de Oaxaca, pelo qual boa parte do território sulino do vice-reino ficava submetido. Com a revolta em seu auge, Morelos tomaria, no ano seguinte, a cidade de Acapulco, reuniria um

congresso, em Chilpancingo (iniciaria seus trabalhos em 14 de setembro), e seria escolhido chefe do poder executivo revolucionário. Em 6 de novembro de 1813, o congresso proclamou a independência, buscando desde então seu reconhecimento internacional. No entanto, os meses de dezembro de 1813 e janeiro de 1814 assinalam derrotas decisivas das forças de Morelos, em Valladolid e Puruarán, precipitando o abandono de Chilpancingo pelo Congresso, fraturado por disputas internas e tornado itinerante até se instalar em nova sede, em Apatzingán, de onde promulgaria uma nova constituição.[267]

A Nova Espanha conhece uma sucessão de etapas bastante típicas do curso revolucionário hispano-americano do início da década de 1810. A reunião de representantes provinciais e locais em assembléias soberanas, a declaração por eles sustentada de independência e a eventual elaboração de constituições se configuram como os meios considerados mais universais, logo eficazes, de legitimação de uma subversão da ordem, de modo que a nova ordem pudesse gozar do seu reconhecimento por parte de governos mais antigos e poderosos, condição imprescindível para a sua sobrevivência. É certo que nem todas as potências mundiais nutriam a mesma simpatia pela utilização desses recursos, por vezes considerados indesejavelmente inovadores, portanto revolucionários; no entanto, e em boa medida por responsabilidade das políticas britânica e norte-americana, tais eram procedimentos que a América contribuía para tornar corriqueiros.

A capitania da Guatemala não estaria imune ao movimento de Morelos, mas a despeito de focos insurrecionais como o de novembro de 1811 em San Salvador e o do mês seguinte em Granada, conseguiria se manter majoritariamente legalista. A exemplo de Nova Espanha, também lá as medidas provenientes de Cádiz seriam adotadas seletivamente, inclusive a Constituição, e também lá as resistências a elas seriam consideráveis. A mais importante, configurada na capital em dezembro de 1813; um mês depois, novamente em San Salvador, um ensaio sedicioso foi controlado pelas autoridades antes que eclodisse.[268]

Em Cuba, o ano de 1811 também foi marcado por movimentos de contestação política que punham em risco a vigência da ordem realista espanhola. A partir de uma

---

[267] T. ANNA. A independência do México e da América Central, cit., p.88-100.
[268] T. ANNA. A independência do México e da América Central, cit., p.100-103.

loja maçônica, *Le Temple des Vertus Theologales*,[269] e tendo à frente Román de la Luz Sánchez Silveira, um grupo de fazendeiros e advogados formado por Luis Francisco Bassave, Manuel Ramírez e Joaquín Infante organizou um movimento, rapidamente sufocado. O último dessa lista, Infante, seria o único a escapar da punição legal, dando continuidade a um conjunto de atividades de caráter revolucionário que, ao cabo de sua vida, contaria com uma participação em uma expedição de "libertação" ao México em 1817 e com a elaboração, de próprio punho, de um projeto de Constituição para a ilha de Cuba, publicada na Venezuela ao mesmo tempo que na Espanha se promulgava a de Cádiz.

A Constituição proposta por Infante bem mostra o caráter consideravelmente conservador de manifestações que, por estarem inseridas num panorama de rápida perda de operacionalidade dos tradicionais padrões políticos, foram consideradas pela ordem monárquica espanhola como subversivas. Propunha, é bem verdade, uma regulação do poder executivo, o que por si só já constituía uma novidade, bem como a divisão de poderes e a abolição da nobreza hereditária; mas mantinha para Cuba uma sociedade escravista estruturada sobre uma economia agroexportadora de *plantation*, a divisão sóciorracial e a própria escravidão. Mesmo assim, suas práticas e idéias não cabiam nos espaços tradicionais do exercício da política do Antigo Regime. Outro movimento, chefiado pelo liberto José Antonio Aponte, falaria em abolição da escravidão e teria maior abrangência territorial que o de Román de la Luz (chegou a Puerto Principe, Bayamo e Remedios); motivando rápida e feroz repressão, seus participantes seriam enforcados em 7 de abril de 1812. E assim, reprimindo contestações e adotando a Constituição de Cádiz, Cuba seguia uma firme trajetória realista que se configuraria, ao longo do século XIX, como a grande exceção dentre todas as regiões de colonização espanhola na América, submetida ao poder metropolitano até 1898.[270]

A Venezuela, primeiro território hispano-americano a constituir junta em 1810, seria também o primeiro a enviar representantes em busca de reconhecimento internacional de seu governo. Em boa medida, isso se daria pela atuação de Francisco de Miranda, que em dezembro de 1810 retornou à América após anos de articulações políticas na Europa e nos Estados Unidos e que anteriormente resultaram em tentativas

---

[269] Fundada em Havana em 17/12/1804.

[270] Eduardo TORRES CUEVAS. De la Ilustración reformista al reformismo liberal. In: *Historia de Cuba – La colonia*: evolución socioeconómica y formación nacional de los orígenes hasta 1867. La Habana, Editora Politica, 1994, p.330-332.

fracassadas de derrubada da ordem colonial espanhola. Miranda seria a figura-chave da "Primeira República" venezuelana de 1811 e 1812: em março de 1811 fora reunido um congresso, em 5 de julho proclamada a independência e em dezembro promulgada a Constituição. Formava-se assim uma efêmera "Confederação da Venezuela".

A mobilização realista na Venezuela é intensa, beneficiada pelas fraturas internas da revolução, bem como pelo grande terremoto de 26 de março de 1811, que causou grande destruição em todo o país. Entre julho e agosto de 1811, a contra-revolução triunfou em Valencia; a partir de março de 1812, com o suporte de Porto Rico, os exércitos chefiados por Domingo Monteverde partiram de Coro e conseguiriam, progressivamente, esmagar a revolução no centro e oeste do país. Em 6 de julho, as forças de Bolívar foram derrotadas em Puerto Cabello; Miranda, tornado "ditador" e dotado de plenos poderes desde 23 de abril, capitulou em 25 de julho, feito prisioneiro dos espanhóis graças à colaboração de antigos subordinados agora voltados contra ele, dentre os quais o próprio Bolívar. Caía a "Primeira República".[271]

As lutas na Venezuela se fizeram em articulação com as de Nova Granada, onde desde 27 de novembro de 1811 estava em curso também uma tentativa de viabilização de uma frágil unidade política, as "Províncias Unidas de Nova Granada". Porém, várias regiões mantinham-se fiéis ao Conselho de Regência, como Panamá, Santa Marta e Pasto; Popayán oscilava, ora revolucionada, ora realista. Mais grave ainda era a dissidência da província de Cundinamarca e de sua capital Santa Fé, onde o governador Antonio Nariño exercia um poder paralelo. Entre março e junho de 1812, houve até mesmo enfrentamentos armados entre a Cundinamarca e as Províncias Unidas. O avanço realista, contudo, imporia a adoção de um pragmatismo político por parte de todos aqueles considerados, do ponto de vista legitimista, como "rebeldes". Assim, em junho de 1813, Nariño foi nomeado por um colégio eleitoral santa-fesino "ditador". Investido de plenos poderes, promoveu a declaração formal de independência (18 de julho) e firmou (setembro) uma aliança com as Províncias Unidas. A esse tempo, a contra-ofensiva revolucionária se mostrava ativa na Venezuela, contando com o apoio das Províncias Unidas. Em 15 de junho, Bolívar lançou, em Trujilo, sua famosa declaração de "guerra de morte" aos espanhóis peninsulares e canarianos que não

[271] D. BUSHNELL. A independência da América do Sul espanhola, cit.

aderissem à revolução; em 6 de agosto, entrou com suas forças na capital, Caracas, inaugurando a "Segunda República" venezuelana.[272]

As lutas entre os revolucionários, divididos, e os realistas, mais coesos, acabou por estimular na Venezuela e em Nova Granada a formação de grupos armados chefiados por figuras de prestígio e poder locais, geralmente a serviço dos realistas, mas que se mostravam bastante atentos às circunstancialidades de um panorama caótico, de modo que dele pudessem usufruir em prol de seus interesses pessoais ou de grupo. O mais destacado dentre esses chefes – muitos diriam, *caudillo* – seria José Tomás Boves, com o qual tanto revolucionários quanto realistas teriam de lidar.[273] Ademais, havia o componente racial das sociedades venezuelana e neogranadina, nas quais importante parcela da população era formada por cativos africanos ou de ascendência africana. Contingentes de braços potencialmente disponíveis em toda a América, os escravos seriam, em escala variável em cada região e período de luta, incorporados aos exércitos revolucionários, trocando serviços militares pela sua alforria. Não se trata evidentemente de quaisquer disposições, por princípio, abolicionistas; as Constituições promulgadas entre 1811 e 1814 manteriam a escravidão, concedendo tão-somente uma extinção do tráfico negreiro que não poderia deixar de corresponder às expectativas britânicas, às quais era forçoso corresponder quando se almejava uma sustentação externa das novas instituições políticas criadas pela revolução. Nesse ponto, ao proclamar a igualdade de raças, a Constituição da Venezuela de 1811 ainda ia um pouco além do projeto de Joaquín Infante, que sequer propunha uma reestruturação da sociedade hispano-cubana; da mesma forma, a pioneira declaração de independência de Cartagena de 11 de novembro de 1811, a primeira de Nova Granada, previa a abolição do tráfico, mas não a da escravidão, caminho seguido pela santa-fesina. Em Antioquia, em 1814, uma lei do ventre livre tampouco estabelecia o fim do regime de trabalho cativo.[274]

Sob o comando do vice-rei Abascal, o Peru se configuraria como o grande bastião da ordem realista na América espanhola, a partir do qual seriam organizadas várias forças militares de combate à revolução, bem como a repressão legal contra

---

[272] J. LYNCH, Spanish America's Poor Whites: Canarian Immigrants in Venezuela, 1700-1830. *Latin America Between Colony and Nation. Selected Essays*. Palgrave, 2001, p.58-73.
[273] J. LYNCH. Bolívar and the Caudillos. *Latin America*..., cit., p.163-193.
[274] A esse respeito, Peter BLANCHARD (The Language of Liberation: Slave Voices in the Wars of Independence. *Hispanic American Historical Review*, v.82, n.3. Duke University Press, aug.2002, p.499-523) mostra um panorama mais complexo do que John LYNCH (Simón Bolívar and the Age of Revolution. *Latin America*..., p.152-153).

conspirações e tentativas de insurreições. Foi assim contra os movimentos de La Paz, Sicasica, Cochabamba e Oruro, devastadas em 1811 pelas forças comandadas por Mateo Pumacahua, cacique de Chincheros a serviço do vice-rei;[275] igualmente Quito, que promulgou uma Constituição em 15 de fevereiro de 1812 e que seria subjugada (8 de novembro de 1812) a partir de forças realistas formadas em Guaiaquil e Cuenca Conquista, comandadas pelo general Toribio Montes;[276] também o Chile da chamada "Patria Vieja". Nesta capitania, que tivera seus importantes portos franqueados ao comércio mundial, foi inaugurado um congresso em julho de 1811 que seguiria a tendência geral de promulgar uma lei de ventre livre sem abolir a escravidão; com a ascensão de José Miguel Carrera, a dissolução do congresso, o estabelecimento da imprensa e a derrubada da dissidente Junta de Concepción, o Chile seguia o seu curso de rompimento com a metrópole. Em começos de 1813, partiria do Peru uma força militar realista, provocando combates durante os quais Carrera seria substituído por Bernanrdo O'Higgins.[277] Não obstante essa clara configuração de centro irradiador da restauração realista na América, o Peru não passaria ao largo de tormentas internas decorrentes da crise de autoridade metropolitana, de modo que também ali a Constituição e as decisões gaditanas seriam adotadas parcial e circunstancialmente.

O Peru se posicionava, assim, e até do ponto de vista geográfico, no cruzamento entre os dois grandes vetores revolucionários hispano-americanos: ao norte, Venezuela e Nova Granada, em guerra civil; ao sul, o Rio da Prata, que seguia o mais firme e decidido curso independentista de todo o continente. Aqui, os anos imediatamente subseqüentes a 1810 testemunham um esforço mais bem-sucedido para consolidar as novas instituições criadas pela revolução. Em Buenos Aires, o poder executivo conhecido como "Primeiro Triunvirato", encabeçado por Rivadavia, levou adiante uma forte perseguição aos opositores do regime por meio do Comitê de Segurança Pública, a despeito do regulamento de ampliação da liberdade de imprensa.[278] A autoridade do Triunvirato conseguiu se sobrepor à da bastante desgastada Junta de Governo, que continuara a existir até ser finalmente extinta em setembro de 1811. Em parte como produto do endurecimento político, em parte como reação a ele, há uma

[275] Como prêmio de seus serviços, Pumacahua seria nomeado presidente da audiência de Cuzco; pouco depois, romperia com o vice-rei e, em 1814, integraria um levante revolucionário em Cuzco. J. LYNCH – *Las revoluciones hispanoamericanas...*, cit., p.165.
[276] J. LYNCH – *Las revoluciones hispanoamericanas...*, cit., p.234-235.
[277] D. BUSHNELL A independência da América do Sul espanhola, cit., p.155-157.
[278] Além da *Gazeta de Buenos Aires*, passaria a circular o *Censor*.

complexificação do universo político, com novos agentes e espaços interagindo com os grupos triunfantes a partir de maio de 1810. Com a morte de Mariano Moreno, elementos próximos a ele, politicamente mais radicais do que os agrupados em torno de Cornelio de Saavedra, criaram um "Clube Morenista", refundado em janeiro de 1812 como "Sociedade Patriótica", propagando suas idéias por meio de um periódico, *Martir, o Libre*. Três meses depois, foi convocada a assembléia constituinte para o Prata e de imediato abolido o tráfico de escravos. Em junho, foi descoberta e duramente reprimida nova conspiração liderada pelo mesmo Martín de Álzaga que, em janeiro de 1809, tomara parte destacada na tentativa de deposição do então vice-rei Liniers. Nesse ambiente de conflitos internos, o "Primeiro Triunvirato" será derrubado por um movimento originado no âmbito da loja maçônica Lautaro. O golpe de 8 de outubro, que delegará o poder executivo a um "Segundo Trinvirato", representou o sucesso momentâneo de grupos políticos ligados à militarização do vice-reino, reforçada pelas campanhas do Alto Peru, e que defendia uma expansão da revolução ao restante do continente a partir de Buenos Aires. Carlos Alvear e José de San Martín, dois experientes militares formados nas fileiras dos exércitos peninsulares e figuras expoentes dessa tendência, se sobressaem no novo cenário político platino. Reunido desde janeiro de 1813, o congresso constituinte ofereceria claros sinais de orientação independentista: autoproclamando-se soberano, o congresso não faria qualquer referência explícita a Fernando VII, formalizaria a independência do Prata em relação a qualquer autoridade eclesiástica de fora de seu territóirio, aboliria os tributos indígenas, a mita e os títulos e signos de nobreza e agregaria à extinção do tráfico negreiro uma lei de ventre livre (com o reforço do papel político dos exércitos, a prática de recrutar cativos e alforriá-los depois de algum tempo se tornaria bastante corriqueira). Entretanto, o congresso platino evitaria, ao menos por ora, declarar formalmente a independência em relação à Espanha, bem como a promulgação de uma Constituição.[279]

Nesse cenário, o governo de Buenos Aires se voltaria mais uma vez à conquista e adesão do Alto Peru – no que teria que enfrentar a resistência realista peruana – e da Província Oriental, além de se empenhar na libertação do Chile. E, assim, novamente os acontecimentos da América espanhola se encarregavam de envolver diretamente o Brasil.

---

[279] N. GOLDMAN, Crisis imperial..., cit., p.50-53; D. BUSHNELL. A independência da América do Sul espanhola, cit., p.146-150

O temido exército de Buenos Aires, após as importantes conquistas de Tucumán e Salta, foi decisivamente abatido em Potosí, em outubro e novembro de 1813.[280] A partir de outubro de 1812, novo sítio de Montevidéu foi levantado, desta vez a cargo de Rondeau; no entanto, para a Corte portuguesa não se trataria mais de lidar apenas com um governo revolucionário de Buenos Aires e com outro legalista de Montevidéu; o armistício entre ambos, de 20 de outubro de 1811, ofereceria ao antigo comandante a serviço de Buenos Aires, José Gervasio Artigas, uma oportunidade muito favorável de ascensão, no cenário platino, à condição de uma das suas principais figuras.[281] Numa demonstração da abrangência e profundidade de seu poder pessoal, construído na campanha oriental como estratégia deliberada de enfraquecimento da autoridade do vice-rei, Artigas se retirou do sítio de Montevidéu e, acompanhado de um contingente civil e militar de aproximadamente quatro mil pessoas (a população total da Província beirava os dez mil habitantes), rumou em direção a Entre Ríos, instalando seu quartel-general em Belém. Em dezembro de 1812, rompeu politicamente com Buenos Aires, com cujo governo assinou, em janeiro seguinte, o acordo conhecido como "Pacto de Ayuí" que, na prática, significava o reconhecimento de sua autoridade por parte do Triunvirato.[282]

Sob a égide de Artigas, a Província Oriental mandaria representantes ao congresso constituinte do Prata; paralelamente, reuniria uma assembléia própria, inaugurada em Tres Cruces em 3 de abril de 1813 e responsável pela elaboração (13 de abril) de uma série de instruções a serem observadas pelos seus representantes em Buenos Aires. Em linhas gerais, além de reconhecerem a Assembléia Geral e solicitarem o aumento do número de seus representantes, portariam os deputados orientais uma proposta de confederação política a ser implantada no Prata, recusando a união entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Dessa maneira, colidiriam com a tendência à centralização política reforçada pelo governo de Buenos Aires desde

[280] Será definitivamente expulso do Alto Peru somente em novembro de 1815, com a derrota em Sipe-Sipe. HALPERIN DONGHI – *Reforma y disolución de los impérios ibéricos...*, cit., p.129-130.

[281] É sabido que, em dezembro de 1811, ele se dirigira diretamente ao governo do Paraguai solicitando auxílios materiais em sua luta contra espanhóis e portugueses. Por essa época, já era um chefe independente (nota de 07/12/1811, citada por Ana FREGA. La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: Noemí GOLDMAN & Ricardo SALVATORE (comps.) - *Caudillismos rioplatenses*: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires, Eudeba, 1998, p.116.

[282] Como muito bem assinala Ana FREGA (Op.cit., p.119), no contexto revolucionário platino no qual a luta de Artigas se desenrolava simultaneamente contra portugueses e espanhóis, contra o governo de Buenos Aires e também em busca do poder em nível provincial, o êxodo significou sobretudo um empreendimento em busca desse último objetivo, articulando seu fortalecimento perante os demais.

a dissolução da junta, e em última instância declarada já desde a sua formação em maio de 1810. Estabelecia-se, desse modo, uma nova frente de atritos, desta vez no bojo de um movimento coletivo em busca da consolidação de instituições incompatíveis entre si. O próprio congresso de Tres Cruces se encarregaria de estabelecer as bases de seu governo, sediado em Guadalupe de los Canelones, com uma Constituição própria inspirada na de Massachusetts, de 1780, prevendo um pacto entre os povos, dos quais emanaria o poder político em um regime republicano. Em um ponto do processo político hispano-americano em que os governos revolucionários ainda evitavam oficializar o rompimento com a metrópole, bem como suprimir os princípios legitimistas de poder – dos quais a monarquia era um dos eixos de sustentação –, o movimento artiguista adquiria um caráter peculiar. Sua luta primordial não seria contra a metrópole, mas sim contra a centralização portenha e, progressivamente, também contra as reações a ele provenientes do Império português. Quando, em maio de 1813, os deputados orientais foram rechaçados na Assembléia Geral, sob pretexto de não haverem sido escolhidos em estrita observância às regras eleitorais, ficou claro que esse seria o curso ulterior das coisas, de modo que, no fim do ano, a política artiguista faria reunir um novo congresso próprio, em Capilla Maciel.[283]

É importante salientar que desde o congresso de Tres Cruces, Artigas tinha oportunidade de enfrentar institucionalmente o problema da desestrutura econômica da Província Oriental. As famosas *Instrucciones* de 1813 continham dispositivos de ordem econômica, propondo por exemplo o livre-comércio nos portos de Maldonado e Colônia e o usufruto pela Província das rendas, dos impostos e recursos fiscais que antes eram de gozo exclusivo da Real Fazenda, o que na prática estabelecia a independência financeira da Província. O governo de Guadalupe de los Canelones se propunha efetivamente a reestruturar as fontes de produção, reorganizar as rendas da Província e restabelecer o comércio interno.[284] Tratava-se de contornar a *anarquia* real - ainda não conceituada – e que explica em boa medida o crescimento da popularidade de Artigas. E o que explicará a importância que Artigas adquirirá para a política portuguesa, conforme veremos mais adiante.

[283] N. GOLDMAN, 61-64; REYES ABADIE – *Artigas y el federalismo en el Río de la Plata*, cit., caps. III, IV e V.
[284] Augustín BERAZA – *La economía en la Banda Oriental 1811-1820*. 2ª.ed. Montevidéu, Ediciones de la Banda Oriental, 1969, p.40.

Os sucessos platinos fornecem um ótimo indicativo de como e por que os assuntos hispano-americanos passariam a interessar, cada vez mais, aos estadistas portugueses e ao universo político luso-americano em geral: não era possível pensá-los isoladamente do restante da América.[285] Mais uma vez, cumpre destacar que, embora no Prata o entrecruzamento de interesses eclodisse com mais freqüência em conflitos armados, o espaço de influência recíproca que aproximava as duas Américas não é exclusivamente platino.

Há que se destacar, no mesmo sentido, que a divulgação dos acontecimentos hispano-americanos pela imprensa periódica não é fruto tão-somente de uma cobertura jornalística e de uma desinteressada curiosidade por parte de seus leitores. Num tempo em que o alcance da imprensa ainda era bastante limitado, em que a circulação e a leitura dos periódicos eram restritas, não parece descabido observar o que se publicava como um conteúdo verdadeiramente selecionado, especial. Isso é válido tanto para o que era dito, quanto – como vimos no caso notável da *Gazeta do Rio de Janeiro* – para aquilo que era silenciado. De toda maneira, em 1811, há um tímido incremento da imprensa periódica luso-americana, e se as comunicações não eram exatamente sofisticadas, elas já eram seguramente freqüentes e constantes. Além da *Gazeta do Rio de Janeiro* e da *Idade do Ouro do Brasil*, os leitores do Brasil teriam possibilidade de acesso a dois outros veículos públicos: as *Variedades ou Ensaios de Literatura*, publicadas na Bahia e, de maior duração, o *Patriota*, no Rio de Janeiro.[286] Segundo duas listas publicadas pelo próprio jornal, o *Patriota* dispunha em junho de 1813 de pelo menos 155 assinantes, que recebiam 181 exemplares do jornal; em dezembro, esse número beirava os 104 assinantes.[287] Para os padrões da *Idade do Ouro*, que publicava seus números bissemanalmente – o *Patriota* era mensal –, esse era um número baixo:

---

[285] Em abril de 1812, pelo menos em duas ocasiões o governador da Província Oriental, Gaspar de Vigodet, transmitia de Montevidéu ao capitão general do Rio Grande, Diogo de Souza, notícias de Buenos Aires, informando-lhe também sobre movimentos de tropas no Peru e Alto Peru (cartas de 02/04/1812 e de 09/04/1812, as duas em *PLRP*, III, p.43-45, e p.47-48. Na mesma linha, uma nota de lord Strangford ao conde de Galvêas, de 30/10/1812 (*PLRP*, III, p.91-92).

[286] Das *Variedades* se conhece apenas dois números, publicados em fevereiro e julho de 1812; o *Patriota* teve mais longa duração, de 01/1813 a 12/1814, de início com periodicidade mensal, depois bi-mensal. Maria R. F. da FONSECA. Luzes das ciências na Corte americana: observações sobre o periódico "O patriota". *Anais Museu Histórico Nacional* v.31. Rio de Janeiro, 1999, p.81-104

[287] *Patriota* n.6, 06/1813; e n.6, 12/1813.

em 1812, seu redator afirmava ter "cento e tantos subscritores"; sete anos depois, em 1819, se queixava de contar com "apenas" e no máximo duzentos.[288]

O fato é que a circulação das informações não dependia somente das publicações luso-americanas, tampouco das disponíveis em português. Há que se lembrar que a imprensa platina, que circulava com intensidade no Brasil, também conhecia agora outros periódicos, além da *Gazeta de Buenos Aires* e da *Gazeta de Montevidéu*. O acesso aos periódicos em geral também parece ter conhecido alguma facilidade após 1810: na Bahia, a Biblioteca Pública abriu suas portas em fevereiro de 1812, disponibilizando aos seus usuários coleções de periódicos europeus. Na loja da *Idade do Ouro* se vendiam exemplares do *Correio Brasiliense*, e na da *Gazeta do Rio de Janeiro* exemplares do *Patriota*.[289]

Mesmo de um caráter que hoje poderíamos chamar de "científico-literário", pouco voltado diretamente a questões de ordem política e cotidiana, as *Variedades ou Ensaios de Literatura* e o *Patriota* integram, efetivamente, um panorama de alargamento dos espaços públicos de discussão política, responsável pela amplificação da experiência hispano-americana entre 1811 e 1813 e para a qual o mais importante veículo continuaria a ser o *Correio Brasiliense*, além de jornais platinos e europeus. Não devemos desprezar o fato de que, nas páginas do *Patriota*, pelo menos em duas ocasiões há referências distintas às "fronteiras naturais" do Brasil – o Amazonas e o Prata - de modo corriqueiro, indicativo da presença e reforço desse argumento no universo mental luso-americano; igualmente, em seu primeiro número, à exaltação de um ambiente presuntivamente pacífico do Brasil em contraste com o que dominava na Europa e no mundo: "o tempo nos falta (e não sobram as forças) para correrm os olhos pelas outras potências do mundo, e vermos as revoluções, que nelas têm gerado o espírito de vertigem, que da Europa se estendeu a todo o Orbe. Funesto contágio quase não há país que tenha poupado! O meu espírito descansa quando, lançando os olhos ao Brasil, vejo abraçadas a justiça e a paz, respeito às Ciências estendendo o seu império, e

[288] *Idade do Ouro do Brasil* n. n.49, 1812. Citado por Maria B. N. da SILVA - *A primeira gazeta da Bahia...*, cit., p.42 e p.39).

[289] SILVA – *A primeira gazeta da Bahia...*, cit., p.29; *GRJ* n.76, 22/09/1813, entre outros. A Biblioteca foi criada formalmente no ano anterior. Sob o governo do conde dos Arcos, várias outras obras públicas foram realizadas, como o Passeio Público e o Teatro Público, inaugurados respectivamente em 1810 e 1812. SILVA – *A primeira gazeta da Bahia...*, cit., p.117; Marco MOREL - *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador, Academia de Letras da Bahia/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001, p.86-87; e Kátia M. de Queirós MATTOSO – *A Bahia no século XIX – uma província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, p.206. O Plano de 26/04/1811 para o estabelecimento da Biblioteca, de autoria de Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, foi publicado no *CB* v.VII, n.39, 08/1811.

reconheço que nascem para este vastíssimo continente [do Brasil] os tempos de Saturno".[290] Essa comparação ainda era uma relativa novidade, esboçada no processo de gestação de um espaço específico de trocas de influência entre o Brasil e a América espanhola; nesse sentido – e vale lembrar que o *Patriota* também era um periódico oficial da Corte – ela é outra face da mesma preocupação denunciada pela circunscrita e parcial maneira de publicizar os acontecimentos revolucionários hispano-americanos da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Silenciar acontecimentos perigosos, referir-se a essa ameaça de modo genérico e impreciso, reafirmar a imunidade – travestida de superioridade - do Brasil a eles, eis a complementariedade de posições entre a *Gazeta* e o *Patriota*.

Entre 1811 e 1813, a *Gazeta* reservaria maior espaço aos acontecimentos da América espanhola, mas em estrita observância aos seus tradicionais procedimentos de dizer coisas poucas, atrasadas e devidamente selecionadas, reservando à maioria dos acontecimentos nada mais que o silêncio. É curioso notar como a efervescência política hispano-americana contribui à denúncia dessa atitude. Comentando os regulamentos de liberdade de imprensa adotados pelos revolucionários de Caracas e Buenos Aires, o *Correio Brasiliense*[291] faria uma advertência muito adequada à compreensão da postura da *Gazeta* perante os acontecimentos da América: "não podemos deixar de chamar a atenção do Governo do Brasil para a legislação que se vai adotando nestas duas extremidades de seu país", afirmava o *Correio*; "a obra da revolução da América Espanhola vai progredindo, tanto ao norte como ao sul, debaixo dos mesmos princípios; e convém ao Governo do Brasil não fechar os olhos ao que ali se passa. [parág.] Supor o Governo do Brasil, que é possível fechar de tal modo as entradas, que os Brasilianos não saibam o que se passa entre seus vizinhos, é presumir um impossível: tanto mais quanto o exército que se opôs a Buenos Aires forma o ponto de contato, e canal de comunicação, que se desejava evitar".[292]

Mesmo assim, a *Gazeta* prosseguia do seu jeito. A partir de jornais portugueses de setembro de 1811, afirmava que em Lima "tudo estava tranqüilo", pois "a atividade, e sabedoria do Governo, e a lealdade dos habitantes mantinham em todo o seu vigor o amor da ordem, e o zelo por conservar os direitos d'El-Rei, e a integridade da

---

[290] *Patriota* n.1, 01/1813. Referências às "fronteiras naturais" do Brasil se encontram em uma *Ode. À partida de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, de Portugal para o Brazil, feita em Paris aos 5 (a) de Janeiro de* 1808, *e recitada em prezença dos Bons Portuguezes alli existentes Por B.****, nesse mesmo número; e em um *Discurso offerecido aos Bahianos no dia da abertura do seu novo Theatro, aos* 13 *de Maio de* 1812, no *Patriota* n. 1, janeiro/fevereiro de 1814.

[291] *CB* v.VII, n.48, 05/1812 e *CB* v.IX, n.50, 07/1812.

[292] *CB* v.VIII, n.48, 05/1812.

Monarquia"[293]. Um mês depois, da mesma fonte, uma pequena menção ao envio de tropas peninsulares "destinadas para as Províncias *Espanholas Ultramarinas*," sem qualquer menção aos eventuais motivos para utilização das mesmas.[294] Após esse número, o leitor da *Gazeta* teria que aguardar quase cinco meses para novamente ouvir falar na América espanhola, por conta do armistício de 26 de maio de 1812 que, segundo a *Gazeta de Buenos Aires*, teria sido firmado em "princípios pouco decorosos à Soberania, e Independência de S.A.R., e à energia, e valor das Suas Tropas". O problema é que a notícia tinha se "vulgarizado nesta Cidade [Rio de Janeiro]" por meio de "Impressos chegados recentemente de *Buenos-Aires*", dentre os quais "um Suplemento à Gazeta com o título de "*Extraordinária Ministerial de Buenos-Aires*", de modo que a *Gazeta do Rio de Janeiro* fora oficialmente incumbida de "desmentir semelhante anúncio [...] quando a esta medida se prestou unicamente o mesmo Senhor, por aderir às benéficas vistas, e desejos manifestados pelo Seu Grande Alliado S.M.B.", tendo em vista "o feliz resultado do empenho em que se acha aquele Monarca de conseguir pela Sua Mediação a desejada Conciliação, e tranqüilidade das Províncias do *Rio da Prata*, e poupando com a suspensão de hostilidades [...] aquela efusão de Sangue, a que repugnam os conhecidos Sentimentos de Humanidade de S.A.R.".[295]

Pouco depois, com um inusual intervalo de apenas um mês, a América espanhola voltaria às páginas da *Gazeta*, desta vez por conta da "notável calamidade" do terremoto de Caracas. Dentre vários documentos a respeito, publicaria extratos de uma carta particular na qual se lia que, tendo ocorrido justamente no aniversário da revolução, o tremor de terra teria destruído a maior parte do país, mas misteriosamente "aquela parte da província de *Coro*, que se conserva fiel ao seu Rei, não sofreu a menor injuria", sugerindo que o terremoto teria sido um castigo divino aos revolucionários (versão que aparentemente correu largas distâncias na época): "as dispensações de *DEUS* ao homem são superiores à humana capacidade; quem pode duvidar da existência de uma sábia Providência!"[296] Quase quatro meses depois, "para complemento da satisfação pública", notícias de Nova Espanha atestariam que "foram totalmente

---

[293] Completava com um extrato segundo o qual "na sessão das Cortes de ontem se leu uma representação do Ex. Senado da Cidade de *Lima*, em que brilham à porfia os sentimentos do patriotismo mais ardente, de fidelidade á causa comum, e de interesse pelos que defendem na *Europa* a independência Nacional contra o poder e astúcia de *Bonaparte*." (*GRJ* n. 1, 17/01/1812).

[294] *GRJ* n.18, 29/02/1812.

[295] *GRJ* n.57, 15/07/1812. Esse extrato foi publicado também pelo *CB* v.IX, n.54, 11/1812.

[296] As citações são de uma carta datada de Coro em 13/04/1812. Em seguida, publicaria várias descrições extraídas de periódicos europeus (*GRJ* n.70, 29/08/1812).

destruídas as relíquias da rebelião com seu Chefe *Morelos*, caindo no poder dos patriotas [os realistas] todas as suas riquezas que, segundo se julga, chegam a 6 milhões de peso metálico"[297].

Em algumas poucas ocasiões, a *Gazeta* dispensaria atenção aos sucessos da Venezuela. Em janeiro de 1813, publicou uma longa e detalhada narrativa da contra-ofensiva realista comandada por Monteverde;[298] poucos dias depois, tinha "a satisfação de anunciar que expirou a rebelião de *Venezuela*, e a guerra civil, que ela gerou. *D. Diogo Monteverde*, que pelo meio de Março saiu de *Coro*, convidado pelos oprimidos habitantes, bateu o General *Miranda*, e seus Sequazes, tomou *Porto Cabello*, e outros distritos, entrou em *Caracas*, entre aplausos e vivas dos habitantes, fiéis ao Seu Legítimo Soberano *Fernando VII*; fez prisioneiro o mesmo *Miranda*, e muitos dos seus chefes (a maior parte *Franceses*). *Paraguai* e *Barcelona* arvoraram a bandeira de *Fernando VII*, e prenderam os seus chefes revolucionários; exemplo que seguiram outros muitos lugares. *Miranda* foi condenado à morte, e outros quarenta chefes. O Marquês *del Toro* escapou de *La Guira* em uma embarcação, que ia para a *América*"[299].

Ademais, somente algumas poucas coisas referentes ao Prata e, naturalmente, à participação portuguesa nos conflitos da região: extratos da *Gazeta de Montevideo* e da *Gazeta de Buenos Aires* com informações de combates, números de baixas e prisioneiros, uma nota sobre a mediação britânica.[300] Em maio de 1813, "Por Ordem Superior", a *Gazeta* dedicou um número inteiro a documentos referentes às operações militares na campanha oriental, "em ordem a repelir os insultos cometidos pelos Insurgentes do território de *Montevidéu*, sobre as nossas fronteiras"[301].

Pouco mais de três meses depois, extraídas da *Gazeta de Montevideo* e da *Gazeta de Buenos Aires*, as únicas notícias de caráter panorâmico sobre a América: triunfo do presidente Toribio Montes sobre "os insurgentes" de Quito, aos quais tomou a capital, seguindo-se muitas deserções dentre estes; triunfo do realismo em Nova Granada, com a tomada de Santa Fé; partida de Buenos Aires de forças destinadas ao

[297] *GRJ* n.100, 12/12/1812. O convulsionado México só retornaria às suas páginas quase cinco anos depois.
[298] *GRJ* n.03, 09/01/1813.
[299] *GRJ* n.02, 29/01/1813. Em linhas muito gerais, os termos da capitulação de Miranda perante Monteverde foram noticiados na (*GRJ* n.04, 08/03/1813)
[300] *GRJ* n.04, 08/03/1813.
[301] Segue-se uma ordem do dia de Sebastião Pinto de Araújo (Santa Tereza, 12/09/1816) e dois extratos de ofícios do ajudante general da Divisão de Voluntários Reais (Santa Tereza, 13/09/1816 e 28/09/1816 (*GRJ* n.41, 22/05/1813).

Chile, "onde receava-se que não chegassem a tempo, porque as tropas de *Lima* os apertavam, e o Governo de *Buenos Aires* não lhes pode mandar socorro". Por fim, como a coroar um suposto ambiente francamente favorável à ordem legalista na América, o decreto das Cortes de Cádiz de 9 de novembro de 1812 dispondo sobre uma série de medidas benéficas aos índios americanos, como a abolição da mita e dos serviços pessoais e a distribuição de terras a índios casados ou maiores de 25 anos. No preâmbulo às medidas, as Cortes declaravam ser sua motivação – palavras transcritas pela *Gazeta do Rio de Janeiro* – "remover todos os obstáculos, que impeçam o uso e exercício da liberdade civil dos *Espanhóis* de Ultramar; e querendo outrossim promover todos os meios de fomentar a agricultura, a indústria, e a população daquelas vastas Províncias".[302]

Com o *Correio Brasiliense* o quadro é outro. Praticamente tudo o que ocorreu no campo da macropolítica hispano-americana durante os anos de 1811 e 1813 mereceu destaque em suas páginas, muitas inclusive de comentários a obras recém-publicadas que versavam sobre as revoluções da América[303] ou de transcrições das sessões das Cortes de Cádiz. No tocante a Nova Granada e principalmente Venezuela, era possível estabelecer pela leitura do *Correio* um acompanhamento cronológico bastante detalhado dos acontecimentos: a chegada de Miranda proveniente de Londres, a união de Maracaibo e Barcelona a Caracas, com Coro nas mãos dos realistas;[304] a campanha militar do marquês del Toro contra esta, a chegada triunfal de Miranda a Caracas;[305] sua elevação à condição de ministro da Guerra (com direito a rasgados elogios do editor à sua figura);[306] as negociações entre os governos revolucionário de Caracas e realista de Porto Rico;[307] a inauguração do Congresso Geral, a união de Caracas a Santa Fé e Popayan, a nova composição da Junta de Caracas, os preparativos para a elaboração da

[302] *Gazeta de Montevideo* de 25 de maio (*GRJ* n.70, 01/09/1813).
[303] Como uma resenha da obra de Alvaro Flores Estrada, *Examen imparcial de las disensioes de la America, con la España; de los medios de su reciproco interés, y de la utilidad de los aliados de la España* (*CB* v.VII, n.38, 07/1811 e n.39, 08/1811); uma polêmica envolvendo o jornal *El Español* (*CB* v.VIII, n.45, 02/1812, n.48, 05/1812 e *CB* v.IX, 08/1812); e uma notícia da publicação da obra de José Guerra, *Historia de la revolución de Nueva Espanha* (*CB* v.XI, n.66, 11/1813).
[304] *CB* v.VI, n.33, 02/1811.
[305] *CB* v.VI, n.34, 03/1811.
[306] *CB* v.VI, n.36, 05/1811.
[307] Com uma carta do *ayuntamiento* de San Carlos d'Austria (Venezuela) e a ata capitular felicitando a chegada de Miranda (07 e 08/01/1811); um oficio do representante espanhol Antonio Ignacio de Cortavarria, encarregado de pacificar a Venezuela, ao governo de Caracas (Porto Rico, 07/12/1810), resposta do mesmo (25/12/1810); notícia da publicação na Inglaterra, por J. M. Antepara, de uma coleção de documentos relativos à emancipação da América e negociações de Miranda; e um oficio do cabildo de Valencia ao Miranda, dando-lhe felicitações (25/12/1810), com a resposta do mesmo (08/01/1811) (*CB* v.VI, n.37, 06/1811).

Constituição.[308] Tudo isso levava o *Correio* a reiterar seus prognósticos de que "a América deve ser, e tem de ser em breve tempo, um país politicamente independente dos Estados Europeus",[309] e a se lamentar de um panorama que cada vez mais lhe parecia desolador: "nós não podemos ver, sem sumo desgosto, os progressos desta guerra civil, que, suposto seja em algum grau motivada pela ambição de alguns intrigantes, é principalmente devida à má política que tem seguido a Metrópole".[310] A seu juízo, contudo, restava o consolo das boas intenções com que procediam os revolucionários venezuelanos, cujas atitudes, acreditava, eram "tendentes unicamente a conservar a integridade da Monarquia Espanhola, e assegurar naquela província a autoridade e Soberania de Fernando VII".[311] Em seguida, afirmava, em função das demais notícias sobre a união entre Caracas, Santa Fé[312] e talvez parte do Peru, que "temos positivas razões de asseverar que os rumores aqui espalhados sobre disenções domésticas, naquela província [Caracas], são sem fundamento"; em reforço de sua análise, transcreveria a declaração de independência da Venezuela, transformada em uma Confederação,[313] e ao mesmo tempo que dava conta do seu juramento, do regulamento de liberdade de imprensa e do prestígio de que gozava Miranda, publicaria a voz realista do enviado peninsular Antonio Ignacio de Cortabarria;[314] em seguida, um longo manifesto do governo venezuelano justificando sua atitude independentista,[315] a Constituição integral da Venezuela[316] e a declaração de independência de Cartagena.[317]

---

[308] A notícia da inauguração do congresso geral da Venezuela foi extraída da *Gazeta de Caracas* de 05/03/1811 (*CB* v.VII, n.39, 08/1811).

[309] *CB* v.VI, n.37, 06/1811.

[310] Logo em seguida, críticas ao governo "despótico-militar" do Brasil, onde se praticam "injustiças sobre injustiças" (*CB* v.VI, n.34, 03/1811)

[311] *CB* v.VI, n.37, 06/1811.

[312] Em três números, publicaria uma extensa justificativa (25/09/1811) da Junta de Santa Fé e dos motivos que a levaram a recusar o Conselho de Regência e jurar fidelidade a Fernando VII (n.34, de 03/1811) No *CB* v.VII, n.39, 08/1811 há um ofício do bispo de Cuena, Peru, à junta de Santa Fé (29/09/1810); a resposta da mesma (21/11/1810) no *CB* v.VII, n.41, 10/1811.

[313] Com outros documentos a respeito (*CB* v.VII, n.41, 10/1811). Pouco depois, publicaria uma carta dos deputados suplentes da Venezuela nas Cortes ao governo de Caracas (24/11/1810) e a resposta do mesmo (31/01/1811): *CB* v.VII, n.38, 07/1811.

[314] Porto Rico, 20/07/1811. Também publicaria o juramento da Constituição da Venezuela; regulamentos sobre a liberdade de imprensa; um ofício da Junta de Santa Fé a Cristobal de Mendoza, presidente da junta de Caracas (20/07/1811); ofícios de Miranda ao governo da Venezuela (13 e 15/08) e o reconhecimento deste aos seus atos (18/08). *CB* v.VII, n.42, 11/1811.

[315] No mesmo número, publicaria um documento não identificado sobre expedição realista contra a Venezuela, em defesa da resistência de Guayana; e dispositivos do congresso da Venezuela de 01 de julho sobre os estrangeiros na Venezuela, publicados na *Gazeta de Caracas* em espanhol, inglês e francês (*CB* v.VIII, n.44, 01/1812 e n.45, 02/1812).

[316] *CB* v.VIII, n.47, 04/1812 e n.48, 05/1812.

[317] A notícia da independência foi dada no CB v.VIII, n.48, 05/1812, e sua declaração publicada no seguinte (n.49).

É curioso observar a diferença de tratamento conferido ao terremoto de Caracas nas páginas do *Correio* e nas da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Estampando uma detalhada relação da tragédia, extraída de um jornal de La Coruña na qual se fazia presente a idéia do "castigo divino", o *Correio* mencionou a observação de um caraquenho de Londres segundo a qual o castigo teria sido não pela revolução em si, mas pela demora da Venezuela em fazê-la.[318] Mesmo demonstrando uma nítida predisposição a simpatizar com o movimento – é sabido que Hipólito da Costa manteve contatos com Miranda e pelo menos numa ocasião lhe remeteu um exemplar do *Correio Brasiliense*[319] - seu editor não deixaria de apontar, também passo a passo, os seus reveses até a restauração realista.[320] Em julho e agosto de 1812, informava a suspensão da Constituição, a transformação de Miranda em ditador com plenos poderes, a medida emergencial de oferta de liberdade aos escravos que ingressassem no exército (com indenização a seus proprietários), a formação de um corpo militar de mil cativos e a promulgação de uma lei marcial.[321] A capitulação de Miranda frente a Monteverde justificou a transcrição de vários documentos[322], bem como, das Cortes de Cádiz, um decreto concedendo a Maracaibo honras e títulos em recompensa a sua resistência realista.[323]

O *Correio* também noticiou amplamente a continuação, em 1811, do movimento insurrecional na Nova Espanha, onde, não obstante o controle das autoridades sobre a maior parte do território e a desaparição de Hidalgo, "o fermento das comoções populares não está ainda extinto".[324] No mês seguinte, apontava para o crescimento do movimento e para perseguições aos espanhóis.[325] Daí em diante, ora com vitórias realistas, ora com avanços revolucionários, as comoções prosseguiam; em janeiro de 1812, o país inteiro sofria "todos os males da guerra civil", com as notícias dando conta de que a revolução crescia sob a influência de Caracas e Buenos Aires.[326] Ora, já vimos como o *Correio Brasiliense* sempre tomou os movimentos políticos hispano-americanos

---

[318] *CB* v.VIII, n.49, 06/1812. A primeira noticia do terremoto veio no *CB* v.VIII, n.48, 05/1812.
[319] Existem na correspondência privada de Miranda pelo menos três cartas a ele dirigidas por Hipólito da Costa entre outubro de 1809 e julho de 1810. Vamireh CHACON – *Abreu e Lima:* general de Bolívar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p.69.
[320] Resumo da reconquista da Venezuela, até 9 de julho, por Domingo de Monteverde (Cádiz, 03/10/1812); (*CB* v.IX, n.54, 11/1812).
[321] *CB* v.IX, n.50, 07/1812, e *CB* v.IX, 08/1812.
[322] *CB* v.IX, n.55, 12/1812; *CB* v.X, n.56, 01/1813 e n.57, 02/1813.
[323] O decreto é de (21/03/1813 (*CB* v.X, n.61, 06/1813).
[324] Seguem-se dois informes militares dirigidos ao vice-rei Venegas, de janeiro de 1811; (*CB* v.VI, n.35, 04/1811)
[325] *CB* v.VI, n.36, 05/1811.
[326] *CB* v.VIII, n.49, 06/1812.

em uma dimensão global, pensando uma realidade específica em função da outra, comparando-as e ao mesmo tempo olhando para todas. Nesse sentido, observando que a "insurreição" e o "fermento da revolução" eram gerais, o que ocorria em Nova Espanha oferecia um alarme: "um partido, menos formidável por seu número do que antes era, arrostou outra vez contra o Governo estabelecido; dizem que os seus princípios são decididamente Republicanos, e no caso de serem bem sucedidos, eles não ocultam os seus desígnios de separação".[327] Essa observação nos conduz ao cerne da preocupação com a quebra da unidade monárquica e do princípio da legitimidade dinástica, presentes no universo luso-americano desde a expansão napoleônica sobre a Península Ibérica, mas que agora começava a se revelar e a ser admitida publicamente por influxo do desenvolvimento político da América espanhola. Diferentemente da *Gazeta do Rio de Janeiro* – portanto da Corte –, que revela seu temor em seu silêncio, o *Correio* o faz pública e declaradamente, colocando-o em todas as suas expressões, inclusive em relação ao "mau governo" do Brasil.

Se, "no México, tem a guerra civil tomado uma face muito decidida", no Rio da Prata não havia "esperanças de que obste à guerra civil".[328] Ao noticiar a convocação do congresso para o Prata, acreditava o *Correio Brasiliense* que, "se as expressões desta informação são corretas, o primeiro passo que devemos esperar, depois da reunião de tal Congresso, é a declaração da sua separação do Governo Espanhol na Europa; porque é incompatível com a fidelidade e homenagem, que eles declararam prestar a Fernando VII, o deliberar sobre a *Forma de Governo*: esta está fixa, é a monárquica, e o monarca que eles reconheceram é Fernando VII; o pretenderem pois determinar uma forma de Governo é o mesmo que não reconhecer a existente, ou extinguir as suas relações com a Metrópole".[329] Com isso, estava presente a possibilidade não somente de trocas de lealdades políticas, mas sobretudo de mudanças nas modalidades destas. Muito freqüentemente, as desventuras da América espanhola eram pretexto para o *Correio* tratar do Brasil. Destacada sua preocupação com o caráter de subversão das formas de governo, posta na ordem do dia, suas críticas ao governo joanino mostram a preocupação última que por detrás delas se ocultava. Tomemos como exemplo uma das coisas que disse o *Correio* a propósito da morte de D. Rodrigo de Souza Coutinho,

---

[327] *CB* v.VIII, n.44, 01/1812.
[328] *CB* v.VI, n.33, 02/1811.
[329] *CB* v.VI, n.35, 04/1811). A convocação oficial para a reunião do congresso platino viria depois, com o *CB* publicando a circular (06/1811) da Junta às províncias do Prata chamando para a reunião do congresso a se realizar em fins de novembro de 1811 (*CB* v.VII, n.41, 10/1811).

principal agente de uma política externa que, em sua opinião, era "imprudente" e "impolítica": "se continuarem na mesma, dizemos que procuram trazer a sua casa, os males, que estavam em casa do seu vizinho. Falando claro: se não desistirem, e continuarem na guerra com as colônias Espanholas do Paraguai, hão de trazer ao Brasil os princípios revolucionários das Colônias Espanholas; e não hão de poder abafá-los, quando o quiserem fazer. Agora é o tempo de remediar o mal; e se o não fazem agora, não o poderão fazer ao depois. Este é o Português mais claro que podemos falar; e se melhor nos pudéramos explicar o faríamos; o tempo mostrará se dando, este conselho, somos ou não amigos da tranqüilidade e sossego do Governo do Brasil".[330]

O argumento é recorrente, e conhecia fundamentos na realidade de toda a América espanhola. Em setembro de 1812, tudo indicava que os "insurgentes" mexicanos continuavam muito fortes e com apoio dos Estados Unidos;[331] no mês seguinte, notícias da Nova Espanha falavam em oito mil insurgentes mortos, em triunfos realistas, na tomada de Acapulco por Morelos, no sítio da Cidade do México, nas lutas entre exércitos de oitenta mil (!) soldados, na restauração realista na Venezuela com oitocentos presos somente em Caracas, na prisão de Miranda, em "execuções sanguinárias", na descoberta e punição da conspiração [de Álzaga] no Prata, resultando em 25 enforcados. Em suma: mesmo com grande avanço realista de 1812, "a guerra civil continua[va] a desolar aqueles países, em todos os pontos".[332] Assim, lemos em um artigo sobre a "Necessidade de reforma no Governo do Brasil" que "as Américas Espanholas, seja qual for a sorte da Península, vão a estabelecer Governos livres. O Brasil está contíguo, e o exemplo comunica-se com idizível facilidade e, vista a fraqueza do Governo, que temos ponderado acima, ainda que fosse justo não seria político opor-se às reformas, que todo o povo deseja, e que as nações circunvizinhas começam a adotar".[333] A América espanhola desempenhava, dessa maneira, um papel de indutora e inspiradora política, fornecendo um arcabouço de experiências e prognósticos que serviam diretamente a quem se dispusesse a pensar a realidade luso-

---

[330] *CB* v.VIII, n.47, 04/1812. No mesmo número (n.47), documentos do México atestavam o bom sucesso das armas realistas.

[331] *CB* v.IX, n.52, 09/1812. As últimas notícias do México eram: Morelos tomara Tehuacan e feito quinhentos prisioneiros; Caracas teria proclamado fidelidade a Fernando VII em 24/09/1812; notícia não confirmadas dariam conta de que a Cidade do México caíra perante os insurgentes (*CB* v.X, n.57, 02/1813). Depois, o *Correio* publicaria boatos da prisão de Morelos pelo general Calleja (*CB* v.X, n.58, 03/1813) e documentos militares de movimentação das forças legalistas (*CB* v.XI, n.62, 07/1813).

[332] O *Correio* trouxe uma relação detalhada da conspiração de Álzaga, extraída de uma gazeta de Buenos Aires de 10/07/1812 (*CB* v.IX, n.53, 10/1812).

[333] *CB* v.VI, n.36, 05/1811.

americana, como era o caso do *Correio Brasiliense*. Mesmo porque todos pareciam bastante cientes de que havia motivos internos ao Brasil suficientes para justificar quaisquer receios em relação à sustentação da ordem vigente.

O *Correio* acompanhou também os acontecimentos de Cuba, que davam indício de que a ilha deveria seguir o mesmo caminho revolucionário que o México;[334] do Chile,[335] como a intimação de seu congresso para que todos os habitantes que não aderissem à revolução abandonassem o país[336]; e os avanços de Carrera contra os realistas do Peru;[337] e os do Alto Peru, como a batalha de Suipacha;[338] os sucessos de Desaguadero[339] e as vitórias de Belgrano;[340] a contra-ofensiva realista a partir do Peru, que enviava auxílios também a Montevidéu, e a repressão aos rebeldes de Quito,[341] o novo triunfo de Belgrano em Salta[342] e a revolução em Potosí.[343]

Evidentemente, o que ocorria no Prata fronteiriço ao Brasil mereceria destaque especial, constituindo suas notícias nos mais fortes pretextos para que o *Correio*, ao falar da América espanhola, citasse o Brasil. Assim, o conflito entre Buenos Aires e Montevidéu e o envolvimento do Brasil foram, conforme apontamos anteriormente, amplamente contemplados,[344] bem como as críticas ao governo espanhol e, por

---

[334] *CB* v.VIII, n.48, 05/1812.
[335] Onde se observariam "grandes distúrbios, acompanhados de sangue" (*CB* v.VIII, n.46, 03/1812).
[336] *CB* v.IX, n.50, 07/1812.
[337] Com a tomada Yercas, Buenos, San Cinlas e Concepción. Publicou dois oficios de Carrera ao governo do Chile (29/05 e 08/06/1813) informando a tomada de Talcahuano; (*CB* v.XI, n.65, 10/1813).
[338] Também boatos de que Potosí, Suipacha, Cochabamba e La Paz haviam aderido à revolução., com vários outros documentos *CB* v.VI, n.34, 03/1811 e *CB* v.VII, n.42, 11/1811.
[339] E boatos da formação de juntas revolucionárias em Lima e Guaiaquil (*CB* v.VII, n.43, 12/1811).
[340] Geralmente extraídos da *Gazeta de Buenos Aires*: *CB* v.IX, n.55, 12/1812, *CB* v.X, n.56, 01/1813 e n.58, 03/1813
[341] *CB* v.X, n.59, 04/1813.
[342] Com um extrato da *Gazeta de Buenos Aires* de 04/03/1813 trazendo a capitulação de 23/02/1813 (*CB* v.X, n.60, 05/1813).
[343] *CB* v.XI, n.62, 07/1813.
[344] O Correio trouxe uma carta de Rondeau e Artigas à Junta de Buenos Aires, afirmando estarem suas forças unidas (*CB* v.VII, n.43, 12/1811); noticiou a demora dos portugueses em evacuar Montevidéu (*CB* v.VIII, n.49, 06/1812); noticiou a criação de um governo provisório, o início da circulação do *Censor* e do *Mártir o Libre*, publicou o regulamento da Assembléia das Províncias do Prata, um ofício de Diogo de Souza à Junta de Buenos Aires e a resposta do mesmo, afirmando por fim que as comoções em Buenos Aires "se acham em seu auge", (*CB* v.IX, n.50, 07/1812). No mês seguinte, deu a chegada a Buenos Aires de Rademaker, e a rejeição nas Cortes de Cádiz da proposta de mediação britânica entre metrópole e colônias, com uma transcrição da respectiva sessão (*CB* v.IX, 08/1812). As notícias de que finalmente as tropas portuguesas evacuaram a campanha de Montevidéu veio no *CB* v.IX, n.52, 09/1812. Em seguida, publicou o decreto da Junta de Buenos Aires abolindo o tráfico de escravos de 15/05/1812, documentos sobre a retirada das tropas portuguesas e afirmou que em Montevidéu fora estabelecida proibição de toda e qualquer comunicação com Buenos Aires, com seus habitantes de Montevidéu senso transformados em soldados e ficando estabelecida pena de morte a todo individuo que em público falasse a favor do governo revolucionário (*CB* v.IX, n.54, 11/1812). Outros documentos publicados foram ofícios do governo de Buenos Aires ao capitão-general de Montevidéu Gaspar Vigodet e ao Cabildo de Montevidéu

comparação, ao joanino. O bloqueio do porto de Montevidéu causava grande penúria econômica e provocava o êxodo de muitos habitantes em direção a Buenos Aires. Alertando para essa situação, e referindo-se às solicitações de auxílio dirigidas por espanhóis do Prata às Cortes de Cádiz para que interviessem diretamente na "guerra civil, que infelizmente dessola as Américas Espanholas", o *Correio* lamenta que "o Governo Espanhol não ponha termos a esta guerra civil, em vez de a fomentar como está fazendo; mandando fazer ali a guerra com pequenas forças, que não sendo capazes de extinguir a revolução, só servem de assoprar o fogo da discórdia civil"[345].

"Contentamo-nos com dizer que é preciso mudar o sistema atual das coisas; e que o Governo do Rio de Janeiro conhecerá com facilidade que assim o deve aconselhar ao Soberano, se refletir um momento nos procedimentos, e medidas de reforma, que se vão adotando nas Cortes de Espanha; e nas comoções que lá lhe estão próximas na América Espanhola".[346] A propósito da abertura dos trabalhos do congresso do Prata, se perguntava o *Correio*, numa advertência à Corte portuguesa: "Que faz o Governo de Cádiz? Como servem a seu Amo os Ministros do Brasil?".[347] Em termos bastante práticos, o *Correio* reprovava a utilização, por parte da Corte, de um instrumento típico da política revolucionária, e que era sabido Buenos Aires empregava contra o governo do Brasil: "a gazeta Ministerial de Buenos Aires de 24 de Abril, traz uma proclamação em língua Portuguesa, que se achou na algibeira de um oficial Português, que fora mandado com o pretexto de Parlamentário a um posto Espanhol em Yapeyu; e que se dirigia a revoltar aquel povo contra o seu general Artigas. O Governo do Brasil, apelando para estes meios da sedução em uma tão entranha [sic] guerra, dá um exemplo ao Governo revolucionário, cujas conseqüências não medita a Corte do Brasil".[348]

Se voltarmos ao âmbito das informações reservadas, duas breves notas parecem suficientemente atestadoras da imagem de força destrutiva que o movimento político hispano-americano adquiria, e naquilo que ele seria também um movimento luso-americano. De Buenos Aires, o enviado da Corte portuguesa João Rademaker escrevia a

---

(28/08/1812), as respostas dos mesmos (04/09/1812) (*CB* v.X, n.57, 02/1813); um extrato de um papel de Lisboa com a informação da chegada a Buenos Aires de Rademaker, documentos polemizando com a *Gazeta de Buenos Aires* a respeito sobre a evacuação portuguesa (*CB* v.X, n.58, 03/1813). Noticiou também a primeira reunião da assembléia do Prata, a extinção do executivo (*CB* v.X, n.60, 05/1813); a continuação do sítio de Montevidéu (*CB* v.XI, n.64, 09/1813) e a confirmação da renúncia de Goyeneche do comando dos exércitos realistas no Peru (*CB* v.XI, n.65, 10/1813).

[345] *CB* v.XI, n.62, 07/1813.
[346] *CB* v.VII, n.38, 07/1811.
[347] *CB* v.X, n.60, 05/1813.
[348] *CB* v.IX, n.50, 07/1812.

lord Strangford acerca das dificuldades de sua viagem, da boa forma como fora recebido pela junta local, etc. Em seguida, "para dar [...] alguma idéia do modo de pensar dos habitantes deste país", passaria a descrever uma peça de teatro da qual fora espectador e que fora recebida "com extremos aplausos pela maior parte do auditório". Com personagens representando "a América lamentando seus filhos", "o espírito da independência americana", um "Vice Rei" cercado por um séquito repleto de vícios, culminava a apresentação com a bandeira espanhola "despedindo-se pela última vez do Rio da Prata, e em vésperas de cair como Lúcifer para jamais se levantar". Logo em seguida, emendava Rademaker: "falando seriamente, parece que assim acontecerá. Este povo está determinado a estabelecer uma república democrática, e parece que antes quer perder a sua vida, e bens, do que desistir desta empresa. É acertado que Sua Alteza Real seja desenganado, e que não suponha que aquilo que aqui se tem feito não é mais que uma efervescência passageira." Por fim, fazia um apelo a Strangford: "V. Exa. tem o privilégio de falar a Sua Alteza Real com franqueza e eu espero que V. Exa. lhe fará conhecer que os habitantes deste país nem devem ser ofendidos, nem tratados de bagatela".[349]

Em outubro de 1813, Francisco das Chagas Santos dirigia um ofício ao capitão general do Rio Grande dando conta de uma série de fatos: saques e assassinatos de portugueses em Mandissovi [?] e em Belém comandados pelo índio Manduré, mobilização de cinco mil soldados do Paraguai, chegada de pesados armamentos a Buenos Aires, ataques contra Montevidéu.[350]

A América espanhola era, assim, plena, pública e ameaçadoramente conhecida no Brasil. Suas fraturas políticas, guerras civis, perdas materiais e prejuízos à produção e ao comércio se articulavam para oferecer ao universo político luso-americano uma imagem que era também um alerta: não eram apenas os princípios de legitimidade dinástica que estavam seriamente ameaçados no continente americano; a situação dos domínios espanhóis claramente punha em xeque a própria possibilidade de sustentação da monarquia como regime político. O que notadamente não poderia deixar de dizer respeito ao Brasil, ainda mais porque tudo isso se passava em territórios a ele contíguos.

[349] Nota de João Rademaker a lord Strangford, Buenos Aires, 10/06/1812. *PLRP*, III, p.52-55.
[350] San Miguel, 08/10/1813 (*PLRP*, III, p.122-125).

A experiência hispano-americana (II)

O curso dos acontecimentos de uma América espanhola já devidamente associada em sua trajetória política ao Brasil adquiria, a partir de 1810, um norte aparentemente irreversível, rumo à sua independência. A abrangência territorial dos movimentos precipitadores das lutas contra as forças realistas, bem como a semelhança de suas mazelas configuravam, aos observadores externos, uma imagem de homogeneidade, a despeito de suas feições específicas de canto a canto, que era, sobretudo aos olhos legitimistas conservadores, uma imagem negativa. A América espanhola era agora o palco de grandes guerras civis, mortes, destruições, anárquica e inundada em sangue.

Mas ela já era mais do que isso. Era um laboratório onde começava a ser experimentada uma solução de supressão dos tradicionais princípios de atribuição e reiteração do poder político imperial. Ao colocar em xeque a monarquia hispânica, o cenário da América espanhola parecia contestar frontalmente os próprios *fundamentos* da ordem sobre a qual aquela monarquia se erguia. De outra parte, era em busca do reforço desses mesmos fundamentos que a Corte portuguesa formulava toda a sua política, desde sua transferência ao Brasil até a definição de suas relações exteriores com a América, passando pela aliança com a Grã-Bretanha e pelo controle interno dos habitantes e territórios sob sua jurisdição.

Há portanto um reforço do espaço de intersecção entre a América portuguesa e a América espanhola, que entre 1808 e 1809 resultara na definição da indissociabilidade de seus destinos políticos. Contudo, nos anos que vão de 1810 a 1813, esse reforço implica também um alargamento de sua abrangência, possibilitado pelo incremento - ainda tímido, é verdade, mas seguro - nas formas de difusão e discussão de informações. Por fim, e talvez seja essa a principal novidade no tocante a todo esse processo, há a configuração de uma diacronia no bojo de um movimento que, em linhas gerais, era sincrônico: a América espanhola seguia desde já um caminho de ruptura política com sua metrópole, de modo que se tornava plenamente possível à América portuguesa construir, a partir dos exemplos vizinhos, uma *experiência*.

CAPÍTULO 3

O Brasil e a restauração hispano-americana (1814-1819)

O irremediável declínio da ordem napoleônica fará surgir na Europa uma nova arquitetura política que se desdobrará intensamente no mundo ibero-americano. Com a abdicação de José Bonaparte e seu abandono do território espanhol em junho de 1813, a coroa voltou a Fernando, que em 11 de dezembro firmou com Napoleão, em Valençay, um tratado no qual se comprometia a manter a Espanha numa posição neutral perante a França. Contudo, o retorno do rei se dava em um ambiente de grandes divisões políticas no interior da nação espanhola, não apenas na América, mas também na Península: o acordo de Valençay foi rejeitado pela Regência, e as Cortes ordinárias iniciaram suas sessões para o ano de 1814 condicionando a reassunção do poder por Fernando à sua plena aceitação da Constituição, o que implicava necessariamente ratificar as limitações por ela impostas ao poder régio. As disputas políticas entre tendências absolutistas e liberais conduziram ao golpe de Estado de 4 de maio de 1814, pelo qual Fernando VII foi reinvestido do tradicional poder absoluto, declarando extintas e sem nenhum efeito a Constituição e as Cortes, qualificadas agora como elementos atentatórios contra a coroa espanhola;[351] como desdobramento imediato do golpe, a Espanha presenciou forte repressão política contra elementos liberais, cujas manifestações públicas foram proibidas, tendo sido presos regentes, ministros e deputados pouco predispostos a colaborar com a nova situação.[352]

Na mesma medida em que, na Península, se superava a circunstância precipitadora de toda a crise da monarquia espanhola desde 1808 e que possibilitara que reações políticas organizadas em torno de ideais restauradores adquirissem, por todo o Império, feições de movimentos de independência, ficava cada vez mais distante a possibilidade de que as coisas voltassem a ser como eram antes. No aprofundamento dessa contradição, as relações com os domínios americanos desempenharão papel crucial; afinal, a cruzada reacionária de que se revestia o retorno de Fernando VII ao poder se voltaria contra grupos que, no continente americano, acumulavam já uma

---

[351] O decreto de 04/05/1814 foi publicado pela *Gazeta do Rio de Janeiro* n.58, 20/07/1814.

[352] Josep FONTANA – *La crisis del Antiguo Régimen 1808-1833*. 4.ªed. Barcelona, Crítica, 1992, p.20-21; Miguel ARTOLA - *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*. Madrid, Alianza, 1990, p.46-49. Curiosamente, um dos militares envolvidos na repressão aos liberais peninsulares seria Francisco Javier Elío, ex-governador da Província Oriental e vice-rei impedido de governar no Prata pelos revolucionários de Buenos Aires.

experiência política de quatro anos, gestada de início como forma de guardar temporariamente a soberania do monarca impedido, mas que agora cristalizavam descontentamentos com uma situação de múltiplas maneiras percebida como de ruína de formas longevas de política, economia e sociedade; uma experiência da qual, portanto, brotavam atitudes francamente autonomistas. Com isso, as tentativas de reconquista da América nada mais fariam do que lograr triunfos efêmeros, endurecendo tensões entre realistas e revolucionários, que cada vez menos poderiam integrar uma mesma comunidade política.[353]

Ao Império português essa situação também implicaria redefinições nodais, em especial no que se referia às suas relações com a América espanhola. O ministério joanino foi reformulado com a morte do conde de Galveias, em janeiro de 1814, sendo Antonio Araújo de Azevedo (conde da Barca) o novo titular da Marinha e Colônias, e Fernando José de Portugal (marquês de Aguiar), o de Negócios Estrangeiros e Guerra. O reforço do absolutismo peninsular espanhol indicava uma tendência à consagração dos princípios legitimistas no continente americano pelos quais, conforme vimos, francamente se interessava a Corte do Rio de Janeiro; mas, por outro lado, essa tendência implicava uma contração de parte importante da política externa joanina, agora parcialmente condicionada por um fortalecimento da Espanha e pela demonstração prática de sua capacidade de intervenção militar no continente americano. Por outro lado, desde o armistício luso-francês que em 19 de abril pusera término à guerra peninsular, cresciam as pressões internas no Império português para que D. João e a Família Real retornassem à Europa; pressões essas que viam com muito maus olhos a dimensão expansionista da política externa joanina no continente americano. Desse modo, pelo menos entre os anos de 1814 e 1815, essa política se mostrará muito mais comedida em seu caráter expansionista do que nos anos anteriores, retomando essa condição com força a partir de 1816. Igualmente, no compasso do aprofundamento da crise política na vizinhança, imediatamente percebida no mundo luso-americano pelo endurecimento das lutas entre realistas e revolucionários hispânicos, o espaço de intersecção que até então vinha configurando a América espanhola como um cada vez mais abrangente laboratório de experiências históricas de lições, advertências e subsídios de projetos de futuro ao universo político português, se torna também cada

[353] Tulio HALPERIN DONGHI – *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750-1850)*. Madrid, Alianza, 1985, p.153.

vez mais agressivo, acarretando uma revisão de conteúdo nos próprios princípios de solidariedade dinástica encampados pela Corte do Rio de Janeiro.

Atualmente, a historiografia sobre o Brasil desse período parece suficientemente amadurecida para evitar uma transposição, para o espaço luso-americano, de uma configuração de lutas políticas de semelhante teor ao que, a partir de 1814, se observa com clareza para a América espanhola.[354] A polarização de posições em torno dos eixos *americano* e *europeu* – ou expressões semelhantes - não explica o desenvolvimento dos conflitos internos que, conforme vimos anteriormente, potencializam o impacto das contingências hispano-americanas no Brasil;[355] por outro lado, a importância da cristalização dessa fissura num universo político que penetra e influencia o luso-americano não pode ser desprezada, dotada que é de uma capacidade de nele imprimir marcas que, se não se reproduzem de imediato nem com idênticas feições, serão posteriormente reconfiguradas em observância às circunstâncias próprias do processo de superação do Antigo Regime na América portuguesa.

Os acontecimentos de 1814 a 1816 e seu conhecimento no Brasil

Se no bojo do constitucionalismo gaditano a rejeição da América revolucionária à autoridade metropolitana se fazia pela total recusa da Constituição de 1812, contraposta à sua aceitação – ao menos em termos formais – pelos setores realistas, com a restauração de Fernando VII essa recusa se reinveste de um caráter anti-absolutista, reforçado ademais pelo endurecimento da política monárquica, desejosa de varrer os resquícios do liberalismo peninsular e de reconquistar o ultramar insurgente. Desse movimento de fortes oscilações, atingindo o papel daquele que, durante séculos, fora o centro de poder político organizador da natural diversidade da nação espanhola, o resultado não poderia ser outro senão um agravamento de suas fissuras preexistentes, de

[354] A força dessa polarização no contexto de redefinição das lutas de independência hispano-americanas em função da restauração de Fernando VII torna sedutoras análises como a de John LYNCH, para quem ela se constituiria num dos fundamentos da configuração da crise da monarquia bourbônica já desde a segunda metade do século XVIII, constituindo-se num "nacionalismo incipiente" (*Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826*. 8ª.ed. Barcelona. Ariel 2001, cap. I. "Los orígenes de la nacionalidad hispanoamericana"); o equívoco de análises desse tipo tem sido mostrado por obras como a de T. HALPERIN DONGHI (*Reforma y disolución...*, cit.) e numa perspectiva mais aprofundada voltada para o Rio da Prata, José Carlos CHIARAMONTE – *Ciudades, provincias, Estados:* orígenes de la Nación Argentina (1800-1846). Buenos Aires, Ariel, 1997, 1ª.parte, caps.III e IV.

[355] István JANCSÓ & João Paulo PIMENTA. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). Carlos G. MOTA – *Viagem incompleta:* a experiência brasileira. Formação: histórias 1500-2000. São Paulo, Senac, 2000.

modo que a ruptura dos tradicionais vínculos entre os vassalos espanhóis é irremediavelmente definida.

Em termos bastante práticos, a crise metropolitana se traduzia, em 1814, na incapacidade de operacionalizar o instrumento escolhido como o mais prontamente eficaz para reconduzir a América ao seu estado político anterior a 1808: um grande contingente armado que deveria sufocar a revolução nos quatro vice-reinos. Aos olhos da posteridade, a eclosão intestina de contradições irremediáveis que se agravavam a cada passo que dava a metrópole em sentido contrário configura a tarefa de reconquista como claramente impossível; contudo, essa inviabilidade ainda era uma perspectiva pouco clara aos homens da época. Afinal, já em finais de 1813, os triunfos realistas na América eram inegáveis, o que explica por que, não obstante as dificuldades pecuniárias do Estado espanhol serem de domínio público no mundo atlântico, a expectativa em torno de uma guerra entre a Espanha e seus domínios era verossímil. E, conforme veremos adiante, fosse no plano da realidade concreta, fosse no das expectativas, esse era um problema que envolvia diretamente o Império português.

Na Nova Espanha, o congresso itinerante se instalou em Apatzingán, onde, em outubro de 1814, promulgou uma nova Constituição e criou um triunvirato que, na prática, limitava os poderes de Morelos e revelava cisões no movimento revolucionário. Perante os avanços realistas, no ano seguinte novamente o congresso se tornou itinerante e, durante o deslocamento de suas principais lideranças em direção à costa leste, Morelos foi capturado, em novembro, julgado e condenado pela justiça vice-reinal e pela Inquisição, finalmente fuzilado em 22 de dezembro de 1815. E assim tinha fim a grande insurgência que durante cinco anos aterrorizou a ordem realista mexicana.

Os seus rastros, contudo, seriam visíveis e persistentes. Um dado importante a se considerar é que, embora a repressão realista tenha contado com contingentes peninsulares, a grande maioria de suas fileiras foi composta por *criollos* e *mestizos*, elementos, portanto, radicados na própria Nova Espanha e de cujo embate se configurava uma luta entre espanhóis americanos; uma autêntica *guerra civil*, sob quaisquer pontos que se queira considerar as relações e clivagens existentes no interior da nação espanhola da qual todos até então faziam parte. Outro dado é que a escala dessa guerra, envolvendo grupos armados de grandes proporções, até mesmo quando comparados com os exércitos regulares europeus, promoveu, ao longo desse lustro, uma acentuada militarização da sociedade mexicana, demandando grande esforço pecuniário

para custeio de toda a mobilização. O preço a se pagar foi imposto a essa sociedade por meios tradicionalmente impopulares: doações e empréstimos - por vezes voluntários, mas via de regra compulsórios –, tributos e recrutamentos que, se conseguiram efetivamente propiciar uma pronta e eficiente mobilização militar, também fizeram agravar crises de abastecimento, declínio de rendas particulares e do Estado, inflação e aumento da dívida vice-reinal e, por tabela, uma contração da atividade agrícola e da produção em geral. Paralelamente, a Nova Espanha via surgirem lideranças militares que, em função da guerra, iam sendo alçadas à condição de potenciais lideranças políticas. Esse já era o panorama em que Calleja substituíra Venegas no cargo de vice-rei, em março de 1813, e no qual a revogação da Constituição de Cádiz encontrará pretexto para acertos de conta internos e para a eclosão de várias revoltas localizadas, as quais a autoridade vice-reinal, durante os anos de 1814 e 1815, se empenharia com afinco em controlar. Desse modo, por sobre um tenso equilíbrio político, mas sustentado em um quadro mercantil e financeiro progressivamente estável e contando com forças militares fortes e bem treinadas, Calleja e seu substituto Apodaca (a partir de setembro de 1816) governariam a Nova Espanha sob o espectro da recente convulsão popular.[356] Na Guatemala e América Central, a queda do constitucionalismo gaditano daria lugar igualmente a perseguições e controle de movimentos localizados, mas com especial repressão a elementos liberais e contração da liberdade de imprensa.[357]

No conglomerado venezuelano-neogranadino, o ano de 1814 assinala o triunfo de Boves sobre as forças comandadas por Bolívar e Mariño em La Puerta (15 de junho), que lhe abriu o caminho a Valencia e Caracas (16 de julho), de onde seguiu para Cumaná, pontuando seu caminho com prisões, massacres e assassinatos temperados com grande crueldade (Boves morreria numa batalha vitoriosa contra os revolucionários, em 5 de dezembro). Com a restauração realista de Caracas, a revolução passou a se concentrar a oeste, com Bolívar entrando em Santa Fé em 9 de dezembro.

O definitivo desequilíbrio da balança militar em favor da restauração viria, contudo, ao longo de 1815. Em fevereiro desse ano, partiu de Cádiz uma expedição formada por 10 mil soldados, 42 navios e cinco barcos de escolta, chefiada por Pablo Morillo, general veterano das campanhas peninsulares. Durante sua organização,

[356] Timothy E. ANNA. A independência do México e da América Central. In: Leslie BETHELL (org.) – *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Funag, 2001 (v.III, "Da independência até 1870"), p.90-105. HALPERIN DONGHI – *Reforma y disolución...*, cit., p.181-186.

[357] A *Gazeta de Guatemala*, por exemplo, foi fechada em 1816. ANNA, cit., p.103.

cogitava-se enviá-la ao Rio da Prata – Buenos Aires ou Montevidéu –, onde importantes setores mercantis gaditanos possuíam lucrativos negócios, ameaçados ou interrompidos pelo advento da revolução; logo, porém, seu destino foi redefinido em favor da Venezuela e Nova Granada, regiões geograficamente mais próximas do continente europeu – aonde, portanto, a expedição deveria chegar com mais segurança – e a partir das quais se poderia distribuir auxílio em todas as direções da América convulsionada, tanto para o norte quanto para o sul. Em abril de 1815, Morillo ocupou a ilha de Margarita, próxima à costa da Venezuela, desembarcando no continente poucos dias depois, em Santa Marta, Nova Granada. Chegou a Caracas em maio, e no mês seguinte investiu com força contra Cartagena (6 de dezembro). Entre maio e outubro de 1816, praticamente toda a Nova Granada foi reconduzida ao poder real. Radicalizando um exemplo que, em última instância, fora fornecido pela própria restauração absolutista peninsular e que já conhecia na América antecedentes muito recentes, Morillo também promoveu uma repressão extremamente cruel, sustentando seu aparato bélico realista às custas de novas fontes de renda. Diferentemente do que ocorrera na Nova Espanha, porém, estas se constituiram basicamente no confisco e venda de propriedades de líderes revolucionários, expediente menos genericamente impopular do que impostos e empréstimos compulsórios, mas que igualmente contribuía para aprofundar a cisão entre os espanhóis venezuelanos, neogranadinos e peninsulares.

Bolívar, que teve terras apropriadas pelo Estado e foi obrigado a abandonar o continente, rapidamente reorganizou a luta a partir da Jamaica, de onde, em 6 de setembro de 1815, publicaria sua famosa "Carta", simultaneamente um libelo contra a dominação peninsular, uma avaliação dos motivos do fracasso preliminar da revolução e uma reafirmação de sua crença em um sucesso vindouro. Com auxílios obtidos junto ao governo do Haiti, cujo presidente, Alexandre Pétion, demonstrava interesse na instauração, na América meridional, de uma ordem política que se mostrasse menos hostil à "República de Negros", Bolívar empreendeu uma fracassada tentativa de retomada da revolução na costa leste da Venezuela, em maio de 1816; retornou ao Haiti em agosto e novamente à Venezuela, por Barcelona, em 31 de dezembro, dessa vez em caráter definitivo. Tinha início aquela que ficaria conhecida por "III República".[358]

[358] David BUSHNELL. A independência da América do Sul espanhola. In: L. BETHELL (org.) – *História da América Latina*, cit., p.142-143; 164; John LYNCH – *Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826*. 8ª.ed. Barcelona, Ariel, 2001, p.202 e 204-206. É útil destacar que a Constituição espanhola

A chegada à América da expedição de Morillo aliviava a responsabilidade do Peru, até então o principal centro continental da resistência realista organizada. Desse modo, a partir de 1814 as atenções do governo do vice-rei Abascal puderam se voltar para os territórios do sudeste e sul, respectivamente Alto Peru e Chile. Entre os anos entre de 1810 e 1813, contudo, quando passara a atuar em prol da restauração até mesmo em áreas fora de sua jurisdição ordinária, Abascal também se vira na contingência de recorrer a expedientes impopulares de arrecadação de recursos imprescindíveis à organização de forças militares. O cenário encontrado – e parcialmente criado – pela restauração realista no Peru não diferia, portanto, em termos substantivos, do mexicano ou do venezuelano-neogranadino: crise financeira, desestrutura de produções locais, aumento de impostos e de contribuições forçadas, perseguições políticas e descontentamentos generalizados. Em decorrência desse cenário, conspirações e insurreições continuaram freqüentes. A mais séria de todas seria, sem dúvida, a de Cuzco, onde em 1814, eclodiu um movimento contrário à Audiência local que reverberava descontentamentos contra o governo central de Lima; desde certo momento, passou a contar com a participação destacada de Mateo Pumacahua, cacique que, a serviço de Abascal, lutara contra movimentos revolucionários alto-peruanos em 1811, estendendo sua área de influência a La Paz e Arequipa. Após sua violenta extinção, a posse do novo vice-rei, Joaquín de la Pezuela (1816), se fez num contexto em que a convulsão política oferecia sinais de declínio; no entanto, o controle político-social obtido por Abascal não contornou a persistente crise econômica, agravada pela interrupção do fornecimento peninsular de mercúrio, matéria essencial para a atividade mineira peruana, atividade essa que fora praticamente a única de importância a sobreviver com algum sucesso às devastações promovidas pela guerra.[359]

No entanto, o sucesso daquele que fora estabelecido como objetivo primordial da administração peruana era inegável. Por sua obra, a capitania do Chile também foi reconduzida à jurisdição metropolitana: em 3 maio de 1814, perante a ineficácia demonstrada pelos exércitos revolucionários, Bernando O'Higgins assinou um armistício com os realistas do Peru estabelecendo, em troca da aceitação da Constituição de Cádiz e da proclamação do reconhecimento da soberania de Fernando

---

de Cádiz de 1812 procurou alijar os descendentes livres de escravos africanos da concessão de cidadania espanhola (J. FONTANA – *La crisis del Antiguo Régimen*, cit., p.92-93).

[359] D. BUSHNELL – A independência..., cit., p.159-162.

VII, uma limitada autonomia administrativa e a abolição formal do regime de monopólio comercial nos portos chilenos. Esse armistício, contudo, não fez cessar o envio de forças do Peru, tampouco os atritos internos entre os revolucionários, e em 1° e 2 de outubro a esmagadora vitória realista obtida em Rancagua selou o fim da *Patria Vieja*. Uma peculiaridade da repressão política que se seguiu no Chile é que ali, mais do que na maioria dos vice-reinos e capitanias, a experiência revolucionária embasara um debate político travado em uma esfera pública de grandes proporções e de elaborações bastante profundas; desse modo, a repressão precipitou o asilo de figuras de destaque nesse debate, a maioria das quais buscou refúgio no Rio da Prata – como Carrera e O'Higgins - subsidiando projetos de integração da prática revolucionária que, em breve, se mostrariam bastante bem-sucedidos.[360]

O Rio da Prata era a única região de toda a América hispânica na qual a volta de Fernando VII não encontrava um panorama favorável à restauração realista. Pelo contrário, o que se observa, a partir de 1814, é um aprofundamento seguro da tendência à ruptura com a metrópole. Em janeiro, a substituição do poder executivo do Segundo Triunvirato pelo Diretório assinalava um crescimento na concentração e centralização do poder em torno de Buenos Aires. Sua primeira chefia esteve confiada a Gervasio Antonio de Posadas até janeiro de 1815, quando foi substituído por Alvear, deposto logo em abril,[361] quando a conspiração de Fontezuelas confiou-a a Rondeau que, achando-se em campanha militar no Alto Peru, teve em Ignacio Alvarez Thomas um substituto interino. Em novembro, a derrota de Sipe-Sipe marcaria o fracasso da política de conquista do Alto Peru, redirecionando as vistas da revolução para o Chile; por outro lado, daria início a um processo de organização "interna" do novo corpo político platino, ou seja, de formalização da união entre as províncias e regiões que até aquele momento se encontravam alinhadas com as diretrizes de Buenos Aires. O novo congresso geral e constituinte instalado em Tucumán deu início aos seus trabalhos em março de 1816, e em 3 de maio nomeou diretor Juan Martín de Pueyrredón, o mesmo que residira no Rio de Janeiro às vésperas do movimento de maio de 1810 e que

[360] BUSHNELL, cit., p. 155-157; LYNCH – *Op.cit.*, p.135-137. Para a cultura política no Chile da *Patria Vieja*, ver Céline DESRAMÉ. La comunidad de lectores y la formación del espacio público en el Chile revolucionario: de la cultura del manuscrito al reino de la prensa (1808-1833). In: F. GUERRA & Annick LAPÉRIÈRE (et al.) – *Los espacios públicos en Iberoamérica:* ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México, FCE, 1998, p.273-299.

[361] Alvear se exilou no Rio de Janeiro, a exemplo de vários outros elementos perseguidos pelo novo regime. Deles trataremos mais pormenorizadamente adiante. Ricardo PICCIRILLI – *Argentinos en Rio de Janeiro:* diplomacia, monarquia, independencia, 1815-1820. Buenos Aires, Pleamar, 1969, p.15-16.

articulara a favor de D. Carlota (não por acaso, dentro de pouco tempo seria acusado por adversários platinos de adotar uma política pró-portuguesa).

Sob a chefia de Pueyrredón, o Diretório impôs uma impopular política de cobrança de impostos e contribuições forçadas aos comerciantes portenhos, cujo fim último era angariar recursos destinados ao grande exército de libertação do Chile e Peru que San Martín organizava a partir de Cuyo. Paralelamente, outra dimensão do avanço revolucionário no Prata era a discussão, no âmbito do Congresso, acerca da forma de governo que deveria reger a nova união política; alguns elementos (como Manuel Belgrano, tradicionalmente simpático à forma monárquica de governo) chegaram a propor o estabelecimento de uma monarquia de ascendência inca, reconhecendo a força da restauração realista em toda a América e a necessidade de contemporizar com a ordem reacionária européia estabelecida no Congresso de Viena. Enquanto não se chegava a um acordo à respeito, as Províncias Unidas do Rio da Prata declararam, em 9 de julho de 1816, ainda em Tucumán, sua independência total da Espanha, de Fernando VII e de qualquer de seus sucessores.[362]

Perante esses acontecimentos, a postura da *Gazeta do Rio de Janeiro* continuou a mesma de sempre: poucas notícias, nenhuma de qualquer triunfo revolucionário, vitórias da restauração, silêncios estratégicos e manifestações embasadas por um grosso caldo de solidariedade monárquica e realista. Assim, seus leitores puderam saber da volta de Fernando VII ao poder, bem como ler, num documento oficial peninsular, que "a presença de S. M. tem feito já cessar as dissensões e os partidos, que dividiam os espíritos, e iam sepultar a Monarquia *Espanhola* da *Europa* em um abismo de desgraças, igual àquele, em que caiu a *América*. Não existiriam já aqueles males, que assolam esta última parte dos Domínios de S. M.; se aqueles habitantes houvessem sido testemunhas do entusiasmo, e da alegria inexplicável, com que seus irmãos da *Europa* agasalharam a S. M., e mormente, se pudessem conhecer suas intenções reais a favor de seus vassalos dessas Províncias, as perturbações que as abalam seriam logo sossegadas, e a felicidade ficaria segura".[363] Em fevereiro de 1815, há uma brevíssima menção ao fato de que "El Rei de *Espanha* tem proibido por um decreto o comércio dos *Neutros*

---

[362] Noemí GOLDMAN. Crisis imperial, Revolución y guerra (1806-1820). In: N. GOLDMAN (dir.) – *Nueva historia argentina tomo III:* revolución, república, confederación (1806-1852). Buenos Aires, Sudamericana, 1998, p.52-56; LYNCH – *Las revoluciones hispanoamericanas,* cit., p.66-70.

[363] O documento é datado de Madri, em 07/06/1814 (*GRJ* n.78, 28/09/1814. Outro, de teor praticamente idêntico, foi publicado pelo *CB* v.XIII, n.74, 07/1814. A notícia da volta de Fernando VII foi dada pela *GRJ* extra n.16/06/1814).

com as *Colônias Espanholas*";[364] muitos meses depois, somente em novembro de 1816 é que algo em relação às guerras da América espanhola teria lugar na *Gazeta*, com notícias provenientes de Callao dando conta da guerra entre realistas e as forças de Buenos Aires e da prisão do almirante Brown, que chefiara a esquadra sitiadora de Montevidéu.[365] Em março de 1817, a *Gazeta* afirmava não receber nenhuma nova de Nova Espanha, mas asseverava que tudo estava em paz em Havana e na América meridional.[366]

Ainda que a *Gazeta* não as desse, as notícias da América chegavam facilmente ao Rio de Janeiro,[367] e mesmo da Europa os representantes portugueses repassavam a seus superiores tudo o que lhes chegava a respeito. Da Espanha, José Luiz de Souza informava ao marquês de Aguiar que seguiam "com atividade os preparativos das expedições para o Rio da Prata, e para o México", respectivamente com seis e oito mil homens, e só não transmitia mais notícias porque julgava que "V.Ex.ª as [teria] mais certas aí".[368] Alguns meses depois, asseverava que, "apesar da opinião, em que se tem conservado o público de que a expedição comandada pelo General Morillo sairá para Montevidéu" seu verdadeiro destino seria "o de desembarcar entre Cartagena e Porto Bello, ou em algum destes dois portos, e daí atravessar por terra o Istmo de Panamá, e embarcar em Callao, donde procederá a unir-se com o General Pezuela"; e, ainda que parecessem confirmadas na Espanha as notícias "de se achar consolidado o Governo dos Insurgentes em Buenos Aires, e não haver a men[or] esperança de que agora se sujeitem pacificamente ao legítimo Governo de S. M. C.", Souza novamente se insentava de dar maiores informações a respeito, certo de que "V. Ex.ª [teria] estas notícias com muito maior certeza, e detalhe do que aqui as pode haver"[369].

Sobre o Peru e Alto Peru, Souza informava que a despeito das "últimas notícias que têm vindo da América [...] que se sujeitaram os rebeldes", o general Goyeneche, "que acaba de chegar de Lima com três meses de viagem, não faz a pintura mais

---

[364] Notícia proveniente de Londres, de outubro de 1814 (*GRJ* n.12, 11/02/1815).
[365] *GRJ* n.90, 09/11/1816.
[366] *GRJ* n.18, 01/03/1817.
[367] Por essa época, o intendente geral de polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Vianna, pôde, em novembro de 1815, ler em "uma folha inglesa de 7 de setembro [...] coisas tremendas do México, e que mostram estar aquilo acabado para a Espanha: havendo já um governo revolucionário regulado, e com todas as competentes administrações, e o que mais é, sustentados ocultamente pelos americanos seus vizinhos, e talvez bem bafejado pela Inglaterra" (Informe de Paulo Fernandes Vianna, Rio de Janeiro, posterior a 05/11/1815. *PLRP*, III, p.346-347).
[368] Ofício n.3 de José Luiz de Souza ao marquês de Aguiar, Madri, 17/08/1814. *AHI*, Legação em Madri.
[369] Ofício n.15 de Souza a Aguiar, Madri, 28/12/1814. *AHI*, Legação em Madri.

plausível do estado daquelas Provincias, e pinta o Exército de Pezuela na maior desordem, e perdendo gente todos os dias"[370]. Notícias de Lima "pintavam as atrocidades cometidas pelos Insurgentes em La Paz, onde assassinaram barbaramente muitos Europeus, marchando depois para Arequipa, onde a insurreição também tinha sido muito violenta. O General Pezuela destacou porém uma parte da sua força, e conseguiu restabelecer o sossego naquelas Províncias"; nessa mesma ocasião, Souza remetia a Aguiar um exemplar da *Gazeta de Madrid* com publicação de oficios do vice-rei do Peru.[371] Também daria notícias do "desembarque da expedição do General Morillo, e das primeiras vantagens, que obteve";[372] de boatos sobre o cerco de Cartagena e de uma tentativa insurrecional no México;[373] da derrota definitiva de Morellos, sua execução e excomunhão;[374] e de vantagens dos revolucionários do Chile contra os realistas do Peru.[375]

No tocante às guerras no Alto Peru, a Corte do Rio de Janeiro teve que lidar diretamente com incidentes por elas provocados. Entre 1814 e 1815, os governadores realistas de Chiquitos e Santa Cruz de la Sierra, D. Juan de Attolaguim e D. José Miguel de Bezerra, viram-se na necessidade de fugir dos insurgentes, cruzando a fronteira dos domínios portugueses e refugiando-se em Cuiabá, de onde passaram à Corte portuguesa, onde permaneceram até obterem confirmação do declínio das sublevações. Comunicando ao governo espanhol que, "na suposição de que a sua conduta em tudo será conforme a lealdade que mostraram nestas circunstâncias, houve S. A. R. por bem condescender com as Suas Súplicas para serem recomendados à benigna consideração de S. M. C.", o representante português na Espanha, José Luiz de Souza, reiterava que o proceder de D. João "nesta como em todas as ocasiões mostra os seus sinceros desejos de proteger os vassalos fiéis de seu Augusto Irmão contra os Rebeldes e de abater o poder destes"[376]. Muito diplomaticamente, o ministro Cevallos asseveraria que Fernando VII considerava "esta proteccion dispensada por el S.r Principe Regente,

---

[370] Oficio n.23 de Souza a Aguiar, Madri, 12/03/1815. *AHI*, Legação em Madri.
[371] Oficio n. 39 de Souza a Aguiar, Madri, 24/05/1815. *AHI*, Legação em Madri.
[372] Oficio n.45 de Souza a Aguiar, Madri, 25/06/1815. *AHI*, Legação em Madri.
[373] Oficio n. 72 de Souza a Aguiar, Madri, 26/01/1816. *AHI*, Legação em Madri. A tomada de Cartagena por Morillo seria dada no oficio n.80, Madri, 10/03/1816.
[374] Oficio n.76 de Souza a Aguiar, Madri, 11/02/1816. *AHI*, Legação em Madri. Sobre a execução de Morellos e outros companheiros, oficio n. 82, Madri, 24/03/1816. Sobre a excomunhão de Morellos, oficio n. 89, Cádiz, 22/05/1816, com as seguintes palavras: "também foi degredado das suas ordens eclesiásticas pelo Tribunal da Inquisição do México o célebre Cura Morellos, e a esta hora já deve ter padecido a pena correspondente aos seus crimes".
[375] Oficio n.80 de Souza a Aguiar, Madri, 10/03/1816. *AHI*, Legação em Madri.
[376] Oficio de Souza a D. Pedro Cevallos, Madri, 08/07/1815. *AHI*, Legação em Madri.

como uma nueva señal del deseo de S. A. R. de mantener la mas estrecha armonia y huna inteligencia con la España, y S. M. animado del mismo deseo queda en hacer el mayor aprecio de la recomendacion de Su Augusto hermano".[377]

É curioso que os avanços realistas na América – que, conforme vimos, longe estavam de significar o paradisíaco quadro sugerido pela *Gazeta do Rio de Janeiro* – tenham implicado uma retração do noticiário hispano-americano no *Correio Brasiliense*. "Temo-nos há muito tempo deixado de publicar as notícias sobre a guerra civil nas Colônias de Espanha; pela falta de documentos oficiais daqueles países, aonde as hostilidades são levadas ao ponto que nenhum dos partidos dá quartel ao outro, e as notícias confusas, que nos chegam, não mostram nenhum plano de operações, nem de uma parte nem da outra", se justificava seu editor em agosto de 1816.[378] Não que ele não tivesse, realmente, dificuldades em obter notícias confirmadas da América, ou que tenha deixado de publicar documentos, boatos e notícias a seu respeito, tampouco que o *Correio* tenha se desinteressado dos fatos. O que há é uma menor quantidade deles, em comparação com o que foi publicado entre 1810 e 1813, bem como uma evidente pouca ênfase naqueles acontecimentos, tratados com ojeriza advinda do fato de o *Correio* considerar o panorama geral da América espanhola absolutamente nefasto, grassado por guerras civis e banhos de sangue que, em seu entender e a despeito da ausência de detalhes em suas páginas, seriam conseqüência da continuação de uma imprudente política metropolitana da Espanha. Há, desse modo, uma cristalização da tendência anteriormente esboçada de o *Correio* enxergar na condição da América espanhola uma advertência para o Brasil.

A paz entre Napoleão e Fernando VII foi noticiada em três ocasiões;[379] em outra, o *Correio* publicou documentos sobre a dissolução das Cortes e da Regência, afirmando que "se Fernando VII estigmatiza as Cortes e o Governo criado por elas, de rebeldes, democráticos e usurpadores, nisso S. M. justifica os procedimentos de suas Colônias, que fundamentadas nos mesmos argumentos recusaram obedecer ao Governo de Espanha; e será político em S. M. Católica o fortificar, com o peso de sua autoridade, os argumentos das colônias, que se acham em revolução contra a Metrópole?".[380] O

[377] Ofício de Cevallos a Souza, Madri, 21/07/1815. *AHI*, Legação em Madri.
[378] *CB* v.XVII, n.99, 08/1816.
[379] Primeiro no *CB* v.XII, n.68, 01/1814; depois, confirmada no *CB* v.XII, n.69, 02/1814; por fim, no *CB* v.XII, n.70, 03/1814 foi publicado o tratado com outros documentos a respeito.
[380] *CB* v.XII, n.73, 06/1814. No mesmo número, anunciava para breve a publicação de uma obra de W. Waltar sobre os "horrores da guerra civil" na América espanhola.

problema é que a Espanha não teria meios de subjugar a América, com Cádiz quase que totalmente privada dos rendimentos advindos do comércio com a América, de modo que "a guerra civil continua no Rio da Prata, e em Caracas, sem intermissão".[381] Pouco depois, considerava que "a confusão, que se observa naquele país [Espanha], não admira a ninguém, depois das medidas que tem praticado Fernando VII, desde que tornou a entrar em Espanha", de modo que até mesmo parte do dinheiro arrecadado para equipar a expedição contra a América tinha sido desviado,[382] até acarretar sua suspensão.[383] Pouco depois noticiava, pela *Gazeta de Madrid* de 23 de maio, que uma expedição de 10 mil homens finalmente fora enviada não mais para Buenos Aires ou Montevidéu, conforme anteriormente cogitado, mas para a Venezuela, onde deveria encontrar outras duas forças de 2.500 homens despachadas para o Panamá; em Cádiz, começavam os preparativos para um grande envio de material e mais 20 mil homens à América, que deveriam estar prontos entre setembro de outubro.[384]

A expedição de Morillo não lograria jamais seus plenos objetivos, afirmava o *Correio Brasiliense*. Não fosse "o estado de fraqueza atual, e imbecilidade do Governo Espanhol", seria "incrível vantagem" a favor dos realistas o fato de que "a América Espanhola não tem um chefe capaz".[385] Mas, assim sendo, as "pequenas forças" enviadas à América "só servem de conservar o fogo da guerra civil [...]; assim a desolação, e ruína geral, são os únicos resultados desta disputa na América, de cujo êxito já ninguém duvida".[386]

Em seguida, o *Correio* noticiou um desembarque realista em Vera Cruz e avanços na Nova Espanha; o envio de um destacamento da expedição de Morillo para Portobello, de onde seguiriam para Callao em reforço dos contingentes do Peru; e a tomada de Santa Marta e providências dadas para a conquista de Cartagena. Mesmo assim, em suas palavras, "as notícias particulares concordam todas em que a causa dos insurgentes é vitoriosa em toda a parte", reforçadas por rumores de que Morillo já fracassara em Cartagena e Fernando VII solicitara auxílios militares à Corte do Rio de

---

[381] *CB* v.XIII, n.75, 08/1814.
[382] *CB* v.XIV, n.80, 01/1815.
[383] *CB* v.XIV, n.82, 03/1815.
[384] *CB* v.XIV, n.85, 06/1815.
[385] Na mesma edição foi publicada uma carta de Morillo ao secretário de Estado dando conta de sua campanha (*CB* v.XV, n.86, 07/1815). Pouco depois, a debilidade das finanças metropolitanas seria testemunhada pelo enviado português a Madri, José Luiz de Souza (ofício n.87 a Aguiar, Cádiz, 06/05/1816. *AHI*, Legação em Cádiz).
[386] *CB* v.XV, n.88, 09/1815.

Janeiro.[387] No mês seguinte, confirmava que Morillo não cercara Cartagena, que se oferecia a se tornar colônia britânica, noticiava a promulgação da Constiuição mexicana e afirmava que, no meio de poucas notícias, o que se sabia era que o governo espanhol estava "fomentando a guerra civil, com todos os seus horrores".[388] Quando a tomada de Cartagena se tornou de domínio público, o *Correio* noticiou-a destacando os "horrores [...] que marcam em toda a parte o caráter daquela guerra civil" e salientando que nada disso queria dizer que a América seria, efetivamente, subjugada.[389] A partir daí, o *Correio* trataria com brevidade ações favoráveis aos realistas na Venezuela,[390] alguns documentos relativos a Nova Granada,[391] publicaria a capitulação de Bolívar[392] e noticiaria a morte de Miranda em uma prisão espanhola.[393]

Noutra ocasião, uma nova satisfação acerca do seu relativo silêncio acerca das coisas da América espanhola ofereceria ocasião para uma avaliação global do estado político do continente, dos mais aterradores: "temo-nos abstido, quanto tem sido possível, de relatar os fatos da guerra civil na América Espanhola; porém as atrocidades inúteis, que se continuam a praticar, esgotam a paciência do homem mais moderado"; a quebra da capitulação por parte dos realistas de Caracas "extinguiu toda a confiança, os Americanos Espanhóis não acreditam promessa alguma, e matam, sem exceção nem piedade, todos os Espanhóis e seus aderentes, que apanham às mãos. Assim as autoridades retorquem com igual furor"; na Nova Espanha, o vice-rei Calleja teria mandado matar 5 mil índios numa só ocasião, "a maior parte dos quais estava de joelhos, pedindo misericórdia", com o total de mortos chegando a 1 milhão; em Puerto Cabello, 50 prisioneiros teriam sido trancados em um armazém de pólvora e queimados vivos.[394]

O Peru e o Chile se fariam presentes em algumas poucas notícias relativas a tentativas de recuperação das alagadas minas de prata no Peru; ao tratado de paz entre

---

[387] *CB* v.XV, n.91, 12/1815.
[388] *CB* v.XVI, n.92, 01/1816.
[389] *CB* v.XVI, n.93, 02/1816. Dois meses depois viria uma confirmação da conquista de Cartagena, na qual Morillo teria tratado mal até mesmo os estrangeiros e provocado o descontentamento dos Estados Unidos (*CB* v.XVI, n.95, 04/1816).
[390] *CB* v.XIII, n.76, 09/1814.
[391] Uma proclamação do Congresso dada em Tunja, Nova Granada, em 01/09/1814 (*CB* v.XIV, n.80, 01/1815); uma carta (09/06/1814) do mesmo congresso ao governador realista de Quito (*CB* v.XIV, n.81, 02/1815); e uma proclamação (03/08/1814) de revolucionários de Cartagena (*CB* v.XV, n.90, 11/1815).
[392] *CB* v.XIV, n.83, 04/1815.
[393] *CB* v.XVII, n.100, 09/1816.
[394] *CB* v.XIV, n.81, 02/1815.

revolucionários do Chile e realistas do Peru;[395] ao triunfo de Rencagua, a tomada de La Paz e aos preparativos para a restauração de Cuzco.[396]

Cada vez mais próximo politicamente do Brasil, o Rio da Prata - até pela maior facilidade de obtenção de notícias de Buenos Aires e Montevidéu que, além de se dirigirem para a Europa, chegavam com muita facilidade ao Brasil, de onde o *Correio* também se supria de informações - esteve mais presente nos noticiários do *Correio Brasiliense*. Assim, em suas páginas foram dados a conhecer o decreto de 9 de dezembro de 1813 estabelecendo um imposto especial sobre o comércio de Buenos Aires, assim como (em 10 de dezembro) uma contribuição para a guerra;[397] vários documentos sobre o sítio de Montevidéu (entre maio e junho de 1814), sendo que a queda de Montevidéu "é da mais alta e imediata importância para o Brasil; assim esperamos que, a este tempo, já aquele Governo terá tomado as convenientes medidas, que tão considerável sucesso imperiosamente exige";[398] a transcrição de uma longa memória – possivelmente de 1806 - acerca das invasões britânicas ao Prata, analisando seus possíveis desdobramentos, na época, para o Brasil;[399] um manifesto do Congresso de Tucumán (20 de janeiro de 1815);[400] notícias "humilhantes" para a metrópole segundo as quais Buenos Aires mandara uma esquadra ao Pacífico combater as forças realistas, assim como corsários à península ibérica;[401] a reinauguração do congresso de Tucumán (24 de maio de 1816), negociações deste com Artigas e a substituição do diretor Pueyrredón, com ascensão de Balcarce.[402]

Poucas notícias, mas idéias muito claras. Perante os acontecimentos hispano-americanos de 1814 a 1817, o *Correio Brasiliense* não tem dúvidas do entrecruzamento de trajetórias entre a América espanhola e a América portuguesa; daquela, esta tinha a temer o contágio revolucionário, a expansão e o exemplo da guerra civil, da desordem e da contestação e ruptura do princípio monárquico. Mais uma vez, as posturas do *Correio* e da *Gazeta* parecem mais semelhantes do que à primeira vista poderiam

---

[395] *CB* v.XIII, n.76, 09/1814.
[396] *CB* v.XIV, n.85, 06/1815.
[397] *CB* v.XII, n.71, 04/1814.
[398] *CB* v.XIII, n.76, 09/1814.
[399] *CB* v.XIV, n.81, 02/1815.
[400] *CB* v.XIV, n.84, 05/1815. A este tempo, José Luiz de Souza asseverava à Corte do Rio de Janeiro "se achar consolidado o Governo dos Insurgentes em Buenos Aires, e não haver a menor esperança de que agora se sujeitem pacificamente ao legítimo Governo de S.M.C." (Ofício n.15 a Aguiar, Madri, 28/12/1814. *AHI*, Legação em Madri).
[401] *CB* v.XVI, n.97, 06/1816, e também o v.XVII, n.98, 07/1816.
[402] *CB* v.XVII, n.99, 08/1816.

parecer, empenhados ambos, de distintas maneiras, em evitar que o Brasil se tornasse uma América espanhola. O que vale destacar é que agora, com o agravamento das lutas, decorrente do endurecimento da política metropolitana espanhola em relação à América, também o *Correio* se mostrava consciente da utilidade e necessidade de silenciar sobre alguns de seus acontecimentos:

> "Por oito anos se têm entretido os povos daquelas províncias [do Prata] com falar de teorias sobre os princípios abstratos de Governo; disputando com a espada as suas diferentes opiniões; se enfraquecido com esforços inúteis, e repetidas mudanças de governo; e só se lembram destes arranjamentos essenciais, quando um inimigo poderoso lhe bate à porta com a intenção de acomodar os distúrbios. Qual será o resultado deixamos já apontado em outro lugar. Há outras notícias, que muito de propósito deixamos de publicar, e dizem respeito ao que está obrando o General Bolívar em Caracas. Os nossos Leitores facilmente conhecerão que os nossos motivos, para não falar nessas matérias, são a contemplação do estado presente do Brasil. Desejávamos que o Governo ali tomasse medidas sérias para acabar a escravatura...".[403]

Com isso, até mesmo em seu deliberado silêncio o *Correio Brasiliense* traduz um pensamento que só crescia em importância no universo político luso-americano, qual fosse, o de que a "uma nação vizinha, qual é o Brasil, [...] nunca pode ser indiferente a guerra civil entre seus vizinhos, com quem não pode deixar de ter as maiores relações, tanto na Europa como na América".[404]

---

[403] *CB* v.XVII, n.99, 09/1816. Ao rebater as acusações de que seria favorável aos movimentos da América espanhola dirigidas pelo *Investigador português*, o *Correio Brasiliense* reprimiu violentamente esse periódico por ter publicado a carta constitucional dos "Negros de S. Domingos": "o Correio Brasiliense desejou e deseja a felicidade de Caracas e mais países da América; sem que deseje promover os horrores das guerras civis; as quais se teriam seguramente evitado, e o país estaria feliz; se ânimos apoucados e ignorantes não tivessem sacrificado o bem geral a considerações pessoais. Mas o Correio Brasiliense ainda não fez ao Brasil o presente de uma Constituição para uma República de Negros. Isto ficou reservado exclusivamente ao Científico Investigador" (*CB* v.XVII, n.101, 10/1816).
[404] *CB* v.XVII, n.101, 10/1816.

Por que o Brasil não ficou, nem poderia ficar indiferente a essa guerra civil é o que temos até aqui analisado. No entanto, no tocante às contingências da política especificamente européia, o ano de 1814 também é um marco essencial, pois o retorno ao trono de Fernando VII é o triunfo peninsular de uma situação imperial que na América já se mostrava favorável à restauração; igualmente, é um sintoma especificamente espanhol de uma conjuntura atlântica francamente reacionária e legitimista. Na Europa, as diferentes circunstâncias regionais e particulares que embasam o declínio do poder napoleônico a partir de 1814 se organizam pela busca comum de uma reconfiguração da política continental livre das marcas a ela impressas pelo furacão revolucionário francês. A forma privilegiada de legitimação dessa busca será a reunião de congressos internacionais como o de Paris (maio), ao cabo do qual a restaurada França foi reinserida no centro das "cordiais" relações internacionais européias. A partir de então, a recondução da ordem política européia a um desejado *status quo* anterior ao da República francesa de 1792 seria agressivamente perseguida pela diplomacia estabelecida no Congresso de Viena. Reunidas todas as potências européias com exceção da Turquia, na capital do Império austríaco entre 18 de setembro de 1814 e 9 de junho de 1815, a tarefa a que se propuseram deveria observar três princípios básicos: o de *legitimidade*, sinônimo de regimes monárquicos absolutistas aristocráticos e imperativamente regulados pelas tradicionais regras de sucessão dinásticas; o de *equilíbrio*, que implicava uniformidade de feições políticas e de relações externas entre os países; e o de *solidariedade*, estabelecendo a mobilização em bloco em defesa da legitimidade, quando e onde ela se visse ameaçada.[405]

O Congresso de Viena esteve configurado em razão direta das hierarquias políticas então existentes, das quais os principais postos estavam conferidos à Grã-Bretanha, à França, à Rússia e, em menor medida, à Áustria e à Prússia, do que resultaram reconhecimentos desiguais dos interesses de cada participante. Com isso, à Espanha e à Portugal foram reservados papéis secundários em relação àquelas grandes forças, com o que os seus representantes tiveram que lutar tenazmente para verem atendidos os anseios mínimos de seus governos. Na atuação desses homens, como

[405] Hilde SPIEL (ed.) – *The Congress of Viena:* An Eyewitness Account. Philadelphia, Chilton Book Company, 1968, "Introduction", p.X; também Jean-Baptiste DUROSELLE – *A Europa de 1815 aos nossos dias (vida política e relações internacionais)*. 4ª.ed. São Paulo, Pioneira, 1992, p.3-7.

desdobramento natural da situação crítica atravessada por ambos os impérios, novamente suas trajetórias viram-se convergidas para os mesmos pontos, dos quais sem dúvida o mais importante era o continente americano.

O resultado mais duradouro do Congresso de Viena seria o triunfo de um imperialismo político e econômico marcado pela doutrina do livre-comércio, que implicava o enfraquecimento e a extinção do tráfico de escravos. Em 1814, a conjugação entre poderio militar e uma forte economia já plenamente industrializada alçara a Grã-Bretanha à posição de potência hegemônica mundial;[406] por isso, no Congresso de Viena, desde os pequenos entendimentos até as grandes decisões, tudo gravitou, de alguma forma, em torno dos interesses e da atuação do corpo diplomático chefiado por Castlereagh. Da constante reiteração dessa posição privilegiada resultaria uma prática coercitiva sobre as outras potências que, no caso dos enfraquecidos países ibéricos, recairia sobretudo sobre o comércio negreiro atlântico. Ademais, cabe lembrar que ambos ainda eram senhores, no plano jurídico, de enormes domínios ultramarinos que representavam potencialmente, para os interesses britânicos, mercados consumidores e campos de investimentos em rápida expansão.

Foi portanto sob o espectro e a égide britânicas que os governos português e espanhol construíram, durante a restauração, um novo leque de relações recíprocas, pautadas por tensões e encontros de seus projetos políticos que não podiam deixar de atribuir à América papel central. A representação portuguesa enviada a Viena era chefiada pelo mesmo Pedro de Sousa Holstein (agora conde de Palmela) que representara a Corte na Espanha, integrada também por Antonio de Saldanha da Gama (posteriormente conde de Porto Santo) e por Joaquim Lobo da Silveira (logo conde de Oriola). A ela foi incumbida a árdua tarefa de amortecer as pressões britânicas para abolição do tráfico de escravos, compromisso estabelecido preliminarmente em um dos tratados luso-britânicos de 19 de fevereiro de 1810. Em se tratando, contudo, de "um assunto, em que atacam igualmente os dois Governos [de Portugal e Espanha]"[407], o governo do Rio de Janeiro se manteve atento às negociações anglo-espanholas a esse mesmo respeito, do que é testemunho a documentação anteriormente produzida pela legação portuguesa em Cádiz e Madri. Nela, a tônica era a de que o governo espanhol,

---

[406] Eric J. HOBSBAWM – *A era das revoluções 1789-1848*. 4.ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.117-126; Giovanni ARRIGHI – *O "longo século XX":* dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Edunesp, p.47.

[407] Ofício n.10 de José Luiz de Souza a Aguiar, Madri, 28/10/1814. *AHI*, Legação em Madri.

por meio de seu enviado a Viena, D. Pedro Labrador, evitava conceder "coisa alguma a respeito do Comércio da Escravatura", alegando "se ter declarado a opinião pública tão oposta à abolição daquele Comércio, que não poderá o Governo prestar-se àquela condição".[408] Ao que tudo indica, essa conduta espanhola ofereceu bases de ação para os representantes portugueses em Viena, pois que se mantiveram decididamente fiéis às instruções de evitar a todo custo qualquer envolvimento em acordos que prevessem a extinção ampla e imediata do comércio negreiro no Império bragantino.

Nesse caso, os interesses e a ação dos governos português e espanhol convergiam. Afinal, na América, a escravidão ainda representava parcela significativa - quando não dominante - da mão-de-obra empregada; além disso, a Espanha firmara em 1814 um acordo de aliança com a Grã-Bretanha, de modo que agora também ela se alinhava à política da potência hegemônica mundial. Nos espaços de livre atuação previstos por esse alinhamento, os estadistas portugueses e espanhóis se mostrariam reticentes em tratar uma questão que, numa conjuntura de tranformações mundiais promotora de perturbações em todas as esferas da vida social, poderia significar, a depender das medidas estipuladas, um perigoso estímulo a alterações por eles indesejadas na ordem vigente. Cientes da necessidade comum de obstarem a campanha britânica contra o tráfico de escravos, construíram uma certa solidariedade de propósitos que a curtoprazo se mostrou razoavelmente bem-sucedida: nos acordos mais gerais do Congresso, nada ficou decidido sobre a extinção do tráfico, somente que a questão seria resolvida posteriormente, por meio de acordos circunscritos; em contrapartida, por ingerência da Grã-Bretanha, os assuntos relativos à América espanhola foram excluídos da alçada de intervenção da Santa Aliança, numa clara demonstração de que as vistas britânicas continuavam atentamente voltadas para o Novo Mundo (o que logo se mostraria uma posição benéfica também aos interesses portugueses). Os representantes portugueses assinaram acordos em 21 e 22 de janeiro de 1815, pelos quais comprometiam seu governo com a abolição do tráfico somente ao norte do Equador, concedendo apenas pequenas restrições à sua continuação ao sul e postergando para uma data-limite (talvez de oito anos) a sua abolição total, merecendo os maiores elogios daqueles que, igualmente envolvidos com a política do Império, mostravam-se

[408] Ofício n.4 de Souza a Aguiar, Madri, 31/08/1814. *AHI*, Legação em Madri.

conscientes dos riscos que uma abolição imediata daquele comércio traria para a integridade da monarquia lusa.[409]

Em novembro de 1815, Palmela escrevia a D. Fernando José de Portugal que, embora sendo conveniente a Portugal "que se conserve a íntima união com Inglaterra, que assegura a sua existência", esta "íntima união virá a ser sujeição absoluta, se Portugal não cuidar em formar outros enlaces que sirvam para neutralizar a influência da Grã-Bretanha", desempenhando pois a Espanha o papel de "única potência que pode unir-se a Portugal".[410] Não tardaria em obter ressonância do governo espanhol a insistência portuguesa, que se arrastaria por meses, de que, como o tráfico de escravos "é um assunto em que Portugal está igualmente interessado [...] seria útil que os nossos Governos obrassem de acordo para obtermos maiores vantagens dos Ingleses".[411]

Seria justamente nessa estudada aproximação entre os dois governos que outros interesses, desta vez divergentes, aflorariam. Concomitantemente ao problema do tráfico, no qual as pressões britânicas uniam Portugal e Espanha, ressurgiriam as velhas questões relativas a fronteiras entre os domínios ibéricos, peninsulares e americanos: a da posse de Caiena, estratégica fronteira norte do Brasil, e a de Olivença, território peninsular conquistado pela Espanha em 1801.

No primeiro caso, a ocupação do território francês situado no norte do Brasil para além do rio Oiapoque, decidida pela Corte portuguesa pouco depois de sua instalação no Rio de Janeiro e consumada em janeiro de 1809, mereceu a reprovação das grandes potências européias. No Congresso de Paris, obtivera a França compromissos preliminares daquele governo de que veria a região restituída aos seus

---

[409] Valentim ALEXANDRE – *Os sentidos do império:* questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto, Afrontamento, 1993, parte 3, cap.III; do mesmo autor: O império luso-brasileiro face ao abolicionismo inglês (1807-1820). In: *Velho Brasil, novas Áfricas*. Porto, Afrontamento, 2000, p.65-81; também Maria Cândida PROENÇA – *A independência do Brasil*. Lisboa, Colibri/Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p.45 e 66 e segs; e D. A. G. WADDEL. A política internacional e a independência da América latina. In: Leslie BETHELL (org.) - *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Funag, 2001 (v.III, "Da independência até 1870"), p.240-241. José Honório RODRIGUES & Ricardo SEITENFUS fazem menção a um tratado luso-britânico assinado em Viena em 8 de junho, relativo ao mesmo assunto, sobre o qual não encontrei outras referências (*Uma história diplomática do Brasil 1531-1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p.150-151). A respeito da atuação de Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira no Congresso, ressaltando as negociações sobre a abolição do tráfico, escreveria o *Correio Brasiliense* que "o modo, porque os Plenipotenciários [portugueses] se portaram, merece [...] muito louvor; e a energia com que obraram é manifesta" (*CB* v.XV, n.87, 08/1815).

[410] Ofício de Palmela a Aguiar, 27/11/1815. Citado por Oliveira LIMA – *D. João VI no Brasil*. 3.ªed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, p.330-331.

[411] Ofício n.95 de Souza a Aguiar, Madri, 18/08/1816. *AHI*, Legação em Madri.

domínios; no Congresso de Viena as negociações prosseguiram, mas a assinatura de um acordo definitivo foi postergada, concretizando somente em 28 de agosto de 1817 e definindo a devolução, o que se observou em novembro daquele ano.[412]

No segundo caso, as negociações relativas a Olivença também envolveriam questões territoriais americanas. Em vista da "conhecida obstinação do Plenipotenciário Espanhol" D. Pedro Labrador em não admitir negociar Olivença, e "por conseqüência quanto uma tal negociação se tornará para nós dificultosa", os plenipotenciários portugueses recomendavam ao seu colega junto ao governo de Madri que "seria pois [...] mais que nunca para desejar que V.Ex.ª pudesse obter essa restituição pura, e simplesmente da Corte de Madri", prevenindo-o de que "jamais conviria que oferecesse, nem que prometesse para isso a retrocessão à Espanha das 7 Missões, nem de nenhum território ao Sul do Brasil, por ser essa cessão diametralmente oposta às vistas de S. A. R.", separando essa negociação, por fim, de "qualquer intervenção, ou mediação dos Ministros Britânicos".[413] A previsão de que a expansão portuguesa em direção ao Prata seria levantada pelo governo espanhol era correta e colocava a necessidade de consideração dos problemas das fronteiras americanas entre os impérios como extensão de suas recentes relações peninsulares, desdobradas da diplomacia européia. A assinatura de um tratado de limites que, nas palavras de Palmela, afastasse "quanto mais todos os pontos de colisão de interesses, e por conseqüência o único motivo de discórdias futuras entre as duas monarquias"[414], passou, desse modo, a ser advogada pelo governo português, ao qual não seria indiferente a disponibilidade do argumento das "fronteiras naturais". Dessas diretrizes estivera munido Palmela quando de sua gestão junto aos governos de Cádiz e Madri, carregando-as consigo para Viena; assim, tentando articular as duas frentes de negociação portuguesa com a Espanha – Madri e Viena -, propunha que José Luís de Souza oferecesse à Espanha "territórios ao Norte do Rio das Amazonas, e por conseqüência a livre navegação desse Rio até ao mar, em troca de territórios equivalentes, que ela nos cederia nas margens do Rio da Prata", com o que se poderia talvez "facilitar a negociação de Olivença". Igualmente, mostravam-se os plenipotenciários portugueses cientes de que o sucesso dessas negociações poderia depender de condições diferenciadas de negociação de cada parte, ou seja, da utilização

[412] RODRIGUES & SEITENFUS – *Uma história diplomática do Brasil*..., cit., p.109; LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., cap. XIV.
[413] Carta de Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira a José Luiz de Souza, Vienna, 30/10/1814 (1° anexo do ofício n.16 de Souza a Aguiar, Madri, 28/12/1814). *AHI*, Legação em Madri.
[414] LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.332-333.

de instrumentos de pressão (inclusive militar) sobre o governo espanhol. Passariam então a manipular e canalizar, em benefício de seus interesses, as dificuldades que nesse momento afligiam "aquela parte [o Prata] das colônias espanholas":

> "Já V.Ex.ª talvez saberá que um corpo de Tropas nossas se achava pelas últimas notícias do Brasil a marchar novamente contra os rebeldes de Buenos Aires. Pode V.Ex.ª servir-se desta notícia com a dexteridade, e prudência convenientes, ou para aumentar nesse Governo os motivos de gratidão, que não deve, ou para lhe inspirar algum receio", afinal "o estado atual daquela parte das Colônias Espanholas deve induzir a serem mais correntes sobre uma tal negociação".[415]

A estratégia tinha coerência, pois as dificuldades espanholas eram gerais e profundas. A restauração absolutista na Espanha intentaria, nas palavras de Josep Fontana, "probar reformas administrativas que aliviaran los males sin tocar la estructura del edificio social",[416] evitando qualquer esforço reformista mais sério. A partir de maio de 1814, as contradições decorrentes da imposição desse "freio" sobre um Estado em busca de soluções diversas, por vezes contraditórias, equivalentes à profundidade de suas dificuldades, eclodiriam por toda a parte: na península, a progressiva perda dos mercados coloniais promovia um "efeito cascata" que atingia primeiramente os setores mercantis, logo todos os tipos de produtores de gêneros agrícolas e artesanais exportáveis – tecidos, vinho, aguardente, azeite, farinhas, etc. No plano político, o estabelecimento, pelo regime constitucional, do princípio de igualdade jurídica entre todas as partes constitutivas do Império, bem como a promoção do advento de uma série de instâncias legislativas, executivas e judiciárias mediadoras do poder dos governantes, forneceria pretexto para o novo governo reafirmar, por todo o Império, em todas as instâncias administrativas e com extrema brutalidade, os poderes "tradicionais".[417] Conforme vimos, na América a recepção do status de igualdade político-jurídica com a Europa se conjugaria com o esgarçamento dos próprios vínculos comerciais com a Península. Com a abertura mercantil observada desde o último quartel do século XVIII

---

[415] A primeira referência encontra-se na carta de Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira a Souza, Viena, 30/10/1814 (1° anexo do ofício n.16 de Souza a Aguiar, Madri, 28/12/1814). *AHI*, Legação em Madri, cit.; a segunda, na carta dos mesmos plenipotenciários a Souza (anexo ao ofício n.35 de Souza a Aguiar, 05/1815). *AHI*, Legação em Madri.

[416] J. FONTANA – *La crisis del Antiguo régimen...*, cit., p.27.

[417] J. FONTANA – *La crisis del Antiguo régimen...*, cit., p.29; M. ARTOLA – *La burguesía revolucionaria...*, cit., p.48; HALPERIN DONGHI – *Reforma y disolución...*, cit., p.151.

e intensificada na primeira década do século XIX, as rotas de mercadorias estabelecidas que interligavam os portos americanos com a Espanha iam sendo transferidas para a esfera de dominação britânica.

Essa *decomposição* dos fluxos econômicos externos ainda não atingia, contudo, um nível de *recomposição*, indissociada que estava de uma dramática diminuição generalizada de capitais e mão-de-obra disponíveis para o setor produtivo ultramarino, especialmente na agricultura e mineração, conseqüência indireta, mas que se mostraria duradoura nas guerras que tinham a América como palco.[418]

A Corte do Rio de Janeiro não deixaria de seguir, a seu modo, as advertências oferecidas por esse contexto. Cumpria pois negociar. Diante da iminente expedição militar que se preparava na Espanha contra um destino ainda incerto, o representante português em Madri, José Luiz de Souza, informava ao ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra que, no caso de a armada se dirigir – conforme "o público anunciava" – a Montevidéu, julgava o governo espanhol "preferível fazer arribar a expedição ao Rio de Janeiro em primeiro lugar, e que portanto S. M. Católica esperava da amizade, e íntima aliança que existe com S. A. Real, que a sua Tropa achasse ali todos os socorros, e auxílios, que pudesse precisar para proceder contra os Insurgentes por mar, ou mesmo por terra, se as circunstâncias assim o exigissem." Porém, para Souza – reproduzindo os termos do discurso que dirigira ao governo espanhol -, os "bem conhecidos" sentimentos de S. A. Real, promotor de "grandes, e generosos serviços [...] à causa da Espanha", não poderiam dar lugar a "duvidar-se um momento do vivo interesse, que toma, em que S. M. Católica firme de novo a sua autoridade em todas as suas possessões na América"; contudo, "lembrara" ao governo espanhol que "se S. M. Católica consentisse em restituir Olivença, e o seu Território imediatamente, no que S. A. Real tinha um tão justo, e fundado empenho, podia S. M. Católica estar certo de que esta prova da sua contemplação e amizade não seria baldada, ainda que era devida aos magnânimos esforços, com que tinha o seu exército contribuído para a restauração de Espanha"[419].

A convergência de interesses entre as duas Cortes conheceria reveses e fortalecimentos, caminhando fluidamente em meio a um complicado contexto político. Em março de 1816, o ministro de Negócios Estrangeiros e Guerra, marquês de Aguiar,

[418] HALPERIN DONGHI – *Op.cit.*, p.188 e segs.; FONTANA – *Op.cit.*, p.272 e segs.
[419] Ofício n.8 de Souza a Aguiar, Madri, 28/09/1814. *AHI*, Legação em Madri.

censurava o conde de Palmela por seus rápidos avanços em direção à formalização de uma aliança entre Portugal e Espanha, recomendando-lhe cautela por vários motivos. Dentre estes, o risco que ela traria de envolver o Brasil numa indesejada guerra com as colônias espanholas da América com as quais, conforme vimos, o governo joanino priorizava um delicado equilíbrio neutral.[420] Em outra direção, dois casamentos dinásticos promovidos por D. Carlota Joaquina e efetuados no mesmo ano de 1816 aproximavam as duas casas reinantes, num típico arranjo diplomático nos moldes do Antigo Regime: a união do rei espanhol Fernando VII com a princesa portuguesa Maria Isabel Francisca e a de seu primo Carlos com Maria Francisca de Assis (quase ao mesmo tempo, a Corte portuguesa se acercava também da Áustria com o enlace entre o filho de D. João, Pedro, e a princesa Leopoldina de Habsburgo). Ainda que as uniões conjugais não garantissem uma harmonia política, durante as negociações entabuladas na Europa em fevereiro de 1816 a Espanha acenou com sua disposição em restituir Olivença em troca da cooperação portuguesa na empresa de reconquista da América. Mas o representante Souza se mostrava sempre ciente de que não devia selar o acordo com quaisquer disposições claramente definidas nesse sentido.[421]

Noutra ocasião, participando ao ministro espanhol Cevallos "algumas observações sobre as vantagens de que gozava S. A. Real o Príncipe Regente Nosso Senhor [em relação à Espanha] pela tranqüilidade que sempre tinha reinado em todos os seus domínios, e pela fidelidade inalterável que lhe tinham mostrado os seus vassalos sem embargo do exemplo dos seus vizinhos na América, cuja rebelião S. A. Real estimaria infinito ver comprimida inteiramente", José Luiz de Souza reafirmou o interesse português em "fixar quanto antes de um modo permanente as Relações de amizade entre os dois Reinos [...] tanto em Europa a respeito de Olivença, como na América acerca dos limites das nossas Possessões".[422] Encampando um discurso de comparação entre as duas Américas que ganhava terreno desde sua primitiva aparição entre os anos de 1808 e 1809, procurava Souza conduzir as negociações de modo a colocar Portugal numa posição vantajosa nos acordos, legitimando-a pela própria experiência histórica recente dos dois impérios. Na mesma linha e pela mesma época, o

---

[420] Despacho de Aguiar a Palmela, 04/03/1816, citado por V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.334-335.
[421] Ofício n.77 de Souza a Aguiar, Madri, 15/02/1816. *AHI*, Legação em Madri. Também ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit, p.335-336; e Maria de Lourdes V. LYRA – *O império em construção:* Primeiro Reinado e Regências. São Paulo, Atual, 2002, p.12.
[422] Ofício n.65 de Souza a Aguiar, Madri, 26/11/1815. *AHI*, Legação em Madri.

Correio Brasiliense concebia que "a Espanha achava-se em muito pior situação do que Portugal, quando a Inglaterra lhe ofereceu os seus serviços; mas ainda assim não os aceitou sem fazer tratados, e entrar em estipulações. A Espanha estava sem Governo; Portugal tinha o seu Governo; simplesmente havia a diferença de se haver mudado a Corte para o Brasil. A Espanha chegou a estar na completa ocupação militar dos Franceses, exceto Cádiz, e outros pontos, que não desfazem a proposição geral. Portugal, desde que se revoltou, nunca os Franceses o ocuparam senão parcialmente. A Espanha tinha as suas colônias revoltadas, Portugal possuía pacificamente todas as suas".[423]

Ora, a estratégia de negociação de que se valia a Corte do Rio de Janeiro se baseava, para muito além de uma crença em "justos e fundados empenhos", numa leitura de conjuntura que, ao mesmo tempo que impunha uma aproximação diplomática com a Espanha, apontava para a debilidade da restauração da monarquia na Espanha e da própria unidade do Império espanhol. Numa primeira indicação do quão generalizadas eram essas percepções, o discurso britânico deve ser tomado com alguma cautela, pois que portador, antes que tudo, de elementos norteadores de uma postura cautelosa e receosa de quaisquer arranjos que acarretassem a formação de blocos políticos que envolvessem o continente americano. Mesmo assim, os esforços do embaixador britânico em Madri em dissuadir o representante português a entrar em acordos com a Espanha são bastante evidentes. O argumento utilizado: "a impossibilidade de sujeitar os Insurgentes de Buenos Aires; porque se tinham apoderado de Montevidéu, e da pequena esquadra de lanchas, que ali se achava, e que suscitariam[?] uma guerra com eles, que poderia não nos ser muito vantajosa, influindo nos espíritos dos habitantes do Brasil, onde os princípios liberais dos Insurgentes se espalhariam".[424]

A percepção de uma crise que envolvia não somente o Império espanhol, mas também – em estrita relação com este – o Império português revela-se, generalizada. Ao procurar obter elementos do presente que informassem sua prática de negociação e conflito com a Espanha e que lhe permitisse daí extrair benefícios para sua política nacional, o governo português voltava seus olhos para a América espanhola não

[423] *CB* v.XII, n.68, 01/1814.
[424] Ofício n.8 de Souza a Aguiar, Madri, 28/09/1814, cit. *AHI*, Legação em Madri. A leitura é persistente: "as dificuldades de Erário têm ali chegado a um cúmulo, que parece tocarem o seu fim" (*CB* v.XVII, n.103, 12/1816); "não obstante a concessão do Papa, para se apropriarem ao uso do Estado parte das rendas eclesiásticas, o crédito público não melhora" (*CB* v.XXI, n.124, 09/1818).

somente para efeitos de afirmação de posições diferenciadas nas mesas de negociação, mas principalmente porque os sucessos que se desenrolavam nos territórios vizinhos ao Brasil ofereciam subsídios de reflexão e projeção acerca de sua própria condição. Assim, com uma boa dose de verossimilhança, Souza reiterava que a Corte do Rio de Janeiro veria a "pacificação das Colônias de S. A. R. [de Espanha] com o maior gosto até por interesse próprio".[425]

A idéia de ameaça à segurança interna, gestada desde os acontecimentos de 1808 e com uma importante dimensão hispano-americana, se faria desde 1814 cada vez mais presente no universo político português. A exemplo do que vem sendo mostrado até aqui em termos gerais, ela forneceria, em primeiro lugar, elementos de negociação diplomática; em segundo, e mais importante, paradigmas de atuação nacional. Dando fôlego a esse movimento, a questão platina mostrará a fragilidade dos argumentos assentados sobre a cordialidade dinástica e a solidariedade política entre os dois impérios ibéricos, decorrente da simultânea e circunstancial inserção de ambos no turbilhão revolucionário da primeira década do século XIX. Liquidado o mimigo comum, reconstruída politicamente a Europa em termos de um novo equilíbrio de forças e esboçada uma prática comum que fizesse frente às pressões britânicas, a decadência dos impérios ibéricos e o colapso – concretizado num caso, aventado no outro – das relações entre as partes deles até então constitutivas inviabilizará um rearranjo de poderes que, assentado exclusivamente em solidariedades calcadas nos tradicionais valores dinásticos, ignorasse a concretização de novas e alternativas formas políticas que agora tinham seu epicentro na América.

Desse modo, a Corte do Rio de Janeiro continuaria a negociar com Buenos Aires, engrossando os tradicionais motivos de desconfiança por parte do governo espanhol suscitados desde o envio dos primeiros agentes portugueses ao Prata em 1808; afinal, aos olhos da monarquia bourbônica restaurada, "todas las disenciones, o uniones, actos, convenios, y declaraciones de todas aquellas gentes [as colônias]" eram "nulas, y de ningun valor, ni significado, ni pueden producir la menor alteracion en los derechos de la alta Soberania de S. M. C."[426] A situação tenderia a se agravar à medida que o governo de Buenos Aires formalizava progressivamente seu desligamento da antiga metrópole. Numa de suas tentativas de obter a inclusão de Olivença em um tratado de

[425] Ofício n.66 de Souza a Aguiar, Madri, 10/12/1815. *AHI*, Legação em Madri.
[426] Carta de Pizarro a José Luiz de Souza, Palácio, 11/07/1817. *AHI*, Legação em Madri.

amizade com a Espanha, o representante português em Madri ouviu do ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Pedro Cevallos, que "o Governo Espanhol tinha justíssimos motivos de queixa contra o Governo Português pela sua conduta com os Insurgentes de Buenos Aires, cujo Governo S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor tinha reconhecido contra todos os Tratados que ligam as duas Nações, dando por esse modo uma consistência a um Governo Revolucionário o qual de outra forma não a teria adquirido".[427] Em 1814, representantes do Congresso de Tucumán despachados ao exterior em busca do reconhecimento internacional do governo revolucionário foram recebidos não apenas na Europa e nos Estados Unidos, mas também no Brasil, sendo aliás muito bem tratados pelas autoridades portuguesas. Em janeiro daquele ano, aportaram ao Rio de Janeiro Manuel Belgrano e Bernardino Rivadavia, designados pelo então diretor Posadas como representantes do governo de Buenos Aires junto ao governo britânico.[428] Em escala de sua viagem à Europa, permaneceram no Rio de Janeiro entabulando negociações, sem que conseguissem, no entanto, grandes avanços em termos de obtenção de alianças ou acordos informais: tratados com fria cordialidade e desconfiança, a Belgrano e Rivadavia sequer foi concedida uma audiência com D. João ou D. Carlota, de quem Belgrano fora partidário, ouvindo do marquês de Aguiar reiterações da posição neutral da Corte perante as questões envolvendo a Espanha e a América, bem como desejos do governo português de manter relações cordiais com todos.[429] Mesmo assim, tendo em vista os antecedentes de boa vizinhança entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, a simples presença de Belgrano e Rivadavia no Brasil obrigaria novamente o governo espanhol a manifestar seu descontentamento. José Luiz de Souza pediu a Cevallos que não desse crédito a qualquer "informação maliciosa a respeito dos emissários de Buenos Aires, Belgrano e Rivadavia", pois que, assegurava, seriam eles olhados pelo Príncipe regente "com indiferença",[430] da mesma forma, o "General Artigas" que, segundo Souza, junto com o coronel Otorgués teria sido recebido em territórios do Brasil somente porque "protestando sentimentos de fidelidade para com o

---

[427] Ofício n.21 de Souza a Aguiar, Madri, 27/02/1815. *AHI*, Legação em Madri.
[428] Belgrano e Rivadavia foram despachados a Londres em dezembro de 1814. Desembarcaram no Rio de Janeiro em 12/01/1815, sendo registrados pela Intendência Geral de Polícia no mesmo dia, respectivamente como "deputado das Províncias do Rio da Prata" e como "com comissão a S.A.R.". Deixaram a Corte em 16 de março. *Registro de estrangeiros 1808-1822*, cit., p.46 e p.261; R. PICCIRILLI – *Argentinos en Río de Janeiro*, cit., p.41-42.
[429] Carlos S. A. SEGRETI – *Bernardino Rivadavia. Hombre de Buenos Aires, ciudadano argentino*. Buenos Aires, Planeta, 2000 (edição de Patricia Pasquali), p.137-145.
[430] Ofício n.40 de Souza a Aguiar, Madri, 27/05/1815. *AHI*, Legação em Madri.

seu Soberano o Snr. D. Fernando 7°, procurou asilo nos domínios Portugueses, o qual lhe foi concedido a fim de proteger aquela porção de Vassalos, que se dizem fiéis contra a crueldade dos revoltosos, cujas forças se achavam por este modo diminuídas". Assim, essa conduta, ao contrário de demonstrar colaboração com governos ilegítimos, reafirmaria a "lealdade de S. A. R. em toda a marcha deste negócio".[431]

Ao mesmo tempo que Belgrano e Rivadavia tentavam negociar com o marquês de Aguiar, era recebido pelo ministro dos Negócios da Marinha, Antônio de Araújo e Azevedo (conde da Barca), outro enviado de Buenos Aires, D. Manuel José García, encarregado por Alvear de obter junto àquela Corte apoio ou proteção portuguesa e britânica contra uma eventual expedição espanhola ao Rio da Prata.[432] Considerado pelo governo espanhol como "Diputado en el Janeiro por el Gobierno de los rebeldes de Buenos Ayres", teria obtido de Araújo a resposta que o governo de Buenos Aires não teria nada a recear da Espanha se se mantivesse unido e forte. "Semejante conducta por parte del Ministro del Brasil", prossegue o ministro espanhol Pizarro, "desdice mucho de la intimidad de las relaciones que subsisten entre los dos Gabinetes que por tantos motivos deben estar unidos singularmente contra los revoltosos que son enemigos comunes".[433] Em dezembro do mesmo ano, a chegada ao Rio de Janeiro de Angel Monasterio e de Domingo Allende, "este, oficial de marina al servicio de las lanchas cañoneras en Cadiz, de donde deserto y se pasó a Buenos Ayres; y aquel, Artista de sobresaliente merito, que fabricó los morteros y bombas, con que los insurgentes del Rio de la Plata bombearon a Montevideo" motivou protestos formais por parte da Corte madrilenha, especialmente porque a Corte portuguesa não atendeu "su justa demanda" de prisão e envio de ambos à Espanha.[434]

[431] Carta de Souza a D. Pedro Cevallos, Madri 25/05/1815 (cópia remetida com o ofício n.40 de Souza a Aguiar, Madri, 27/05/1815, cit.). *AHI*, Legação em Madri.

[432] A missão de Garcia era secreta cabendo-lhe aproximar-se dos ministros portugueseses e da representação britânica, além de todos os estrangeiros que estivessem na Corte dos quais pudesse obter informações e apoio contra a expedição espanhola, oferecendo-lhe todos os obstáculos possíveis. Foi registrado pela Intendência Geral de Polícia em 25/02/1815 como comerciante proveniente de Marselha. *Registro de estrangeiros 1808-1822*. cit., p.134. PICCIRILLI – *Argentinos en Río de Janeiro*, p.42 e segs.; SEGRETI – *Bernardino Rivadavia*, cit., p.142. Tudo indica que García não teve contato com Belgrano e Rivadavia.

[433] Carta de D. Pedro Cevallos a José Luiz de Souza, Madri, 22/09/1815. Em resposta, reafirmava Souza "os sinceros desejos, e esforços de S. A. R. para estorvar o progresso dos rebeldes" (Carta de Souza a Cevallos, Madri, 23/09/1815). *AHI*, Legação em Madri.

[434] Carta de Cevallos a Souza, Madri, 03/12/1815. *AHI*, Legação em Madri. O ingresso de Angel Monasterio no Rio de Janeiro foi registrado em 22/07/1815 como "negociante" proveniente de Buenos Aires; Domingo Allende em 16/07/1815 como vivendo "de lavoura" proveniente de Montevidéu. *Registro de estrangeiros 1808-1822*, cit., p.215 e 24, respectivamente.

A situação não mudaria de feição na gestão diretorial de Pueyrredón, e em 8 de janeiro de 1817 o congresso das províncias do Prata reunido em Tucumán nomeou uma comissão de representantes integrada por José Darragueira, Ignacio Castro e Pedro Carrasco, encarregados de estabelecer negociações com a Corte do Brasil e auxiliar Manuel José García na tarefa de obtenção do reconhecimento da independência, proclamada em 9 de julho anterior.[435] As acusações dirigidas ao diretor de sua suposta posição filo-portuguesa extrapolavam o âmbito da política interna platina. Segundo o *Correio Brasiliense*, Pueyrredón teria oferecido notáveis provas de amizade para com o governo português;[436] na mesma linha seguia o representante francês no Rio de Janeiro Maler, que em correspondência com seus superiores asseverava que o diretor se empenhara em alinhar San Martín à sua política portuguesa, no que teria sido veementemente rechaçado pelo chefe militar que tratava de organizar sua grande expedição de libertação do Chile e Peru.[437] Por essa época, a existência em Buenos Aires de um volumoso grupo de apoio à política portuguesa era constatado não só pelo governo espanhol, mas igualmente pelos francês e britânico. Ainda segundo o mesmo Maler, os dois "partidos" mais fortes eram o dos insurgentes e o dos portugueses; na avaliação do periódico londrino *Weekly Messenger* "as pessoas mais respeitáveis das províncias [do Prata], tanto pela fortuna como pela reputação, eram favoráveis ao governo português porque o julgavam preferível aos princípios revolucionários e irreligiosos que são infelizmente transmitidos à América Meridional como a toda a Europa por [...] patriotas e [...] reformadores".[438]

Todos esses motivos de descontentamento por parte do governo espanhol mostram como o governo português, que procurava obter frutos diplomáticos da profunda crise vivida pelo Império espanhol, não somente não revira sua política de aproximação estratégica com os novos governos americanos (no caso, Buenos Aires), como aliás intensificara-a.

Razões para o medo (II)

Essa aproximação tinha uma contrapartida. Em 1814, a Corte portuguesa do Rio de Janeiro se encontrava nitidamente amedrontada, e as condições de sobrevivência da

[435] R. PICCIRILLI – *Argentinos en Rio de Janeiro,* cit., p. 74 e segs.
[436] *CB* v.XIX, n.115, 12/1817.
[437] LIMA - *D. João VI no Brasil*, cit., p.392.
[438] Número de 13/10/1816, ambos citados em Idem, p.384.

monarquia e da dinastia face ao turbilhão revolucionário europeu se mostravam, em solo americano, limitadas, posto que implicaram o estabelecimento de um espaço de interação com a América espanhola difícil de se lidar. O declínio de Napoleão, o fim da guerra peninsular e a restauração européia não representavam garantia de sucesso na busca da ordem desejada, pois as novas contingências que o mundo da política imprimia sobre o Império português não eram mais apenas européias, e sim cada vez mais também americanas. Conforme vimos anteriormente, desde 1808, razões para temores não faltavam, e agora, com o aprofundamento da crise espanhola na América, seus pontos de intersecção com o Brasil surgiam dotados de renovada importância.

Uma anedota publicada em setembro de 1814 ofereceu ao *Correio Brasiliense* pretexto para uma perspicaz referência ao delicado estado de espírito dominante no Brasil. Abordando a "paz geral" européia e os consequentes editais do príncipe regente liberando o comércio do Brasil a todas as nações, conta o *Correio* que, "na manhã seguinte a em que se afixaram [no Rio de Janeiro] os Editais, se observou que tinham sido arrancados todos, e foi preciso que a Junta do Comércio mandasse fazer nova edição e distribuir cópias por todas as pessoas. Seria temeridade arriscar conjecturas sobre os autores deste acontecimento; mas ele prova, que há no Brasil, e Junto à Corte, pessoas inimigas da prosperidade do país".[439] Qualquer que fosse a idéia de "prosperidade do país" do *Correio*, ele não estava longe da verdade. Em 1814, os principais centros políticos do Brasil definitivamente não eram ambientes hostis a dissensos.

Em julho daquele ano, o intendente geral de Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Vianna, escreveu ao príncipe regente informando-o de notícias recentemente obtidas do Rio da Prata. Diziam que "cada vez há mais que recear com a queda de Montevidéu", pois Buenos Aires contaria de imediato com um exército de doze a quinze mil soldados, com perspectivas de reforço da parte do Paraguai (do que seria, segundo o Intendente, para se "recear pela capitania do Mato Grosso"); segundo um prisioneiro português detido em "Canelão" (muito possivelmente *Canelones*), a expectativa entre a oficialidade portenha que participara do cerco de Montevidéu era de que, "tomada a praça, era infalível a união a eles de toda a capitania do Rio Grande", aliás mal armada e desguarnecida; motivo para igual preocupação seria o fato de que, "apesar da satisfação que nos deram sobre a deserção dos escravos, este prisioneiro viu dois regimentos no

[439] *CB* v.XIII, n.76, 09/1814.

Canelão de negros, que pela maior parte eram do território português, e agora com a queda de Montevidéu se espera muita fugida de escravos, e que fique em perfeita ilusão tudo quanto nos prometeram". Paralelamente, espalhavam-se verbalmente e por escrito expressões "pouco respeitosas, e muito insultantes do governo, e à nação portuguesa", inclusive por um "papel" que já se acharia, segundo Vianna, em poder do príncipe regente.[440]

Na mesma nota, Vianna dizia conhecer tais fatos por "conversações populares" de espanhóis que corriam "pelos botequins" do Rio de Janeiro e Rio Grande. Diante de um quadro tão grave, recomendava "segurar, e pôr em nímia vigilância a nossa fronteira, cortando toda a comunicação por ela que possa ser suspeitosa", bem como "publicar ali um perdão de desertores". Isso seria necessário porque disporiam os sediciosos de uma vasta rede de informantes e propagandistas: em Porto Alegre e Rio Grande "há gente que se entende com eles"; no Rio de Janeiro, Vianna menciona "o célebre Penha" (possivelmente Saturnino Rodriguez Peña, ex-carlotista), "imune pela Legação Britânica, que tudo avisa", e também "um negociante espanhol no Largo de S. Rita correspondente do mesmo governo de Buenos Aires, que lhes manda tudo, e que melhor lhes mandará notícias de quantos movimentos fizermos, e o mesmo farão os ingleses que para lá negociam".[441]

Ainda em 1814, as autoridades provinciais do Rio Grande de São Pedro foram comunicadas da chegada à Vila do Rio Grande de pelo menos três indivíduos, "dois capitães e um clérigo doutor", enviados por Artigas. Um dos militares era José María Caravaca, e o padre, José Bonifácio Redruello. É sabido que se dirigiram ao Rio de Janeiro como desdobramento da missão artiguista confiada aos portugueses Antonio Gonçalves da Silva e Francisco de Borja de Almeida Corte Real, que em setembro estiveram no Rio Grande encarregados de negociar junto a esse governo a manutenção de sua neutralidade perante o conflito com Buenos Aires; a correspondência entre Silva, Corte Real e Artigas chegou às mãos do governador Diogo de Souza por intermédio de Manoel Jerônimo Cardoso, ainda em setembro, e em outubro lhe foram apresentadas oficialmente por Corte Real disposições, em nome de Artigas, que incluíam uma solicitação de auxílio militar português. Depois deles, em novembro, foram recebidos

---

[440] Nota de Paulo Fernandes Vianna ao Príncipe regente, Rio de Janeiro, 13/07/1814. *PLRP*, III, p.186-188.

[441] Idem. O único ingresso de Saturnino Rodriguez Peña no Rio de Janeiro registrado pela Intendência Geral de Polícia data de 23/06/1814, proveniente de Buenos Aires. *Registro de estrangeiros*, cit., p.237.

por Diogo de Souza o secretário de Artigas, Miguel Barreiro, e seu auxiliar, Francisco de Paula Bersane, também português.[442] Um informe falava em vários agentes artiguistas no Rio Grande e em Santa Catarina, denunciando "o grande doutor Obis" e Luiz Albin, pregadores de um sedutor sermão acerca do "estado em que se achavam os portugueses americanos do Rio, Bahia e Santa Catarina", existindo ainda "mil pregadores" como eles, "como um que deixei nessa corte a sair para a Bahia onde já esteve no mesmo exercício, e imensos que entre nós andam". No Rio Grande de São Pedro, onde se encontrariam em torno de 1.500 espanhóis refugiados da América, dois homens chegados no dia 9 de novembro diziam "tanta coisa que nenhuma se pode fazer firmeza"; um oficial do exército espanhol proveniente de Lima falou em um exército de 14 mil soldados comandados por Alvear próximo à fronteira do Brasil, e o governo da capitania não teria mais confiança em seus próprios contingentes militares, "por conhecer os mais contaminados, desejando ocasião de se unirem aos patriotas seguindo o sistema da liberdade".[443] São de fato conhecidos vários casos de militares portugueses que entre 1811 e 1814 se filiaram aos exércitos de Artigas: além do acima mencionado Antônio Gonçalves da Silva e seu posteriormente célebre irmão Bento, também Pedro Vieira, Francisco Bicudo, Manoel Carneiro Pinto de Fontoura e Gabriel Ribeiro de Almeida empunharam armas contra os adversários de Artigas, incluindo as forças portuguesas de 1811.[444]

Qual a relevância de se aferir até que ponto esse quadro era mais real ou imaginário? As próprias palavras do denunciante respondem à questão. Tendo em mente

[442] Sobre a presença no Rio Grande de Caravaca (chamado de "Cavaca") e Redruello: informe de Manuel Marques de Souza, Rio Grande, 1814. *PLRP*, III, p.213. Sobre as missões Gonçalves da Silva-Corte Real e Barreiro-Bersane: Aurélio PORTO. Influência do caudilhismo uruguaio no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano IX, 3ºtrimestre, Porto Alegre, 1929, p.382-387; também Ana FREGA. La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: Noemí GOLDMAN & Ricardo SALVATORE (comps.) - *Caudillismos rioplatenses*: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires, Eudeba, 1998, p.125-126. A correspondência dos enviados artiguistas com seu chefe, a do informante Jerônimo Cardoso com Diogo de Souza e as proposições a ele dirigidas por Corte Real em nome de Artigas (14/10/1814) foram publiucadas por PORTO, cit.

[443] Carta de Possidônio da Costa a Atanasio José Coelho, Santa Catarina, 13/11/1814. *PLRP*, III, p.198-203. O "grande doutor Obis" era Lucas José Obes, comerciante portenho radicado em Montevidéu, que possuía importantes negócios com o Brasil e que tão destacado papel exercerá no cenário político oriental nos próximos anos. Em 1810 trabalhou para o reconhecimento da Junta de Buenos Aires por parte da de Montevidéu; derrotado, se instalou na Bahia, regressando à Província Oriental em 1815 como secretário de Nicolás Herrera, que era seu cunhado (A. FREGA, La virtud y el poder, cit., p.122). A Intendência Geral de Polícia registrou a entrada de "Lucas T. Obes" no Rio de Janeiro em 01/06/1811, proveniente de Montevidéu (*Registro de estrangeiros*, cit., p.227).

[444] Para todos esses nomes e suas trajetórias individuais, vide A. PORTO. Influência do caudilhismo uruguaio no Rio Grande do Sul, cit., p.377-378 e p.421-423.

a experiência histórica recente de Buenos Aires e, antes dela, "a lembrança [d]os projetos com que contavam os nossos de Minas, quando projetavam concluir com as vidas de tudo quanto fosse da Europa", afirmava que fosse ou não verídica toda essa informação, "ela me faz tremer e tremer".[445] O que importa destacar, portanto, é que havia entre as autoridades portuguesas do Brasil um clima generalizado de insegurança, de expectativa de que esse quadro pudesse ser real, o que, por seu turno, revela um dos tipos de consciência possível, em 1814, da gravidade do quadro político luso-americano em sua interface com a convulsionada América espanhola.

Em janeiro de 1815, o marechal de campo Alexandre Eloy Portelli informou ao príncipe regente que, entre janeiro e maio do ano anterior, tinham entrado na Vila do Rio Grande 125 espanhóis emigrados do Prata, além de muitos outros em Serrito, Bagé e na fronteira do Rio Pardo. Segundo uma das fontes de Portelli, "nestes emigrados se incluem duas classes; uns, fugidos à revolução, e outros que, tendo figurado nela, vêem-se pondo a salvo da vingança da esperada expedição". Completava [presumivelmente o Marechal] que "acontece aqui [presumivelmente no Rio de Janeiro] o mesmo, e com a última classe, portanto, deve haver a maior vigilância, dando-se providências correspondentes; a fim de que não propaguem a sua perigosa, e péssima doutrina".[446] Um informe não identificado de maio de 1815, seguramente dirigido às autoridades da Corte, dava conta da prisão em Montevidéu de Gabino Goitía, subtenente de um Regimento de Infantaria, remetido a Buenos Aires e confinado na campanha, de onde teria fugido em 20 de março para Montevidéu e dali, em 17 de maio, passado ao Rio Grande.[447]

No Rio de Janeiro, a atenção deveria ser redobrada diante do grande afluxo de hispano-americanos que aportavam na capital do Império em decorrência das perseguições políticas levadas a cabo em Buenos Aires após a sublevação de Fontezuelas, em abril de 1815.[448] É certo que na Corte já se encontravam vários indivíduos diretamente envolvidos nos assuntos políticos do Prata hispânico, como os

---

[445] Carta de Possidônio da Costa, cit.
[446] Informe de Alexandre Eloy Portelli ao Príncipe regente, Rio de Janeiro, 01/1815. *PLRP*, III, p.236-240.
[447] Informe sobre os movimentos de Gabino Goitía, 05/1815. *PLRP*, III, p.305-306.
[448] Olhando retrospectivamente e advogando em favor da gestão de Fernandes Viana frente à Intendência Geral de Polícia, um leitor do *Correio Brasiliense* afirmava em 1818: "basta olhar o estado critico e melindroso, em que se deveria achar o Rio de Janeiro a cada momento; visto ser esta cidade o lugar que servia de escala e *rendevous* para as possessões Espanholas; e para onde se muniam os revolucionários com passaportes" (*CB* v.XX, n.117, 02/1818).

bem conhecidos Manuel Belgrano, Bernardino Rivadavia e Manuel José García que, desde o início do ano e para desconcerto geral, se encontravam na Corte entabulando negociações reservadas, sem que os dois primeiros tivessem contato com o terceiro. Na condição de exilados, havia destacadas figuras como o ex-diretor Carlos Alvear[449] e sua esposa, o ex-ministro Nicolas Herrera,[450] Matias Balbastro,[451] Monteagudo,[452] Ramón Larrea,[453] Antonio Álvarez Jonte, Nicolás Rodríguez Peña, Pedro P. Vidal, os irmãos Santiago e Ventura Vázquez e Guillermo Pio White,[454] além dos já mencionados Angel Monasterio e Domingo Allende, cuja presença em solo luso-americano era muito mal vista pelo governo espanhol.[455] A eles se somava ainda o conhecido Manuel Sarratea, que entrara novamente no Rio de Janeiro em 1813.[456] Num informe de abril de 1815, o intendente da Corte retransmitia ao príncipe regente informações particulares recebidas de um emigrado da Espanha, Ignacio de la Carcoba, segundo as quais, no dia 25 daquele mês, aportaram ao Rio de Janeiro, além dos acima citados Ramón Larrea e Ventura Vásquez, os igualmente emigrados Francisco Xavier Viana, N. Montes Larrea, N. Salvador, além de outros não nomeados.[457] De acordo com o encarregado de negócios da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro Henry Chamberlain, os refugiados portenhos o procuravam com frequência, desejosos de qualquer informação a respeito da

[449] Alvear permaneceu no Rio de Janeiro por três anos, tendo até mesmo participado de cerimônias de "beija-mão" do Príncipe regente. LIMA - *D. João VI no Brasil*, cit., p.393.

[450] Seu ingresso no Rio de Janeiro foi registrado em 28/07/1815, como advogado proveniente de Buenos Aires (*Registro de estrangeiros*, cit., p.157). Herrera seria uma figura destacada da política platina e mais especificamente oriental dos próximos anos. Em 1818 entabularia contatos com o revolucionário hispano-chileno José Miguel Carrera quando do exílio deste em Montevidéu. Pouco depois, integraria um seleto grupo de apoio à administração portuguesa – a partir de 1822 brasileira - da Província Oriental. Algumas outras coisas ainda serão ditas a seu respeito mais adiante.

[451] Registrado pela Intendência Geral de Polícia em 29/07/1815, como "coronel das tropas revolucionárias de Buenos Aires", proveniente dessa mesma cidade (*Registro de estrangeiros*, cit., p.37).

[452] Seria o "B. Monteagudo" registrado em 28/07/1815 pela Intendência como negociante vindo de Buenos Aires, o ativo Bernardo Monteagudo, participante de vários importantes episódios das revoluções hispano-americanas ? Faltam-me dados a respeito (*Registro de estrangeiros*, cit., p.216).

[453] Registrado em 29/07/1815 como negociante (*Registro de estrangeiros*, cit., p.180).

[454] White era norte-americano, e lutava a serviço das revoluções hispano-americanas. Não há menção a ele no *Registro de estrangeiros*, tampouco a Álvarez Jonte, Rodríguez Peña, P. Vidal ou os irmãos Vázquez. Para estes dois últimos: Rosa ALONSO (et al.) – *La oligarquia oriental en la Cisplatina.* Tacuarembó/Colonia, Pueblos Unidos, 1970, p.228-230.

[455] Monasterio foi registrado pela Intendência de Polícia do Rio de Janeiro em 22/07/1815, como negociante proveniente de Buenos Aires (*Registro de estrangeiros*, cit., p.215). Allende não é mencionado.

[456] Em 07/12/1813, proveniente de Buenos Aires (*Registro de estrangeiros*, cit., p.277).

[457] Relato de sucessos ocorridos em Buenos Aires, enviado a Cárcoba no Rio de Janeiro por seus familiares, 17-25/04/1814 (*PLRP*, III, p.278-284). No *Registro de estrangeiros* (p.72) há menção a "Ignacio de la Cascova", proveniente da Espanha e que "vive de suas agências". A data do registro é 14/07/1815, após, portanto, a data atribuída ao documento em questão. Se "Cárcoba" e "Cascova" forem a mesma pessoa, essa defasagem pode se explicar pela demora do remetente em receber sua correspondência, ou por um registro feito na Intendência com mais demora do que o usual.

possibilidade de intervenção militar britânica no Prata; pelo que teria observado nas conversas entabuladas, as opiniões políticas entre eles eram, "como sempre", bastante divergentes.[458]

Mesmo que não formassem um grupo homogêneo, a presença no Rio de Janeiro de todo esse contingente de indivíduos que até bem pouco tempo lutavam pela revolução em Buenos Aires mereceu acompanhamento e avaliação da parte das autoridades portuguesas. Nem poderia ser diferente: além de serem sempre suspeitos permanentes de portar missões e propósitos subversivos, também representavam, na contra-mão, um aglomerado de fontes potenciais de informações necessários ao bom andamento da política externa joanina. Cabia, pois, tirar proveito de sua presença no Brasil. Um pacote de correspondências dirigido a Manuel José García, contendo folhas impressas e cartas do diretor Ignacio Alvarez Thomas, foi interceptado e remetido ao marquês de Aguiar, pois "podiam conter papéis revoltosos".[459] Em julho de 1815, Paulo Fernandes Vianna afirmava ao príncipe regente ter pleno conhecimento da presença na Corte de Alvear e de García, bem como das conferências deste com o ministro Araújo e Azevedo. Nas conversas mantidas com Alvear, teria sido dito ao intendente que os povos de Buenos Aires – "ou os mais bem sensatos deles" – estariam "desenganados de que já se não podiam suster em segurança, nem consolidar um governo estável, senão encostando-se a um governo soberano, e análogo ao em que tinham nascido, e cuja forma conheciam, e haviam já gostado, dando-me bem a entender que este governo só podia ser o de V. A. R., único soberano, que existia no Novo Mundo, cuja sabedoria, e doçura era reconhecida por todos os espanhóis que residiam tranqüilos nesta corte, que não cessavam de escrever para Buenos Aires, que aqui se vivia felizmente".[460] Em 1816, numa carta ao diretor Álvarez Thomas, Manuel José García afirmaria mesmo que, tendo passado o momento em que D. João nutrira desconfiança e horror "que le habían inspirado, y alguna vez con razón, los revolucionarios", podia-se dizer que agora gozavam de uma "completa protección los Americanos refugiados, y la tendrán en

[458] Informe de Henry Chamberlain a Castlereagh, Rio de Janeiro, 10/02/1816. Transcrito por R. PICCIRILLI – *Argentinos en Río de Janeiro*, cit., p.20.
[459] Informe de Paulo Fernandes Vianna ao Príncipe regente, Rio de Janeiro, c.1815-1816 (*PLRP*, III, p.356-357).
[460] Informe de Paulo Fernandes Vianna ao Príncipe regente, Rio de Janeiro, 21/07/1815 (*PLRP*, III, p.307-319).

adelante". Referia-se nominalmente a Alvear, Monasterio, Jonte e Martínez [?], que foram perseguidos por várias autoridades mas que agora estavam tranqüilos.[461]

As alternativas no tocante às formas de governo a serem consagradas pela revolução hispano-americana fizeram surgir, nas discussões do Congresso de Tucumán, a possibilidade efetiva da adoção de uma monarquia constitucional para as províncias do Prata envolvendo, de várias formas, a dinastia bragantina (um de seus propugnadores era, aliás, Manuel Belgrano). Por isso, sem desconsiderar que o republicanismo se configurava notadamente como tendência dominante em Buenos Aires e nas demais províncias platinas, as palavras de Alvear não eram destituídas de boa dose de verdade. É sabido que em maio de 1816 o diretor interino Balcarce escreveu a García instruindo-o a manter sempre as melhores relações possíveis com a Corte do Brasil; quatro meses depois, uma sessão secreta do Congresso que contou com a participação ativa de Pueyrredón discutiu o envio de um novo representante ao Rio de Janeiro em missão reservada, aventando a possibilidade de se coroar no Prata um infante do Brasil ou qualquer outro estrangeiro - desde que não fosse espanhol – que poderia se casar com uma infanta do Brasil.[462]

É certo que a argumentação apresentada por Alvear a Vianna tinha claros propósitos de obter apoio da Corte portuguesa às suas articulações contrárias à ordem naquele momento vigente em Buenos Aires, sem adquirir contornos de um projeto político consistente. Mesmo assim, seu simples registro constitui um microcosmo daquilo que em 1815 se configurava como o complexo espaço de irradiação e recepção de influências da América espanhola pelo universo político português, caracterizado por aproximações estratégicas e interessadas moldadas pelo vaivém das lutas políticas da época; permeando todos os poros dessa aproximação, tensões, receios recíprocos e a iminência de um conflito armado.

Nessa contraditória aproximação, a figura de Artigas desempenha papel desde já crucial: imprevisível, ascendente, e por isso sinceramente temido; mas também evocado sempre que sua imagem pudesse ser instrumentalizada, distorcida e manipulada de acordo com interesses de momento. Ainda no âmbito do que Fernandes Vianna escutou de Alvear, se fez presente o argumento de que "os males da anarquia iam a aparecer

---

[461] Comunicação de Manuel José García a Ignacio Álvarez Thomas, Rio de Janeiro, 29/01/1816. Publicada por R. PICCIRILLI – *Argentinos en Río de Janeiro*, cit., p.119-125.

[462] A referida sessão é a de 04/09/1816. A carta de Balcarce a García é de 04/05/1816. R. PICCIRILLI – *Argentinos en Río de Janeiro*, cit., p.46-47.

naquelas desgraçadas províncias [do Prata] pelos favores de Artigas e pelos princípios que ele difundia, que seriam um dia capazes de abraçar todo o Brasil, pois que já conta[v]a com as províncias do Rio Grande e São Paulo, logo que ele pudesse subssegar [?] Buenos Aires e o Peru".[463] Não que Artigas pudesse – ou intentasse – dominar, depois da Província Oriental, o Brasil, Buenos Aires e o Peru; mas era fato que seus "agentes" se encontravam em território luso-americano, suscitando suspeitas e temores. Além disso, não fora sob pretexto da "anarquia" que a Corte portuguesa justificara sua invasão à Província Oriental em 1811? Não cabia perfeitamente, pois, amplificar um tipo de argumento que ia plenamente de encontro com uma vasta gama de interesses luso e hispano-platinos contrários à guerra, não necessariamente articulados na esfera da política, e calcados na manutenção e integridade da grande propriedade privada, das atividades produtiva e comercial e dos lucros por elas propiciados? Desde então, jamais o apelo à *pacificação*, contraposto ao espectro da *anarquia*, desaparecerá do universo lingüístico da política luso-americana em sua intersecção com a América espanhola, instrumentalizado à exaustão por grupos cientes de sua eficácia.

Só que palavras não garantem por si sós a articulação política de interesses. Em 1815, essa articulação é esboçada em vários momentos durante as aproximações cordiais e interesseiras entre as autoridades portuguesas da Corte e os emigrados espanhóis, calcadas sempre numa reciprocidade de benefícios que uns poderiam obter dos outros; mas isso não se sobrepunha, claro, às igualmente recíprocas desconfianças. Na mesma relação da conversa que manteve com Alvear, Vianna opinava ao príncipe regente que "quando se tratam tais negócios com homens revolucionados, que já deram sobejas e manifestas provas de infiéis ao seu legítimo soberano, e mesmo às diversas constituições que tem adotado, custa muito prescindir da desconfiança, que sempre deles se tem, e não se pode crer que venham sinceros, e arrependidos negociar sobre bases de verdade e de justiça". Lembrando os termos de um "papel que tive a honra de pôr nas mãos de V. A. há um ano" e "que era o plano escrito da revolução firmada em Buenos Aires" a ser disseminada no Brasil, o intendente concluía que nem em Buenos Aires nem em Artigas "podemos confiar, e entretanto é certo que o perigo das nossas fronteiras vai a seguir-se logo que o partido vencedor haja de espalhar a liberdade dos escravos, que é a arma mais temível que pretendem lançar mão". À Corte cumpriria,

[463] Informe de Paulo Fernandes Vianna ao Príncipe regente, Rio de Janeiro, 21/07/1815, cit. (*PLRP*, III, p.307-319).

pois, guarnecer e ocupar parte da Província Oriental.[464] O medo, fundado em razões de vária ordem e eficazmente instrumentalizado quando necessário – no que convém lembrar do *Plan de las operaciones* de 1810, ao qual talvez Vianna estivesse se referindo - era mais forte do que as vantagens advindas da troca de favores, condicionando toda a atitude da Corte portuguesa.

A possibilidade de que o medo enterrasse de vez o entendimento e se concretizasse em uma nova guerra era cada vez mais aventada, inclusive pela imprensa. O periódico portenho *Censor* noticiou em agosto de 1816 que os emigrados de Buenos Aires residentes no Rio de Janeiro teriam solicitado da Corte do Brasil o envio de um corpo militar contra as províncias do Prata "a fin de tomar posesión de ellas y apaciguar el desorden que suponen existe en ellas". Prontamente, a existência de qualquer disposição da Corte nesse sentido foi desmentida por García em uma comunicação a Pueyrredón, na qual afirmava que também pelas investigações da Intendência de Polícia não poderia crer na existência efetiva de tal plano.[465] Contudo, em novembro do mesmo ano, Vianna investigava a existência de um plano de invasão do Prata supostamente articulado por Alvear, Felipe Contucci e pelo próprio García, que esperariam contar com o auxílio da Corte portuguesa.[466]

Em agosto de 1815, Tomás Antônio Vilanova Portugal propôs a D. João a expulsão de todos os oficiais e emigrados políticos hispano-americanos que se encontrassem no Rio de Janeiro, pois tendo lutado contra seu legítimo soberano, poderiam se organizar, no Brasil, em "partidos" e corromper soldados e oficiais portugueses[467]. A esse respeito, Fernandes Vianna opinava na contramão, preocupado em contemporizar simultaneamente com a Espanha e com Buenos Aires. Alegava o

---

[464] Idem. No mesmo informe, completava Vianna: "Bem que por todas as notícias que tenho procurado conceituo ainda hoje o Brasil muito são no amor e fidelidade do seu legítimo soberano que hoje reside nele, seria imprudente conceituar que os pretos escravos que em grande número temos não se deixem de corromper com a moeda da liberdade de seus cativeiros, logo que um inimigo vizinho lhes acene com ela, entrando por qualquer das povoações pequenas e desarmadas da fronteira, e que possam renovar as incendiárias cenas de S. Domingos que pegando aqui e extinguindo-se ali, nos trariam muitos trabalhos, muitos prejuízos, e sobretudo a nódoa de nos termos sublevado, possuindo mesmo dentro de nós o nosso soberano, como não de espalhar estes infames vizinhos segundo o seu costume, para figurarem como movimento nosso, o que só é impulso, e obra deles". Noutra ocaisão, desmentia rumores de um levante de escravos na Bahia "antes que se engrossem os boatos, como sempre" (Informe de Vianna, posterior a 03/11/1815. *PLRP*, III, p.346-347. Sua fonte foi o ofício de Henrique de Mello Coutinho de Vilhena, Bahia, 03/11/1815. *PLRP*, III, p.348-349).

[465] *Censor* n.49, 01/08/1816; carta de García a Pueyrredón, Rio de Janeiro, 29/08/1816. Ambos citados por PICCIRILLI – *Argentinos en Rio de Janeiro*, cit. p.29-30 e p.38-39, respectivamente.

[466] Informe de Paulo Fernandes Vianna ao Príncipe regente, Rio de Janeiro 30/11/1815 (*PLRP*, III, p.349-351).

[467] Nota de T. Antonio Vilanova Portugal, Rio de Janeiro, 02/08/1815 (*PLRP*, III, p..328).

intendente que os emigrados não eram *desertores* do governo insurgente, mas sim exilados por ele, de modo que acolhê-los no Rio de Janeiro não representava ato ilegal; ao mesmo tempo, sua presença na Corte poderia agradar à expedição espanhola que, no caso de se dirigir ao Prata, contaria com "vassalos" de Fernando VII dispostos a prontamente servir a seu soberano.[468]

Em função da característica ambigüidade entre negociação e conflito envolvendo o Brasil e a América espanhola, se configuraria uma verdade muito parcial pretender que o Estado imperial português tivesse medo *dos emigrados portenhos*, *dos agentes de Artigas* ou mesmo *dos escravos* que porventura pudessem se "encantar" com as idéias de liberdade a serem semeadas pelos revolucionários vizinhos. Todos esses elementos são a face visível de um medo mais geral e profundo, revelado desde 1808 na confrontação do curso político da América portuguesa com as desventuras do Império espanhol e de seus domínios ultramarinos: o medo da crise e da dissolução das formas políticas vigentes no mundo português, à qual eram impostos novos desafios à medida que se buscava fortalecê-la.

O Brasil Reino

A insegurança tinha seus fatores de agravamento. O término da guerra peninsular, formalizado em 19 de abril de 1814, trouxe à tona à questão: devia ou não voltar o príncipe regente e a Família Real a Portugal? A colocação por si só dessa interrogação revela a gravidade da situação política vivida pelo Império português, a despeito da restauração absolutista européia e do aparente reforço que os princípios legitimistas conheciam na América espanhola. Pois, afinal, extinta a causa da trasladação da Corte ao Brasil, haveria motivos para que ela não retornasse a Lisboa, que desde sempre fora sua sede?

A questão começou a circular por todo o universo político português, esboçando um embrionário debate que, dentro de pouco tempo, iria dividir opiniões e configurar posições progressivamente antagônicas no jogo político que conduziria o Brasil à sua independência de Portugal. Por ora, no entanto, ela era apenas uma formulação que revelava, novamente, temores e expectativas no tocante ao futuro do Império. A questão

[468] Informe de Paulo Fernandes Vianna ao Príncipe regente, Rio de Janeiro, 05/08/1815 (*PLRP*, III, p.329-333).

se arrastaria, e a Corte ia se mantendo no Rio de Janeiro. Os apelos em sentido contrário provenientes da península chegavam carregados de insatisfação diante da condição privilegiada desde 1808 conferida ao Brasil no interior do Império português, cuja face mais visível era possivelmente a política externa joanina e sua permanente atenção em relação ao Prata. É notável, portanto, como em 1814 já há nitidamente um descompasso entre, de um lado, o Estado imperial e a Corte portuguesa, e de outro os súditos peninsulares; afinal, se as atenções da política joanina para com a América e o Prata são resultado de uma aguda percepção das condições de sobrevivência impostas à ordem dinástica pelas contingências revolucionárias atlânticas a partir da invasão napoleônica de Portugal e Espanha, para setores peninsulares cada vez mais lesados em seus interesses mercantis – com isso se voltando para articulações na esfera política –, essa preocupação com a América era vista fundamentalmente como uma transfiguração da Corte e do Império, agora "americanos" e que, portanto, impunham à ex-metrópole uma condição hierarquicamente inferior à ex-colônia.

A busca de uma equação dessas hierarquias, que agora se apresentavam como mais um problema a ser solucionado em busca da desejada manutenção e reforço da ordem monárquica legitimista, resultaria na carta de lei de 16 de dezembro de 1815 que, motivada pelos "mais vivos desejos de fazer prosperar os Estados" confiados à soberania do príncipe regente, elevou o Brasil à condição de reino, equiparado aos de Portugal e Algarve.[469] Existem fortes indícios de que a medida foi sugerida ao governo do Rio de Janeiro pelo ministro do Exterior da França, Talleyrand, em conversas com os representantes portugueses no Congresso de Viena. O argumento utilizado seria bem de acordo com as diretrizes que então se traçavam naquele congresso: tendo em vista o que se observava com o Império espanhol, onde as porções americanas se encontravam cada vez mais distantes de uma união com a Europa, seria recomendável que, para a preservação do princípio de legitimidade dinástica no mundo ocidental, a Corte portuguesa se apressasse em fortalecer os laços de união entre as partes constitutivas de seu Império, conferindo às suas porções americanas o mesmo estatuto político que as européias.[470]

[469] Carta de lei de 16/12/1815, publicada pela *GRJ* n.03, 10/01/1816, e pelo *CB* v.XVI, n. 93, 02/1816.
[470] É a versão que nos oferece Oliveira LIMA – *Op.cit.*, p.335, confiável na medida em que baseada em pesquisa documental; também a anotação de Rodolfo GARCIA à obra de Francisco A. de VARNHAGEN – *História geral do Brasil.* 10 ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981 (revisão e notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia), v. 3, p.34, nota 96; e V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império*, cit., parte III, cap.3.

Conforme bem apontou Ana Cristina de Araújo, ao promover um rearranjo das espacialidades políticas e simbólicas no interior de um conjunto maturado durante três séculos, o surgimento do Reino Unido "era já portador da sua certidão de óbito, na medida em que implicava, expressamente, o reconhecimento do termo da relação de dependência colonial do Rio de Janeiro em relação a Lisboa".[471] Sintoma da própria desestrutura que visava corrigir, a elevação do Brasil a reino acarretaria um aprofundamento da mesma, precipitando uma reação contra a medida por parte de grupos portugueses peninsulares que viam nela não uma *equiparação*, mas um *rebaixamento* de sua própria posição no interior do Império.[472] Embasada numa lógica legitimista, reconhecendo uma especificidade territorial do Brasil plenamente coerente com o argumento das "fronteiras naturais" cada vez mais instrumentalizado pela Corte para justificar uma parte de sua política externa na América,[473] a busca de uma "perfeita união, e identidade" entre os três reinos e que fosse "vantajosa" a todos os "Vassalos" portugueses almejada com a criação do Reino Unido[474] reforçaria os descontentamentos peninsulares e promoveria novas fissuras na nação portuguesa.

Desses descontentamentos surgiria um projeto alternativo. A idéia de união européia dos Estados ibéricos, publicizada sobretudo por periódicos londrinos como o *Português* e o *Campeão Português* (tradicionais polemistas do *Correio Brasiliense*), esboça-se como uma reação à criação do Reino Unido. Permeada de um conteúdo constitucionalista que viria a adquirir concretude em Portugal e na Espanha quatro anos mais tarde, a idéia de uma reunião política entre Portugal e Espanha estava voltada para um paradigma liberal que afrouxava o absolutismo propalado pelo Congresso de Viena

[471] Ana Cristina B. de ARAÚJO. O "Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves" 1815-1822. *Revista de História das Idéias* v.14, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992, p.250.

[472] Os limites dessa diferenciação, que ainda não se encontrava dotada da capacidade de configurar uma cisão identitária entre portugueses da península e portugueses do Brasil, foi bem percebida por Roderick J. BARMAN – *Brazil:* the Forging of a Nation, 1798-1852. Stanford, Stanford University Press, 1988, p.44-45. Por outro lado, sua importância para a configuração de uma ulterior identidade nacional brasileira foi analisada por István JANCSÓ. A construção dos Estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: T. SZMRECSÁNYI & J. R. LAPA (orgs.) – *História econômica da independência e do império*. São Paulo, Hucitec, 1996, p.23-24.

[473] Nas palavras do porincipe regente contidas na carta de lei de 16 de dezembro, há referência ao reconhecimento da "importância devida à vastidão, e à localidade dos Meus Domínios da América, à cópia e a variedade dos preciosos elementos de riqueza, que ele em si contém". A questão da especificidade territorial do Brasil, reforçada no imaginário político da época inclusive pela criação do Reino Unido, foi analisada em: João Paulo G. PIMENTA – *Estado e nação na crise dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2002, cap.4.

[474] Os termos são da própria carta de lei de 16/12/1815. Em duas ocasiões, a *Gazeta do Rio de Janeiro* noticiaria demonstrações de júbilo e fidelidade ao monarca oferecidas por habitantes do Brasil em decorrência da medida: *GRJ* n.101, 20/12/1815; e n.07, 24/01/1816.

– que, em certa medida, era também o do Reino Unido -, e seu surgimento no cenário político português, mesmo na condição de projeto bastante distante de concretizar-se,[475] indica a generalização de uma crise que agora ninguém se atreveria a caracterizar como exclusivamente espanhola. Os termos com que um leitor do periódico inglês *Times* trata a questão são um testemunho dessa percepção global, ainda tateante e incerta, mas sintomática das transformações em curso: "a formação das duas monarquias peninsulares em potências Europeu-Americanas, debaixo de um sistema liberal e mutuamente vantajoso aos dois Continentes, criaria nova era no mundo político e comercial; conservaria a América unida à Europa por laços de verdadeiros interesses recíprocos mais naturais e duráveis do que as ligações compulsórias de um decrépito sistema colonial; estabeleceria novo e mais perfeito equilíbrio de poder entre as duas partes do mundo; extinguiria o contágio revolucionário e democrático, e manteria a paz e tranqüilidade geral, de que o mundo tanto necessita".[476]

Em termos práticos, porém, a Corte seguiria em sua política, tentando lucrar com a criação do Reino Unido, utilizando-a no conjunto de negociações que a essa época envolviam Portugal e Espanha. Recorrendo ao amparo legitimista da medida, o representante português em Madri buscaria convencer o ministro espanhol Cevallos de que a decisão de D. João de "elevar aquele Estado do Brasil ao Predicamento e dignidade de Reino, e uni-lo aos seus Reinos de Portugal e dos Algarves de maneira que formem um só, e o mesmo Corpo Político", deveria ser "considerada por S. M. não só como muito vantajosa para a Coroa Portuguesa em geral, mas como podendo essencialmente contribuir para a tranqüilidade, e segurança da Monarquia Espanhola".[477] Nessa perspectiva, o governo português pretendia-se portador devidamente autorizado pelas potências européias dos princípios políticos "legítimos" ou, se preferirmos, "anti-revolucionários" na América. Igualmente, atribuía uma carga de legitimidade a um discurso no qual se casava perfeitamente a defesa desse papel da Corte portuguesa com suas eventuais intervenções em território hispânico. Para o

---

[475] ARAÚJO. O "Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves", cit., p.255. Pela mesma época, a Corte do Rio de Janeiro se afastava até mesmo de alianças formais com a Espanha esboçadas no âmbito do Congresso de Viena. Num despacho ao conde de Palmela de 04/03/1816, o ministro de Negócios Estrangeiros e Guerra marquês de Aguiar, censurava o diplomata português pela sua iniciativa de aproximação com a Espanha. Dentre os motivos apresentados, estava o risco que ela traria consigo de envolvimento do Brasil numa indesejada guerra envolvendo as colônias espanholas da América com as quais, conforme vimos, o governo joanino estabelecera um delicado equilíbrio neutral (o despacho é citado por V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império*, cit., p.334-335).

[476] Carta ao *Times* subscrita por "Veritas", publicada no *CB* v.XX, n.118, 03/1818.

[477] Ofício de José Luiz de Souza a D. Pedro Cevallos, Madri, 13/03/1816. *AHI*, Legação em Madri.

Correio Brasiliense, o Reino Unido criara uma ótima oportunidade para a correção de desgovernos cometidos pela Corte do Rio de Janeiro que, conforme vimos anteriormente, eram freqüentemente pensados em razão direta do que o seu editor via ocorrer na América espanhola.[478]

Desse modo, a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, que na península foi tão negativamente vista como mais uma etapa de uma política de favorecimento da porção ultramarina do Império, deve ser compreendida como o reconhecimento não somente da importância que aquela porção efetivamente adquirira no conjunto dos territórios portugueses, mas também das próprias dificuldades decorrentes de sua inserção no contexto americano desde 1808. É por isso que a elevação política do Brasil foi um passo decisivo em direção ao reforço da dimensão expansionista da Corte do Rio de Janeiro, que em 1816 se concretizaria numa segunda intervenção militar na Província Oriental.

A segunda invasão portuguesa da Província Oriental

Quando, em 1811, a Corte do Rio de Janeiro decidiu atender às solicitações do então vice-rei do Prata, Elío, e interferir, com o envio de contingentes militares, na guerra entre Montevidéu e Buenos Aires, era ainda bastante incipiente o espaço de intersecção com a América espanhola que, desde 1808, vinha irradiando influências sobre o Império português, e com especial força sobre o Brasil. Desse modo, contraditoriamente, a intervenção se constituíra numa maneira de estabelecer um equilíbrio de forças que permitisse a manutenção da neutralidade portuguesa perante a Espanha e a América, evitando ao máximo embates diretos cujos resultados seriam, para a temerosa e enfraquecida monarquia bragantina, incertos. Com a breve permanência das forças portuguesas na Província Oriental, amparadas desde o início por um discurso que buscava legitimar a medida em seu caráter de "defensiva" das fronteiras do Brasil, a "naturalidade" de sua demarcação sulina pelo Rio da Prata e ao mesmo tempo esvaziando-a em seu conteúdo verdadeiramente expansionista, esse equilíbrio foi restaurado. No entanto, desde sempre esse fora, conforme vimos, um equilíbrio instável, frágil, circunstancial. O desenvolvimento da política hispano-americana a partir de então, desdobrando-se cada vez mais na política luso-americana, aumentara os motivos de temor da Corte do Rio de Janeiro, revelando a debilidade do Império e o grau de

[478] *CB* v.XVI, n. 93, 02/1816.

ameaça oferecido pela conjuntura americana aos seus princípios norteadores. É por isso que a expansão realista em praticamente todo o continente, o ressurgimento da metrópole espanhola, a radicalização da revolução em Buenos Aires e a retomada da guerra em Montevidéu mantiveram acesa a possibilidade de uma nova intervenção militar portuguesa no Prata.

Em abril de 1814, encontrava-se no Rio de Janeiro Andrés Alvarez de Toledo (o mesmo que alguns autores consideram responsável pelo *Plan de las operaciones* elaborado a pedido da Junta de Buenos Aires em 1810),[479] de onde fornecia informações sobre os assuntos platinos ao intendente Paulo Fernandes Vianna. Numa de suas notas, manifestava sua opinião de que "se presenta una ocasion en que la benefica mano de S. A. R. el serenisimo Sr. Principe Regente podria con un golpe el mas politico, y savio, ser el todo, y el mas principal resorte para concluir la rebolucion de las Provincias del Rio de la Plata".[480]

O *Correio Brasiliense*, que dirigira duras críticas ao governo joanino pela invasão de 1811, agora tão temeroso quanto a Corte em relação às maléficas conseqüências que o desenvolvimento da política platina poderia trazer ao Brasil, e tão atento quanto ela ao panorama político europeu, passara a relativizar suas objeções a intervenções nos territórios hispano-americanos em função da necessidade de se adotar providências circunstanciais em benefício do Brasil. Para essa linha de pensamento, o argumento das "fronteiras naturais" era bastante convincente. "Os limites do Brasil se poderiam fixar muito bem, dando Guiana aos Espanhóis, e cedendo estes as possessões que tem ao Norte do Rio da Prata. Assim o Rio da Prata e Amazonas seriam os extremos limites do Brasil na costa do mar", afirmava em julho de 1815, repetindo um argumento recorrente à época.[481] Numa polêmica com o *Investigador Português*, defendia que "o comércio e a proximidade dos Americanos Unidos [Estados Unidos], com os territórios, que avizinham o Brasil; as suas atuais relações com os insurgentes Espanhóis, a oposição dos seus interesses marítimos com os da Europa, &c.; são circunstâncias de que o Governo do Brasil se deve aproveitar, para adiantar muito os seus interesses".[482] Finalmente, "se depois das guerras, que, pelo direito das gentes, anulam os tratados precedentes, Espanha pode reclamar Olivença; porque esteve por

[479] Cf. Capítulo 2.
[480] Nota de Andrés Alvarez de Toledo a Paulo Fernandes Vianna, Rio de Janeiro, 20/04/1814. *PLRP*, III, p.176-178.
[481] *CB* v.XV, n.86, 07/1815.
[482] *Investigador português* n.52, referido pelo *CB* v.XV, n.89, 10/1815.

alguns anos de posse dela; com quanta mais razão pode Portugal reclamar todos os estabelecimentos na margem esquerda do Rio da Prata, que foram originariamente descobertos e povoados pelos Portugueses?"; por isso, "os Ministros de S. A. R., o Príncipe Regente de Portugal", não deveriam perder o momento favorável "não só [para] indicar a dignidade da Coroa de Portugal, mas consolidar a segurança do Estado por aquelas aquisições, que afiancem para o futuro a tranqüilidade externa das possessões do Brasil".[483]

Ao anunciar um sentimento que logo se mostraria generalizado - o de que o envolvimento português ao lado da Espanha contra as colônias americanas seria a mais indesejável das alternativas de ação naquele momento –, curiosamente o *Correio* subsidiava a justificativa oficial para uma interferência militar portuguesa no Prata, à revelia da Espanha. A debilitada metrópole peninsular era um inimigo preferível aos seus revoltosos domínios vizinhos ao Brasil:

> "Os Ministros de S. A. R., o Príncipe Regente de Portugal, devem a seu Amo, à sua Pátria, e à posteridade, o não deixar passar esta ocasião de fazer conhecer ao Governo de Espanha, que Portugal deve ser respeitado, e que tem meios de proteger os seus direitos. Se os ministros perderem este momento favorável, ele não voltará tão cedo, e importa muitíssimo, nesta ocasião, não só vindicar a dignidade da Coroa de Portugal, mas consolidar a segurança do Estado por aquelas aquisições, que afiancem para o futuro a tranqüilidade externa das possessões do Brasil".[484]

De 1816 data uma *Memória sobre a expedição do Rio da Prata, e as vantagens que dela podem resultar às capitanias do centro do reino do Brasil*, redigida em português e que possivelmente se destinava a alguma alta autoridade da Corte do Rio de Janeiro, que freqüentemente solicitava a seus ministros ou conselheiros pareceres sobre questões candentes da política da época.[485] Essa detalhada análise das circunstâncias políticas envolvendo o Brasil e seus limites territoriais, e que tinha "só por base o

---

[483] *CB* v.XV, n.90, 11/1815.
[484] Idem.
[485] Encontra-se publicada em *PLRP*, III, p.247-259. A edição do documento atribuiu sua data como sendo "posterior a febrero de 1815". Contudo a referência a *reino do Brasil* contida no título indica ser posterior a dezembro de 1815; por outra parte, ele é anterior à invasão da Província Oriental, iniciada em junho de 1816.

interesse do soberano, a sua dignidade, e o seu respeito", oferece uma síntese de vários elementos presentes no universo político luso-americano em sua interface com a América espanhola. Começa por evocar os argumento das "fronteiras naturais", observando que "a margem oriental do Rio da Prata, que compreende o confluente do rio Paraná, e a continuação do rio, Paraguai, parece, que o destinou a natureza, que fosse o limite natural do Brasil ao sul da capitania do Rio Grande, e ao oeste da mesma, e da capitania de São Paulo, correndo os mesmos limites, desde a vizinhança da Nova Coimbra na capitania de Mato Grosso, até a foz do Rio da Prata no mar Atlântico. Esta imperturbável barreira, que a natureza descreveu no local geográfico deste continente, disputa na sua posição o seu direito com as mais persuasivas razões de justiça, e mostra a plausível precisão de pertencer a coroa de Portugal, para conter em si a segurança política, e militar das possessões portuguesas, e para evitar as várias questões, que a confusão dos limites já descritos, em paragens de menos nota, e totalmente inconsiderados na mesma carta geográfica, fazem duvidosa a pertenção às duas nações, que ocupam o vasto continente da América Meridional". Desse modo, atento aos necessários cuidados com os demais governos envolvidos na questão, "o primeiro cuidado do reino do Brasil mostra ser aquele de adquirir esta fronteira, que a sua posição local persuade ser necessário para sua futura estabilidade, e segurança, pondo nos meios desta aquisição as formas, e aparências, as mais judiciosas, a fim de conseguir este objeto pela via da melhor política, sem dar públicas demonstrações de usurpação nem atacar os povos daquela porção de terreno com aquela violência, que o estado da guerra imprime em todas as suas decisões".[486]

A argumentação era válida tanto para as fronteiras norte e oeste do Brasil, cujo controle por sobre áreas bem estabelecidas em suas "fronteiras naturais" garantiria ao seu governo grande prosperidade decorrente da navegação interior do território, "sem que a política do soberano dobrasse as perseguições estrangeiras, que pretendem frustrar o seu comércio, e violar o sagrado da sua inalterável independência"; mas se aplicava também ao sul, do que era necessário "que toda a margem oriental do rio Paraguai, Paraná e Rio da Prata pertenc[esse] sem o menor impedimento à coroa de Portugal, [...]

[486] Idem. Em outra passagem, reafirma o argumento das "fronteiras naturais": "o Brasil na sua natural existência política deve compreender dentro dos seus limites os dois rios, que formam o domínio desta vasta porção do continente da América Meridional; o Prata e Amazonas tudo quanto sobeja fora destes limites deve-se reputar possessões exteriores do reino do Brasil por que a natureza tendo estabelecido stes dois fossos naturais para defesa do seu domínio, prescreveu com eles, entre estas, e aquelas possessões, certo desvio, que caracteriza a sua natural separação."

a fim de segurar com firmeza as nossas fronteiras das contínuas irrupções dos povos, que as habitam". Com isso, tratar-se-ia de "segurar para sempre estes limites naturais, tão necessários à segurança futura do reino do Brasil, e à sua ponderação política, como potência novamente estabelecida nesta parte do globo, formando nesta aquisição de terreno as bases de um direito público nacional, dentro dos seus limites, capaz de fazer frente a toda a impulsão inimiga".[487]

Do ponto de vista da atuação da Corte do Rio de Janeiro, essa inclinação a privilegiar "a segurança do Brasil", provocando descontentamento por parte da Espanha peninsular, mas mantendo – acreditava-se – um bom entendimento com o governo de Buenos Aires, não implicava abrir mão de negociações com a Corte de Madri, do que pareciam ser demonstração cabal os casamentos interdinásticos efetuados em 1816. De seu exílio no Rio de Janeiro, Nicolás Herrera escreveu ao diretor de Buenos Aires José Rondeau, na época em que este se encontrava à frente de um corpo militar no Alto Peru, mostrando-se desolado com o estado das coisas nas Províncias Unidas. Herrera via como cada vez mais distante qualquer prognóstico de prosperidade, especialmente "ahora en que la España libre de atenciones, aplica todos sus recursos para enviar gruesas expediciones sobre nuestras costas [...]; ahora que la Inglaterra acaba de ofrecer a la España por un tratado solemne, su concurso activo para hacer entrar a las provincias disidentes en la obediencia de su legítimo Soberano [...]; ahora que Portugal estrechando sus relaciones con el rey por nuevos enlaces de familia, tiene un interés grande en la pacificación de este continente".[488] De início, pairava a suspeita de que a iminente invasão portuguesa da Província Oriental se faria com a conivência ou até mesmo o respaldo da Grã-Bretanha; logo, contudo, ficaria claro que o gabinete londrino olhava com ar de desaprovação a iniciativa portuguesa. São muito significativos os motivos dessa postura, segundo a análise feita por Palmela pouco após sua chegada a Londres, onde desempenharia a função de representante português junto àquele governo. Segundo ele, as suspeitas espanholas de cooperação britânica logo seriam dissipadas pela constatação do representante espanhol Fernan Nuñez que a Grã-Bretanha tomava a invasão portuguesa "de muito mau grado para a possível reunião das Províncias do Prata ao Reino do Brasil, tanto pelos motivos de influência e de ciúme comercial que são fáceis de penetrar como pelo ar de estabilidade que essa reunião daria

---

[487] Idem.
[488] Carta de Herrera a Rondeau, Rio de Janeiro, 22/08/1815. Publicada por R. PICCIRILLI – *Argentinos en Río de Janeiro*, cit., p.24-27.

à trasladação do trono Português para a América donde eventualmente e com o andar do tempo também se poderia seguir a absorção pela Espanha da parte Européia da Monarquia Portuguesa e a reunião da Península numa só Coroa que os Ingleses mais que tudo julgariam contrária à sua política por qualquer meio que ela houvesse de se verificar".[489] Ou seja: o ponto de vista da Corte portuguesa de que a intervenção no Prata se configurava uma medida necessária à sua política de Estado era parcialmente referendado pela Grã-Bretanha, que considerava efetivamente que tal medida proporcionaria "estabilidade" a essa Corte; mas, por outro, a análise britânica também referendava o ponto de vista dos grupos de portugueses peninsulares insatisfeitos para os quais o aprofundamento de uma política "americanista" da Corte do Rio de Janeiro, inequivocamente promovido com uma nova invasão, só enfraqueceria a porção européia do Reino Unido.

E desse modo Portugal complicava cada vez mais a arquitetura de seu quimérico equilíbrio entre potências européias e governos americanos. Contudo, deve-se ressaltar novamente que existem contingências americanas que fazem sua balança tender a privilegiar relações de boa vizinhança geográfica. A Corte pretendia que uma nova invasão da Província Oriental poderia se realizar municiada da justificativa de defesa de fronteiras e de estabelecimento de "fronteiras naturais", sem que isso implicasse confronto direto com o governo de Buenos Aires. Em defesa dessa suposição estava o receio desse governo de que, além de a Espanha destinar sua temida expedição militar ao Prata, contasse a armada com o apoio português; igualmente, as articulações dos emigrados portenhos esboçaram em vários momentos, conforme vimos, uma união de interesses entre a Corte e elementos e grupos políticos que até pouco tempo governavam em Buenos Aires contra o atual regime. Por todos esses motivos, era de se esperar que a Província Oriental não fosse tratada pelo também temeroso governo portenho como uma questão sua.

Mas para que dessa análise de conjuntura resultasse uma prática consistente dependia a instrumentalização de um fator cujo poder, desde 1808, nenhum protagonista do vasto universo político ibero-americano ousaria ignorar: a chamada "opinião

---

[489] Ofício n.6 de Palmela [presumivelmente à Corte], reservado, de 20/11/1816. Citado por V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império*, cit., p.341. Segundo esse autor, as diretrizes da política externa britânica comandada por Castlereagh envolvendo Portugal, Espanha e seus respectivos domínios americanos passavam por atrelar as questões de Olivença e do Prata, de modo que a Corte do Rio de Janeiro não usufruísse de espaços de ação excessivamente independente, na Europa ou na América (p.344).

pública". E para que a política portuguesa contasse com o seu amparo na Província Oriental foi fundamental uma transformação, no cenário político platino, do poder e da influência de Artigas.

Desde 1811, o prestígio do então general a serviço de Buenos Aires vinha crescendo, elevando-o à condição de liderança política autônoma e independente tanto dos triunviratos portenhos quanto das Cortes de Espanha e Portugal. A partir da rejeição dos deputados orientais pelo Congresso de Tucumán e da reunião do congresso alternativo de Capilla Maciel, em fins de 1813, há uma cristalização do poder de Artigas, à medida que ficava claro que sua liderança se fazia à margem dos governos de Buenos Aires e, potencialmente, contra eles. A formação do diretório em janeiro de 1814 deixava claro o processo de concentração de poder político desenvolvido a partir da antiga capital vice-reinal, o que era em parte uma resposta à ascensão de Artigas e a seu projeto de confederação. Posadas, o primeiro diretor, era aliás uma das figuras mais acentuadamente anti-artiguistas do primeiro escalão da política portenha. Foi sob sua égide que um decreto de 11 de fevereiro declarou Artigas "traidor da pátria"; pouco depois, em 7 de março, a Província Oriental foi oficialmente criada sob jurisdição do Diretório, tendo a ele subordinada toda a sua administração, inclusive o governo geral, agora a cargo de um governador intendente.[490]

Com a rendição final dos espanhóis e o fim do segundo sítio de Montevidéu em 20 de junho de 1814, teve início um período de sobreposição conflituosa de jurisdições sobre a Província Oriental: de um lado, o governo diretorial, controlando Montevidéu e seu porto; de outro, Artigas, com predominância sobre a campanha; por fim, a soberania de Fernando VII, que aos olhos do governo espanhol ainda não fora abolida formalmente e que se pretendia válida para toda a região. Com a caída de Posadas, a ascensão de Alvear, a retirada da acusação de "traidor da pátria" imputada a Artigas e a entrega, em fevereiro de 1815, de Montevidéu ao comandante artiguista Fernando de Otorgués, há uma nova expansão da influência do chefe oriental, que buscaria uma reaproximação com Buenos Aires. Em 16 de junho, Artigas recebeu pessoalmente em Paysandú dois representantes daquele governo, aos quais apresentou um tratado de paz e amizade, logo rejeitado. Pouco depois, dia 29, abria as sessões de um novo congresso

[490] Na verdade, trata-se de ratificação de uma estipulação anterior. O primeiro governador intendente foi Juan José Durán logo substituído por Nicolás Rodriguez Peña, agora "Delegado Extraordinário". (Augustín BERAZA – *La economía en la Banda Oriental 1811-1820*. 2ª.ed. Montevidéu, Ediciones de la Banda Oriental, 1969, p.46-48; A. FREGA. La virtud y el poder, cit., p.115).

em Concepción del Uruguay, conhecido como "Congreso del Oriente" ou "Arroyo de la China", reunindo representantes de Santa Fé, Córdoba (duas províncias que enviaram representantes também a Tucumán), Corrientes e Província Oriental. Nessa ocasião, foram ratificadas as estpulações anteriormente definidas em Tres Cruces, e Artigas foi eleito "Protetor" da recém-criada *Liga Federal* ou *Liga de los Pueblos Libres*.[491]

Não se deve pretender abarcar, sob a égide da expressão "artiguismo", um movimento coeso, supostamente integrado por partes homogêneas ou equânimes. O conjunto de aspirações provisoriamente organizadas em torno da liderança de Artigas configurava uma heterogeneidade de posições, de níveis de representações políticas bastante variáveis, de projetos políticos correspondentes a diversas espacialidades. Isso ficava claro nas próprias adesões explícitas no Congresso do Oriente, onde algumas províncias que a ele enviaram representantes o fizeram também para o Congresso de Tucumán, ao passo que outras já encampavam uma proposta de ruptura mais explícita com o centralismo diretorial portenho.[492] No entanto – e isso é profundamente significativo para os problemas que até aqui vimos analisando – adversários políticos da *Liga* deliberadamente tomaram Artigas e seu movimento como um bloco único, uma ameaça uniforme que tinha nome e feição muito bem definidos. Mas o processo de ascensão e declínio de Artigas não se explica evidentemente por simples manipulação política de imagens. Busquemos então os fundamentos desse movimento.

Desde a sua aparição no cenário platino em 1811, Artigas contou com maciça adesão de setores da campanha oriental, pequenos, médios e grandes fazendeiros, proprietários e lavradores que nele viam uma promissora alternativa de superação das desventuras impostas pela guerra. Dentre os grandes possuidores, causava insatisfação também a gestão da capital provincial, Montevidéu, que em 1810 dera início a uma impopular política de revisão de titulação das propriedades fundiárias passando a exigir, para sua regularização, a apresentação de um certificado de posse que grande parte delas não tinha. Na Província Oriental, a exploração da terra possuía boa dose de informalidade e de normatização por costumes, tanto do ponto de vista de seus

---

[491] Uma boa análise do Congreso del Oriente é empreendida por Ana FREGA. Revolución, guerra y "cuestión nacional": una aproximación al estudio del federalismo artiguista en la coyuntura de 1815. *Simposio Pertenencias e Identidades. Procesos de Construcción Estatal y Cuestión Nacional en los Países del Plata (Siglos XIX y XX)*. 1995. É sabido que foram eleitos representantes por Misiones, mas essa autora levanta dúvidas se eles chegaram ou não a participar dos trabalhos do congresso; sobre Entre Ríos, não encontrou notícia alguma sobre seus eventuais representantes.

[492] A melhor análise dessa diversidade é a empreendida por HALPERÍN DONGHI - *Revolución y guerra*, p.298 e segs.; também FREGA, Revolución, guerra y "cuestión nacional"..., cit., p.6.

trabalhadores diretos quanto do de seus donos, de modo que a medida – que visava sobretudo a aumentar a arrecadação de recursos destinados à manutenção da guerra – causou um distanciamento entre os interesses do Estado provincial e os de setores da campanha oriental.[493] Logo em seguida, o sítio de Montevidéu de 1811 promoveu uma dramática desarticulação entre a campanha, produtora de matéria-prima derivada da pecuária e da agricultura, e a cidade, espaço de industrialização, distribuição e exportação dessa matéria. Da mesma forma, houve uma desestruturação do sistema administrativo espanhol, sobretudo na campanha, do que decorria um estrangulamento na arrecadação de impostos pelo erário.[494]

A todos esses problemas o governo de Guadalupe de los Canelones ofereceu boas perspectivas. Desde o Congresso de Tres Cruces de 1813, a desestrutura econômica da Província Oriental era tema recorrente nos projetos artiguistas. Dois anos depois, já eram visíveis sinais de avanços na retomada do comércio e da atividade portuária e, em menor escala, na produção. Conforme muito bem concebeu Augustín Beraza, "la mayoría de los grandes hacendados de la Banda Oriental, ansiaban sólo una cosa: *polícia y orden*, impuestos por una autoridad que debía actuar en forma radical, lo que les permitia el goce pacífico y sin sobresaltos ni pérdidas, de sus riquezas y no aspiraban a más".[495] E, desse modo, se configurava uma base de apoio a Artigas que incluía muitos grandes proprietários e comerciantes que nele despositavam suas esperanças de manutenção da propriedade privada e de retomada dos negócios de indústria e comércio, tão duramente castigados pelo prolongado estado de beligerância que grassava a Província.

Portanto, de início, Artigas, o governo de Guadalupe de los Canelones e a *Liga de los Pueblos Libres* eram os portadores privilegiados da condição de combatentes de uma situação que, para todos os efeitos, era concebida à época como de *anarquia*. É muito importante perceber como essa condição é progressivamente transferida desse seu *locus* inicial e a partir de então disputada por agentes políticos opostos a Artigas, no bojo de lutas que se acirram em direção à configuração de soluções independentistas

---

[493] Bando de 23/08/1810 firmado pelo então governador da Província Oriental Joaquín de Soria. A. BERAZA – *La economía...*, cit., p.14-15. Segundo José Pedro BARRÁN & Benjamín NAHUM, "es posible que este Bando español haya sido más efectivo en cuanto a provocar un espíritu revolucionario, que todas las encendidas proclamas con que la Gaceta de Buenos Aires en manos de Mariano Moreno, pretendía conmover la Campaña Oriental" (*Bases económicas de la revolución artiguista*. 2ed. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1964, p.94).
[494] BERAZA – *La economía...*, cit., p.16-20.
[495] Idem, p.12.

tanto para a América espanhola quanto para o Brasil. Naturalmente, logo se mostraria limitada a capacidade de Artigas em atender a uma demanda que, não obstante apenas esboçada, já se mostrava mais homogênea, coesa e madura do que a própria configuração política do artiguismo, de modo que é o próprio seu declínio na condição de liderança oriental que impõe essa transferência de atribuições.

É um lugar-comum na historiografia brasileira, tão pouco voltada à complexidade da emergência do artiguismo enquanto alternativa política na década de 1810, atribuir-lhe uma condição de projeto plenamente incompatível com os propósitos "expansionistas" da política da Corte portuguesa no Brasil; durante muito tempo, mais comum ainda foi a reiteração de uma imagem, cunhada à própria época, de Artigas e seus seguidores como promotores de desordens fronteiriças que amedrontavam o governo joanino e o forçavam a tomar drásticas medidas defensivas. Ora, interpretações dessa ordem ignoram a atribuição inicial socialmente conferida a Artigas de combatente da anarquia e de restaurador daquilo que era almejado por grandes proprietários e comerciantes como a "boa ordem". É verdade que a liderança de Artigas representava para portugueses, espanhóis realistas e *criollos* portenhos uma incômoda presença no cenário político platino, tendo sido responsável por uma crucial reconfiguração dos focos de tensão entre os poderes tradicionais e os emergentes. Vimos anteriormente algumas de suas manifestações, como a rejeição dos representantes orientais em Tucumán e os congressos artiguistas alternativos, ou então a preocupação das autoridades portuguesas com agentes de Artigas no Rio Grande, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Contudo, essas tensões eram permeadas de recuos, negociações e tentativas de estratégicas aproximações, impossibilitando qualquer unanimidade na concepção de Artigas simplesmente como "inimigo", fosse pela Corte portuguesa, fosse pelo Diretório de Buenos Aires. O que é importa pois é tentar compreender como e por que a atribuição de agente restaurador da ordem foi deslocada de seu portador inicial e transferida a agentes políticos seus opositores.

O *Reglamento Provisorio de la Provincia Oriental para el Fomento de su Campaña y Seguridad de sus Hacendados*, aprovado pelo governo de Guadalupe de los Canelones em 10 de setembro de 1815, pode ser considerado a principal elaboração artiguista de uma política voltada à questão da terra. A desarticulação da economia oriental, baseada nos pólos cidade-campo, impunha uma retomada do segundo em sua tradicional condição de fornecedor de matérias primas, sobretudo as voltadas à indústria

da carne e derivados. Na Província Oriental, a evolução histórica do processo de ocupação e exploração da terra por espanhóis e portugueses resultara na convivência lado a lado de duas formas de exploração da terra e de gado: o latifúndio, com rebanhos fixos e o livre acesso à terra, com a igualmente livre sujeição de gado selvagem. Daí existirem regularmente distribuídas pelo território grandes, médias e pequenas propriedades, sem que houvesse predomínio de qualquer delas. No começo do século XIX, porém, o sul da Província era uma região na qual o latifúndio imprimia uma marca mais forte do que no norte. Aqui, por conta de uma maior presença de conflitos militares e por seu caráter de fronteira "aberta" diante dos domínios portugueses, a propriedade da terra era menos valorizada, o povoamento mais difícil e o nomadismo ainda mais forte do que no sul, onde predominavam propriedades mais estáveis e uma exploração mais sistemática da terra. De todo modo, o latifúndio, presente em toda a Província Oriental, não era fora o cerne das diretrizes recentes de ocupação da terra, antes voltadas a motivos de ordem estratégica, em observância a necessidades circunstanciais de deter o avanço de forças inimigas pelo povoamento e sem jamais pretender erradicar o nomadismo, tão marcante na paisagem social rural oriental. Tampouco o seria para a política fundiária artiguista. A reforma agrária de Artigas não almejava simplesmente "distribuir" e "democratizar" o acesso à terra. Seus objetivos consistiam sobretudo em, de posse de uma acurada visão dessa estrutura fundiária oriental, promover a retomada e o crescimento das atividades econômicas que tinham na terra o seu fundamento. Embasado em referenciais típicos do pensamento reformista bourbônico de finais do século XVIII e inícios do XIX, o *Reglamento Provisorio* artiguista revela influência direta da *Memória sobre el estado rural del Río de la Plata*, elaborada pelo real demarcador de limites Félix de Azara quando, em 1801, se encontrava a serviço da coroa espanhola, e de cujos trabalhos participou Artigas. De acordo com suas diretrizes, deveria ser buscado um melhor aproveitamento das potencialidades oferecidas ao conjunto do Império, conferindo especial atenção às especificidades dos territórios coloniais. Basicamente, tratava-se de um projeto de fomento à produção por meio da repartição e distribuição de terras, que deveriam ser ao máximo aproveitadas como fonte de riquezas. Na conjuntura revolucionária em que se inscreve a reelaboração artiguista dessa diretriz geral, ela acabou por prestar atenção a uma realidade social que incluía índios, negros livres e pobres que, segundo o

Reglamento, também seriam elementos a desfrutar dos benefícios diretos trazidos pelas reformas.[496]

Isso não implica, voltando ao ponto, que o alvo das reformas fosse a grande propriedade, o que tornaria incompreensível o apoio inicial de grandes senhores de terra ao artiguismo. Mesmo porque a Província Oriental contava com um manancial de propriedades potencialmente disponíveis para a consecução da pretendida distribuição que consistia nas terras reais e de elementos anti-revolucionários (os "emigrados, malos europeos, y peores americanos" na célebre expressão do *Reglamento Provisorio*[497]), estas sim alvo direto e preferencial das reformas. E foi desse modo que, efetivamente, Artigas e o governo de Canelones promoveram, a partir de 1815, uma reforma agrária, condicionada por todas essas características próprias à estruturação fundiária da Província.

Muito mais do que a política de desapropriações, seriam as restrições impostas à saída de rebanhos da Província Oriental que colidiriam com os interesses portugueses na região. O traslado de gado em direção ao Rio Grande era muito freqüente por conta das guerras travadas na campanha e da dificuldade das autoridades tanto espanholas quanto portuguesas em controlar a fronteira. Esse afluxo muito favorecia, conforme vimos, a economia rio-grandense, que passava a dispor de quantidade cada vez maior de rebanhos a serem explorados. A partir de 1811, quando, segundo John Luccock, a região oriental do Prata podia "ser considerada como parte integrante do Brasil",[498] a invasão portuguesa reforçava esse quadro, testemunhado ademais por várias reclamações dirigidas às autoridades do Rio Grande por espanhóis orientais lesados com a perda de rebanhos. Outra face do mesmo processo, também são freqüentes as solicitações de autorização para transferência de rebanhos para os domínios portugueses por parte de proprietários que fugiam das guerras platinas.[499] Pesquisas recentes

---

[496] BERAZA – *La economia...*, cit., p.66 e segs. BARRÁN & NAHUM - *Bases económicas...*, cit., parte II, cap.1. Esses autores empreenderam uma análise de conteúdo comparando o *Reglamento* com outros similares espanhóis, inclusive com a *Memoria* de Azara (p.102 e segs. O *Reglamento* se encontra às pp.132-138). Também A. CASTELLANOS – *La Cisplatina, la independencia y la republica caudillesca*. s.l., Ed. de la Banda Oriental, 1998, p.8-11; e Rosa ALONSO (et al.) – *La oligarquia oriental en la Cisplatina*. Tacuarembó/Colonia, Pueblos Unidos, 1970, p.77 e segs., e p.103-104.

[497] Artigo n.12 (BARRÁN & NAHUM – *Bases económicas...*, cit., p.133).

[498] Cf. capítulo I, *supra*.

[499] A historiadora Helen Osório nos revela vários desses casos. Ana Quirós de Seco, de Montevidéu, não obstante ter auxiliado o exército português em sua empreitada de 1811, arcara com o prejuízo equivalente a 2.268 cabeças de gado, 25 bois, 1 mula, 452 cavalos, 11 éguas mansas com crias e 11 potros. Em 1813, Romão Santiago Rodríguez fugiu de Montevidéu e da revolução, transferindo-se para o Rio Grande, levando consigo 3 mil animais; no mesmo ano, João Gonçalves da Silva (irmão de Bento Gonçalves) o

apontam uma ampliação bastante considerável no tamanho dos rebanhos rio-grandenses entre os anos de 1815 e 1825, que de no máximo 15.500 cabeças saltaram para 19, 25 e até 27 mil cabeças.[500] Ora, o fato de o *Reglamento* de 1815 dispor que "en atención a la escasez de ganado que esperimenta la Provincia, se prohibirá toda tropa de ganado para Portugal" e "al mismo tiempo que se prohibirá a los mismos hacendados la matanza del hembrage hasta el restablecimiento de la campaña" posicionava a política fundiária artiguista na contramão de interesses portugueses.[501]

Por outro lado, não se pode ignorar que o artiguismo trazia em si uma coerência entre discurso e prática de nuances igualitaristas inusual no universo político platino da época, o que não poderia deixar de amedrontar propugnadores da ordem conservadora, como eram as vozes mais ativas no universo político luso-americano. Além de incluir em sua redistribuição de terras alguns setores desprivilegiados da sociedade oriental - "los más infelices serán los más privilegiados", dispunha o artigo 6º. do *Reglamento*[502] - , os projetos políticos artiguistas tocavam na delicada questão da escravidão. Se bem que Artigas seguisse a tendência revolucionária geral de toda a América espanhola de evitar medidas jurídicas verdadeiramente eficazes contra a escravidão, é fato que ele acolhia escravos fugitivos, incorporando-os às suas fileiras militares e muitas vezes reconhecendo-os como homens livres.[503] E com isso ganhavam razão de ser os boatos, as notícias e os receios expressos pela Corte do Rio de Janeiro em relação à sua figura e ao seu poder.

No entanto, tudo isso demandaria algum tempo para se cristalizar, bem como a inadequação de Artigas na condição de restaurador da "boa ordem". Em 1815, uma delegação a ele dirigida pelo Cabildo de Montevidéu pedia sua manutenção no governo da Província em termos muito claros: "estamos reducidos a la rigorosa alternativa de, o someternos a una deplorable anarquía, o exigir de V. E. esta proteccion. Sin ella sera la Prov.a Oriental el ludrivrio de las demas – la víctima de la revolución, Y solo el braso

---

fez com 2 mil animais. Ao todo, os registros de 1813, certamente subestimados, indicam um total de 77.320 animais transportados da Província Oriental para o Rio Grande. Helen OSÓRIO. La capitanía de Río Grande en la época de la revolución artiguista: economía y sociedad. In: Ana FREGA & Ariadna ISLAS (coord.). – *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/Universidad de la República, 2001, p.170-172.

[500] Em parte devido também à apropriação de terras orientais que se seguiria à invasão portuguesa de 1817 (H. OSÓRIO, Idem, p.170).

[501] BARRÁN & NAHUM – *Bases económicas...*, cit., p.125 e p.137.

[502] Desde que "con su trabajo y hombría de bien propenden a su felicidad y a la de la Provincia" (Idem, p.134).

[503] Idem, p.124. Também FREGA. La virtud y el poder..., cit.

fuerte de V. E. puede livrarle de este peligro, q.e le amenaza, con la misma constancia, energía y prudencia q.e le ha livertado infinitas vezes".[504] É fácil perceber como essa atribuição a Artigas conhecia, no mesmo momento, uma alternativa rival: a da política da Corte do Rio de Janeiro, que desde 1811 – a rigor, se quisermos, desde o carlotismo - vinha procurando fincar alguns dos fundamentos de sua política externa no argumento da "pacificação" necessária às fronteiras dos domínios portugueses ameaçados pelas convulsões da América espanhola. Potencialmente, o príncipe regente seria o grande portador de um projeto de pacificação da Província. Seria pois imprescindível mostrar aos setores orientais interessados nessa bandeira por que ele, e não Artigas, deveria desempenhar essa função.

A partir de 1816, o empenho da Corte do Rio de Janeiro não precisaria ir muito além de apresentar o príncipe regente como alternativa. As divisões internas – as alforrias e a política de inclusão socioeconômica de índios e escravos não gozavam de prestígio em todos os "artiguismos" -, as dificuldades de reconstrução da economia numa Província Oriental ainda fortemente militarizada, o prolongamento da situação de beligerância e as pressões advindas do governo de Buenos Aires – que mesmo nos momentos de aproximação não deixava de sustentar diretrizes políticas incompatíveis com os princípios confederativos – minaram progressivamente Artigas e o artiguismo, até que finalmente os embates entre suas forças e exércitos portugueses definitivamente varreram a Província Oriental de sua influência. Desse modo, se o conflito entre os poderes políticos diretorial de Buenos Aires e artiguista, por um lado tornara cada vez mais longínqua a perspectiva de restauração na região do tradicional poder realista espanhol, abrira boas perspectivas favoráveis à expansão da influência lusitana. Nesse novo quadro, grupos comerciais como os de Francisco Juanicó, Luis Godefroy, Mateo Margariños, Antonio San Vicente, Cristóbal Salvañach, Pascual Parodi, Pedro Francisco de Berro, Joaquín de Chopitea, Manuel Costa y Texidor, Juan Vidal y Batlla, Carlos Camusso, Antonio Massini, José Batlle y Carreó, Roque Antonio Gómez e José Gestal passariam a desfrutar não apenas de um ambiente econômico favorável à manutenção de seus negócios e fortunas, mas também de condições privilegiadas de exercício das atividades comerciais que mantinham com praças mercantis do Brasil. Se agregarmos a esses nomes outros como os de Dámaso Antonio de Larrañaga, Tomás García de

[504] Nota do Cabildo de Montevidéu a Artigas, 15/06/1815, transcrita por FREGA, Revolución, guerra y "cuestión nacional"..., cit., p.13.

Zuñiga, Lucas José Obes, Nicolás Herrera, Juan José Durán, Francisco Xavier de Viana, os irmãos Santiago e Ventura Vázquez, Pedro Viera, Baltasar Vargas, Eusebio Valdenegro, Pedro Pablo Vidal, Gerónimo Pío Bianqui, teremos uma relação de nomes indicativos de perfis e trajetórias bastante comuns a esse tempo: homens envolvidos na produção ou no comércio oriental e platino que geralmente se envolveram no mundo da política no contexto revolucionário, por vezes ocupando cargos nos governos de Buenos Aires, com alguma passagem – como exilados – ou envolvimento com o Brasil, a partir de 1813, apoiando Artigas e trocando-o na condição de protetor da ordem, pelo príncipe regente.[505] Desse modo, recorrendo às palavras de dois estudiosos da economia oriental, "no es acaso sintomático que muchos de los que intervienen en el Congreso de abril de 1813, sean luego los que abran sus puertas al invasor porteño en 1814 y al portugués en 1817? Los grandes hacendados, en general, no estaban dispuestos a hipotecar el porvenir de sus establecimientos en una lucha que parecía no tener fin. El cansansio de la guerra se hacía sentir con mucha más fuerza entre los poseedores de algo que entre los que nada tenían".[506]

No Brasil, a iminência de uma segunda intervenção militar portuguesa na Província Oriental transbordava dos círculos da alta política estatal para a discussão pública. Em 30 de março de 1816 chegou ao Rio de Janeiro proveniente de Portugal, a Divisão de Voluntários Reais, comandada por Carlos Frederico Lecor e que, nas palavras de Marrocos, todos julgavam ter como destino "a guerra do sul".[507] Integrada por 4.929 homens, a expedição partiu para Santa Catarina em 12 de junho, de onde deveria seguir ao encontro do restante das tropas portuguesas reunidas no porto de Maldonado ou, se conveniente, outro qualquer da embocadura do Prata. Segundo as instruções expedidas em 4 de junho pelo ministro de Negócios Estrangeiros e Guerra, marquês de Aguiar, a Lecor, o objetivo último era a ocupação de Montevidéu – para a qual Lecor fora nomeado, em 5 de junho, governador e capitão-general - e de todo o

---

[505] BERAZA – *La economía...*, cit., p.19; BARRÁN & NAHUM – *Bases económicas...*, cit., p.123; ALONSO (et al.) – *La oligarquía oriental...*, cit., p.28-29.

[506] BARRÁN & NAHUM – *Bases económicas...*, cit., p.121. Dentre os muitos testemunhos que poderiam ser evocados nesse sentido, há o de Juan de Astorga que, perante a iminência da invasão, dirigiu uma carta ao Cabildo de Montevidéu suplicando, em nome de "pobres Paysanos", a manutenção do comércio da Vila de Melo com os portugueses, "de donde Siempre este Pueblo se ha surtido" (carta de 31/01/1816, trascrita por FREGA, La virtud y el poder..., cit., p.130). Também HALPERIN DONGHI – *Revolución y guerra...*, cit., p.279-315.

[507] Carta de Marrocos ao pai de 30/03/1816, transcrita por J. A. Soares de SOUZA. O Brasil e o Prata até 1828. In: Sérgio B. de HOLANDA (dir.) - *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1970. (t.II "O Brasil monárquico"), p.316.

território aquém do Uruguai, formando nele uma capitania com governo separado e interino. Em 3 de outubro, forças comandadas por José de Abreu – o mesmo que em 1811 fora encarregado pelo governo do Rio Grande de São Pedro de uma missão diplomática a Assunção, Paraguai – obtiveram importante vitória frente aos comandados de Andrés Artigas, em Missões; dezesseis dias depois, em Ibirocaí, os artiguistas chefiados por Verdun cairiam diante dos portugueses de João de Deus Menna Barreto; e, em 19 de novembro, a derrota dos exércitos de Frutuoso Rivera em India Muerta abriria definitivamente o caminho para a ocupação portuguesa de Montevidéu.[508]

É importante ressaltar que os preparativos da Divisão de Voluntários Reais para sua missão na Província Oriental foram mantidos em sigilo pela Corte do Rio de Janeiro. Às potências estrangeiras foi dada apenas uma breve e imprecisa satisfação de que se buscava em Portugal uma divisão "para ser empregada na defesa dos seus estados na América"[509]; a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou somente duas notas a respeito de movimentos militares chefiados pelo general Lecor, sem qualquer especificação de propósitos ou destino das tropas.[510] Durante quase todo o segundo semestre de 1816, seus leitores foram privados de toda informação a respeito, até surgirem, em novembro, as primeiras notícias de vitórias – geralmente avassaladoras - das forças portuguesas. Em dezembro, "a margem esquerda do *Uruguai* est[aria] quase inteiramente livre de inimigos, e pelas providências tomadas pelo Tenente general *Curado*, para a cooperação e mútuo apoio das tropas destinadas a cobrir a sobredita margem esquerda, é de esperar que fiquem sem efeito os planos de *Artigas*, que tinha em vista entranhar-se pelo *Rio Pardo* para devastar o interior da nossa Capitania".[511]

Quando Lecor chegou a Montevidéu, em 20 de janeiro de 1817, todos os acontecimentos já tinham sido publicados pelo *Correio Brasiliense*, de domínio público. A primeira referência à remessa de tropas portuguesas para o Brasil – compostas por "veteranos experimentados nas campanhas da Península" - se encontra já em seu número de junho de 1815, quando os objetivos da Corte ainda pareceriam obscuros ao editor.[512] Pelos meses seguintes, se desenvolveria a expectativa da invasão: em maio,

---

[508] Idem, p.316-317.
[509] Despacho de Castlereagh de 19 de dezembro de 1816, citado por LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.407-408.
[510] *GRJ* extra n.03, 22/05/1816; e ordinária n.49, 19/06/1816.
[511] *GRJ* n.101, 18/12/1816. Esse extrato da *Gazeta* seria publicado pelo *CB* v.XVIII, n.107, 04/1817.
[512] *CB* v.XIV, 06/1815.

agosto e outubro de 1816, publicaria vários documentos relativos à movimentação da Divisão de Voluntários Reais no Rio de Janeiro;[513] a partida da expedição foi dada em julho, quando o *Correio* considerava certo que seu destino era, de fato, a Província Oriental. Nesse momento, Artigas já começa a ser malvisto pelo *Correio*, mas ainda destituído do sentido de franco opositor aos propósitos da Corte portuguesa: sendo a Província Oriental um território "dominado por um dos chefes revolucionários, chamado Artigas; o qual, sendo um contrabandista nas fronteiras limítrofes do Rio Grande e Montevidéu; foi nomeado pelo antigo Governo Espanhol, tenente de *Blandengues*, que é uma espécie de tropa de polícia, empregada a perseguir e prender contrabandistas". Desse modo, três suposições eram aventadas para explicar as vistas da Corte portuguesa com a invasão: a primeira, "que o Governo do Brasil vai de acordo com Artigas; e que este lhe deseja entregar o território, que comanda"; a segunda, "que El Rei de Portugal vai a tomar posse daquelas terras, em conseqüência de ajustes, e de inteligência com El Rei de Espanha"; finalmente, "que não há nisto nenhum ajuste, e que a Corte do Rio de Janeiro, obra de seu motu próprio, tomando este território, para se livrar de um vizinho incômodo; porque Artigas favorece a deserção dos soldados Portugueses; porque abriga os escravos, que fogem do Brasil; e porque não cuida em coibir nem o comércio ilícito entre as duas nações, nem os crimes que cometem os súditos de ambas as partes".[514]

A partir daí, o *Correio Brasiliense* defendeu abertamente a invasão, bem como cristalizou uma imagem negativa de Artigas, tomado como promotor da desordem: "informados como nós estamos do incômodo que a vizinhança do general Artigas tem causado ao Brasil", afirmava em seu número de agosto de 1816, "achamos muito racionável que a Corte do Rio de Janeiro tentasse a conquista de todo o território ao Norte do Rio da Prata, e a Leste do Paraguai"; essa justiça estaria assentada não apenas no fato de que "a adição daquele território ao Brasil lhe procura limites muito naturais, e isentos de controvérsias", mas igualmente na "necessidade, que tem El Rei de Portugal, de proteger os seus súditos, naquela parte do Brasil, contra os repetidos incômodos, que lhe causam os Insurgentes debaixo do Governo de Artigas; e no que concordam exatamente os outros Insurgentes de Buenos Aires". Afinal de contas, segundo o *Correio*, "os escravos, que fogem do Brasil, os desertores, os facinorosos são todos bem

[513] *CB* v.XVI, n.96, 05/1816; v.XVII, n.99, 08/1816; v.XVII, n.101, 10/1816.
[514] *CB* v.XVII, n.98, 07/1816.

acolhidos pelas partidas de Artigas no campo neutral;[515] e se o Governo do Brasil não puser cobro a isto, com tempo, tomando ocupação militar daquele território, o campo neutral se povoará, dentro em bem pouco tempo, de homens levantados, que se farão temíveis com suas correrias, e que pela natureza do país, e modo de vida de seus habitantes, serão ao depois inconquistáveis pelas forças, que o Brasil lhe pode opor".[516] Tornada pública a invasão, o *Correio* se empenharia em defendê-la perante posições contrárias a ela, como as de jornais ingleses e as do *Investigador Português*, no que aliás ele se mostraria muito ciente da necessidade de se construir um amplo apoio à medida. "A impopularidade da guerra é um dos argumentos com que o Investigador quer mostrar que ela não é útil"; a ele, respondia o *Correio* que

> "as medidas de um Governo não são boas ou más, por que sejam ou deixem de ser populares [...]. Se infelizmente a torrente popular vai contra alguma medida justa, ou política, do Governo, é do dever dos escritores públicos guiar a opinião pública, e nunca favorecer os erros ou prejuízos da nação, e alegar com eles para fazer desviar o Governo de seus bons propósitos. O Governo tem obrigação de promover o bem público, mas não de fomentar e seguir a falsa opinião do povo. Os demagogos, e os revolucionários são que lisongeiam em todos os casos os prejuízos e opiniões do público, para tirarem disso partido, pescando nas águas turvas. Promover o bem público, e fomentar os prejuízos do povo são coisas muito diferentes".[517]

---

[515] Correspondente à região fronteiriça de Missões.

[516] *CB* v.XVII, n.99, 08/1816. Na mesma linha, o número de 01/1817 (*CB* v.XVIII, n.104), segundo o qual Artigas "governa o território de Montevidéu, nas fronteiras do Brasil, sem reconhecer o Soberano de Espanha; sem obedecer aos Governos Republicanos, que se têm estabelecido naquelas províncias revoltadas, e sem mostrar outro título para governar aqueles povos, senão a força das tropas", permitindo "que as suas tropas façam continuadas correrias no território do Brasil", ameaçando "que excitará uma revolução nas províncias que lhe ficam contíguas".

[517] *CB* v.XVII, n.101, 10/1816 (outras polêmicas com periódicos ingleses se encontram no *CB* v.XVII, n.100, 09/1816; e no *CB* v.XVII, n.102, 11/1816). No mesmo número de outubro, contestando gazetas inglesas, afirmava o *Correio* que "todas as circunstâncias sabidas em público tendem a mostrar que o Governo do Brasil intenta segurar-se contra as fatais conseqüências da guerra civil entre seus vizinhos; e a razão está mostrando que a posse do território de Montevidéu lhe pode dar esta segurança, que nenhuma outra precaução pode ministrar: principalmente quando é notório que uma grande parte dos habitantes daquele país se conformarão de boa mente com semelhante arranjo". Se relativizarmos a palavra "grande" dessa última frase, é forçoso reconhecer que, de fato, o *Correio* não estava mal informado. Em 09//05/1816 o Cabildo de Montevidéu era comunicado, por um alcaide de quartel, que vários portugueses residentes na região passaram a usar negro em sinal de luto pela morte da rainha D. Maria I, o que causava transtorno e inquietação (caso revelado por FREGA, La virtud y el poder..., cit., p.111).

A difusão dos debates sobre a questão era generalizada, bem como a percepção do papel fundamental que a imprensa adquiria de sustentar a política joanina de invasão da Província Oriental.[518] Nesse ponto há um notável reforço do que tem nos revelado uma comparação entre, digamos, a "cobertura jornalística" da *Gazeta do Rio de Janeiro* e a do *Correio Brasiliense*: suas enormes diferenças formais acobertam uma postura idêntica no tocante à consciência da importância do curso dos acontecimentos da América espanhola para o Brasil, bem como receios em relação aos efeitos que esse impacto poderia causar. A grande e substantiva diferença reside novamente no fato de que a *Gazeta*, sendo porta-voz oficial da Corte, não poderia publicizar medidas que descontentassem em excesso os poderes políticos com os quais pretendia manter boas relações – aqui, notadamente a Corte espanhola – e perante os quais todos os seus representantes oficiais dirigiam mais justificativas do que explicações concretas. E, mais uma vez, como a *Gazeta* insistisse em guardar silêncio até mesmo sobre atitudes governamentais que eram do conhecimento de todos, o *Correio* se queixava de "continuar a Corte no pernicioso sistema de não informar o público dos fatos importantes, que se vão passando; porque em conseqüência desse silêncio todo o mundo suspeita o que é pior; espalham-se rumores desvantajosos, que se acreditam; porque não são desmentidos; o povo desgosta-se de uma guerra, que supõem malsucedida, em conseqüência dessas falsas informações; a nação adquire mal nomeada no estrangeiro; e enfim tudo vai mal pela única razão de não se querer dar ao público fiel conta das novidades importantes." Insistindo na crítica, afirmava que "nem obsta a isto o dizer-se que se o Governo publicar os acontecimentos adversos desanimará a nação; pelo contrário, uma exposição verdadeira, mesmo de sucessos desastrosos, anima os povos a vingar as afrontas, e a veracidade da exposição influi sempre na nação correspondente confiança em seu Governo; quando essa confiança nunca pode ser obtida pelo misterioso segredo, que se guardar sobre os sucessos da guerra".[519]

Em 19 de janeiro de 1817, na véspera de sua entrada em Montevidéu, Lecor recebeu em seu acampamento próximo à cidade três deputados do Cabildo: Benito Blanco, Luís de la Rosa Britos e Dámaso Larrañaga. Ao comandante português ofereceram o aval definitivo de que, não obstante a continuação de lutas na campanha, a

[518] O *Correio Brasiliense* transcreveu uma sessão do Parlamento britânico de 10/03/1817 onde se debateu sobre as colônias espanholas da América e a questão de Montevidéu (*CB* v.XVIII, n.106, 03/1817). Nesse número e no de janeiro, o *Correio* publicou vários documentos da Divisão de Voluntários Reais.
[519] *CB* v.XVIII, n.105, 02/1817.

ocupação portuguesa da Província gozava, desde já, com uma base de apoio. A ela Lecor se mostraria bastante atento e fiel. Por uma série de acordos secretos, celebrados entre ele e o Cabildo de Montevidéu, teve início uma nova fase da vida política da Província Oriental.[520] No discurso apresentado ao Cabildo, o general português evocava os "repetidos insultos q.e el caudillo Artigas ha hecho álos havitantes pasificos de buestro paiz y alos del Rio Grande; la prohivicion absoluta de comunicacion entre buestros Paysanos y los Portugueses dela frontera; y ultimamente la disposicion obstil en q.e colocó sus Tropas, dirigiendolas àlas imediaciones del Rio Pardo". Para Lecor, seriam essas razões suficientes "para demostrar con ebidencia, que *ni* entre vosotros puede haver estabilidad de Govierno, ni seguridad en los dominios Portugueses mientras el Os oprima". Assim, lançava um apelo:

> "Terminemos pues, habitantes de la Provincia de Montevideo un estado de insertidumbre q.e arruina buestro paiz y inquieta la frontera del Reyno del Brasil. Para ebitar tantos males soy yo mandado por mi Soberano con las Tropas q.e veis y otras q.elas siguen. Ellas empero no marchan á conquistaros, ni arruinar buestras propriedades; bien al contrario su unico objeto es el de sugetar al enemigo, libraros dela opresion restableser buestra tranquilidad, Abolir las contribuciones extrahordinarias q.e se os huvieren impuesto, y tratar atodos con blandura, a esepcion solamente de aquellos que osacen perturbar de aqui adelante el sociego publico."[521]

Capitaneados e ratificados na esfera do Cabildo por alguns dos mais proeminentes proprietários de terras, de gado e comerciantes da Província Oriental, os acordos que estabeleceram o início da dominação portuguesa sobre Montevidéu são indícios seguros da constituição e articulação de grupos de interesse que ofereceriam,

---

[520] O envio da deputação a Lecor foi decidido em sessão secreta do Cabildo de Montevidéu do próprio dia 19 de janeiro; na mesma sessão, foi feita com a exposição de motivos e a ratificação da entrega. Na sessão do dia 20 foram entregues as chaves e feito o compromisso português de, no caso de uma eventual desocupação, devolvê-las somente ao Cabildo, numa medida que visava resguardar a Província Oriental de qualquer possibilidade de reconquista espanhola. Como complemento, houve uma sessão também no dia 23. As quatro atas lavradas nessas ocasiões foram publicadas por Juan E. PIVEL DEVOTO, El congreso cisplatino (1821). *Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay*, tomo XII. Montevideo, 1936, p.223-231. A carta que a deputação de 19/01 portava a Lecor foi publicada no *CB* v.XIX, n.110, 07/1817, extraída da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

[521] Ata secreta da sessão de 19/01/1817. PIVEL DEVOTO, cit. Original em espanhol. O *Correio Brasiliense* confirmou a entrada das tropas portuguesas em Montevidéu em 03/1817 (*CB* v.XVIII, n.106).

pelos anos seguintes, uma base de sustentação àquela dominação. Em última instância, tratava-se de um deslocamento para D. João e para o governo português de atribuições e expectativas anteriormente depositadas em Artigas. E assim, fundados na crença de que "la prosperidad, nunca tendrá lugar e este hermoso Pais en otro tiempo, ni baxo otra dominacion, q.e la de S. M. F.ma", os cabildantes decidiram pelo envio de representantes junto ao Rei de Portugal, "el unico, q.e p.r sus virtudes, p.r la dulsura de su gob.no, p.r la posicion relatiba de esta Prov.a con el Reyno Del Brasil, y p.r la conformid.d de Religion, usos, idioma y costumbres, puede restablecer el sociego, el orden, y la opulencia a este desgraciado territorio". Solicitavam a incorporação definitiva da Província Oriental aos domínios portugueses da América.[522]

Por motivos que serão esmiuçados mais adiante, a Corte portuguesa não demonstrou especial afeição a essa solicitação, preferindo manter uma ocupação em caráter - a princípio - temporário, estrategicamente circunstancial, buscando convencer a restaurada Espanha de Fernando VII e a agressivamente legitimista e contra-revolucionária Santa Aliança da justiça de seus procedimentos em relação à Província Oriental (sua ocupação seria uma "questão de segurança"). Por isso mesmo, torna-se necessária a veiculação pública de uma imagem fortemente negativa de Artigas, tarefa perante a qual nem mesmo a silenciosa *Gazeta do Rio de Janeiro* se calaria. O "intitulado protetor de povos livres", chefe de subalternos que, "além de serem mais violentos, e mal comportados, são ignorantíssimos", seria dotado de "ambição desmedida", exercendo "um Governo absolutamente tirânico" e por isso inimigo do Paraguai, de Corrientes e de "outros povos [que] sofrem de má vontade o seu jugo"; "um homem perigoso, e a quem é preciso tirar quanto antes os meios de fazer mal, visto que não se limita só aos povos, que governa, mas tem meditado tiranizar igualmente os outros".[523] Ou então, se oferecermos a palavra novamente ao *Correio Brasiliense*, um "salteador [...] perverso" que "crendo-se [sic] a si mesmo Soberano de nação, que não existe, não pode ser considerado como Representante de povo algum",[524] mantendo-se à frente de "um punhado de bandidos de todas as partes",[525] tendo ainda "armado os negros e os Índios";[526] ao contrário das "seções da América Espanhola, que se

[522] Palavras da ata secreta da sessão de 23/01/1817, publicada por PIVEL DEVOTO, cit., p.231-233. Para a Corte foram enviados Larrañaga e Pío Bianqui.
[523] *GRJ* n.07, 22/01/1817
[524] *CB* v.XXII, n.129, 02/1819.
[525] *CB* v.XXII, n.132, 05/1819.
[526] *CB* v.XVIII, n.106, 03/1817.

declararam independentes da Espanha", que "têm adotado suas formas de Governo análogas às das mais nações civilizadas, e têm procurado acomodar seus atos ao reconhecido direito das Gentes", Artigas adotou "um sistema de partidário, semelhante ao dos Árabes vagabundos, que somente vivem da rapina".[527]Segundo uma carta publicada no londrino *Times*, Artigas ameaçava "com contínuas irrupções o território Português" e cometia "hostilidades contra o Governo do Brasil, trabalhando por excitar negros e índios contra seus senhores e causar uma revolução no reino de S. M. Fidelíssima".[528]

Consumada a invasão, e retomando os trâmites da política reservada, o representante português em Paris, Francisco José de Maria Brito, dirigiu a Richelieu uma nota na qual justificava a conduta de seu governo no Prata, agindo "prontamente e com energia contra o inimigo das duas coroas [Espanha e Portugal], a fim de que aquele país entre a anarquia e a destruição, abandonado seis anos há pela metrópole, se não converta num vizinho ainda mais perigoso, consolidando seus meios de ataque e renovando no Brasil as cenas sanguinolentas de São Domingos".[529] Na Espanha, José Luiz de Souza deveria asseverar ao governo de Fernando VII que a medida fora tomada pela Corte do Rio de Janeiro com o "único fim de assegurar as suas possessões para o que parecia indispensável, que afastássemos da parte mais vulnerável da nossa Fronteira do Brasil vizinhos tão incômodos",[530] reafirmando que dessa maneira o governo joanino nada mais faria senão atuar em defesa do princípio de legitimidade dinástica. "A ocupação temporária da banda oriental do Rio da Prata pelas Armas Portuguesas é já um princípio de vitória contra a insurreição, e diminui os obstáculos que a Espanha terá a vencer para a reconquista das Províncias vizinhas".[531] Contudo, ao propalar o interesse do príncipe regente em ver "restabelecida a autoridade de S. Majestade Católica nas suas Colônias", Souza mostrava-se perfeitamente ciente da "vantagem que nos resultaria da posse d'aquela extensão de terreno", podendo representar a garantia de "uma indenização suficiente pelas despesas da guerra, as quais compreenderiam os

[527] *CB* v.XXIII, n.139, 12/1819.
[528] Carta publicada no *Times* de 24/04/1818, subscrita por "Veritas".(*CB* n.119, 04/1818). Essa imagem de Artigas prevaleceria na historiografia brasileira por um bom tempo, no que talvez tenha parcela de responsabilidade João ARMITAGE, que em sua *História do Brasil* escreveu: "Artigas, se bem que talentoso e intrépido, tinha pouco caráter[...]. Não só se apoderou do campo com os seus afamados Montoneros ou guerrilheiros, como autorizou os piratas a que preassem sobre os portugueses" (4ª.ed. São Paulo, Martins, 1972. A primeira edição em inglês é de 1836, e em português de 1837.
[529] Nota de 30/01/1817, citada por O. LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.410.
[530] Ofício n.111 de Souza a Aguiar, Madri, 10/12/1816. *AHI*, Legação em Madri.
[531] Carta de Palmela a José Luiz de Souza, Londres, 02/12/1817. *AHI*, Legação em Madri..

gastos feitos pela Expedição desde Portugal, e tudo o que se julgasse introduzir n'esta conta".[532]

É fácil perceber como essa argumentação oficial se amparava em receios já demonstrados pelo discurso público do *Correio Brasiliense*, da *Gazeta do Rio de Janeiro* e, se quisermos, também do *Patriota*: "as circunstâncias do Brasil, cercado de Países revoltados, exigiam certas precauções indispensáveis para não provocar o resto dos Insurgentes contra nós",[533] do que a invasão portuguesa do "Território da Margem Setentrional do Rio da Prata" traria "as mais saudáveis conseqüências, tanto para a segurança do Reino do Brasil, como para a pacificação das Colônias Espanholas".[534] De encontro a essas preocupações, do ponto de vista português, o argumento das fronteiras naturais parecia bastante sólido. "Não devendo medir-se o terreno na América (tanto pela falta de população, e cultura, como pelo estado de insurreição das Colônias Espanholas) com a escrupulosidade com que se olhava para o terreno na Europa", declarara Souza a Pizarro, era "preciso tomar por limites os que a natureza parece ter indicado, porque só assim podíamos conseguir a segurança das nossas Fronteiras e a tranqüilidade do Reino do Brasil".[535] Em tudo isto, há uma notável articulação entre elementos da realidade concreta da Província Oriental com a manipulação de argumentos e imagens que – acreditava-se – deveriam beneficiar não apenas a invasão portuguesa mas também, numa dimensão mais abrangente, a própria política joanina voltada à preservação da integridade da monarquia bragantina e da coesão do Reino Unido. Para a *Gazeta do Rio de Janeiro*, como a intervenção do exército "pacificador" português fora requerida pelo próprio Cabildo de Montevidéu – o que era verdade - "tanto para coibir os tumultos, e discórdias intestinas, que se iam suscitando, como para impedir que não se executassem as recomendações d'*Artigas*, acerca da destruição da Praça e dos seus estabelecimentos", naturalmente todos deveriam esperar que Lecor tomasse prontamente "as medidas mais fortes, e eficazes para dispersar e destruir alguns bandos de *Artigas*, que ainda infestam o país", de modo que "brevemente a boa ordem e

---

[532] Oficio n.139 de Souza a Antonio de Araújo e Azevedo (conde da Barca), Madri, 19/05/1817. *AHI*, Legação em Madri.
[533] Palavras de Souza a D. José Pizarro: oficio n.142 de Souza a Barca, Madri, 22/06/1817. *AHI*, Legação em Madri.
[534] Resposta de Souza a Palmela, Madri, 05/10/1817. *AHI*, Legação em Madri.
[535] Oficio n.193 de Souza ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Tomás Antônio Vilanova Portugal, Madri, 09/05/1818. *AHI*, Legação em Madri.

segurança pública há de suceder à opressão e anarquia, que tem devastado por tanto tempo aquela fértil Província".[536]

Esse discurso tanto é mais importante porque ele se fazia em meio a crescentes contestações. Em 1815 e 1816, pelo menos nove novos periódicos foram editados em Buenos Aires, tornando os espaços públicos de discussão mais amplos e consistentes: além do já referido *Censor*, viriam a público o *Independiente*, as *Observaciones acerca de algunos asuntos útiles*, *Los amigos de la Patria y de la juventud*, a *Prensa argentina*, o *Observador americano*, a *Crónica argentina*, a *Colmena* e o *Desengaño*. Por eles se fariam frontais contestações aos direitos portugueses de ocupar a Província Oriental, tornando ainda mais vital o papel da imprensa periódica na obtenção de apoio dentre as populações que viabilizasse a política perseguida pela Corte do Rio de Janeiro; e embora esse crescimento do periodismo portenho não conheça equivalência, por essa época, no Brasil, pode-se dizer que o ainda quantitativamente restrito periodismo luso-americano se veria na necessidade de, em função dele, aprimorar o uso de suas tradicionais armas discursivas. Da parte de Buenos Aires, o que a iminência e a confirmação da invasão portuguesa fazem surgir na imprensa é uma retomada dos apelos à união nacional contra o invasor estrangeiro e de mobilização em defesa da pátria; denúncias de usurpação territorial; propostas de urgente organização de um exército nacional; adjetivos negativos para os portugueses, a Corte e a monarquia. Não faltariam referências ao "europeísmo" dos portugueses contrastado com um incipiente e cada vez mais importante sentimento "americanista" tipicamente revolucionário, bem como à "escravidão política" supostamente propalada pelo Reino Unido, num emprego metafórico de uma expressão que possuía eficácia discursiva na medida em que traduzia uma realidade concreta:

> "está persuadida [a Europa] que una población de un millón de habitantes que se extiende a uno y otro lado de la línea, apenas puede ocuparse de otra cosa que en guardar ochocientos mil esclavos que oprime dentro de su seno. Ochocientos mil negros, cuya quietud estriba en el día, en los sucesos de siete mil hombres en campaña, hacen muy poco segura y muy pesada esa diadema que la casa de

[536] *GRJ* extraordinária n.1, 06/03/1817.

Braganza trajo al Janeiro en su fuga de Europa; y nuestras Provincias tan repetidamente insultadas sabrán vengar con oportunidad sus agravios".[537]

Ficava publicamente estabelecida uma apaixonada polêmica acerca dos eventuais direitos, sobre a Província Oriental, do Reino Unido, da Espanha, de Buenos Aires e até de Artigas. Nos primeiros meses de 1817, a *Gazeta de Buenos Aires*, que continuava a circular no Prata e no Brasil, publicaria a correspondência mantida entre duas das principais autoridades envolvidas na questão: Pueyrredón e Lecor. Em outubro de 1816, antes mesmo da ocupação de Montevidéu, o diretor enviara ao chefe dos exércitos invasores um oficio exigindo a retirada das tropas portuguesas da Província Oriental, considerada um território ao qual as "Províncias do Prata", centradas em Buenos Aires, jamais haviam renunciado; a resposta de Lecor recorria ao argumento da necessária "pacificação" da fronteira do Brasil, cuja defesa em nada romperia com os termos do armistício de 26 de maio de 1812. Em nova contestação, de fevereiro de 1817, Pueyrredón falava em "usurpação territorial", o que Lecor encarava como uma "intimação de guerra", cuja concretização não interessaria, em suas palavras, a duas "potências limítrofes". Argumentava que Montevidéu era, na prática, independente, e que Artigas mantinha uma guerra ao mesmo tempo contra os domínios portugueses e contra o governo de Buenos Aires. A *Gazeta* interveio na polêmica com palavras próprias, contestando Lecor, a pretensa "autonomia" da Província Oriental e operando uma desconstrução da argumentação da "pacificação" a ser garantida pelo príncipe regente: se a Província fosse de fato autônoma, menores ainda seriam os direitos da Corte portuguesa de invadi-la, pois "*la anarquía y la independência Oriental* en el idioma de los portugueses son sinónimos".[538] Nas páginas dos periódicos londrinos *Times* e *Morning Chronicle*, pelo menos sete longas cartas provenientes de Londres e de Paris discutiram o assunto, com posições divergentes; todas foram publicadas integralmente, em português, pelo *Correio Brasiliense*.[539]

---

[537] *La crónica argentina*, n.31, 14/12/1816. A reação da imprensa portenha se encontra analisada por PIMENTA – *Estado e nação,* cit., p.138 e segs.

[538] *Gazeta de Buenos Aires* n.12, 22/03/1817. A correspondência entre Lecor e Pueyrredón foi publicada nos seguintes números: extra, 01/12/1816; extra, 05/02/1817; extra, 18/02/1817; e n.12, 22/03/1817. Sobre toda a polêmica: PIMENTA – *Estado e nação...*, cit., p.147-150. Também há uma troca de correspondência, da mesma época, entre Lecor e Pueyrredón publicada pelo *CB* v.XVIII, n.108, 05/1817.

[539] *CB* v.XX, n.119, de 04/1818. O *Correio* já desmentira um manifesto portenho que afirmava que a invasão fora incitada pelos emigrados do Rio de Janeiro (*CB* v.XVIII, n.107, 04/1817). Em junho de 1817, publicou uma carta de um "Brasiliano, estabelecido em Londres" ao *Times* (06/06/1817) sobre a

Não obstante todas essas reações, a Corte joanina se manteria obstinada em buscar relações estáveis com o agora furioso governo de Buenos Aires, enterrando definitivamente as possibilidades de entendimento e cooperação com o governo da Espanha. Isso porque a despeito de sua postura agressiva, mesmo tendo tomado a iniciativa de uma ação militar na Província Oriental, a desde 1808 amedrontada Corte do Rio de Janeiro conhecia cada vez mais motivos de receio em relação à América espanhola, acompanhando com necessário interesse as reações de Buenos Aires. Ao privilegiar sua inserção geopolítica americana, o governo português se mostrava suficientemente atento ao problema dos distúrbios internos do Brasil, em parte devidos – ou potencializados – pelas convulsões da vizinhança externa. A face mais visível desses distúrbios era a possibilidade de propagação de "idéias revolucionárias". Em 1817, o comodoro Bowles, que se encontrava na América do Sul a serviço da marinha britânica desde 1807, notava a existência no Brasil de um *revolutionary spirit* bastante generalizado, sustentando sua observação em supostas conspirações contra a Família Real e a Corte, bem como as ligações amistosas dos conspiradores com o governo revolucionário de Buenos Aires.[540] Segundo o capitão Hareng, cuja nau *La Perle* esteve em Pernambuco em fevereiro de 1816, havia naquela capitania uma notória efervescência de ânimos, seguindo-se "com particular empenho os progressos dos insurgentes espanhóis, sabendo o próprio governo que existiam com eles inteligências pela via marítima".[541] Dentre muitos outros fatores, essas "inteligências" eram, em última instância, prova cabal de que a ordem legitimista corria sérios riscos no Brasil.

Pernambuco, 1817

O movimento revolucionário que eclodiu no Brasil no mesmo ano em que as tropas portuguesas conquistaram Montevidéu teve seu epicentro na capitania de Pernambuco. Embora sob vários aspectos decadente em relação à posição que desfrutara décadas e até mesmo séculos antes no conjunto da América portuguesa, Pernambuco ainda desempenhava o papel de centro aglutinador da produção e circulação de mercadorias, riqueza, trâmites administrativos e idéias políticas de uma vasta região que

---

mesma questão (*CB* v.XVIII, n.109). Outras cartas dirigidas ao mesmo *Times* foram publicadas no *CB* v.XX, n.117, 02/1818; n.118, 03/1818 e n.119, 04/1818.

[540] Citado por Carlos G. MOTA. O processo de independência no Nordeste. *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.220-221.

[541] Citado por LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.509-510.

englobava Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e, em parte, Sergipe. Além de sediar o centro administrativo mais importante de toda essa região, Recife contava também com seu principal porto, por onde quase toda a produção nordestina de açúcar e algodão – em menor escala, também a de couro, pau-brasil, aguardente, mel e arroz - alcançava os demais portos portugueses da América e os mercados estrangeiros.

Às vésperas da revolução, toda essa produção conhecia séria crise, tanto nas zonas mais áridas do interior, propícias à cultura algodoeira, quanto nas mais úmidas do litoral, onde predominavam as *plantations* de açúcar. Desde 1808, a abertura do comércio do Brasil às nações estrangeiras impusera graves dificuldades à articulação entre produção-distribuição-comercialização desses gêneros. Com a vigência efetiva de práticas monopolistas, não obstante as medidas liberalizantes adotadas pela Corte portuguesa a partir de sua nova sede, a tendência passou a ser a de concentração dos lucros diretos advindos do comércio exportador nas mãos de comerciantes – predominantemente portugueses peninsulares - com sensível queda de rentabilidade dos produtores; paralelamente, os preços do açúcar e do algodão de Pernambuco despencaram nos mercados internacionais (mas a demanda por eles era constante), com os de aguardente seguindo a mesma trajetória desde pelo menos 1815. Por fim, a desarticulação tendencial de outro binômio, o da produção exportadora-produção de subsistência foi consolidada por uma grave seca que atingiu grandes áreas do nordeste em 1816, acarretando uma séria carestia de alimentos que, ademais, passaram em boa parte a seguir destino para o extremo sul do Brasil, para abastecimento dos exércitos portugueses que avançavam sobre a Província Oriental.[542]

No plano político, os descontentamentos se tornavam generalizados pela imposição, por parte do governo central imperial, de impostos que a capitania de Pernambuco deveria recolher aos cofres reais do Rio de Janeiro. Essa política motivava seguidas advertências feitas pelo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro às autoridades da Corte para os perigos, em termos de disposições populares, de tal procedimento.[543] De taxa especial de iluminação, Recife pagava ao Rio de Janeiro em

---

[542] Amaro QUINTAS. A agitação republicana no Nordeste. In: S. B. de HOLANDA (dir.) - *História geral da civilização brasileira*, cit., p.215 e segs.; Carlos G. MOTA - *Nordeste 1817:* estruturas e argumentos. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.16-20 e p.89; Glacyra L. LEITE - *Pernambuco 1817:* estrutura e comportamentos sociais. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1988, p.59-67; também Oliveira LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.497; e R. BARMAN – *Brazil...*, cit., p.55.

[543] Por exemplo, a queixa de abril de 1813 quanto a diferença de pagamentos das pautas entre as alfândegas da Bahia e de Pernambuco, o que motivava o desembarque de mercadorias preferencialmente na primeira e o encarecimento das mesmas na segunda; ou a sugestão, de janeiro de 1815, de abolição do

torno de 600 réis por escravo; segundo o francês Louis-François de Tollenare, que esteve em Portugal e no Brasil durante os anos de 1816, 1817 e 1818, a soma mensal de todas as remessas alcançaria a pequena fortuna de 30 contos de réis;[544] Pernambuco ademais contribuíra com a expedição de conquista de Caiena em 1809, e conhecia desde 1814 o expediente sempre muito impopular de recrutamentos forçados. Num diagnóstico externo, o periódico londrino *Português* caracterizava a capitania de Pernambuco como "uma das no Brasil, mais comerciante e mais rendosa ao patrimônio Régio, e cuido que a mais esquecida em providências favoráveis à sua prosperidade", cujo governador "acha dificuldades em mandar à custa da Fazenda reedificar uma pequena ponte de madeira absolutamente necessária", de modo que "todo o dinheiro das Rendas Públicas, até a última pataca, é mandado para o Rio, o que lhe assegura a conservação do seu posto".[545]

Os ecos peninsulares de descontentamento em relação à situação da capitania de Pernambuco revelam a abrangência da percepção coeva de desestruturas gerais e maus caminhos que trilhava o Reino Unido. Muito significativamente, o ano de 1817 assistirá, em Portugal, à conspiração liderada por Gomes Freire de Andrade, numa frontal contestação à autoridade regencial que trazia em si também uma insatisfação com a política da própria Corte do Rio de Janeiro; no mesmo ano, na castigada capitania de Pernambuco, eclodiu um movimento notadamente revolucionário que confirmaria todos os temores até esse momento tão-somente aventados pelos propugnadores da ordem monárquica e da integridade dinástica bragantina.

Das dificuldades particularmente pernambucanas e nordestinas em enquadrar-se à nova conjuntura econômica que envolvia o Reino Unido, com a imposição de padrões de produção e distribuição de mercadorias de cariz industrialista, associadas a uma política centralizadora praticada pela Corte do Rio de Janeiro em relação aos demais domínios luso-americanos, resultam contestações extravasadas à atuação política organizada e envolvendo vastos segmentos sociais. Pois em 1817 circunstâncias em

---

subsídio militar "para ficarem igualados os habitantes de Pernambuco aos das outras capitanias que só pagam o novo subsídios e a coleta literária". Ambas citadas por LEITE – *Pernambuco 1817...*, cit., p.137-142 e também p.91-92. Montenegro assumiu o governo de Pernambuco em 24/05/1804, após encerrar sua gestão à frente da capitania de Mato Grosso. Desde então, e por outro lado, se empenharia sempre em manter uma boa imagem perante a Corte, mostrando-lhe seu esforço em remeter ao Rio de Janeiro quantias cada vez mais altas.

[544] Tollenare é citado por QUINTAS. A agitação republicana no Nordeste, cit., p.215.

[545] *Português* v.6, n.XXXII, 12/1816; as críticas a Montenegro se encontram no v.5, também de 1816; ambos citados por LEITE – *Pernambuco 1817...*, cit., p.137-139.

nada atípicas das formações sociais do Antigo Regime na América, como crises de abastecimento, recrutamentos compulsórios e criação de impostos, conjugavam-se com uma situação de nítido enfraquecimento da autoridade política central, que era o monarca. Desse modo, a revolução de Pernambuco contaria com a participação de proprietários de terras – como os influentes irmãos Cavalcante, envolvidos na "Conspiração dos Suassuna" de 1801 -, militares, comerciantes, padres, homens livres pobres e até mesmo escravos, desdobrando-se igualmente pelos espaços urbanos e rurais de Pernambuco e capitanias adjacentes.

No dia 6 de março, os conspiradores derrubaram o governador Montenegro e constituíram um novo governo provincial. Concebido como um executivo provisório, vigente tão-somente até a regulamentação de um definitivo por uma Constituição a ser elaborada, o governo revolucionário de Pernambuco foi formado por Manuel Correia de Araújo, Domingos José Martins, padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro (mais conhecido somente como padre João Ribeiro), José Luís de Mendonça e Domingos Teotônio Jorge. Como secretário-geral foi designado o padre Miguelinho, auxiliado por João Carlos Mayrink Ferrão. Em caráter acessório, foi criado um Conselho de Estado, integrado por Antônio de Morais e Silva, José Pereira Caldas, Bernardo Luís Ferreira Portugal, Gervásio Pires Ferreira e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. De imediato, uma Lei Orgânica – também provisória - foi enviada a todas as câmaras de Pernambuco; visando angariar apoio da população em geral ao movimento, foram abolidos alguns dos impostos mais impopulares. [546] Além de buscar ampliar sua base de sustentação interna, o movimento pernambucano buscaria expandir-se por outras capitanias do Brasil. A Paraíba seria a mais pronta a aderir, seguida do Rio Grande do Norte; no Ceará, a rápida prisão do enviado, padre José Martiniano de Alencar, evitou uma maior propagação revolucionária, a exemplo do que ocorreu na Bahia, onde José Inácio de Abreu e Lima – conhecido como "Padre Roma" – também foi logo detido e executado; no norte, a capitania do Pará manteve-se em alerta contra um possível contágio revolucionário. Ao exterior, é certo que o governo provisório enviou agentes aos Estados Unidos (Antônio

[546] Como o imposto da carne, por decreto do Governo Provisório de 09/03/1817. QUINTAS. A agitação republicana no Nordeste, cit., p.218-219; MOTA – *Nordeste 1817*..., cit., p.100 e p.52; LEITE – *Pernambuco 1817*..., cit., p.145.

Gonçalves da Cruz, conhecido como "Cabugá", e Domingos Pires Ferreira) e, talvez, à Grã-Bretanha (um certo Kesner).[547]

A historiografia sobre o movimento pernambucano tem afirmado que também para Buenos Aires foi despachado um agente, de nome Félix Tavares de Lima. A primeira notícia de tal missão encontramos no próprio *Correio Brasiliense*, que em junho de 1817 afirmou que "expediram os Insurgentes outro agente (cujo nome é Félix José Tavares de Lima) para Buenos Aires, a fim de tratar também com o Governo Insurgente do Paraguai".[548] No entanto, nenhum documento que a comprovasse jamais foi publicado.[549] Possivelmente, o primeiro historiador a se basear - exclusivamente - nessas palavras do *Correio Brasiliense* foi J. C. Fernandes Pinheiro, que em 1861 consagrou a formulação historiográfica da notícia, afirmando que "conhecendo-se baldo os meios para empenhar a luta com a monarquia buscou o governo provisório a cooperação das nações que, por seus princípios liberais, pudessem simpatizar com a sua causa; e para esse fim enviou aos Estados Unidos da América a Antônio Gonçalves da Cruz (Cabugá) e Félix José Tavares de Lima a Buenos Aires com instruções de entender-se com os sublevados do Paraguai."[550] As palavras de Pinheiro foram praticamente copiadas em quase toda a historiografia a respeito,[551] sem que ninguém prestasse atenção ao esclarecimento que o *Correio Brasiliense* publicou em dezembro de 1817: "o nosso correspondente assevera que aquele sujeito [Félix José Tavares de Lima] é um respeitável proprietário de terras em Pernambuco; que se acha agora em Pernambuco, e nunca dali saiu, que não foi empregado pelo Governo Revolucionário, nem nesta missão, nem em outra alguma coisa". Completava que "temos grande prazer em corrigir um erro desta natureza, que pode ser tão prejudicial aos indivíduos. É

[547] Arthur C. F. REIS. O processo de independência no Norte. In: Carlos G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*, cit., p.195-197. Sobre o padre Roma, Vamireh CHACON – *Abreu e Lima*: general de Bolívar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p.47-49; sobre Cabugá, que em 1831 seria nomeado primeiro representante oficial do Império do Brasil na Bolívia, p.51-59.

[548] *CB* v.XVIII n.109. 06/1817.

[549] Essa incômoda lacuna foi percebida por Roderick J. BARMAN em seu *Brazil*..., cit., p.58-59.

[550] J. C. Fernandes PINHEIRO. Luiz do Rego e a posteridade. Estudo histórico sobre a revolução pernambucana de 1817. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. 3°. trimestre de 1861, tomo 24, p.378.

[551] A começar talvez por Rodolfo GARCIA, que em sua anotação à *História geral do Brasil* de VARNHAGEN (cit., p.183) menciona a suposta missão e a remete a uma nota onde se lê somente "*Revista do Instituto Histórico*, 24, 378", sem sequer mencionar o trabalho de Pinheiro ao qual evidentemente ele se referia. A partir daí, a informação foi reproduzida, sucessivamente, por Amaro QUINTAS (A agitação republicana no Nordeste, cit., p.221), Carlos Guilherme MOTA (em duas ocasiões: *Nordeste 1817*..., cit., p.56, e também no artigo "O processo de independência no Nordeste", in: *1822: dimensões*, cit., p.219) e Glacyra LEITE – *Pernambuco 1817*..., p.222.

impossível, porém, verificar a exatidão e todas as notícias, que recebemos".[552] E desse modo, tranqüilo por ter remediado um erro que poderia ser "prejudicial aos indivíduos", o *Correio* dificilmente imaginou que ele acabaria por ser prejudicial à historiografia.

Ainda que Félix José Tavares de Lima, ao que tudo indica, não tenha jamais sido enviado a Buenos Aires, não há dúvidas de que o Governo Provisório se mostrou interessado em estabelecer relações com o políticos do Prata. No interrogatório do padre Pedro de Souza Tenório, vigário de Itamaracá, lemos que, "perguntado por que razão o escolheram para ajudante do secretário e não aos outros todos de quem ele fala. Respondeu que suspeita que os do governo suspeitavam dele, e por isso não o queriam deixar voltar para Itamaracá, e que aceitava com medo da força; porque tendo já sido convidado, ou escolhido pelo mesmo por via de uma carta que Domingos José Martins lhe dirigiu para ir em missão a Buenos Aires, o que ele não aceitara".[553]

Enquanto durou o movimento, corriam boatos de que a sublevação atingira também Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, o que decerto configurava, a despeito das instáveis situações políticas dessas capitanias, um exagero.[554]

O movimento durou pouco mais de três meses, sendo debelado pela repressão organizada a partir da Bahia pelo seu governador, o conde dos Arcos. Em 19 de maio, após oferecer seguidas propostas de rendição aos revolucionários, a esquadra realista chefiada pelo almirante Rodrigo Lobo adentrou em Recife, desembarcando numa cidade já evacuada pela resistência armada; alguns de seus principais líderes foram executados, outros exilados, e mais de trezentas pessoas formalmente acusadas numa devassa encerrada em fevereiro de 1818, por ordem direta de D. João VI. Durante esse período, o Reino Unido presenciou um movimento de contestação interna de abrangência e consistência até então inéditas na história dos domínios portugueses da América. Mesmo sendo controlado com eficácia pelas autoridades reais, o seu advento oferecia a

---

[552] *CB* v.XIX, n.115, 12/1817.

[553] Processo verbal de Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima e padre Pedro de Souza Tenório, vigário de Itamaracá, réus de conspiração contra o Estado, 1817. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional/Divisão de Obras Raras e Publicações, 1954, v.102, p.57-78 (relativos à revolução de 1817 em Pernambuco. Doravante, *DH*).

[554] BARMAN assevera que "no agents were sent and no attention was paid to the provinces of central and southern Brazil" (*Brazil*..., cit., p.59). No entanto, Pernambuco mantinha ativo comércio com o Rio Grande do Sul e em certa medida também com o Prata (quando da eclosão do movimento, doze patriotas, dentre os quais Bento José da Costa e Domingos José Martins, tiveram embarcações mercantes apreendidas no Rio Grande do Sul – LEITE – *Pernambuco 1817*..., p.122-125, p.211-213). E dessa forma parece significativo, ao longo do ano de 1817, o aparecimento, na capitania sulina, de cartazes de conteúdo subversivo que alarmaram tanto as autoridades locais como as da Corte, tendo sido aberta devassa e ordenadas prisões de vários suspeitos de conspiração (LEITE – *Pernambuco 1817*..., cit., p.211-213).

prova mais inequívoca de que os temores de convulsão da América portuguesa, sentidos, aventados e administrados pela Corte do Rio de Janeiro desde 1808, não eram tão-somente fantasmas criados pela observação da infeliz realidade dos domínios espanhóis da América; tampouco se tratava de simples diferenças resultantes de uma inevitável comparação entre as condições de integridade das duas coroas ibéricas. Muito mais do que tudo isso, a revolução de Pernambuco revelava a profundidade da modalidade luso-americana da crise geral do Antigo Regime no mundo ocidental, não apenas *receada*, mas sobretudo *constatada* a partir da aproximação do Brasil com o mundo hispano-americano.

Nessa perspectiva, o dado mais significativo da história do movimento parece ser a preocupação dos revolucionários pernambucanos em enviar agentes para a Grã-Bretanha, a grande potência mundial; para os Estados Unidos, a grande potência americana; e também para o Prata, onde Buenos Aires ainda se constituía, em 1817, no principal bastião revolucionário da América espanhola, o centro político no qual mais firme e decidido parecia ser o processo de ruptura com a antiga metrópole e, além do mais, importante centro mercantil com o qual grande número de portugueses do Brasil mantinha negócios que, como vimos anteriormente, eram impelidos pela conjuntura revolucionária a tomar a forma de articulações políticas.[555] É verdade que, dentre esses três centros, indubitavelmente foi nos Estados Unidos que os revolucionários encontraram um ambiente mais favorável à obtenção de apoio; mas, mesmo ali, esse ambiente jamais chegou a configurar uma política de Estado.[556] Na Grã-Bretanha, o alvo preliminar dos revolucionários seria o editor do *Correio Brasiliense*, Hipólito José da Costa, o que a se confirmar revelaria o notável poder então adquirido por seu jornal de promover e orientar o progressivo alargamento dos espaços públicos de discussão política no mundo português; no entanto, conforme veremos a seguir com uma breve análise de sua cobertura acerca dos sucessos pernambucanos de 1817, o *Correio* não ofereceu quaisquer declarações abertas de apoio ao movimento, mantendo até mesmo

---

[555] Quando da conspiração de 1801, houve indícios de que além de encarregar um negociante junto a Napoleão, os envolvidos teriam incumbido Francisco de Paula de Albuquerque Montenegro de negociar com os Estados Unidos e com o Rio da Prata (QUINTAS. A agitação republicana no Nordeste, cit., p.213). A atuação política de uma das mais destacadas famílias pernambucanas da época é analisada por Marcus J. M. de CARVALHO. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, v.18, n.36. São Paulo, 1998, p.331-365.

[556] Em carta dirigida ao presidente dos EUA, o Governo Provisório chegou a oferecer "liberdade absoluta de comércio convosco" (carta de 12/03/1817, citada por MOTA – *Nordeste 1817...*, cit., p.35-37 e p.56). Com a repressão, Cabugá lá permaneceu, tendo a partir de 1818 a companhia de José Carlos Mayrink da Silva Ferrão.

uma postura preferencialmente crítica em relação a ele. No caso da busca de apoios no Prata, ponto que ainda permanece novedoso em seus detalhes, mas que seguramente foi aventado pelos patriotas de Pernambuco, o que é notável é a demonstração inequívoca de consciência de que as condições de sobrevivência na América portuguesa de qualquer ordem política que se pretendesse estável e operativa dependiam diretamente de uma gestão eficiente voltada para a revolucionada América espanhola, mesmo que se tratasse de uma ordem revolucionária, contestadora da ordem monárquica e da autoridade do rei. Sem uma política externa que negociasse com ela – como desde sempre praticara a Corte do Rio de Janeiro –, essas condições de sobrevivência se veriam necessariamente comprometidas. Com isso, os revolucionários de Pernambuco demonstravam uma leitura da realidade presente que, não obstante resultar em uma proposta de intervenção prática radicalmente distinta da propugnada desde 1808 pela Corte do Rio de Janeiro, não diferia dela num ponto fundamental.

Se buscarmos adentrar um pouco no universo político dos revolucionários pernambucanos, torna-se perceptível a existência concreta de algumas aproximações circunstanciais, ideológicas ou programáticas com a convulsionada América espanhola que vão além da esfera de uma incipiente política externa esboçada pelo movimento. E para que alguns elementos aparentemente pontuais e desconexos emerjam revestidos de pleno significado, é necessário compreender que a mentalidade dos revolucionários pernambucanos se encontrava embasada num substrato de experiência histórica que, revelado com grande clareza numa situação de enfrentamento agudo como é o movimento de 1817, indicam, em realidade, uma forma de pensamento que não se restringe às atitudes de contestação, fazendo-se presente cada vez mais até mesmo na cabeça dos declarados propugnadores da conservação da ordem.

Não há nenhuma dúvida quanto à importância do exemplo histórico da independência das Treze Colônias inglesas da América do Norte no pensamento e na ação dos revolucionários pernambucanos. Em suas correspondências, manifestos e depoimentos, fica evidente que o "republicanismo" de Pernambuco é, antes de mais nada, a incorporação de um exemplo histórico que, em 1817, surgia como bastante adequado para legitimar uma contestação aberta à ordem vigente no Brasil; antes isso do que um arcabouço programático doutrinariamente "republicano", que, de fato, se chegou a existiu durante o movimento, não ultrapassou a condição de um simples esboço muito preliminar (isso explica boa parte da avidez do Governo Provisório em

articular apoio à revolução nos Estados Unidos, que no entanto ofereceria demonstrações mais de cautela em suas relações exteriores com a América do que uma afinidade ideológica que bastasse para configurar apoio direto ao movimento). Tampouco se pode discutir a presença do exemplo revolucionário francês: Constituições francesas de 1791, 1793 e 1795 circularam nas mãos dos revolucionários pernambucanos, que instituíram a alcunha de *patriota* em substituição à de *vassalo* ou qualquer outra semelhante, recorrendo assim diretamente a um termo consagrado pela revolução de 1789; quando empregam *vassalagem*, fazem-no criando uma fórmula nova: *vassalagem ao governo social*, e não mais *ao rei*. Para a ordem vigente, "Patriota, ou infiel vassalo" eram "sinônimos, por terem atropelado o sagrado das Leis del Rei Nosso Senhor".[557]

Fossem partidários delas ou não, os homens que em 1817 viviam e sentiam as mudanças introduzidas no universo da política percebiam-nas como produto de um tempo em acelerado ritmo de transformação. É desse modo que o movimento pernambucano é por todos assumido como, efetivamente, uma *revolução* no sentido mais moderno do termo, associado a uma subversão radical no estado das coisas tal qual até aquele momento existente. Essa constatação, que poderia passar como óbvia em demasia, é da maior importância para a compreensão do papel das experiências históricas no movimento pernambucano, dentre as quais a aparentemente mais discreta é a experiência revolucionária hispano-americana. Pois que ela só pode ser devidamente mensurada se considerarmos a percepção coeva de que os exemplos norte-americano, francês, haitiano e hispano-americano integram um mesmo universo referencial, no qual a um se soma o outro e no qual – insistamos – os revolucionários pernambucanos não se encontram em posição radicalmente distinta, dentro do universo mental da época, dos propugnadores da ordem vigente. Desse modo, lemos no discurso da contestação que a "gloriosa revolução de seis de março" faria os habitantes de Pernambuco regozijar "de uma nova era";[558] segundo um dos acusados pela devassa, "se evidencia que a Revolução principiou por um motim verdadeiro que passou para Rebelião e sucessivamente à insurreição pela fraqueza ou maldade dos cabos de guerra".[559] Passando a um discurso realista, lemos que "infelizmente as fatais Cenas da Revolução

[557] Palavras do chefe da esquadra realista que sitiou Recife, Rodrigo Lobo, numa das duas ocasiões (18/05/1817) em que ofereceu a rendição aos revolucionários. Citado por MOTA – *Nordeste 1817*..., cit., p.60-61; a esse respeito, também p.32 e p.79.
[558] Carta do Governo Provisório a Hipólito José da Costa, Pernambuco, 12/03/1817 (*DH*, v.101, p.19-20).
[559] Defesa de Francisco Paes Barreto, *DH*, v.108, p.34.

Francesa, cujos princípios eles [os revolucionários] proclamam, devem abrir os olhos a toda a casta de Proprietários, e aos mesmos povos, de quem aqueles revolucionários se serviram como instrumentos, e que conheceram à sua custa, mas já tarde, que a lisonja com que iludiram até as últimas classes da Nação não era mais que um veneno sutilmente preparado, que veio a degenerar para todos no mais tirânico despotismo e insuportável miséria"; continuando na mesma linha de pensamento, a pergunta: "se tais vem a ser indispensavelmente os efeitos, que os princípios revolucionários modernos devem produzir, e realmente produziram na Europa, que incalculáveis males não ameaçam o Brasil no seu estado atual? O exemplo da Ilha de São Domingos é tão horroroso, e está ainda tão recente, que ele só será bastante para aterrar os Proprietários deste Continente".[560]

A associação entre todos esses movimentos revolucionários encontra-se também muito bem delineada na significativa defesa geral dos réus implicados no movimento de 1817, elaborada por Antônio Luiz de Brito Aragão e Vasconcelos. Ao procurar minimizar o caráter contestatório do movimento, Vasconcelos acaba por construir um verdadeiro corolário dos componentes históricos – incluindo os hispano-americanos – presentes no universo político-luso-americano e aos quais se articula, desde então, a revolução pernambucana. Recorrendo ao perigo de desenvolvimento da "anarquia e por conseqüência [de] uma guerra civil tanto mais formidável no Brasil pelo perigo do desenvolvimento da escravatura", afirmava que os eleitos para o governo provisório, ao aceitarem sua designação, teriam impedido que o poder da capitania fosse perigosamente repartido entre "os dois impostores Domingos Teotônio [Jorge] e [Domingos José] Martins" e, assim, evitado "a desordem" e a "tirania" e "furor destes dois homens orgulhosos, altivos e ferozes, visto que não havia governo, o partido real estava sopitado, e Sua Majestade não podia pela longitude da corte dar providências imediatas." Tendo recorrido, assim, ao princípio da integridade da propriedade que, conforme vimos anteriormente, com as duas intervenções militares portuguesas na Província Oriental, começava a demonstrar toda a sua capacidade de aglutinar politicamente interesses no desenvolvimento da crise política platina, Vasconcelos afirmava que, sendo aqueles eleitos, "à exceção de Domingos Teotônio e Martins [...] homens prudentes, circunspectos e sem nota em sua moral", saberiam muito bem da

[560] Proclamação do capitão José Maria Monteiro, participante do bloqueio do porto de Recife, aos habitantes de Pernambuco. Citada por MOTA – *Nordeste 1817*..., cit., p.58-59.

impossibilidade de Recife resistir às forças reais, bem como da impossibilidade de obter apoio à revolução da do gabinete britânico, que recusara prestar serviços "à ilha de São Domingos, na sua rebelião contra a França, apesar da guerra renitente em que porfiavam aquelas potências", e que tampouco os tem prestado "aos de Caracas e mais vizinhos". Reafirmando a "prudência" e "sabedoria" dos membros do governo provisório, Vasconcelos conduzia sua argumentação a uma comparação entre as monarquias e as repúblicas: aqueles homens "não ignoravam que as monarquias sempre foram mais poderosas e felizes do que as repúblicas, porque o monarca por isso que é independente a sua fortuna dos vassalos não cogita nos seus interesses particulares, mas sim na felicidade de seus vassalos, e todos lhe merecem igual desvelo, porque todos para com eles formam uma igual massa, que se chama povo, e ele para com todos exerce igual poder, a riqueza da Nação, e o seu comércio, indústria, atividade e todas as vantagens constituem a sua glória e a sua grandeza, ao mesmo passo que as repúblicas sendo cada cidade governada por modo, e por governos diferentes cada um dos governos se disputam e cogitam nos interesses do seu povo, e cada um dos membros no seu particular. O monarca com as honras e mercês tem um tesouro inexaurível com que premiar o mérito sem despesa, ao mesmo passo que o Estado republicano adotando a igualdade impossível na harmonia social, porque a virtude não pode ser igual ao vício, a ciência à estupidez, o trabalho ao ócio, não tem com que premiar o mérito, ou então ilude o povo com idéias de igualdade só existentes na voz". Por fim, não era possível "que se traçasse rebelião desde o ano de 1801, tempo em que reinava Bonaparte em França, que depois invadiu Portugal, e pelo rancor em que ficou contra Sua Majestade, por sua retirada para o Brasil [...] e que esperassem a época, em que as repúblicas se extinguiram na Europa, e alguns rebeldes da América têm sofrido os maiores reveses para sem forças, preparativos nem patrocínio de potência estrangeira se rebelarem, e quererem-se constituir Estado livre e independente".[561]

A forma como os revolucionários de 1817 tentaram, aliás, lidar com as duas questões indissociavelmente unidas da *propriedade* e da *escravidão*, esboçadas na defesa de Aragão e Vasconcelos, parece reforçar a aproximação do movimento

[561] Defesa geral, de autoria de Antônio Luiz de Brito Aragão e Vasconcelos (*DH* v.106, p.52-131). As palavras de Vasconcelos sugerem uma relativização do papel comumente atribuído a Domingos José Martins de principal liderança nos acontecimentos de 1817. Sua destacada atuação no movimento revolucionário é inegável; contudo, não se deve ignorar que, quando foi instaurada a devassa contra os implicados, Martins já estava morto, o que pode ter tido considerável influência na atribuição a ele, por parte dos acusados, da condição de liderança personalista e individualizada.

pernambucano com a convulsionada América espanhola. Vimos como, de certo modo, foi na própria defesa de interesses ligados à propriedade privada e aos lucros advindos da produção e comercialização de gêneros que surgiu o movimento, tendo usufruído de uma base social de apoio mais ampla em decorrência da conjunção de circunstâncias desfavoráveis à sobrevivência material de outros grupos e também da crise de autoridade pela qual passava a Corte do Rio de Janeiro. Contudo, uma vez efetivada a revolução, tornava-se necessário recrutar gente em armas, constituir exércitos e expandir o movimento, para o que – e a América espanhola já oferecera os exemplos – uma solução rápida e eficiente poderia ser a incorporação às fileiras militares de escravos, que poderiam trocar seus serviços pela alforria (a sua possibilidade causou discordâncias no interior do próprio movimento). Desde o início, portanto, os dirigentes revolucionários tiveram que lidar com o espinhoso desafio de *lutar pela propriedade* sem *ameaçar a propriedade*, bem como de criar um arcabouço identitário – cuja principal expressão era o *patriota* – que não indissociasse, evidentemente, homens livres e escravos. Assim, numa declaração pública aos "Patriotas Pernambucanos", o Governo Provisório se via na necessidade de desmanchar "a suspeita [que] tem-se insinuado nos proprietários rurais" de que "a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor, e escravos". Professando o ideal de que "a base de toda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade", o Governo Provisório admitia desejar "uma emancipação, que não permita mais lavrar entre eles o cancro da escravidão: mas deseja-a lenta, regular, e legal". Desse modo, assegurava: "Patriotas, vossas propriedades ainda as mais opugnantes ao ideal da justiça serão sagradas".[562] E desse modo, e a exemplo de como procediam os governos revolucionários criados na América espanhola desde 1810, o pernambucano não aboliu a escravidão, evitando se indispor com alguns dos interesses que, não obstante se distanciarem tendencialmente do reconhecimento da autoridade real, ainda se mobilizavam em defesa do regime escravista. Se a revolução foi cautelosa na condução do problema da participação dos escravos, a repressão realista saberia muito bem canalizar a sua presença para estigmatizar e enfraquecer o movimento perante a opinião pública.[563]

---

[562] Citada por MOTA – *Nordeste 1817...*, cit., p.154.

[563] Conforme bem mostraram MOTA – *Nordeste 1817...*, cit., p.264; e LEITE - *Pernambuco 1817...*, cit., p.112-113. Para outra perspectiva da mesma questão, centrada no problema das identidades políticas: István JANCSÓ & João Paulo G. PIMENTA. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da

É portanto num espaço de experiência comum a todo o universo político luso-americano da época, e no qual o problema da escravidão surge em decorrência dos solavancos promovidos no mundo atlântico pelo turbilhão revolucionário, que se inserem os ensaios de articulação entre os patriotas pernambucanos e a América espanhola, bem como a imagem e o exemplo de seus movimentos de independência no imaginário da contestação e da repressão. Os historiadores têm sido unânimes em estabelecer relações pessoais entre um dos líderes da revolução, Domingos José Martins, e Francisco de Miranda, destacado personagem da independência da Venezuela. Em Londres teriam tido encontros políticos e maçônicos que envolveriam também o editor do *Correio Brasiliense*, Hipólito José da Costa, e, juntos, tramado atuações revolucionárias.[564] Outra liderança revolucionária, o padre João Ribeiro, teria recebido de seu mestre, o médico e naturalista Manuel d'Arruda Câmara, pouco antes da morte deste, em 1810, uma espécie de carta-testamento escrita em Itamaracá, na qual Câmara clamava por uma necessária solidariedade com os "amigos da América inglesa e espanhola", os "nossos irmãos americanos, porque o tempo virá de sermos todos um; e, quando não for assim, sustentem uns aos outros".[565] Também não podemos ignorar que a execução do padre Roma foi testemunhada por seu jovem filho, José Inácio de Abreu e Lima, que poucos meses depois ofereceria seus serviços de militar a Simón Bolívar e aos revolucionários da Venezuela.[566] Às vésperas do levante pernambucano, o governador Miranda Montenegro dirigiu um ofício ao ministro da Marinha, conde da Barca, dando conta de comentários que circulavam em Pernambuco de que, se os insurgentes do Rio da Prata tivessem mesmo sido derrotados, conforme boatos que

---

emergência da identidade nacional brasileira. In: Carlos G. MOTA (org.) – *Viagem incompleta.* A experiência brasileira 1500-2000. São Paulo, Senac, 2000.

[564] Domingos José Martins nasceu em 1781 em Itapemirim, Espírito Santo, e passou sua juventude na Bahia. Em 1800 partiu em viagem à Europa, tendo estado em Portugal e Grã-Bretanha quando se envolveu, em Londres, em atividades comerciais como sócio da casa Barroso, Martins, Dourado & Carvalho, cujos sócios negociavam com regiões do Brasil. Em 1812 e 1814 foi ao Ceará e a Pernambuco, de onde retornou a Londres por conta da bancarrota de sua firma; acusado de fraudá-la, publicou em jornais portugueses um atestado de probidade, após o qual se fixou em caráter definitivo no Recife. (VARNHAGEN – *Op.cit.,* p.155; QUINTAS. Op.cit., p.216-217; MOTA – *Op.cit.,* p.53; LEITE – *Op.cit.,* p.178; CHACON – *Abreu e Lima...*, cit., p.31). Sobre as atividades comerciais de Martins na Grã-Bretanha, há referências no *CB* v.XIV, n.80, 01/1815.

[565] Afirmava ainda que "com monarquia ou sem ela deve a gente de cor ter ingresso na prosperidade do Brasil" (carta de Câmara a João Ribeiro, Itamaracá, 02/10/1810, citada por QUINTAS, op.cit., p.208 e por CHACON – *Abreu e Lima...*, cit., p.31).

[566] A trajetória de Abreu e Lima foi estudada por CHACON – *Abreu e Lima...*, cit; do mesmo autor: Abreu e Lima: de democrata radical ao socialismo ético. *Cultura. Revista de História e Teoria das Idéias*, v.XII, 2ª. série, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2000/2001, p.279-285.

corriam, seria "infelicidade nossa, porque se eles ficassem vitoriosos haviam de ajudar-nos a ser livres".[567] De acordo com outra testemunha da época, o comerciante francês Vigneaux, que fora ao Rio de Janeiro em uma embarcação proveniente do Havre que o pegara em Pernambuco em 5 de abril de 1817, os esforços dos revolucionários em obter auxílios externos estariam centrados nos contatos com os Estados Unidos, com Buenos Aires e também com Artigas.[568] Em ofício dirigido ao capitão-mor da vila de Anadia, o patriota João Tenório Albuquerque lamentava a "infausta notícia" de que aquele distrito, bem como os de Alagoas e Atalaia, "depois de terem por justa a causa de Pernambuco, de novo duvidam da sua existência, recusando a obediência ao Governo Provisório," e apelava: "lembrai-vos do que sucedeu em 1815 na América Peruciana quando uma parte dela duvidou, negando obediência à capital, cuja causa foi bastante para ser punida a fogo, e ferro".[569]

Para além das vinculações concretas e simbólicas da Revolução de Pernambuco com os movimentos de independência hispano-americanos, os acontecimentos de 1817 se encarregaram, definitivamente, de interiorizar na realidade político luso-americana o espectro da subversão da ordem, da quebra da legitimidade dinástica e da supressão das instituições monárquicas, desde antes plasmado pela progressiva interação da política luso-americana com a América espanhola. Numas *Memórias Históricas da Revolução de Pernambuco*, elaboradas pouco tempo depois do fim do movimento, lê-se que "as causas de qualquer revolução que seja, sempre são dificeis a penetrar enquanto o caso está demasiadamente fresco", sendo contudo certo "que a da América inglesa, a da França, a da América espanhola influíram muito para esta. As leituras dos livros corruptores, a libertinagem e enfim o desleixamento, venalidade e abandono da Justiça, também cooperaram muito, porém os motivos mais fortes, devemos crer que foram os da corrupção, novidade e imitação".[570] Abandonando a esfera da avaliação historiográfica, mas permanecendo no plano dos prognósticos, o desembargador do Paço, Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho, transmitia a D. João expectativas de que "na Espanha se faz um grande recrutamento para vir tropa para as suas Américas, e isto é o que me parece verdadeiro; mas talvez que eu assim o julgue

---

[567] Ofício de Miranda Montenegro ao conde da Barca, 09/04/1817. Citado por VARNHAGEN – *História geral do Brasil*, cit., p.156-158.

[568] Cf. ofício do representante francês Maler, 01/05/1817, citado por LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.509. Não conhecemos nenhuma prova concreta de articulção dos patriotas pernambucanos com Artigas.

[569] Ofício de João Tenório Albuquerque ao capitão-mor da vila de Anadia, 11/04/1817 (*DH* v.104, p.93).

[570] As *Memórias* são anônimas e se encontram publicadas nos *DH* v.107, p.230–265.

por ser conforme ao meu desejo; porque me parece melhor que Vossa Majestade no Brasil vizinhe com espanhóis, do que com Republicanos, e com Monarquias Americanas".[571] Um leitor do *Correio Brasiliense* clamava, em virtude das convulsões pernambucanas, pela necessidade do Reino Unido ser regido por "conselheiros capazes, e honrados": "A mudança da sede de um Governo estabelecido por 6 séculos em uma parte da Europa para o Sul d'América, e portanto as grandes considerações a contemplar nesta mudança, o país vizinho às suas possessões do Norte cheias de rebeldes. Tudo isso precisava gente capaz".[572] Em 1818, uma "facção" teria planejado, sob a chefia do "sedutor" Joaquim Teófilo Infante, "assassinar tudo quanto tivesse representação de autoridade, para depois roubarem e saquearem tudo e aproveitarem-se da primeira embarcação que ali aportasse para se evadirem para os Estados Unidos ou para os insurgentes espanhóis; cuidando estes infames que seus crimes não seriam aborrecidos por toda a parte".[573]

Não deixa de ser dramática a constatação de que a Revolução de Pernambuco tateava, em busca de uma legitimidade, em exemplos históricos que, no presente, correspondiam a governos que não se interessavam em auxiliá-la. No caso da América espanhola, é importante ressaltar novamente que, em 1817, já se encontrava em adiantado processo de configuração uma imagem – de certo modo assumida até mesmo pelo advogado dos patriotas, Aragão e Vasconcelos - de que as repúblicas eram o *locus* privilegiado da desordem, anarquia, da guerra civil e, portanto, incompatível com a segurança à propriedade que as monarquias seriam – supostamente – capazes de oferecer. No entanto, se tomarmos essa imagem ainda como um plasma provisório, que adquiria contornos no bojo de um errático processo de coexistência e tensões entre alternativas políticas cada vez mais diversificadas, então devemos considerar que as contradições da Revolução de Pernambuco tiveram um agravante, decisivo para o fracasso do movimento, nos vetores a ela impostos por sua repercussão pública. E não

---

[571] Carta de Álvares de Carvalho a D. João, Pernambuco, 04/07/1817 (*DH*, v.102, p.18-20).

[572] Publicada no *Correio Brasiliense* v.XVIII, n.108, 05/1817. É sempre conveniente lembrar que não é possível saber se as correspondências publicadas nos periódicos da época eram, efetivamente, contribuições espontâneas de leitores.

[573] Ofício de Luiz do Rego Barreto a D. João comunicando a paz reinante em Pernambuco e relatando um crime de morte praticado por Joaquim Teófilo Infante, Recife, 17/06/1818 (*DH*, v.104, p.191-193). Na mesma linha, há um ofício do desembargador Álvares de Carvalho a Tomás Antônio Vilanova Portugal informando-o da chegada a Pernambuco de quinze presos remetidos pelo governador da Ilha de Fernando de Noronha, Pernambuco, 17/06/1818 (*DH*, v.104, p.193-195); e um ofício do mesmo Álvares de Carvalho a D. João sobre remessa de presos e papéis referentes à rebelião, Pernambuco, 17/06/1818 (*DH* v.104, p.196-198).

devemos ignorar que, se as contingências externas eram reconhecidamente condição *sine qua non* para qualquer possibilidade de sucesso da nova ordem pretendida, igualmente essa repercussão deve ser observada num recorte que contemple também espaços externos.

É verdade que no Rio da Prata, onde, ao que tudo indica, os patriotas de 1817 cogitaram angariar apoio, o governo de Buenos Aires se encontrava, por conta da invasão da Província Oriental, bastante indisposto em relação à Corte do Rio de Janeiro; no entanto, isso não bastaria para garantir nenhuma atitude prática além de notícias estampadas na imprensa, tornando públicas e magnificentes as cisões internas no Reino Unido, o que certamente se constituía num meio de ação mais seguro do que promover o sempre indesejado confronto armado direto. E mais uma vez, a exemplo do que ocorria à mesma época com a "questão oriental", as discussões públicas representarão uma dimensão fundamental das lutas políticas que colocavam o Brasil face à América espanhola.

Essa aproximação esteve presente na imprensa dos Estados Unidos que, oferecendo aos seus leitores ampla divulgação dos acontecimentos de Pernambuco, não hesitou em traçar paralelos entre o que ocorria no nordeste do Brasil e na América espanhola. Nessa perspectiva, o primeiro caso tendia a ter o seu alcance bastante minimizado enquanto ameaça à ordem vigente.[574] Na França, o destaque não foi menor, levando à conjetura de que os patriotas do Brasil iriam decretar a abolição da escravidão.[575] Uma seqüência de cartas publicadas no *Times* londrino analisando, em conjunto, a Revolução de Pernambuco e a invasão portuguesa da Província Oriental foram traduzidas também para o francês.[576] De acordo com um informe do enviado português a Madri José Luiz de Souza, as gazetas inglesas com informações de Pernambuco causaram na Corte da Espanha "uma sensação muito viva", fazendo-a reconhecer "a influência, que uma semelhante desgraça teria nas Colônias Espanholas",

---

[574] Cf. MOTA – *Nordeste 1817...*, cit., p.37.

[575] A ampla divulgação que os eventos pernambucanos de 1817 conheceram na imprensa francesa foi analisada por Jacques GODECHOT. A independência do Brasil e a revolução do Ocidente. In: MOTA (org.) – *1822: dimensões*, cit., especialmente p.33 e segs. No *Correio Brasiliense* de junho de 1817, se encontra um extrato traduzido de uma gazeta com uma notícia de Nantes, dando conta de que "acaba de arrebentar em Pernambuco uma séria revolução" (*CB* v.XVIII, n.109, 06/1817).

[576] *Lettres traduites du Times sur l'expedition de Monte-Video, et l'insurreccion à Pernambouc*. Paris, Imprimerie Boissange, 1817. Nota de Capistrano de Abreu a VARNHAGEN – *História geral do Brasil*, cit., p.166.

mas algo secundarizada pela "certeza que obteve o Governo Espanhol agora da entrada do General revolucionário San Martín no Reino de Chile".[577]

Conforme dito anteriormente, Hipólito José da Costa se tornara alvo preferencial dos revolucionários de Pernambuco em busca de apoio ao movimento na Grã-Bretanha; no entanto, o que se lê nas páginas do *Correio Brasiliense* revela claramente que, de uma posição de início simpática às suas reivindicações, Costa logo se direciona para uma condenação formal do mesmo. Não por acaso, isso se processa no exato momento em que, aos seus olhos, a "revolução reformadora" de Pernambuco se transfigura numa "revolução subversiva". Considerando o tradicional emprego, pelo editor, do termo *revolução* (por exemplo, a "revolução de Caracas" ou a "revolução da América"), em maio de 1817 afirmava que, "quanto às causas do descontentamento do povo, os nossos Leitores, que se lembrarem do que temos dito, sobre a necessidade de mudar a forma de administração do Brasil, não acharão dificuldade em explicar a origem da tremenda revolução, que acaba de desenvolver-se em Pernambuco; porque é moralmente impossível que um país como o Brasil, crescendo todos os dias em gente, e em civilização; ao ponto de constituir já uma grande nação, possa sofrer a continuação do sistema de governo militar, e das instituições coloniais."[578] Dois meses depois, no entanto, diante do conhecimento da escala de destruição que o movimento pernambucano acarretara inclusive em termos de vidas humanas e recorrendo a exemplos históricos – incluindo os da França e da América espanhola - , o *Correio* muda de posição e passa a advogar "o absurdo de quem supõe que as revoluções são o meio de melhorar a nação", sendo a pernambucana "obra do momento, parto da inconsideração, e nunca sustentada por plano combinado", levada a cabo por "demagogos", mas que "produzirá contudo um efeito benéfico; [que é o de] demonstrar ao povo do Brasil que as reformas nunca se devem procurar por meios injustos, quais

[577] Ofício n.141 de Souza a Barca, Madri, 11/07/1817. Remetia a *Gazeta de Madrid* de 03/07 sobre Pernambuco; e de 07/07 com um artigo sobre a prisão de Gomes Freire de Andrade em Portugal.

[578] Nas primeiras notícias estrangeiras acerca do movimento, publicadas nesse número, são várias as aproximações entre o que ocorria em Pernambuco e as revoluções da América espanhola (*CB* v.XVIII, n.108, 05/1817). Toda a análise que se segue da presença da Revolução de Pernambuco no *Correio Brasiliense* e no discurso oficial da Corte portuguesa conheceu uma formulação mais minuciosa, inserida no espectro mais amplo do vocabulário político da época, em nosso trabalho anterior: João Paulo G. PIMENTA. A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura. In: István JANCSÓ (org.) – *Brasil:* formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Ed. Unijuí, 2003, p.123-139.

são os da oposição de força ao Governo, e efusão de sangue".[579] E dessa forma o *Correio Brasiliense* contribuía para a generalização do reconhecimento do movimento pernambucano como uma *revolução* no sentido de subversão da ordem vigente, obrigando até mesmo aqueles agentes políticos empenhados na manutenção dessa mesma ordem a descartar o vocábulo como indicador de reformas e rearranjos conservadores, como até então era possível.

O noticiário público se tornava cada vez mais perigoso. A Corte portuguesa, por meio do conde de Palmela, conseguiu na Grã-Bretanha uma proibição formal aos paquetes ingleses que se dirigissem a Lisboa de transportarem exemplares do *Correio Brasiliense* e também do *Português*, em virtude de trazerem esses jornais documentos e artigos sobre a Revolução de Pernambuco, além de críticas aos governantes imperiais; no caso do *Português*, Palmela solicitou ao governo britânico – dessa vez sem sucesso – a expulsão de seu editor.[580] Transbordando esse mesmo espírito para a imprensa oficial, a Corte se valeria, como sempre, da *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo comportamento mais uma vez é revelador, em seu silêncio, dos receios que contaminavam a alta esfera política portuguesa: as notícias de um fato negativo à conservação da ordem – a revolução - só são dados a conhecer publicamente quando se tornara possível noticiar a sua extinção; paralelamente, reafirmações diversas de lealdade dos portugueses ao seu soberano. Tratada no interior da cúpula do Reino Unido como "infeliz insurreição", uma "desgraça" cuja influência poderia se fazer sentir nas "Colônias Espanholas",[581] obra de "poucos e miseráveis amotinadores"[582] ou de uma "facção de malévolos traidores" contrária à "lealdade dos Pernambucanos",[583] a Revolução de 1817 conheceria epítetos semelhantes na *Gazeta*: "rebelião", "revolta", "declarada insurreição", pautada por um "espírito de insubordinação e indisciplina", levada a cabo por "rebeldes", "revoltosos", "malévolos", "insurgentes", "assassinos" e "fascinorosos", que procuravam "excitar

[579] *CB* v.XIX, n.110 de 07/1817. Alguns anos depois, o mesmo *Correio* afirmaria que "não queremos uma revolução e uma revolução será se se mudarem as bases de todo o edifício administrativo e social da monarquia; e uma revolução tal e repentina não se pode fazer sem convulsões desastrosas, e é por isso que não a desejamos" (*CB* v. XXIV, n.143, 04/1820, citado por Maria Odila S. DIAS. A interiorização da metrópole, 1808-1853. In: MOTA (org.) – *1822: dimensões*, cit., p.180).

[580] No primeiro caso, nota de Castlereagh a Palmela, 11/07/1817; no segundo, nota de Castlereagh de 11/08/1817; ambas citadas por LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit, p.509. O *Correio Brasiliense* publicou, de fato, muitos documentos do Governo Provisório.

[581] Ofício n.141 de Souza a Barca, Madri, 11/071817. *AHI*, Legação em Madri.

[582] Memória escrita por Rodrigo Pinto Guedes, Rio de Janeiro, 02/07/1819. *AHI*, Documentos Avulsos.

[583] Ofício n. 146 de Souza a Barca, Madri, 09/07/1817. *AHI*, Legação em Madri.

animosidades, e maquinar desordens".[584] Mas tudo isso somente no mês de maio, quando o movimento já se encontrava sob controle das tropas realistas. Leiamos a explicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* a ter guardado silêncio sobre assunto tão importante:

> "Temos demorado por longo tempo o comunicar aos nossos leitores quanto nos constava dos desastrosos sucessos, acerca da revolta de *Pernambuco*, não tanto pelo horror, que sentíamos em referir semelhante acontecimento, ainda que bem desejaríamos não manchar com tal atrocidade as páginas da História *Portuguesa*, tão distinta pelos testemunhos de amor, e respeito, que os vassalos desta nação consagraram ao seu Soberano nas ocasiões de maior apuro, e em distâncias muito remotas; mas para não adiantar fato, ou circunstância alguma, em coisa por sua natureza tão odiosa, de que não tivéssemos completa informação; e porque demais estando convencidos, assim como todos, de que os habitantes de *Pernambuco* não podiam ter-se alienado até o ponto de perderem os sentimentos de fidelidade, e obediência, que noutro tempo realçaram o seu caráter, não acertávamos, como pôde verificar-se a escandalosa ingratidão, que acabavam de manifestar. As notícias mais individuais, que ultimamente têm chegado, nos tiram desta incerteza, mostrando que na funesta rebelião de *Pernambuco* não teve parte a maioridade dos seus habitantes; e não nos arrependemos por isso de uma demora, que serviu para confirmar a persuasão em que estávamos, e que tínhamos tanto a peito: sabe-se já com toda a evidência, que foi unicamente o resultado da trama de alguns malvados, que tomaram este expediente, para fugir à justa punição dos seus crimes [...]. As provas de amor e vassalagem, que nesta occasião S.M. tem recebido de todas as classes dos seus vassalos, os quais à porfia ofertaram as suas vidas e fazendas, hão de sem dúvida ter diminuído a pungente mágoa do Seu Régio Coração, e apagam de algum modo a feia nódoa, que tão inesperado desacato pôs sobre a lealdade *Portuguesa*."[585]

---

[584] *GRJ* n.39, 14/05/1817.
[585] *GRJ* n.39, 14/05/1817. O mesmo artigo foi publicado no *CB* v.XIX, n.112, 09/1817.

Lendo tal notícia, como não lembrar, novamente, da América espanhola que desde 1808 surgia nas páginas da *Gazeta*, sempre tranqüila, fiel e realista? Agora, diante de palavras tão claras, não nos causa surpresa a carta do presidente do Real Erário, João Paulo Bezerra, na qual, atendendo à solicitação de D. João, opinava sobre os deliberados procedimentos adotados pela Corte para finalmente tornar públicos os acontecimentos de Pernambuco, tendo sido escolhido para tal ocasião o dia de aniversário do monarca (13 de maio; a *Gazeta* é do dia seguinte). Nela, Bezerra concebia que "a escolha de um tão fausto e tão sagrado dia para todos os portugueses para nela fazer a narração do execrável atentado cometido em Pernambuco foi (a meu ver) por extremo impróprio", inclusive porque "seria mais bem entendido o só narrar oficialmente aquela atrocidade quando chegasse a certeza da sua total aniquilação, com que devemos contar certos". Sobre o conteúdo em si da notícia, opinava que "a referida narração feita é (a meu ver) demasiado prolixa e mais longa do que devera ser, e que nela se acham asserções não só pouco exatas mas absolutamente falsas, parecendo querer defender o Governador e fazê-lo inculpável quando a verdade do fato é que a sua imperdoável indolência e incrível estupidez em lances tão sérios e de tanta conseqüência foram a causa de se não atalhar plenamente todo o mal; e isto então na Gazeta Oficial da Capital de Vossa Majestade no Reino do Brasil, que agora é tão buscada na Europa!!!". Mesmo assim, não deixava de reconhecer que, "à exceção das observações acima mencionadas a dita narração me pareceu expressada de maneira mui decente, bem que o meu voto seria (a decidir-se o falar neste objeto antes da chegada da certeza da inteira aniquilação daquela canalha) deveria ela ser mui curta e mui enérgica, comunicando simplesmente que um punhado de malvados em Pernambuco desprezando seus mais sérios interesses se tinha atrevido a cometer o atroz ato de perturbar o sossego e Felicidade Pública com horríveis atos os mais odiosos à fiel Nação Portuguesa, que vê na continuação do Paternal Governo do seu Adorado Soberano a sua constante felicidade"[586] (as ulteriores notas da *Gazeta do Rio de Janeiro* deram conta das "agradáveis notícias" da completa extinção da revolução,[587] do processo contra os

[586] Carta de João Paulo Bezerra a D. João, Rio de Janeiro, 16/05/1817. *DH* v.101, p.219-221.
[587] *GRJ* n.03, 16/06/1817.

implicados, de festas ocorridas em diversas vilas e cidades por conta do fim do movimento[588] e de manifestações de lealdade por parte de vassalos pernambucanos[589]).

A Revolução de Pernambuco despertou vivo interesse na imprensa periódica de Buenos Aires. Já em abril de 1817 – antes, portanto, da primeira notícia dada pela *Gazeta do Rio de Janeiro* – Carlos Alvear, que se encontrava no Rio de Janeiro, escreveu um minucioso relato dos acontecimentos do nordeste do Brasil a Matias Yrigoyen, que deveria repassá-lo ao Juan Martín Pueyrredón;[590] de mesma data é a carta de García também a Pueyrredón, segundo a qual "este suceso ha sido un golpe eléctrico, sobre el gobierno del Brasil algo adormecido con su misma prosperidad".[591] Também antes da *Gazeta*, o importante periódico portenho *Censor* afirmou que "con motivo de la gran escasez de víveres que se experimentó [em Pernambuco], se exaltó a la opinión pública contra el gobernador, quejándose de los abusos de la administración", do que resultou "una conmoción popular en que depuesto aquél, fue subrrogado por un gobierno de cinco personas a quienes prestó su obediencia toda la guarnición. El gobernador fue arrojado de allí y venido al Janeiro ha sido arrestado en la Isla de las Cobras. Se han tomado las medidas más activas para sofocar la revolución que lleva el carácter de una verdadera independencia del rey y la Metrópoli".[592] Confirmada a extinção do movimento, a *Gazeta de Buenos Aires* estampou em suas páginas, quase melancólica, que "la insurrección de Pernambuco, según las últimas noticias, se ha sofocado completamente. A este objeto han contribuido las milicias de Bahía y el mismo pueblo de Pernambuco; lo que prueba que los autores de la insurrección habían calculado muy mal sobre las disposiciones de sus paisanos".[593]

Foi assim que além de se empenhar, no plano doméstico, na repressão ao movimento, a Corte do Rio de Janeiro teve que trabalhar para das notícias a seu respeito não resultarem condições desvantajosas ao Reino Unido no cenário internacional. Afinal, não se deve esquecer que essas notícias surgiam articuladas a outras, de avanços

---

[588] Sobre festejos em São Paulo: *GRJ* n.61, 30/07/1817; em São João da Barra e Salvador: n.67, 20/08/1817; em Parati: n.68, 23/08/1817; no Piauí: n.73, 10/09/1817; no Ceará e em Santa Catarina: n.79, 01/10/1817; em Mariana e no Rio Grande do Sul: n.81, 08/10/1817.

[589] É o caso da carta de comerciantes de Pernambuco agradecendo às tropas reais pelo fim do movimento, publicada na *GRJ* n.76, 20/09/1817.

[590] Carta de Carlos Alvear a Matias Yrigoyen para ser entregue a Don Juan Martín Pueyrredón. Rio de Janeiro, 25/04/1817. Trascrita por Tollenare e referida por LEITE – *Pernambuco 1817*..., cit., p.222-223.

[591] Carta de Manuel José García a Pueyrredón, Rio de Janeiro, 25/04/1817. Publicada por R. PICCIRILLI – *Argentinos en Río de Janeiro*, cit., p.143-150.

[592] *El censor* n.85, 01/05/1817. Citado em PIMENTA - *Estado e nação*..., cit., p.159.

[593] *Gazeta de Buenos Aires* n.30, 02/08/1817. Citada em Idem, p.160.

da revolução na América espanhola, com o que as associações eram inevitáveis. De Madri, José Luiz de Souza escrevia à Corte que "fizeram estas notícias [de Pernambuco] uma sensação muito viva neste Governo, o qual reconhece a influência, que uma semelhante desgraça teria nas Colônias Espanholas. Porém a certeza, que obteve o Governo Espanhol agora da entrada do General revolucionário S. Martin no Reino de Chile, causou o seu principal sentimento".[594] De acordo com uma *Carta de um Brasiliano, estabelecido em Londres, ao Editor do Times, sobre a Nota das Potências Aliadas ao Ministério do Rio de Janeiro*, publicada no *Correio Brasiliense*, "aqueles que asseveram, que a revolução de Pernambuco, sucedida a 1.200 milhas de distância foi excitada pelo exemplo da insurreição Espanhola, devem conceder, que o Governo do Brasil tinha, pelo menos, razão para temer o contato desta insurreição com a das províncias limítrofes", do que seriam justificadas suas medidas "defensivas" no Prata.[595] A ampla circulação dessa versão - segundo a *Carta* encampada inclusive pelo abade de Pradt e por outros comentadores políticos da época - obrigou o editor do *Correio Brasiliense* a asseverar que "a insurreição de Pernambuco não teve [...] conexão alguma com a revolução das Colônias Espanholas. Nestas, o principal objeto é obter um Governo independente da Europa; no Brasil este ponto, se fosse o objeto dos povos, ou dos cabeças da rebelião; estava já alcançado, pois o seu Rei residia no Brasil [...]. A insurreição pois de Pernambuco, não teve em vista a independência; porque essa já possui o Brasil; nem a mudança da forma de Governo para uma República; por que tal forma de Governo é a que menos convém aos costumes do país: a revolução fundamentou-se no desejo geral do povo de ver reformados os abusos da administração; e tomou a vereda da mudança de forma de Governo, pela ignorância dos cabeças; e essa vereda errada destruiu a mesma obra, que desejava edificar."[596]

Como quer que fosse, a Revolução de Pernambuco aproximou definitivamente as "desventuras" – na concepção dos propugnadores da conservação da ordem monárquica – da América portuguesa às da América espanhola, generalizada que se tornara a possibilidade de subversão revolucionária (e republicana) em todo o continente. Em 1817, a contestação aberta aos princípios de legitimidade política vigentes, que se manifestara prematuramente nos vice-reinos hispânicos, era uma realidade presente também no Brasil, imprimindo desde então marcas decisivas na

[594] Ofício n.141 de Souza a Barca, Madri, 11/07/1817. *AHI*, Legação em Madri.
[595] *CB* v.XVIII, n.109, 06/1817.
[596] *CB* v.XIX, n.112, 09/1817.

conformação das lutas políticas no universo luso-americano. "E que se pode esperar de fórmulas republicanas, quando as mais especiosas, publicadas em França desde 1793, não a livraram em 1799 do tirânico despotismo de Bonaparte?", se perguntava em 1818 o dicionarista e patriota arrependido Antônio de Morais e Silva.[597] Uma pergunta que trazia em si a consciência da dramática inserção do Brasil num espaço de experiência revolucionário moderno, no qual a vizinhança mais próxima era, sem dúvida, a América espanhola. Essa aproximação, plantada em Pernambuco em 1817, renderá frutos mais maduros algum tempo depois.

Os acontecimentos de 1817 a 1819 e seu conhecimento no Brasil

Quando em Pernambuco eclodiu a contestação republicana, a América espanhola adentrava numa fase de agudização de conflitos caracterizada pela reação revolucionária à tendência geral de restauração realista que se observava a partir de 1814. A reconfiguração desse quadro político conduzirá, irremediavelmente, ao caminho das independências, logradas por meio de uma intensa mobilização em rede de grupos políticos de regiões bastante afastadas em si. A resistência realista seria, contudo, encarniçada, e do processo independentista hispano-americano, praticamente resolvido em torno de 1820, resultará um continente devastado por conflitos e perdas humanas, desestruturado economicamente e buscando construir uma nova ordem por sobre os escombros da face mais visível de seu desenvolvimento: a guerra.[598]

O Brasil e a política portuguesa sentirão profundamente os abalos sísmicos desse grande terremoto. Talvez o mais relevante a se destacar, para além da permanente reconfiguração das contingências que continuarão a impelir o Estado português do Brasil a transações com governos vizinhos, seja a clara definição de posições que se observa, desde 1817, no quadro político da América espanhola. Ainda que seja uma questão de simples bom senso evitar reduzir estritamente grandes contingentes humanos – especialmente em se tratando de um período essencialmente caracterizado pela fluidez de suas formas materiais e mentais – a posições bipolares, não se pode ignorar que o curso tomado pelos conflitos entre a Espanha e suas colônias americanas conduzira a

[597] Carta de Antonio Morais e Silva ao desembargador João Osório de Castro Sousa Falcão, Engenho Novo de Muribeca, 30/10/1818 (citada por VARNHAGEN – *História geral do Brasil*, cit., p.172, notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia).
[598] HALPERÍN DONGHI - *Reforma y disolución...*, cit., p.155-156.

uma tal situação na qual restavam basicamente duas opções a quem quer que se envolvesse deliberadamente no jogo político: atuar em defesa da manutenção da tradicional ordem vigente ou se empenhar na sua radical supressão. Esse jogo não parecia comportar, em linhas gerais, posições alternativas. Para a monarquia portuguesa no Brasil, portanto, que atuava na mesma conjuntura evidentemente a partir de um espaço diferenciado, os medos até então prognosticados se converteriam em urgente resistência. "O passado", filosofava o presidente do Real Erário, João Paulo Bezerra, a D. João, "não tem remédio, e deve só lembrar para se seguir diferente vereda, mas o futuro urge fortissimamente enquanto é tempo". Segundo o sempre arguto Hipólito José da Costa, "a insurreição da América Espanhola" - uma parte desse passado que era sem dúvida um passado-presente - "para não falar em outras circunstâncias do mundo", devia ser para o Brasil "um despertador constante".[599]

No México, o furacão de Hidalgo e Morelos se encontrava sob controle, mas as tensões remanescentes continuariam a aflorar. Desde fins de 1816, o vice-rei Apodaca se mostrava bastante cioso da delicadeza da situação política de todo o território sob sua jurisdição e, a despeito da anistia concedida a vários participantes dos movimentos rebeldes, a Nova Espanha de 1817 era um Estado bastante militarizado, com grupos políticos mobilizados contra quaisquer sinais de insurgência popular. A fracassada expedição liderada pelo espanhol peninsular Francisco Xavier Mina – e que contava, dentre seus participantes, com o mesmo Joaquín Infante que, em 1811, conspirara contra o poder real em Cuba e que no ano seguinte publicou na Venezuela uma Constituição para a Ilha – representou, desse modo, uma tentativa organizada de deposição do poder real relativamente isolada.[600] Fator de maior instabilidade oferecia a conflituosa convivência com a vizinhança dos Estados Unidos, que lhe rendia freqüentes ameaças de auxílio material a insurgentes – possibilidade bem avivada pelos acontecimentos de Pernambuco - conquista de territórios e pressões econômicas e

[599] Trata-se da mesma carta de Bezerra a D. João sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, citada na nota n.237 acima. A expressão do *Correio* está no v.XXII, n.133, 06/1819.

[600] A expedição de Mina foi organizada em Londres, e desembarcaria no México em 1817 com aproximadamente trezentas pessoas. Além de Infante e Servando Teresa de Mier, considerados seus "mentores intelectuais", contava com a participação, dentre outros, do germânico conde de Ruuth, do suíço Maylefer, do norte-americano Young, dos espanhóis peninsulares Sardá e Goñi e do espanhol de Nova Granada Montilla. Malograria com a prisão de Mina em 26/10/1817, fuzilado em 11/11. Silvio A. ZAVALA. México. A revolução. A independência. A Constituição de 1814. In: Ricardo LEVENE (dir.) – *História das Américas* v.VII. 3ª.ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, W. M. Jackson, 1954. p.58-61.

políticas de toda ordem, contribuindo para um gradual esvaziamento do poder metropolitano.

No conglomerado Venezuela-Nova Granada, desde o retorno de Bolívar em dezembro de 1816, as forças revolucionárias avançavam em meio a uma violentíssima guerra civil (Morillo voltara à cena em inícios de 1817). A conjugação de forças entre Bolívar, José Antonio Paéz e Santiago Mariño, sobrepostas às suas desavenças pessoais, possibilitou as importantes conquistas de Guayana, Cumaná e, em 17 de julho de 1817, de Angostura, que se tornou o principal quartel-general de organização da revolução, disseminada por toda a Venezuela e Nova Granada pelo rio Orinoco e seus afluentes. As guerras travadas em 1817 estabeleceram uma configuração geopolítica que dividiu a Venezuela em dois blocos: de um lado, as planícies, sob domínio dos generais revolucionários; de outro, as montanhas próximas ao litoral e a capital, Caracas, sob a autoridade metropolitana de Morillo. Voltando-se para o oeste, rumo a Nova Granada, Bolívar deixou Angostura e se encontrou pela primeira vez com Páez, em janeiro de 1818. A primeira tentativa de expansão da revolução a oeste e, na Venezuela, ao norte, sofreria amargas derrotas: de Bolívar frente a Morillo em Semen (16 de março de 1818), com baixas de seu exército estimadas em mil soldados, quase sendo capturado em Rincón de los Toros; pela mesma época, Páez foi derrotado em Cojedes, e Cumaná caiu perante os realistas, obrigando a revolução e confinar-se novamente à região do Orinoco. Em Angostura, paralelamente às ações militares, Bolívar promoveu a organização de um governo civil, transformado em sede da nova República da Venezuela e, desde 15 de fevereiro de 1819, dotado de um Congresso próprio, e Bolívar foi eleito presidente

A conquista de Nova Granada seria organizada a partir de Casanare, para onde Bolívar despachara Francisco de Paula Santander em agosto de 1818; sete meses depois, deixou pela segunda vez Angostura e em maio de 1819, com Santander, iniciou uma penosíssima e muito equilibrada campanha nas montanhas de Nova Granada contra os realistas de Morillo e José Maria Barreiro. Sucessivos triunfos conduziram à batalha de Boyacá, em 7 de agosto de 1819, que abriu definitivamente as portas de Santa Fé aos revolucionários, que a tomaram sem dificuldade três dias depois. Nesse mesmo mês, o Congresso reunido em Angostura proclamara uma Constituição e um mês depois, deixando a cargo de Santander a chefia da libertada Nova Granada, Bolívar retornou à Venezuela, onde capitanearia a criação, em 17 de dezembro, da República da Colômbia,

reunindo Nova Granada e Venezuela. Restaria, contudo, derrotar os realistas que ainda mantinham Caracas e as montanhas.[601]

Enquanto no norte da América do Sul o poder realista sofria sérios e definitivos reveses, do sul provinha outra poderosa frente de expansão revolucionária. Cuidadosamente organizado em Cuyo e com largo apoio do Diretório de Buenos Aires, o grande exército chefiado por San Martín – que ficaria conhecido como "Exército dos Andes" – chegou na capitania do Chile no começo de 1817, logrando triunfo (12 de fevereiro) em Chacabuco, entre os altos desfiladeiros de Mendoza e a capital Santiago, tomada em logo em seguida (o poder executivo do Chile foi confiado ao general principal, que dele logo declinaria a favor de O'Higgins). Os exércitos realistas dispersados em Chacabuco se reagruparam em Talcahuano com auxílio de contingentes militares vindos do Peru. A vitória realista de Cancha Rayada (março de 1818) não evitaria o avanço da revolução, em Maipu (5 de abril), nos arredores de Santiago, e em Concepción (mesmo mês), após as quais o poder realista no Chile ficou praticamente confinado a Valdívia e as ilhas do pequeno arquipélago de Chiloé. Com O'Higgins à frente de uma impopular gestão do executivo, o Chile declarou sua independência em 1°. de janeiro de 1818, promulgou uma Constituição e ofereceu a San Martín uma base avançada e segura para organizar – sempre com o apoio do governo de Buenos Aires[602] - a conquista do Peru. O principal bastião do poder espanhol na América do Sul se via, desse modo, espremido entre duas grandes frentes de avanço da revolução. Ademais, o vice-rei Joaquín de la Pezuela teria de administrar um erário em grave situação, tanto mais quando a libertação do Chile interrompera o principal fluxo de abastecimento de cereais ao Peru, privara-o de um importante mercado consumidor de tabaco e complicara ainda mais o já comprometido comércio com a Espanha (numa medida emergencial, a Coroa espanhola decretara a abertura do porto de Callao ao comércio estrangeiro). A primeira – e fracassada - investida contra o Peru se faria em agosto de 1819, quando de Valparaíso partiu a armada naval chefiada pelo britânico Thomas Cochrane, integrada por numerosos mercenários estrangeiros; bastante onerosa, a frente marítima de conquista do Peru bem se valeria da atividade corsária de Cochrane, que

[601] BUSHNELL. A independência da América do Sul espanhola, cit., p.164-168; LYNCH – *Las revoluciones hispanoamericanas...*, cit., p.209-213.

[602] Os governos do Chile e de Buenos Aires firmaram, em fevereiro de 1819, um tratado de aliança e amizade pelo qual cada um se comprometia a arcar com cinquenta por cento das despesas necessárias à viabilização das forças militares contra o Peru (por dificuldades financeiras e políticas, o Diretório portenho não cumpriria integralmente o estipulado, levando a um estremecimento nas relações entre os dois governos).

apresaria, entre 1819 e 1820, várias embarcações espanholas e se apoderaria de seus bens.[603]

Por detrás da conquista do Chile, encontrava-se o firme e decidido curso da revolução no Rio da Prata. Evitando a proximidade com os realistas peruanos, o Congresso de Tucumán foi, em inícios de 1817, transferido para Buenos Aires, o que continuava a reforçar o processo de crescente concentração do poder político das províncias do Prata em torno da antiga capital do vice-reino. A política do Diretório procuraria aprofundar esse movimento, fomentando a expansão revolucionária pelo Alto Peru, Chile e Peru (cuja libertação era entendida como a criação de condições essenciais para a própria existência da ordem instaurada no Prata em 1810), negociando o reconhecimento internacional de sua existência como governo independente, pactuando acordos com as demais províncias e mantendo-se numa cada vez mais difícil posição de neutralidade perante a Corte do Rio de Janeiro. O ápice dessa trajetória seria a promulgação, em 1819, da Constituição para as "Províncias Unidas da América do Sul", que assinalaria, ao mesmo tempo, o declínio da autoridade central de Buenos Aires: de caráter acirradamente centralizadora, a Constituição seria, durante os anos de 1819 e 1820, sucessivamente rejeitada pela maioria das províncias, que passariam então a erigir repúblicas independentes, algumas confederadas, impondo ao governo de Buenos Aires – cujo diretor, Pueyrredón, renunciaria em junho de 1819 - a necessidade de uma penosa reconstrução da unidade pretendida desde maio de 1810.[604]

A "desgraça da invasão do Reino de Chile pelos insurgentes" foi referida pelo representante português em Madri Souza ao conde da Barca em junho de 1817.[605] Ao marquês de Aguiar, retransmitia notícias "que têm vindo da Costa Firme" segundo as quais Morillo encontrava fortíssima oposição "da parte dos Insurgentes em Caracas, onde ele teve até 20 de Março próximo passado várias ações com as Tropas do General

---

[603] BUSHNELL, cit., p.157-159 e p.161-162; N. GOLDMAN. Crisis imperial..., cit., p.56; HALPERÍN DONGHI – *Reforma y disolución*..., p.163-166. Cochrane chegou ao Chile em novembro de 1818, cercado de interesses e expectativas de todas as partes, incluindo do Brasil. Sua primeira incursão ao Peru ocorreria em 20/08/1819 (HALPERÍN *cit.*, p.166; LYNCH. *cit*, p.170-171.

[604] GOLDMAN, cit., p.56. Desde a proclamação de independência de 1816 Buenos Aires tentava obter um reconhecimento externo de peso. Em 1818, H. M. Brakenridge, o enviado dos Estados Unidos, elaborou um relatório ao governo de Washington no qual afirmava que as Províncias do Prata poderiam ser reconhecidas sem que isso implicasse quebra na política neutral seguida pelos E.U.A. (formalmente declarada em 1817); no entanto, elas não teriam como definir os contornos territoriais da área que estaria sob seu governo, o que inviabilizaria qualquer reconhecimento (D. A. G. WADDEL. A política internacional e a independência da América Latina, cit., p.244; PIMENTA – *Estado e nação*..., cit., p.151).

[605] Ofício n.143 de Souza a Barca, Madri, 23/06/1817. *AHI*, Legação em Madri.

Bolívar".[606] De Buenos Aires, jornais ingleses "têm espalhado várias notícias sobre uma mudança de Governo [...] anunciando que Artigas é agora o Chefe supremo daquela República, e que como tal declarou a Guerra a El Rei Nosso Senhor, e se dispõem a atacar-nos na Banda Oriental."[607]

Os distúrbios políticos alto-peruanos manteriam mais uma vez o governo português em estado de alerta. A exemplo do que ocorrera em 1814 e 1815, espanhóis realistas fugindo das forças da revolução se dirigiram às autoridades portuguesas de Mato Grosso e São Paulo solicitando proteção e mantimentos, com o que se declarava o chefe do exército da Vila de Mato Grosso ao conde da Barca em estado de permanente atenção "enquanto DEUS não permitir, que se restituam os Governos das Províncias vizinhas a um estado que mereça a nossa confiança, estado de que muito francamente confesso, que ainda julgo muito desviado dos mesmos Governos".[608] As confirmações da bem-sucedida contra-ofensiva realista viriam em dezembro, comunicadas àquela mesma autoridade portuguesa de Mato Grosso por Francisco Xavier de Aguilera,[609] que se sentia no dever de informar as autoridades portuguesas desses acontecidos, bem como do "ingreso o acolida de los miserables restos costumazes, q.derrotados fugaron p.ª la Prov.ª de Chiquitos[...], p.ª q. se digne hacer entender tan plausible noticia a los benemeritos fieles vasallos, vecinos de esta Ciudad, q. se han acogido a su protecc.n huiendo de la [rasg.], y despotismos de estos ferozes revoluccionarios".[610] Encarregado de sondar "o espírito desses homens" que se diziam vassalos fiéis, o intendente geral de Polícia da Corte Paulo Fernandes Viana não descobriu neles "opiniões perigosas",[611]

---

[606] Ofício n.193 de Souza a Aguiar, Madri, 09/05/1818. *AHI*, Legação em Madri.
[607] Ofício n.238 de Souza a Aguiar, Madri, 22/07/1819. *AHI*, Legação em Madri.
[608] Carta dirigida a Antonio de Araújo e Azevedo, conde da Barca, pelo chefe do exército da Vila de Mato Grosso, Cuiabá, 04/08/1817. *AHI*, Documentos avulsos.
[609] Davam conta dos "hermosos troféos; glória y. honor q.e han conseguido en las Prov.as Cochabamba, Tomina, Valleg.de y Santa Cruz, contra las numerozas Tropas insurgentes", tendo sido aniquilados "a los Caudillos Cadilla, y Uvarmen, cuyas cabezas colocadas, la primera en la Plaza de la Laguna, y la segunda en la de esta Ciudad, hacen un verdadero testim.º".
[610] Carta de Francisco Xavier de Aguilera a [João] Carlos Argui[?] [Respinhantes?], Santa Cruz, 29/12/1817, em anexo à carta do mesmo dirigida ao conde da Barca (*AHI*, Documentos avulsos). Em março seguinte, Aguilera reforçava o comunicado anunciando que a província de Chiquitos "se halla ya disfructando de la mas suave, y dulce subordinacion de su Rey, y Señor natural, y prisioneros los obstinados faccionarios q.e la dominaban[...], inveterados reveldes, y desnaturalizados enemigos dela Monarquia", agradecendo o tratamento recebido pelos espanhóis acolhidos no Brasil (Santa Cruz 28/03/1818 [indicada 1817]). *AHI*, Documentos avulsos.
[611] Tendo "sondado o espírito destes homens", não descobriu o ajudante Estevão Ribeiro Rezende "opiniões perigosas: lastimam a sua desgraça, bradam contra os Insurgentes; criminam o Governador de Santa Cruz, que a dois anos os abandonou, deixando campo aos Insurgentes para os perseguirem por serem amadores de S. Majestade Católica" (nota de Estevão Ribeiro Rezende a Paulo Fernandes Viana, Rio de Janeiro, 16/02/1818. *AHI*, Documentos avulsos).

concluindo não haver motivos para se temer suas posições políticas, pois estes se encontrariam "no caso de tantos outros, que por ali [Mato Grosso e Goiás] têm corrido".[612]

Durante os anos de 1817 e 1818, a já bastante ativa imprensa periódica portenha cresceu ainda mais, vindo à luz publicações como o *Avisador patriota y mercantil de Baltimore*, o *Español patriota de Buenos Aires*, o *Independiente del Sud* e o *Abogado nacional*. Ao lado das publicações então existentes, suas notícias, debates e polêmicas a respeito da América espanhola envolveriam o Brasil, fornecendo ao universo político luso-americano condições progressivamente favoráveis ao conhecimento do que se passava na vizinhança do Brasil. E, como sempre, a região do Prata não seria apenas a de maior irradiação dessas informações, mas igualmente a que despertaria maior interesse do ponto de vista da interação prática desse universo com a América espanhola. Inclusive porque a questão da ocupação da Província Oriental pelas forças portuguesas se manteria, fornecendo à Espanha subsídios para buscar o apoio das principais potências européias às suas pretensões de retomar o controle sobre as antigas colônias americanas, empenhando-se, principalmente durante o ano de 1819, em organizar sua tão falada expedição militar contra a América.[613]

As expectativas no crescente espaço luso-americano de discussões políticas se voltariam principalmente para a possibilidade dessa expedição, bem como para o fortalecimento do Diretório de Buenos Aires por conta dos bons sucessos da revolução no Chile. Após um período no qual a tendência favorável à restauração realista na América acarretara uma retração nas notícias a seu respeito nas páginas do *Correio Brasiliense* – que não assumira jamais sua inclinação favorável ao movimento continental de emancipação da Espanha –, o que se observa a partir de 1817 é uma nova avalanche de notícias, documentos e boatos sobre os sucessos políticos da vizinhança do Brasil. Na contramão, a *Gazeta do Rio de Janeiro* se manteria mais silenciosa do que nunca.

---

[612] Nota de Paulo Fernandes Vianna a Vilanova Portugal, Rio de Janeiro, 18/02/1818. *AHI*, Documentos avulsos.

[613] Em 1819 a Espanha se encontrava desiludida em suas pretensões de angariar apoio das grandes potências européias à sua luta de reconquista da América, especialmente após o Congresso de Aix-la-Chapelle. Assim, durante todo o ano de 1819 ela se empenhou em preparar uma grande expedição militar contra, a princípio, o Rio da Prata (D. A. G. WADDEL A política internacional e a independência da América latina, cit., p.241-243). Segundo um levantamento publicado pelo *Correio Brasiliense*, entre 1810 e 1818 a Espanha teria enviado à América, em pelo menos nove ocasiões diferentes, um total de 43 mil homens (*CB* v.XXII, n.128, 01/1819).

Entre 1817 e 1819, poucas palavras a respeito das revoluções hispano-americanas foram estampadas nas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, e um leitor de suas notícias sobre o mundo teria que fazer muito esforço para saber que a ordem realista espanhola no continente se encontrava em franco declínio. As primeiras notícias do ano de 1817 vieram em julho. Sobre o Chile, o que se lia é que havia "uma grande rivalidade entre as tropas de Buenos Aires, e as daquele país, que se levantaram contra o Governo Espanhol"; por isso teria O'Higgins saído de Santiago "para ver se poderia conciliar os ânimos demasiadamente azedados". Por fim, as tropas realistas de Talcahuano teriam aproveitado a ocasião para "fortificar a sua posição, onde esperam reforços de Lima, cujo Vice-Rei afirmam estar levantando um exército de 14.000 homens". Na mesma edição, dava conta da presença de 9 mil homens a mando de Pezuela no Alto Peru.[614] Noutra edição, mencionando o fim do monopólio espanhol sobre o tabaco de Cuba, lia-se, em outubro de 1817, que "a *Colônia* merece o favor do Rei pelo seu inalterável aferro à causa Real no meio das grandes convulsões das outras partes da *América*"; logo em seguida, uma notícia de que a partida de forças peninsulares para a América fora retardada por distúrbios na Catalunha, bem como do "estado satisfatório dos negócios na Metrópole do *México*".[615] Sete meses depois, publicaria um documento do general espanhol Pascoal Linan narrando como perseguira e prendera Francisco Mina e seus seguidores no México.[616] Pouco depois, extratos da *Gazeta de Caracas* de 29 de outubro de 1817 mostrariam "a discórdia, que reina entre os rebeldes daquela parte do Mundo, e a crueldade, de que estão animados os que se condecoram com o título honorífico de Chefes, sendo na realidade uns aventureiros humanos";[617] em setembro, outro extrato da de Caracas traria um boletim oficial de Morillo;[618] e, em dezembro, um boletim militar do exército de Santander.[619] A expedição espanhola à América conheceu referências em quatro ocasiões, sendo que numa delas foi dada sua partida, em segredo, de Cádiz.[620]

Por outro lado, a *Gazeta*, que tinha largo acesso a jornais de Buenos Aires, traria vários documentos referentes aos sucessos das armas portuguesas contra as forças

[614] *GRJ* n.59, 23/07/1817.
[615] *GRJ* n.84, 18/10/1817.
[616] *GRJ* n.41, 23/05/1818.
[617] *GRJ* n.52, 01/07/1818.
[618] *GRJ* n.71, 05/09/1818. O boletim de Morillo é de Cagua, 15/03/1818. Na mesma edição há outra notícia de bons sucessos realistas no México.
[619] *GRJ* n.99, 12/12/1818. O boletim é de San Fernando, 13/05/1818.
[620] *GRJ* n.56, 15/07/1818; n.57, 18/07/1818; n.80, 07/10/1818; n.93, 20/11/1819.

artiguistas, noticiando-os sempre de maneira favorável, com vitórias incontestáveis, demonstrações múltiplas de fidelidade a D. João, perdões a desertores, amparos régios a famílias de soldados mortos, promoções militares, boa acolhida dos contingentes portugueses pelas populações orientais.[621] As informações muitas vezes eram diluídas em descrições como a que se segue, do retorno ao Rio Grande do Sul do seu governador marquês de Alegrete, que estivera nos campos de batalha:

> "No dia 20 de Fevereiro chegou a esta Vila o Ill.mo e Ex.mo Senhor Marquês de *Alegrete*, coberto de glória pela parte, que houve na batalha dada aos Insurgentes, no campo do *Catalão*, a 4 de Janeiro; batalha sempre memorável porque 1.000 valentes *Portugueses* derrotaram 4.000 inimigos. A sua chegada foi motivo das mais plausíveis demonstrações de regozijo, sendo recebido por mais de 50 embarcações em linha, com os marinheiros pelas enxarcias, dando alegres *Vivas* a S. M., ao Digno Governador, e por diversas Corporações, que o foram encontrar a meio rio. Desembarcando S. Ex. passou por baixo de vários arcos, e se encaminhou à Matriz. Nas três noites seguintes houve grande iluminação na Vila e mar, com imenso concurso de povo, e música escolhida; e findos eles no dia 24 fez a Câmara cantar na Igreja uma Missa solene, e *Te Deum* em ação de graças, a que assistiu o Ex.mo Senhor Marquês e toda a família. Nesta ocasião o Segundo Vereador *Domingos José de Araujo Basto*, ofereceu a S. Ex. um ramo de louro, que Ele benignamente recebeu, e repartiu com os muitos Oficiaes, que ali estavam, companheiros no combate. Findo o *Te Deum* se recolheu a Palácio, acompanhado pela Câmara e Nobreza diante da qual, em voz alta, agradeceu à Câmara em nome de S. M. os obséquios recebidos."[622]

Evidentemente, não se trata de duvidar da existência das manifestações descritas pela *Gazeta*; mas o que realmente importa é perceber como ela continuava procedendo como sempre em relação à América, radicalizando seus métodos tradicionais: se antes pouco

---

[621] Por exemplo, *GRJ* n.07, 22/01/1817; n.16, 22/02/1817; n.1 (extraordinária), 06/03/1817; n.51, 25/06/1817; n.55, 09/07/1817; n.57, 16/07/1817; n.59, 23/07/1817; n.61, 30/07/1817; n.88, 01/11/1817; n.92, 15/11/1817; n.93, 19/11/1817; n.97, 03/12/1817; n.22, 18/03/1818; n.41, 23/05/1818; n.46, 10/06/1818; n.48, 17/06/1818; n.62, 05/08/1818; n.04, 13/01/1819; n.12, 10/02/1819; n.59, 24/07/1819; n.66, 18/08/1819; e n.97, 04/12/1819.

[622] *GRJ* n.35, 30/04/1817

era dito sobre as infidelidades dos vassalos espanhóis na América, agora seria menos ainda; em compensação, cada vez mais se dizia sobre as fidelidades dos vassalos portugueses. E com isso, mais uma vez, ficam revelados os agora redobrados temores da Corte portuguesa, que trataria com especial esmero a sempre efervescente capitania do Rio Grande do Sul, merecedora de "particular atenção pelas provas, que tem dado constantemente, do seu valor e fidelidade".[623]

Assim, buscando fazer a sua parte na tarefa de manter as províncias de um Brasil ainda abalado pela cisão pernambucana leais à Corte do Rio de Janeiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro* além de conferir grande destaque às manifestações de "entusiasmo e vassalagem, tantas vezes precedido por iguais demonstrações" oferecidas pelos habitantes do Rio Grande em virtude do nascimento de D. Maria da Glória,[624] noticiou por três vezes os festejos ocorridos naquela província pela coroação de D. João.[625] Também ofereceu a seus leitores um sugestivo "contraste de fidelidade e de rebelião", "uma cena digna de *Portugueses*, ou verdadeiramente uma lição de fidelidade": com a chegada a Porto Alegre, em 10 de outubro de 1817, de prisioneiros de guerra capturados pelos exércitos portugueses no sul, foram eles encaminhados para "o Palácio da residência do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General Marquês d'*Alegrete*, acompanhados de sua escolta e de imenso povo". Tendo sido recebidos "com o grito de Viva Sua Magestade Fidelíssima, e morram os insurgentes, ao que todo o Povo respondeu com o maior entusiasmo," teria passado o marquês a repreender publicamente ao chefe dos insurgentes, coronel Verdun, sugerindo a ele que "conviria talvez que a sua cabeça fosse ao Distrito d'*Entrerios* apagar a memória das suas maldades", ao que Verdun teria apelado "para a humanidade de Sua Majestade Fidelissima." A toda essa cena teria testemunhado o bispo de Córdoba, fugitivo que era da "mais cruel perseguição política e religiosa".[626] Tempos depois, tanto a *Gazeta do Rio de Janeiro* como o *Correio Brasiliense* dariam publicidade à fuga de habitantes da província platina de Corrientes que, tentando escapar de "assassínios e crueldades" supostamente praticados por Artigas, dirigiam-se ao Paraguai e ao Rio Grande do Sul, onde, em outubro de 1818, onze vassalos espanhóis teriam se apresentado às

[623] *GRJ* n.102, 20/12/1817
[624] *GRJ* n.88, 03/11/1819.
[625] *GRJ* n.23, 21/03/1818; *GRJ* n.37, 09/05/1818; e *GRJ* n.45, 06/06/1818.
[626] *GRJ* n.95, 26/11/1817. Na mesma linha, a *GRJ* n.102, 20/12/1817.

autoridades portuguesas de São Borja.[627] Nas corretíssimas palavras de Armitage, a se julgar pela *Gazeta do Rio de Janeiro* "devia [o Brasil] ser considerado como um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume".[628]

À vista dos procedimentos do governo joanino no tocante à publicização/ocultamento de conteúdos, parece bastante sugestivo o fato de a obra de John Mawe, *Travels in the Interior of Brazil*, editada originalmente em Londres em 1812, ter sido publicada em português incompleta. Mawe esteve no Brasil entre 1807 e 1812, ocasião em que viajou também pelo Rio da Prata, onde foi testemunha dos acontecimentos de maio de 1810. Além de iniciar seu relato pelas províncias do Prata, Mawe incluiu na forma de apêndice um relato da revolução de Buenos Aires. Nenhuma das duas partes foi incluída na edição lisboeta de 1819, a cargo da Imprensa Régia, de suas *Viagens ao interior do Brasil* que, conforme o título da tradução apontava, tinham sido *autorizadas pelo Rei Fidelíssimo D. João VI Nosso Senhor*. É verdade que se tratava de procedimento editorial bastante corriqueiro à época omitir, em relatos de viagens, trechos ou capítulos considerados pouco interessantes para o público ao qual a tradução se destinava. No entanto, uma breve análise no conteúdo do material omitido, sobretudo o do apêndice, nos permite ir um pouco além. Vale a pena ler as palavras de seu primeiro parágrafo:

> "A revolução das províncias do Rio da Prata não deve ser considerada como um levante momentâneo, provocado por um partido, ou como uma exaltação pública de duração efêmera. É um movimento unânime de todo um povo, longamente preparado e cuja execução foi determinada pelas circunstâncias – pelo desmembramento da monarquia espanhola e pela necessidade daí resultante de prover a América sua própria subsistência, organizando-se de tal forma que pudesse, ao menos, resguardar-se da ruína que ameaçava o grande todo. Encarando-a sob este aspecto, precisamos considerar apenas as revoluções simultâneas, que se verificaram em outras regiões distintas da América Espanhola, as quais, sem nenhuma combinação prévia de planos, produziram os mesmos resultados gerais, como nesta parte das colônias, e que, não obstante as dificuldades encontradas, duraram dois anos, não só sem desfalecimento, mas

[627] Notícia da *GRJ* n.12, 10/02/1819, publicada também no *CB* v.XXII, n.132, 05/1819.
[628] João ARMITAGE – *História do Brasil*. 4ª.ed. São Paulo, Martins, 1972, p.11.

com um aumento de força, proveniente dos próprios meios empregados para debelá-las".[629]

É notável a semelhança de estilo discursivo, bem como a natureza dos argumentos empregados por Mawe com alguns artigos que pouco tempo antes eram dados a público no Reino Unido, a despeito das tentativas da Corte em impedir sua circulação. Em 1817 fora comum – por exemplo, nas páginas do *Correio Brasiliense*[630] – conceber a Revolução de Pernambuco em termos de um movimento geral, uma obra coletiva, organizada, pertinente e duradoura, resultante de anseios e insatisfações generalizadas e justas; por outra parte, aqueles que se mobilizaram em denegrir o movimento, o fariam caracterizando-o como puramente momentâneo e efêmero, obra de uns poucos traidores, sem quaisquer apelos à coletividade de Pernambuco ou do Brasil. Desse modo, o que Mawe vira na abertura do processo revolucionário platino de 1810, muitos outros viram na Revolução de Pernambuco que, conforme dito, no que dependesse da Corte, permaneceria estrategicamente desconhecida da maioria dos vassalos portugueses. O conteúdo das partes silenciadas da obra de Mawe adquiria assim, no Reino Unido de 1819, feições verdadeiramente subversivas. Ao final de sua narrativa, o autor caracterizava a América espanhola do modo oposto ao recomendado pela Corte e pelo qual, por exemplo, a *Gazeta do Rio de Janeiro* desde 1808 franqueava a seus leitores as pouquíssimas notícias sobre a vizinhança do Brasil. "Sou muito sensível aos desastres da humanidade para entrar pelos detalhes da guerra civil e das calamidades conseqüentes, que continuam a afligir estas desafortunadas províncias", escreveu Mawe. "É horrível pensar-se que, enquanto na Europa o sangue humano continua a correr em torrentes, a América apresenta o triste espetáculo de divisões internas, em que seus filhos se destroem uns aos outros, devido a uma diferença de opinião concernente a seus próprios direitos. A península da Espanha está juncada de corpos de seus filhos, que juraram morrer para vingar os erros de seu Rei, e em defesa de sua liberdade, estas colônias, de uma extremidade a outra, estão queimando, com

---

[629] John MAWE – *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1978, p.233.
[630] Muito possivelmente não por acaso. Hipólito da Costa leu e comentou a obra de Mawe em uma longa resenha (*CB* v.IX, n.51, 08/1812, e n.52, 09/1812); cinco anos depois, seus primeiros juízos sobre a Revolução de Pernambuco seriam praticamente idênticos aos de Mawe sobre a Revolução de Buenos Aires. Fica a sugestão de um caso interessante - certamente típico - de circulação, leitura e releitura de idéias no espaço que enquadra praticamente todos os grandes movimentos políticos europeus e americanos desde a independência das Treze Colônias até pelo menos a independência do Brasil: o espaço atlântico.

ardor o mais violento, e disputam entre elas sobre a grande questão: 'quem é o representante de Fernando?'; e quais são as prerrogativas que lhe competem, como parte do Estado? Lá os franceses são os agentes da injustiça e da desolação, aqui o despotismo, o egoísmo e a ignorância tendem para os mesmos fins." Por fim, dirigia aos espanhóis da Europa e da América conselhos, típicos aliás de um comerciante britânico que via na emancipação da América e na preservação da propriedade privada princípios fundamentais, mas que não poderiam coadunar jamais com as diretrizes políticas seguidas pela Corte do Rio de Janeiro:

> "Espanhóis, se desejais que a Providência favoreça a solução da vossa contenda com o Opressor da Europa, se desejais que a Providência favoreça a solução da vossa contenda com o Opressor da Europa, se desejais que o mundo vos julgue capazes de reivindicar vossos direitos e de defendê-los, não lanceis mão das inofensivas planícies do Rio da Prata para manter aquela opressão que detestais no vosso país; não vos empenheis para que o poder arbitrário e a tirania de vossos reis, por vós reconhecidos, prevaleçam eternamente na América, não empregueis vossa força em perpetuar estas leis bárbaras, ditadas nas idades das trevas e da violência. Como fostes os braços que destes à Coroa de Espanha estas imensas possessões, não deixeis que seus habitantes vos reprovem uma segunda vez por havê-los escravizado. E vós, americanos, observai a história das nações e nela aprendei como vos deveis conduzir na perigosa crise por que passamos. Olhai para os homens cuja divergência de opinião fez com que os considerásseis inimigos, são vossos próprios irmãos, cuja perda se fará sentir sensivelmente na agricultura, nas artes, na vossa economia doméstica: evitai o derramamento de sangue, que já começou a manchar as páginas da vossa história. Não vos exorto à rebelião, mas sede firmes e sábios na defesa e afirmação de vossos direitos".[631]

Se a Corte deliberadamente silenciava é porque ela sabia o que se passava, de modo a selecionar o conteúdo de matérias públicas – ao menos nos espaços que ela ainda podia controlar. O conhecimento da América espanhola se tornara um substrato imprescindível de sua política de Estado. De Montevidéu, o comandante português

[631] MAWE – *Op.cit.*, p.230.

Lecor entabularia, entre 1817 e 1820, uma sugestiva correspondência direta com o rei D. João e com os secretários de Estado (conde da Barca, João Paulo Bezerra e Vilanova Portugal, sucessivamente) permeada de documentos, detalhadas notícias e prognósticos da América espanhola, envolvendo sobretudo o Prata, Chile e Peru.[632] Em várias ocasiões, Lecor remeteu a seus superiores exemplares de jornais como o *Censor*,[633] a *Gazeta de Buenos Aires*,[634] o *Americano*[635] e a *Gazeta de Chile*,[636] além de outros impressos.[637] As notícias da batalha de Maipu e da entrada em Santiago do exército de San Martín são mencionadas desde o início, e embora Lecor afirme que em Montevidéu causaram "entusiasmo" e "frenesi" exagerados "pela fantasia de homens que presumem muito de si, e pelas relações pinturescas daquela empresa",[638] as alternativas abertas pela conquista do Chile são alvo de sua constante preocupação e especulação. Assim, transmitia o confinamento dos realistas do Chile a Talcahuano[639]; os auxílios preparados e enviados pela Espanha e pelo vice-rei do Peru, que poderia vir a armar um exército de 14 mil escravos, e os combates entre San Martín e Osorio;[640] a tentativa de organização da conquista do Peru por meio da sublevação de Ica, Arica e, no interior, de todo o Alto Peru, com amplo suporte de Buenos Aires;[641] a chegada de lord Cochrane ao Pacífico, suas investidas contra Callao e a possibilidade de ir combater também no Atlântico;[642] e os seguros avanços dos revolucionários, acontecimentos estes que "influem demasiado na sorte da América Meridional, e podem influir também nos interesses Reais, e

---

[632] Trabalhei com uma seleção dessa correspondência extraída do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, publicada nos *Anais do Itamaraty*, v.V-VII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942 ('Coleção Cisplatina").

[633] Lecor a D. João 24/04/1817 e 08/10/1817 (*Anais do Itamaraty*, cit., v.VI, p.5-6 e p.27-29).

[634] Lecor D. João, 08/10/1817 (*Anais* v.VI p.27-29); Lecor a Vilanova Portugal: 10/04/1819 (*Anais* VII, p.4-5), 03/05/1819 (*Anais* VII,p.5-6), 15/05/1819 (*Anais*, VII, p.7), 01/09/1819 (*Anais* VII, p.52-55), 08/11/1819 (*Anais* VII, p.84-85) e 10/12/1819 (*Anais* VII, p.99-100).

[635] Lecor a Vilanova Portugal 15/05/1819 (*Anais* VII, p.7).

[636] Lecor a D. João 05/12/1818 (*Anais* v.VI, p.95).

[637] Como jornais vários de Buenos Aires (Lecor a D. João, 07/12/1818, *Anais* v.VI p.95-96); Idem, mais um manifesto do general Brayer, a serviço de Buenos Aires (Lecor a D. João, 29/11/1818, *Anais* v.VI p.94-95); uma *Memoria* de governo escrita por Pueyrredón (Lecor a D. João, 18/09/1819, *Anais* v.VI p.123-124); um exemplar da Constituição do Pata, que deveria ser jurada em 25 de maio de 1819 (Lecor a Vilanova Portugal, de data anterior a 25/05/1819, *Anais* VII, p.8); e um bando do governo de Buenos Aires (Lecor a Vilanova Portugal, 23/06/1819, *Anais* VII, p.31).

[638] Lecor a D. João, 07/03/1817, *Anais* v.VI, p.3-4.

[639] Lecor a Barca, 08/05/1817, *Anais* VI, p.152-154.

[640] Lecor a D. João, 09/05/1817 e 03/09/1818 (*Anais*, VI, p.79-81); Lecor a Barca, 27/05/1817 (*Anais*, VI, p.159-160); Lecor a Vilanova Portugal, 21/03/1818 e 12/04/1818 (*Anais* VI, p.231-233); Lecor a D. João, 25/08/1818 (*Anais* VI, p.78-79); e Lecor a Vilanova Portugal, 06/08/1819 (*Anais*, VII, p.39-48).

[641] Lecor a João Paulo Bezerra, 03/09/1817 (*Anais* VI, p.180-181); Lecor a Vilanova Portugal, 28/04/1818 (*Anais* VI, p.235-236).

[642] Lecor a D. João, 20/07/1817 e 05/03/1819 (*Anais* VI, p.13-14 e p.107-108); Lecor a Vilanova Portugal, 10/04/1819 (*Anais* VII, p.4-5).

políticos do Brasil".[643] Quanto à política do Diretório de Buenos Aires, Lecor transmitiu notícias de uma conspiração que pretenderia assassinar Pueyrredón, várias prisões daí decorrentes, a execução de mais de oitenta prisioneiros realistas em San Luís, as dificuldades pecuniárias com o financiamento da guerra, suas fracassadas diligências para obtenção do reconhecimento norte-americano de sua independência e a renúncia de Pueyrredón, substituído por Rondeau.[644]

Mas as grandes atenções recairiam sem dúvida sobre as notícias acerca dos preparativos e do envio de uma grande armada espanhola contra a América sublevada, "o assunto do dia" sobre o qual "todos falam [e] todos escrevem [...] como lhes convém melhor aos seus interesses".[645] Mencionada inúmeras vezes por Lecor, especulava-se suas dimensões (10, 12, 14, 15 ou até 20 mil homens) e destino (Havana, Chile, Peru, talvez Buenos Aires ou Montevidéu),[646] largamente temida até as notícias asseverarem sua impossibilidade, por conta de convulsões políticas ocorridas na Espanha.[647] De todo modo, boatos ou notícias verdadeiras se referiam a amplas campanhas militares em curso ou prestes a ocorrerem numa ampla zona territorial que possuía muitos pontos de contato com a América portuguesa, e que em última instância representavam diretamente a possibilidade de um enorme fortalecimento da ordem revolucionária de Buenos Aires, o que não podia ser indiferente ao Brasil.

Todos esses sucessos e muitos outros estariam presentes, como sempre, nas páginas do *Correio Brasiliense*, cuja circulação deve ter crescido muito por essa época. Muito possivelmente Bolívar o teve em mãos, já que o periódico editado pelo governo revolucionário de Angostura, o *Correo del Orinoco*, publicou em fevereiro de 1819 um longo comentário às observações do *Correio Brasiliense* sobre a revolução de Pernambuco, motivando a réplica deste em dez edições;[648] se desde os sucessos

---

[643] Lecor a D. João, 18/12/1818 (*Anais* VI, p.96-99).

[644] Lecor a D. João, 25/08/1818 e 04/03/1819 (*Anais* VI, p.78-79 e p.105-107). Lecor a Vilanova Portugal, 21/03/1818 e 12/04/1818 (*Anais* VI, p.231-232 e p.232-233). Lecor a Vilanova Portugal, 20/06/1819 *Anais* VII, p.29-30.

[645] Lecor a D. João, 14/08/1819 (*Anais* VI, p.116-120).

[646] Lecor a Barca, 08/05/1817 (*Anais* VI, p.152-154); Lecor a D. João, 09/05/1817 e 20/07/1817 (*Anais* VI, p.6-7 e p.12-13); Lecor a Bezerra, 03/09/1817 (*Anais*, VI, p.180-181); Lecor a Vilanova Portugal, 11/02/1818 (*Anais* VI, p.216-221); Lecor a D. João, 07/12/1818 (*Anais*, VI, p.95-96); Lecor a Vilanova Portugal, 16/07/1819, 06/08/1819 e 01/09/1819 (*Anais* VII, p.32-34, p.39-48 e p.52-55).

[647] Lecor a Vilanova Portugal, 18/09/1819, 04/10/1819 e 23/10/1819 (*Anais* VII, p.61-63, p.67-68 e p.77-78); Lecor ao conde da Figueira, 06/11/1819 (*Anais* VII p.290-291).

[648] *CB* v.XXII, n.133, 06/1819; v.XXIII, n.134 07/1819; n.135, 08/1819; n.136, 09/1819. n.137, 10/1819; n.138, 11/1819; n.139, 12/1819; v.XXIV, n.140, 01/1820; n.141, 02/1820; n.142, 03/1820. A primeira menção ao *Correo del Orinoco*, ao qual Hipólito da Costa tinha freqüente acesso, se encontra no *CB* v.XXII, n.132, 05/1819). O jornal venezuelano foi criado sob ingerência direta de Bolívar como

pernambucanos as autoridades portuguesas tentavam frear sua circulação, desde julho de 1817 ele seria proibido em todo o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.[649] Mesmo assim, ele seguia firme em sua cobertura acerca dos acontecimentos da América espanhola, noticiando e comentando obras a respeito,[650] publicando documentos, dando notícias e boatos, analisando tudo com especial atenção no tocante às possíveis relações dos fatos com o Brasil: "publicando ao mundo estes fatos importantíssimos, resta considerar a linha que deve seguir o Governo do Brasil, e se lhe convirá ser o último, que tire partido óbvio, dos acontecimentos que se vão passando no mundo. Se o não fizer, cometerá um erro indesculpável".[651]

O *Correio* esteve atento aos acontecimentos da América espanhola a começar pela Espanha, onde as relações com os Estados Unidos, pela proximidade dessa potência emergente com o México e por disputas territoriais que começavam a se configurar, eram tensas.[652] No tocante às suas relações com as principais potências européias, seus malogrados esforços em obter mediação para a querela das colônias também foram abordados,[653] bem como as investidas dos governos revolucionários americanos em obterem reconhecimento internacional de sua existência política.[654] Também os preparativos em Cádiz da tão propalada expedição à América seriam acompanhados com interesse, suscitando no *Correio* a expectativa de que "o Brasil sem dúvida não tomará sobre si cooperar com os Espanhóis, para a conquista das províncias

---

contraponto à realista *Gazeta de Caracas*. Editado por Francisco Antonio Zea e depois por Juan Germán Roscio, viria à luz pela última vez em 23/03/1822. CHACON – *Abreu e Lima...*, cit., p.75-78.

[649] Por edital do Desembargo do Paço, Lisboa, 25/07/1817. Publicado no próprio *CB* v.XIX, n.110, 07/1817.

[650] Como uma *Account of the War in Spanish America*, por "Um Americano Meridional" (*CB* v.XIX, n.110, 07/1817), ou a *Hackett's Narrative to South America* (*CB* v.XXI, n.126, 11/1818). Também traria uma longa resenha da obra de De Pradt, *Des trois derniers Mois de l'Amerique meridional et du Brazil* (*CB* v.XIX, n.112, 09/1817).

[651] *CB* v.XXII, n.131, 04/1819.

[652] *CB* v.XVII, n.102, 11/1816.

[653] *CB* v.XIX, n.115, 12/1817. O *Correio* publicou uma nota transmitida em 12/06/1818 pela Espanha às potências aliadas sobre a situação na América Setentrional (*CB* v.XXI, n.124, 09/1818).

[654] *CB* v.XXI, n.127, 12/1818; *CB* v.XX, n.116, 01/1818. Em outra ocasião, traria o relatório do secretário de Estado dos E.U.A. ao presidente desse país sobre a América espanhola, remetido ao Congresso em 25/03/1818. Segundo o *Correio*, esse documento mostraria o quão adiantadas estariam as negociações para o reconhecimento dos EUA da independência do Prata; contudo, D. Manuel Aguirre não apresentara credenciais nem plenos poderes, tampouco saberia definir qual o território que devia pertencer à nova nação (*CB* v.XX, n.120, 05/1818, e v.XXI, n.124, 09/1818). Publicaria também vários outros documentos a respeito: uma longa mensagem do presidente James Monroe ao Congresso dos EUA sobre as colônias espanholas da América, de 17/11/1818); e diversos relatórios de encarregados de averiguar o estado político da América Espanhola (*CB* v.XXII, n.128, 01/1819; n.129, 02/1819; n.130, 03/1819; n.131, 04/1819; e n.132, 05/1819).

revolucionadas. Seria isso meter-se em uma guerra sumamente ruinosa a seu comércio, sem a menor esperança de tirar daí lucro algum".[655]

O aparente calmo México não esteve ausente de suas páginas. Com base em extratos de jornais do México, Havana, Estados Unidos e Espanha, além de destacar as tensas relações com os Estados Unidos, [656] o *Correio* falou de rumores de que a despeito da eficiente repressão realista os insurgentes republicanos contariam com 18 mil homens "bem organizados e disciplinados";[657] acompanhou a tentativa da expedição de Francisco Mina desde os momentos iniciais até a prisão e execução do seu líder,[658] bem como a de outro rebelde, Pedro Roxas, conhecido por *El Negro*.[659] Mesmo assim, Hipólito não daria crédito às notícias vindas da Espanha de que o México se encontrava totalmente pacificado: correios e estradas continuavam bloqueados, ocorreriam ainda muitos distúrbios localizados, e uma bem-sucedida viagem empreendida por um comboio da Cidade do México a Vera-Cruz, tendo sido muito comemorada pelo governo, seria a prova cabal de que o panorama não era tranqüilo. "Do México há menos notícias do que de outra alguma parte das colônias revoltadas; porque estando os Espanhóis de posse dos portos do mar, fica naturalmente dificil a comunicação; no entanto assaz se diz, mesmo por via da Espanha, aonde se não recontam senão vitórias, para conhecermos, que o México está bem longe de ser uma das colônias de que a Espanha goza posse pacífica."[660]

As guerras na Venezuela e Nova Granada foram as mais detalhadamente tratadas pelo *Correio*, começando pela tradução de uma extensa "Relação do estado atual das colônias Espanholas, no Norte da América Meridional", que narrava o desembarque de Bolívar em Margarita e Barcelona em dezembro de 1816 e o início dos preparativos militares contra as forças de um bastante impopular Pablo Morillo; de Cádiz, a expedição que se aprontava encontrava dificuldades, e a Espanha incapaz de obter uma mediação de uma grande potência em suas disputas com a América. Desse modo, com "a guerra civil" e com o "estado de decadência, em que se acha o poder Real" na

---

[655] *CB* v.XXII, n.130, 03/1819. Boatos de rebelião - não-confirmados - na expedição de Cádiz foram dados a conhecer no *CB* v.XXIII, n.135, 08/1819.
[656] Publicou duas cartas de Luiz Onis, embaixador da Espanha nos EUA, ao vice-rei Calleja do México, Filadélfia, 14/08 e 16/09/1815 (*CB* v.XVIII, n.107, 04/1817).
[657] *CB* v.XIX n.110, 07/1817.
[658] *CB* v.XIX, n.115, 12/1817; *CB* v.XX, n.116, 01/1818 e n.117, 02/1818.
[659] *CB* v.XX, n.121, 06/1818.
[660] *CB* v.XXI, n.124, 09/1818. Também *CB* v.XXII, n.128, 01/1819; n.130, 03/1819; n.132, 05/1819; e v.XXIII, n.136, 09/1819. Publicaria a declaração de independência do Texas, feita em Nacogdoches, 23/06/1819 (*CB* v.XXIII, n.137, 10/1819).

América, o *Correio Brasiliense* bem percebia que "desde a dispersão do Congresso de Caracas pelo terremoto, e prisão do General Miranda, não tem havido naquela parte das colônias de Espanha uma época, que ameace mais decisiva e pronta emancipação do poder da Metrópole."[661] As violências seriam muitas. Na conquista de Barcelona, os exércitos realistas teriam encontrado "somente uma guarnição de 600 homens [e] os passou todos à espada, com as demais que encontrou, sem distinção de sexo ou idade;"[662] os avanços de Bolívar pela Venezuela, os combates com os realistas e a impopularidade de Morillo configurariam um dramático quadro no qual a Espanha só poderia intervir militarmente com pequenas expedições, "que são justamente quanto basta para conservar aceso o fogo da guerra civil, cujos horrores exasperam todos os dias mais e mais os partidos".[663]

A partir daí, alternaram-se notícias favoráveis aos realistas, geralmente provenientes de Madri, e favoráveis aos insurgentes, que mereceriam do *Correio Brasiliense* maior crédito. De todo modo, o *Correio* ofereceu aos seus leitores uma perfeita sucessão de acontecimentos militares e políticos da Venezuela: a abertura de um congresso revolucionário em Cariaco, sob a égide de Marino;[664] a queda de Guayana e Margarita realistas;[665] o reconhecimento, por José Antonio Páez, de Bolívar na condição de chefe supremo da Venezuela;[666] a proximidade de uma conquista de Caracas;[667] a derrota do general revolucionário Zaraza;[668] a resistência realista em

[661] *CB* v.XVIII, n.107, 04/1817. No mesmo número, foram publicados vários documentos: uma proclamação de Bolívar ao "Povo da Venezuela" (Margarita, 28/12/1816), uma proclamação de Luiz Biron, aliado de Bolívar, aos "Habitantes da Venezuela" (Pampatar, 13/01/1817), um boletim do Exército Libertador n.01 (Barcelona, 09/02/1817), uma carta de Morillo ao secretário de Estado da Espanha (Ocana, 27/03/1816), extrato de uma gazeta de Bermuda contendo o tratado entre Mariño e o governador de Trinidad (La Guaira, 23/07/1816).

[662] *CB* v.XVIII, n.109, 06/1817.

[663] *CB* v.XIX, n.110, 07/1817.

[664] Com vários documentos a respeito (*CB* v.XIX, n.111, 08/1817).

[665] *CB* v.XIX, n.113, 10/1817. No mesmo número, traria uma proclamação de Morillo (Margarita, 27/07/1817) e vários outros documentos sobre os realistas em Margarita, sendo que "em Caracas se padece grande fome". A tomada de Guayana por Bolívar seria confirmada no número seguinte. A maioria dos documentos a respeito seria publicada no *CB* v.XIX, n.115, 12/1817: um ofício do almirante Brion a Bolívar (Guayana, 28/08/1817); uma proclamação de Bolívar aos emigrantes guayaneses, que fugiram para o México (Guayana, 03/09/1817); uma proclamação fim do bloqueio erguido em 06 de janeiro de 1817 ao porto de Guayana (03/09/1817); um boletim do exército libertador da Venezuela (Guayana, 02/09/1817); uma proclamação de Bolívar aos habitantes de Margarita (Guayana, 01/09/1817); uma ordem do dia anunciando a derrota de Morillo em Margarita (Guayana, 01/09/1817); um boletim de Bolívar (04/09/1817); uma proclamação do clero de Guayana (02/09/1817); uma proclamação da junta de governo das Flóridas (Fernandina, 14/10/1817) e resolução da mesma junta (08/10/1817).

[666] Com o ato de reconhecimento de Bolívar como chefe supremo da República da Venezuela pelo general Paez (Ygual, 26/06/1817) e vários outros documentos (*CB* v.XIX, n.114, 11/1817).

[667] *CB* v.XX, n.116, 01/1818; e n.117, 02/1818.

[668] *CB* v.XX, n.118, 03/1818.

Caracas, a instalação de Bolívar em Angostura, a abertura desse Congresso e a organização de seu governo;[669] boatos – depois desmentidos – da morte de Morillo em decorrência de ferimentos de batalha;[670] os preparativos das forças revolucionárias, que já dominavam praticamente todas as planícies, para tomar Cumaná e Barcelona;[671] os primeiros avanços de Santander em direção a Nova Granada;[672] as derrotas de Marino em direção a Cumaná, a efêmera conquista realista de Cumanacoa e sua perda do porto de Guiria;[673]a marcha de Morillo de Caracas em direção a Angostura, durante a qual teria mandado "queimar a povoação de S. Fernando, e os habitantes, que ficavam na linha de marcha do inimigo, destruíram as suas casas";[674] o iminente desembarque das forças de Urdaneta, concentradas em Margarita, na costa Venezuelana, e a união oficial entre Bolívar e Páez em Cunaviche;[675] boatos do avanço de Urdaneta sobre Caracas;[676] a fuga de muitos realistas em direção à capital, que esperava auxílios militares de Cuba, a união entre Bolívar e Santander, o início efetivo da campanha de Nova Granada e a chegada a Londres de dois emissários do governo revolucionário de Angostura;[677] a tomada de Barcelona pelos revolucionários, o cerco de Cumaná, o abandono realista de Santa Fé com a fuga do vice-rei Samanas rumo a Mompoz, a tomada da capital e a eleição de Bolívar para presidente da Venezuela.[678] Tudo isso permeado de dezenas de documentos publicados em português, como quadros estatísticos de forças dos beligerantes,[679] boletins oficiais dos exércitos revolucionários,[680] proclamações, cartas e

---

[669] No mesmo número, publicaria o ato de instalação do Conselho de Estado, em Angostura (18/11/1817); um extrato da *Gazeta Extraordinaria de Caracas* (16/03/1818) tratando do refúgio de Bolívar em Angostura; uma relação oficial de Morillo ao capitão-general interino da Venezuela (Cagua, 15/03/1818); boletins oficiais do exército de Bolívar (12 e 17/02/1818); e uma proclamação do governo revolucionário de Nova Granada (San Thomaz, 06/03/1818) (*CB* v.XX, n.120, 05/1818). A chefia de Bolívar em Angostura, permanecendo Páez à frente dos exércitos em Caracas foi confirmada no *CB* v.XXI, n.124, 09/1818; a organização do governo civil no *CB* v.XXII, n.132, 05/1819).

[670] *CB* v.XXI, n.122, 07/1818.

[671] *CB* v.XXI, n.125, 10/1818; e n.127, 12/1818..

[672] *CB* v.XXII, n.129, 02/1819.

[673] *CB* v.XXII, n.130, 03/1819.

[674] *CB* v.XXII, n.132, 05/1819.

[675] *CB* v.XXII, n.133, 06/1819.

[676] *CB* v.XXIII, n.135, 08/1819.

[677] *CB* v.XXIII, n.136, 09/1819.

[678] *CB* v.XXIII, n.137, 10/1819. A confirmação da tomada de Santa Fé viria no *CB* v.XXIII, n.139, 12/1819.

[679] *CB* v.XXI, n.122, 07/1818.

[680] O *Correio* publicou os seguintes boletins do "Exército Libertador da Venezuela": sem local mencionado, 28/03/1818 (*CB* v.XXI, n.122, 07/1818); de Angostura, 15/06/1818 (*CB* v.XXI, n.124, 09/1818); de Angostura, 21/08/1818 (*CB* v.XXI, n.126, 11/1818); de San Juan de Payara, 29/01/1819 (*CB* v.XXII, n.132, 05/1819); de Cantaura, 12/07/1819 (*CB* v.XXIII, n.135, 08/1819); de Venta Quemada, 08/08/1819. De Nova Granada, publicou dois: um sem local, 25/07/1819 (*CB* v.XXIII, n.137, 10/1819), e outro de Santa Fé, 11/08/1819 (*CB* v.XXIII, n.139, 12/1819).

ofícios de chefes de ambas as partes,[681] medidas adotadas pelos governos de Guaiana e Angostura,[682] documentos metropolitanos[683] e cartas, relatórios e informes produzidos por observadores estrangeiros.[684]

O Chile e o avanço sulino da revolução em direção ao Peru mereceram no *Correio Brasiliense* atenção semelhante, a começar pela publicação de um longo ofício de San Martín dirigido ao diretor Pueyrredón na qual o general narrava suas batalhas contra os realistas até fevereiro de 1817; nessa altura, já eram conhecidas a conquista de Santiago e a nomeação de Bernanro O'Higgins na condição de chefe do executivo do Chile, o que representaria, evidentemente, um notável fortalecimento político do Diretório de Buenos Aires.[685] A partir de então, o *Correio* tornou conhecida uma sucessão de acontecimentos bastante detalhada: a posse realista de Concepción;[686] a

---

[681] Proclamação de Bolívar aos soldados de seu exército, Angostura, 17/10/1817 (*CB* v.XX, n.116, 01/1818); proclamação de Morillo aos povos da Venezuela, Caracas, 21/09/1817; ofício de Bolívar, Cadenalis, 27/11/1817; Indulto Real aos generais insurgentes, proclamado por Morillo (*CB* v.XX, n.117, 02/1818); carta do general Anzoategui ao general Montilla, Calabozo, 23/02/1818; ofício do secretário de Páez Nicolao Pumar ao governador de Guayana general Bermudez, S. Fernando, 08/03/1818; ofício de Morillo e outros documentos sobre vitórias realistas (*CB* v.XX, n.121, 06/1818); proclamação de Marino aos seus oficiais e soldados, S. Francisco, 25/07/1818 (*CB* v.XXI, n.125, 10/1818); carta de Bolívar ao governador de Barbados, Angostura, 01/09/1818 (*CB* v.XXI, n.126, 11/1818); proclamação do general Arismendi aos emigrados da Venezuela, Margarita, 21/09/1818; ofício do almirante Brion ao supremo chefe da Venezuela, Guiria, 25/08/1818 (*CB* v.XXI, n.127, 12/1818); cartas de Bolívar ao coronel Hippesley, Angostura, 11, 19, 20 e 22/06/1818 (*CB* v.XXII, n.128, 01/1819); extrato de ofício do ministro de Negócios Estrangeiros da Venezuela Manuel Palacio [Fajardo?], ao deputado da mesma em Londres, Angostura, 03/03/1819; proclamação de Bolívar aos soldados da expedição realista, 02/03/1819 (*CB* v.XXII, n.132, 05/1819); carta do chefe do Estado-Maior da Venezuela em Nova Granada, Ildefonso Paredes, a um amigo de Angostura, Portas de Santiago de Poré, 16/04/1819 (*CB* v.XXIII, n.135, 08/1819); exposição do representante em Londres da Venezuela, Mariano Renovales, ao poder executivo deste país, Londres, 13/12/1817; carta de Bolívar a Renovales, San Fernando de Apure, 20/05/1818; carta de Morillo aos soldados britânicos a serviço dos revolucionários, Achaguas, 26/03/1819; resposta dos mesmos s.d. (*CB* v.XXIII, n.136, 09/1819); ofício de Bolívar ao vice-presidente da República da Venezuela, Paya, 30/06/1819 (*CB* v.XXIII, n.137, 10/1819); e um longo discurso proferido por Bolívar na abertura do Congresso de Angostura (*CB* v.XXIII, n.137, 10/1819 e *CB* v.XXIII, n.138, 11/1819).

[682] Lei de distribuição da propriedade nacional entre os militares de todas as classes da Venezuela, Nova Guayana, 10/10/1817 (*CB* v.XX, n.116, 01/1818); decreto contra contrabandos, Angostura, 02/07/1818; decreto sobre a organização da polícia nas províncias, Angostura, 03/07/1818; decreto sobre estrangeiros, Angostura, 07/07/1818 (*CB* v.XXI, n.125, 10/1818); ofício de Bolívar ao Congresso, Angostura, 16/02/1819; resposta do secretário do Congresso, Angostura, 17/02/1819; dois decretos sobre formalidades de governo, Angostura, 25 e 27/02/1819; circular do vice-presidente da República a todas as autoridades civis e militares encaminhando os decretos anteriores, Angostura, 02/03/1819; regulamento provisório para o estabelecimento do Poder Judicial, Angostura, 25/02/1819 (*CB* v.XXIII, n.137, 10/1819).

[683] Circular do Ministério da Guerra sobre punição a insurgentes da Venezuela, Madri, 28/07/1817 (*CB* v.XIX, n.112, 09/1817).

[684] Carta de um deputado de Nova Granada, Joseph Maria del Real, a Castlereagh, Londres 10/04/1818 (*CB* v.XXI, n.123, 08/1818); uma "notícia" da Venezuela dada pelo general inglês Wilson, proveniente daquele país (*CB* v.XXII, n.128 01/1819).

[685] O ofício de San Martín é de Santiago, 22/02/1817 (*CB* v.XVIII, n.108, 05/1817).

[686] Notícia via Rio de Janeiro (*CB* v.XIX, n.111 08/1817). Publicaria ainda uma participação (Concepción, 05/05/1817) de Las Heras ao governo do Chile (*CB* v.XIX, n.113, 10/1817), um documento

organização no Peru e o envio a Talcahuano da expedição de 3.200 homens chefiada por Mariano Osorio;[687] a proclamação de independência do Chile;[688] o desembarque de 8 mil soldados realistas vindo do Peru, vitoriosos em Concha Rayada, mas derrotados por San Martín em Maipu, após a qual os realistas ficaram confinados de vez em Talcahuano; com os revolucionários senhores praticamente absolutos do Chile, o *Correio* afirmaria que "o maior inimigo, que tem os Insurgentes, é [...] o pouco conhecimento que há entre eles de matérias políticas"; suas ambivalências todas "não são máximas, porque se podem estabelecer nas Américas Espanholas Governos regulares, e consistentes com as idéias das nações, ou para melhor dizer, daqueles povos que ainda não formam nações."[689] Em seguida, noticiaria a partida de Cochrane à América, não havendo dúvidas de que serviria no Chile;[690] a grande penúria dos realistas de Osorio após Maipu e os preparativos marítimos para a conquista do Peru, com a participação de muitos estrangeiros;[691] os reforços prometidos da Espanha, que no entanto se encontrava em péssima situação financeira para cumprir suas promessas;[692] a evacuação de Talcahuano por Osorio, com os realistas se dividindo entre Lima e Valdívia, único ponto do Chile continental que ainda lhes restara; preocupações expressadas publicamente pelo vice-rei do Peru, que em vista das dificuldades financeiras de seu erário propusera a abertura do porto de Callao ao comércio estrangeiro;[693] os preparativos de San Martín contra o Peru e o aparesamento de várias embarcações espanholas por Cochrane, que saíra de Santiago e chegara a Valparaíso, e daí a Callao;[694] o acordo oficial entre os governos de Buenos Aires e Chile para divisão de despesas necessárias à armada contra o Peru e a chegada a Londres de um representante do governo do Chile;[695] ataques e recuo de Cochrane em Callao e o

---

de O'Higgins (Concepción, 30/05/1817), asseverando o isolamento dos realistas, e outro de Ramon Freyre (Arauco, 28/05/1817) (*CB* v.XIX, n.114, 11/1817).

[687] (*CB* v.XX, n.120, 05/1818). No número seguinte, outra notícia falava em 3.464 homens.

[688] Publicação seguida por um longo manifesto dirigido pelo diretor do Chile às outras nações, justificando-a (12/02/1818) (*CB* v.XX, n.121, 06/1818 e v.XXI, n.122, 07/1818).

[689] *CB* v.XXI, n.122, 07/1818. No mesmo número, traria dois ofícios de San Martin ao governo de Buenos Aires (Maipu, 05/04/1818); e outro ao governo do Chile (Santiago, 09/04/1818) (*CB* v.XXI, n.123, 08/1818).

[690] *CB* v.XXI, n.124, 09/1818.

[691] *CB* v.XXI, n.126, 11/1818.

[692] *CB* v.XXI, n.127, 12/1818.

[693] *CB* v.XXII, n.128, 01/1819. A abertura seria confirmada no *CB* v.XXII, n.131, 05/1819.

[694] *CB* v.XXII, n.129, 02/1819. Também o *CB* v.XXII, n.130, 03/1819); n.132, 05/1819; e n.133, 06/1819.

[695] *CB* v.XXII, n.133, 06/1819. No mesmo número, traria o tratado firmado entre Buenos Aires e Chile para a libertação do Peru (Buenos Aires, 05/02/1819) (*CB* v.XXII, n.133, 06/1819).

bloqueio naval do Peru, por ordem de O'Higgins.[696] Novamente, a exemplo do tratamento dado aos acontecimentos da Venezuela e Nova Granada, os do Chile também viriam recheados de vários documentos.[697]

Em julho de 1819, dando conta de deserções de Lima para Cochrane, o *Correio Brasiliense* sentenciaria: o "Chile está completamente livre dos Espanhóis";[698] no mês seguinte, analisava que "o governo do Chile parece ser, de todos os novos Governos da América Espanhola, o que se acha mais consolidado. Não somente está todo o seu território livre de inimigos, mas nem tem os rivais internos, que ainda causam dificuldades ao Governo de Buenos Aires".[699] As dificuldades daquele que era o governo hispano-americano de relações mais estreitas com o Estado português na América também foram acompanhadas com vivo interesse. Noticiaria, assim, a transferência do Congresso do Prata de Tucumán para Buenos Aires;[700] o clima de confiança que os sucessos do Chile inspirariam no Diretório;[701] vitórias dos revolucionários no Alto Peru e demonstrações de simpatia do diretor Pueyrredón com os portugueses, aos quais inclusive forneceria mantimentos na campanha militar da Província Oriental;[702] o conhecimento, em Buenos Aires, que a tão temida expedição espanhola se dirigiria certamente ao Pacífico;[703] as execuções de realistas em San

---

[696] *CB* v.XXIII, n.135, 08/1819. O decreto do diretor O'Higgins para o bloqueio do Peru (Santiago, 30/04/1819) viria no *CB* v.XXIII, n.136, 09/1819. Também o *CB* v.XXIII, n.138, 11/1819.

[697] Quadro de receitas e despesas do governo do Chile (*CB* v.XXI, n.122, 07/1818); duas cartas de San Martin ao vice-rei do Peru, Santiago, 11/04/1818; a resposta do comissário do vice-rei do Peru, Valparaiso, 29/05/1818; participação de Thomaz Guido, deputado das Províncias Unidas, ao governo do Chile, Santiago, 20/05/1818 (*CB* v.XXI, n.124, 09/1818); mapa das forças insurgentes no Chile e realistas no Peru (*CB* v.XXI, n.126, 11/1818); uma correspondência entre o governo do Chile e o capitão Biddle sobre uma troca de prisioneiros com o governo espanhol, 05/1818; ofício de San Martín ao governo do Chile, Santiago, 22/07/1818; "a severidade desta guerra civil provém mais dos Espanhóis do que dos Insurgentes" (*CB* v.XXI, n.127, 12/1818); exposição do tenente general Miguel Brayer a San Martin sobre seu comportamento a serviço dos insurgentes (*CB* v.XXII, n.132, 05/1819); resposta de San Martín a Brayer, Mendoza, 07/10/1818; ofício de San Martín ao chefe do exército das Províncias Unidas Balcarce, Mendoza, 07/10/1818; proclamação de Cochrane, Callao, 01/03/1819 (*CB* v.XXIII, n.134, 07/1819); proclamação de San Martín ao povo do Peru, Santiago, 18/11/1818; carta de San Martín ao vice-rei do Peru, Santiago, 16/11/1818; ofício de Balcarce a San Martín sobre as operações do exército do Chile, Nacimiento, 12/02/1819; decreto para a conservação dos Conventos pelo governo do Chile, Santiago, 15/02/1819 (*CB* v.XXIII, n.135, 08/1819); números da esquadra naval do governo do Chile (*CB* v.XXIII, n.135, 08/1819); ofício de Cochrane ao ministro da Guerra e Marinha do Chile, Guambaco, 10/04/1819 (*CB* v.XXIII, n.137, 10/1819); números da esquadra chilena e da de Cochrane (*CB* v.XXIII, n.139, 12/1819).

[698] *CB* v.XXIII, n.134, 07/1819.

[699] *CB* v.XXIII, n.135, 08/1819.

[700] Com a publicação de um documento do Congresso a esse respeito (03/01), extraído da *Gazeta de Buenos Aires* (*CB* v.XIX, n.110, 07/1817).

[701] *CB* v.XIX, n.114, 11/1817.

[702] *CB* v.XIX, n.115, 12/1817.

[703] *CB* v.XXI, n.126, 11/1818.

Luís[704] e a queda de Pueyrredón[705] e notícias não confirmadas de que fora promulgada uma Constituição.[706] Também publicaria vários documentos a respeito desses sucessos, geralmente extraídos da *Gazeta de Buenos Aires*.[707] Uma avaliação de meados de 1818 dava conta de que "pelo que respeita à estabilidade do Governo de Buenos Aires não sabemos que dúvida possa nisso entrar, havendo-se ali estabelecido o Congresso da Província de La Plata, e não tendo um só soldado Espanhol, que lhe seja oposto".[708]

Trazendo um bom número de notícias e documentos referentes aos conflitos entre as forças portuguesas e os chefes artiguistas na Província Oriental,[709] muitas das quais extraídas da *Gazeta do Rio de Janeiro*,[710] o *Correio* se queixaria mais uma vez dos procedimentos da Corte em relação àquele jornal, acusando-a de censurar e editar documentos oficiais, de modo a pintar os sucessos daquela campanha como sempre francamente favoráveis às armas portuguesas: "se, com o medíocre cuidado de fazer tais publicações regulares pode o Gabinete do Rio de Janeiro obter a seu favor a opinião pública, é um erro indesculpável dar, com essa omissão, ocasião aos malévolos para inventar, como todos os dias fazem, rumores em descrédito daquele Governo, com o que se afrouxam os seus amigos, e se acoroçoam os seus inimigos." [711] Na conjuntura revolucionária, contudo, não seria fácil precisar onde estavam os amigos e os inimigos.

---

[704] Com uma carta do tenente governador de San Luís ao governador de Cuyo (San Luís, 08/02/1819) (*CB* v.XXIII, n.134, 07/1819).
[705] *CB* v.XXIII, n.136, 09/1819.
[706] *CB* v.XXIII, n.135, 08/1819.
[707] Um ofício (Tucumán, 03/05/1817) de Belgrano a Pueyrredón (*CB* v.XIX, n.113, 10/1817); uma participação (Tarija, 18/04/1817) do comandante Gregorio Madrid (*CB* v.XIX, n.113, 10/1817); uma notícia oficial de Tucumán, por Francisco de la Cruz; um boletim do exército do Peru (Tucumán) por de la Cruz (*CB* v.XIX, n.114, 11/1817); um longo relatório de governo elaborado por Pueyrredón (Buenos Aires, 21/07/1817) (*CB* v.XX, n.116, 01/1818); uma proclamação de Pueyrredón convidando os espanhóis emigrados e se estabelecerem no Prata (09/12/1817) (*CB* v.XX, n.119, 04/1818); manifesto (Buenos Aires, 25/10/1817) do Congresso Geral Constituinte das Províncias Unidas do Rio da Prata justificando a declaração de independência (*CB* v.XXI, n.122, 07/1818); um decreto do governo de Buenos Aires de tributo sobre a exportação de trigo (01/06/1818) e outro regulamentando direitos de alfândega (03/06/1818) (*CB* v.XXI, n.124, 09/1818); uma proclamação de Pueyrredon (Buenos Aires, 25/08/1818). Também uma notícia de que teria sido publicada na Inglaterra uma convenção comercial entre o governo britânico e Artigas, não vendo o *Correio* "como dela se possa tirar a conclusão, que alguns jornalistas tiraram, de que ela monta a um reconhecimento do poder de Artigas, como chefe de nação independente" (*CB* v.XXI, n.126, 11/1818). Por fim, uma notícia de conferências entre deputados de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes (*CB* v.XXIII, n.135, 08/1819).
[708] *CB* v.XXI, n.122, 07/1818.
[709] Uma carta (01/06/1817) do comandante interino de Montevidéu, Francisco Homem de Magalhães Quevedo Pizarro ao marechal Sebastião Pinto de Araújo Correia (*CB* v.XIX, n.113, 10/1817); um documento de Lecor sobre movimentos militares (Montevidéu, 29/04/1818) (*CB* v.XXI, n.124, 09/1818); e vários outros documentos sobre a guerra no Prata (*CB* v.XXIII, n.138, 11/1819).
[710] *CB* v.XVIII, n.108, 05/1817; v.XIX, n.115, 12/1817; v.XX, n.119, 04/1818; v.XXI, n.127, 12/1818; e v.XXII, n.131, 04/1819.
[711] *CB* v.XX, n.119, 04/1818. Na mesma linha o *CB* v.XVIII, n.107, 04/1817.

O Norte do Brasil e a revolução na Venezuela

É importante salientar que, por volta de 1818, os influxos da América espanhola sobre o universo político luso-americano, bastante reforçados em sua dimensão platina e, digamos, *sulina*, por conta do seguro desenvolvimento da revolução no Rio da Prata e no Chile, conheceriam vetores na região do norte do Brasil que devem ser devidamente incorporados à história do movimento geral até aqui abordado. A restituição de Caiena à França, que era agora uma monarquia legalista, bem diferente, portanto, do Império de Napoleão, que buscava expandir sua dominação pelo mundo atlântico, não extinguira os tradicionais receios de que aquele ponto representasse um caminho aberto para a introdução de princípios políticos considerados nefastos pelos propugnadores da ordem monárquica e dinástica na América. Segundo o *Correio Brasiliense*, "é notório que há na França um grande partido contra o atual sistema de coisas; que este partido é muito numeroso entre os oficiais militares, que serviram durante a revolução, e debaixo de Bonaparte; e que o atual Ministério Francês segue agora o sistema de empregar muitos destes mesmos oficiais, para ver se assim diminui o número de descontentes", o que permitia recear que se "nomeiam em França um ou mais oficiais daquele partido, para governar Caiena; e que tais oficiais declaram a colônia independente, e se ligam com os insurgentes Espanhóis das províncias contíguas." No caso de se confirmar esse prognóstico, perguntava-se: "que qualidade de vizinhança fica tendo o Brasil em Caiena?"[712]

Em agosto de 1819, o mesmo *Correio* se referiu à suposta existência na Espanha de um projeto que estipulava a cessão definitiva da Província Oriental ao Brasil, que em troca entregaria à Espanha "a província do Rio Negro, e todo o território ao Ocidente do Rio Madeira e Norte do Amazonas, ficando a navegação deste rio comum a ambas as nações". Ainda que o *Correio* se mostrasse cético quanto à existência real de tal projeto, opinava que "ele seria preferível, quanto aos interesses do Brasil, à incerteza em que se acham os negócios de Montevidéu".[713]

Essas duas opiniões do *Correio Brasiliense* sobre assuntos aparentemente completamente diferentes são uma manifestação da percepção de que o problema da

[712] *CB* v.XX, n.118, 03/1818.
[713] *CB* v.XXIII, n.135, 08/1819.

segurança interna dos domínios bragantinos na América, plasmado pela diversificada contemplação (interação) no (do) Brasil dos (com os) acontecimentos hispânicos, conhecia entre 1817 e 1819 elementos circunscritos às pouco habitadas capitanias do norte que, como é sabido, mantinham comunicações muito rarefeitas com as demais do Brasil mesmo após a instalação da Corte no Rio de Janeiro.[714] O fato de no Pará, conforme mencionamos, terem sido tomadas precauções específicas com o intuito de evitar a irradiação da Revolução de Pernambuco – o que em última instância retomava as preocupações com a região já demonstradas em julho de 1808 por D. Rodrigo de Sousa Coutinho em sua "Representação" ao príncipe regente[715] – parece consideravelmente significativo se atentarmos para o fato de que aquela capitania confinava com territórios espanhóis profundamente convulsionados pela revolução. E, realmente, os fatos não tardariam a confirmar as possibilidades de contato entre realistas portugueses e espanhóis envolvidos nas guerras de independência.

Aliás, contatos desse tipo já vinham ocorrendo com alguma freqüência na fronteira do Mato Grosso com o Alto Peru, além de serem uma constante na do Rio Grande em toda a sua extensão. Em 1817, eles ocorreriam durante vários meses entre autoridades portuguesas do Rio Negro e Pará e revolucionários e realistas da Venezuela, num episódio profundamente significativo.[716]

Quando tomou posse em 1806, o governador da capitania de São José do Rio Negro, José Joaquim Vitório da Costa, recebera recomendações para zelar pelas fronteiras portuguesas com os territórios espanhóis do Vice-Reino de Nova Granada e da Capitania Geral da Venezuela. Vimos como, em 1808, esse zelo seria reforçado pelas formulações de uma política externa portuguesa para a América sede do poder imperial, levadas a cabo principalmente pelo conde de Linhares, e às triviais disputas de limites num continente onde as demarcações eram necessariamente precárias, a conjuntura

[714] "Há províncias [...] cujo acesso à Corte do Rio de Janeiro é mais difícil do que lhe era a Lisboa", escrevia o *Correio Brasiliense* em setembro de 1817 (*CB* v.XIX, n.112, 09/1817), na mesma linha do que constatara o viajante Horace Sée quando de sua passagem pelo Brasil em 1816 (citado por Maria Odila DIAS. A interiorização da metrópole (1808-1853). Carlos G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.175).

[715] cf. Capítulo 1.

[716] A historiografia deve ao historiador Arthur Cézar Ferreira Reis a revelação do episódio que se segue. Além de lançar as primeiras luzes sobre os importantes acontecimentos no Rio Negro e Pará de 1817 a 1819, Reis coletou, transcreveu e publicou toda a documentação a respeito encontrada no Arquivo Público do Pará, disponível em seu "Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos. Documentário" (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* v.235, abril/junho de 1957, p.3-84). Toda a citação documental que farei se refere a essa coletânea. Ver do mesmo autor o artigo "O processo de independência no Norte. In: Carlos G. MOTA - (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.187-204.

política se encarregaria de agregar dois novos componentes: o perigo do "contágio" revolucionário francês e, sobretudo a partir de 1810, o dos receados influxos revolucionários hispano-americanos. Mas em 1817, além da questão de Caiena e da proximidade de São José do Rio Negro e do Pará com uma Venezuela grassada por uma violenta guerra civil que já era uma guerra de secessão, a Corte do Rio de Janeiro tinha muito bem definida uma política de neutralidade perante as disputas entre a Espanha e suas colônias, que, como vimos, era recheada de contradições. Assim, o zelo a ser observado pelo governador implicava, agora, a manutenção dessa neutralidade.

Essa diretriz, a ser mantida como parte de uma política mais ampla orientada pela Corte do Rio de Janeiro, fora transmitida pelo governador Vitório da Costa aos comandantes dos mais avançados postos militares portugueses sob sua jurisdição: Tabatinga, no rio Solimões, e São Gabriel e Marabitanas, no rio que dava nome à capitania.[717] Desde fins de 1817, o comandante do último destes, Pedro Miguel Ferreira Barreto, comunicou ao seu superior a proximidade de revolucionários espanhóis à fronteira portuguesa (vale lembrar que a tomada de Angostura por Bolívar transformara grande parte da região venezuelana banhada pelo rio Orinoco em zona de concentração e organização das forças revolucionárias). Pressionado por esses avanços, um comandante realista espanhol, José Benito Lopes, da fortificação de San Carlos de Río Negro, dirigia solicitações a Barreto, em novembro de 1817, pedindo-lhe o empréstimo de uma embarcação e de pólvora.[718] Pouco depois, em Lopes faria um pedido de outra natureza: solicitava a Barreto a transferência, de San Carlos para Marabitanas, do espanhol Francisco Orosco, detido, acusado de tentar a adesão da fortaleza espanhola à revolução; quatro dias depois, em virtude de uma suposta conspiração anti-realista em San Fernando de Atabapo, Lopes pedia também das forças portuguesas um empréstimo de quinze ou vinte soldados.

Barreto recusou a Lopes o pedido dos homens, mas aceitou o relativo a Orosco, justificando que "suposto sem legítima autoridade do meu Governador eu nada posso obrar em beneficio dessa Fronteira, contudo por atender a grande opressão, e risco em que se acha, e puder V. M. mais comodamente acudir, e providenciar os repentinos a Saltos de que a cada momento está a ser inquieto, aceitarei neste Forte do meu

[717] Segundo a nota preliminar do "Documentário" de REIS, Op.cit., p.5-6.
[718] Os pedidos de barco e pólvora foram feitos em duas cartas separadas de mesma data: San Carlos de Rio Negro, 13/11/1817 (REIS, cit., p.20-21 e p.17-18, respectivamente). Só é conhecida a recusa, por parte de Barreto, da pólvora: Marabitanas, 16/11/1817 (REIS, cit., p.18).

Comando a pessoa do Capitão D. Francisco Orosco com todas aquelas cautelas, e seguranças que se fazem necessárias à minha Frtonteira, sendo uma de tais Cautelas o V. M. aprontar o Processo de dito Capitão com a maior brevidade, e remeter-me com um Oficio seu ao dito meu Governador".[719] De tudo isso informou Barreto ao governador Vitório da Costa, alegando em prol de sua aceitação que "não só pelos atrozes crimes" que teria cometido Orosco, mas também "porque não me fio em tê-lo aqui solto, por ser assaz astuto, e puder com suas maldades, e más conversações, as quais lhe tenho privado seduzir a Tropa, ou Índios ao seu partido".[720]

Os acontecimentos de Marabitanas e o procedimento do comandante Barreto causaram grande preocupação não só nas autoridades do Rio Negro, mas também no Pará, a cuja governança a do Rio Negro estava subordinada. O problema todo é que a proximidade dos revolucionários que lutavam na Venezuela – cujos trunfos eram publicamente dados a conhecer no universo político luso-americano – não parecia recomendar qualquer fortalecimento excessivo de seus opositores, mesmo que se tratasse de forças empenhadas na manutenção dos mesmos princípios políticos encampados pela Corte do Rio de Janeiro. Assim, o governador Vitório da Costa reiteraria a Barreto que "a tais vizinhos em tal dificuldade de meios auxiliares de força para atacar essa nossa Fronteira devem ser recusados, não só Embarcações, mas geralmente quaisquer Artigos da construção Naval", de modo que "nenhuma ocasião [seria] bastante para desculpar um Comandante Português nessa Fronteira de ter afrouxado na recusação de tais Artigos, nem mesmo a ocasião presente em que parecem evacuar de S. Carlos para nós esses Espanhóis que ali há"; lembrava-lhe, demonstrando notável consciência da abrangência e da fluidez das formas políticas da época, que "amanhã os rebeldes, que aí agora são inculpados, poderão ser dispersados, que no dia seguinte os Negócios da nossa Corte com a de Madri poderão mudar de face, que em sequência disto poderá ter pela proa os Espanhóis de S. Carlos, a quem indiscretamente franqueou Meios para o ataque". Por isso afirmava que "esses Espanhóis em San Carlos tendo de vir por interesse seu asilar-se a nós, seja fugindo, seja recuando, não precisam rigorosamente que para isso lhes emprestemos as Seges e lhas mandemos a casa". Não

[719] Barreto a Lopes, Marabitanas, 03/12/1817 (REIS, cit., p.18-19). O pedido de Lopes a Barreto sobre Orosco data de San Carlos de Río Negro, 26/11/1817 (REIS, cit., p.15-16). O relativo aos homens é de 30/11/1817 (REIS, cit., p.16). Há também uma carta de Barreto a Lopes de Marabitanas, 09/12/1817 (REIS, p.19)

[720] Solicitava, por fim, lampiões e manteiga necessários aos trabalhos de segurança da fronteira (ofício de Barreto a Vitório da Costa, Marabitanas, 18/12/1817. REIS, cit., p.14-15). Em ofícios de 12 e 15/11, já pedira a Costa dez soldados (REIS, p.20).

convinha, pois, como fizera Barreto, prognosticar uma época "em que os rebeldes da Guayana hão de vir declarados inimigos nossos atacarnos por essa Fronteira, que Vm.ce guarda": "recuemos à época presente, em que ainda aí não aparecem nem ao menos fingidos".[721] A imprecaução dos procedimento de Barreto chegaria, pelas palavras de Vitório da Costa, também ao governador do Pará, conde de Vila Flor. Assustado, Costa requisitava para Marabitanas aumento de contingente, novas guarnições, provimentos de pólvora e outros equipamentos destinados a criar uma "certa força capaz de frear pela sua presença a audácia de tais vizinhos, e capaz de resistir por algum tempo pelo seu efeito a um imprevisto ataque precipitado por eles sobre nós, esperando que outras forças a ela se reunam", medida imprescindível "no presente estado de Coisas, em que os Rebeldes da Gayana são nossos Confinantes, e que portanto a audácia se acha às portas da nossa Fronteira".[722]

Como de certa forma já previra o governador do Rio Negro, o estado político das coisas na fronteira venezuelana não tardaria a mudar, e quando os revolucionários se apoderaram de San Carlos, o novo comandante local se dirigiu a Barreto. Numa carta de dezembro de 1817, Hipólito Cuevas afirmava sua intenção de manter boas relações com os portugueses da fronteira e com eles eventualmente até estabelecer relações comerciais; "lembrava-lhe", contudo, da existência de 18 mil homens "situados en las Provincias de Casanare, Barrinas, Caracas, Cumaná, Barcelona y Guayana", o que equivalia, claramente, a uma ameaça, aliás pouco imprevista na medida em que era sabido que os portugueses mantinham prisioneiro um agente revolucionário.[723] Pouco depois, a Barreto se dirigiria o próprio José Antonio Páez, sabidamente um dos principais generais revolucionários de toda a Venezuela, para cuja libertação atuava ao lado de Bolívar. Solicitando ao comandante português "se [dignasse] poner a la persona del Ciudadano Orosco en libertad", Páez afirmava que, em caso de uma negativa, "pere serán todos los prisioneros si no yo mismo en gefe con quatro mil y quinientos hombres que tengo; con la Artilleria suficiente, a fin de solisitar su persona".[724]

Dificil crer que para libertar um companheiro de armas de fato Paéz se dispusesse a tomar uma atitude que forçosamente levaria a um estado de latente guerra

---

[721] Vitório da Costa a Barreto, Lugar da Barra do Rio Negro, 28/01/1818 (REIS, cit., p.22-29).
[722] Vitório da Costa a Vila Flor, Lugar da Barra do Rio Negro, 17/03/1818 (REIS, cit., p.35-39). A primeira comunicação de Costa a Vila Flor sobre o caso de Marabitanas é a de 22/02/1818 (REIS, cit., p.13-14).
[723] Hipólito Cuevas a Barreto, San Fernando de Atabapo, 21/12/1817 (REIS, cit., p.39). A resposta de Barreto é de 10/01/1818 (REIS, cit., p.46-47).
[724] Páez a Barreto, Isla de Achaguas, 18/01/1818 (REIS, cit., p.41-42).

com a Corte portuguesa do Brasil, o que aliás costumava ser repelido pela maioria dos projetos formulados nas altas esferas políticas de todos os governos existentes na América ibérica, a despeito de suas diferenças de cariz ideológico. A abertura de novas frentes de guerra, quando mais internacionais, definitivamente não interessavam à suficientemente prudente Corte do Rio de Janeiro, menos ainda às já bastante ocupadas forças realistas e revolucionárias atuantes na América espanhola. No entanto, é razoável considerar que a ameaça de Páez amedrontava, expressão que era do esgarçamento próximo de tensões que colocariam a perder as diretrizes de neutralidade propugnadas pelo Reino Unido. Os acontecimentos tomaram então um curso bastante curioso: enquanto do governo do Rio Negro, em observância às orientações do governo do Pará, emanavam ao comandante de Marabitanas ordens de libertação de Orosco e de estrita manutenção, a todo custo, da neutralidade, Barreto não descuidava da fortificação da fronteira, mas entabulou uma ativa correspondência com chefes revolucionários que, de um início tenso, evoluiria em direção a uma bastante cordial troca de demonstrações recíprocas de amizade e boas intenções,[725] e que teria seu ponto alto em 24 de fevereiro de 1819. Reunidos em San Fernando de Atabapo, Barreto e o coronel revolucionário Juan José Leandro assinaram um "tratado de amizade" entre os dois povos, assegurando boas relações entre ambos na fronteira.

Aqui cabe uma observação importante. Na correspondência em que Barreto informou sobre o "tratado" ao governador do Rio Negro – agora Manoel Joaquim do Paço, que substituía Vitório da Costa no começo de 1819[726] - foram incluídos exemplares de seis gazetas que Barreto recebera de seu novo amigo revolucionário Leandro; além disso, transmitia a seu superior notícias que recebera de uma significativa vitória obtida por Páez nos Campos de Apure perante os exércitos realistas

[725] Barreto respondeu a Páez (Marabitanas, 07/02/1818. REIS, cit., p.42-43) afirmando sua disposição em libertar Orosco mas pedindo um tom cortês para a mesma, o que seria logo foi feito por Hipólito Cuevas. Com as novas respostas de Barreto e de Páez (22/07/1818) ficou de vez entabulada a correspondência (Cuevas a Barreto, Caribene, 07/02/1818. REIS, cit., p.47; Barreto a Cuevas, Marabitanas, 04/03/1818. REIS, cit., p.47-49; Barreto a Páez, Marabitanas, 26/09/1818. REIS, cit., p.53).

[726] Manoel Joaquim do Paço foi advertido por Vila Flor do que se passava na fronteira, recebendo instruções de manter a todo custo a estrita neutralidade adotada pela Corte do Rio de Janeiro em relação aos vizinhos americanos: "por nenhum modo Vm.ce consinta as mais pequenas relações dos Povos daquela Capitania com os das Províncias insurgidas Espanholas, empregando todos os meios que lhe forem possíveis para cortar toda a comunicação, que possa haver entre eles". Além de reforçar a fronteira "procurando fazer respeitar a integridade do nosso Território, e sustentar os direitos d'El Rei Nosso Senhor", Paço deveria ter "as mais exatas notícias, e informações do progresso do espírito revolucionário nos países limítrofes da Capitania" (instruções de Vila Flor a Joaquim do Paço, Pará, 27/06/1818. REIS, cit., p.50-52).

de La Torre.[727] Isso mostra que a demanda por informações sobre os acontecimentos da América espanhola era generalizada no seio do Estado português da América, e a prática de remessas de impressos – especialmente jornais – e transmissão de notícias disseminada por todos os seus níveis. Igualmente disseminada era, portanto, a própria experiência hispano-americana.

Outra observação necessária: ao ordenar a cessação da correspondência entre o comandante Barreto e os revolucionários, e com isso reiterar a imperiosidade da não intromissão portuguesa nos assuntos da guerra da Venezuela, Vila Flor expressava em tons prudentes, típicos aliás de toda política estatal portuguesa , que "nem nos pertence o tratarmos com eles negócios de semelhante natureza, nem mesmo podemos admitir semelhantes proposições, sem sabermos qual é o estado das nossas relações políticas com os Americanos Espanhóis;" desse modo, "só nos compete conservarmo-nos em um estado de defesa".[728] Ora, não custa compreender que há, nesse discurso, uma associação entre *neutralidade* e *defesa*, sinônimos quando se trata de definir a posição a ser adotada diante da América espanhola. Por isso, se lembrarmos que nessa mesma época a "defesa" dos territórios portugueses no sul era a justificativa para a agressiva política da Corte do Rio de Janeiro em relação à Província Oriental, em nada fica comprometida a idéia, também bastante evocada publicamente à época, de que, a despeito da invasão, o que a Corte pretendia mesmo era manter-se "neutra" nas disputas entre Espanha e suas colônias (a possibilidade efetiva de tal postura se sustentar se encontrava na proporção inversa das contradições que ela encerrava).

Essas duas observações ficam reforçadas se considerarmos que as trocas na fronteira luso-venezuelana não estavam restritas ao episódio de Marabitanas. É sabido que, pelos postos de Marabitanas e de Tabatinga, pelo menos sete espanhóis fugiram das forças da revolução, logrando asilo na capital do Rio Negro, Lugar da Barra. Deles temos registro porque foram interrogados acerca dos procedimentos de Barreto (do que decorre que seu número pode ter sido maior): além do comandante deposto de San Carlos, José Benito Lopes, frei João de São Tiago, Juan de Santiago Marques (natural

[727] Conforme informou Paço a Vila Flor em 23/07/1819 (REIS, cit., p.55 e segs.). O tratado de 24/02/1819 se encontra em REIS, cit., p.58-59, remetido por Barreto no ofício de Marabitanas, 01/04/1819 (este em REIS, cit., p.56-57). Há também uma carta de Barreto a Leandro, Marabitanas, 10/03/1819 (REIS, cit., p.59-60). Inteirado da situação, Paço informou Vila Flor de que não houvera hostilidade alguma e que Páez asseverara a Barreto intenções amistosas (Paço a Vila Flor, Rio Negro, 06/04/1819. REIS, cit., p.55).

[728] Vila Flor a Paço, Pará, 28/03/1819 (REIS, cit., p.53-55).

da Extremadura), Cristobal Garcia e José Maria Soares (ambos das Canárias),[729] o gaditano Justo Pastor García e o natural da Andaluzia Paulo Rico.[730] Deles, diria o então governador Vitório da Costa que "a linguagem destes homens é Realista, ainda mesmo entre o Vulgo. Ainda que queiram ser traidores ou Espiões não podem. Estão prontos a jurar fidelidade às Leis de Nosso Soberano: e enfim querem ser Portugueses". De um deles, Cristobal García, teve notícias de que a insurreição de Guayana não parecia irradiada pelo norte da Venezuela depois que Morillo passara a controlar a região; que uma expedição de mais de mil homens enviada de Caracas contra Guayana fracassara, mas que outra, comandada pelo próprio Morillo, estaria sendo providenciada; que um destacamento revolucionário comandado por Hipólito Cuevas tomara San Fernando Atabapo e prendera a ele, García, que conseguira escapar e passar a San Carlos e finalmente a Marabitanas; que os revolucionários tinham trânsito e passavam freqüentemente para o território holandês a leste da Venezuela.[731] Talvez não seja desprovido de sentido que, na mesma época, nas fileiras dos revolucionários da Venezuela lutava José Inácio de Abreu e Lima, o filho do padre Roma que, em 1817, vira o pai ser executado na Bahia por participar da Revolução de Pernambuco. Tendo ingressado nas fileiras de Bolívar no começo de 1819, Lima tomaria parte ativa em várias batalhas até a conquista de Caracas, em setembro de 1820.[732]

Mas retornando nossa atenção ao caso envolvendo o comandante de Marabitanas, sua conduta foi julgada por um conselho reunido em Lugar da Barra, em 23 de junho de 1819. Uma das testemunhas, o emigrado frei João de São Tiago, afirmou "ter visto uma Carta do general em Chefe dos Espanhóis insurgentes Simón Bolívar,

---

[729] Deve-se lembrar que os espanhóis das Canárias sofreram durante a guerra de independência da Venezuela uma perseguição bastante particular, conforme destacou John LYNCH. Spanish America's Poor Whites: Canarian Immigrants in Venezuela, 1700-1830. *Latin America Between Colony and Nation:* Selected Essays. Hampshire, Palgrave, 2001, p.58-73.

[730] Sobre os quatro, ver seus depoimentos em REIS, cit., p.69-74. Por Tabatinga chegaram em Lugar da Barra outros dois: Justo Pastor García, natural de Cádiz, e Paulo Rico, natural da Andaluzia. Sobre eles, dois oficios de Paço a Vila Flor, Rio Negro, 31/07/1819 (REIS, cit., p.77-79).

[731] Vitório da Costa a Vila Flor, Lugar da Barra do Rio Negro, 30/07/1818 (REIS, cit., p.43-46).

[732] Abreu e Lima nasceu em Recife em 06/04/1794, onde faleceu em 08/03/1869. Junto com seu irmão Luís de Abreu e Lima deixou a Filadélfia em abril de 1818, cidade que abrigava uma legião de emissários dos movimentos revolucionários hispânicos e onde muito possivelmente José Inácio se entendeu com envolvidos nas lutas da Venezuela. Desembarcaram juntos nas Ilhas Virgens, no Caribe, de onde seguiram para Porto Rico. Lá, Luís se estabeleceu numa empresa comercial enquanto José Inácio rumou para La Guaira, onde chegou em novembro de 1818. Em 18/02/1819, em Angostura, escreveu a Bolívar oferecendo seus serviços de combatente, mencionando inclusive o martírio de seu pai e sua disposição a "sacrificar-se por la independencia y libertad de Venezuela, y de toda la América del Sur". Por sua participação na campanha de libertação de Caracas seria promovido, condecorado e reconhecido pelo governo independente da Colômbia (V. CHACON – *Abreu e Lima*..., cit., p.72-83).

escrita ao mesmo Comandante [Barreto] em que o ameaçava por mar e por terra no caso de admitir, e deixar passar para os Domínios Portugueses, Realista", história confirmada por outra testemunha, o português Domingos José Soares.[733] Se tal ameaça realmente existiu, ou se ela demonstra uma confusão com a ameaça que Páez de fato dirigiu a Barreto, infelizmente não podemos saber por ora; contudo, seus testemunhos expressam a que grau podia chegar a fundamentação dos receios e cautelas dos governantes portugueses do Norte do Brasil. E com base no parecer do Conselho reprovando os procedimentos de Barreto, Vila Flor finalmente ordenou ao governador do Rio Negro, Joaquim do Paço, que o destituísse e o remetesse preso a Belém.[734]

O caso do comandante português de Marabitanas, Pedro Miguel Ferreira Barreto, e de seus contatos com realistas e revolucionários da Venezuela é, em vários sentidos, paradigmático. Obrigado a lidar com situações a princípio banais, certamente em nada estranhas ao seu dia-a-dia de chefe de um longínquo posto militar de fronteira, Barreto sofreu as contingências de um tempo em rápida e acelerada transformação: tendo negociado pacificamente com os irreconciliáveis espanhóis que a ele se dirigiram, conciliou e manteve boas relações com todos; de certo modo, pode-se dizer que manteve fielmente a "neutralidade" tão tenazmente perseguida pelo Estado português na América. No entanto, suas atitudes eram dificeis de ser devidamente "enquadradas" pela ordem política à qual servia. Bem-intencionado nesse ponto de vista? Legalista? Certamente, como se pode inferir do próprio julgamento do Conselho de Lugar da Barra, que o condenou. Prudente? Nem tanto. Inserido no epicentro de uma intersecção de temores recíprocos, nos quais os revolucionários e realistas hispânicos eram temidos pelas autoridades portuguesas, mas também delas tinham medo, a posição de Barreto surge como uma notável metáfora da própria posição do Brasil perante e em relação com a América espanhola: buscando sobreviver em observância aos seus princípios políticos em meio às situações impostas por uma conjuntura revolucionária, prognosticou, serviu-se de exemplos e conjeturas, planejou atitudes e, mesmo assim, foi considerado inadequado. Pois esse emaranhado de possibilidades em aberto tornava impossível a plena equação entre interesses e condutas.

Se realmente Barreto foi removido de seu posto, e se foi enviado a Belém, também não sabemos. Mas é certo que, em junho de 1820, ele ainda continuava em

[733] Seus depoimentos em REIS, cit., p.60-64.
[734] Pará, 03/09/1819 (REIS, cit., p.79).

Marabitanas, tendo ainda oportunidade de informar a Joaquim do Paço que recebera um correio do governo revolucionário da Venezuela, por um português morador de San Fernando Atabapo; que este teria lhe dito que os revolucionários temiam uma eventual ação militar conjunta entre a Corte portuguesa e a Espanha na fronteira; que portaria ele uma carta dirigida ao ministro de Estrangeiros do Brasil, marquês de Aguiar, na qual pleiteava o governo venezuelano seu reconhecimento por Portugal; que Caracas e Nova Granada teriam sido conquistadas; que Santa Fé continuava sitiada, defendida por Morillo; que os revolucionários se encontravam em graves dificuldades financeiras; que "os Pardos, e Negros que eles alforriaram se querem sublevar contra eles talvez para seguirem o método dos da Ilha de São Domingos e dizem os Insurgentes que receiam mais a Guerra dos Negros, por que ser-lhes-há mais funesta que a dos Espanhóis Realistas; e que os ditos Negros já falam na Sublevação com muita liberdade".[735] E desse modo, pela região norte, a América espanhola continuava a se fazer presente no Brasil.

Rumo à consolidação da ordem portuguesa na Província Oriental

Se voltarmos nossas vistas novamente para o que se passava nos limites sul do Brasil, encontraremos uma Província Oriental na qual a ocupação portuguesa tateava em busca do estabelecimento de condições que, no emaranhado de possibilidades que envolviam o Reino Unido no cenário político internacional, se mostrassem nitidamente favoráveis aos desígnios da Corte e a seus propósitos de manutenção da integridade da monarquia e domínios portugueses. *Como fazê-lo ?* seria uma pergunta que desde então se faria incomodamente presente no cenário de interação entre o Brasil e o Prata; entre 1817 e 1819, uma das respostas pensadas encaminharia, diferentemente do que ocorrera em 1811, uma consolidação da presença portuguesa na região alicerçada em instituições e uma base política de apoio que, agora, mostravam condições bastante favoráveis de constituição.

Conforme vimos, as solicitações dirigidas pelo Cabildo de Montevidéu ao rei de Portugal assim que suas forças ocuparam Montevidéu para que a presença portuguesa logo se transformasse numa administração estável não encontraram, de início, grande respaldo. Isso se deveu ao fato de a marcha da Divisão de Voluntários Reais rumo à

[735] Barreto a Paço, Marabitanas, 08/06/1820 (REIS, cit., p.83-84).

Província Oriental ter acarretado um sério comprometimento na política de neutralidade seguida pela Corte do Rio de Janeiro nas questões envolvendo a Espanha e a América; ainda que sua pretensa *neutralidade* fosse concebida também como *defesa* – dai a legitimidade com que se pretendera revestir a invasão –, era notório que, no começo de 1817, quando as reações todas adversas à política portuguesa cresciam, o panorama era bastante delicado, desestimulando da parte da Corte medidas mais drásticas em relação ao território ocupado. As reprovações à conduta portuguesa se tornavam, como vimos, cada vez mais públicas, envolviam um número cada vez maior de vozes e ecoavam em espaços políticos diversos que exerciam pressões significativas sobre o Reino Unido, posicionado assim no encontro de múltiplos descontentamentos, externos e internos.

No tocante ao governo de Buenos Aires, as notícias da América espanhola não eram animadoras para a política portuguesa: os triunfos dos revolucionários do Chile eram vistos como vitórias inequívocas do Diretório que, por isso mesmo – acreditava-se – se fazia cada vez mais forte; além disso, a presença, em regiões não muito distantes da fronteira do Brasil, de contingentes armados tão eficientes e organizados quanto os exércitos de San Martín e a armada naval de Cochrane recomendava circunspecção nas relações com Buenos Aires e os revolucionários hispânicos. Os grandes cuidados da Corte no sentido de evitar a todo custo um confronto direto com Buenos Aires foram reprovados pelo ministro espanhol Pizarro em uma comunicação ao representante português em Madri, José Luiz de Souza; para ele, "mais [seriam] para recear as idéias revolucionárias, que se tinham espalhado em toda a Europa, e de que dizia [Pizarro] que o Brasil também se achava infeccionado"; contra-argumentava Souza que "não ignorava ninguém que [Buenos Aires] tinha neste momento um Exército em Chile, e outro no Peru, e que no caso de temer um ataque pela Banda de Montevidéu, poderia juntar forças muito mais consideráveis," do que advinham os "perigos de uma guerra interminável com os Insurgentes".[736] O diagnóstico do ministro espanhol carregava em si pressões também da Espanha. Souza não tinha dúvidas de que "se teria verificado a entrega de Olivença logo depois da celebração dos casamentos [de Fernando e Carlos com Isabel e Maria Francisca], se não tivessem sobrevindo nesta ocasião as notícias da Expedição Portuguesa que marchou para o Rio Grande";[737] como represália à invasão da Província Oriental, o ministro Cevallos chegou mesmo a propor o cativeiro das

[736] Ofício de Souza a Palmela, Madri, 20/08/1818. *AHI*, Legação em Madri.
[737] Ofício n. 104 de Souza a Aguiar, Madri, 24/10/1816. *AHI*, Legação em Madri.

princesas portuguesas em um convento em Madri.[738] Cabe lembrar, ademais, que as notícias da América – e também da Europa – eram todas unânimes em dar conta dos preparativos de uma grande expedição militar espanhola contra a América, muito receada pelo Brasil e à qual jamais deveria prestar auxílio direto. Em outra conversa com o ministro Pizarro, Souza expôs a situação do Brasil e "todos os perigos que se opõem a que fizesse o Governo Português causa comum com o de Espanha";[739] evocaria ademais o "perigo a que estão expostos os Domínios do Brasil na sua situação isolada, e cercados como estão de um País em que reina a mais completa anarquia, e onde é muito duvidoso que as forças, que S. M. Católica mandar para sujeitar as suas Colônias possam jamais consolidar outra vez a Sua autoridade a ponto de estar no caso de garantir a tranqüilidade das nossas Fronteiras".[740] Para o *Correio Brasiliense*, "a ingerência do Brasil na revolução de seus vizinhos, principalmente por meio da força armada, deve trazer consigo as mais perniciosas conseqüências".[741] Por fim, não podemos esquecer as desconfianças demonstradas pelas potências em relação à expansão territorial do Brasil, bem como os solavancos internos que a Revolução de Pernambuco e a conspiração de Gomes Freire de Andrade impuseram ao Reino Unido; nesse segundo caso, parte dos descontentamentos se fazia por aquilo que era tomado como uma política excessivamente "americanista" da Corte do Rio de Janeiro, centrada em Montevidéu.

Malograria a idéia de uma monarquia para a América espanhola alternativa à encabeçada por Fernando VII, que parecia cada vez mais rejeitado pelos seus antigos súditos do ultramar. "A idéia de nova Monarquia na América", escrevia um diplomata

[738] J. FONTANA – *La crisis del Antiguo Régimen*..., cit., p.24-29. Os desacertos de Cevallos em relação a esse negócio foram um dos precipitadores de sua queda.
[739] Ofício n.149 de Souza a Barca, Madri 26/07/1817; na mesma linha, o ofício de Souza a Palmela, Madri, 23/10/1818. *AHI*, Legação em Madri.
[740] Ofício de Souza a Palmela, Madri, 01/01/1818. *AHI*, Legação em Madri.
[741] *CB* v.XVIII, n.107, 04/1817. A diferença de argumentos encontrados em outra passagem não matiza a motivação idêntica: "o caso da revolta das colônias Espanholas, não é novo no Mundo; e sempre tem acontecido que, quando uma porção de qualquer Estado se deseja fazer independente do resto, ambos os partidos recorrem às armas; e obrigando os sucessos da guerra um deles a convir no que o outro pretende, se fazem ajustes, que decidem a causa afinal, e então são esses ajustes notificados às Potências Estrangeiras, que obram também em conseqüência deles. Pendente a questão, as nações estrangeiras devem portar-se neutralmente, a menos que, por tratados anteriores, não sejam a outra coisa obrigados" (*CB* v.XVIII, n.104, 01/1817). Assim, esse pensamento revela-se idêntico ao de José Luiz de Souza, quando advertia para os riscos de se fazer a entrega de Montevidéu à Espanha "sem atender à segurança do Reino do Brasil [...] ou de nos comprometer com os Insurgentes de modo que nos vejamos precisados a fazer causa comum contra eles, e neste caso devemos estar certos, que dentro de pouco tempo o nosso Governo havia de suportar só o peso da guerra" (ofício n.191 de Souza a Vilanova Portugal, Madri, 27/04/1818. *AHI*, Legação em Madri), o que poderia decorrer também de um tratado de limites descuidado (ofício n.196 de Souza a Vilanova Portugal, Madri, 21/06/1818. *AHI*, Legação em Madri).

português ao representante Souza, "é de tão grande conseqüência para o bem do Brasil, e da Europa, que devemos não poupar nada para ver se se consegue", desde que observados critérios de "legitimidade", como "não admitir senão aquele que é, sendo o imediato, o mediato sucessor da Coroa de Espanha: não só para [promover?] as idéias de uma Eleição; mas para evitar algum Aventureiro Bonapartista".[742] Contudo, não obstante (ou talvez justamente em função do) empenho português na realização do projeto, a Corte espanhola não parecia nada disposta a aceitá-lo, persuadida que estava de que "a ida de um Infante para a América pode apressar a independência das Colônias, e que é proposta pelo nosso Governo [português] já com a idéia de que ali se estabeleçam Monarquias independentes".[743] Vimos como o governo de Buenos Aires chegara a considerar com alguma seriedade semelhante projeto em 1816; agora, três anos depois, o Congresso das Províncias Unidas aprovou a Constituição republicana quando eram fortes as especulações a respeito de um novo projeto de monarquia constitucional que envolveria a Corte portuguesa: proposto pela França, teria à testa o príncipe italiano, sobrinho de Fernando VII, que contrairia matrimônio com uma princesa do Brasil. Encarregado pelo Diretório de negociar o projeto em Paris, José Valentín Gómez esteve de passagem pelo Rio de Janeiro em 1819.[744]

Assim, em 1817 tudo parecia contra uma consolidação da presença portuguesa na Província Oriental. A postura a ser adotada de imediato parecia consensual: considerando a guerra em Montevidéu "como preocupação meramente defensiva", a Corte do Rio de Janeiro deveria fazer suas disposições conhecidas dos insurgentes, caso contrário se veria o Brasil às voltas com um "inimigo vizinho, de natureza revolucionária, e por conseqüência o mais temível";[745] em hipótese alguma "provocar o

---

[742] De Galveias ou Vilanova Portugal para José Luiz de Sousa, s.l., 11/12/1818. *AHI*, Documentos avulsos.

[743] Ofício n.248 de Souza a Vilanova Portugal, Madri, 19/12/1819. *AHI*, Legação em Madri. Outras dificuldades, entretanto, pareciam antepor-se a ele: "a contemplação das despesas da manutenção de um Estado correspondente à Sua Dignidade, e a da Expedição que o devia acompanhar para lhe servir de guarde, foi sem dúvida uma das dificuldades que se ofereceram. Não era menor aquela, que sempre El Rey teve, de demitir de si uma autoridade tão considerável, e a da desconfiança que não deixariam de inspirar-lhe, que o Infante que fosse se poderia fazer ali Soberano independente; e finalmente, creio que nenhum dos Infantes iria gostoso a uma comissão tão árdua, e de tão grande responsabilidade, quando mesmo pudesse ir certo de que o Governo Espanhol lhe não faltaria com os socorros de Tropa, e dinheiro, que lhe seriam indispensáveis até se consolidar a sua autoridade em uma grande parte da América" (ofício de Souza a Vilanova Portugal, Madri, 27/04/1819. *AHI*, Legação em Madri).

[744] VARNHAGEN – *História geral do Brasil*, cit., nota de GARCIA n.VI, seção LI, p.146; PICCIRILLI – *Argentinos en Río de Janeiro*, cit., p.108-117. Três enviados espanhóis encarregados de viabilizar o projeto chegaram ao Rio de Janeiro em setembro de 1820, não sendo recebidos oficialmente pelo governo português até sua partida, em novembro. LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.398.

[745] *CB* v.XVIII, n.107, 04/1817.

Governo de Buenos Aires a um rompimento, e igualmente evitar que em tempo algum pudesse a nossa neutralidade dar um pretexto a novas acusações [da Espanha] contra o nosso Governo, porque devia conhecer que a situação do Reino do Brasil rodeado de Países em insurreição exigia aquela cautela".[746] O próprio ministro espanhol Casa Irujo reconhecia que "assim como Sua Majestade Católica tinha um verdadeiro empenho em sujeitar os rebeldes, também Sua Majestade Fidelíssima tinha um igual interesse em acabar com a revolução, e impedir que os Governos revolucionários se consolidem, porque logo que o conseguissem usariam de todos os seus meios abertos, e secretos para propagar as idéias revolucionárias no Brasil".[747]

Contudo, mesmo com tantos fatores contrários, outra questão que se colocava à época ofereceria um vetor oposto, um substrato adequado para um projeto de uma ordem política portuguesa estável na região: a volta ou não do rei e da Família Real à Europa. Cada vez mais presente nas discussões públicas no universo político português, as muitas defesas da permanência surgiam impregnadas de uma preocupação com o futuro do Reino Unido em razão direta da situação da América espanhola: o rei deveria ficar, dentre outros motivos, porque as tormentas desenroladas nas vizinhanças do Brasil assim o exigiriam. Atendendo à solicitação de D. João para que desse sua opinião a respeito da questão, Silvestre Pinheiro Ferreira afirmava se tratar "sem dúvida [de] um dos maiores problemas políticos, que jamais Soberano algum teve de resolver"; afinal de contas, não se tratata "simplesmente de saber, em qual dos vastos Domínios da Real Coroa convém mais que V. A. R. Se Digne de fixar a Sua Residência. Trata-se de nada menos, que de suspender, e dissipar a torrente de males, com que a vertigem revolucionária do Século, o exemplo de Povos vizinhos, e a mal entendida Política que vai devastando a Europa, ameaçam de uma próxima dissolução, e de total ruína os Estados de V. A. R., espalhados pelas cinco Partes do Mundo". Propunha então uma série de medidas políticas e administrativas, a serem cumpridas no prazo de seis meses,

---

[746] Ofício n.210 de Souza a Vilanova Portugal, Madri, 27/09/1818, relatando conversa com Casa Irujo. *AHI* Legação em Madri.

[747] Ofício n.210 de Souza a Vilanova Portugal, Madri, 27/09/1818, cit.; em defesa da neutralidade, também o ofício n.248 de Souza a Vilanova Portugal, Madri, 19/12/1819 (*AHI*, Legação em Madri). No mesmo ano de 1817, o embaixador espanhol em Londres, Fernan Nuñez, observava aos governos europeus que "o rei meu amo, vivamente comovido pelas desagradáveis notícias que lhe chegaram ultimamente e que permitem enxergar-se o perigo iminente em que se acha no Novo Mundo a monarquia portuguesa, encarrega-me de fazer esta comunicação às potências aliadas para provocá-las a se concertarem entre si relativamente à necessidade e meios de conter essas desgraças que tendem decididamente à destruição dos governos e ruína dos estados". Circular de 02/07/1817, citada porLIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.413.

e que serviriam para "salvar a Monarquia daqueles iminentes perigos que a ameaçam", assegurando "a integridade da Monarquia, sustentar a Dignidade do Trono, e manter o sossego e a felicidade dos Povos".[748] Para o *Correio Brasiliense*, a presença do rei no Rio de Janeiro era "de suma importância, visto o estado de revolução das Colônias Espanholas contíguas ao Brasil";[749] no ano seguinte, continuaria a ser "a questão da independência da América espanhola [...] objeto da mais alta importância para o Brasil"; que "essa independência se deve efetuar é ponto que não admite dúvida", concebia, mas era "sumamente incerto quais serão as conseqüências; quantos governos diferentes ali se estabelecerão; quais serão suas formas; que vistas políticas terão depois de estabelecidos". Por isso defendia que "a presença de S. M. no Brasil lhe dará ocasião para ter mais ou menos influência naqueles acontecimentos; a independência em que el-rei ali se acha das intrigas européias o deixa em liberdade para decidir-se nas ocorrências, segundo melhor convier a seus interesses. Se volta para Lisboa, antes daquela crise se decidir, não poderá tomar parte nos arranjamentos que a nova ordem de coisas deve ocasionar na América; terá de sujeitar-se às instâncias dos outros gabinetes europeus; passarão os momentos de negociar com vantagem na América, e por isso virá talvez a ser o último que faça tratados com esses novos governos, seus vizinhos".[750]

Ora, em vista dessa preocupação, a dominação da Província Oriental surgia como uma adequada maneira de garantir uma ativa posição política do Reino Unido no cenário hispano-americano da qual, reconhecidamente, tanto dependia a própria integridade dos domínios portugueses. Ciente desse ambiente favorável e imbuído da necessidade de medidas cautelosas e ao mesmo tempo duradouras, a principal autoridade portuguesa da Província trabalharia para amparar a ocupação em bases cada vez mais sólidas. Sem descuidar do fomento à produção pecuária e ao comércio de exportação, e atender assim às expectativas dos grupos que possibilitaram a ocupação de Montevidéu, Lecor se manteria atento às oscilações perceptíveis no estado de espírito dos habitantes da Província, tentando coibir - segundo seus informes ao rei - as tendências contrárias à presença portuguesa e fomentar as favoráveis a ela. Assim,

---

[748] Proposta autógrafa sobre o regresso da Corte para Portugal e providências convenientes para prevenir a revolução, e tomar a iniciativa na reforma política, por Silvestre Pinheiro Ferreira. *Documentos para a história da independência*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1923, p.129-134.

[749] *CB* v.XVIII, n.107, 04/1817.

[750] *CB* v.XXI, n.126, 11/1818 (citado por Varnhagen, *História Geral*, p.231). Em julho de 1818 reafirmou que "no momento atual, o conselho de voltar El Rei para a Europa, ou ainda de declarar o que intenta fazer, é o mais pernicioso que se poderia adotar (*CB* v.XXI, n.122, 07/1818). Outros: v.XXII, p.82-83. v.XXIII, p.195 e segs. p.572 e segs (fins de 1819: análise da "política americana" da Corte).

vemos em carta dirigida a D. João em setembro de 1817 que, em meio à diversidade de posições antagônicas encontradas entre os habitantes locais, acreditava Lecor "que o melhor plano da minha conduta era a liberdade de consciência política tratar igualmente a todos bem", mesmo porque "a estagnação do Comércio, e obstrução da Campanha tem feito que os habitantes dela, e os proprietários das Estâncias desejam ver concluídas as operações mesmo a nosso favor".[751] À medida que conquistava adesões, oferecia às municipalidades garantias de não imposição de novos impostos, da manutenção dos foros e privilégios vigentes e da não entrega da Província à Espanha. Os fluxos comerciais interrompidos foram sendo restabelecidos, e o ambiente novamente propício àquela atividade atraiu novas casas e grupos comerciais, sobretudo de portugueses, cujos negócios – como é sabido - possuíam muitas ramificações com o Rio de Janeiro e outras praças mercantis do Brasil.[752]

Ao mesmo tempo, Lecor manejaria os instrumentos da política local empenhando-se em cooptar figuras de destaque na sociedade oriental, distribuindo-lhes cargos, títulos nobiliárquicos e favores. Santiago Vázquez, por exemplo, emigrado portenho no Rio de Janeiro em 1815 e agora em Montevidéu, "homem inteligente", "bastante versado em negócios políticos" e "bastante reconhecido" e que "entretinha correspondência Oficial com o Diretor e Governo de Buenos Aires" foi cooptado "pela simples circunstância de fazer pagar à sua Mãe a quantia de 700 pesos, que a Fazenda lhe devia".[753] Noutra ocasião, Lecor se referiria à importância "de trazer ao partido Português" outra figura de destaque da sociedade local, Tomas García de Zuñiga, "homem que passa entre os seus paisanos por inteligente, e sagaz", comandante dos "Cívicos da Campanha sendo por eles obedecido, e respeitado mais pela sua opinião que pelas Suas Ordens".[754] Em fins de 1818, o grupo de apoio a Lecor já contava, além de Vázquez e Garcia de Zuñiga, com Nicolás Herrera, Francisco Lllambí e Francisco

[751] Lecor a D. João, Montevidéu, 18/09/1817 (*Anais do Itamaraty*, VI, cit. p.23-25).
[752] A. CASTELLANOS – *La Cisplatina, la independencia y la república* caudillesca, cit., p.5-7 e p.12; ALONSO (et al.) – *La oligarquia oriental en la Cisplatina*, cit., p.38 e p.51. Algumas dessas casas eram as de Gonçalo Ramirez de Brito, Antonio de Souza Viana, Manuel Fernandes de Lima, José Antonio Tavares e José Boullosa. A as ligações comerciais – logo políticas – entre Montevidéu e o Rio de Janeiro foram analisadas em um importante trabalho: Cecília OLIVEIRA – *A astúcia liberal*: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista, Edusf/Ícone, 1999.
[753] Lecor a D. João, Montevidéu, 20/07/1817 (*Anais* v.VI, p.12-13).
[754] Lecor a D. João, Montevidéu, 28/05/1817 (*Anais* v.VI, cit., p.67-68). García Zuñiga ocupara cargos no Cabildo de Montevidéu até 1808, quando recusou tomar parte na Junta de Governo formada. Aderiu à revolução em 1811 e, a partir de 1813, ao artiguismo. Chegou até mesmo a combater os exércitos portugueses em 1816, até ser incorporado pela nova ordem, que seguiria fielmente por vários anos (morreria no Rio de Janeiro em 1843). FREGA, La virtud y el poder, cit., p.116-117.

Juanicó.[755] E assim a ordem portuguesa da Província ia se enraizando, tentando não afrontar a legião de descontentes com a sua existência.

Não deixa de ser surpreendente a eficiência com que, em meio a tantas pressões, tensões e alternativas típicas da conjuntura em que atuava, Lecor logrou formular as diretrizes de uma política portuguesa a partir de Montevidéu que seriam "vendidas" – não sem controvérsias - à Corte do Rio de Janeiro. A sua correspondência com D. João fornece ao historiador uma noção precisa da evolução desse quadro, que de uma situação dominantemente inóspita à presença portuguesa na região atinge uma feição radicalmente oposta, propícia à sua consolidação. Em meio a uma pluralidade de juízos acerca da questão das vantagens e desvantagens trazidas ao Reino Unido pela manutenção da presença portuguesa na Província ou pela sua desocupação, amplamente discutida inclusive em espaços públicos, a idéia de que desocupá-la acarretaria graves prejuízos à política joanina carregaria em si outra, a de que seria desejável até mesmo consolidar aquela ocupação, fincando-a em alicerces os mais sólidos possíveis. Para tanto, as imagens públicas – tão profusamente manipuladas por todos os principais agentes políticos no Brasil e na América espanhola desde 1808 – continuariam a ser armas poderosas. Vimos anteriormente como a transferência da condição de "agente pacificador" de Artigas para D. João, operada pelos grandes proprietários e comerciantes da Província Oriental, fora acompanhada de uma operação discursiva responsável pela caracterização de Artigas como promotor da desordem. Desse modo, ainda que o *Correio Brasiliense*, já desde março de 1817, julgasse "muito pouco há que temer de Artigas",[756] e que a *Gazeta do Rio de Janeiro* só mostrasse o declínio de poder do chefe oriental, sua completa desaparição do cenário político platino não interessaria, segundo Lecor, à política portuguesa. "Artigas presentemente, e nada", escrevia em janeiro de 1818, "vem a ser a mesma coisa pelo que respeita ao perigo que as fronteiras dos domínios de V. Majestade podem correr com ele, e pelo prejuízo que nos pode causar; é todavia tudo considerado politicamente porque enquanto ele existir, existe uma razão bastante para justificar a presença das Tropas de V. Majestade neste Território".[757]

---

[755] Cf. Lecor a D. João, Montevidéu, 20/11/1818 (*Anais* VI, p.92-94). A melhor análise dos vários aspectos da política lecorista se encontra em ALONSO (et al.) - *La oligarquía oriental en la Cisplatina*, cit.

[756] Segundo notícias particulares, Artigas teria perdido 5 mil homens "não obstante ter armado os negros e os Índios", de modo que julgava o *Correio* "que muito pouco há que temer de Artigas" (*CB* v.XVIII, n.106, 03/1817)

[757] Lecor a D. João, Montevidéu, 30/01/1818. *Anais* VI, p.47-49. Em 1819, de acordo com a – desse ponto de vista – bastante suspeita avaliação do *Correio Brasiliense*, a imagem negativa de Artigas era

Mesmo assim, a extinção de seus "focos", que ainda causavam incômodos, correspondia ao crescimento da base de apoio local à administração portuguesa de Montevidéu, que gozaria agora de uma situação especialmente vantajosa à possibilidade de se estabelecer em caráter definitivo.

Três meses depois, numa longa e reveladora exposição de circunstâncias e opiniões pessoais dirigidas a D. João, amparada num diagnóstico da situação permeado por seus próprios interesses, Lecor se posicionava frontalmente contrário à posição do então ministro Thomaz Antônio Vilanova Portugal, para quem a evacuação de Montevidéu deveria ser o devido preço a se pagar em troca da necessária manutenção de boas relações com a Espanha. "Sendo justa a ocupação deste território por nós", afirmava Lecor, "cometeríamos um grosseiro absurdo se o evacuássemos enquanto a Espanha não reduzisse a América a um estado[?] que segure a tranqüilidade do nosso País". Ora, o mesmo Lecor entendia "que é quase demonstrado que não [podem] os negócios da América Espanhola retroceder," o que implicava a defesa da perpetuação da ocupação, portanto da sua – naquele ponto – transitoriedade. Os motivos pelos quais se deveia perpetuá-la? O "estado, meios e projetos do Governo de Buenos Aires; as opiniões fanáticas de liberdade em que transbordam as Cabeças de todos aqueles Povos, que vão sacudindo com sucesso a dependência da Espanha", bem como "a indiferença com que os Espanhóis, e os daquele partido, cansados de esperar medidas enérgicas do Seu Governo, e amofinados com despesas infrutuosas, com Sacrificios baldados", que os levariam a apoiar o fim das contendas todas, mesmo "a favor da América, e do Espírito Republicano". A debilidade espanhola, o avanço da revolução no Chile e em direção ao Peru, o fortalecimento de Buenos Aires, o espectro de um auxílio militar norte-americano – pela "semelhança de idéias, e identidade de sistema" - aos revolucionários hispano-americanos, tudo recomendava, segundo Lecor, prontas medidas: "não negar publicamente a El Rei de Espanha a Soberania deste território. Nunca declarar também publicamente que o queremos para nós; continuar ocupando; contentar, e proteger com franqueza, e liberdade bem entendida, aos habitantes", além

generalizada. "A nova República das Províncias Unidas do Rio da Prata", por exemplo, "continua[ria] a olhar para Artigas como um mero salteador das estradas, cabeça de bandidos, e auxiliador de negros fugidos do Brasil e províncias circunvizinhas"; a "República de Venezuela considera[ria] Artigas no mesmo ponto de vista", e os "Estados Unidos considera[ria]m-no no idêntico caso"; por fim, "os povos por onde vagam seus bandos não têm produzido ao público o menor testemunho de aprovação de seu assumido poder, nem dado demonstração alguma de que em tal homem reconhecem Supremo poder, Soberania ou Majestade, herdada, eleita, ou delegada, de nenhuma das formas porque até aqui se tem constituído no mundo nações independentes" (*CB* v.XXII, n.129, 02/1819).

de "intrigar com os nossos Ministros e Amigos nos Congressos da Europa". Em suma: de uma defesa encarniçada da ocupação surge uma proposta de consolidação da mesma, cujas condições de sucesso em 1818 já estariam, segundo Lecor, bem encaminhadas: "no meio de tudo isto [...] os Habitantes da Banda Oriental apesar de que juram o mesmo Ódio à Dominação Espanhola, e pensam em tudo como os outros Americanos, não podem Suportar a dependência de Buenos Aires, e quase nada falta para que o costume, e a familiaridade que já têm com os Portugueses, a tranqüilidade que desfrutam, a melhoração das obras públicas, e o conhecimento prático do Paternal Governo de V. Majestade, acabam por merecer deles toda a sua dedicação".[758]

Além de Vilanova Portugal, outras vozes dissidentes a Lecor seriam ouvidas no interior da Corte. Rodrigo Pinto Guedes, autor de um *Parecer sobre a ocupação de Montevidéu e ameaças da Espanha* muito possivelmente elaborado por solicitação do rei, opinava que não apenas a Província Oriental deveria ser desocupada, mas também a ela conferida a condição de independente. Para ele, a necessária harmonia do governo do Rio de Janeiro com Buenos Aires, consensual na alta esfera político-burocrática portuguesa, deveria ser extensiva a Artigas, do qual não haveriam motivos para receio algum. Conferindo autonomia ao "território de Montevidéu", fazendo "cessarem as hostilidades marítimas, ou Piratarias", o Brasil seria inevitavelmente "quem tire a maior vantagem pelo comércio, sendo o primeiro a fazê-lo por mar, e o único confinante por terra". Destacando os exemplos de Buenos Aires e Chile, que "têm proclamado independência, e no seu plano formam dois Estados diversos; isto é separados", prognosticava a tendência de que viesse a prevalecer a "subdivisão da América Espanhola do Sul", o que poderia proveitosamente tornar o Brasil "circundado [...] de Estados pequenos". No caso de Montevidéu, além de obter a vizinhança de "um Estado fraco, pela sua pequenez", ao mesmo tempo disporia de uma "barreira ao acesso de outra Potência maior, que se poderá ainda formar ao sul".[759]

A situação presente da América espanhola seria utilizada por Lecor de outra forma. Em dezembro de 1818, expôs a D. João algumas "reflexões, em que se acha envolvido o perigo, que têm os Governos da Ordem, com a vizinhança dos revoltosos, [em função do quê] parece que deixam nascer a idéia de que no atual estado das coisas,

---

[758] Lecor a D. João, Montevidéu, 28/04/1818. *Anais* VI, p.61-66. Nos meses seguintes, a possibilidade de evacuação continuaria a ser combatida por Lecor (cf., por exemplo, a carta datada de Montevidéu, 27/10/1818. *Anais* VI, p.82-85).

[759] *Parecer sobre a ocupação de Montevidéu e ameaças da Espanha 1819*, por Rodrigo Pinto Guedes, 26/08/1819, enviada a Vilanova Portugal (*AHI* - Documentos avulsos).

nem é conveniente que o Governo de Buenos Aires sucumba às invasões exteriores [em referência às ameaças das Espanha]; nem cumpre que adquira tal ascendente que fique em situação de tomar o caráter de agressor [ocupando Montevidéu]".[760] Finalmente, no ano seguinte, apelaria ao monarca para que atendesse a solicitação feita em janeiro de 1817 pelo Cabildo de Montevidéu para que se estabelecesse de vez uma dominação portuguesa sobre a Província Oriental:

> "como porém no meio de tudo isto a opinião geral dos Americanos é a favor de V. Majestade, e mesmo os habitantes Espanhóis se vejam forçados pela sua própria consciência, e pela prática de três anos nesta ocupação, e de dose na felicidade da América Portuguesa a reconhecer os imensos benefícios do Paternal Governo de V. Majestade: apesar de que eu saiba que V. Majestade melhor que ninguém terá olhado para as presentes circunstâncias, e resolvido o que mais acertado for, e em conseqüência houvesse impedido por algum tempo que este Cabildo mandasse apresentar a V. Majestade por meio de uma Deputação as Suas humildes representações, como há muito queria fazer agora não acho caminho para deixar de consentir naquela pretensão."[761]

Assim, vemos como as condições de sobrevivência impostas à administração portuguesa de Montevidéu pela conjuntura revolucionária ibero-americana fazem sobressair, como grande trunfo, no meio de um emaranhado de posições e projetos políticos antagônicos, o argumento da "pacificação" dos portos e da campanha orientais, respaldado pelos consideráveis sucessos quanto à preservação da integridade da propriedade e do comércio que vinha obtendo Lecor à testa de seu governo. "Esta província não pode ser pacificada, por considerável que seja a força que a ocupe enquanto se não apresentar aos seus habitantes uma base sólida", sentenciava Lecor em setembro de 1819.[762] Solidificar a ocupação, liquidar os focos artiguistas de resistência armada a ela, estabelecê-la em caráter duradouro, atendendo assim a uma demanda já de alguns anos de um influente grupo de orientais, consagrar o princípio de que somente a "proteção" de S. M. F. poderia garantir a extinção da "anarquia" e da "guerra civil",

[760] Lecor a D. João, Montevidéu, 18/12/1818 (*Anais* VI, p.96-99).
[761] Lecor a D. João, Montevidéu, 14/08/1819 (*Anais* VI, p.116-120).
[762] Lecor a D. João, Montevidéu, 05/09/1819 (*Anais* VI, p.120-123).

mazelas a serem evitadas a todo custo,[763] eis as diretrizes a serem seguidas a partir de então. O que implicava, necessariamente, atrelar definitivamente os destinos da Província Oriental aos do Reino Unido; o que, por seu turno, traria conseqüências imprevisíveis para os destinos políticos do Brasil.

Razões para o medo (III)

Para que se tenha uma boa idéia de como as contingências impostas pela conjuntura ibero-americana conheciam no Brasil plena correspondência em elementos endógenos, configurando assim, por volta de 1817, um espaço bastante articulado de atuação de variados vetores e influências, é útil destacarmos alguns indícios de como essa realidade era percebida por alguns dos homens que nela atuavam. Na verdade, o ano de 1817 agregou a um conhecido quadro de medos, tensões e descontentamentos um novo componente: a revolução, que agora se concretizava não somente na vizinhança, mas também no interior do Reino Unido, em Portugal e no Brasil.

Quando Luiz do Rego Barreto assumiu o governo de Pernambuco em 1817, foi encarregado de restabelecer a ordem após a Revolução e, ao mesmo tempo, de armar a capitania contra um possível ataque da temível expedição espanhola que se organizava em Cádiz e que, como se acreditou durante algum tempo, ao seguir para o Rio da Prata deveria tocar em algum ponto da costa do Brasil. Em suas "Memórias", Rego Barreto afirmaria ter encontrado em Pernambuco "um teatro de vinganças, que prometiam ser insaciáveis; tinha-se dado como princípio incontestável que a destruição total de todos os cúmplices, e aderentes do partido republicano era uma obra meritória perante Deus, e o Rei"; em 1818, o governador da capitania do Ceará, Manoel Inácio Sampaio, comunicava às autoridades da Corte que "o gérmen da revolução está difundido por toda a parte". Para a Bahia, foram enviados de Lisboa, sob o comando do Marquês de Angeja, oito navios com dois batalhões de infantaria, 40 oficiais e 1.069 soldados; para o Rio de Janeiro, treze navios com 63 oficiais e 1.700 soldados.[764]

À militarização correspondia também uma maior vigilância e repressão sobre elementos suspeitos de atividades políticas perigosas. No Rio de Janeiro, José dos

[763] Na documentação oficial produzida por Montevidéu desde 1817, bem como naquela de ordem privada envolvendo homens do poder, são freqüentes às referências ao período artiguista como de "anarquia", de ataques à propriedade que se encontrava desprotegida (ALONSO et.al... – *La oligarquia oriental...*, cit., p.31.

[764] LEITE – *Pernambuco 1817...*, p.232-233, p. 102 e p.173

Santos Pinto foi acusado de dizer "louvores a Artigas, publicando diante da sua escravatura, que por ser um chefe, que libertava os cativos, era o homem mais digno de se servir";[765] João Santos Fernandes era acusado de aliciar presos em Montevidéu para passar aos exércitos artiguistas. Outro suposto agente de Artigas, do qual o *Correio Brasiliense* considerava que "seria injusto declarar o nome", moraria na "rua De trás do Hospício" e circularia livremente pela cidade.[766] Domingos da Silva Vieira Braga, proveniente do Rio Grande do Sul, foi preso por supostamente entabular correspondência com artiguistas.[767] De Montevidéu, Lecor remeteu a Santa Catarina, de onde seguiria para São Paulo, o padre Oliden, "para assim remover o espírito de desunião, que ele fomenta". Também para Santa Catarina seguiria outro padre, Boaventura Borraz, "um Monge Beneditino, que se acha aqui perturbando com as Suas admoestações, e inventivas à Ordem pública, e fazendo grave prejuízo aos interesses particulares". Segundo Lecor, Borraz sustentava "com a opinião de Teólogo o nenhum direito com que os negócios, e administração da justiça, correm aqui debaixo do Nome e Selo de Vossa Majestade".[768] Pouco depois Lecor comunicava ao rei que franqueara passaporte a cinco oficiais espanhóis "porque sobre não poder tirar-se nunca a mais pequena utilidade desta Classe sempre se lucra em diminuir o seu partido".[769] As preocupações se justificavam: entre 1817 e 1819, além dos tradicionais registros de espanhóis naturais do Prata (29), da Província Oriental (23) e do Paraguai (quatro), seriam notificados os ingressos no Rio de Janeiro de espanhóis também de Cuba (três), do Peru (quatro, dois a mais do que nos anos anteriores), da Venezuela (dois), do Alto

---

[765] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Polícia da Corte, códice 323, v.3, fl.71v., citado por Andréa SLEMIAN – *O difícil aprendizado da política na Corte do Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo, FFLCH-USP, 2000 (dissertação de mestrado).

[766] *CB* v.XXIII, n.137, 10/1819.

[767] SLEMIAN – *O difícil aprendizado...*, cit., p.95. Segundo Oliveira LIMA (*D. João VI no Brasil*, cit., p.395) entre 1818 e 1820 são freqüentes as requisições encaminhadas pelo Cabildo de Montevidéu à Corte do Rio de Janeiro solicitando medidas repressivas contra habitantes da região oriental. Em 31 de agosto de 1820, reuniram-se na Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra o intendente de Polícia, Paulo Fernandes Vianna, e os desembargadores do Paço, monsenhor Almeida e Luiz José de Carvalho e Mello, aprovando a política de Lecor, tida como moderada e prudente, de combate a perturbações da ordem pública que poderiam conduzir a uma explosão.

[768] Lecor a D. João, 09/11/1817 (*Anais* VI, p.32-34). Em outra comunicação a D. João, remetia um escrito "imprudente", supostamente de sua autoria, contendo "Opiniões fanáticas à sombra do Crédito de Teólogo do pior efeito, e transcendência": ameaçava que os espanhóis que ao aderissem ao governo português tivessem faltado com o juramento de fidelidade ao rei da Espanha morreriam em estado de excomunhão, sofreriam as penas do Inferno (Lecor a D. João, 10/11/1817. *Anais* VI, p.35).

[769] Lecor a D. João, 10/11/1817 (*Anais* VI, p.35). O *Correio Brasiliense* noticiou que "de Montevidéu, se mandaram presos para o Rio de Janeiro alguns indivíduos; por serem turbulentos; isto é por não aprovarem o Governo Português: entre eles há dois frades, por nome Borras, e Oliden" (*CB* v.XX, n.117, 02/1818).

Peru (dois), mais um do México e outro da Nicarágua. Há portanto uma nítida diversificação da naturalidade dos hispano-americanos que chegavam à Corte, majoritariamente por motivos ligados às lutas de independência da América.[770]

Spix e Martius, visitando São Paulo no ano de 1817, testemunharam a impopularidade da guerra no sul dentre os habitantes daquela província, sobre os quais recaíam recrutamentos que despovoavam as vilas e privavam-nas de parte significativa de seus contingentes masculinos (4 mil homens para um total de 12 mil de tropas), aos quais se seguiam doenças, carestia e deserções.[771] Da mesma forma, o Rio Grande, de onde "se tem tirado cavalhada, boiada, carretames, servidores do exército, recrutas para a tropa paga, apenamentos de milícias, etc."[772], sofrendo sua agricultura "os mais decididos incômodos com as levas, que se tiram para a guerra do Rio da Prata"; em Pernambuco, "não querem os sertanejos vir à cidade, com medo de que os prendam para soldados, embrenham-se pelos matos, e por mais abundante que tenha sido a colheita do algodão, falta este no mercado, porque não há quem se atreva a conduzi-lo, com medo de que lhe assentem praça.". [773]

Perpassando a perspectiva de subversão da ordem, que a Revolução de Pernambuco demonstrara ser mais provável do que os propugnadores da unidade e vigência dos princípios de legitimidade dinásticos na América gostariam, havia o problema do escravismo. Na realidade, a despeito de no Brasil as convulsões se esboçarem sobretudo na esfera da ordem política – como bem demonstrava a vizinha América espanhola –, o medo de seus resultados convergia muitas vezes para a esfera social. Assim, embora seja sedutor conceber que, em decorrência do presentismo do exemplo passado da revolução de escravos que dera origem, pouco mais de duas décadas antes, à República do Haiti, a possibilidade de uma repetição de suas cenas na sociedade escravista luso-americana fosse real e informasse o comportamento até mesmo de grupos divergentes na esfera da política, parece mais razoável insistir na importância, nessa época, das experiências históricas, do conhecimento da realidade passada e presente, e das projeções de futuro demandadas por um tempo histórico em acelerada progressão, dentro dos quais "o Haiti" era um componente de natureza

---

[770] *Registro de estrangeiros (1808-1822)*, cit.
[771] Citado por LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.218. Outro viajante, Saint-Hilaire, conheceu soldados de São Paulo que serviam nos exércitos do sul e, em 1820, encontravam-se 27 meses sem receber soldo. Citado por Sérgio Buarque de HOLANDA. São Paulo. *História geral da civilização brasileira* (t.II, v.2, "Dispersão e unidade"). 2.ªed. São Paulo, Difel, 1967, p.433.
[772] *CB* v.XXII, n.133, 06/1819.
[773] *CB* v.XXIII, n.136, 09/1819.

idêntica à "Revolução Francesa" ou, mais recentemente, à "América espanhola". Isso quer dizer que os medos, as expectativas e a busca coletiva por soluções imediatas para uma situação vivida e sentida como desfavorável impunha *o medo de que as coisas acontecessem* tal qual a história demonstrara ser possível. E quer se apercebessem disso os homens da época ou não, ao tomar a história como exemplo, necessariamente imprimiam a ela a marca da *criação*, e não da *repetição*.

Que as revoltas de escravos existiam e eram conhecidas, não há nenhuma dúvida, e desde 1814 o governo do Rio de Janeiro solicitava ao da Bahia que melhor controlasse seus escravos, procurando evitar reuniões que oferecessem oportunidade para conspirações;[774] mas pretender que elas fossem temidas na mesma escala que, por exemplo, uma revolução do tipo da de Pernambuco, não parece muito razoável. Por três meses, efetivamente um governo republicano foi instaurado, e nem sequer ele afrontou a escravidão; na América espanhola, a revolução completava em 1817 sete anos, e tampouco ali medidas mais drásticas haviam sido adotadas em direção à abolição. Conhecedores dessas realidades, os homens envolvidos na política no universo luso-americano mantinham-se em estado de alerta, mas em seus prognósticos algumas realidades concretas tinham, por certo, um peso muito mais importante do que outras, somente imaginadas. Se da capitania de Minas Gerais, que dentre todas as do Brasil era por essa época a que contava com o maior contingente de escravos,[775] chegavam ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Tomás Antônio Vilanova Portugal, notícias que davam conta "assez uniformement que dans cette partie du Bresil, l'esprit de la population negre est fort mauvais et disposé a la Revolte", que "des émissaires ont parcouru ces provinces en donnans en esperance dangereuses aux esclaves negres et mulâtres et capables de troubler la tranquilité [...], les assassinats y

---

[774] João J. REIS. "Nos achamos em campo a tratar da liberdade": a resistência negra no Brasil oitocentista. Carlos G. MOTA (org.) – *Viagem incompleta:* a experiência brasileira, cit., p.247-249. Segundo o autor, "nessa época, já havia começado o ciclo de revoltas escravas baianas, só encerrado vinte anos depois" (p.247). O controle da Intendência Geral de Polícia do Rio de Janeiro sobre os escravos e as "negociações" entre repressores e reprimidos é abordada por Carlos Eugênio Líbano SOARES. O triângulo da desordem no Rio de Janeiro de D. João VI. *Anais Museu Histórico Nacional* v.31. Rio de janeiro, 1999, p.69-80.

[775] Segundo dados oferecidos por Maria Luiza MARCÍLIO para o ano de 1819, 168.543 escravos, de um total de 631.885 habitantes. A Bahia possuía uma população escrava de 147.263 (de um total de 477.912) e o Rio de Janeiro 146.060 (de um total de 510.000). As maiores proporções, contudo encontravam-se no Maranhão (66% de escravos) e em Alagoas (61%). M. L. MARCÍLIO. A população do Brasil colonial. BETHELL, Leslie (org.) – *América latina colonial* v.II. São Paulo/Brasília, Edusp/Funag, 199, p.311-338.

son frequents, et que l'impunité du crime, semble les autoriser",[776] que medos seriam despertados no ministro? O de uma grande sublevação de escravos e subseqüente criação, em Minas Gerais, de um "novo Haiti" ? Ou então o de que uma instabilidade generalizada, inclusive envolvendo escravos, criasse condições para um "novo Pernambuco"?[777]

Outra dimensão dos "medos" que afligiam a ordem vigente é a que envolve a ação das chamadas "sociedades secretas" ou maçônicas, emergentes como espaços de discussão política em todo mundo ocidental desde meados do século XVIII, e que se faziam presentes também na América no contexto da crise dos impérios ibéricos de começos do século XIX. Se na Europa do Antigo Regime elas eram tomadas pelas monarquias absolutistas como indesejáveis focos de ação numa incipiente e pouco conhecida esfera social que podemos chamar de "privada", e que por si sós representavam uma forma de contestação à ordem vigente, a atuação da maçonaria no Brasil sede da Corte teria o potencial de agravar o medo generalizado que, conforme vimos analisando, informava cada vez mais a prática política da direção do Reino Unido. Deixando de lado uma ainda forte tradição historiográfica que vê na ação da maçonaria uma espécie de explicação "secreta" (daí "verdadeira") de todas as coisas, é certo que no Brasil havia um ambiente propício à sua propagação, na medida em que os espaços de sociabilidade política cresciam, fomentados por elementos como a imprensa e as trocas com estrangeiros. As sociedades secretas se incorporariam a esse ambiente, muito possivelmente já desde 1808. Nelas, é sabido que se reproduziam redes de solidariedade que, quando configuravam projetos políticos mais ou menos definidos,

---

[776] Carta de Joseph Tremeau a Vilanova Portugal, s.l., julho de 1818. *AHI*, Documentos avulsos.

[777] Fiados em João Dornas Filho (*A escravidão no Brasil*), Emília Viotti da Costa e Paulo de Salles Oliveira se referem a levantes de escravos ocorridos em Minas Gerais em 1820 que - de forma pouco ou nada verossímil - teriam reunido 15 mil escravos em Ouro Preto, e mais 6 mil em São João do Morro (COSTA – *Da senzala à colônia*. 4ª.ed. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1998, p.361; P. de S. OLIVEIRA. O processo de independência em Minas Gerais. In: Carlos G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.288-289). Para se ter uma idéia de como um equívoco em escalas de grandeza pode ocasionar distorções mais sérias de interpretação, se de fato 21 mil escravos tivessem se levantado, juntos, em Minas Gerais, isso significaria que o Reino do Brasil teria contado, em 1820 e só naquela província, com um "exército inimigo" da ordem vigente quatro vezes maior que o exército dos Andes que sob o comando de San Martín expulsou praticamente todas as forças realistas do Chile em 1817. As expectativas mais elevadas do contingente que a Espanha armava em Cádiz e que atemorizava todo mundo na América não passava de 20 mil homens. Em Minas Gerais, 21 mil escravos revoltados significaria mais de um em cada dez escravos de toda a capitania.

acabavam freqüentemente por extrapolar também as fronteiras nacionais e as tradicionais lealdades políticas.[778]

Que maçonaria e atuação política concreta podiam combinar no contexto de crise do Antigo Regime na América ibérica a Logia Lautaro de Buenos Aires parecia ser a prova mais cabal. No entanto, é preciso lembrar que, ao contrário da América espanhola, em guerra de secessão, no Brasil da década de 1810 era cada vez mais difícil o enquadramento nos padrões tradicionais de formas políticas que mudam muito rapidamente. Assim, a maçonaria será efetivamente reprimida, tomada como uma prática que contribuía para colocar em risco a ordem vigente, mas não sem vacilos e hesitações. Por alvará régio de 30 de março de 1818, lavrado sob a égide do ministro Vilanoa Portugal, as sociedades secretas ficaram oficialmente banidas de todo o Reino Unido.[779] Nessa ocasião, o mesmo Tremeau responsável por fornecer ao ministro informações a respeito das tensões em Minas Gerais, tendo sido encarregado também de percorrer "presque toutes les maisons publiques de cette grande citeé[a Corte]", destacava duas, ambas localizadas na rua do Ouvidor, "qui méritens de la part de la Police Générale, une surveillance aussi active que sévere et exercée au tous d'adresse que de discernement": a primeira, ocupada por "Mr. Pharoux, Ecriteur français", e a segunda por "Mr. Gaforio et compagnie (Italien) marchande de commestibles", nas quais reunir-se-iam durante a noite indivíduos de diferentes nações e profissões, na maioria franco-maçons portadores de "propos inconsiderés en quelques fois injurieux envers as Majesté et la Nation Portugaise" e "zelés de la pretendue independance du Sud de L'amérique".[780] Essas medidas provocariam as queixas do *Correio Brasiliense* cujo editor, ele próprio, fora perseguido em Portugal por ser maçom. Para ele, o ministério português gastava "tempo em minutar leis contra os Pedreiros Livres", em

---

[778] É uma pena que alguns dos autores que perceberam a relevância de estudar o papel político da maçonaria no contexto das independências da América ibérica tenham incorrido no erro de tomá-la como um problema em si, em vez de problematizar as realidades históricas nas quais ela se insere. Assim, nem Alfonso FERNANDEZ CABRELLI (*Presencia masonica en la Cisplatina*. Montevideo, America Una, 1986), tampouco Ricardo Mário GONÇALVES (A influência da maçonaria nas independências latino-americanas. In: Oswaldo COGGIOLA – *A revolução francesa e seu impacto na América latina*. São Paulo, Nova Stella/Edusp, 1990, p.195-209) lograram oferecer explicações seguras para projetos e atuações políticas que supostamente conheceram nas sociedades secretas um espaço importante de formulação ou difusão no contexto das independências ibero-americanas; sequer esclareceram de forma convincente alguns dos vínculos internacionais estabelecidos entre seus membros, limitando-se a afirmar que este ou aquele ativo participante da política da época, como Miranda, Bolívar ou Lecor, "eram maçons".

[779] SLEMIAN – *O difícil aprendizado*..., cit., p.213. O alvará foi publicado pelo *Correio Brasiliense* em agosto de 1818 (v.XXI, n.123).

[780] Carta de Joseph Tremeau a Vilanova Portugal, Rio de Janeiro, 19/06/1818. *AHI*, Documentos avulsos.

vez de se dedicar a questões mais importantes.[781] Numa crítica generalizada à política da Corte e, como era seu costume, isentando o monarca de quaisquer deslizes políticos, afirmara um pouco antes que "é preciso despir os Ministros desta capa emprestada do nome d'El Rei. El Rei não é responsável a ninguém; porque não há tribunal, que o julgue: mas os Ministros são e devem ser responsáveis pela sua administração, e os resultados dela se devem fazer públicos, para louvor dos bons, para freio dos maus, e para estímulo de todos. É para se livrarem disto, que meditam tais leis, como a que fez crime de lesa Majestade as sociedades ocultas; e é para encobrirem seus defeitos, que se querem identificar com o nome d'El Rei".[782] Como quer que fosse, em 1819 a ordem política do Reino Unido não dava sinais seguros de recuperação dos fortes solavancos recentemente sofridos.

A experiência hispano-americana (III)

O aprofundamento da crise do sistema colonial na América espanhola, acarretado pela violenta e efêmera restauração do poder realista metropolitano, encontra uma notável contrapartida na América portuguesa. Entre os anos de 1814 e 1817, quando o desenvolvimento da política hispano-americana já oferecia ao mundo português, em especial ao luso-americano, uma firme conjugação entre, de um lado, uma imagem da América como um grande espaço pautado pela guerra civil, pela desordem e pela frontal ameaça concreta aos princípios políticos legitimistas dinásticos e, de outro, uma cada vez mais necessária interação direta com essa realidade, os espectros que surgiam dessa experiência histórica subitamente se materializaram no interior da própria América portuguesa. A Revolução de Pernambuco representou, nessa ótica, uma definição e uma organização, ainda que por muitos lastimada e indesejada, de um caótico quadro de alternativas que se abriam diante dos homens que, ao conhecerem o que se passava com a vizinhança externa do Brasil e se interessarem por essa realidade, tomavam consciência de que os tempos impunham transformações a curtoprazo também no aparentemente mais estável ambiente político português.

Com a expansão dessa consciência, igualmente se expande a mobilização em busca de uma administração do futuro. O resultado é que o reforço dos anseios de

[781] *CB* v.XXIII, n.137, 10/1819.
[782] *CB* v.XXII, n.133, 06/1819.

natureza conservadora se torna, inadvertidamente, portador do próprio motor da mudança. Pois é impressionante como, no universo político português, as reações práticas à assimilação/criação da experiência hispano-americana contribuem para uma complexificação do curso dos acontecimentos políticos, tornando cada vez mais difíceis as soluções pautadas nos tradicionais consensos que, desde muito tempo, organizavam a diversidade política da América portuguesa e, acima dela, da nação portuguesa. A reafirmação da solidariedade monárquica, as negociações e conflitos convergentes na região platina, a busca pelo estabelecimento de uma situação diplomaticamente favorável a Portugal, a invasão da Província Oriental, o reconhecimento formal do papel destacado que gozava o Brasil no conjunto do Império e as sérias contestações que a política de D. João conhecia dentre seus súditos são permeados, em todos os seus interstícios, pela diacronia das manifestações de crise do sistema colonial na América espanhola com as cada vez mais evidentes manifestações da mesma crise na América portuguesa.

Seguramente, a grande lição que essa experiência introduzia no mundo luso-americano é que a América decididamente se constituía num espaço favorável à quebra das estruturas políticas tradicionais. "Antes dos sucessos, quem dirá que qualidade de Governo ficará subsistindo?", perguntava-se o conselheiro Rodrigo Pinto Guedes, especulando acerca do futuro político do Rio da Prata e da posição que a Corte portuguesa deveria tomar frente a ele. "Conjecturas, ou dados fantásticos", prosseguia, "podem variar a cada momento. A América Espanhola do Norte formou um Governo Provisório Democrático, e há pouco apareceu o chefe do Exército, e do Governo votando pela Aristocracia, posto que lhe deu diversa denominação, para assim melhor conduzir o Povo: todas as suas disposições, e o seu voto porém que se encaminham a pretender uma Monarquia. Quem poderá predizer os sucessos das Facções do Sul? e sem esta certeza, como se poderá fazer juízo claro do partido, que para o futuro mais convém [ao Brasil]? Ainda dando por certa a natureza do Governo, não basta isso para mostrar qual deva ser a resolução mais conveniente. Temos visto, e vemos as Monarquias absolutas, as Constitucionais, as Repúblicas Aristocráticas, e as Democráticas formarem Tratados de Amizade, de Comércio, até de Aliança ofensiva, e

defensiva."[783] As monarquias constitucionais e os regimes republicanos se apresentavam inequivocamente como alternativas, ainda que no Brasil elas provocassem – sobretudo a segunda - reações majoritariamente desfavoráveis; mas as favoráveis também existiam. Logo, contudo, esse já complicado panorama diagnosticado por Pinto Guedes conheceria outra novidade, ainda mais relevante do que a introdução de paradigmas alternativos de regime de governo e para a qual a experiência hispano-americana seria novamente decisiva: o paradigma da *independência dos governos*.

[783] *Parecer de que nada poderá ser mais problemático, controverso e incerto do que o partido que o Brasil devia adotar no caso de se estabelecer em Buenos Aires um Governo Federativo*, por Rodrigo Pinto Guedes, s.d. (1819?). *AHI*, Documentos avulsos.

CAPÍTULO 4

A independência do Brasil e a América

A situação política vivida no fim da década de 1810 pelo Reino Unido de Portugal e Algarve indicava a plena possibilidade de próximas e profundas transformações. Em agosto de 1820, com a eclosão de um movimento constitucionalista em Portugal, viam-se concretizadas algumas das expectativas tecidas em torno dessa situação, permitindo que o *Correio Brasiliense* afirmasse logo no mês de setembro - e com muita correção - que "decerto a revolução em Portugal não é bagatela, que se deixe ficar no tinteiro".[784]

Tinha início uma nova e decisiva fase na conturbada história oitocentista da nação portuguesa, com a introdução em seu panorama político de novos paradigmas de existência coletiva que imprimirão um caráter de irreversibilidade ao processo de superação do colonialismo português na América, e portanto de cisão no interior dessa nação. De certo modo dando continuidade aos influxos do movimento pernambucano, o levante constitucionalista português configuraria igualmente uma revolução, só que de existência mais duradoura do que a ocorrida no Brasil três anos antes.[785] Uma *revolução* - na medida em que efetivamente subverteria as estruturas políticas vigentes –, mas *regeneradora* e *reformista*, pois o seu projeto de futuro almejava antes de mais nada o retorno a uma condição passada perdida que, como praticamente tudo que se integra ao universo da transformação geral do Antigo Regime pela mesma época, é portadora de alta carga de contradições. No campo historiográfico, a Revolução do Porto se encontra posicionada no centro de debates e controvérsias, nas quais se sobressai o consenso em torno de sua capital importância nos ulteriores destinos de Portugal e do Brasil. De acordo com nossos propósitos, é necessário assinalar que, a exemplo do que vinha ocorrendo em tantos espectros da política portuguesa desde 1808, a conjuntura

---

[784] *Correio Brasiliense* (doravante *CB*) v.XXV, n.148, 09/1820. Para uma análise de nsuas posições no contexto vintista: István JANCSÓ e Andréa SLEMIAN. *Correio Braziliense*: um caso de patriotismo imperial. In: *Correio Braziliense* (vol. de artigos). São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

[785] Conforme bem destacam dois historiadores em referência aos desdobramentos da Revolução do Porto no Brasil, "os acontecimentos de 1820/21 são importantes exatamente porque levam definição de certas posições e correntes políticas e ideológicas básicas tendo por elemento de referência comum a todos a própria idéia de revolução" (Francisco J. FALCON & Ilmar R. de MATTOS. O processo de independência no Rio de Janeiro. In: Carlos G. MOTA (org.) – *1 22: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972 p.313). Idéia essa que, como vimos anteriormente, fora definitivamente introjetada na realidade do Brasil pelo movimento de Pernambuco.

constitucionalista portuguesa também conhecerá articulações com o movimento de dissolução do Império espanhol na América, que lhe imprime algumas importantes contingências. Mesmo porque, conforme veremos a seguir, a experiência hispano-americana agora desfrutará de condições especialmente favoráveis de amplificação no mundo português, amadurecida e publicizada em proporções até então inéditas. Após ter introduzido, durante os anos anteriores, elementos determinantes para as modalidades desde então assumidas pelos projetos de futuro formulados no universo político luso-americano, essa experiência continuará a ser metabolizada no contexto vintista, de modo a fazer despontar uma solução progressivamente hegemônica para a crise portuguesa cuja perpetuação será o "motor" da própria independência e constituição do Brasil como Estado autônomo e soberano.

A Revolução do Porto

Quando em 24 de agosto de 1820 um heterogêneo grupo formado por comerciantes, militares, funcionários do Estado, profissionais liberais e aristocratas[786] deu início, na cidade do Porto, ao movimento destinado a instaurar um regime constitucional em todo o Reino Unido, solapando definitivamente as bases do absolutismo português, já a Espanha (em janeiro) e o Reino de Nápoles (julho) conheciam novidade semelhante; antes deles, os Estados germânicos da Baviera, Bade, Wurtemberg, Hesse-Darmstadt, Nassau, Brunswick e Saxe-Weimar tiveram constituições outorgadas a partir de 1818.[787] Mas seria sem dúvida o caso da Espanha, que passara por uma experiência constitucional já entre 1812 e 1814, que mais direta influência exerceria sobre o movimento português. O levante espanhol teve início no primeiro dia daquele ano dentre as tropas que, reunidas na Ilha de León, em Cádiz, vinham sendo preparadas para constituir a grande expedição militar destinada a sufocar a revolução hispano-americana, e tão receada inclusive no Brasil. Sua demora ofereceria um pretexto adequado à mobilização de setores políticos liberais opositores do absolutismo bourbônico. De início circunscrito a um descontentamento com a generalizada desmobilização dos exércitos espanhóis levada a cabo desde a restauração

[786] J. S. da Silva DIAS. A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes. In: Miriam Halpern PEREIRA & outros (orgs.) – *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa, Sá da Costa, 1982, 1.º v., p.21-25.

[787] Jean Baptiste DUROSELLE – *A Europa de 1815 aos nossos dias:* vida política e relações internacionais. 4ª.ed. São Paulo, Pioneira, 1992, p.08-11.

de Fernando VII em 1814, o movimento logo agruparia anseios e reivindicações mais amplas, conquistando todo o território espanhol peninsular. O rei se veria na contingência de convocar novas Cortes, instalar uma Junta Provisional de governo e a jurar, em 7 de março, a Constituição que ele próprio enterrara seis anos antes.[788]

O movimento vintista espanhol mereceu grande atenção no mundo luso-americano. Em julho de 1820, o *Correio Brasiliense* publicou uma descrição, extraída da *Gazeta de Madrid*, da cerimônia de abertura das Cortes espanholas ocorrida em 9 de julho,[789] e no mês seguinte um resumo do início dos seus trabalhos.[790] Os homens de Estado portugueses, além de se manterem bem informados do que se passava na Espanha e na América, conforme vimos, tinham muita consciência das dificuldades pelas quais passava o Reino Unido. A fraqueza política, só muito debilmente contornada com o desaparecimento de Napoleão do cenário mundial e com a bem-sucedida sobrevivência da monarquia lusa em solo americano, era agravada, como também vimos, pela concepção de que Portugal passara a gozar de uma condição de inferioridade em relação à América, idéia motivada pela permanência da Corte no Brasil mesmo após o término da guerra peninsular. É significativo que no *Manifesto aos portugueses*, redigido por uma das grandes lideranças do movimento constitucionalista português, Manuel Fernandes Tomás, e divulgado no dia do levante do Porto, houvesse a queixa de que "para cúmulo de desventura deixou de viver entre nós o nosso adorável soberano", um "dia fatal" desde o qual "contamos nossas desgraças pelos momentos que tem durado a nossa orfandade".[791] A esse quadro político somava-se um quadro de grave e persistente crise produtiva, mercantil e financeira, inserida numa conjuntura econômica claramente desfavorável a Portugal, que remonta à abertura dos portos do Brasil ao comércio mundial em 1808. Na agricultura, desde 1818, o território português peninsular vinha sendo inundado por cereais mediterrânicos de diversa procedência, acarretando sérios prejuízos às culturas locais; o ano de 1819 marca uma profunda depressão econômica desdobrada em crise financeira, que dentre muitas facetas visíveis revelava-se em atraso nos pagamentos de soldos militares.[792] Num pormenorizado relato

---

[788] Josep FONTANA - *La crisis del antiguo régimen (1808-1833)*. 4.ªed. Barcelona, Grijalbo, 1992, p.31 e segs. Miguel ARTOLA – *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*. Madrid, Alianza, 1990, p.50.
[789] *CB* v.XXV, n.146, 07/1820.
[790] *CB* v.XXV, n.147, 08/1820.
[791] Citado por Márcia R. BERBEL - *A nação como artefato*: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas 1821-1822. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1999.
[792] Joel SERRÃO. Os redemoinhos portugueses da independência do Brasil. In: Carlos G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.48-49; Fréderic MAURO. A conjuntura atlântica e a

do que ocorria na Espanha, dirigido à Corte portuguesa no Rio de Janeiro em março de 1820, a Regência de Lisboa receava que o "efeito das tramas revolucionárias" se fizesse sentir também na Grã-Bretanha, Estados germânicos, Prússia e Rússia; no caso de Portugal, por paralelismo de situações com a Espanha, a possibilidade seria ainda maior, haja vista os sinais oferecidos três anos antes pelos movimentos de Pernambuco e de Gomes Freire de Andrade. Diagnosticava um "estado de fermentação nada equívoco" existente em Portugal, devido a três fontes de descontentamento: "1°. decadência do comércio; 2°. diminuição sucessiva do numerário; 3°. insuficiência das rendas públicas, não só para o pagamento da grande dívida, mas até para o suprimento das despesas correntes e de primeira necessidade, do que tem resultado um considerável atraso em todos os pagamentos".[793] A situação portuguesa não era, portanto, muito diferente da espanhola, de modo que, a exemplo do que vinha ocorrendo no continente americano, as desventuras da vizinhança espanhola diziam respeito ao Reino Unido também na península.

O sentimento dessas dificuldades em larga abrangência tornou possível ao movimento do Porto canalizar insatisfações difusas de amplos e diferentes setores sociais da população peninsular portuguesa. E mais uma vez - fato já trivial por essa época - essa mobilização coletiva de anseios e descontentamentos encontrava na situação do Império espanhol exemplos, advertências e alternativas, subsidiando projetos de futuro para a situação portuguesa. Após tomar conhecimento em Londres das primeiras novidades a respeito do levante das tropas em León, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, conde de Palmela, manifestava certo contentamento com o que acreditava dever "impossibilitar cada vez mais a saída da famosa expedição para o Rio da Prata"; mas, ao mesmo tempo, receava que de um simples levantamento de soldados descontentes (pois era assim que o via), o movimento espanhol logo se convertesse em algo de caráter político. Nesse caso, então, Portugal teria muito do que recear.[794] Em outra ocasião, ainda antes da eclosão do movimento do Porto, o mesmo Palmela se mostrara incrédulo acerca da capacidade do movimento espanhol de encontrar apoio dentre os hispano-americanos - pois como a agora ressuscitada

independência do Brasil. In: Carlos G. MOTA (org.) – *Op.cit.*, p.38-47; Valentim ALEXANDRE - *Os sentidos do império:* questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português. Porto, Afrontamento, 1993, p.445.

[793] Ofício da Regência de Lisboa à Corte do Rio de Janeiro, 18/03/1820, transcrito por V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império*, cit., p.453.

[794] Carta do conde de Palmela a Antonio Saldanha da Gama, embaixador português na Espanha, de 27/01/1820. Citada por V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império*, cit., p.446.

Constituição de Cádiz pretendera abranger toda a "nação espanhola", espanhóis americanos e espanhóis peninsulares deveriam novamente se fazer representar nas Cortes - que, sabido era, marchavam firmemente rumo às independências. Lembrava que "foi contra essas mesmas Cortes, que eles agora convocam, que as províncias da América se sublevaram em 1810 e 1811", de modo que o mais provável era que, além de Buenos Aires e Caracas, consideradas como praticamente perdidas para o domínio metropolitano, também as outras se aproveitariam do momento para se tornar independentes da Espanha.[795]

A possibilidade de contágio em Portugal dos constitucionalismos espanhol e napolitano era atentamente vigiada pelas potências da Santa Aliança, zelosas em sua tarefa de configuração de uma Europa monárquica, legitimista e contra-revolucionária. Nesse padrão por certo que não coadunava a introdução de quaisquer dispositivos que limitassem e regulassem o poder do monarca, como era o caso de uma Constituição elaborada por uma assembléia soberana. Assim, logo que as notícias da Espanha chegaram à Rússia e antes mesmo de Fernando VII jurar a Constituição, o czar Alexandre I solicitava da Santa Aliança uma intervenção na península; e o representante português em São Petersburgo tratou de obter junto ao czar garantias de proteção caso Portugal se visse ameaçado pela presença do novo regime em sua vizinhança.[796] A despeito dessas "garantias", contudo, o movimento português eclodiu, cresceu - chegou a Lisboa em 15 de setembro -, submeteu a Regência e convocou Cortes que, devendo se reunir no ano seguinte, tomariam a si a tarefa de elaborar uma Constituição para o Reino Unido.[797] A reação da Europa legitimista viria na reunião de dois congressos: o de Troppau, em outubro e novembro de 1820, na qual o representante austríaco Metternich

[795] Oficio n.93 (reservado) de Palmela a Tomáz Antônio Vilanova Portugal, 12/04/1820, citado por V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.448.

[96] M. ARTOLA – *La burguesía revolucionaria...*, cit., p.53-54; Oliveira LIMA - *D. João VI no Brasil*. 3ª.ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, p.641.

[797] A historiografia a seu respeito é ampla e variada, sobretudo da parte de historiadores portugueses. Alguns estudos que podem ser destacados são os vários contidos na coletânea organizada por Miriam Halpern PEREIRA & outros (orgs.) – *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa, Sá da Costa, 1982, 2 volumes, como os de Victor de SÁ ("Factores da crise do liberalismo em Portugal"), J. S. da Silva DIAS (A revolução liberal portuguesa..., cit.), Jill R. DIAS (A sociedade colonial de Angola e o liberalismo português c.1820 1850), Antônio M. HESPANHA (O projecto institucional do tradicionalismo reformista: um projecto de Constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, 1823), Joel SERRÃO (Democratismo *versus* liberalismo) e Valentim ALEXANDRE (O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política). Destes dois últimos autores, também: Joel SERRÃO. Os redemoinhos portugueses..., cit., e V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., parte V, cap.I. Igualmente, Isabel Nobre VARGUES – *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra, Minerva, 1997; e finalmente, uma das raras obras a cargo de historiadores brasileiros: M. BERBEL - *A nação como artefato...*, cit.

conseguiria aprovar o princípio de intervenção militar contra países cujos governos não se enquadrassem nos padrões dos da Santa Aliança; e o de Laybach, inaugurado em janeiro do ano seguinte, no qual ficaria decidida a intervenção austríaca contra Nápoles (em dezembro de 1820, a Santa Aliança agiu em conjunto contra os Estados germânicos constitucionalistas, e em abril de 1821 a Áustria sufocou o movimento napolitano; logo seria a vez da própria Espanha, invadida por forças francesas). Antonio de Saldanha, representante português em Laybach, oferece testemunho de que a frontal desaprovação dos regimes constitucionais manifestada pela Santa Aliança – a Grã-Bretanha se posicionou contrária a ela, receosa de que sua ação militar transbordasse para a América - resultava do temor em relação à possibilidade de união entre países constitucionais.[798] É certo que esse novo concerto da Europa confinou os laços de política externa de Portugal com a Santa Aliança praticamente ao plano exclusivamente comercial, impelindo-o a estreitar suas relações com a Grã-Bretanha e também com a Espanha constitucionalista; também que o projeto de união entre os dois países ibéricos já fora aventado nos anos anteriores, e sua defesa contaria agora com importantes vozes públicas, como os periódicos lisboetas *O Independente* e o *Astro da Lusitânia*. No entanto, esse ressurgimento da idéia não mudaria a persistente realidade que mostrava pouco ou nenhum avanço concreto em direção à consecução do projeto, inclusive porque ele jamais contaria com a anuência britânica.[799]

Os primeiros conflitos internos em torno do funcionamento do novo regime terminaram por definir, em 23 de novembro, a adoção de critérios eleitorais semelhantes aos espanhóis como base para a formação da Assembléia Constituinte, o que significava que a representação nacional deveria se fazer em ambos os hemisférios, contemplando também as partes ultramarinas da monarquia portuguesa. Além dos deputados das províncias do Reino de Portugal, seriam escolhidos para compor a assembléia representantes da ilha da Madeira, dos Açores e, evidentemente, também do Brasil.[800] A abrangência pretendida por um movimento dessa ordem impunha, desde então, que o constitucionalismo necessariamente teria que se desdobrar na América portuguesa. No entanto, para compreendermos à luz do nosso tema a importância e as conseqüências da revolução constitucionalista portuguesa para o Brasil, devemos considerar em que

[798] LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.642

[799] Essa aproximação com a Espanha, formulada oficialmente no congresso de Verona, ocasião em que ficou decidida a intervenção militar francesa contra a Espanha. Maria Cândida PROENÇA – *A independência do Brasil*. Lisboa, Colibri, 1999, p.48-49, p.52 e segs.

[800] M. BERBEL – *A nação como artefato*..., cit., p.46-49.

condições se encontrava, por volta de 1820, a América espanhola, assim como as condições de seu conhecimento no Brasil.

A explosão da imprensa

Um sinal inequívoco da dimensão de novidade que a Revolução do Porto introduzia no panorama político português foi o decreto de liberdade de imprensa lavrado em 21 de setembro de 1820 pela Junta de Governo criada em Lisboa; no dia 13 de outubro, a mesma junta permitiu oficialmente a circulação de impressos portugueses fora de Portugal. Pressionado pelo novo governo que emanava da península, D. João assinou, do Rio de Janeiro, o decreto de 2 de março de 1821, pelo qual ficava provisoriamente suspensa toda e qualquer censura sobre a imprensa em geral.[801] Observamos anteriormente como não apenas a atividade de impressão era bastante limitada no Brasil desde 1808, a despeito da criação no Rio de Janeiro da Imprensa Régia, mas também como principalmente a publicação e circulação de periódicos encontrava obstáculos por parte da própria Corte, que tinha todo interesse em controlar, na medida do possível, as informações sobre assuntos políticos que seriam dadas a conhecer aos seus súditos. No Brasil, onde, com o vertiginoso crescimento de publicações - sobretudo de periódicos –, a partir de março de 1821, a discussão e a reflexão política se tornaram mais públicas, abrangentes, dinâmicas e sofisticadas, ampliando muito consideravelmente sua capacidade de imprimir marcas no conjunto da vida social luso-americana.

Em 1820, apenas três periódicos conheciam edição regular no Brasil: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a *Idade do Ouro* e uma publicação científico-literária semelhante ao extinto *Patriota*: o *Beija-Flor ou Anais Brasileiros de Ciência, Política e Literatura* (em Londres, começara a edição do importante *Padre Amaro ou Sovela Política, Histórica e Literária*, que conheceria grande circulação no Brasil e com freqüência polemizava com o *Correio Brasiliense*). No ano seguinte, porém, esse número saltou para 26, atingindo 38 em 1822 e recuando para 35 em 1823. Mas talvez o mais importante a salientar seja que nesse crescimento, além de Rio de Janeiro e Bahia, passaram a contar com

[801] Marco MOREL & Mariana M. de BARROS – *Palavra, imagem e poder:* o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.23-24. As medidas da Junta de Lisboa foram publicadas pela *Gazeta do Rio de Janeiro* em vários números de outubro de 1821; o decreto de D. João foi publicado no *CB* v.XXVII, n.157, 07/1821.

periódicos regulares também o Pará, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais e a nova Província Cisplatina.[802] Alguns desses periódicos seriam efêmeros, mas outros conheceriam vida razoavelmente longa e passariam a atuar de forma destacada nas discussões políticas da época, como o *Revérbero Constitucional Fluminense*, o *Correio do Rio de Janeiro*, a *Malagueta*, o *Regulador Brasílico-Luso*, o *Diário do Governo* e o *Tamoio*, no Rio de Janeiro; o *Semanário Cívico*, o *Diário Constitucional* e a *Sentinela Baiense*, na Bahia; a *Aurora Pernambucana*, a *Segarrega*, a primeira das várias *Sentinela da Liberdade*, a *Gazeta Pernambuca* e o *Tífis Pernambucano*, em Pernambuco; os primeiros jornais do Pará, Maranhão e Minas Gerais, respectivamente o *Paraense*, o *Conciliador do Maranhão* e o *Compilador Mineiro*; e o *Pacífico Oriental de Montevidéu*. Mas o crescimento dos impressos não se restringiria aos periódicos. Um levantamento aponta que de oito panfletos – incluindo aqui proclamações, artigos únicos, manifestos, denúncias - saídos entre 1819 e 1820, passou-se para 143 em 1821 e 179 no ano seguinte.[803] As publicações da Imprensa Régia, que no final da década de 1810 gravitavam em torno de 40 títulos, alcançariam em 1821 e 1822 as cifras de 230 e 280 títulos, respectivamente.[804]

Ainda que seja muito difícil, pela escassez de dados, mensurar o público leitor desses impressos, não há dúvidas de que ele cresceu significativamente. Um indicativo seguro nesse ponto é o número de assinantes de alguns deles. Conforme vimos anteriormente,[805] um jornal como o *Patriota* contava, em junho de 1813, com 155 assinantes; em 1819, a *Idade do Ouro do Brasil* se queixava de contar com apenas e no máximo 200. De acordo com uma lista de subscrições, o *Conciliador do Maranhão* contaria, entre novembro de 1821 e janeiro de 1822, com pelo menos 256 assinantes;[806] em outubro de 1822, o *Volantim* tinha 136 assinantes, o que, nas palavras de seu redator, não seria suficiente "nem para pagar aos Compositores"; vendo-se na contingência de suspender temporariamente sua edição – ao que parece, sem tê-la

---

[802] Andréa SLEMIAN & João Paulo G. PIMENTA – *O "nascimento político" do Brasil:* as origens do Estado e da nação (1808-1825). Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.68-73.

[803] De acordo com levantamento feito por Lúcia M. P. das NEVES – *Corcundas, Constitucionais e Pés-de-Chumbo:* a cultura política da independência (1820-1822). São Paulo, USP, 1992 (tese de doutorado). Essa diversificação de centros produtores de periódicos também implicou, evidentemente, uma maior abrangência regional de circulação dos mesmos. A província de Goiás, por exemplo, recebia às vésperas da independência periódicos da Bahia, com a qual mantinha seus principais fluxos comerciais. (Sérgio Paulo MOREYRA. O processo de independência em Goiás. In: C. G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*, cit., p.254.

[804] SLEMIAN & PIMENTA – *O "nascimento político" do Brasil...*, cit..

[805] Capítulo 2.

[806] NEVES – *Corcundas, Constitucionais e Pés de Chumbo...*, cit., p.125.

jamais retomado –, prometia, "chegando os Senhores Assinantes ao n. de 400 [...] continuar com a publicação dele".[807] O que mostra que a cifra de 400 assinantes, aparentemente impensável para qualquer periódico editado no Brasil na década de 1810, passara a ser uma meta razoável em 1822.

Outro dado relevante diz respeito ao grande número de livrarias e livreiros existentes no Rio de Janeiro entre 1821 e 1822. Um levantamento preliminar indica a presença dos estabelecimentos de Paulo Martin, Francisco Saturnino Veiga, Manoel Joaquim da Silva Porto, José Antonio da Silva, Jerônimo G. Guimarães, Francisco Nicolau Mandillo, João Batista dos Santos, Joaquim Antonio de Oliveira e Antonio Joaquim da Silva Garcez, além da loja *Diário do Governo* e das tipografias dos *Anais Fluminenses* e da Imprensa Nacional. Periódicos e impressos também eram vendidos em outras casas comerciais e, no caso de obras religiosas, também em estabelecimentos religiosos.[808]

Configurando o mundo atlântico um grande espaço de trocas políticas, é importante lembrar que, para o Brasil, seria de importância também o crescimento do periodismo platino. Se em 1820 circulavam em Buenos Aires algo em torno de treze periódicos, em 1821 seriam criados pelo menos mais nove, em 1822 onze, e em 1823 sete. O *Argos de Buenos Aires*, o mais importante de todos, circularia em abundância e desempenharia no Brasil papel semelhante ao da *Gazeta de Buenos Aires*, que deixou de existir em agosto de 1821.[809] Assim, o alcance desses escritos poderia atingir proporções "geométricas" pelo cruzamento de referências recíprocas entre eles. A título de exemplo: no *Revérbero Constitucional Fluminense* encontram-se artigos, referências, debates e polêmicas com os baianos *Diário Constitucional* e *Idade do Ouro no Brasil*, com os cariocas *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Malagueta*, com o lisboeta *Campeão Português*, com o *Correio Brasiliense* e com os estrangeiros *Times*, *Morning Chronicle* e *Constitucional*; a realidade hispano-americana adentrava suas páginas de forma direta por transcrições e notícias extraídas do *Argos de Buenos Aires*, presente também nas edições do *Correio do Rio de Janeiro* e da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Da América espanhola, vimos como o venezuelano *Correo del Orinoco* marcava presença no

[807] *Volantim* n.42, 18/10/1822. O anúncio foi repetido no n.44, 22/10/1822.
[808] NEVES – *Corcundas, Constitucionais e Pés de Chumbo...*, cit., p.106.
[809] Realizei esse levantamento com base na obra de C. GALVÁN MORENO – *El periodismo argentino*. Buenos Aires, Claridad, 1944; e no bastante completo *Catalogo de periodicos sudamericanos existentes en la Biblioteca Pública de la Universidad (1791-1861)*. La Plata, Universidad Nacional de la Plata, 1934. O *Argos de Buenos Aires o Avisador Universal* veio à luz em 12/05/1821 e encerrou sua publicação em 03/12/1825.

Correio Brasiliense, que também dialogava com o *Semanário Cívico*, com a *Malagueta* e com a *Gazeta de Madrid* e *Times*. A *Malagueta* retribuía-lhe, debatendo com o *Correio Brasiliense*, mas também com o *Semanário Cívico* e com a *Idade do Ouro no Brasil*. Além do *Correio Brasiliense*, também a *Gazeta do Rio* era por todos lida, e além de transcrever e debater (pelo menos em três ocasiões) com o *Argos de Buenos Aires*, chegou a noticiar o advento de dois novos periódicos, o *Amigo do Rei e da Nação* e o *Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense*. Ademais, é sabido que pelo menos o *Espelho* do Rio de Janeiro e a *Segarrega* de Pernambuco circulavam na Bahia em abundância.

"Passou-se a dizer no meio da rua, o que se dizia no interior das casas; abraçaram-se avidamente os meios de reforma, que se desejava com impaciência", afirmaria em 1823 o editor do *Correio do Rio de Janeiro*.[810] Estava em curso uma crucial reconfiguração da idéia de uma "opinião pública", concebida cada vez mais numa esfera política e entendida como um juízo "racional", "prudente" e "sábio" porque comedido, avesso às alterações súbitas da ordem que a esse tempo já eram francamente denominadas de *revolução*. Portanto, a "opinião pública" que se formava obedecia aos influxos do crescimento dos espaços públicos de discussão política, mas possuía um *locus* bastante limitado, jamais correspondente a todos os agentes que adentravam e participavam dessa cena (nesse caso, estaríamos diante de uma noção de opinião pública de tipo Antigo Regime, tomada como uma média de opinião da sociedade). E desse modo, transformada em instância legitimadora justamente porque limitada, deliberadamente operada de acordo com os interesses restritos de seus protagonistas, o Brasil conheceria, nas palavras de um estudioso da questão, a opinião "como produto simbólico e abstrato, com força moral e jurídica. A Opinião como soberana no reino da razão".[811]

---

[810] *Correio do Rio de Janeiro* (doravante *CRJ*) 08/11/1823, citado por Andréa SLEMIAN - *O difícil aprendizado da política na Corte do Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo, FFLCH-USP, 2000 (dissertação de mestrado), p.154.

[811] Marco MOREL. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.ail.) – *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México, FCE, 1998, p.307. Esse é um processo ademais em curso também em outras partes da América ibérica, como mostra por exemplo o estudo do caso de Buenos Aires, de autoria de Geneviève VERDO (El escándalo de la risa, o las paradojas de la opinión en el periodo de la emancipación rioplatense) ou do Chile, de Céline DESRAMÉ (La comunidad de lectores y la formación del espacio público en el Chile revolucionário: de la cultura del manuscrito al reino de la prensa 1808-1833), publicados na mesma coletânea acima citada, às páginas 225-240 e 273-299, respectivamente.

É por isso que seria um equívoco pretender que, no Reino Unido, o advento da opinião pública dotada desse sentido, estando em razão direta do advento da liberdade de imprensa, implicaria uma linha ascendente ou progressiva no estabelecimento dessa mesma liberdade, já que a questão do controle sobre essa atividade surgia, desde sempre, como uma condição *sine qua non* para seu pleno exercício. Só poderia haver "liberdade" onde houvesse efetivo controle: eis uma contradição básica que o contexto vintista impunha ao exercício da política nos cada vez mais amplos espaços de atuação coletivos. Editores e redatores seriam perseguidos, periódicos e estabelecimentos fechados, e acertos de contas entre grupos e indivíduos inundariam as páginas dos periódicos por essa época.[812] A *Idade do Ouro do Brasil*, por exemplo, se queixaria em 1822 que em Salvador, onde era editada, "nada é proibido ao mesmo passo que no Rio são proibidos todos os papéis da Bahia menos *O Constitucional*".[813]

Com tudo isso, os números são eloqüentes, e mostram que, quando o movimento constitucionalista português decretou a liberdade de imprensa, havia uma enorme demanda sufocada, que pode ser entendida como uma necessidade sentida em escala coletiva por discutir política e dela projetar soluções para um presente incômodo. E essa necessidade sim era progressiva, sentida, experimentada e acumulada ao longo de um processo no qual a América espanhola era, como sempre, protagonista. E continuaria a sê-lo, com as informações a seu respeito agora muitíssimo mais disponíveis no Brasil.

A independência da América espanhola e seu conhecimento no Brasil (1820-1821)

Num apanhado geral, a ordem realista se apresentava, no final da década de 1810, segura no México e ainda dominante em Nova Granada e no Peru, seu grande bastião no continente americano. Por outro lado, no Rio da Prata e no Chile, a possibilidade de volta do absolutismo parecia cada vez mais distante, justamente por isso concentrando as atenções da reconquista espanhola por meio de expedições como a que, desmanchando-se em León, deu início ao movimento constitucional. Esse panorama, contudo, era apenas o esboço de um quadro que, aos contemporâneos,

---

[812] MOREL & BARROS – *Palavra, imagem e poder*..., cit., p.24. Para Portugal, a situação não seria muito diferente, como bem mostra José TENGARRINHA - *Da liberdade mitificada à liberdade subversiva:* uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828. Lisboa, Colibri, 1993.

[813] N. 88, citado por Maria B. N. da SILVA - *A primeira gazeta da Bahia:* Idade d'ouro do Brasil. São Paulo, Cultrix, 1978, p.191-193.

aparecia como cada vez mais emaranhado. Nas sempre perspicazes palavras de Halperin Donghi, "vista desde el momento en que quedaba atrás, la emancipación, más que que una compleja revolución, parecía una etapa de calamidades comparables a las debidas a causas naturales".[814] Em todos os antigos vice-reinos, a guerra adentrara promovendo a desestruturação da maioria dos fluxos comerciais intra-regionais vigentes; acarretara uma brutal diminuição dos capitais circulantes, golpeando a esfera produtiva (sobretudo a agricultura e a mineração) sem oferecer perspectivas de rápida recomposição. Igualmente, a necessidade de pronto recrutamento de contingentes a lutarem nos exércitos provocou, em muitas regiões, uma séria contração de mão-de-obra, esvaziando plantações, estâncias e até mesmo a produção urbana, com a dispersão de trabalhadores livres. Se no Peru e Alto Peru essa contração levou à desestruturação das tradicionais formas de trabalho compulsório, na Venezuela ela incidiu sobre a população escrava, que diminuiu drasticamente.[815]

O início da década de 1820 apresenta desde seus primeiros anos uma definição irreversível nesse quadro rumo ao triunfo das soluções independentistas. Além da guerra e da instauração de uma nova ordem sociopolítica – cujos contornos eram até então apenas vislumbrados -, as independências trariam ao cenário ibero-americano outra novidade de extrema importância: uma nova forma de inserção dos espaços hispano-americanos na economia mundial, promovendo uma tendência à ligação direta desses espaços com os centros econômicos mais dinâmicos da época.[816] E também nesse sentido a América espanhola de inícios da década de 1820 se aproxima da América portuguesa, onde essa abertura aos mercados mundiais vinha sendo promovida já em 1808: foco das atenções por parte das potências européias desgostosas com a emergência de paradigmas políticos incompatíveis com o mundo da restauração, as duas Américas representavam promissores mercados potenciais para os países em expansão econômica, notadamente Grã-Bretanha e Estados Unidos, que tinham, como vimos, todos os motivos para se interessarem pelo Novo Mundo, projetarem soluções e intervirem nos seus destinos políticos.

---

[814] Tulio HALPERIN DONGHI - *Reforma y disolución de los impérios ibéricos (1750-1850)*. Madrid, Alianza, 1985, p.187.

[815] Segundo David BUSHNELL, em até um terço. A independência da América do Sul espanhola. In: Leslie BETHELL (org.) – *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Funag, 2001 (v.III, "Da independência até 1870"), p.185.

[816] HALPERIN DONGHI – *Reforma y disolución...*, cit., p.198. Do mesmo autor: A economia e a sociedade na América espanhola do pós-independência. In: BETHELL (org.) – *História da América Latina*, cit., p.277-328.

Era portanto difícil prever com segurança o que surgiria da conjunção histórica de todos esses fatores, ainda mais quando o constitucionalismo peninsular se encarregava de promover nova reviravolta na trajetória dos impérios ibéricos. No interior das novas condições de ação política daí advindas, os homens envolvidos no universo político português redobrariam o seu interesse pela América espanhola, observando o aprofundamento de sua crise e a cristalização de duas grandes condições de possibilidade que dela surgiam muito nitidamente: a *guerra civil*, com todo o seu potencial subversivo, desestruturador e destrutivo, sintetizada no plano do universo lingüístico por termos como *anarquia* ou *revolução*, cada vez mais utilizado pelos portugueses para alcunhar o estado da América espanhola; mas também a *independência*, demostrando a clara factibilidade de que ex-colônias se emancipassem politicamente e se tornassem livres de suas ex-metrópoles da Europa. Assim, no conjunto da experiência revolucionária moderna, a imediatamente pretérita experiência política hispano-americana criara e disponibilizara dois tipos de paradigmas aos quais luso-americanos poderiam recorrer: um *negativo*, temido, a ser evitado até mesmo – como mostraram os patriotas pernambucanos de 1817 – por aqueles que ofereciam frontais contestações à ordem política vigente no interior do Reino Unido; mas também e contraditoriamente outro, *positivo* e propositivo, que tinha na idéia de independência uma alternativa a ser considerada como viável perante os próprios desafios lançados aos interesses conservadores por uma conjuntura francamente desfavorável à manutenção dos tradicionais *status quo*.

No México, vimos como os consensos contrários à assustadora insurgência popular trazida pelos movimentos de Hidalgo e Morelos se mostraram bastante coesos a ponto de garantir uma considerável estabilidade política a toda a América Central desde aproximadamente 1816, e não obstante os duros golpes que o absolutismo sofrera com o conjunto da crise espanhola, a idéia da monarquia ali continuava bastante forte e atraente para organizar a restauração. Contudo, o declínio do prestígio metropolitano era firme e decidido. Com o movimento peninsular de janeiro de 1820, a constituição de Cádiz foi restabelecida no México, seus representantes foram eleitos e integraram as novas Cortes e, contraditoriamente, seria sob a égide do constitucionalismo monárquico que o antigo vice-reino de Nova Espanha viabilizaria sua independência política. "Quando escolheram a independência, o México, a América Central e o Yucatán o fizeram porque a Constituição de Cádiz era uma promessa do programa de

independência", salienta Timothy Anna, destacando que a ressurgência do regime monárquico não restaurou o pretígio das autoridades espanholas e de Fernando VII.[817] Mais do que a monarquia em si, o que interessava a poderosos setores da sociedade mexicana era a garantia da extinção da herança dos (para eles) traumáticos movimentos de Hidalgo e Morelos, para o que aquele tipo de regime parecia adequado, descartando-se a subordinação à Espanha.

A solução programática para essa situação vinha com o Plano de Iguala, proclamado em 24 de fevereiro de 1821 por dois dos líderes das lutas até então travadas entre realistas e independentistas, produtos políticos da acentuada militarização da sociedade mexicana: Vicente Guerrero e Augustín de Iturbide. De acordo com a aliança propugnada pelo Plano, seria o México uma monarquia católica independente governada temporariamente nos termos da constituição de Cádiz até que se promulgasse uma nova (para a qual se convocavam cortes mexicanas); Fernando VII seria convidado a exercer o cargo de imperador e, caso não aceitasse, a escolha recairia preferencialmente sobre alguém de sua família (o que não podia deixar de interessar a Portugal, lembrando que D. Carlota, irmã de Fernando, ainda estava viva, e que fora no México um dos poucos lugares que seu projeto de se fazer regente recebera alguma acolhida favorável). Ademais, revelando a solidez de um dos grandes motores que as guerras de independência ofereceriam à construção de uma nova ordem em toda a América ibérica, o Plano de Iguala garantia a preservação da propriedade privada e das propriedades e privilégios do Clero, tão ameaçadas durante os levantes populares de pouco tempo antes. O Plano encontraria resistência dentre os setores realistas, posto que o novo governo de Madri não reconhecia sua legitimidade. O vice-rei Apodaca, coerente com sua posição, não aceitou subscrevê-lo, mas acabou deposto pelo próprio governo espanhol, que o julgou incompetente para subjugar Iturbide. A independência só triunfaria com a assinatura, em 24 de agosto de 1821, do Tratado de Córdoba, firmado entre Iturbide e o enviado das Cortes, Juan O'Donojú, e que alçaria Iturbide à posição de primeiro chefe executivo (presidente da Regência) do Império mexicano. Pouco depois, Guatemala (em 15 de setembro) e Santo Domingo (1º. de dezembro) também proclamariam sua independência, com a primeira se incorporando majoritariamente ao Império mexicano. Com a aclamação de Iturbide imperador, em 19

[817] Timothy E. ANNA. A independência do México e da América Central. In: BETHELL (org.) – *História da América Latina*, cit., p.108.

de maio de 1822, tinha início a primeira experiência monárquica revolucionária da América ibérica, triunfando uma solução bastante aventada em outras regiões, mas em todas elas sobrepujada por projetos republicanos.[818]

Ao tempo em que o México viabilizava sua independência por meio de um regime monárquico, o Chile - à exceção de pequenas guerrilhas sitiadas no arquipélago de Chiloé que só seriam definitivamente derrotadas anos depois - estava praticamente livre das forças peninsulares, e sob o governo de O'Higgins se constituía numa espécie de posto avançado de organização da luta anti-realista iniciada no Rio da Prata. Em 3 e 4 de fevereiro de 1820, a armada naval de Cochrane obteve decisiva vitória em Valdívia, tomando a mais importante base espanhola do Pacífico sul; em agosto, partiam de Valparaíso rumo ao Peru as conjugadas forças de Cochrane e San Martín, num total de 6.100 homens cujos comandantes se entendiam cada vez menos acerca das estratégias a serem seguidas. Na consecução da conquista, prevaleceriam as preferidas por San Martín, de evitar grandes confrontos diretos com os realistas do vice-rei Pezuela, fomentando sublevações e o envolvimento da sociedade civil. San Martín não escondia que a fórmula política formatada para a consolidação de sua estratégia de conquista seria a adoção de uma monarquia, tipo de regime do qual se mostrara partidário desde a libertação do Chile. Chegou inclusive a assinar, em Miraflores, um breve armistício com Pezuela, o vice-rei do Peru, mas alguns embates seriam importantes, como as presas de Cochrane em Callao e os avanços do próprio San Martín rumo a Lima. Entre abril de 1819 e maio de 1821, a tática se mostraria bastante bem-sucedida, com um grande número de localidades sob jurisdição do governo vice-reinal declararando independência: Supe, Ica, Tarma, Lambayeque, Trujillo, Piura e até mesmo, em fins de 1820, a importante Guaiaquil. A partir de então, e sem grandes conflitos militares, o declínio da autoridade real se mostraria irremediável. O próprio Pezuela foi deposto em 29 de janeiro de 1821, substituído pelo descredenciado general La Serna, encarregado de continuar uma luta sem perspectivas que continuou a envolver negociações diretas com San Martín. Lima foi evacuada em 6 de julho, mantendo os realistas a fortaleza de Callao e reagrupando suas forças no interior do país, e quando San Martín tomou a capital, poucos dias depois, a conquista do Peru estava

[818] Abdicou em março de 1823 e, após retornar de uma estadia de um ano na Europa, seria executado. T. ANNA, op.cit., p.111-117. A morte de Iturbide e o fracasso da primeira experiência monárquica mexicana teriam considerável repercussão no Brasil.

praticamente consolidada (Callao se renderia em setembro, também sem grandes combates).

A proclamação oficial da independência do Peru foi realizada no dia 28 de julho, e em 3 de agosto a chefia do executivo foi confiada a San Martín, revestido de amplos poderes. Contudo, desde o início seu governo seria marcado por uma crescente impopularidade e pela dificuldade em oferecer uma alternativa ao consenso político que ruíra com o fim do governo espanhol no Peru. Em seus primeiros dias, enquanto no interior prosseguiam focos de guerrilhas, implantaria reformas que, além de mudanças na administração eclesiástica – o que mexia com pontos já bastante sensíveis no contexto das revoluções hipano-americanas -, previam alterações de monta nas estruturas laborais: uma lei de ventre livre (promulgada em 12 de agosto) e a concessão aos escravos de obterem sua liberdade desde o momento em que ingressassem nos corpos militares, a abolição dos tributos (27 de agosto) e de quaisquer formas de exploração servil do trabalho indígena (28 de agosto de 1821) colidiam com os interesses sobretudo dos grandes proprietários da costa peruana. Pouco depois, San Martín decretaria a também impopular expulsão dos espanhóis peninsulares não-casados e o confisco de suas propriedades. Por fim, em busca da implementação gradual de uma monarquia, San Martín entabulou negociações para a coroação no Peru de um príncipe europeu, em troca da qual esperava obter o reconhecimento europeu da independência, bem como um empréstimo financeiro que aliviasse as exauridas finanças peruanas, devastadas com a própria guerra de independência; na mesma linha, criaria uma nova ordem aristocrática peruana, fundando, em outubro de 1821, a "Orden del Sol", que previa aos seus membros mais graduados uma remuneração típica de uma nobreza, o que tampouco agradaria àqueles que passaram a ver na revolução uma possibilidade de mudanças de monta nas estruturas sociais. E assim no Peru, a exemplo do México, a monarquia ia sendo testada no profundamente instável ambiente político hispano-americano pós-independência.[819]

A ruína do poder espanhol no Peru, que abrira um caminho relativamente fácil ao triunfo da revolução naquele que tinha sido o grande bastião do realismo bourbônico na América, se deveu aos esforços concentrados e articulados de exércitos provenientes do Chile e Rio da Prata, pelo sul, mas igualmente à pressão dos sucessos da Venezuela e

[819] John LYNCH – *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. 8ª.ed. ampliada. Barcelona, Ariel, 2001, p.171-181.D. BUSHNELL, A independência da América do Sul espanhola, cit., p. 158 e p.163-164.

Nova Granada que, conforme vimos, no limiar da nova década também se mostravam claramente favoráveis à revolução. A conquista de Santa Fé, capital de Nova Granada, rendera a Bolívar a instalação de uma base sólida de planejamento e organização da expansão da luta ao sul, em direção a Quito – e conseqüentemente ao Peru - e a leste, em direção à Venezuela, que permanecia realista em regiões ainda cruciais, incluindo Caracas. O problema é que a criação da Colômbia, proclamada pelo congresso de Angostura em dezembro de 1819, se fazia antes da conquista real de todos os territórios que dela deveriam fazer parte. Sua fórmula de legitimização da criação do novo corpo político repetia a anteriormente utilizada pela Junta de Buenos Aires de 1810: ao pretender definir os limites do território sobre o qual aqueles governos exerceriam jurisdição como sendo o de antigas divisões administrativas espanholas, os revolucionários americanos pretendiam preservar fluxos e práticas internos longamente maturados, e que terminavam por identificar populações com territórios. Assim, quando em 1819 Bolívar se colocou à frente da fundação da nova República, ele próprio apregoou a adoção, em toda a América espanhola, de um critério de definição territorial baseado num *uti possidetis juris* de 1810, com a Colômbia englobando também Venezuela e Quito, territórios ainda não conquistados por suas forças (o Panamá proclamaria sua independência em 28 de novembro de 1821). A Bolívar restava, pois, conquistar *de fato* o que ainda permanecia realista: Venezuela e Quito.[820]

Quando a equilibrada contenda entre as forças de Bolívar e Morillo impôs a necessidade de um armistício, firmado pessoalmente pelos dois chefes em Santa Ana a 27 de novembro de 1820, o governo espanhol do qual o segundo era representante se viu na contingência de, involuntariamente, reconhecer a independência do governo da Colômbia, e ainda que ele durasse poucos meses, o declínio do poder metropolitano era irreversível. Em 28 de janeiro do ano seguinte, a ainda realista Maracaibo se rebelou, dando a Bolívar folêgo para a retomada da guerra, agora levada a cabo contra o sucessor de Morillo, Miguel de la Torre. A vitória de Carabobo – na qual tomou parte, nas fileiras bolivarianas, o português José Inácio de Abreu e Lima – alcançada em 24 de junho de 1821 abriu o caminho para a conquista revolucionária de Caracas (em 29 de junho) e, embora alguns pontos isolados resistissem até o mês de novembro, praticamente selou a definitiva derrota realista na Venezuela.

---

[820] Ron L. SECKINGER - *The Brazilian Monarchy and the South American Republics 1822-1831:* Diplomacy and State Building. Baton Rouge & London, Louisiana State University Press, 1984, p.58; BUSHNELL, A independência da América do Sul espanhola, cit., p.168-169.

Reiterando a fórmula já tradicional de oficialização do rompimento político com a metrópole, o congresso que entre 6 de maio de 14 de outubro esteve reunido em Cúcuta, próximo à fronteira com a Venezuela, promulgou uma Constituição (em 12 de julho de 1821), sendo Bolívar confirmado na presidência da Colômbia, em 1°. de outubro, mas desde agosto ele se encontrava novamente em Santa Fé, de onde organizaria a investida contra Quito – para onde Bolívar despachou José Antonio de Sucre – e Peru.[821]

Talvez pelo fato de o Rio da Prata ser, no começo da década de 1820, a porção da América espanhola onde a possibilidade de restauração realista parecia mais distante é que as notícias e boatos de ser ela o destino da grande armada que se preparava em Cádiz serem fortes. No entanto – e esse é um distintivo notável do desenvolvimento da independência do Prata no contexto ibero-americano -, o afastamento em relação à ordem monárquica se fazia à medida que o projeto de centralização das antigas províncias do vice-reino, que sustentara a declaração de independência em 1816 e a promulgação da Constituição em 1819, também ruía. Desde fevereiro de 1819 as forças de Buenos Aires tombaram perante as conjugadas de Santa Fé e Entre Ríos, o movimento de recusa da Constituição por parte das províncias que a consideravam excessivamente centralizadora se acentuaria, de modo que até o final de 1821 haviam sido formadas sete repúblicas independentes, com Constituições próprias: Buenos Aires, Santa Fé, Entre Ríos (reunindo ainda Corrientes e Misiones), Tucumán (com mais Santiago del Estero e Catamarca), Córdoba (unida a La Rioja), Cuyo (agrupando Mendoza, San Juan e San Luis) e Salta (unida a Jujuy). A partir destas, outras separações ainda se verificariam, e até 1822 as três províncias de Cuyo se tornariam independentes, La Rioja se separaria de Córdoba, Corrientes de Entre Ríos, e Santiago del Estero e Catamarca de Tucumán. O ano de 1820 assinala, portanto, o fracasso da primeira década de centralização revolucionária do poder de Buenos Aires, a partir do qual o Diretório, chefiado agora por Rondeau, emprenderá nova e árdua tentativa no mesmo sentido.[822]

---

[821] LYNCH – *Las revoluciones hispanoamericanas...*, cit., p.213-214 e p.241-242; D. BUSHNELL, A independência da América do Sul espanhola, cit., p.168-170.

[822] Para uma análise desse processo: José Carlos CHIARAMONTE – *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires, Ariel, 1997. Também Noemí GOLDMAN. Crisis imperial, Revolución y guerra (1806-1820). In: *Nueva historia argentina tomo III:* revolución, república, confederación (1806-1852). Buenos Aires, Sudamericana, 1998, p.57 e segs. Uma boa análise da reconfiguração das relações de poder político operada em duas províncias platinas pela cisão de 1820 é: Noemí GOLDMAN & Sonia TEDESCHI. Los tejidos formales del poder. Caudillos en el interior y el

"Os sucessos da América Espanhola são, depois dos de Portugal, os que mais importam ao Brasil; e por isso teremos sempre cuidado em os mencionar", afirmava o *Correio Brasiliense* em março de 1821.[823] Mesmo após a liberdade de imprensa, é por suas páginas que continuariam a adentrar no mundo luso as mais detalhadas informações e as mais incisivas análises acerca do que se passava com a América espanhola. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, pelo contrário, guardaria um silêncio quase absoluto acerca dos acontecimentos de 1820 e 1821, escudada pela eclosão da revolução constitucionalista do Porto que, a deprender da *Gazeta*, não possuiria qualquer relação sequer distante com o que ocorria no império espanhol. Mesmo assim, a despeito dessa postura, o universo político luso-americano tomaria conhecimento da irremediável independência da América espanhola, definida entre 1820 e 1821.

Em março de 1820, a *Gazeta* publicou um extrato de uma nota do governo espanhol ao britânico sobre a possibilidade de mediação deste na contenda entre aquele e suas colônias, na qual se lia que "era indubitável que o estado da *América* exigia as medidas mais enérgicas, mas que ao mesmo tempo o Governo *Espanhol* necessitava adotar um sistema menos ofensivo das idéias novas, e do espírito iluminado do século, para não tornar gerais as insurreições, que até aqui têm rebentado independentemente umas das outras".[824] Mais de um ano depois, a *Gazeta* traria alguma outra palavra sobre a América espanhola, noticiando o armistício entre Bolívar e Morillo que, segundo ela, teria por "base o restabelecimento da paz".[825] Transcorridos mais de sete meses, a *Gazeta* voltaria à América, finalmente noticiando acontecimentos do Peru, quando há algum tempo e por outras fontes já se conhecia no Rio de Janeiro a conquista de Lima e a proclamação de independência.[826] E só. De resto, a *Gazeta* continuaria a noticiar os (bons) sucessos das armas portuguesas contra Artigas.[827]

---

litoral rioplatenses. In: N. GOLDMAN & R. SALVATORE - *Caudillismos rioplatenses*: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires, Eudeba, 1998, p.135-157.

[823] *CB* v. XXVI, n.154, 03/1821.

[824] *Gazeta do Rio de Janeiro* (doravante *GRJ*) n.18, 01/03/1820. A nota é de 27/10/1819.

[825] No mesmo número em que tratou do retorno de D. João a Lisboa: *GRJ* n.34, 28/04/1821.

[826] Num mesmo número, a *Gazeta* publicou um ofício de O'Higgins sobre a entrada de San Martín em Lima (Santiago, 16/08/1821); um ofício de San Martín ao Ayuntamiento de Lima (14/07/1821) e a resposta do mesmo (14/07/1821); um extrato da *Gazeta do Governo de Lima* (18/07/1821) e uma ata do cabildo de Lima (15/07/1821): *GRJ* n.115, 24/11/1821.

[827] A *GRJ* extra n.02, 29/02/1820 é inteira dedicada às guerras contra Artigas. Noutra ocasião, publicou um extrato de um ofício no qual se lia: "os felizes resultados, que se seguiram à derrota, que sofreu *Artigas* da Batalha de *Taquarembó*; aquele golpe de mão desorganizou inteiramente os planos formados na ultima desesperação, em que se achava aquele rebelde, por motivo de encontrar sempre obstadas as tentativas por um punhado de fiéis *Portugueses*, que neste período, mais que nunca, têm sustentado a

Mas em março de 1821 a conquista do Chile e a eminência da tomada do Peru eram tratadas corriqueiramente nos meios diplomáticos. O representante de Madri no Rio de Janeiro, conde de Casa Flores, teria se queixado pessoalmente ao ministro de Negócios Estrangeiros e Guerra, Silvestre Pinheiro Ferreira,[828] acerca da política da portuguesa em relação a Montevidéu. Em nota dirigida ao governo espanhol, transcreve o argumento utilizado de que, se não fosse essa política, "se habrian precavido males incalculables, pues que Buenos Aires estaria tranqüilo y unido á la madre Patria, no habria tenido efecto la invasión y pérdida de Chile, y el Perú libre de los ataques que está sufriendo en el dia".[829]

A correspondência do representante diplomático austríaco no Rio de Janeiro, o barão Wenzel de Marschall, entabulada com o príncipe Metternich, fornece um seguro testemunho da intensidade com que, no ano de 1821, as notícias - sobretudo do Rio da Prata, Chile e Peru – chegavam à Corte.[830] Bastante interessado no que pela mesma época ocorria no Brasil e suas possíveis relações ou similitudes com o que se observava na vizinhança continental, Marschall se revela um genuíno representante da política legitimista da Santa Aliança, desgostoso com as alterações políticas que implicassem inovações nos tradicionais padrões do absolutismo, tanto na Europa quanto na América. Assim, procuraria transmitir a seu superior tudo o que se passava e tudo o que era sabido no centro do Reino Unido, recém-abalado pela Revolução do Porto que, como vimos, era muito mal concebida pelas potências reacionárias européias.

Em junho de 1821 aportou no Rio de Janeiro uma fragata inglesa proveniente de Valparaíso, encontrando-se a bordo tanto a esposa de Cochrane quanto a esposa e outros familiares do vice-rei deposto do Peru, Pezuela, que já se encontrava no Rio de Janeiro. Por seus tripulantes, a Corte ficou sabendo que o almirante britânico continuava sitiando Callao, que San Martín procurava se fortificar em Huaro, e que se encontrariam

---

justa causa, que os impele a grandes empresas." (*GRJ* n.27, 01/04/1820). Também a *GRJ* n.95, 25/11/1820.

[828] Desde fevereiro de 1821 compunham o ministério de D. João, além de Ferreira, Ignácio da Costa Quintela (Reino), Joaquim José Monteiro Torres (Marinha) e D. Diogo de Meneses, conde da Louzã (presidência do Erário).

[829] Ofício de Casa Flores ao governo espanhol, Rio de Janeiro, 08/03/1821. *Documentos para a História da Independência* (doravante *DHI*). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1923, p.345-346.

[830] Marschall serviu no Rio de Janeiro por dez anos, de 1821 a 1831. Sua correpondência com o príncipe de Metternich se encontra no arquivo do Ministério de Estrangeiros da Áustria, em Viena, e foi resumida, com vários trechos originais transcritos, por Jerônimo de A. Figueira de MELLO. A correspondência do barão Wenzel de Marschall (agente diplomático da Áustria no Brasil de 1821 a 1831). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 77, parte 1ª, p.165-244; e 80, parte 2ª, p.5-148. As citações deste capítulo se referem todas à parte 1ª., e todas as comunicações são provenientes do Rio de Janeiro.

próximos do Rio de Janeiro corsários que teriam apresado um navio a bordo do qual se encontravam outros elementos realistas que abandonavam o Peru em direção à Espanha.[831] Pouco depois, chegava à Corte o brigue de guerra espanhol *Maipu* que, ao transportar em direção a Cádiz o marquês de Valombroso e o coronel Antonio Sevara, encarregados pelo governo do Peru de comunicar a situação do vice-reino ao rei da Espanha, fora abordado por salteadores que roubaram sua carga; os dois mencionados representantes teriam sido presos e colocados a bordo de um navio negreiro que também rumava para o Rio de Janeiro.[832] E assim as notícias iam chegando à Corte e a Marschall, por tripulantes de navios, emigrados, cartas particulares e jornais: San Martín se encontrava em Huaro às voltas com epidemias que estariam dizimando seu exército, e Cochrane tomara Arica, com o que talvez abrisse comunicações com Potosí, onde era sabido não haver nenhum contingente militar realista. Conhecidas eram igualmente as desavenças entre os dois principais chefes da conquista do Peru, sendo que o mercenário britânico ignoraria as orientações que recebera no Chile e atacaria todo navio estrangeiro que cruzasse o seu caminho. No Rio da Prata o governo de Buenos Aires se encontrava estável, mas na campanha "la anarchie et la désolation est à son comble".[833]

As primeiras notícias da emancipação do Peru aportaram no Rio de Janeiro em meados de setembro, com Lima conquistada menos pelo emprego direto das armas do que pela carestia e fome; supunha-se, então, que o Peru formaria um estado independente do Chile.[834] Assim, opinava Marschall que "les Cortes d'Espagne ont par leur impéritie donné lieu à la révolte des colonies, ils l'ont également donné à la chute de Lima, puisque c'est depuis leur rétablissement en 1820 que l'Espagne n'a plus envoyé une barque dans la mer du Sud, quelques vaisseaux eussent suffis". Desse modo, "on peut juger à l'attention qu'ils ont voué à un objet aussi urgent et d'un interet aussi majeur ce que le Portugal avec la même forme de Gouvernment fera à son tour pour le Brésil".[835] Pouco depois, não obstante cartas de Buenos Aires desmentirem a bombástica notícia, Marschall observava que o que até aquele momento eram boatos revelavam-se suficientes para causar verdadeiro furor na Corte, onde fora preso um

[831] Ofício de Marschall a Metternich, 27/06/1821 (MELLO, cit., p.193).
[832] Ofício de Marschall a Metternich, 12/07/1821 (MELLO, cit., p.194-195).
[833] Ofício de Marschall a Metternich, 22/07/1821(MELLO, cit., p.205-206). Pouco depois Marschall informaria que Ramirez, governador de Entre Ríos, fora decapitado, com sua cabeça exposta numa gaiola e suspensa numa igreja de Santa Fé (ofício de 27/08/1821. MELLO, cit., p.215).
[834] Ofício de Marschall a Metternich, 01/10/1821 (MELLO, cit., p.217).
[835] Outro ofício de 01/10/1821 (MELLO, cit., p.221-222).

inglês que espalhara a nova.[836] Em 8 de outubro de 1821 aportou um barco inglês proveniente de Guaiaquil, cujos quatorze passageiros - dentre os quais novamente algumas autoridades vice-reinais espanholas – também traziam notícias recentes do Peru. Segundo seu testemunho, relatado às autoridades espanholas por Casa Flores, teriam partido em 29 de julho – vinte dias, portanto, após a entrada de San Martín em Lima - e realizado a viagem até o Rio de Janeiro sem tocar em porto algum; afirmavam que, não obstante deserções das fileiras de San Martín engrossarem os realistas em Cuenca, que junto com Quito permanecia "tranqüila", e de Callao estar bem guarnecida, em Guaiaquil fora dado a conhecer a proclamação de despedida do vice-rei La Serna, em que admitia a derrota realista no Peru.[837] Nova notícia do mesmo acontecido viria, desta vez com ares de confirmação, a bordo de outro brigue de guerra inglês, o *Bever*, que chegou ao Rio de Janeiro no dia 7 de novembro, proveniente de Montevidéu; trazia também informações de que Callao continuava resistente, de que realistas e revolucionários assinaram um armistício no Alto Peru, que Artigas se exilara no Paraguai, que Carrera fora preso e decapitado em Mendoza e que tanto ele como o também decapitado ex-governador de Entre Ríos, Ramírez, "étaient à la solde des Portugais".[838] Poucos dias depois, Marschall saberia da retirada do vice-rei La Serna para o interior; de dificuldades nas campanhas de San Martín e Cochrane;[839] da tomada de Callao e dos preparativos de Pezuela, Casa Flores e de toda a sua comitiva para deixar o Rio de Janeiro e retornar à Espanha.[840]

Desde outubro pelo menos - quando foi preso o inglês que, para preocupação das autoridades da Corte, "espalhava" a notícia - a tomada de Lima era publicamente conhecida no Rio de Janeiro, mas ela seria confirmada e espalhada sobretudo a partir de novembro e dezembro, quando a *Gazeta do Rio de Janeiro* estamparia documentos a respeito e outro importante jornal da época, a *Malagueta*, conceberia, em voz alta, que a queda do Peru realista trazia fortes motivos de preocupação em relação ao próprio estado do Brasil:

> "Se o estado atual do espírito público de algumas importantes Capitanias do Brasil; Se o alvoroço em que se viu a Província de Pernambuco; Se a recente

[836] Ofício de Marschall a Metternich, 24/10/1821 (MELLO, cit., p.224).
[837] Ofício do conde de Casa Flores a Eusebio de Bardaji y Azara, Rio de Janeiro, 09/10/1821. *DHI* p.358.
[838] Ofício de Marschall a Metternich, 16/11/1821 (MELLO, cit., p.233).
[839] Ofício de Marschall a Metternich, 22/11/1821 (MELLO, cit., p.239).
[840] Ofício de Marschall a Metternich, 16/12/1821 (MELLO, cit., p.239).

tomada da Cidade de Lima; Se vinte mil considerações não são suficientes títulos para nos mover à investigação das coisas que nos esperam, e a levar respeitosamente ao Soberano Congresso o perfeito conhecimento do nosso atual dilema; então terei de depor a pena".[841]

As preocupações com o Brasil continuariam a ser o principal motivo do interesse do *Correio Brasiliense* para com a América espanhola. Como sempre, o *Correio* ofereceria ampla informação de seus acontecimentos, a começar pelo movimento constitucionalista peninsular que, na sua correta percepção, sepultava de vez as pretensões metropolitanas de reaver seus antigos domínios por meio de força militar.[842] Ao mesmo tempo, queixava-se da sempre criticada estratégia do silêncio adotada no periodismo oficial, desta vez tendo como alvo a *Gazeta de Lisboa*, na qual não se lia "uma só palavra sobre os importantíssimos acontecimentos, que se estão passando na Espanha", preferindo publicar "notícias da Turquia, ou do que passa no seralho do Sophi da Pérsia". Procedimento no seu entender tanto mais nefasto quanto "são hoje em dia as gazetas os registros diários, em que se lançam as memórias do que vai acontecendo, e que servem ao depois para os fundamentos da história. De que utilidade, pois, é uma gazeta em Lisboa, aonde o historiador não achará a menor lembrança do que se está passando entre seus vizinhos, em matérias de importância tão transcendente?". [843]

O curso independentista do México foi acompanhado pelo *Correio*, a despeito das dificuldades de que se queixava de receber notícias daquela parte da América; mesmo assim, em janeiro de 1820, podia afirmar que "fica claro, que o México está bem longe de gozar daquele estado pacífico, que os Espanhóis representam": informações chegavam de guerrilhas por muitas partes, bem como da instauração de um governo

[841] *Malagueta* n.02, 12/1821.
[842] A partir do *CB* v.XXIV, n.141, 02/1820. A notícia de que a expedição contra a América estaria enterrada de vez no *CB* v.XXIV, n.144, 05/1820.
[843] *CB* v.XXIV, n.144, 05/1820. Preocupado com a dimensão historiográfica do trabalho do jornalista, Hipólito da Costa continuaria destacando a publicação na Inglaterra de obras inclusive sobre as revoluções da América espanhola, como a *Backenridge Voyage to South America* (*CB* v.XXIV, n.140, 01/1820) e a *Robinson's Mexican Revolution* (*CB* v.XXVII, n.160, 09/1821). Noutra ocasião, publicou uma tradução de um texto francês: *As províncias de La Plata, erigidas em Monraquia. Considerações políticas pelo C. de S. Paris, 1820.* Seu autor propunha uma monarquia para o Prata na qual seria coroado o infante D. Sebastião, neto materno de D. João e sobrinho paterno de Fernando VII (*CB* v.XXIV, n.141, 02/1820).

revolucionário em Michoacán que contaria com 12 mil homens armados.[844] Pouco depois, publicaria as instruções dos representantes mexicanos às novas Cortes da Espanha, bem como a notícia de que se cogitava a abertura oficial dos portos de Nova Espanha ao comércio internacional[845]. A primeira menção a Iturbide viria no número de junho de 1820, segundo o qual "parece que arrebentou no México uma insurreição organizada contra o Governo, e tendo por cabeça um certo Iturbide. O primeiro assalto dos insurgentes foi contra uma partida de tropas realistas, que escoltava do México para Vera Cruz dois milhões de pesos duros".[846] A partir daí, praticamente tudo o que foi dito sobre o México encaminharia gradualmente o leitor a se acostumar com a idéia de uma independência que era uma questão apenas de tempo. "No México não vão as coisas melhor para os Espanhóis, do que aparecem em Lima", escrevia o *Correio* em agosto. Iturbide contaria com 4 mil homens em Salvaterra e em "miserável estado [...] se acha a autoridade dos Espanhóis, mesmo no México, que é a única de suas colônias da América, aonde parecia não haver insurreição".[847] Noticiaria que Vera Cruz e a capital estariam tomando fortes medidas militares preventivas;[848] que os insurgentes chefiados dentre outros por Iturbide e Antonio Lopez Santa-Ana tinham bloqueado Vera Cruz; que, com o "mau estado das coisas dos Espanhóis no México [tendo] já causado na ilha de Cuba grande impressão", começava a "duvidar-se da possibilidade de continuar aquela ilha dependente da Espanha".[849] Publicaria, por fim, o Plano de Iguala e o tratado de Córdoba[850], noticiando ainda, por um extrato do *Noticioso General* mexicano, a entrada de Iturbide na capital, a inauguração da Junta Provisória de Governo e do Conselho de Regência, e a escolha de Iturbide presidente.[851]

Com maior profusão de detalhes e com mais vasta publicação de documentos,[852] o *Correio* também informaria seus leitores dos sucessos da revolução na Venezuela e

---

[844] *CB* v.XXIV, n.140, 01/1820.
[845] *CB* v.XXIV, n.143, 04/1820.
[846] *CB* v.XXVI, n.156, 06/1821.
[847] *CB* v.XXVII, n.159, 08/1821.
[848] *CB* v.XXVII, n.160, 09/1821.
[849] *CB* v.XXVII, n.161, 10/1821.
[850] *CB* v.XXVII, n.162, 11/1821. No mesmo número e no seguinte, traria um "Jornal da Expedição do General Mina ao México".
[851] *CB* v.XXVII, n.163, 12/1821.
[852] Decreto do governo da Venezuela sobre o pagamento da dívida pública (Guayana, 02/09/1819) (*CB* v.XXIV, n.140, 01/1820). Decreto do governo da Venezuela pondo as tropas auxiliares em igualdade com as do país (Guayana, 11/10/1819); decreto do governo da Venezuela sobre a venda da cachaça, sal e tabaco (Angostura, 09/10/1819); proclamação de Bolívar aos habitantes de Nova Granada (Santa Fé, 08/09/1819); decreto de nomeação de Santander vice-presidente de Nova Granada; carta de Morillo ao secretário de Estado da Espanha (Valencia, 13/09/1819); participação do general Páez (Achaguas,

em Nova Granada. Em fevereiro de 1820, oferecia um balanço dos contingentes militares de Bolívar (6 mil homens), Páez (2 mil) e Marino (4 mil), noticiando as conquistas revolucionárias de Pamplona, Popayan, Llano Grande, Candelaria, Santa Ana, Antioquia, Medelín e La Plata, enquanto Bolívar se preparava para marchar a Quito. De tudo isso, via-se que "a capital e a maior parte do Reino de Nova Granada estão já pelos Independentes".[853] Em maio, afirmaria que, ao que parecia, Bolívar tinha abandonado o plano de atacar Morillo, seguindo com 1.500 homens para Nova Granada, possivelmente destinados a combater La Torre em Cúcuta ou reforçar Santander em Popayán;[854] em junho constataria o equilíbrio entre os movimentos dos realistas e dos revolucionários, noticiaria a chegada a Londres de Francisco Zea, ministro plenipotenciário da República da Colômbia;[855] em setembro, Cartagena era tida como o único ponto realista de toda Nova Granada.[856] Como o *Correio* noticiasse que os revolucionários já se encontravam de posse de Buena Ventura, Santa Fé, Popayán, e agora marchavam rumo a Quito e Guaiaquil; que em Londres o representante da Colômbia estaria conseguindo angariar boa quantidade de armamentos;[857] que cartas particulares e o *Correo del Orinoco* asseverassem o declínio do poder realista[858] e que fosse seguro que Guaiaquil declarara sua independência, a idéia de estagnação dos combates que poderia ser concebida quando da notícia do armistício entre Bolívar e Morillo – subentendida, por exemplo, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, conforme vimos acima -, não encantaria o seu editor, muito consciente de que o curso independentista da América era irreversível. "Não vemos razão de esperar", afirmava em fevereiro de 1821, "que deste armistício se siga diretamente a paz. Os inumeráveis exemplos de perfídia, com que se tem violado as capitulações feitas com os insurgentes, pouca esperança dão de que este armistício, ditado pela necessidade, seja executado de boa fé;

20/10/1819); ofício de Bolívar ao general realista Samano (Santa Fé, 09/09/1819) (*CB* v.XXIV, n.141, 02/1820). Lei fundamental da República da Colômbia dada pelo congresso de Angostura em 17/12/1819 (*CB* v.XXIV, n.142, 03/1820). Carta de Morillo ao congresso da Colômbia (Caracas, 17/06/1820) e resposta do mesmo (Nova Guayana, 13/07/1820); ofício do governador de Cartagena a Bolívar (Cartagena, 20/07/1820); extrato de uma carta do almirante revolucionário Brion (Barranquilha, 08/07/1820) (*CB* v.XXV, n.148, 09/1820). Carta de Morillo ao general revolucionário Montillo (Caracas, 17/06/1820) e resposta do mesmo (Barranquilha, 28/07/1820) (*CB* v.XXV, n.150, 11/1820). Boletim do governo de Cundinamarca (Cáli, 08/11/1820) e proclamação do coronel Reyes Vargas, passando do lado realista para o da República da Colômbia (Carora, 21/10/1820) (*CB* v.XXVI, n.153, 02/1821). Proclamação de Bolívar aos soldados da Colômbia (Varinas, 07/12/1820) (*CB* v.XXVI, n.155, 04/1821).

[853] *CB* v.XXIV, n.141, 02/1820.

[854] *CB* v.XXIV, n.144, 05/1820.

[855] *CB* v.XXIV, n.145, 06/1820.

[856] *CB* v.XXV, n.148, 09/1820.

[857] *CB* v.XXV, n.150, 11/1820.

[858] *CB* v.XXV, n.151, 12/1820.

mas se o for, então talvez ainda se renove o seu período de seis meses, e no entanto terão os Espanhóis tempo e oportunidade de conhecer quão impossível é, que a Espanha torne a ser senhora absoluta daquelas províncias: então, e só então, é que poderão os Espanhóis pensar em uma paz; fundada no reconhecimento da independência das suas ex-colônias". [859]

As primeiras informações de que Bolívar e os revolucionários teriam rompido o armistício, ocupado Maracaibo e avançado sobre Cumaná, bem como as notícias de proclamações de independência em Cuenta (Nova Granada) e, perto de Quito, em Ambato, Riobomba, Quaronda e Tocunga, permitiam ao *Correio* conceber, em maio de 1821, que "a verdade é que o espírito de independência se tem espalhado por toda a América Meridional; e aparece, logo que há ocasião favorável".[860] Desde então acompanharia o reinício da guerra, com o primeiro e efêmero abandono realista de Caracas; [861] a sua conquista definitiva pelos revolucionários, com a tomada também de La Guayra e a concentração dos realistas em Puerto Cabello, que restava como a única posição na Venezuela; o sítio de Cartagena, a única em Nova Granada[862] e a batalha de Carabobo, com triunfo completo dos revolucionários. "Depois dessa vitória", que segundo o *Correio* "parece ter decidido a sorte de Colômbia, duas a três mil pessoas, Espanhóis e seus partidistas, se embarcaram para Curaçao e outras ilhas, abandonando o país".[863] Depois disso, o *Correio* ainda daria conta da oficialização de Caracas como capital da República da Colômbia,[864] da união a ela de Guaiaquil e de Cartagena e dos preparativos de Bolívar para a conquista do Panamá, lograda a qual "vem o Brasil a ficar em contato com a República de Colômbia pela demarcação do Governo do Rio Negro".[865]

Igual ênfase foi dada aos acontecimentos que definiram a independência do Peru, parte dos quais o *Correio Brasiliense* noticiou com base nas informações por ele recebidas do Rio de Janeiro. Em fevereiro deu as informações, levadas à Corte em 20 de

[859] *CB* v.XXVI, n.153, 02/1821. O armistício foi publicado nesse mesmo número. Também *CB* v.XXVI, n.154, 03/1821.
[860] *CB* v.XXVI, n.156, 05/1821. Por isso os boatos vindos de Madri, de que Bolívar propusera à Espanha a sujeição ao poder metropolitano de Caracas com Bolívar à testa de seu governo, e em troca a Espanha reconheceria a independência de Nova Granada, não podiam ser tidos como verossímeis. Em outra ocasião, já publicara uma carta de Bolívar a La Torre oficializando o fim do armistício (Trujillo, 10/03/1821), resposta do mesmo (Caracas 21/03/1821): *CB* v.XXVI, n.157, 07/1821.
[861] *CB* v.XXVII, n.158, 07/1821.
[862] *CB* v.XXVII, n.159, 08/1821.
[863] *CB* v.XXVII, n.160, 09/1821.
[864] *CB* v.XXVII, n.162, 11/1821.
[865] *CB* v.XXVII, n.163, 12/1821.

novembro de 1819 pela chalupa de guerra *Icarus*, proveniente de Valparaíso: Cochrane se preparava para investir contra Callao.[866] Seus malogros naquela fortaleza,[867] suas investidas contra Guaiaquil e preparativos contra o reduto realista de Chiloé,[868] ao qual não eram estranhos os descontentamentos com os impostos instituídos pelo governo de O'Higgins, foram todos noticiados, bem como a reorganização das forças de San Martín em Rancagua,[869] onde arregimentara 6 mil homens próximos a combater os realistas que estariam, segundo cartas do Chile que chegaram a Londres, "na mais crítica situação, divididos entre si mesmos, e prontos a dilacerar-se, se não fora o medo dos patriotas e de uma imensa população de negros, que vigia o momento de quebrar as cadeias de sua escravidão".[870] A partida da nova armada de San Martín foi aventada pelo *Correio* em novembro, confirmada em dezembro: deixara Valparaíso com 4 mil homens no mesmo dia em que O'Higgins decretou o bloqueio dos portos do Peru.[871] A notícia do desembarque de Cochrane em Pisco foi dada a partir da informação levada ao Rio de Janeiro pelo navio *Columbia*, proveniente de Lima,[872] e os sucessos subseqüentes de sua campanha e da de San Martín em várias ocasiões[873], até que o *Correio* pudesse asseverar o declínio irremediável da ordem realista no Peru, com a publicação de um armistício proposto a San Martín pelo vice-rei La Serna.[874] Com a conquista de Lima, acontecimento que "noticiado ao mesmo tempo em que a revolução do México, põe fim à guerra dos Espanhóis na América", seu editor sentenciaria: "assim terminou de todo a

---

[866] *CB* v.XXIV, n.141, 02/1820.
[867] *CB* v.XXIV, n.143, 04/1820, com a publicação de um ofício de Cochrane a o ministro da Guerra do Chile (Callao, 06/10/1819).
[868] Uma de suas expedições contra Callao mereceu uma narrativa publicada, junto com notícias de que San Martín teria retornado ao Chile, pois os maus sucessos de Cochrane "faria[m] temer no Chile semelhantes descontentamentos no povo"; no Peru Pezuela teria até feito encenar uma farsa no teatro de Lima intitulada "A Expedição de Cochrane". Segundo notícias do Rio de Janeiro, Cochrane teria entrado no porto de Guaiaquil fazendo grandes presas, e se preparava para investir contra Chiloé (*CB* v.XXIV, n.144, 05/1820).
[869] *CB* v.XXV, n.147, 08/1820.
[870] *CB* v.XXV, n.149, 10/1820.
[871] *CB* v.XXV, n.150, 11/1820; e *CB* v.XXV, n.151, 12/1820.
[872] *CB* v.XXVI, n.152, 01/1821.
[873] Como as notícias não confirmadas da tomada de Callao, com embates entre San Martín e La Serna nas proximidades de Lima (*CB* v.XXVI, n.154, 03/1821); grandes deserções dos realistas, incorporados às fileiras de San Martín; presas significativas de Cochrane, inclusive de um navio proveniente da Índia com escala no Rio de Janeiro (*CB* v.XXVI, n.154, 03/1821); os revolucionários do Peru isolariam por terra e por mar os realistas, levando Pezuela a tentar negociar com San Martín, mas sem sucesso (*CB* v.XXVI, n.156, 06/1821); os realistas se queixavam seguidamente à metrópole da ausência de reforços (*CB* v.XXVII, n.159, 08/1821).
[874] Datado de Punchaneao, 23/05/1821 (*CB* v.XXVII, n.161, 10/1821).

dominação Espanhola nas costas do Mar Pacífico, e ficou selada a independência da América Meridional Espanhola".[875]

Por fim, o *Correio Brasiliense* se conservaria atento aos acontecimentos também do Rio da Prata, sempre os que guardavam mais estreita relação com os interesses de Portugal e do Brasil. Durante o ano de 1820 continuaria a publicar documentos informativos das guerras contra Artigas – por vezes extraídos da *Gazeta do Rio de Janeiro*[876] - e outros relativos ao governo de Buenos Aires, seus conflitos inter-provinciais e convulsões internas.[877] Em maio de 1820, informava sem segurança que "parece que houve pelos fins de Janeiro grande revolução no Governo de Buenos Aires, posto que a concussão dos partidos não produziu efeitos de violência", pois Pueyrredón, mesmo substituído por Rondeau, continuaria a ter grande influência, oferecendo dificuldades ao novo diretor. "O Governo de Buenos Aires acha-se certamente em dificultoso predicamento; por não ter até aqui atendido à formação de um Governo permanente, e à organização de um sistema conexo de política", analisava.[878] Dois meses depois, ofereceria maiores detalhes sobre as turbulências no Diretório, com a deposição de Rondeau por Sarratea, e seu breve retorno ao poder; em Paris, o enviado Valentín Gomez se empenharia em obter das grandes potências o reconhecimento da independência das Províncias do Prata em troca do estabelecimento de uma monarquia.[879] As negociações envolvendo a Espanha não evoluiriam porque "não obstante o estado de anarquia daquelas províncias", as proposições feitas teriam sido todas recusadas, "concordando todos os partidos opostos [do Prata]; no princípio comum de serem independentes".[880]

Pelos meses seguintes, o quadro apresentado da luta do governo de Buenos Aires contra o esfacelamento da débil unidade política construída em torno de sua centralização do poder não mudaria substancialmente. "A anarquia no interior das

[875] *CB* v. XXVII, n.162, 11/1821.
[876] *CB* v.XXIV, n.141, 02/1820; n.142, 03/1820; n.143, 04/1820; n.144, 05/1820; v.XXV, n.146, 07/1820.
[877] Como o tratado entre Buenos Aires, Entre Ríos e Santa Fé (23/02/1820) (*CB* v.XXIV, n.144, 05/1820); o processo movido pelo governo de Buenos Aires contra acusados de "alta traição", dirigido por Sarratea (Buenos Aires, 14/03/1820) e outros documentos a respeito; uma comunicação do enviado a Paris José Valentin Gomez ao secretário de Estado (Paris, 10/06/1819), com outros documentos a respeito; extratos de instruções secretas dadas a Yrigoyen para negociar um tratado de paz com Lecor, dadas em sessão secreta do congresso de Buenos Aires (04/09/1816) (*CB* v.XXV, n.146, 07/1820 e n.147, 08/1820). Cláusulas complementares ao tratado entre o Brasil e Buenos Aires de 26/05/1812 (*CB* v.XXV, n.148, 09/1820).
[878] *CB* v.XXIV, n.144, 05/1820.
[879] *CB* v.XXV, n.146, 07/1820.
[880] *CB* v.XXV, n.148, 09/1820.

províncias de La Plata apresenta um lamentável quadro daquele país. A província de Santiago del Estero está em guerra com Tucumán: a de San Juan é contra Mendoza, &c. e há tempos que está interrompida a comunicação entre Buenos Aires e Chile", afirmava o *Correio* em outubro de 1820;[881] em dezembro, demonstrando clara solidariedade com o governo de Buenos Aires – com o qual, sempre repetia o *Correio*, a Corte portuguesa teria obrigação de se entender - noticiava que "as tropas de Buenos Aires tinham [...] ganhado [...] vantagens sobre os seus aderentes, de maneira que se esperava que a cidade ficaria por algum tempo livre das tentativas daqueles bandos de salteadores, que debaixo do pretexto de suportar a causa do federalismo, tão freqüentemente têm perturbado a pública tranqüilidade";[882] em janeiro do ano seguinte afirmava que "as Províncias do interior clamavam altamente pela convocação do Congresso geral, e talvez a execução desta medida tenda a moderar a violência dos partidos, e a destruir de algum modo a anarquia, que desola aquele país";[883] e, na mesma linha, sentenciava em agosto que "aqueles povos, havendo adquirido a independência, tanto por seu valor e resolução, como pela fraqueza de sua ex-metrópole, não sabiam como dispor da segunda questão, que é formar algum Governo permanente, que substitua o que se aboliu".[884]

E desse modo, antes mesmo que os espaços públicos de discussão política existentes no interior do Reino Unido fossem tremendamente alargados pelos frutos mais imediatos da regulamentação da liberdade de imprensa, o Brasil já sabia que a América espanhola havia se tornado independente.

As Cortes de Lisboa e os governos do Brasil

As Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa deram início aos seus trabalhos em 26 de janeiro de 1821, sem a participação de representantes do Brasil. Afinal, a notícia do movimento e a convocação para as capitanias – agora *províncias* – do Brasil elegerem seus representantes levaria alguns meses para ir e voltar do Brasil. As adesões e as eleições teriam feições variadas de região para região, algumas com a formação de novos governos, outras com o processo levado a cabo pelas

[881] *CB* v.XXV, n,149, 10/1820.
[882] *CB* v.XXV, n.151, 12/1820.
[883] *CB* v.XXVI, n.152, 01/1821.
[884] *CB* v.XXVII, n.159, 08/1821.

autoridades locais já instituídas. Nas capitais, a primeira adesão foi a do Pará, em 1°. de janeiro de 1821; em seguida, Bahia, em 10 de fevereiro, provocando logo a adesão da Corte do Rio de Janeiro, no dia 26; Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Cisplatina (Canelones), em março; Maranhão, Goiás e Rio Grande do Sul, em abril; Rio Grande do Norte e Piauí, em maio; Alagoas, em junho; Espírito Santo e Mato Grosso, em julho; Ceará, em novembro; e a Paraíba, somente em fevereiro do ano seguinte.[885] A primeira bancada proveniente do Brasil a integrar as Cortes foi a de Pernambuco, em 29 de agosto de 1821, seguida pelas do Rio de Janeiro, Maranhão, Bahia e São Paulo, esta somente em 11 de fevereiro de 1822. Os de Minas Gerais, assim como o único representante eleito pela Cisplatina, Lucas José Obes, não chegaram a tomar assento.

Dos debates e embates envolvendo representantes de províncias do Brasil e de Portugal surgiriam posições muito heterogêneas; não se pode apontar, dentre os representantes de uma ou outra parte, grandes linhas de atuação comum ou programas unificados, coerência em falas e atitudes.[886] No entanto, ainda que os deputados "do Brasil" não fossem representantes em bloco "do Brasil", tampouco os "de Portugal", o desenvolvimento dos trabalhos das Cortes mostrariam importantes definições que, em certa medida, cristalizaram uma idéia de operacionalidade daquela divisão; surgida antes no plano da retórica do que em qualquer esfera programática, essa idéia seria moldada pelas circunstâncias vividas pelo Reino Unido e, dentro delas, pela posição específica ocupada pelo Brasil. Não se trata de pretender, como muito já o fizeram, que daquilo que era considerado por muitos homens da época como uma "inversão de papéis" ocasionada pela transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808 – com o

---

[885] M. BERBEL – *A nação como artefato*, cit., p.57-65; Arthur C. F. REIS, O Grão Pará e o Maranhão. In: Sérgio Buarque de HOLANDA (dir.) – *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1972 (t.II, v.II, "Dispersão e unidade"), p.142; do mesmo autor, O Espírito Santo. In: Idem, p.355; e ainda O processo de independência no Norte. In: Carlos G. MOTA (org.) - *1822:* dimensões. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.197; Wanderley PINHO. A Bahia, 1808-1856. In: *História geral da civilização brasileira*, cit., p.244-245; Emília V. da COSTA, José Bonifácio: homem e mito. In: MOTA - (org.) – *Op.cit.*, p.118-119; Helga PICCOLO, O processo de independência no Rio Grande do Sul. In: Idem, p.362; Sérgio Paulo MOREYRA. O processo de independência em Goiás. In: Idem, p.257-258; Francisco IGLÉSIAS Minas Gerais. In: HOLANDA (dir.) – *Op.cit.*, p.383. Não encontrei a data de adesão do Rio Negro, que mandou representante a Lisboa.

[886] Talvez a única exceção, dentre as bancadas do Brasil, seja a de São Paulo. Augustin WERNET. O processo de independência em São Paulo. In: C. G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*, cit., p.348; M. BERBEL – *A nação como artefato...*, cit., cap. 4. O documento paradigmático dessa coesão são as instruções para os representantes da província junto às Cortes, de autoria de um até então pouco conhecido membro do governo provisório de São Paulo: José Bonifácio de Andrada e Silva. Dentre os deputados se encontraria seu irmão, Antonio Carlos. Sobre a atuação de ambos: Miriam DOLHNIKOFF – *Construindo o Brasil:* unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites (1820-1842). São Paulo, FFLCH-USP, 2000 (tese de doutorado).

Brasil tornando-se "metrópole" ou "centro", e Portugal, "colônia" – se possa falar seriamente de propósitos "recolonizadores" das Cortes de Lisboa em relação à América.[887] No entanto, há que se considerar que a expectativa em torno do retorno ou não da Família Real a Lisboa, amplificada pela liberdade de imprensa que vigorava no Brasil e em Portugal, foi sem dúvida um passo fundamental em direção a uma distinção entre as partes, atrelada a uma reflexão sobre a diferenciação de papéis entre Brasil e Portugal no interior do Reino Unido.

Há que se considerar igualmente que, em Portugal, essa distinção vinha crescendo desde o término da guerra peninsular, à qual não se seguira o esperado retorno da Família Real à antiga capital do Império. Conforme observado anteriormente, com Portugal atravessando uma conjuntura econômica claramente desfavorável, os descontentamentos embasados em perdas de ordem material eram inúmeros. Os tratados de 1810 eram alvo freqüente de queixas e reprovações, amplamente difundidas em periódicos como o *Astro da Lusitânia*, o *Português Constitucional* e, no Brasil, na *Malagueta*.[888] Nesse panorama, a política da Corte do Rio de Janeiro em relação ao Prata merecia especial reprovação: além de transferências regulares de fundos de seu tesouro para cobrir despesas da Corte no Brasil (em torno de cinqüenta contos mensais), a Regência de Lisboa arcara, até 1820, com duas expedições militares (em 1815 e 1817) de aproximadamente 5 mil homens cada, com destino à campanha platina. Além disso, a ocupação da região oriental, conforme também analisamos, levava a um inevitável desgaste das relações entre o Reino Unido e a Espanha, do que decorria uma maior vulnerabilidade do território português na Europa frente a um possível enfrentamento armado com o país vizinho. Por fim, os comerciantes peninsulares se queixavam dos graves prejuízos infligidos à marinha mercante portuguesa por piratas que, infestando o Oceano Atlântico em uma época de acentuado enfraquecimento dos poderes políticos vigentes, eram comumente associados a governos independentistas da América

---

[887] Conforme corretamente assinala Roderick BARMAN - *Brazil: the Forging of a Nation (1798-1852)*. Stanford, Stanford University Press, 1988, p.73. Um exemplo típico desse equívoco, que correu abundantemente pela historiografia, pode ser encontrado no artigo de F. TOMAZ. Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-1822. In: C. G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*, cit., p.74-101.

[888] V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.470-471. No Brasil menos, mas também existiam. Por exemplo: *Malagueta* n.02, 12/1821.

espanhola, principalmente a Artigas e seus seguidores. Nessa perspectiva, insistir na ocupação da região oriental significava, de certa forma, incentivar essa atividade.[889]

Uma síntese dessas queixas pode ser lida num artigo do *Campeão Português*, periódico editado em Londres que, a exemplo do seu conterrâneo *Correio Brasiliense*, circulava profusamente em Portugal e no Brasil: ao acusar o governo do Rio de Janeiro de "encher os Erários do Brasil, e empobrecer e minguar os do nosso desgraçado e *colonizado* Portugal", destacava a imprudência de "executar e levar avante essa estulta, mal combinada e desastrada expedição de Montevidéu", privando Portugal "dos restos de força e riqueza que ainda dentro de si conservava".[890] A prova da difusão e importância desses argumentos que uniam imprensa, opinião pública e governo, é dada pelo *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa*, elaborado pela Junta Provisional do Supremo Governo do Reino em 15 de dezembro de 1820. Numa tentativa diplomática de se aproximar da anticonstitucionalista e ameçadora Santa Aliança, a Junta evocava a gravidade da crise econômica que Portugal atravessava, criticando os tratados de 1810 e o "estado de colônia" em que o Reino peninsular se encontraria desde então; refere-se então à "forçada remessa para o Brasil de alguns milhares de homens [...] que foram continuar na América do sul os duros trabalhos de guerra que, fazendo-se a tamanha distância de Portugal, parece que somente sobre este reino tem descarregado seus pesados golpes, atacando por muitos modos as fontes essenciais do seu vigor" e às "continuadas remessas eventuais ou regulares que se faziam para o Brasil com diferentes motivos e aplicações", além das "extraordinárias despesas de algumas expedições marítimas destinadas a fornecer tropas à desastrosa guerra da América do Sul, e os contínuos saques de moeda para soldo e manutenção da porção do exército português ali destacado".[891]

Esses argumentos também surgiam, como seria de se esperar, em falas de deputados nas Cortes de Lisboa. Nesse ponto, é imprescindível esclarecer que as sessões do congresso eram acompanhadas, transcritas e comentadas por vários jornais em circulação no Brasil, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o *Diário do Governo* (do Rio de

[889] V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.454; do mesmo autor: O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política. In: PEREIRA & outros (orgs.) – *O liberalismo na península ibérica...*, cit., 1.º v., p.291.

[890] *Campeão Português* n.28, de 16/10/1820, citado por V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.472. Tal era a tônica das críticas, vinculando a crise de Portugal à questão do Prata, difundidas também por outros jornais, como o *Português Constitucional* e o *Astro da Lusitânia*.

[891] ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.473; Maria C. PROENÇA – *A independência do Brasil*, cit., p.50-51.

Janeiro) e o *Correio Brasiliense*, por meio dos quais as expressões de diferenciação entre as situações de Portugal e Brasil se tornavam conhecidas do público em geral.[892]

É profundamente significativo que, no bojo de argumentos que foram gestados no universo político luso-americano como reação a essas críticas, contribuindo para acentuar a diferenciação entre Portugal e Brasil, as referências ao estado político recém-passado e atual da América espanhola se fizesse presente com regularidade e profusão, pois isso mostra como, nos decisivos anos de 1820-1821, a experiência hispano-americana se tornara disponível aos homens da época, oferecendo parâmetros de atuação. Isso é válido inclusive para um dos grandes debates que se formou na época: deveria ou não retornar o rei e a Família Real a Portugal? Como vimos, essa era uma discussão importante já desde o fim da guerra peninsular; a partir de então, e com a elevação do Brasil à condição de reino, prognósticos acerca dos destinos do Reino Unido e de suas partes específicas se faziam vivamente presentes nos debates, sobretudo depois que o movimento vintista português passou a exigir o retorno do monarca e que a liberdade de imprensa ofereceu um grande espaço de difusão e repercussão das diferentes posições a respeito.

No interior do Estado português, as posições variavam. José Luiz de Souza, em Londres, considerava imperativo que o príncipe D. Pedro voltasse para Portugal, mas que o rei D. João ficasse como forma de garantir a sua autoridade sobre o Brasil e prevenir nele a eclosão de qualquer movimento análogo ao das ex-colônias espanholas. Posição semelhante sustentava o conde de Palmela, que retornara ao Rio de Janeiro no final de 1820. Para ele, a volta de D. Pedro – com a permanência de D. João no Brasil – seria uma maneira de se antecipar a um movimento inevitável, portanto de lidar de forma razoável com uma situação que teria necessariamente de ser enfrentada; a volta do príncipe, ademais, poderia garantir a manutenção de Portugal no conjunto do Reino Unido e evitar que algo semelhante ao que lhe ocorreu se passasse também com o Brasil. Sua concepção de que, com isso, a monarquia deveria conceder às imposições do constitucionalismo – posição próxima também à de D. Marcos de Noronha e Brito (conde dos Arcos), para quem o retorno de D. João seria uma tentativa de limitar o próprio movimento constitucionalista - posicionou-o frontalmente contrário a Tomás Antônio Vilanova Portugal, que defendia a todo custo a manutenção de toda a Família

[892] As sessões das Cortes foram sendo publicadas pela *Gazeta do Rio de Janeiro* a partir do seu n.24, de 24/03/1821. No *Correio Brasiliense*, a partir de seu n.154, também de 03/1821.

Real no Rio de Janeiro, sem quaisquer concessões aos constitucionalistas peninsulares. No seu entender, D. João até poderia pronunciar-se favorável ao trabalho das Cortes e atendê-las em medidas circunstanciais; no entanto, ao contrário de Pamela, encarava a revolução como circunstancial, de existência futura efêmera, com o que deveria se aguardar seu fim para só então cogitar o retorno. Dentre seus argumentos, afirmava que, no conjunto do Reino Unido o Brasil corria mais sérios riscos de se desintegrar do que Portugal: ainda não tendo explorado todos os recursos devidamente, o Brasil era considerado um espaço mais propício do que Portugal para a manutenção do absolutismo, mas se encontraria momentaneamente mais fragilizado por sua posição geográfica, mais distante dos eventuais "auxílios" da Santa Aliança e vizinho das ex-colônias espanholas, que poderiam contagiá-lo com sua má influência.[893]

Desde 1817, o *Correio Brasiliense* era enfático na defesa do Rio de Janeiro como sede da monarquia e, em diversas ocasiões, se fazia presente o problema da vizinhança do Brasil. Em abril de 1820, antes portanto de definida a independência da América espanhola, afirmava que "temos sempre mantido a opinião, de que El Rei não podia deixar o Brasil e vir para a Europa, enquanto as colônias Espanholas, em revolução, continuam sua guerra, incertas na forma de Governo, que adotarão, e mais incertas ainda no sistema político, que têm de seguir, tanto no interno como no externo".[894] Em junho, o mesmo argumento ressurgiria embasado num caldo de experiência histórica, ao qual aliás o *Correio* sempre se mostrou bastante sensível: "depois de estar a Corte no Rio de Janeiro, libertou-se Portugal do julgo estrangeiro que o dominara, mas também se puseram em estado de insurreição as Colônias Espanholas, que cercam o Brasil. É necessário convir, que este acontecimento é da mais poderosa importância; e que seria uma negligência imperdoável, não atender de perto a negócios de conseqüências tão sérias". Por fim, argumentava que "em tempos antigos se acham exemplos de haverem os Reis saído de Portugal para atenderem às guerras de África, e outros assuntos, e nunca ninguém avançou, que El Rei não tivesse o direito de assim obrar, quando o pedisse o bem da Monarquia; e seguramente nenhum dos exemplos, que oferece a história Portuguesa, é acompanhado de circunstâncias tão atendíveis,

---

[893] Para a posição de Souza: ofício de Souza a Thomaz Antônio V. Portugal, 08/12/1820, citado por Oliveira LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.648; para a posição de Palmela: V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império*, cit., p.497-502; para D. Marcos, FALCON & MATTOS, O processo de independência no Rio de Janeiro, cit., 312; para as de Vilanova Portugal, novamente ALEXANDRE, p.502-504, e LIMA, p.655.

[894] *CB* v.XXIV n.143, 04/1820.

como as que apresenta o Brasil, cercado pela insurreição das antigas colônias de Espanha".[895]

Com o título de *Le Roi et la Familie Royale de Bragance doivent-ils, dans les circonstances presentes, retourner em Portugal ou bien rester au Brésil?*, um folheto anônimo publicado no Rio de Janeiro em janeiro de 1821 conheceria grande repercussão na Corte e nos meios políticos do Brasil.[896] Em resposta à pergunta de seu título, alegava que a família real devia permanecer no Brasil por seis motivos: 1) Portugal não podia passar sem o Brasil, mas a recíproca não era verdadeira; 2) a partida da família seria o prelúdio da independência do Brasil; 3) o rei de Portugal poderia conservar a integridade de seu poder no Brasil, aqui fundando um império de peso na política mundial; 4) se o rei voltasse, a revolução de Portugal se reforçaria, ao passo que se ele ficasse, ela se enfraqueceria; 5) o rei deveria permanecer longe do foco de sedição, pois a providência o colocara na parte mais importante e florescente do Império (o Brasil); 6) passada a revolução, em todo o caso o rei sempre estaria em condições de retornar, quando quisesse, à Europa.[897] Desenvolvendo o segundo argumento, o seu autor lembrava a "influência irresistível" exercida sobre o Brasil pelos governos dos países seus vizinhos que, "com armas à mão", buscavam sua independência e propagavam o espírito republicano". Por isso, "tout ce qui doit occuper dans ce moment S.M., mais ce qui doit l'occuper sérieusement, c'est de fortifier son autorité au Brésil et de la mettre à l'abri des attaques des Révolutionnaires soit de l'Europe, soit d'Amérique".[898]

Um de seus muitos comentadores seria o *Correio Brasiliense*, que aproveitaria a oportunidade para contestar um dos argumentos mais recorrentes no debate, qual seja, o

---

[895] *CB* v.XXIV, n.145, 06/1820. No mês seguinte, afirmava categoricamente, com base nos escritos do Abade De Pradt, que "o Brasil, na América, pode ser o primeiro Estado em grandeza, entre seus vizinhos: Portugal, na Europa, nunca será senão uma potência mínima, na contemplação dos mais Estados Europeus" (*CB* v.XXV, n.146, 07/1820).

[896] Na época, dizia-se que seu autor era Silvestre Pinheiro, João Severiano e até Rodrigo Pinto Guedes; no entanto, tudo indica que o autor é Caille de Geine, a mando de Tomás Antônio; publicado depois de 14/01/1821 e antes de 30/01/1821: F. A. de VARNHAGEN - *História da independência do Brasil*. 7ª.ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981 (revisão e notas de Hélio Vianna), p.32, nota 33 de Vianna. Noticiado pelo *CB* n.155, 04/1821. A esse respeito: SLEMIAN - *O difícil aprendizado da política na Corte do Rio de Janeiro...*, cit., cap.III.

[897] Publicado integralmente em *DHI* p.201-208. Esse panfleto foi contestado por um *Exame analítico-crítico da solução da questão: o Rei, e a Família Real de Bragança, devem, nas circunstâncias presentes, voltar a Portugal ou ficar no Brasil? Publicada na Corte do Rio de Janeiro por um anônimo, em idioma Francês, nos últimos dias do ano próximo passado*, publicado na Bahia em 1821. (VARNHAGEN - *História da Independência do Brasil*, cit., p.32-33, nota 33 de Vianna. Publicada nos *DHI* p.208-215). Também foi contestado por outro: *Considerações sobre a integridade da monarquia portuguesa*, publicado em Lisboa, anônimo, em 1821. Seu autor é Francisco Soares Franco, deputado nas Cortes pela Estremadura (VARNHAGEN, cit., p.34, nota 36 de Vianna).

[898] *DHI* p.203 e 207.

de que D. João deveria voltar à Europa para poder combater eficazmente, com o auxílio da Santa Aliança, a revolução constitucional. "Suponhamos, pois", escreveria o *Correio*, "que El Rei, ou vindo, ou ficando, no Brasil, segue o plano, e obtém por meio de forças estrangeiras deitar abaixo as Cortes e o Sistema Constitucional de Portugal. Aonde se refugiarão os cabeças da revolução, senão naquelas províncias do Brasil, que tiverem apoiado o seu sistema? E nesse caso, como irá um exército Austríaco desalojá-los do Brasil? E acabada essa influência da revolução de Portugal, quem impedirá a influência da revolução na América Espanhola, que cerca o Brasil?".[899] Um leitor do *Correio* em Londres teve conhecimento do conteúdo do folheto pelo *Times*, que o recebera e comentara em suas páginas. Refutando suas seis proposições, afirmava sobre a 5ª que "acha o nosso Autor que o Rio de Janeiro não está perto do que ele chama foco de sedição, nem sabe que em Buenos Aies começou primeiro que em Madri: e em Pernambuco primeiro que em Lisboa: e nem treme das conseqüências no Brasil, que deverão ser muito mais funestas à espécie humana".[900] O representante austríaco na Corte do Rio de Janeiro, Marschall, concordaria com os argumentos de que a situação da América espanhola impunha grandes riscos ao Brasil no caso de um retorno do rei, de modo que "dans l'état présent des choses, je crois pouvoir affirmer sans hésiter, qu'il n'y a plus qu'un moyen pour conserver l'union d'une manière durable, c'est l'établissement du siège de la Monarchie au Brésil; du moment où cela n'est pas, ce pays se retrouve dans la mème position que le reste de l'Amérique et suivra la mème marche".[901]

Os debates em torno da volta da Família Real seriam ao mesmo tempo uma das causas e uma das conseqüências do brutal alargamento dos espaços públicos de discussão política no Reino Unido, contribuindo significativamente para a criação de uma esfera "moderna" – nos termos consagrados pela historiografia – de opinião pública no Brasil.[902] Em se tratando de um processo característico *do Brasil*, essa criação se conjugava com um problema que, cada vez mais, tendia a ser menosprezado na porção européia do Reino Unido e valorizado na americana: o medo dos resultados dos influxos da América espanhola, que eram, desde sempre, sobretudo influxos *americanos*; ou seja, se o conhecimento do que ocorria na América espanhola era de

[899] *CB* v.XXVI, n.155, 04/1821.
[900] *CB* v.XXVI, n.155, 04/1821.
[901] Ofício de Marschall a Metternich, 16/11/1821 (MELLO, cit., p.235).
[902] Cf. MOREL. La génesis de la opinión pública moderna..., cit; MOREL & BARROS – *Palavra, imagem e poder*..., cit.; NEVES – *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo*..., cit.

domínio público tanto no Brasil quanto na Europa, os efeitos práticos das guerras de revolução nos antigos vice-reinos hispânicos tendiam a ser prognosticados com particularidades para o espaço da América portuguesa. Tanto mais agora que sua vizinhança se tornava, definitivamente, independente da Espanha.

Desse modo, a presença da experiência hispano-americana vai sendo reconfigurada à medida que os problemas colocados à ordem monárquica portuguesa são cada vez mais problemas que extrapolam o nível das conjeturas, adquirindo feições muito práticas. No emaranhado de opiniões, medos e projetos tecidos em torno de um deles, a chegada à Corte das notícias das adesões ao movimento constitucional peninsular no Pará, na Bahia e, em 26 de fevereiro, no próprio Rio de Janeiro, onde D. João VI, sob forte pressão popular, também prestou juramento à Constituição que se elaborava em Portugal, definiu o retorno do rei. Em 26 de abril, D. João e comitiva rumaram para Lisboa; no Brasil, permanecia D. Pedro, encarregado de governar amparado por um conselho formado por dois ministros (D. Marcos, o conde dos Arcos, e o conde de Louzã) e por dois secretários de Estado (Caula, na Guerra, e Farinha, na Marinha).[903] A unidade da monarquia portuguesa tão firmemente perseguida pelo Império desde 1808 começava definitivamente a desmoronar, com a fragmentação do poder político entre instâncias que só muito conflituosamente conviviam umas com as outras: a figura do monarca, esvaziada pela crescente autoridade das Cortes; as Juntas provinciais, ligadas às Cortes, mas configurando espaços dotados de considerável autonomia que, em certa medida, reeditavam no Brasil uma provisória forma de poder político na qual a América espanhola fora pioneira; e a figura de D. Pedro que, à testa de um governo legitimista no Brasil e em meio a um abiente político de crescente antagonização com a autoridade do rei e sobretudo das Cortes, faria despontar a alternativa da independência do Brasil.[904]

A fragilidade do equilíbrio prontamente estabelecido entre todas essas esferas seria percebido pelos mais atentos dos propugnadores da comprometida unidade das partes do Reino Unido. Embora nas Cortes de Lisboa todos se reconhecessem partes da mesma nação, e jamais qualquer deputado tivesse dado qualquer indício claro de existirem, no âmbito da assembléia, programas definidos de ruptura dentro do corpo político português, o *Astro da Lusitânia*, lembrando os exemplos do que se passara com

[903] ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.509, p.522 e p.539.
[904] BARMAN – *Brazil...*, cit., p.72.

a América inglesa e, mais recentemente, com a América espanhola, recomendava aos congressistas: "nada de violência, nada de coação: o Congresso deve mostrar aos Povos do Brasil que nenhuma outra coisa tem em vista senão os interesses recíprocos, e que eles gozem de todos os direitos que de Justiça lhes são devidos como Membros da grande família".[905] Um dos motivos a despertar os receios do *Astro* pode ter sido a dificuldade que as Cortes encontravam para regular as relações comerciais entre Brasil e Portugal. Na sessão de 24 de abril de 1821, foi apresentado para primeira leitura (colocado em discussão no dia seguinte) um projeto do deputado pela Estremadura, Manuel Alves do Rio, que esboçava um regulamento nesse sentido. Em razão das queixas do deputado pela Beira, Alexandre Tomás de Morais Sarmento, ele foi no entanto suspenso. Sarmento alegava – à semelhança do que faria o *Astro da Lusitânia* poucos meses depois - que os exemplos do que se passara com os Estados Unidos e com os Estados hispano-americanos indicavam que qualquer discussão relativa aos negócios do Brasil não poderia prescindir da presença dos representantes daquelas província; caso contrário, corria-se o risco de ver-se repetir com o Reino Unido as "fatais conseqüências da iliberalidade das Cortes de Cádiz a respeito da América Espanhola".[906]

Esse era, aliás, um argumento que tinha antecedentes. O *Correio Brasiliense* sempre opinou que um dos fatores responsáveis pelo agravamento das lutas entre espanhóis da América e espanhóis peninsulares era a política seguida pela metrópole, sobretudo desde a restauração de Fernando VII em 1814. Quando o movimento de janeiro de 1820 restituiu um regime constitucional e as novas Cortes espanholas convocaram representantes da América, seu editor teceu severas críticas aos propósitos de conciliação nacional pretendidos por aquelas Cortes e mostrando "os inconvenientes de serem os povos na América governados por um Governo representativo, residente na Europa": pois em primeiro lugar nas Cortes "se trataram [...] objetos da mais essencial importância à Monarquia Espanhola, sem que os povos da América sejam ouvidos, nem por si, nem por seus procuradores"; em segundo lugar - evocando um real motivo de descontentamento entre vários hispano-americanos já quando da reunião das Cortes de Cádiz oito anos antes - "toda a vasta estensão da América não se dão mais do que trinta

---

[905] *Astro da Lusitânia* n.188, de 10/07/1821, citado por ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.575.

[906] Foi apoiado por Manuel Gonçalves de Miranda, deputado por Trás-os-Montes, para quem "o projeto era um ataque feito à representação do Brasil". F.A.VARNHAGEN – *História da independência do Brasil*, cit., p.60; ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.474-475.

Deputados, incluindo ainda assim nestes os das Filipinas". Assim, se perguntava: "ora, de que serve à América ter nas Cortes trinta votos, que serão sempre desfeitos, nas questões sobre a América, pela maioridade de 172?".[907] Percebe-se portanto como o exemplo da antagonização entre as Cortes de Espanha e os povos da América era presente nas Cortes de Lisboa, carregando consigo uma concepção inerente a ele de que a América (espanhola) seguia seu curso rumo à independência; o que não podia deixar de preocupar, por analogia, aqueles que temiam pelos destinos do Brasil.

As Cortes retomariam as discussões sobre as relações comerciais entre Portugal e Brasil. Na sessão de 4 de janeiro de 1822, o deputado Pereira do Carmo propôs a criação de uma comissão encarregada de elaborar um projeto de regulamentação. Argumentava que "logo que se restabeleça a paz na América espanhola, os seus gêneros, juntos com os das possessões européias na Ásia e África, se acumularão no mercado da Europa, empatando o consumo dos gêneros da América portuguesa: e então será mui proveitoso ao Brasil ter um depósito no porto de Lisboa, donde possam correr com mais facilidade as remessas de suas produções aos diferentes mercados, guiando-se as especulações pelas notícias, que mais rapidamente chegam a esta praça".[908] Novo projeto seria apresentado por uma comissão em março de 1822, causando rejeição por parte de deputados do Brasil. Por ele, o comércio recíproco seria considerado como entre províncias de um mesmo continente, só feito por navios nacionais; estabelecia a troca de produtos, com exclusão dos similares dos demais países (nesse caso perderia, o Brasil, pela menor soma do que exportaria); seriam favorecidos nos direitos de exportação de Lisboa os gêneros do Brasil, reconduzindo-a à condição de empório do comércio do Brasil.[909]

Outra questão cuja discussão nas Cortes contribuiria para antagonizar interesses dizia respeito ao envio de tropas de Portugal para províncias do Brasil, possibilidade aventada para Pernambuco numa sessão de setembro de 1821. Muniz Tavares, deputado por aquela província, foi uma das várias vozes que se posicionou frontalmente contrária a ela. "Em Pernambuco assim como nas demais províncias do Brasil", afirmava, "reinam certos prejuízos, a que os legisladores sábios devem dar todo o peso, e não olhar com indiferença". Recorrendo a exemplos da história recente, sem dúvida amparados nos acontecimentos de 1817, diagnosticava "alguma rivalidade entre

---

[907] *CB* v.XXIV, n.143, 04/1820.
[908] Citado por ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.629.
[909] VARNHAGEN – *História da independência do Brasil*, cit, p.67-68.

Brasileiros, e Europeus, o mesmo [sic] que reinava em 1776, nos Estados Unidos a ponto de um dos seus membros propor no Congresso que se mudasse a língua; o mesmo que reina em todos os estados da América espanhola, e que tem feito correr tantos rios de sangue".[910] O *Despertador Brasiliense* afirmava: "eu sei que o Soberano Congresso não pode desconhecer a nimia circunspecção, e cautela, com que se deve tratar um Povo grande e brioso, que teve a fortuna de sair do cativeiro para o estado de emancipação, que provou os beneficios dela, e que não consentirá, por quanto haja, em retroceder jamais na sua carreira política. Eu sei em fim que o há de assustar o exemplo da América Espanhola. Entretanto não posso deixar de confessar que os passos, que se vão dando a nosso respeito, não parecem tender a outro fim se não ao que receamos."[911] Ao fim e ao cabo, parece ter havido considerável consenso de que a expedição era impolítica e desnecessária; no entanto, a possibilidade de que as Cortes se valessem de tal instrumento de coerção contra uma situação adversa no Brasil subsistiria por algum tempo no mundo da política portuguesa, metamorfoseando-se em uma ameaça *contra* o Brasil. Se os decretos de 29 de setembro e de 1°. de outubro de 1821, pelos quais as Cortes exigiram o retorno a Portugal também de D. Pedro, além de extinguirem os Tribunais criados no Rio de Janeiro desde 1808 e organizarem governos ultramarinos, causaram muita revolta em importantes círculos políticos luso-americanos, a ameaça de uma expedição polarizaria fortemente as opiniões, antagonizando interesses "do Brasil" e "de Portugal". Para tanto, a experiência hispano-americana continuaria a se fazer vivamente presente.

O diagnóstico do *Astro da Lusitânia*, que recomendara prudência aos deputados das Cortes para evitar cisões entre representantes do Brasil e de Portugal, era preciso. Num trecho publicado pelo *Revérbero Constitucional Fluminense*, o periódico lisboeta posicionava-se contra o envio de tropas a Pernambuco, pois isso provocaria uma divisão entre " filhos de uma mesma mãe": "já por outras ocasiões combatendo tão falsas como atrozes idéias, ponderamos o que os Ingleses, e os Espanhóis tinham passado com os seus Americanos, sendo obrigados a passar por debaixo das forças [Caudinas?], levantadas pelos Milicianos de Washington, e Bolívar".[912] A questão do envio das tropas só existia, porém, porque nessa época as tensões eram generalizadas por quase

[910] Sessão de 18/10/1821, citada por ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.593; do mesmo autor, "O nacionalismo vintista....", cit., p.295.
[911] *Despertador Brasiliense*, 1821 (número único existente na Biblioteca Nacional).
[912] *Revérbero Constitucional Fluminense* (doravante *RCF*) n.18, 12/03/1822.

todas as províncias do Brasil: disputas pelo poder, conspirações, enfrentamentos armados, golpes e incompatibilidades de interesses e jurisdições haviam se tornado bastante corriqueiros durante todo o ano de 1821. Em Pernambuco, por exemplo, a adesão às Cortes fora realizada em março de 1821, mas somente quatro meses depois, em 11 de julho, e sob forte pressão, é que o governador Luís do Rego Barreto aquiesceu ao juramento da Constituição que se elaborava na Península. Poucos dias depois, escaparia com vida de um atentado e, em 29 de agosto, veria sua autoridade provincial declinar significativamente com a formação de uma junta de governo em Goiana, presidida por Francisco de Paula Gomes dos Santos. Logo o conflito entre Goiana e Recife desembocaria em conflito armado, interrompido pela chamada Convenção de Beberibe, na qual, em 5 de outubro, foi estabelecida a coexistência da junta de Recife e Olinda com a de Goiana até a próxima eleição de outra, provincial. Rego Barreto retornou a Portugal com o novo governo sendo eleito vinte e um dias depois. Seu presidente, Gervásio Pires Ferreira, bem como vários outros componentes, estivera envolvido na Revolução de 1817, tendo sido anistiado pelo rei.[913]

É notável portanto como em Pernambuco a guerra civil e o derramamento de sangue, tão receados pelos observadores portugueses da realidade hispano-americana – sobretudo a posterior a 1814 –, se faziam novamente presentes. Da mesma forma na Bahia, onde os enfrentamentos armados também marcaram seus primeiros episódios no contexto constitucionalista. Segundo um de seus principais periódicos, o *Semanário cívico*, "ao furor das seitas religiosas sucedeu, nestes últimos tempos, o furor das seitas políticas. Têm aparecido realistas puros, realistas constitucionais, aristocratas, democratas, jacobinos ou anarquistas"; analisava, recorrendo a exemplos recentes da história, que "na época pois em que os anglo-americanos proclamavam a sua independência, e começos da revolução de França, os princípios republicanos haviam feito em todo o mundo tal sensação, e espalharam-se de tal modo, que apesar de todos os obstáculos penetraram no Brasil". Contudo, depois dos "terríveis exemplos" de Minas Gerais em 1787 [sic] e da Bahia em 1798, "parecia que estas idéias democráticas [...] estariam inteiramente extintas no Brasil" inclusive porque o exemplo da França e,

[913] O melhor trabalho a respeito de Pernambuco no período é o de Dênis de M. BERNARDES – *O patriotismo constitucional:* Pernambuco, 1820-1822. São Paulo, FFLCH-USP, 2002 (tese de doutorado). Também Amaro QUINTAS. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA (dir.) - *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1972, p. 224-225 (t.II, v.I, "O processo de emancipação"); Carlos G. MOTA. O processo de independência no Nordeste. In: *1822: dimensões*, cit., p.228; e Marcus J. M. de CARVALHO. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, v.18, n.36. São Paulo, 1998, p.334-338.

mais recentemente o de Buenos Aires, mostrariam que "a teoria daqueles políticos e filósofos era inaplicável nos tempos modernos". [914]

Realmente, a tranqüilidade almejada pelo *Semanário Cívico* estava bem longe de caracterizar o cenário da Bahia entre 1820 e 1821; contudo, ele ainda teria menos motivos de queixa do que outro periódico, o *Diário Constitucional*, que teve sua publicação proibida pela Junta de Governo. Em novembro de 1821, uma tentativa de deposição do governo local acabou com forte repressão militar, e sua substituição definitiva em 31 de janeiro de 1822 não extinguiria os conflitos. Em 15 de fevereiro chegou ao porto da Bahia uma embarcação trazendo o novo governador de armas nomeado pelas Cortes, Ignácio Luiz Madeira de Mello; a recusa de sua autoridade pelo governador interino Manoel Pedro de Freitas Guimarães e seus partidários desembocaria numa breve guerra civil terminada no dia 21 com o triunfo de Madeira, duzentas pessoas entre mortos e feridos e uma forte militarização da Bahia. Entre 23 de fevereiro de 17 de março, Madeira dirigiria a Lisboa três pedidos de reforços de infantaria, cavalaria, artilharia, navios de guerra e dinheiro para ajudar a manter a ordem na Bahia. Não era a primeira vez que o governo da Bahia fazia esse tipo de solicitação, e quando chegou à Bahia, em 18 de março, de um navio que trazia a bordo a tropa auxiliadora chefiada pelo brigadeiro Francisco Joaquim Carreti que ia do Rio a Portugal, parte dos comerciantes da Bahia – que em sua maioria eram portugueses peninsulares – solicitou seu desembrque e sua proteção à área comercial da cidade, a "cidade baixa". Madeira anuiu em 26 de março e, com a confirmção da Junta, as tropas desembarcaram no dia seguinte.[915] A esse tempo, pelo menos Rio de Janeiro e Província Oriental – além de Pernambuco - já contavam com contingentes militares destinados a controlar os distúrbios iniciados ou agravados com as adesões às Cortes.

As Cortes de Lisboa receberam as solicitações de Madeira em maio de 1822, e nos dias 21 e 22 foi discutida uma indicação dos deputados da Bahia contrária à medida.

---

[914] *Semanário Cívico* n.21, de 19/07/1821. Citado por Thomas WISIAK - *A 'nação partida ao meio':* tendências políticas na Bahia na crise do Império luso-brasileiro. São Paulo, FFLCH-USP, 2001 (dissertação de mestrado), p.64. Nas palavras desse autor, "ameaçava a província um clima de guerra civil, cuja forma predominante de manifestação mostrava ser a rivalidade entre 'os do país' e os 'europeus'. Tensões geradas na colonização e que no final do século XVIII irromperam por sobre o tecido social como tentativas radicais de mudança, encontravam uma nova oportunidade para se manifestar, mas a realidade daqueles anos de 1820 exigia senão uma mudança, pelo menos uma adequação das velhas formas de pensar e agir" (p.100-101).

[915] Luís Henrique D. TAVARES – *A independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1982, p.p.53-54 e p.61-63; W. PINHO. A Bahia, 1808-1856, cit., 247-251; T. WISIAK – *A 'nação partida ao meio'...*, cit., p.130-133. Zélia CAVALCANTI. O processo de independência na Bahia. In: Carlos G. MOTA (org.) - *1822: dimensões*, cit., p.240 e segs.

Nessa direção, um dos argumentos preliminares utilizado por Lino Coutinho recorria ao exemplo da Espanha, cujas expedições contra suas colônias nada mais teriam conseguido do que "irritar os habitantes, e promover a sua independência com uma perda incalculável de soldados e paisanos". Também se expressaram contra o envio Luís Paulino Pinto da França, Pedro de Araújo Lima e Antônio Carlos. [916] No Brasil, a *Malagueta* se queixava violentamente dos argumentos ventilados nas Cortes "contra o *Povo Brasileiro, e seu orgulho*", "ameaçando-nos com guerras civis, e com o exemplo de Buenos Aires";[917] uma correspondência publicada pelo *Correio do Rio de Janeiro* subscrita por *Um Fluminense* advertia, com profunda indignação, para a real possibilidade de as Cortes enviarem expedições ao Brasil: "o Sr. Redator não se lembra, que quando o Rei Fernando 7°. ressucitou na Espanha, havia naquele Reino Peste, Fome, e Guerra, porém com tudo apareceu dinheiro para irem expedições para a América Espanhola? E como apareceu este dinheiro? Dos negociantes, que darão tudo só para isto por cá se transformar de Papagaio em Morcego; portanto, meu amigo, aplico el conto, o mesmo fariam os Srs. de Lisboa, e Porto, se mais alguém não o fizer".[918] "É um absurdo, sem grala, nem possibilidade de ter crédito", reforçaria a *Malagueta*, "supor que S. A. R. desconhecesse jamais, que a sua reirada era o Rebate da Guerra Civil no País: Mr. de Pradt já o tinha dito: a América Espanhola fornecia o exemplo".[919]

As preocupações com a antagonização entre Portugal e Brasil eram crescentes, sobretudo após a resolução de D. Pedro, anunciada em 9 de janeiro de 1822, de desobedecer às Cortes e permanecer à testa da Regência do Brasil. Dois dias depois expulsaria para Portugal as tropas comandadas por Avilez – uma parte das quais desembarcaria na Bahia – e, no dia 16, reorganizaria seu ministério de apoio, tendo no

---

[916] Sessão de 21/051822, citada por TAVARES – *A independência do Brasil na Bahia*, cit., p.57-59; e V. ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit.p.661.
[917] *Malagueta* n.30, 01/06/1822.
[918] *CRJ* n.58, 21/06/1822.
[919] *Malagueta* n.31, 05/06/1822. Um indicativo da importância pública assumida pelos debates a respeito do envio de tropas de Portugal para o Brasil é dado por uma posição favorável à medida, numa carta enviada ao *Correio do Rio de Janeiro* subscrita por "R", "não como Tropa hostil, mas como Tropa de segurança, para conter os facciosos". E mesmo aí a imagem dos sucessos recentes da América espanhola se fazia presente, bem como uma idéia de *Brasil*: "tendo a Natureza Decretado que a *América* toda sofresse por certo período os furores da guerra, já com mais, já com menos estragos: é forçoso ao Brasil correr a sua peregrinação, por isto que é uma grande parte dela, e a única que ainda não cumpriu essa fatal, e terrível *Sentença*.[...] Até aqui declarava-se guerra aos Europeus, agora já se grita em Pernambuco = Mata, que é Branco = Dizem-nos, que na Bahia se ouvem as mesmas vozes; e nós julgamos inevitável a guerra dos Negros contra os Brancos, cujo êxito não será favorável ao Brasil." (*CRJ* n.118, 04/09/1822). Outra voz que se pronunciaria a respeito, mas em posição contrária, seria o *Correio Brasiliense* (por exemplo, *CB* n.172, de 09/1822).

novo ministro de Negócios Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva, seu homem forte. A Regência do príncipe adquiria, notadamente, contornos de um governo independente, reforçando um dos espaços de exercício formal de poder político criados no Brasil pela Revolução do Porto. A partir de então, sem que ela fosse totalmente substituída, a tensão entre o governo do Rio de Janeiro e a autoridade das Cortes cederia gradativamente lugar a outra, entre o Rio e as demais províncias portuguesas da América.[920] "Não é só política, Sr. *Presidente*, que manda, que tomemos todas as medidas, que nos parecerem de absoluta necessidade, para conservação da união dos dois Reinos portugueses", afirmava Morais Sarmento na sessão das Cortes de 3 de julho de 1822; e recorrendo a um argumento conhecido: "se a desunião tivesse lugar, seguramente as acusações haviam de cair sobre nós. Evitemos, que se diga de nós, o que se diz das Cortes de Cádiz, e me persuado sem razão alguma: de que a influência mercantil daquela praça de comércio levara as Cortes a tomarem medidas, donde se originou a perda do império Espanhol na América".[921]

Esse receio era sincero, bem como sólido o arcabouço histórico no qual se amparava. Na fala de um deputado como Morais Sarmento, a presença do exemplo da crecente antagonização entre Espanha e América quando do constitucionalismo gaditano de 1812 indica que a América espanhola ainda representava um espaço de experiência geral do Reino Unido, presente em todo o universo político português e fomentando horizontes de expectativa que projetavam a manutenção da unidade da nação portuguesa. É importante destacar essa questão porque a historiografia brasileira ainda colhe frutos de uma equivocada interpretação que durante muito tempo concebeu a turbulenta vida política das províncias do Brasil no contexto vintista como marcada por um suposto conflito fundamental entre *portugueses* e *brasileiros*, em parte por conta da igualmente equivocada perspectiva de que as Cortes seriam, desde sempre, *recolonizadoras*. Embora alguns estudos já tenham superado definitivamente essa idéia, é necessário apontar um aspecto pouco conhecido do problema: também as Cortes de Lisboa se preocuparam, efetivamente, com as relações a serem estabelecidas com os governos revolucionários da América espanhola, uma vez que o Brasil deixava de ser a sede da monarquia. Dizemos *também* porque, como vimos, desde 1808 essa sempre foi uma preocupação da Corte do Rio de Janeiro, cujo empenho nesse sentido tanto

[920] FALCON & MATTOS. O processo de independência no Rio de Janeiro, cit., p.319.
[921] Citado por ALEXANDRE – *Os sentidos do império*..., cit., p.689.

contribuiu, aliás, para a crise de sua autoridade perante grupos de interesse peninsulares. O que mostra que as Cortes eram, de fato, Cortes *da nação portuguesa*, incorporando temores e expectativas que, embora conhecessem manifestações especialmente dramáticas na porção americana do Império – logo Reino Unido – eram, evidentemente, manifestações portuguesas. Havia uma percepção generalizada de que a América espanhola revolucionária impunha aos governos que, tanto no Brasil quanto na Europa, pretendessem gozar de alguma estabilidade na conjuntura da época, o estabelecimento de relações amistosas com eles. A partir daí, o fundamental a ser observado é que divergências quanto às modalidades desse estabelecimento contribuirão para acentuar as antagonizações entre Portugal e Brasil, com a América espanhola sendo mais um indicativo dessa crescente distinção.

Os primeiros esforços da Corte portuguesa sob a égide do regime constitucionalista português em estabelecer relações diplomáticas com as repúblicas hispano-americanas viriam às vésperas do retorno de D. João à Europa. Suas intenções estariam voltadas sobretudo ao reconhecimento da independência do Prata, de Entre Ríos e do Chile.[922] Foi nomeado representante português em Buenos Aires João Manoel de Figueiredo, a quem o ministro Silvestre Pinheiro Ferreira conferiu, "sem caráter ostensivo" e não "pelo meio ordinário de uma Patente", uma credencial de cônsul, encarregando-o de manifestar ao governo platino "as intenções amigáveis de S. M. para com todos os Povos circunvizinhos e a resolução que tem tomado de entrar com todos eles em relação para o fim de animar e proteger o Comércio entre aqueles Povos e os vassalos desta Coroa". A tudo isso tratava o ministro, cuidadosamente, como de "espécie de reconhecimento", precavendo-se assim contra os inevitáveis protestos que a missão acarretaria, principalmente por parte da Espanha.[923] A apresentação formal de Figueiredo junto ao governo de Buenos Aires, em 28 de abril de 1821, foi considerada pela *Gazeta de Buenos Aires* como a oficilização do reconhecimento português da independência do Prata; no entanto, a missão Figueiredo foi abortada prematuramente com sua repentina morte em 21 de agosto, ainda em Buenos Aires.[924] Ainda em 1822, o

---

[922] LIMA – *D. João VI no Brasil*, cit., p.691. Ron SECKINGER inclui a Colômbia na lista dos governos que seriam reconhecidos pelo Reino Unido (*The Brazilian Monarchy...*, cit., p.60).

[923] Carta de Silvestre Pinheiro Ferreira ao conselheiro Felipe Ferreira de Araújo e Castro, Rio de Janeiro, 04/1821. Publicada integralmente por Juan E. PIVEL DEVOTO. El congreso cisplatino (1821). *Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay*, tomo XII. Montevideo, 1936, p.163-168. As instruções de Silvestre Pinheiro a Figueiredo datam de 16/04/1821.

[924] *Gazeta de Buenos Aires* n.66, 01/08/1821, citada por Ricardo PICCIRILLI - *Argentinos en Rio de Janeiro:* diplomacia, monarquia, independencia, 1815-1820. Buenos Aires, Pleamar, 1969, p.103. Sobre a

nome de Figueiredo era publicamente mencionado como possível agente do reconhecimento da independência do Chile.[925] Perante essas diligências das Cortes, o *Correio Brasiliense* denunciou as queixas a elas dirigidas pelo Ministério de Negócios Estrangeiros da Espanha, desgostoso com o interesse demonstrado pelo regime português em entabular relações oficiais com países que a Espanha ainda considerava colônias insurgentes. "Aqui temos", afirmava, "uma das grandes desvantagens de ser o Brasil governado por um Ministério em Lisboa. Portugal mal pode na Europa contender com a Espanha: o negócio de que se trata só respeita o Brasil, que está sumamente interessado no território de Montevidéu. Assim é preciso, que o Brasil não sacrifique seus interesses, só porque se acha ligado e submisso ao Ministério de Lisboa, que não pode defender seus direitos na Europa. Se o Brasil tivesse seu gabinete distinto, não haveria esta concussão de interesses opostos e dificuldades mútuas".[926]

E assim o *Correio* diagnosticava o cerne da divergência que se imporia por sobre o consenso de que, com o retorno do rei, o Reino Unido necessitava mais do que nunca de boas relações políticas com a América espanhola: o problema da ocupação da Província Oriental na qual, em suas palavras, "o Brasil" estaria "sumamente interessado", e Portugal, não.

A criação da Província Cisplatina e a questão oriental

Na realidade, é sempre bom salientar, Portugal e Brasil ainda não eram entidades políticas próprias, autônomas e independentes. Expressões como "o Brasil" e "o Ministério de Lisboa" traduzem, no plano lingüístico, um quadro de acirramento de posições tendentes a antagonizações que no interior do Reino Unido se organizariam em torno de dois pólos, um europeu e outro americano. Que a questão oriental era um problema da maior importância, ninguém discordava; contudo, *como resolvê-lo* implicava posições que encontrariam nesses dois pólos suportes muito operativos.

---

missão Figueiredo: J. A. Soares de SOUZA. O Brasil e o Prata até 1828. In: HOLANDA (dir.) - *História geral da civilização brasileira*. cit., . 3ªed. São Paulo, Difel, 1970. (t.II "O Brasil monárquico"), p.321-322. Equivoca-se portanto Heitor Lyra quando observa que Figueiredo "não chegou a ser oficialmente recebido pelo governo do Prata, por ter falecido dias antes da entrevista marcada para a realização dessa cerimônia" ("Correa da Câmara no Prata". In: *Arquivo diplomático da independência* v.V, p.LV).

[925] *CB* v.XXVIII, n.164, 01/1822, e n.165, 02/1822. A *Malagueta* publicou uma carta de Figueiredo dirigida ao governo do Chile (n.25, 15/05/1822). Já o *Correio do Rio de Janeiro* trascreveu notícia do *Times* segundo a qual a *Gazeta do Chile* declara que o rei de Portugal foi o primeiro a reconhecer a independência do novo governo desse país (*CRJ* n.60, 25/06/1822).

[926] *CB* v.XXVIII, n.167, 04/1822.

Vimos anteriormente como nos argumentos favoráveis à permanência do rei e da Família Real no Brasil se fazia vivamente presente a idéia de que era imprescindível, para a boa ordem das coisas, que no continente americano o Estado português imprimisse uma política forte e influente, aproveitando-se da delicada situação da América espanhola. Também vimos como se reconfigurava, a partir da decisão do retorno, a necessidade de estabelecimento de boas relações com a América espanhola e, ao mesmo tempo, um ambiente propício à evolução da dominação portuguesa da Província Oriental rumo a uma ordem estável. Inclusive porque não obstante os sucessivos esforços do governo artiguista e, em seguida, do português, a Província Oriental ainda sentia no início da década de 1820 muito duramente problemas que a aproximavam da realidade de tantas outras regiões da América espanhola. O comércio de média e larga distância praticado com o Brasil, Buenos Aires, províncias do litoral do Prata, Cuba, Europa e vários pontos da costa americana do Pacífico ainda se encontrava bastante desarticulado, bem como as rotas intra-regionais que interligavam os portos de Montevidéu, Colônia e Maldonado ao interior. De difícil reversão era também o significativo e generalizado descréscimo populacional acarretado por uma década de conflitos – um testemunho certamente exagerado chegou a falar em metade da população[927] - que provocara, ainda que em escala menor do que ocorrera em Nova Granada, um afrouxamento das relações escravistas. Por fim, a persistente ameaça à propriedade privada rural coroava um quadro de profunda instabilidade e insegurança em todos os níveis sociais que, da parte dos homens envolvidos na esfera da produção e distribuição – cada vez mais alinhados com a ordem portuguesa -, ainda demandava soluções políticas que assegurassem plenamente a integridade de seus interesses materiais.

A batalha de Tacuarembó, de 22 de janeiro de 1820, assinala o declínio definitivo do artiguismo como força política atuante naquele cenário, e pode ser considerada o grande triunfo que franqueou a Província à consolidação do predomínio português. A percepção desse declínio é coeva: o *Correio Brasiliense* noticiou a "pacificação" da região oriental em seu número de maio e, no seguinte, publicou vários documentos sobre Tacuarembó;[928] a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que tão zelosamente destacava os sucessos da guerra, noticiou a derrota de Rivera e a capitulação firmada em

[927] Fala de Francisco Lambí no Congresso Cisplatino, citado por ALONSO (et al.) – *La oligarquia oriental en la Cisplatina*, cit., p.77.
[928] *CB* v.XXIV, n. 144, 05/1820 e n.145, 06/1820.

Tres Arboles (2 de março).[929] Antes disso, o cabildo de Canelones já aderira ao governo português (em 30 de dezembro de 1819), no que seria acompanhado pelos de San Jose, em 1°. de fevereiro de 1820, e de Maldonado, em 30 de abril.[930]

Tornava-se possível ao governo português ampliar ainda mais sua base de sustentação. Valendo-se dos já tradicionais recursos de concessão de indenizações e privilégios, o governador e capitão-geral da Província, Carlos Frederico Lecor,[931] continuaria a se valer da distribuição de cargos administrativos e títulos nobiliárquicos de variadas gradações. Nas cláusulas de adesão dos cabildos, garantia-lhes a não-imposição de novos impostos, a manutenção dos foros e privilégios vigentes, a não-entrega da região à Espanha e a manutenção das organizações militares, mas que agora passariam a ser comandadas pelos portugueses.[932] Paralelamente, tocaria sua política voltada para a questão de terra. Algumas das medidas adotadas previam a permissão a proprietários fixos de terras de apoderar-se dos rebanhos de gado existentes na parte noroeste da Banda, bem como de todo gado solto que estivesse pastando em sua propriedade, o que sem dúvida beneficiava os grandes e médios proprietários em detrimento dos pequenos, que viviam do desfrute de limitados rebanhos de gado selvagem que, aliás, constituíam a maioria do gado da região oriental. Alguns pontos da legislação artiguista foram revistos, mas outros foram mantidos: a lei de 26 de agosto de 1820, por exemplo, protegia os pequenos beneficiários que receberam terras pelo Regulamento de 1815; por outra parte, foram criados dispositivos que permitiam a antigos proprietários que tiveram sua propriedade confiscada recuperar suas terras, desde que estas tivessem sido invadidas ou se encontrassem desocupadas. Em alguns casos, foi revista a extensão de doações, acarretando reduções no tamanhos das propriedades. Também foram feitos vários ajustes no tocante a impostos, indenizações e formas de pagamentos relativos à propriedade rural que, no geral, tenderam a beneficiar os grandes proprietários, que eram aqueles em melhores condições de dispor de recursos financeiros; mas algumas outras (redução de impostos, concessão a famílias que

[929] *GRJ* n.27, 01/04/1820.
[930] As três publicadas por PIVEL DEVOTO. El congreso cisplatino (1821), cit., p.238-244. A adesão de San Jose foi noticiada pelo *Correio Brasiliense* em maio, com a publicação da convenção de 02/02/1820 (*CB* v.XXIV, n.144, 05/1820).
[931] Secretariado por Nicolás Herrera, e auxiliado pelo governador e presidente do *Ayuntamiento* de Montevidéu, Sebastião Pinto de Araújo, e seu secretário, Francisco Lambí. ALONSO (et. all.) – *La oligarquía oriental*..., cit., p.48.
[932] Alfredo CASTELLANOS – *La Cisplatina, la independencia y la república caudillesca*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1998, p.5-7; ALONSO (et al.) – *La oligarquia oriental*..., cit., p.38.

quisessem se concentrar em novos povoados de incentivos materiais, como ferramentas e animais)[933] igualmente visavam atender à demanda das famílias mais pobres. Também foram endurecidas as medidas contra o contrabando, resultando num aumento da arrecadação fiscal.[934]

Não se pode, portanto, caracterizar a política portuguesa de terras aplicada à região oriental entre 1820 e 1821 como um contraponto direto à política artiguista, tampouco analisá-la sob uma ótica "latifundista". Ela teve desdobramentos variáveis. Alguns proprietários de terras confiscadas em 1815 retomaram-nas, outros não; alguns beneficiados com o confisco perderam seus benefícios, outros não. Tampouco a regularidade das variadas dimensões de propriedade rural parece ter sofrido grande alteração. O que realmente variou, com a introdução de novos critérios a partir de 1820, foi a distribuição dos interesses, tornados cada vez mais desiguais com o claro favorecimento a proprietários portugueses, sobretudo rio-grandenses. Foi assim que se estabeleceu uma fronteira limitada (o rio Daymán) para compra e venda de gado, de modo que o noroeste (entre o Daymán e o Quareim), livre dos charrúas, ficou praticamente incorporado ao Rio Grande do Sul, predominando novas propriedades fundiárias de grandes dimensões distribuídas ou adquiridas por proprietários portugueses a preços baixos.[935] Igualmente, muitos rebanhos do norte foram apreendidos e transferidos para fazendas do Rio Grande do Sul.[936]

Muito prontamente, Lecor deveria também atender a urgente demanda pela retomada da atividade mercantil (cumpre lembrar que muitos proprietários de terra eram também comerciantes). Nesse ponto, a política portuguesa parece ter correspondido bastante bem às expectativas daqueles que a apoiavam. Os fluxos comerciais continuaram a ser restabelecidos, e a quase que normalização da atividade portuária de Montevidéu permitiu-lhe ainda colher benefícios advindos da crítica situação de seu porto concorrente, Buenos Aires. Com isso, boa parte do comércio de importação e exportação que interligava as províncias do Norte do Prata à Europa passou a ser feita,

---

[933] Caso de Durazno, fundada em 12/10/1821 como fronteira militar de contenção dos indígenas.
[934] A. CASTELLANOS – *La Cisplatina...*, cit., p.8-11; ALONSO (et al.) – *La oligarquia oriental...*, cit., p.77 e segs., e p.103-104.
[935] "Colonização e obras públicas sob a administração de Tomás Antônio de Villanova Portugal". Documento publicado nos *DHI*, p.160-166.
[936] ALONSO (et al.) – *La oligarquía oriental...*, p.16 e 46.

preferencialmente, por ali (estatísticas apontam para um crescimento das rendas aduaneiras de Montevidéu, entre 1820 e 1822, de até cinco vezes).[937]

Os benefícios eram, portanto, reais, assim como os motivos de descontentamento em relação aos favorecimentos concedidos aos portugueses, resultando num complexo quadro de interesses a equacionar e de apoios a angariar. Nas palavras de Vilanova Portugal, teria sido estabelecido em Montevidéu um "governo Paternal que os estrangeiros louvavam, e que os Espanhóis da América do Sul muitas vezes desejavam poder obter"; da "pacificação" da Província Oriental decorreria ser "reputada a nossa ocupação proteção e não conquista, e por iso agradável àqueles Povos";[938] nas de "*Um Português aos Brasileiros*", laudatórias do anúncio de adesão da Província Oriental às Cortes, "o Comércio abatido florecerá de novo; e o Negociante poderá ao longe lançar as suas vistas, e tomar úteis medidas sobre os gêneros e mercancias, que uma Lei protetora lhe conceder. O Lavrador, animado por Lei saudável, colherá gostoso a Loura Messe, que uma estação risonha lhe fornecer."[939] A idéia de *pacificação* - tradução do fornecimento de garantias simultâneas da integridade da propriedade e da continuidade da atividade comercial - continuava a embasar o discurso legitimador acerca da ocupação portuguesa da região oriental, e o período artiguista passava a ser, definitivamente, de *anarquia*.[940] Mas o quadro ainda era instável.

Se em 1817 não foi atendida a solicitação de incorporação da Província Oriental ao Brasil, formalmente transmitida a D. João pelos comissionados Larrañaga e Pío Bianqui, algumas das expectativas das quais eram portadores foram sendo correspondidas ao longo dos anos seguintes, como a criação do Tribunal do Consulado de Comércio (em 14 de fevereiro de 1817), da Casa de los Niños Expósitos (1818), da Câmara de Apelações (em 16 de novembro de 1818) e da Sociedade e Escola Lancasteriana (1821), cujos cargos seriam preenchidos por figuras como Lucas José Obes, Francisco Llambí, Nicolás Herrera e García de Zuñiga. Entre 1819 e 1820, pelo tratado conhecido como de La Farola ficou acertada a cessão à capitania do Rio Grande

---

[937] Segundo Rosa Raicher, citada por ALONSO (et al.) – *La oligarquía oriental*..., cit., p.65, que nos adverte para o fato de que parte dessa cifra se dever muito provavelmente a aumentos de impostos; mesmo assim, ela indica uma realidade impressionante.

[938] "Notas sumárias sobre a administração de Tomás Antônio de Villanova Portugal", *DHI*, p.167. Segundo essa publicação, trata-se de um documento manuscrito redigido pelo próprio Vilanova Portugal.

[939] *GRJ* extra n.17, 19/06/1821.

[940] Na documentação oficial produzida pelo governo de Montevidéu desde 1817, bem como naquela de ordem privada envolvendo homens do poder, são freqüentes às referências ao período artiguista como de "anarquia", de ataques à propriedade que se encontrava desprotegida. ALONSO (et.al...) – *La oligarquía oriental*..., cit., p.31.

de uma vasta área de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados ao norte do rio Arapey, em troca da promessa de construção, pela administração lusa, de um farol na ilha das Flores e do cancelamento de dívidas que o cabildo contraíra com os exércitos invasores em 1817. O tratado foi ratificado em Porto Alegre em 26 de novembro de 1819, e pelo Cabildo de Montevidéu somente em 17 de outubro do ano seguinte, e não chegou a ter grande vigência prática.[941] Na época, contudo, sua dimensão subjugadora do cabildo de Montevidéu foi tornada pública no mundo hispano-americano; do lado português, a *Gazeta do Rio de Janeiro* simplesmente noticiou as resoluções favoráveis a ele decididas pelo Cabildo em janeiro de 1819.[942]

Os tempos não eram nada propícios a consensos, e a questão oriental se configurava como de muito difícil solução, na medida em que inserida num emaranhado de alternativas nas quais não era tarefa de pouca monta prognosticar o papel que este ou aquele encaminhamento do problema traria no futuro. No interior do Reino Unido, fora estabelecido um conflito entre duas ordens de interesses: num plano regional, a consolidação da ocupação encontrava ambiente favorável, podendo ser tomada até mesmo como uma continuação lógica de uma política que se desdobrava desde 1816; num plano nacional, a ocupação representava uma realidade incômoda ao regime constitucionalista português, além de ameaçar seriamente a segurança do Brasil agora destituído de sua condição de sede da monarquia. O desejo manifestado pela Corte joanina e pelas Cortes Constituintes de que o mais prontamente possível se reconhecesse a independência das repúblicas que iam se formando na América espanhola esclarece o que se pretendia com a atribuição do direito aos habitantes da Província Oriental de decidirem sobre seu futuro político: recorrendo a um instrumento bastante caro aos regimes liberais que se formavam em todo o mundo ocidental – congressos soberanos de representantes dos povos -, legitimar a independência também de um governo oriental que precisaria ser constituído ou – o que estava praticamente descartado – que fosse consagrado a partir de outros já existentes, notadamente o português. Em qualquer um dos casos, porém, o Reino Unido ficaria livre do ônus acarretado pela ocupação.

Na fragilizada Corte, obrigada a se submeter à autoridade das Cortes, o caminho a ser trilhado parecia claro. Posto que o retorno de D. João à Europa já estava decidido,

---

[941] Soares de SOUZA. O Brasil e o Prata até 1828, cit., p.320-321; A. CASTELLANOS – *La Cisplatina...*, cit., p.14-15; ALONSO (et al.) – *La oligarquia oriental...*, cit., p.57-58.
[942] *GRJ* n.66, 18/08/1819.

perdia razão de ser a demanda pelo estabelecimento, na América, de uma instância política capaz de resguardar o Brasil dos influxos das revoluções hispano-americanas, ou de influir incisivamente no curso daqueles acontecimentos. Portanto, a Província Oriental não poderia permanecer no pé em que se encontrava. Mas, ao mesmo tempo, as províncias do Brasil se encontrariam mais do que nunca expostas aos sempre temidos influxos provenientes da América espanhola revolucionada. Se a *evacuação* seria tomada efetivamente como um sinal de fraqueza perigoso demais para ser oferecido a forças políticas potencial ou realmente indispostas com o governo português, como eram notadamente a Espanha e Buenos Aires, a *concessão* da independência resguardaria o Reino Unido da supressão repentina de todo um conjunto de atitudes e discursos que desde 1808 apregoaram a necessidade de defesa do Brasil imposta pela sua vizinhança.

Quando em 16 de abril de 1821 o ministro de Negócios Estrangeiros e Guerra, Silvestre Pinheiro Ferreira, passou instruções ao enviado português a Buenos Aires, João Manoel de Figueiredo, para que negociasse o reconhecimento da independência daquele governo, encarregou-o também de, em sua passagem por Montevidéu, entregar pessoalmente um ofício a Lecor. Inteirando Figueiredo de seu conteúdo, Silvestre Pinheiro argumentava que "como porém aquela parte da Banda Oriental que se acha ocupada pelas Tropas Portuguesas, tem de fato perdido a sua independência, é S. M. servido que esta lhe seja mui solenemente restituída à face do Universo".[943] Reconhecia pois a expectativa, em estrita coerência com o pensamento das Cortes até aquele momento, que a Província deixasse de ser considerada uma usurpação portuguesa, mas evitando traumas desnecessários ao prestígio e poder político do Reino Unido. Como fazê-lo? Por meio de um congresso soberano dos povos orientais. Em junho, Figueiredo se encontrava em Montevidéu, onde efetivamente entregou o ofício a Lecor, confirmando-se o que fora dito a Figueiredo. Silvestre Pinheiro informava a Lecor que D. João não quisera partir para Portugal sem antes instruí-lo a respeito da conduta que deveria ser observada na Província: "sendo uma verdade de primeira intuição que as coisas não podem nem devem ficar aí no estado e andamento em que atualmente se acham, três são unicamente as hipóteses que é lícito assentar sobre o futuro estado do país que hoje se acha ocupado pelas Armas Portuguesas. Porquanto, ou ele se une de

[943] Instruções de Pinheiro Ferreira a Figueiredo, Rio de Janeiro, 16/04/1816, citadas por S. de SOUZA. O Brasil e o Prata até 1828, cit., p.322.

uma vez cordial e francamente ao Reino do Brasil; ou prefere incorporar-se a alguma das outras províncias vizinhas; ou enfim se constitui em estado independente." Emendava em seguida que "S. M., absolutamente disposto a fazer tudo quanto possa assegurar a felicidade desses Povos, tem assentado tomar por base da sua conduta para com ele, nesta ocasião, deixar-me a escolha da sua futura sorte: proporcionando-lhes os meios de deliberarem em plena liberdade, debaixo da proteção das Armas Portuguesas, mas sem a menor sombra de constrangimento, nem sugestão, a forma de governo e as pessoas que, por meio de seus representantes regularmente congregados, entenderem que são as mais apropriadas às suas particulares circunstâncias." Orientava-o para que tomasse por base, na reunião do congresso, as instruções adotadas tanto em Portugal quanto no Brasil para a eleição dos deputados às Cortes, ou seja, em proporção à população da Província. A expectativa de Silvestre Pinheiro, seguramente a expectativa de D. João e das Cortes, é de que o congresso decidisse pela terceira alternativa, ou seja, a constituição da Província Oriental em Estado independente, devendo nesse caso, portanto, as forças portuguesas progressivamente deixar de – palavra do próprio ministro – "ocupar" a Província; a Divisão de Voluntários Reais retornaria a Portugal e seriam tomadas providências para um bom estabelecimento de limites com o Rio Grande de São Pedro e de guarnição de sua fronteira. No caso muito pouco provável de que a escolha do congresso recaísse sobre a primeira alternativa, então Lecor seria nomeado governador e capitão-general da Província. Em qualquer um dos casos, contudo, deveriam ser tomadas precauções para que a nova ordem política a ser instaurada não acarretasse quaisquer prejuízos aos habitantes leais a D. João e às suas propriedades, devendo até mesmo a Real Fazenda arcar com eventuais despesas necessárias à garantia de seus interesses.[944]

As instruções passadas a Lecor, portanto, eram bastante coerentes com as principais alternativas disponibilizadas pelo momento que o Reino Unido atravessava em 1821, e na confluência das quais se localizava a questão oriental. Em primeiro lugar, e a despeito da política lecorista de ampliar a base de apoio à ordem portuguesa na Província Oriental, não apenas era desejável como parecia evidente que a ocupação se encaminhava para seu término; assim sendo, que o fosse de um modo administrado, conduzido pelo próprio governo português. Essa expectativa se amparava num

[944] Instruções de Pinheiro Ferreira a Lecor, Rio de Janeiro, 16/04/1821, citadas por SOUZA. O Brasil e o Prata até 1828, cit., p.322-323. Uma tradução espanhola integral das mesmas foi publicada por PIVEL DEVOTO. El congreso cisplatino (1821), cit., p.169-171.

diagnóstico no qual os descontentamentos com a presença portuguesa claramente se sobrepujavam, dentre os habitantes da Província, aos interesses por ela atendidos. Entretanto, se uma pouco provável decisão do congresso referendasse a ocupação, a modalidade de redefinição territorial típica do Antigo Regime que estabelecia a incorporação de novas áreas aos domínios de um monarca por meio da transferência de lealdades estaria poderosamente amparada num instrumento de reconhecida legitimidade, ao menos por parte do novo regime português e - o que não podia deixar de ser considerado - também pelo espanhol.

Parcela importante da leitura de conjuntura que subsidiava esse projeto e das expectativas da Corte portuguesa em torno dele dependeram da perspicácia de Silvestre Pinheiro Ferreira em compreender elementos da realidade pouco discerníveis em meio a um universo político extremamente complexo. Uma *parcela*, pois como vimos o projeto todo só é compreensível à luz de uma gama de variáveis historicamente construídas ao longo do processo de gestação da experiência hispano-americana; mesmo assim há uma destacada dose de atuação pessoal que não convém ignorar. Como homem de Estado, Ferreira considerava "o estado das nossas Relações com os nossos vizinhos do Rio da Prata" como "um dos mais importantes assuntos da minha Repartição", de modo que suas ponderações a respeito da questão oriental foram levadas ao rei, ao príncipe regente e aos demais membros do Ministério. Em resumo, defendia abertamente a retirada da Província Oriental da Divisão de Voluntários Reais e o término da ocupação, e num relato da reunião que teve com todos eles, Ferreira afirma ter-lhes elencado os principais motivos dessa defesa. Em primeiro lugar, "a estada das nossas Tropas na Banda Oriental depois do armistício concluído com Buenos Aires não somente nos tinha acarretado todos os males que ao comércio português fizeram os piratas arvorados em corsários com diferentes bandeiras, mas ocasionava ao Tesouro Público uma despesa anual que nem o Estado podia já continuar por mais tempo", não se podendo esperar que essas despesas encontrassem compensações seguras, "fossem as medidas que se adotassem para se aproveitarem os recursos que da ocupação daquele País por mais tranqüila e pacífica que fosse." Além disso, as inquietações e os descontentamentos gerais que grassavam a Divisão de Voluntários, os " exemplos escandalosos" de seus chefes e "os excessos que contra os Povos se exerciam" teriam chegado a ponto de pôr em risco não somente "aquela aliás excelente Divisão", mas igualmente que "abríssemos a porta a novos desastres, comprometendo-nos cada vez mais com os

Países circunvizinhos" e tornando as condições de negociação diplomática com a Espanha muito desfavoráveis. Desse modo, eram imperativas medidas urgentes, sendo que continuar a Província do jeito que estava, "como País ocupado por uma Força permanente", era por todos esses motivos impossível; de outra parte, uni-la oficialmente ao Reino do Brasil como uma província sua, dando-lhe "a forma de Província dele organizando a sua administração, Magistratura, Clero e Força Militar de uma maneira análoga às demais Províncias", demandaria muitos meses, sendo que o rei tinha pela frente apenas poucos dias de residência na América, que ademais se encontrava suficientemente convulsionada para desencorajar uma empresa de tal monta.[945]

Assim, a Ferreira via a necessidade de estabelecer "boas relações" – sinônimo de reconhecer-lhes a independência política - com todos os governos da América espanhola, inclusive com o da Província Oriental. Afinal - oferecendo-nos um testemunho inequívoco do extraordinário poder que a experiência hispano-americana tinha adquirido por sobre os destinos políticos do Reino Unido e do Brasil - concebia que a "oupação [da Província Oriental] teve por motivo mais a inquietação das Províncias circunvizinhas do que o mal que dela tivéssemos a recear".[946] Era o conjunto da América espanhola revolucionada que oferecera motivos para a ocupação, de modo que era com esse conjunto que o governo do Reino Unido teria que lidar. É por isso que no mesmo dia e ocasião em que transmitiu instruções a João Manoel de Figueiredo para estabelecer boas relações com os governos vizinhos do Brasil, Ferreira instruiu Lecor acerca da conduta a ser observada com a Província Oriental, a reunião do congresso e, ao que tudo indicava – e a Corte do Brasil desejava – a oficialização de sua independência; e também, no mesmo dia 16 de abril de 1821, dirigiu um oficio a Martín Rodríguez, governador de Buenos Aires, asseverando-lhe o interesse português no reconhecimento da independência do Prata e – por meio do congresso – também da Província Oriental.[947] A própria conduta de Lecor a esse respeito deveria ser utilizada por Figueiredo, junto àquele governo, como demonstração cabal das reais intenções da

[945] Carta de Silvestre Pinheiro Ferreira ao conselheiro Felipe Ferreira de Araújo e Castro, Rio de Janeiro, 04/1821, cit. In: PIVEL DEVOTO. El congreso cisplatino (1821), cit., p.163-168.
[946] Idem acima.
[947] Ofício de Silvestre Pinheiro Ferreira ao governo de Buenos Aires, Rio de Janeiro, 16/04/1821 (publicado por PIVEL DEVOTO. El congreso cisplatino, cit., p.171-174). As intenções da Corte portuguesa em relação à reunião do Congresso provocaram sérias desconfianças, como se vê do ofício do governo de Buenos Aires à Junta de Representantes da Província (Buenos Aires, 26/06/1821) e da circular dirigida aos governos do Chile e do Paraguai (Buenos Aires, 02/07/1821). Documentos publicados por PIVEL DEVOTO. El congreso cisplatino (1821), p.175-179.

Corte. Sobre essas negociações todas, conhecidas publicamente no Rio de Janeiro por meio da *Gazeta de Buenos Aires*, o representante austríaco à Corte testemunhou que "le Gouvernement a gardé ici [...] le silence le plus absolu".[948]

Mas além de uma forte sensibilidade para a concretude da experiência hispano-americana – no que evidentemente ele não se encontrava sozinho –, Silvestre Pinheiro Ferreira demonstrou uma aguda percepção de que, ao contrário do que os informes de Lecor à Corte asseveravam, a união da Província Oriental ao Brasil encontraria sempre obstáculos intransponíveis – daí sua convicta expectativa de que o congresso decidiria pela independência - tanto mais quando operada "por força de um decreto". Porque afinal

> "a força armada para suster, como em tal hipótese é preciso no caráter de conquistador, deve se compor principalmente de Tropa do País: e esta jamais será Tropa Portuguesa: menos será Português o corpo Eclesiástico: os Magistrados, os Administradores: e ainda mais que eles, os Povos jamais se poderão amoldar às nossas leis civis, criminais e de fazenda que tem de aprender, em que muito tem de reprovar, ou cujos defeitos (ainda que menores sejam do que os da Legislação debaixo de que tem vivido) lhe são tanto mais sensíveis e intoleráveis, quanto lhe são, além de novos e estranhos, incutidos pelo temor e pela força" .[949]

E, desse modo, a questão oriental se via consideravelmente refinada: não se tratava somente de saber quem ganharia ou perderia com a evacuação ou incorporação da Província ao Brasil, mas também de considerar que condições reais de bom êxito contaria uma eventual incorporação.[950] O que implicava que os propugnadores de tal ou qual solução teriam também de lidar com essa variável e, se necessário, instrumentalizá-la.

---

[948] Marschall a Metternich, 22/07/1821(MELLO, cit., p.204).
[949] Pinheiro Ferreira ao conselheiro Araújo e Castro, cit.
[950] O que torna claramente insustentável a afirmação de Maria B. Nizza da SILVA segundo a qual, em 1821, Silvestre Pinheiro "encontrava-se ainda meio perdido entre as polêmicas que o cercavam e a necessidade de agir, entre as várias concepções de governo representativo e os embates políticos do dia a dia". (Silvestre Pinheiro Ferreira e o movimento constitucional no Rio de Janeiro. In: *Cadernos de Cultura. Suplemento da Revista Cultura*, n.01. Lisboa, Centro de História da Cultura/Universidade Nova de Lisboa, 1998, p.63).

Foi o que fez Carlos Frederico Lecor, respaldado em um cada vez mais amplo grupo de apoio. Se a posição de Ferreira, tornada posição oficial do Estado português, *esperava* e *desejava* que o congresso votasse pela independência da Província Oriental, Lecor *trabalharia* para que ele votasse pela incorporação ao Brasil. "Apesar da maliciosa intenção, com que o Governo de Buenos Aires, e os seus Agentes exageram os acontecimentos dessa Corte, e semeiam idéias de receio nos ânimos destes habitantes", escreveria Lecor, de Montevidéu, ao ministro da Marinha, conde dos Arcos, "eu tenho confiança de que eles hão de pronunciar-se pela opinião que já por três vezes elevaram a Consideração Excelsa de S. M.".[951] Posicionava-se assim contrário à Corte, ao ministério joanino e – até aquele momento - às Cortes de Lisboa.

Para que o congresso seguramente votasse pela incorporação, Lecor subverteu as instruções recebidas de Silvestre Pinheiro, ignorando as diretrizes de proporcionalidade de representantes por cada parte da Província e de livre escolha dos mesmos pela população: dos dezoito representantes a formarem a assembléia, quatro foram os síndicos procuradores dos Cabildos da Província, nove os alcaides ordinários da campanha e apenas cinco os efetivamente eleitos, ainda assim escolhidos pelos cabildos. Não por acaso, os quatorze indicados integravam o grupo de apoio ao governo português de Montevidéu. Assim, compuseram o "Congresso Cisplatino", reunido em Montevidéu entre 15 de julho e 8 de agosto de 1821, Juan J. Durán (presidente), Dámaso A. Larrañaga (vice-presidente), Francisco Lambí (secretário-geral), Luis Eduardo Péres, Jerónimo Pío Bianqui, Frutuoso Rivera, Tomás García de Zuñiga, José Vicente Gallegos, Loreto de Gomensoro, Alejandro Chucarro, Romualdo Ximeno, Mateo Visillac (Villalba), José de Alagón, Manuel Lago, Manuel Antonio Silva e Salvador García.[952]

As palavras pronunciadas durante uma das sessões pelo vice-presidente Larrañaga a favor da incorporação a Portugal operam uma simbiose de interesses particulares e interesses "públicos", e podem ser lidas como uma síntese das aspirações gerais do grupo que ele integrava, absoluto no Congresso: "nuestro deber nos llama a consultar los intereses públicos de la Provincia, y sólo esta consideración debe guiarnos; porque en los extremos, la salud de la Patria es la única y más poderosa ley de nuestras operaciones. Alejemos la guerra, disfrutemos de la paz y tranquilidad, que es el único

[951] Ofício de Lecor ao conde dos Arcos, Montevidéu, 19/06/1821. Na mesma linha o de 28/06/1821. Os dois foram publicados por PIVEL DEVOTO. El congreso cisplatino (1821), cit., p.217-218.
[952] CASTELLANOS – *La Cisplatina...*, cit., p.17 e segs.

sendero que debe conducirnos al bien público".[953] Consagrando os mesmos princípios que justificaram a adesão aos propósitos portugueses na região oriental em 1817, os deputados votaram favoravelmente à incorporação ao Brasil, em 18 de julho; entre os dias 23 e 26 foram discutidas as condições pelas quais ela se faria; foram aprovadas 21 delas no dia 28, e finalmente o conjunto todo no dia 31 de julho. De 5 de agosto, data o juramento das bases de incorporação por Lecor e pelo Congresso, e a partir de então elas foram sendo juradas pelos Cabildos até o mês de setembro.[954]

No tocante ao funcionamento do governo, ficava mantida a autoridade de Lecor e nomeava-se um síndico procurador do Estado Cisplatino, García de Zuñiga. As bases da incorporação demonstram que o diagnóstico das limitações inerentes à medida, concebidas por Silvestre Pinheiro Ferreira quando ela era tão-somente - e muito distantemente - aventada, eram reais. A Província Cisplatina gozaria, é certo, da mesma categoria que as demais do Reino Unido, tendo direito a representação nas Cortes de Lisboa e com limites territoriais definidos (o rio Cuareim como limite norte, mais o Prata ao sul, o Uruguai a oeste e o Oceano Atlântico a leste). Mas, ao mesmo tempo, ficavam conservadas suas leis vigentes, foros, privilégios, isenções, costumes, títulos, preeminências e prerrogativas de seus povos, autoridades, famílias e indivíduos; igualmente se mantinha a independência de suas autoridades civis em relação às militares; as autoridades portuguesas se comprometiam a não introduzir quaisquer novas taxas e impostos sobre indústria (que era insignificante, cada vez mais fraca diante da penetração de produtos ingleses e norte-americanos), comércio e agricultura, "conforme á los principios de las naciones liberales" (sétima "base"); a província teria direito a um bispado próprio, e seriam aceitas as bases constitucionais da nação portuguesa definidas pelas Cortes de Lisboa. Em suma: a Província não se tornaria completamente "portuguesa". Por fim, cabe salientar que o serviço militar, tão temido por conta dos recrutamentos forçados que tradicionalmente retiravam mão-de-obra do setor produtivo, não seria obrigatório exceto para vadios ou criminosos, e as milícias locais apenas poderiam sair de seus lugares em casos de emergência, como por exemplo uma invasão do Estado, mas jamais fora dos limites deste.[955]

---

[953] CASTELLANOS – *La Cisplatina...*, cit., p.19; no mesmo sentido as falas de Pío Bianqui e de Lambí, em ALONSO (et al.) – *La oligarquia oriental...*, cit., p.128-129.
[954] Para o Congresso, CASTELLANOS – *La Cisplatina...*, cit., p.17-21. A ata da votação de 31 de julho está publicada nos *Documentos para a história da independência* v.I. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1923, p.31-33.
[955] Ata de 31/07/1821, 7ª. "base", *DHI* p.32; ALONSO (et al.) – *La oligarquia oriental...*, cit., p.126-131.

Quando chegaram a Portugal documentos atestando os procedimentos de Lecor em relação ao congresso, Silvestre Pinheiro dirigiu a Lecor uma dura advertência, sobretudo por causa dos sérios constrangimentos causados nas relações entre Portugal e Espanha. "Com sentimento me vejo obrigado a declarar a V. Exa. que o contexto daquele Ato confirma na geral opinião os boatos que anteriormente se tinham espalhado de que a composição da Assembléia Provincial por quem ele foi decretado, em vez de ser na sua origem, e nos seus procedimentos tal como a V. Exa. se havia recomendado [...] parecia antes calculada para justificar as veementes suspeitas de que esta Corte dando a V. Exa. aquelas instruções francas e liberais com o fim de serem as ostensivas lhe mandava outras secretas pelas quais V. Exa. depois de haver feito eleger as pessoas com quem melhor se podia contar para o fim de se conseguir a União tomara todas as medidas que a presença de Força Armada do seu Comando lhe oferecia para decidir a efetiva Incorporação da Província postergando quaisquer reclamações em contrário que esses Povos se lembrassem de fazer contra uma tão violenta reunião".[956] Claramente, ficava estabelecida uma cisão no interior da política de Estado portuguesa, com a Província Cisplatina adquirindo, para o governo constitucional, feições de um estorvo ainda maior do que tinha sido a Província Oriental. Sobretudo porque a "questão cisplatina" seria rapidamente incorporada aos debates políticos que, por meio da imprensa livre, eram agora travados em espaços públicos cada vez mais dinâmicos.

Como forma de amortecer os ataques advindos dos periódicos de Buenos Aires, entre dezembro de 1821 e agosto de 1822 vieram à luz em Montevidéu três periódicos que, com distintas ênfases, tomaram a si a tarefa de defender publicamente a incorporação: o *Pacífico Oriental de Montevideo*, o *Expositor Cisplatino* e o *Patriota*, redigidos parcial ou integralmente em português (caso do *Expositor*), voltados diretamente aos interesses mercantis e ao grupo que desde 1817 vinha oferecendo apoio à administração portuguesa. O *Pacífico* espelhava já no seu título os fundamentos oficiais de sua defesa: "pacificação", extinção dos males da guerra e das mazelas que seu prolongamento acarretava à produção e comércio orientais, eis o que se poderia

[956] Ferreira a Lecor, Lisboa, 22/12/1821, contestado pelos ofícios de Lecor a Ferreira de 29/03/1822, 30/03/1822 e 22/04/1821 (publicados por PIVEL DEVOTO. El congreso cisplatino, cit., p.352, p.366-368, p.368-369 e p..369-372, respectivamente). Para tentar amenizar seu desgaste político, Lecor enviou Lucas José Obes ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1822 (CASTELLANOS – *La Cisplatina...*, cit., p.21). Sobre os protrestos da Espanha contra a criação da Cisplatina: ALEXANDRE – *Os sentidos do imperio...*, cit., p.741.

esperar da nova ordem política que se inaugurava.[957] Em suas páginas, atenderia a algumas das expectativas básicas dos grupos para os quais esse argumento fazia sentido: artigos e notícias de economia, avisos de entrada e saída de embarcações com seus portos de destino e cargas ("se insertarán todas las noticias extranjeras, sin olvidar las de nuestro País, que tanto nos interesan, para que el Comercio calcule y combine con mas seguridad sus especulaciones");[958] igualmente, publicaria documentos oficiais das administrações municipal (Montevidéu), Provincial ou do Reino Unido (das Cortes de Lisboa), em português ou espanhol, notícias políticas geralmente sobre o Brasil (de cujos periódicos retirava boa quantidade de extratos), e cartas de leitores. Desde o início, o *Pacífico* se mostraria ciente da necessidade de angariar amplo apoio à política luso-oriental, exaltando suas virtudes e os benefícios por ela trazidos à província, combatendo os argumentos de seus opositores. No "Prospecto", referia-se a uma "crisis destructora de toda Sociedad, cuya sofocación impera la razón", de modo que "las discordias civiles después de causar el llanto, la desolación, y muerte, dejan reliquias tan funestas a la sociedad, que el Gobierno mas bien intencionado, y con todo el carácter de justo, pocas veces puede extinguir sin la ayuda del tiempo aquel volcán, que continuamente vomita desconfianza, inquietud, celos, y odio".[959] Cumpriria a todos auxiliar o governo a "extinguir o vulcão", objetivo em busca do qual a imprensa "arroja el grito de alarma, los pueblos se levantan entonces, y semejantes a los Romanos, revestidos de energía y valor, al ruido de las cadenas que les preparaba Breno, también saben alcanzar a sus enemigos, vencerlos, y reasumir sus derechos".[960]

---

[957] Publicou 27 números, um suplemento e algumas folhas soltas, entre 22/12/1821 e 04/07/1822. Seu redator era Francisco de Paula Pérez, natural de Chuquisaca. A *Imprenta de Pérez*, responsável pela sua edição, tem sua origem em fins de 1821 quando Pérez arrendou a imprensa municipal ao Cabildo de Montevidéu por um prazo de dezoito meses, e a ela incorporou um maquinário adquirido três anos antes do revolucionário hispano-chileno José Miguel Carrera, que desde 1818 se encontrava em Montevidéu. Carrera era proprietário da *Imprenta Federal de William P. Grinswold y John Sharp*, responsável pela edição de periódicos como o *Hurón* e a *Gaceta de un Pueblo*, além de panfletos. Ao que tudo indica, sua atividade era tolerada por Lecor, que não podia deixar de ver com bons olhos seus ataques contra os revolucionários de Buenos Aires e Chile. A *Imprenta Federal* foi fechada após queixas formais do governo de Buenos Aires ao do Rio de Janeiro, sendo então parcialmente adquirida por Paula Pérez quando Carrera abandonou Montevidéu, no começo de 1819. Anos depois, a *Imprenta de Pérez* seria comprada pela Hermandad de Caridad e transformada na *Imprenta de la Caridad*. Benjamín FERNÁNDEZ Y MEDINA – *La imprenta y la prensa en el Uruguay desde 1807 a 1900*. Montevidéu, Imprenta de Dornaleche y Reyes, 1900, p.17-18; Daniel A. FERRET JANS – *Crónica del periodismo en el Uruguay*. Montevideo, Fundacion Hanns Seidel, 1986, p.53-58. Nesses dois autores se baseiam as informações a respeito dos três periódicos que se seguem.

[958] "Prospecto". *Pacifico Oriental de Montevideo* (doravante *POM*) n.01, 22/12/1821.

[959] *POM* n.01, 22/12/1821.

[960] *POM* n.01, 22/12/1821.

Em linhas gerais, todo o discurso político do *Pacífico Oriental de Montevideo* se organizaria em torno do princípio de que "el respetar las personas y propiedades es el primero, y más Santo de los deberes en los Gobiernos representativos, y donde esto no se ejecuta, no hay Libertad". Em termos práticos, como "por desgracia suscitadas las guerras civiles, se creyó necesario al sosiego de los Estados de Su M. F. la ocupación de este territorio", seria motivo de júbilo que "después de incalculables contrastes, males y reveses", por conta daquela ocupação "la Libertad proclamada por la heroica Nación Portuguesa nos pertenece hoy por derecho." Uma vez lograda essa feliz situação, "llenados estos primeros deberes, y disipada la tempestad de la guerra", os esforços "deben dirigirse a restituir la industria y Comercio, fuentes de la verdadera grandeza", pois "así solamente cambiará de aspecto el territorio, y desaparecerán los graves males que lo han atacado". Por fim, sendo "el Gobierno instrumento poderoso para promover nuestra felicidad, sólo espera que nuestros deseos se manifiesten en conformidad a nuestras urgentes necesidades: uniformemos nuestros votos, y no tenemos más que explicarlos para su ejecución".[961]

Em cores mais radicais do que o *Pacífico*, o *Expositor Cisplatino* empreendia a mesma defesa da ordem e da propriedade privada na Cisplatina e clamava por união de propósitos.[962] Enfatizando os males decorrentes do "indubitável, e irremissível crime" da "perturbação do júbilo popular", cujas "funestas agitações" conduziriam a "horrorosos espetáculos", com "bastos e profundos valados [cheios] de cadáveres dos nossos concidadãos, ruas banhadas com o próprio sangue de seus habitadores; truculências, brados, desassossegos, e misérias", o *Expositor* afirmava que, se se permitisse que isso ocorresse, "daríamos à constituição, (sendo ela uma lei reta e suave) o título de subversão; porque em vez de nos vir pacificar, e reger-nos com tranqüilidade

---

[961] *POM* n.2, 29/12/1821, artigo intitulado "Orígen de nuestra libertad". Percebe-se que o *Pacífico* ampara seu discurso num universo linguístico tipicamente constitucional, partidário declarado que era da idéia de que a garantia da inviolabilidade das "pessoas e propriedade" na Província Cisplatina só poderia ser garantida pela adesão à política portuguesa, a esse tempo centrada nas Cortes de Lisboa. Assim, idéias articuladas de *constituição*, *liberdade* e *regeneração* são mobilizadas contra as nefastas de *escravidão* (no sentido político), *despotismo* e *opressão*. Logo, contudo, essa filiação se veria condicionada pela mudança no curso dos acontecimentos políticos do Reino Unido, e o *Pacífico* sofreria as injunções de um tempo em rápida transformação, fechando suas portas em julho de 1822 com seu redator perseguido pelas autoridades portuguesas da Província.

[962] Editado anonimamente pela mesma *Imprenta de Pérez*. Redigido na forma de artigo único – o que talvez o aproximasse mais da categoria de um panfleto do que da de um periódico – inteiramente em português, viria à luz em 11/04/1822, deixando entender que teria continuação. A exemplo do que ocorrera já com o *Pacífico*, também o *Expositor cisplatino* foi fechado pelas autoridades da Cisplatina e seu redator perseguido. Ao que tudo indica, o seu discurso radical, dirigindo críticas e ofensas diretas a D. João e seus ministros, não se coadunou com o projeto de monarquia constitucional do qual deveria ser propugnador.

e retidão; antes nos vinha aumentar as fúnebres discórdias, e propagar os espíritos revolucionários".[963] A exemplo do *Pacífico*, o *Expositor* era monárquico-constitucional, propalador dos "laços de amor, e respeito com que nos achávamos unidos ao Trono augusto" contra a "peste da destruidora anarquia", se referindo à Constituição como "uma lei fundamental" que devia "garantir os direitos do cidadão" e "sustentar em perfeito equilíbrio as prerrogativas individuais". Desse modo, a segurança oferecida à Cisplatina pela proteção portuguesa decorria da superioridade desse tipo de regime em relação a qualquer outro observado nas vizinhanças platinas, onde era sabido predominarem repúblicas constitucionais independentes ou confederadas: "ora não devemos supor que os Brasileiros se deixem reduzir a tão misérrimas circunstâncias como aquelas a que seus vizinhos estão reduzidos. Porque as provas que eles tem dado de afeição ao Governo Monárquico Constitucional, evidentemente testificam o amor que consagram ao trono, e o quanto amam a incolumidade da sua convivência social".[964]

Também se encontra no *Expositor*, claramente formulada, a necessidade de mobilização coletiva em torno da tarefa da "pacificação" da Província Cisplatina. Referindo-se aos "desassossegos" que "se originam dos venenosos pasquins e outros escritos que por um modo irregular saem à luz para agitarem os ânimos populares", advertia para o perigo de "impressos que a cada momento se estão transmitindo ao público dentro de cartas anônimas; os quais lidos com circunspecção nada contém de interessante, mas tudo de malevolências e imbecilidades dos seus autores." Eis então "fortíssimas razões que nos obrigam a deprecar aos homens circunspectos, o usarem da sua prudência e neutralidade para com semelhantes papéis: pois será este o meio único de evitarmos os pestilentos tufões que sucessivamente nos atordoam os ouvidos".[965]

Desse modo, a Província Cisplatina contava ardorosas defesas públicas de sua existência política, imprescindíveis para o escoramento das fortes pressões contrárias à dominação portuguesa. Menos enfático do que o *Pacífico Oriental de Montevideo* e o *Expositor Cisplatino*, mas igualmente voltado aos interesses da administração e ao grupo que lhe dava sustentação, o *Patriota* veio à luz em agosto de 1822 com atribuições técnicas que muito lhe assemelhavam ao agora extinto *Pacífico Oriental*: publicar artigos de opinião, cartas de leitores e polêmicas, notícias da América e

[963] *Expositor Cisplatino* n.01, 11/04/1822.
[964] Idem.
[965] Idem.

preferencialmente do Brasil (com extratos de outros jornais), documentos oficiais e movimento marítimo. Sempre com ênfase nos acontecimentos e negócios da Bahia, província com a qual o porto de Montevidéu mantinha intensas ligações.[966]

À luz do conflito de interesses no seio do governo do Reino Unido materializado pela criação da Província Cisplatina, é compreensível que no Brasil a *Gazeta do Rio de Janeiro* tenha simplesmente ignorado a medida. O conhecimento público de que, desconsiderando as instruções do governo português, Lecor manipulara a assembléia que decidiu a medida – o que periódicos como a *Gazeta de Buenos Aires* e o *Argos de Buenos Aires* não se cansariam de denunciar - deveria ser, na medida do possível, evitado. Essa era, aliás, uma prática na qual a *Gazeta do Rio de Janeiro* era bastante experimentada, reafirmada durante anos pelo silêncio em torno das revoluções hispano-americanas. Mas a despeito dos cuidados da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a questão da Cisplatina se tornou logo conhecida no Rio de Janeiro, onde já em agosto de 1821 o representante austríaco Marschall se dirigia pessoalmente a Silvestre Pinheiro em busca de maiores detalhes; no mês seguinte, tendo às mãos um exemplar da *Gazeta de Buenos Aires* de 1°. de agosto, Marschall já sabia das condições em que fora reunido o congresso.[967] O *Correio Brasiliense* noticiou-a em setembro, opinando em seguida que "há quem diga, que a posse de Montevidéu não vale a pena do sacrifício de manter ali 6.000 homens. Nós somos de opinião contrária; porque julgamos a acessão de Montevidéu muito importante ao Brasil, e porque, em vez de ter tropas em outros pontos do Brasil, aonde o povo, numa constituição livre, é muito capaz de se defender a sim mesmo, as tropas devem ir para as fronteiras, aonde são necessárias; porque sem elas nem se pode manter Montevidéu, nem guardar as fronteiras do Rio Grande, contra as incursões dos povos, que vivem em anarquia, nas margens do Uruguai e Rio da Prata".[968] O silêncio da *Gazeta do Rio de Janeiro* lhe valeu veementes críticas da *Malagueta*, que não só deu a notícia como também publicou documentos a ela

[966] O *Patriota* publicou oito números entre 17/08 a 04/10/1822, pela *Imprenta de Torres*. Seu redator era Manuel Torres.

[967] Marschall a Metternich, respectivamente em 27/08/1821 e 14/09/1821 (MELLO, cit., p.207-208 e p.215-216).

[968] *CB* v.XXVII, n.160, 09/1821. A citação é do n.161, 10/1821. Em dezembro afirmaria que ' a Banda Oriental, formalmente anexa ao Brasil, mostra contudo o semblante de que procurará constituir-se um Governo independente; porque nenhumas medidas se tem adotado para consolidar aquela união" (*CB* v.XXVII, n.163, 12/1821); em agosto de 1822, ao publicar o juramento de 05 de agosto (n.165, 02/1822), criticou a ausência de medidas eficientes que permitissem a longevidade da incorporação, do que seria de se esperar que logo a Cisplatina viria a formar um governo independente. No que não é difícil reconhecer ecos das advertências feitas anteriormente por Silvestre Pinheiro Ferreira.

referentes extraídos dos baianos *Idade do Ouro do Brasil* e *Semanário Cívico*.[969] A votação de 18 de julho também foi dada a conhecer no *Revérbero Constitucional Fluminense*, que acreditava que com isso ficava o Brasil, com justiça, "emoldurado" pelos seus limites naturais.[970] Os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* dedicaram o seu único número a um extenso comentário laudatório da medida, destacando a suposta "liberdade" com que os representantes orientais teriam optado pela incorporação.[971]

O *Revérbero Constitucional Fluminense* publicaria, em janeiro de 1822, interessantes *Considerações sobre o Manifesto de Portugal aos Soberanos e Povos da Europa, na parte relativa ao Reino do Brasil; oferecidas aos deputados deste Reino em Cortes*, de autoria de Antonio José de Paiva Guedes de Andrade. Contestando o *Manifesto* que a Junta Provisional de Portugal aos governos euopeus em dezembro de 1820, seu autor argumentava que "a aquisição de Montevidéu, já por muitas vezes abandonada à sorte das armas", era "por dois motivos importantíssima ao Brasil: 1º. porque ganha este Reino uma Praça que é das principais chaves do seu território: 2º. porque, abandonando Montevidéu, fica exposto à cobiça da primeira Nação empreendedora que ali quiser estabelecer-se, e o Brasil portanto com um estranho nas suas raias, que pode vir a ser lhe formidável." Prosseguindo, requeria que "à vista das utilidades que ao Brasil resultam da aquisição de Montevidéu, decidam as pessoas sensatas se é político o encarecimento que faz o dito Manifesto, dos meios com que Portugal tem concorrido para ela; encarecimento que pode induzir a suspeitar quanto são opostos os interesses dos dois Hemisférios Portugueses." Por fim, lembrava que "o Brasil veria com grande descontentamento desmembrar-se do seu território a Província Cisplatina, se as Cortes assim o ordenassem, no momento mesmo em que os seus habitantes, reconhecendo que nem lhes convém, nem podem já ser senão Portugueses, até pelos numerosíssimos enlaces de famílias conosco, tomando parte em nossa Regeneração Política, têm devidamente nomeado os Deputados que hão de representá-los nas Cortes Portuguesas".[972]

[969] *Malagueta* n.06, 01/1822. Os documentos foram retirados da *Idade do Ouro* n. 123-127, e do *Semanário cívico* n. 41-44.
[970] *RCF* n.13, 05/02/1822.
[971] *AFCAL* n.01, 01/1822.
[972] *RCF* n.08, 01/01/1822, continuadas no n.09, 08/01/1822. As *Considerações* se encontram publicadas nos *DHI*, p.331-338.

Para que se possa compreender o significado transcendente que esse debate iria adquirir nos destinos políticos do Brasil, é necessário voltarmos nossa atenção para o que se discutia a respeito nas Cortes de Lisboa. O principal debate foi o da sessão do dia 2 de maio de 1822, quando da apresentação de um parecer elaborado pela Comissão Diplomática que recomendava a desocupação da Cisplatina. Essa posição se amparava em três tipos de argumentos: um de ordem *legal* (a incorporação teria sido injusta, não teria respeitado regras de direito internacional e de diplomacia entre as nações); outro de ordem *econômica* (a manutenção do governo português da Cisplatina, em boa parte à custa de armas, era cara); e um terceiro, de ordem de *segurança* (sua posse em nada asseguraria ao Brasil a segurança de suas fronteiras). Nas contestações que se seguiram (alguns deputados apenas relativizaram a validade de alguns desses argumentos, outros demonstraram total desconhecimento em relação ao que se passava com a Província), houve pronunciamentos a favor e contra, tanto por parte de deputados por províncias do Brasil quanto por províncias de Portugal, e ainda que tenha prevalecido uma tendência da maioria dos americanos votar contra o parecer, também o fizeram muitos peninsulares, de modo que ele foi rejeitado por ampla maioria: 84 votos a 28.[973]

Os argumentos contrários à evacuação já nos são conhecidos. "As razões por que nós ocupamos aquela praça", afirmou o deputado Vasconcelos, "subsistem ainda; os povos limítrofes acham-se na mesma anarquia, e enquanto eles não formassem um governo sólido com quem se possa tratar com segurança, nós temos direito de continuar a reter Montevidéu". Com o argumento do alto custo da ocupação concordava Borges Carneiro, mas da prosperidade advinda do próprio governo português de Montevidéu poderia surgir a solução: "só no ano de 1819 (tempo de guerra e portanto de menos comércio) rendeu [a aduana] mais de 700$ cruzados; em 1820 800$ a 900$ e assim em progressivo aumento, sem falar nas outras alfândegas, de sorte que até se pode esperar que dali possa vir dinheiro para Portugal, como dantes ia para Espanha". Para Borges de Barros, "não devemos abandonar a um povo que quer fazer parte do Reino do Brasil, e por tanto da Nação portuguesa, consideração muito atendível, mesmo prescindindo do lucro que da província tirarmos, de quanto é essencial para a segurança do Brasil ter por barreira um grande rio, que mostra ser a raia que lhe assinou a natureza". "Como se pode conceituar de inútil aquilo de que tanto depende a defesa, e a segurança do Brasil, aquilo que tão consideravelmente aumenta a riqueza, o poder, e a política representação

[973] ALEXANDRE - *Os sentidos do império*..., cit., p.741-743.

do Reino Unido?", perguntava-se o deputado Bastos; "a natureza situou o Brasil entre os dois grandes rios, Prata, e Amazonas", e "assim como o Pará é a chave do Brasil pela parte do Norte, Montevidéu o é pela parte do Sul: e conseqüentemente a sua conservação não pode deixar de considerar-se da maior importância para a defesa e segurança do mesmo Brasil". A Cisplatina era importante porque o Brasil era específico: dela precisava para defender *seu* território e *suas províncias*, para consagrar as fronteiras que a natureza *lhe* destinara, para contentar *seus* habitantes; e nas Cortes o que vemos é uma repetição dos mesmos argumentos, na fala tanto de "brasileiros" quanto na de "portugueses".

Além de se manterem atentos - ao menos na discussão dessa questão – em não acirrar ânimos que pudessem produzir fraturas no interior do corpo político nacional português que a ampla maioria desejava, a princípio, manter, os deputados também se mostraram sensíveis às pressões que lhes chegavam das esferas públicas de discussão. Borges Carneiro, o primeiro a falar na sessão de 2 de maio, afirmou ter obtido informações de que, na América, "a todos [...] desagrada a opinião de se abandonar Montevidéu"; assim, até mesmo o deputado Sarmento, propenso a concordar com a evacuação, que considerava injusta, e "intimamente convencido [...] de que o Brasil não interessa naquela aquisição", propôs "que façamos saber, que não temos intenções de nos apropriarmos da província, de que se trata, porém que em atenção ao estado presente do espírito público no Brasil, não tenha lugar imediatamente a evacuação de Montevidéu".[974] Na península, dirigindo "duas palavras em atenção somente ao vulgo" no qual a questão da Cisplatina teria excitado "opiniões várias", a *Gazeta Universal* defendia os direitos portugueses à ocupação definitiva da Província Oriental. Discutindo a possibilidade, sempre presente nos debates da época, de permuta entre Portugal e Espanha envolvendo Montevidéu e Olivença, a *Gazeta* considerava que isso "não é troca, é perda"; recorrendo a uma versão da história recente dos acontecimentos, afirmava que "a nossa Corte [...] havendo sido gravemente provocada pelos insultos de *Artigas*,[975] era forçoso desembainhar a espada", de modo que com o governo português de Montevidéu "a felicidade igualou a justiça da guerra; nossas tropas vencedoras [...] desassombraram nossas Províncias, e as de *Buenos Aires* do inimigo comum a todos"; concluindo, concebia a *Gazeta* que Montevidéu "está para o *Brasil* na mesma razão que

[974] Devo o acesso ao *Diário das Cortes* de 02/05/1822 a Cristiane Alves Camacho dos Santos.
[975] Note-se como a estratégia de manter uma imagem de Artigas mais vivo do que realmente estava surtira efeito.

o *Algarve* para Portugal; a perda do *Algarve* desguarneceria *Portugal*, e a de *Montevidéu* desguarneceria o *Brasil*," sendo "*uma Província* marítima, maior que qualquer das de *Portugal*, fertilíssima, e chave do *Brasil* pelo *Sul*".[976] Contudo, as manifestações da *Gazeta Universal* não dão mostras de terem sido as predominantes em Portugal; ao contrário, o que parece ter dominado o cenário são aquelas estampadas pelo *Português Constitucional* e pelo *Astro da Lusitânia*, ou ainda pelo *Campeão Português*, que acusava o governo do Rio de Janeiro de "encher os Erários do Brasil, empobrecer e minguar os do nosso desgraçado e *colonizado* Portugal" com uma política imprudente de "executar e levar avante essa estulta, mal combinada e desastrada expedição de Montevidéu" que privava Portugal "dos restos de força e riqueza que ainda dentro de si conservava".[977]

Com acerto, escreve Valentim Alexandre que, "muito impopular em Portugal, a questão platina aparecia deste modo como a expressão mais evidente das contradições que minavam o império".[978] Se voltarmos nossa atenção para o Brasil, é forçoso lembrar que ali, desde fins de 1821, repercutiam muito negativamente os decretos das Cortes de 29 de setembro e de 1°. de outubro, bem como as constantes ameaças de envio de novas tropas para subjugarem dissidências em províncias como Bahia e Pernambuco. Cada vez mais poderoso era o sentimento de indisposição em relação às Cortes que, tomadas quase que como um bloco homogêneo, pretenderiam "recolonizar" o Brasil. A defesa da evacuação da Cisplatina era bastante apregoada também na península, mas não se tratara jamais de uma posição dominante; entretanto, num contexto de posições tendencialmente antagônicas como era o do Reino Unido entre 1821 e 1822, a atribuição de uma *brasilidade* à questão da manutenção da Cisplatina adquiria dimensões inequívocas.[979] Mesmo porque algumas regiões do Brasil tinham motivos particulares para nutrir temores verdadeiros em relação aos sérios prejuízos que a

---

[976] *Gazeta Universal* n.161, de 26/07/1822. É importante destacar que esse exemplar, existente na "Biblioteca José e Guita Mindlin", em São Paulo, integra os papéis reunidos pelo governador intendente de Montevidéu, Juan José Durán, junto com outros exemplares do mesmo jornal lisboeta contendo notícias referentes à Província Oriental. Portanto, tudo indica que os argumentos da *Gazeta Universal* foram lidos em Montevidéu, reforçando as idéias de outros interlocutores que, pela mesma época, advogavam a legalidade e legitimidade da incorporação da Cisplatina ao Brasil.

[977] *Campeão Português* n.28, 16/10/1820, citado por ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.472.

[978] ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.800

[979] Muitos periódicos editados e em circulação no Brasil traziam transcrições, parciais ou completas, de sessões das Cortes (a *Gazeta do Rio de Janeiro* a partir do seu n.24, de 24/03/1821; o *Correio Brasiliense*, a partir de seu n.154, também de 03/1821). Entre 1821 e 1822, praticamente nenhum deles ficou indiferente aos debates travados em Lisboa.

desocupação da Cisplatina poderia lhes causar. Seguramente é o caso do Rio Grande de São Pedro, dentre todas as da América portuguesa a que mais sofrera com os desastres da guerra.[980] Receosos de que D. Pedro se curvasse às exigências das Cortes e também ele retornasse a Portugal, habitantes daquela província dirigiram representações ao príncipe clamando por sua permanência no Brasil. Numa delas, os habitantes da vila de São Pedro, "protestando a mais respeitosa submissão, tanto ao Poder Legislativo, como Executivo do Reino Unido, e por isso bem longe de pretenderem, nem por um momento, manifestar a mais leve oposição às Deliberações e Ordens d'aqueles Soberanos Poderes", consideravam "o desastroso resultado de dificuldades e males, que pode trazer ao Brasil a retirada de Sua Alteza Real o Senhor Príncipe Regente"; manifestavam temor de que os males daí advindos pesassem "mais enormemente" sobre a Província, "pois que não se podendo estar seguro de conduta dos nossos vizinhos, ou seja por efeitos de volubilidade, e, ou porque talvez figurando-se-lhes cessarem os prospectos da União Cisplatina, venham a [resilir?] d'ela, é muito de recear, ainda não acontecendo assim, que os do lado ocidental influídos pelos seus novos sucessos, e tranqüilizado o seu país, tomem medidas contra esta mesma Província, de cujos habitantes tomam a mais cruel vingança por ser principalmente neles, que tem encontrado a mais poderosa oposição a suas sinistras intenções, que facilmente farão reviver ao mais leve indício de divergência, ou em cada Província entre si, ou entre umas e outras".[981]

Os sintomas dessa *brasilidade* que a questão da manutenção da incorporação da Cisplatina ao Brasil passara a carregar, e que podem de certa maneira ser considerados uma evolução e uma politização do tradicional argumento das "fronteiras naturais", passaram a ser muito fortes também na imprensa.[982] Os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* destacaram que "a Importância desta Incorporação voluntária é tão geralmente conhecida, que julgamos supérfluo cansar-nos com reflexões a este

---

[980] Helga PICCOLO. O processo de independência no Rio Grande do Sul, cit., p.356.

[981] Representação dos habitantes dirigida à Câmara da cidade, 23/01/1822, acompanhada de numerosas subscrições. Publicada pelo suplemento da *GRJ* ao n.30, 09/03/1822; no mesmo sentido a representação da câmara de Porto Alegre dirigida a D. Pedro pela Mesa de Desembargo do Paço, 01/02/1822, publicada pela *GRJ* n.30, 09/03/1822. Outros apelos de diversas câmaras do Brasil se encontram no suplemento da *GRJ* ao n.37, 26/03/1822.

[982] Em agosto de 1820 o *Correio Brasiliense* expressaria aquela que me parece a mais perfeita articulação textual entre a idéia de "pacificação" da fronteira sul do Brasil e o argumento das fronteiras naturais: "a natureza daquelas fronteiras, que se designam por uma linha imaginária, tirada por campinas abertas e de vastíssima extensão, fazia impossível, que se cubrisse o território do Brasil, sem que as suas tropas se adiantassem a ocupar todo o terreno, até os rios da Prata e Uruguai, aonde podiam impedir os passos aos invasores" (*CB* v.XXV, n.147, 08/1820).

respeito", bastando apenas destacar alguns pontos acerca do "grau de utilidade para todo o Reino Unido, particularmente para o Brasil" dela advindo. Evocando a vontade de união demonstrada pelos habitantes daquela província, e justificando historicamente a ocupação portuguesa da região ("todas as terras de que os Espanhóis modernamente se têm apoderado aquém do Rio da Prata, pertencem à Coroa Portuguesa, e já em outros tempos lhes foram garantidas pelos Senhores Reis de Espanha"), defende os procedimentos do Congresso Cisplatino, pelo qual "Sua Majestade com o seu Conselho julgou dever certificar-se, dos votos d'aqueles povos com ampla e absoluta liberdade de escolherem o governo, que mais lhes conviesse". Transcreveu falas de membros do Congresso, como Pio Bianqui, Aragão, Lambi e Larrañaga, todas convergindo para o mesmo fim: assim, "imediatamente acordou-se [no Congresso] a necessidade da Incorporação da Província ao Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves Constitucional, debaixo dos princípios, e condições, que foram propostas, e que tendem à conservação do caráter de Estado para aquela Província.". Conclui que "estes successos não podem deixar de encher de muito contentamento a todos os bons Portugueses", já se vendo "quanto uma Constituição liberal nos é proveitosa."[983]

No mesmo mês em que eram publicadas as justificativas dos *Anais*, o *Revérbero Constitucional Fluminense* dedicou várias páginas a uma polêmica com o *Argos de Buenos Aires* sobre o mesmo tema (*Considerações gerais sobre a frivolidade de um artigo relativo a Montevidéu, inserto em o n.o 24 do Argos periódico de Buenos Aires*). Nas suas palavras, "quando a ocupação da Margem Oriental do Rio da Prata era obra da politica particular de S.M.El-Rey do Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves, ou de algum de seus Ministros e Conselheiros: quando sucedesse que a incorporação desta Província à Nação Portuguesa fosse feita no tempo do antecedente sistema, não pertencia a nenhum Português sensato refutar asserções, que aparecem em alguns Periódicos [...]. Porém constituída a Nação Portuguesa, e pendente da decisão das Cortes quanto seja relativo a esta Província, já pertence a todo o Cidadão o direito de impugnar o que possa detrair a glória, ou ainda simplesmente o honroso Nome da Mãe Pátria"; afinal, "a causa é já Nacional, e em conseqüência compete a todos". Destacando, a exemplo do que fizeram os *Anais*, a liberalidade do governo português (o *Argos* não veria que "os Portugueses de hoje são politicamente considerados, homens mui diversos, do que eram; e que os Cidadãos de uma Nação constituída nunca podem

[983] *AFCAL* n.01, 01/1822.

ser 'amos' de outros Povos mas só ligar-se a elles por laços de fraternidade"), afirmava o *Revérbero* que a ocupação portuguesa se justificaria pela "airosa retirada, que fizeram desta Praça as Tropas de Buenos Aires" quando se tratava de combater Artigas; ademais, destacava a situação atual do governo de Buenos Aires, desfavorável "para empenhar-se em guerra por este lado" quando tem "atenuadas as forças", está "lacerada de tantos partidos" e é "vítima de caracteres tão sãos como os que têm aparecido na sua revolução" [984]

Poucos dias depois, o mesmo *Revérbero* sofisticaria seu rol de argumentos em prol da Cisplatina, articulando-a diretamente com a posição das Cortes de Lisboa a seu respeito. Comentando a ata de incorporação de 18 de julho, que ao que tudo indicava fora "agradavelmente, aceita pelo Soberano Congresso Português", criticava "alguns Escriptores [que] têm tratado, ou com címia ligeireza, ou com transcendente ódio, ou com reconhecida emulação este importante negócio de Montevidéu, chamando até incurial e ruinosa a ocupação daquela Praça, que punha a coberto de invasões a nossa fronteira", inclusive "um Senhor Deputado em Cortes [que] chegou mesmo a balançar Montevidéu com Olivença" ("mas ele se desculpa confessando n'outra ocasião, que só conhece o Brasil na Carta Geográfica"); "nós porém que somos Brasileiros", continua o *Revérbero*, "não poderemos deixar de sentir verdadeiro júbilo, quando vemos com esta aquisição, filha de espontânea e legal escolha, fechado o nosso Continente pelas suas naturais balizas, por esses dois corpulentos Rios, que estendem os seus braços por um território imenso, fértil, rico, inveja de todo o mundo. Se os Povos não são propriedade de ninguém, nem herança de Pessoa alguma; se cada uma das Províncias pode mudar de Governo, ou emancipando-se, quando se consideram com forças, ou incorporando-se entre si, e com outras que melhor lhes apraz logo que se muda a primeira forma governativa em que viviam, como escreve o sábio Wattel, e outros, que bem estudaram a natureza das coisas, é indubitável que os Povos do Rio da Prata tinham o direito de escolher o Governo a que queriam obedecer, e a Nação com quem desejavam incorporar-se."

Do típico discurso pró-incorporação que são as palavras do *Revérbero*, fica claro que a Cisplatina corporifica uma identidade territorial – sua vastidão, suas riquezas e fronteiras naturais - do Reino do Brasil que é esboçada até mesmo como identidade política, sem que isso implique, de imediato, num projeto de secessão no Reino Unido.

[984] *RCF* n.11, 22/01/1822 e n.12, 29/01/1822.

Contudo, há que se considerar o caráter que a questão da Cisplatina adquirira por essa época, às vésperas da independência. Destacando que a "Liberdade Constitucional" trouxera "a vida às grandes artérias deste Respeitável Império", desenvolvendo nele "as faculdades que o Despotismo tolhia, destruindo antigos perniciosos vícios, e remediando os defeitos da sua passada educação Colonial", para o *Revérbero* o Brasil surgia "rico das produções as mais preciosas do Universo, situado na mais vantajosa posição do Globo, abrangendo pela sua vastíssima extensão as duas mais férteis Zonas; abundante das matérias-primas de todas as Artes" e, fundamentalmente, "conservando no seu seio o Principe adorado, necessário centro da sua reunião, princípio da sua tranqüilidade, que o livrará das comoções da Democracia, e dos vértices horrorosos da Anarquia". Assim, a preeminência que o Brasil desfrutaria perante as outras partes do Reino Unido não teria sido ignorada pelos deputados cisplatinos, ao ponderarem a "distância, em que fica a antiga Metrópole Espanhola, para lhes poder prestar socorro em ocasião necesária [...]. Segue-se daqui que na incorporação daquele território à Monarquia Portuguesa, eles tiveram mais em vista a cooperação do Reino do Brasil, do que a de Portugal e Algarves, pois que estes dois Reinos lhes oferecem as mesmas impossibilidades de Madri; e eis aqui mais um motivo, além de outros muitos, que autoriza, e faz necessário o grande passo, que deu o Brasil, para evitar a sua impiamente fomentada desmembração, e procurar no Príncipe a conservação da sua unidade, a precisa relação de todos os seus movimentos, e a sustentação dos indisputáveis direitos, que tem a legitimidade social entre as Nações do Mundo."[985]

Outra expressão de idêntico teor, mas com clara referência ao substrato econômico de uma idéia política de Brasil, se encontra nas extensas *Considerações Político-Mercantis sobre a incorporação de Montevidéu*, de autoria de um certo "J. S. V., natural de Minas Gerais" e também publicadas pelo *Revérbero Constitucional Fluminense*. Nelas, seu autor previa que com a manutenção da incorporação da Cisplatina ao Brasil

> "de *Montevidéu* sairá o alimento de todo o *Brasil*, e do *Brasil* virão a *Montevidéu* todas as produções da *Zona Tórrida* de mistura com o ouro,

[985] *RCF* n.13, 05/02/1822. O mesmo *Revérbero* publicaria as "*Reflexões Sobre o Parecer da Comissão Especial dos negócios Politicos do Brasil, em Sessão de* 18 *de Março deste ano, impresso com urgência em Lisboa*[...]. *Aos Povos do Brasil nada se negou do que foi concedido aos de Portugal* &c.", com críticas à proposta de troca de Montevidéu por Olivença (*RCF* extra n.01, 12/05/1822).

esmeraldas, e diamantes, produções, que, a não serem tão necessárias às Províncias do *Baixo Peru*, como são para o *Brasil* as carnes, o trigo, os azeites, &c. não haveriam dado que fazer por três séculos à vigilância das Leis Coloniais. Foi apesar destas Leis e dos mais brutais castigos, que nós formamos relações muito estreitas com os Povos da margem Oriental; e estes igualmente se corresponderam com muito lucro com a Colônia *S. Diogo*, e *Rio Grande*. O que não será, quando naquelas proibições se converterem em regulamentos liberais de um Comércio recíproco! Então (não duvidem os nossos rivais), então verá *Montevidéu* por uma feliz experiência, que nenhum dos Povos que bebem as águas do *Paraná* tem com que sustentar uma permutação e mercado mais ativo, mais extenso, e mais lucrativo, que os que habitam, do *Amazonas* ao *Ibicuy*! Com estes Povos podem-se manter por terra comunicações semilhantes às da *França* com todo o Continente da *Europa*; e por mar, o tráfico de *Montevidéu* com os mesmos Povos, será como o da *Espanha* em todas as Costas do *Mediterrâneo*".[986]

"Medita o Governo de Portugal", denunciava o *Correio Brasiliense* em fevereiro de 1822, num artigo publicado também pelo *Revérbero*, "outra desmembração do Brasil pelo Sul, cedendo a Buenos-Aires Montevidéu, e deixando assim abertas e vulneráveis as fronteiras do Rio-Grande, o que sem dúvida é grande calamidade para o Brasil, e de manifesta injustiça aos povos de Montevidéu, que já se declararam parte integrante do Brasil." Seu apelo era ao entendimento, que "não se fomentem ali partidos, que produzirão a guerra civil, degolando-se os povos uns aos outros: declare-se, que Portugal não precisa do Brasil, e previnam-se assim os males da guerra; a qual quando começar, não pode deixar de ter o mesmo êxito da que houve na América Espanhola". Advertia no entanto que, se o Brasil decidisse por iniciativa própria fazer-se independente, nada o impediria de, nesse ponto, seguir a mesma trajetória que a América espanhola que, a despeito de suas guerras civis, mostrara um exemplo positivo de possibilidade de rompimento com a ex-metrópole: "não poderá [o Brasil] procurar armamentos nos países estrangeiros como fez Venezuela e Chile? Não poderá contrair empréstimos, caso não tivesse os recursos, que tem, como fizeram todas as seções da América Espanhola, em Inglaterra, aonde os títulos dessa dívida estão hoje com valor

[986] *RCF* n.12, 13/08/1822, continuadas no n.14, 27/08/1822.

muito mais subido do que os títulos da dívida de Espanha? Não poderia o Brasil armar corsários, pelo menos com a facilidade com que os armou Artigas?".[987] "Será [...] engano que o Governo de Lisboa tem entrado na tentativa de restituir Montevidéu a Buenos Aires, talvez só para roubar ao Brasil a chave da guarda das fronteiras do Rio Grande?", perguntavam-se os membros do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, numa Representação de maio de 1822 na qual pediam ao príncipe a convocação de uma Assembléia Geral das Províncias do Brasil.[988]

O universo político das idéias, dos projetos e das atitudes no qual se desenvolve todo esse movimento é, contudo, extremamente fluido. Suas redefinições só virão com a fratura irremediável do Reino Unido, que ele ajuda a produzir e que colocará à Cisplatina, até então uma província *do Brasil*, mas parte integrante *da monarquia portuguesa*, uma reavaliação: se até aquele momento sua existência se amparava em garantias de "proteção" e "pacificação" oferecidas pela adesão àquela monarquia, deixando o Brasil de ser português, de onde viriam essas garantias ?

A independência do Brasil

A questão da Cisplatina, dizendo respeito *ao Brasil* de modo distinto ao que respeitava *a Portugal*, revela uma clara configuração de interesses em torno do governo de D. Pedro, em franco desenvolvimento rumo à sua independência em relação ao governo das Cortes e amparado numa forte carga legitimista de preservação de uma ordem monárquica na América e, ao mesmo tempo, de manutenção de uma unidade entre aqueles que até então haviam sido os domínios luso-americanos. A questão platina se envolve nesse desenvolvimento como parcela de um fator determinante maior: a experiência hispano-americana, a qual, por seu turno, integra a conjuntura da crise do sistema colonial do qual resulta a independência do Brasil. Por isso, na conflagração dessa independência, a América espanhola continuou a ser uma presença inequívoca.

Durante os anos de 1821 e 1822, a possibilidade de ruptura política entre o governo de D. Pedro e Portugal era cada vez mais plausível nos debates políticos, sobretudo no ambiente luso-americano. Mas também em Portugal ela era pressentida. O

[987] *CB* v.XXVIII, n.165, 02/1822; *RCF* extra n.01, 12/05/1822.
[988] "Representação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, pedindo a convocação de uma Assembléia Geral das Províncias do Brasil", assinada por José Clemente Pereira, João Soares de Bulhões, Domingos Vianna Gurgel do Amaral, Domingos Antunes Guimarães e José Antônio dos Santos Xavier, Rio de Janeiro, 23/05/1822. Publicada nos *DHI* p.381.

Diário do Governo de Lisboa se assustava com o teor da representação da junta de governo de São Paulo, elaborada por José Bonifácio: "nós nunca vimos tão sofisticos argumentos, nem tão arrogante documento, senão entre duas partes, que se declaravam guerra aberta. E das Oficinas [tipográficas] dos Estados de Colômbia nunca saiu contra a Espanha, manifesto tão virulento como o que, ainda nos custa a crer, publica a Junta do Governo de São Paulo".[989] O *Português Constitucional Regenerado* concebia que "atualmente a independência do Brasil é uma quimera de cabeças esturradas, ou um engodo com que os mal-intencionados pretendem desvairar a opinião pública", pois as circunstâncias do Brasil "diferem muito e mui essencialmente das outras Américas".[990] Não era o que pensava o representante espanhol em Lisboa, Manuel M. de Aguilar, que informava a seu governo que as notícias do Rio de Janeiro davam conta da disposição de D. Pedro em continuar no Brasil, amparado pela vontade do Povo, o que implicaria que o Brasil estaria prestes a se tornar independente; as Cortes de Lisboa estariam muito alarmadas com outras notícias igualmente dali provenientes, "reservadas, y de mayor consecuencia que el Gobierno no ha publicado, y que se aseguran sean las de que el mismo Principe es el que promueve alli el ser Rey independiente, aconsejado de los Patricios y de los Americanos de los Estados insurgentes inmediatos, alarmaron á estas Cortes."[991] Os deputados reunidos em Cortes percebiam com clareza a perigosa feição que as coisas iam tomando. Em sessão de 20 de setembro de 1822, Correa Seabra defendia prontas medidas de conciliação política com D. Pedro e com o governo do Brasil, como o envio de comissários que, "tomando por base a união", trabalhassem "com as autoridades do Brasil o meio de a consolidar"; lembrava a seu favor os exemplos negativos da América inglesa e da América espanhola.[992] Poucos dias depois, pela imprensa periódica, a assembléia tomou ciência do abandono das sessões por parte de sete deputados de províncias do Brasil que, sem passaportes que os autorizassem a deixar o país, embarcaram clandestinamente para o porto inglês de Falmouth. Em dois manifestos dados a público em 20 e 22 de outubro, aqueles deputados atribuíam aos representantes eleitos por Portugal a irremediável fratura operada no seio da nação

---

[989] *Diário do Governo*, n.64, 16/03/1822. Citado por ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.612.
[990] Suplemento ao n.114, 17/12/1821. Citado por ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.602.
[991] Ofício n.55 de Aguilar ao governo espanhol, Lisboa, 16/03/1822. *DHI*, p.49-50.
[992] Citado por ALEXANDRE – *Os sentidos do império...*, cit., p.709.

portuguesa, contra a qual teriam lutado até o fim.[993] A atitude dos sete deputados teve grande repercussão na imprensa européia, sendo noticiada pelo menos nos ingleses *Times*, *Courier* e *Morning Chonicle*, e no francês *Le Regulateur*.[994] Quando em novembro de 1822 o *Correio Brasiliense* publicou os dois manifestos, seu editor tratava abertamente a independência do Brasil como fato consumado. Sem que seus principais agentes tivessem plena e pronta ciência disso, tanto o desenrolar dos fatos em Portugal quanto no Brasil acelerava a ruptura, numa diacronia correspondente ao número de semanas necessário para que em uma parte chegassem as notícias do que ocorria na outra.

Afinal, quando no Brasil se teve notícia da atitude dos sete deputados, a fratura pelo qual eles afirmaram ter se empenhado já estava, do lado americano, decidida. Por todo o ano de 1822, o governo do principe regente ofereceu seguidos sinais de crescente autonomia em relação às Cortes. Após o "Fico", a reorganização do ministério e a expulsão das tropas de Avilez, D. Pedro convocou, em 16 de fevereiro, um Conselho de Procuradores das Províncias do Brasil destinado a analisar as decisões das Cortes em relação ao Brasil. Era composto por José Bonifácio, Joaquim Gonçalves Ledo, José Mariano de Azeredo Coutinho, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Joaquim de Oliveira Álvares, Manoel Antonio Farinha e, muito significativamente, pelo representante eleito pela Província Cisplatina às Cortes, Lucas José Obes.[995] Este jamais tomaria assento em Lisboa: enviado por Lecor ao Rio de Janeiro com a finalidade de desfazer o mal-estar causado na Corte pela reunião do Congresso Cisplatino, Obes encontrou um governo bastante diferente em relação ao que, com D. João à frente, tinha em Silvestre Pinheiro Ferreira um de seus homens fortes. A permanência de Obes próximo ao príncipe regente revela que efetivamente a manutenção da Cisplatina unida ao Brasil impunha uma separação de destinos entre Brasil e Portugal. Tanto mais

[993] Seus signatários eram, do primeiro, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e José Ricardo da Costa Aguiar e Andrada, deputados por São Paulo; do segundo, Cipriano José Barata de Almeida, Francisco Agostinho Gomes e José Lino Coutinho, eleitos pela Bahia, e Antonio Manuel da Silva Bueno e Diogo Antonio Feijó, também deputados por São Paulo. Ver: István JANCSÓ & João Paulo G. PIMENTA. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: Carlos G. MOTA (org.) – *Viagem incompleta.* A experiência brasileira 1500-2000. São Paulo, Senac, 2000; e M. BERBEL – *A nação como artefato...*, cit., p.193.

[994] Marco MOREL – *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*. Salvador, Academia de Letras da Bahia/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001, p.144-145. O fato foi informado por Manuel M. de Aguilar ao governo espanhol no seu ofício n.279, Lisboa, 09/10/1822 (*DHI*, p.75).

[995] *GRJ* suplemento ao n.68, 06/06/1822; *CRJ* n.171, 08/1822. Iara Lis C. SOUZA nos dá a entender que a recomendação de José Bonifácio a D. Pedro para que reunisse o Conselho incluía o exemplo de "esfacelamento" da América espanhola que, no Brasil, cumpriria evitar (*Pátria coroada:* o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. São Paulo, EdUnesp, 1999, p.141).

quando D. Pedro convocou, em 3 de junho, uma assembléia constituinte para o Brasil, rompendo definitivamente com a autoridade das Cortes e tentando redirecionar as lealdades provinciais de Lisboa para o Rio de Janeiro.[996] Essas importantes iniciativas conheceram ampla repercussão na época, resultando em manifestações que tendiam claramente a acentuar os atributos particulares e singulares do Brasil no interior do Reino Unido, concebendo desse modo sua viabilidade política em separado de Portugal.

"Será o maior prazer da minha vida", escrevia Miranda Montenegro, "ver o Brasil desde o Amazonas até o Rio da Prata reunido em um só Reino, e a V. A. R. tranqüilamente assentado no Trono Constitucional deste grande Reino, rodeado do amor dos Seus Súditos, e das Virtudes, que Exaltam, há tantos séculos, e fazem célebres os nomes de Tito, de Trajano, e de Marco Aurélio."[997] Numa famosa proclamação redigida por Gonçalves Ledo - que além de ser membro do Conselho de Procuradores editava o *Revérbero Constitucional Fluminense* que, como vimos, recheava suas páginas com manifestações em defesa da Cisplatina, com a qual aliás tinha negócios mercantis – e publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, D. Pedro clamava aos "povos do Brasil": "não se ouça entre vós outro grito que não seja – União! Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja – Independência! Formem todas as nossas províncias o feixe misterioso que nenhuma força pode quebrar. Desapareçam de uma vez antigas preocupações, substituindo o amor do bem geral ao de qualquer província ou cidade".[998] Na ocasião mesma da convocação da assembléia para o Brasil, e na qual segundo Lucas Obes "começam os Séculos do Brasil", o representante cisplatino proferiu um discurso, publicado em português pela Imprensa Régia e pelo *Correio do Rio de Janeiro*, exaltando a alternativa que se abria de independência do Brasil e louvando D. Pedro como "Fundador da Liberdade Brasiliana, Amigo da Nação, Digno Sucessor daquele Monarca Benfazejo, que primeiro Doou à Plaga Brasílica o esplendor da Majestade, e o Gérmen de uma Santa Independência."[999]

---

[996] FALCON & MATTOS. O processo de independência no Rio de Janeiro, cit.; BARMAN – *Brazil...*, cit., p.94; Cecília Helena OLIVEIRA - *A astúcia liberal.* Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista, Edusf/Ícone, 1999.

[997] Parecer de Caetano Pinto de Miranda Montenegro sobre a liberdade de imprensa, Rio de Janeiro, 16/06/1822 (*DHI*, p.377).

[998] Proclamação de D. Pedro aos povos do Brasil, 01/08/1822. VARNHAGEN – *História da independência do Brasil*, cit., p.128. Foi publicada na época pela *Gazeta do Rio de Janeiro* suplemento ao n.94, 06/08/1822.

[999] Discurso proferido na reunião do Conselho de Procuradores de 03/06/1822 (VARNHAGEN – *História da independência do Brasil*, cit., p.120, nota n. 48 de Rio Branco). À época, o discurso foi publicado em

É importante destacar que, nessa construção da idéia de uma independência do governo do Brasil, a América espanhola se fez vivamente presente, em boa media, como um paradigma positivo. Afinal, tornada plausível e até mesmo desejada a independência do Brasil, o exemplo histórico mais próximo disponível aos seus defensores passava a ser, evidentemente, o da América espanhola, cujas notícias de sua emancipação continuavam a adentrar o universo político luso-americano. O *Correio Brasiliense* noticiou a convocação do congresso constituinte de Cúcuta, a eleição de Bolívar presidente da Colômbia, a promulgação de sua Constituição (em janeiro de 1822) e algumas de suas principais medidas, como a atribuição de grandes poderes ao legislativo, a aprovação de uma lei de ventre livre e de alguns dispositivos limitados de libertação de escravos, e a divisão das terras comunitárias indígenas;[1000] a aclamação de Iturbide imperador do México foi dada em sua edição de setembro.[1001] Ainda a respeito do México, o plano de Iguala e o tratado de Córdoba, já dados a público pelo *Correio* em 1819, foram no ano seguinte abordados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*[1002] e também pelo *Papagaio,* que além de publicar o tratado dedicou extensos comentários à realidade política do México, aproximando-a da do Brasil:

> "É este o País cujo aspecto político maior analogia tem com o Reino do Brasil: os dois Governos devem de necessidade examinarem-se reciprocamente; e os nossos Políticos tem ali um campo vasto para trabalharem a prol dos seus respectivos países. Todos sabem que os Mexicanos querem um Rei da casa de Bourbon, mas com a expressa condição *sine qua* que deve residir entre eles, destruindo assim o célebre princípio da representação virtual, que já não pode convir a este Hemisfério. A Casa de Bragança existe estreitamente enlaçada à de Bourbon: temos mesmo na nossa Real Familia um imediato descendente desta última; o Qual é de mais a mais nascido na América; mas não se acha nas circunstâncias melindrosas de Fernando VII para rejeitar um Trono no proprio Hemisfério onde nasceu, e onde virá a ter por vizinho e poderoso Aliado Seu Augusto Tio, o Regente do Brasil.... tudo isto desafia muito sérias Considerações, que muito nos admira não sejam tão vulgares, como era mister.

---

avulso pela Imprensa Régia e pelo *Correio do Rio de Janeiro* (n.47, de fins de maio de 1822; no original, consta a data errada de 05 de maio).

[1000] *CB* v.XXVIII, n.164, 01/1822; n.166, 03/1822; e n.167, 04/1822.

[1001] *CB* v.XXIX, n.172, 09/1822.

[1002] *GRJ* suplemento ao n.10, 22/01/1822; n.19, 12/02/1822; n.22, 19/02/1822.

[...] Feliz mil vezes a nossa cara Pátria, que sendo a última a levantar o Estandarte da sua bem entendida Liberdade, tem por isso mesmo menos perigos a correr, e mais exemplos em que se instuir!".[1003]

Além disso, o reconhecimento dos governos de Buenos Aires, Chile, Peru, Colômbia e México, levado a cabo pelos Estados Unidos entre janeiro e março daquele ano de 1822, exerceria forte impressão em um meio que sempre tivera na América do Norte um grande exemplo de viabilidade e grandeza política.[1004] O *Correio Brasiliense* noticiou e publicou documentos referentes ao reconhecimento norte-americano em seu número de abril;[1005] o longo parecer favorável ao reconhecimento, elaborado pela Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, foi publicado parcialmente pelo *Papagaio*[1006] e integralmente pelo *Revérbero Constitucional Fluminense*; nele, o público luso-americano pôde ler que "as Províncias de *Buenos Aires* [...] depois de diversas comoções intestinas, e colisões externas, [gozavam] [...] de tranqüilidade doméstica, e boa inteligência com todos os seus vizinhos, e [exerciam] sem oposição interna, nem receio de acometimento externo, todos os atributos da *Soberania*"; por outra parte, que "as Províncias de *Venezuela* e *Nova Granada* [...] uniram-se ambas em uma só Nação com o nome de *República* de *Colúmbia*", que "têm agora um Governo bem organizado, instituído pela livre vontade de seus Cidadãos, e exerce todas as funções da *Soberania*, sem recear igualmente inimigos internos ou externos."; que a "Província, de *Chile*, depois que declarou a sua *Independência* em 1818, tem estado no gozo quieto e constante, da *Soberania*, que então assumiu"; no que respeitava à "Província do *Peru*, situada como o *Chile* além dos *Andes*, e confinando com o Oceano Pacífico, [...] só no dia 12 de Junho, do ano passado,

---

[1003] Essa citação, o tratado de Córdoba e um *Manifesto da Junta Provisional do Governo do México ao Povo do Império* no *Papagaio* n.08, 06/07/1822, continuado no n.09, 13/07/1822 (que trouxe também um decreto da regência do México de 14/11/1822). Outro longo comentário à situação mexicana aproximando-a do Brasil no *Papagaio* n.11, 27/07/1822.

[1004] D. A. G. WADDEL. A política internacional e a independência da América latina. In: BETHELL (org.) – *História da América latina...*, cit, p.245 . O primeiro ato de consumação desse reconhecimento foi dado em junho com a recepção em Washington do representante da Colômbia; meses depois seria a vez do representante do México (R. SECKINGER – *The Brazilian Monarchy...*, cit., p.19). Calcado em interesses comerciais que vislumbravam a possibilidade de competir agressivamente com a Grã-Bretanha pelos nascentes mercados americanos, o reconhecimento norte-americano incentivou a mobilização de sua rival que, embora ainda tardasse alguns anos para reconhecer os novos Estados, trataria, em maio de 1822, de aprovar no parlamento uma lei de navegação que permitia a admissão de navios com bandeiras hispano-americanas em portos britânicos.

[1005] *CB* v.XXVIII, n.167, 04/1822.

[1006] *Papagaio* n.07, 22/06/1822.

é que a sua Capital a Cidade de *Lima*, capitulou, sendo o exército sitiante comandado pelo General *S. Martín*, e composto principalmente de tropas de *Buenos Aires* e do *Chile*.[...] Quando o Povo do *Peru* se achou por este acontecimento, em liberdade de poder expressar a sua vontade pela *Independência*, ele a declarou sem ambigüidade, e com uma unanimidade e entusiasmo, que em parte nenhuma têm sido excedidos;" por fim, que "a revolução do *México* foi alguma coisa diferente, no seu caráter e progresso, das revoluções das outras Províncias *Americanas Espanholas*; e o seu resultado acerca da organização do seu Governo interno, também não foi exatamente o mesmo; porém a *Independência* foi declarada e praticamente estabelecida com tanta ênfase, desde o dia 24 de agosto passado, como em qualquer das *Repúblicas do Sul*".[1007] No mesmo mês da publicação desse "Parecer", e igualmente em função do reconhecimento norte-americano dos novos Estados hispano-americanos, o *Correio Brasiliense*, sem manifestar grande surpresa e demonstrando grande coerência com os prognósticos que vinha traçando desde 1808, sentenciava: "enfim a causa Americana está decidida, e acabada nela a dominação Européia. Temos pois vivido, quanto basta, para morrermos satisfeitos, havendo testemunhado a liberdade geral daquela parte do Mundo, em que nascemos. Praza a Deus, que dela se aproveitem para bem. Da nossa parte temos feito isso há vinte anos, quanto de nossos humildes esforços dependia para esse fim".[1008]

A independência da América espanhola, conquistada em oposição a uma metrópole e suas Cortes, tidas como opressoras, a América espanhola plenamente reconhecida por uma potência de primeira grandeza como eram os Estados Unidos, ofereceria, em 1822, um modelo para a independência do Brasil. Em abril, o *Revérbero* recorreu aos exemplos históricos dos "Estados Unidos, logo que a Inglaterra desistira arrependida da sua louca empresa", das "Províncias da Confederação Holandesa, e Helvética" e das "vastíssimas províncias dos Americanos Espanhóis, que já sacudiram, e para sempre o jugo e os prejuízos de Madri e de Cádiz" para afirmar que a independência "cedo ou tarde se efetuará, visto que o Brasil já entrou no período da sua virilidade, já não precisa de tutela, que a emancipação das Colônias segue uma marcha natural, irresistível, que jamais forças humanas podem fazer retrogradar."[1009] O *Conciliador Nacional* se referiu ao "plano de dilaceração, que projetou o Governo de Portugal pela parte do Sul [do Brasil], cedendo a Buenos Aires Montevidéu para deixar

[1007] Transcrito no *RCF* n.05, 25/06/1822 e n.06, 02/07/1822.
[1008] *CB* v.XXIX, n.170, 07/1822.
[1009] *RCF* n.23, 16/04/1822.

abertas, e vulneráveis as fronteiras do Rio Grande", evocando os escritos de Raynal sobre a América e sua aplicabilidade ao Brasil;[1010] sobre a convocação da assembléia por D. Pedro, o *Papagaio* afirmou que "o Brasil acaba de para sempre despedaçar as cadeias da escravidão", passando a integrar o grupo "das Nações livres" e nada tendo a temer de Portugal: "a verdade, a razão, e a justiça falam, pugnam, clamam em nosso favor, em favor da santa causa que abraçamos; as luzes do século a protegem; os nossos vizinhos ensinaram-nos com seu exemplo".[1011] No mesmo número, o *Papagaio* detalharia sua visão da América espanhola, tida como modelo para o Brasil:

> "A América Espanhola conheceu em toda a sua extensão a dificuldade que havia em receber da Metrópole o necessário impulso para o andamento de seus negócios, e que não podia por este motivo renunciar à sua independência sem renunciar ao mesmo tempo à sua felicidade. Aquela independência foi contrastada por toda a sorte de obstáculos que a Política da Metrópole podia inventar para manter os seus mal-fundados ou antes injustos direitos [...]. A força descoberta, e por outra parte a intriga que tendia a dividir os ânimos, e a suscitar as dissensões intestinas, foram os instrumentos de que a antiga Espanha se serviu para obter aquele fim; porém a irresistível força da opinião repeliu heroicamente uma, e sufocou a outra: o México goza de paz e liberdade; instalou a sua Regência, enquanto não vem da Europa o Ramo da Dinastia Reinante, que há de cingir o Diadema Imperial; cuida em reunir as suas Cortes, vai desta sorte lançando os fundamentos da sua grandeza, e talvez tome brevemente um caráter majestoso e formidável. Voltemos porém agora as vistas para o Brasil, comparemos os quadros de ambas as Nações: e que descobrimos? Os mesmos motivos que produziram a independência da América Espanhola, e a necessidade do mesmo recurso."[1012]

Dois meses depois, por gazetas de Lisboa o mesmo periódico observava "declarada a má vontade de Portugal para com o Brasil": "falem, clamem, e gritem os órgãos dos povos, os escritores públicos, que não é uma facção de áulicos, um punhado de homens desorganizadores, quem proclama e defende a independência, que pelo contrário é este

---

[1010] *Conciliador Nacional* n.4, reproduzido no *Volantim* n. 28, 03/10, e n. 29, 04/10/1822.
[1011] *Papagaio* n.06, 12/06/1822.
[1012] Idem.

o voto geral e legítimo do Brasil, porque é a independência que lhe convém - mostrem que os exemplos das duas Américas Inglesa e Espanhola sobejamente provam que é impossível ao estado atual continuar sujeito o Novo ao Antigo Mundo."[1013]

Essa aproximação, claro, seria propalada por defensores do projeto de independência do governo do Brasil, e mesmo assim por *alguns* deles. Pois a experiência hispano-americana é fluida e multifacetada, expressando-se a depender das circunstâncias e das necessidades de cada qual em meio a um emaranhado de possibilidades em aberto. E, no universo luso-americano, ela diz respeito a todos os grupos envolvidos nas lutas políticas. O *Correio do Rio de Janeiro*, por exemplo, era um periódico abertamente defensor do governo de D. Pedro, mas prognosticava que no caso de províncias não aderirem à autoridade do príncipe regente, prevaleceria no Brasil a "tendência da América [espanhola] a uma confederação republicana", e que o reconhecimento da independência "das Repúblicas de Colômbia, México, Chile, e Buenos Aires, pelos Estados Unidos do Norte da América", isolaria "[neste] vastíssimo Continente [...] o Brasil com diferente Governo".[1014] O *Correio Brasiliense* analisava que "muito antes de Portugal se levantou Pernambuco, e se a revolução de Pernambuco foi mal sucedida [...] também a primeira que se intentou em Portugal o foi: em Pernambuco, como não foi adiante, os revoltosos foram fuzilados; assim como em Portugal, pela mesma razão, foram enforcados Gomes Freire e os outros. O gérmen, pois, do governo constitucional existe no Brasil, independente do exemplo de Portugal; porque primeiro se mostrou ali; e quando exemplo fosse necessário lá tem ao pé o da América Espanhola, e naquele mesmo hemisfério a pouca distância o exemplo dos exemplos, os Estados Unidos".[1015] Numa ótica francamente negativa, o Rio da Prata seria, dentre todas as regiões da América espanhola a mais denegrida, e que forneceria os exemplos mais funestos incorporados ao universo político luso-americano. Quem quisesse rejeitar o paradigma independentista disponbilizado ao Brasil, o faria evocando Buenos Aires. Em fevereiro de 1822, a *Gazeta do Rio de Janeiro* trouxe documentos sobre a cisão das províncias do Prata extraídos do *Argos de Buenos Aires*, ironizando: "o novo *Argos de Buenos Aires* [...] maravilha-se, de que não obstante faltar-lhes um centro comum para onde gravitem as relações tendentes a formar o nexo da sua reunião Política, assim mesmo insuladas continuem no empenho de se regularem interiormente,

[1013] *Papagaio* n.12, 08/08/1822.
[1014] *CRJ* n.54, 17/06/1822.
[1015] *CB* v.XXVI, n.156, 05/1821.

e de se manterem no feliz gozo da paz".[1016] O baiense *Idade do Ouro do Brasil*, firme na defesa da política das Cortes de Lisboa, criticaria o *Correio Brasiliense* que, segundo suas palavras, "provoca mui positivamente o Brasil para as horríveis cenas de Buenos Aires; declama como um doido contra a Constituição; e cobre de impropérios os mais sábios, e liberais deputados do Congresso", emendando: "Bem sabemos, que V. Mce. quer o império como degrau para a Columbiada, assim como alguns de 10 de fevereiro queriam a Constituição para degrau da independência."[1017] O *Macaco Brasileiro* criticou o *Despertador* de Lisboa, que "semeia o Maligno Espírito, que se intitula Amigo da União azizana, afetando Anarquia no Sul do Brasil, como em Buenos Aires!".[1018]

Como quer que fosse, a todos a América espanhola se fazia presente. E continuaria a sê-lo também para os observadores externos da realidade do Brasil que, conforme vimos em outras ocasiões, tendiam invariavelmente a aproximar, comparar e prognosticar situações das Américas portuguesa e espanhola, tomando-as como uma unidade. Resumindo jornais de Antuérpia, Grã-Bretanha, França e Portugal, o *Papagaio* reproduziria um trecho do *Jornal da Tesouraria* segundo o qual " Portugal [...] está no caso da Eespanha que não se acha em estado de manter a sua autoridade nas possessões Americanas [...]. O Brasil rodeado de Estados Independentes, que acabam de sacudir o jugo que há séculos os oprimia não pode deixar de ser arrastado no turbilhão. Talvez não esteja apartada a época em que desapareça da América Meridional o menor vestígio da autoridade Européia, e em que os Estados Unidos achem sobre o Continente um campo mais vasto às suas especulações políticas e comerciais, do que lhes apresenta agora o Antigo Mundo".[1019] Era senso comum nas opiniões públicas britânica e francesa que o Brasil logo se tornaria independente, seguindo a mesma trajetória que a América espanhola.[1020]

Também se valendo das expectativas e dos prognósticos em relação às províncias do Brasil e à América espanhola, o governo de D. Pedro não poderia ignorar a importância de estabelecer boas relações com sua vizinhança continental. Daria pois continuidade à aproximação iniciada pela Corte joanina com a missão do finado João

---

[1016] *GRJ* n.26, 28/02/1822.
[1017] *Idade do Ouro do Brasil*, n.98, 1822. Citado por Maria B. N. da SILVA - *A primeira gazeta da Bahia:* Idade d'ouro do Brasil. São Paulo, Cultrix, 1978, p.196-197.
[1018] *Macaco Brasileiro* n.02, 1822.
[1019] *Papagaio* n.02, 10/05/1822.
[1020] Para o caso francês, Jacques GODECHOT. Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. In: C. G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*, cit., p.34.

Manoel de Figueiredo. A *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou duas cartas particulares, supostamente de autoria de espanhóis do Prata, incluindo D. Pedro "entre os fundadores da liberdade no Novo Mundo" e regozijando-se com a "grandiosa atitude, que o Brasil acaba[va] de tomar": "e como nos pode ser indiferente o seu [do Brasil] destino, que tanta relação tem o nosso [de Buenos Aires]?".[1021] É certo que as cartas particulares publicadas pelos periódicos ou a eles endereçadas requerem a ressalva de que sua autoria dificilmente pode ser comprovada; de todo modo, ao publicar manifestações de solidariedade entre o Brasil e Buenos Aires, a *Gazeta* se comportava como digna porta-voz dos anseios do governo do príncipe regente, que dentre suas medidas de fortalecimento político não descuidou, em sua política de relações exteriores, das Províncias do Prata. Logo que foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, José Bonifácio buscou apoio ao governo do Brasil nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na França, na Áustria e em Buenos Aires, para onde seria enviado um novo agente diplomático: Antônio Manuel Correa da Câmara.[1022]

A nomeação de Câmara, em 24 de maio de 1822,[1023] inscreve-se, portanto, num período aparentemente bastante favorável ao estabelecimento de entendimentos com Buenos Aires. Nos jornais do Rio de Janeiro são abundantes expressões de que o Brasil e a América espanhola estariam envoltos e unidos por uma idéia "americanista", configurando um espaço continental de "liberdade" contraposta à "dominação" e à "escravidão" imposta pelas suas respectivas metrópoles.[1024] Contudo, a realidade dos governos era um pouco diferente, e as dificuldades de entendimento com Buenos Aires, cujos chefes de Estado se encontravam desde sempre muito precavidos contra a dimensão expansionista da política seguida pela Corte portuguesa quando instalada no Rio de Janeiro, seriam grandes. De todo modo, o ministério de D. Pedro reconhecia a imperiosidade de entabular negociações com Buenos Aires, pois a América espanhola impunha condições de sobrevivência ao novo governo. Correa da Câmara recebeu incumbência semelhante à que fora dada anteriormente a Figueiredo: promover os interesses comerciais e ao mesmo tempo aproximar-se de todos os governos americanos

[1021] *GRJ* n.53, 02/05/1822.
[1022] Emília Viotti da COSTA. José Bonifácio: homem e mito. In: C. G. MOTA (org.) – *1822: dimensões*, cit., p.128-129.
[1023] O decreto de nomeação foi publicado no *ADI* V, p.233-235. No dia seguinte, Bonifácio escrevia a Lecor informando-lhe da nomeação, com a qual se atendia "a urgente necessidade de prover-se imediatamente aquele lugar [Buenos Aires] a bem do Comércio". Rio de Janeiro, 25/05/1822. *ADI*, V, p.234.
[1024] Essa tendência foi corretamente percebida por SECKINGER – *The Brazilian Monarchy...*, cit., p.29.

possíveis (os alvos preferenciais de sua missão eram, além de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Ríos, Paraguai e Chile), entabulando relações de amizade e não tomando partido em nenhuma disputa entre eles existente. Seguia simplesmente como "cônsul agente comercial", mas portando uma credencial secreta que poderia ser utilizada no caso de Buenos Aires se resolver a enviar ao Brasil um agente semelhante. No caso de qualquer aliança esboçada com as Províncias Unidas e Paraguai contra Portugal e Espanha, jamais aventaria a possibilidade de o Brasil abrir mão da Cisplatina.[1025]

Em 6 de agosto D. Pedro tornou público o famoso manifesto dirigido às nações estrangeiras no qual justificava sua conduta à frente do governo do Rio de Janeiro.[1026] Imediatamente, enviou cartas ao seu sogro, Francisco I, buscando não se indispor com a absolutista e reacionária Áustria, bem como a Luis XVIII, rei da França.[1027] Em 12 de agosto nomeou encarregados de Negócios junto aos governos de Londres, Paris e Washington, respectivamente, Felisberto Caldeira Brant Pontes (futuro marquês de Barbacena), Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, (futuro visconde de Itabaiana), e Luiz Moutinho Lima Álvares; pouco depois, Jorge Antonio Schaeffer seria designado um agente mais informal junto a Viena.[1028] Deveriam tratar diretamente com aqueles governos, sem passar por Portugal, e com eles entabular correspondência, todos no intuito de obter reconhecimento internacional da independência do governo do Brasil. De acordo com suas instruções, todos eles deveriam proceder de forma parecida: ganhar a opinião pública dos respectivos países, propalar a justiça da atitude de D. Pedro perante as Cortes, desvanecer a imagem – real – de que as províncias do Brasil conheciam fortes convulsões políticas, convencer a todos que o governo do Brasil portava uma dimensão legitimista que nenhum outro americano do sul era capaz de oferecer. Gameiro, por exemplo, deveria introduzir e espalhar na França jornais "e outras produções do maior patriotismo" ("a Gazeta do Rio de Janeiro, e outros papéis

[1025] Instruções de Bonifácio a Câmara, Rio de Janeiro, 30/05/1822. *ADI* V, p.235-238. Em 30/05 Bonifácio instruía-lhe para que não se preocupasse em remeter os jornais publicados em Buenos Aires, pois disso já se encarregava o barão da Laguna; no entanto se ele tivesse alguma "Folha extraordinária", faria muito bem em enviá-la (*ADI* V, p.234-235). Desde inícios de 1822 os governos de Entre Ríos e Santa Fé pressionavam o de Buenos Aires por uma ação conjunta contra o Brasil (SECKINGER – *The Brazilian Monarchy...*, cit., p.63). Em janeiro de 1823 Correa da Câmara retornaria ao Rio de Janeiro, tendo estado somente em Buenos Aires e sem conseguir grandes avanços diplomáticos.

[1026] Publicado pela *GRJ* n.100, 20/08/1822.

[1027] Mario de Vasconcellos, "Schaeffer e Mello Mattos nos Estados da Alemanha", *ADI*, IV, p.XLIII. A carta de D. Pedro a Luis XVIII data do Rio de Janeiro, 06/08/1822, e está publicada no *ADI* III, p.5.

[1028] O decreto de nomeação de Brant em *ADI*, I, p.5; o de Gameiro em *ADI*, III, p.6; o de Lima Álvares em *ADI*, V, p.5. As instruções a Schaeffer, de 21/08/1822, em *ADI* IV, p.285-289. Quando dessas nomeações, já se encontrava no Rio de Janeiro Condy Raguet como Cônsul dos EUA.

favoráveis à nossa causa") para "dirigir e conciliar a Opinião pública da França a favor da Causa do Brasil";[1029] Brant deveria convencer o gabinete britânico de que não existiam graves distúrbios internos no Brasil e ameaçar com o fechamento dos portos do Brasil aqueles países que não o reconhecessem, mesmo porque "se os Governos Independentes das ex-Províncias Americanas Espanholas têm sido por tais reconhecidas [...] com maior justiça deve ser considerado o Brasil, que há muito tempo deixou de ser Colônia, e foi elevado á categoria de Reino pelo seu legítimo Monarca, e como tal foi reconhecido pelas Altas Potências da Europa".[1030]

A famosa declaração de 7 de setembro de 1822, consagrada posteriormente como o principal marco do processo de independência do Brasil, foi suficientemente revista pelos historiadores a ponto de ser considerada, na melhor das hipóteses, como tão-somente mais um episódio de cristalização do seguro movimento de configuração do governo de D. Pedro no Brasil como autônomo, soberano e independente da autoridade das Cortes e do rei de Portugal. Da mesma forma, a coroação de D. Pedro como Imperador do Brasil, gesto ainda mais carregado de simbolismo e que na época representou, de fato, um divisor de águas na existência política das povíncias do Brasil no interior da nação portuguesa. Afinal, o que se tornava independente era *um governo*, agora brasileiro, a partir do qual seriam construídos um *Estado* e uma *nação* também brasileiros. Os indícios da configuração de um Estado são mais precoces e fortes do que os da nação, que por algum tempo ainda seria, na referência da maioria dos adeptos do novo corpo político, uma nação portuguesa; mas o processo corre paralela e articuladamente, e não se encerra de forma alguma na elaboração teórica convencional segundo a qual *o Estado cria a nação*, tampouco com a definição da separação de destinos entre Brasil e Portugal. Pois afinal esse *Brasil*, fosse como nação, Estado e até mesmo governo, precisaria ser construído; o governo de D. Pedro tinha uma sede, e sua viabilização se deveu a articulações que envolviam grupos de interesses que também tinham uma base territorial mais ou menos definida, sobretudo as províncias do centro-sul do continente: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nesta inclusive foram proibidos de circular periódicos como os baienses *Idade do Ouro* e *Semanário Cívico* "por contrariarem a justa causa da Independência do Império do

[1029] Instruções a Gameiro, 12/08/1822. *ADI*, III, p.10.
[1030] Instruções a Brant, 12/08/1822. *ADI*, I, p.7-12. Algum tempo depois, Brant e Gameiro trabalhariam juntos em Londres (Hildebrando Accioly, "Brant e Gameiro em Londres", *ADI* v.I, p.XXXI e segs.).

Brasil".[1031] Não que nas outras não houvesse ambiente favorável à adesão a seu governo; o problema é que essa adesão se faria permeada de conflitos em alguns casos levados ao limite da luta armada e da guerra civil. Somente ao cabo do ano de 1824, e após muito derramamento de sangue – com o que se repetiam no Brasil as por vezes tão temidas cenas da América espanhola – pode-se falar na ampla prevalência, em escala continental, da autoridade do agora imperador sobre qualquer outra. E mesmo assim a luta pela afirmação dessa autoridade e dos espaços de exercício de seu poder político continuariam.

De todas essas dificuldadas tinham muita ciência os principais agentes políticos que trabalhavam em prol do governo de D. Pedro, inclusive porque todos eles tinham no conhecimento da realidade política um instrumento imprescindível de ação. Da mesma forma como todos sabiam que a América espanhola se tornara independente – à exceção de pequenos focos de resistência realista que só seriam definitivamente liquidados em 1824 – também sabiam que na Bahia, no Maranhão, no Pará e na Província Cisplatina as adesões a D. Pedro estavam longe de serem majoritárias. Dentre as armas disponibilizadas por essa situação, muitas se encontravam diretamente relacionadas com a América espanhola. O que já não era nenhuma novidade.

O Império do Brasil pretendeu estabelecer seus contornos territoriais valendo-se de uma fórmula que a pouco havia sido empregada na América espanhola: o *uti possidetis juris*, ou seja, a definição da área de jurisdição do novo governo a partir da antiga área que englobava todos os domínios portugueses na América. Estabelecia-se uma autoridade por sobre regiões que ainda não tinham aderido ao novo corpo político. O mesmo procedimento adotado pela junta de governo criada em Buenos Aires em 1810 em relação ao Vice-Reino do Rio da Prata, e também o mesmo empregado pela República da Colômbia formada em 1819 a partir do Vice-Reino de Nova Granada. Talvez sem que seu autor se apercebesse dessa aproximação, um folheto intitulado *Memória para perpetuar a gratidão dos Brasileiros e Portugueses compatriotados* propunha a D. Pedro o título de *Libertador*, como Bolívar, segundo ele mais condizente com a "causa da liberdade" do que *Rei* ou *Imperador*.[1032]

A exemplo do que ocorrera no Rio da Prata e na Colômbia, no Brasil a definição dos limites antecedendo a adesão política também resultaria em guerra civil. Porque na

---

[1031] Comunicação do governo do Rio Grande do Sul a D. Pedro, 12/1822, citada por H. PICCOLO. O processo de independência no Rio Grande do Sul, cit., p.370-371.
[1032] Rio de Jaaneiro, 19/09/1822 (VARNHAGEN – *História da independência do Brasil*, cit., p.141).

tarefa de obtenção dessa adesão, o Império do Brasil não hesitaria em se valer dos meios da força armada, enviada para sufocar as dissidências a D. Pedro. "Lord Cochrane pode ser muito útil ao Brasil: este homem que eu conheci em Londes, fanático pela glória, é o novo La Fayette pela independência da América", escrevia Joaquim Gonçalves Ledo em 1822.[1033] Nessa tarefa, o exemplo da América espanhola não poderia ser ignorado: com o auxílio decisivo do mercenário britânico, as forças revolucionárias comandadas por San Martín puderam derrubar o principal bastião realista da América espanhola, que era o Peru. Além de Cochrane, que lutou no Maranhão e destacou parte de sua armada ao Pará, também o francês Pedro Labatut, experiente guerreiro atuante nas lutas da América espanhola serviria ao governo imperial. Tendo participado das guerras peninsulares nas fileiras de Napoleão, Labatut se incorporou aos revolucionários neo-granadinos em 1812, sendo designado pelo governo de Cartagena chefe de um corpo de milicianos e algumas embarcações destinados a Santa Marta; tendo se desentendido com outros comandantes foi despedido, preso e expulso do continente em 1813, seguindo para as Antilhas e daí a Guiana. Provavelmente dela se dirigiu ao Rio de Janeiro, onde ofereceria seus serviços ao Imperador contra a província da Bahia.[1034] E desse modo a América espanhola oferecia ao Brasil não somente um exemplo de independência política, mas também sugestões de como consolidá-la.

Por fim, cabe destacar que também no plano das imagens e dos discursos o Império que se formava recorreria, positivamente, à experiência histórica de sua vizinhança. Instrumentos cruciais de obtenção de apoio ao governo do Rio de Janeiro e à causa da independência, as proclamações de D. Pedro aos povos do Brasil – de início redigidas por Gonçalves Ledo - se valeriam dos argumentos de que a América espanhola "fornecera o exemplo", e de que o Brasil lograra chegar à condição de parte integrante do privilegiado *rol* de países "livres"; ao mesmo tempo, incorporaria a idéia, como vimos tão transcendente na gestação do projeto de independência, de que o Brasil fora moldado pela natureza em seus limites naturais, e que portanto a Cisplatina era

---

[1033] "Parecer de Joaquim Gonçalves Ledo", s.d. [1822?]. *DHI* p.392-393.

[1034] VARNHAGEN – *História da independência do Brasil*, cit., p.125-26, nota n.66 de autoria de Rio Branco. Também E. V. da COSTA. José Bonifácio..., cit., p.124. É interessante perceber que, ao contrário do que se tornara freqüente nas lutas de independência da América espanhola, no Brasil não seria oferecida alforria aos escravos que ingressaram nas fileiras militares, conforme bem destacou Hendrik KRAAY. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos". O "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia (1822-1823). In: *Revista Brasileira de História* v.22, n.43. São Paulo, Anpuh/Humanitas, 2002, p.109-126. Do ponto de vista da experiência hispano-americana, essa constatação fica por merecer maior um aprofundamento.

efetivamente uma província *do Brasil*. "Cidadãos! A Liberdade identificou-se com o terreno americano", se lia numa delas; "a Natureza nos grita Independência: a Razão o insinua, a Justiça o determina, a Glória o pede: resistir-lhes é crime, hesitar é dos cobardes: somos Homens, somos Brasileiros. Independência ou Morte! Eis o grito da Honra, eis o brado nacional, que dos corações assoma aos lábios, e rápido ressoa desde as margens do corpulento Prata, quase a tocar nas do gigantesco Amazonas."[1035] Uma proclamação anônima, mas também de autoria de Ledo, se perguntava: "Que hesitamos? O momento é chegado. Portugal nos insulta: a América nos convida: a Europa nos contempla: o príncipe nos defende. Cidadãos! Levantai o festivo clamor: Viva o Imperador Constitucional do Brasil, o Senhor D. Pedro I".[1036] O decreto de 18 de setembro de 1822 que criou o escudo de armas do Império do Brasil se referia às "dezenove províncias compreendidas entre os grandes rios que são os seus limites naturais, e que formam a sua integridade".[1037]

E assim, fosse pelo Prata ou pelo restante da América, a experiência hispano-americana continuaria a impor contingências e possibilidades ao Brasil, agora também ele tornado independente.

[1035] Proclamação datada de 16/09/1822 (VARNHAGEN – *História da independência do Brasil*, cit., p.140, nota n.29 de autoria de Rio Branco). Para a importância política das proclamações: Iara L. SOUZA – *Pátria coroada...*, cit., p.250-251.

[1036] Proclamação datada de 21/09/1822 (VARNHAGEN – *História da independência do Brasil*, cit., p.140). Quando Ledo se tornou *persona non grata* ao governo de D. Pedro, com a ajuda do cônsul da Suécia no Rio de Janeiro, Lourenço Westin, rumou para Buenos Aires, onde também se exilaria o redator do *Correio do Rio de Janeiro*, João Soares Lisboa (OLIVEIRA – *A astúcia liberal...*, cit.).

[1037] VARNHAGEN – *História da independência do Brasil*, cit., p.142, com data corrigida por Vianna, nota n.36. O decreto de criação da bandeira tem a mesma data, tendo sido os dois publicados na imprensa e distribuídos às câmaras municipais.

CONCLUSÕES

Porque o Brasil foi diferente ? Eis a questão que tem servido de pretexto a grande parte dos estudiosos para uma aproximação entre os processos de independência e de formação dos Estados nacionais nas Américas portuguesa e espanhola. Uma questão pertinente, na medida em que suas diferenças parecem inequívocas: teriam resultado, de um lado, no Império do Brasil, monárquico, e de outro, em diversos Estados republicanos; naquele, seus construtores políticos teriam obtido a façanha de lograr uma unidade territorial correspondente aos antigos domínios portugueses da América, enquanto nestes divisões intestinas e lutas encarniçadas teriam conduzido a uma fragmentação dos antigos domínios espanhóis. Por detrás dessas dessemelhanças se encontraria um fator de coesão que, no Brasil, teria conduzido a uma independência relativamente pacífica, capitaneada com segurança por grupos de interesses hegemônicos, ao contrário da emancipação da América espanhola, revolucionária, sanguinolenta, anárquica e destrutora: o consenso estabelecido entre esses grupos em torno da necessidade de plena manutenção da escravidão.

A utilidade circunstancial de recursos comparativos como método historiográfico é inegável; eles têm sido empregados de múltiplas e variadas formas, por especialistas dos mais diferentes campos de estudo e com resultados que muitas vezes justificam plenamente seu emprego. No estudo dos processos de independência e formação dos Estados nacionais na América de colonização ibérica, eles também se fazem presentes. Afinal, duas conformações históricas aparentemente tão díspares necessitariam ser devidamente esquadrinhadas, dissecadas em todos os seus componentes e explicadas em termos de suas diferenças. O pressuposto básico, nesse caso, estaria no fato de que tanto Portugal e Espanha quanto seus respectivos impérios ultramarinos integram uma mesma conjuntura política e econômica mundial, marcada pelo avanço do Império de Napoleão e sua subseqüente submissão aos padrões reacionários legitimistas da Santa Aliança, bem como pela emergência da Grã-Bretanha na condição de potência hegemônica mundial, alavancada pelo seu pioneirismo no desenvolvimento de padrões industriais de produção capitalista. Mas, curiosamente, os denominadores comuns dessa história param por aí, e o curso dos acontecimentos na América ibérica passa a ser tomado em duas vias separadas entre si.

É o que implica a assertiva de que *o Brasil foi diferente*. Pois se consideramos que só pode haver termo de comparação entre duas coisas diferentes, estabelecemos de antemão que a unidade histórica do período que abarca as primeiras décadas do século XIX reside exclusivamente em fatores supostamente *externos* à América, e que esta é, fundamentalmente, dividida em partes tão distintas quanto comparáveis aos olhos do historiador, o que, por seu turno, não pode estar mais distante da realidade.

O estudo aqui empreendido partiu não da constatação de diferenças resultantes dos processos de independência da América ibérica, mas sim do problema que se constitui compreendê-los *uns em função dos outros*, com o que as eventualmente concebidas *diferenças* surgem como *produtos históricos* de um amplo processo que, pautado por manifestações e resultados singulares – como são sempre quaisquer fenômenos humanos – só adquirem suas feições porque foram sendo moldadas no bojo do grande laboratório de trocas, contingências, imposições e influências recíprocas que é o continente americano de colonização ibérica. Sobretudo, quando sobre ele se abate uma profunda crise de autoridade metropolitana que, ao debilitar as tradicionais e reconhecidamente legítimas formas de soberania, possibilita e até mesmo impõe a configuração de novas alternativas no tocante ao futuro político das sociedades americanas.

A análise de um dos vários vetores atuantes nesse desenvolvimento histórico mostra que, no auge da crise do Antigo Regime na América ibérica, desdobrada na crise do sistema colonial, há uma defasagem entre o declínio da metrópole espanhola em relação à portuguesa, e portanto também uma precocidade da abertura do processo independentista nos vice-reinos hispânicos em relação ao Brasil. Uma diacronia dentro de uma mesma conjuntura. Essa defasagem representa um intervalo curto, variando de alguns meses a poucos anos, mas ela é suficiente para estabelecer uma dinâmica de superação da ordem colonial no Brasil que, ao contrário de separá-la do que ocorre na América espanhola, torna as duas realidades indissociavelmente ligadas, interdependentes. E assim as coisas caminham por toda a primeira metade do século XIX, com a América portuguesa deixando de ser portuguesa, e o Brasil se configurando em Estado nacional, em boa medida, em decorrência da criação e recriação do que julgamos apropriado definir como a *experiência hispano-americana* (talvez não seja despropositado conceber, como complementos necessários na caracterização dessa

conjuntura, uma *experiência luso-americana* do Prata, outra do Peru, outra de Nova Granada...).

Trata-se de uma experiência gestada no mundo português, mas que desde seu início se circunscreve progressivamente ao quadrante americano do Império. Pois é sobre a América, e não sobre a Europa, que as influências diretas dos acontecimentos da América espanhola se fazem sentir, de modo a conjugar o conhecimento dessa realidade com atitudes práticas, definindo assim não só medos e expectativas em torno do que ocorria na vizinhança do Brasil, mas também políticas de Estado que, priorizando motivos de natureza americana, cristalizam as diferenças e tornam problemática a coexistência, sob a mesma comunidade política, de Brasil e Portugal. Desse modo a *experiência hispano-americana* contribui decisivamente, em um intervalo de dezesseis anos, para a configuração da separação entre os dois.

As feições dessa experiência são, conforme apontamos ao longo deste estudo, tão variadas quanto o são as situações vividas pelos homens que, no universo político português, tinham nas províncias do Brasil a base de sua atuação. Afinal, a *experiência hisopano-americana*, não obstante constituir uma força real, intensamente sentida e dotada de grande capacidade de reconfiguração dessa realidade, se materializa em múltiplas expressões e atitudes. Ela não é redutível, portanto, à sua dimensão – também real – de paradigma negativo, pelo qual os construtores do Império do Brasil se nortearam para evitar as mazelas que no seu entender grassavam o cenário hispano-americano: a desordem, a guerra civil e a possibilidade – até 1822 apenas em alguns casos irremediavelmente definida – de quebra da legitimidade dinástica. Basta lembrar, nesse ponto, que a emancipação da América espanhola já se encontrava irremediavelmente definida há mais de um ano quando da formalização da independência do Brasil; e que ela havia sido *disponibilizada* aos agentes desse projeto, que muito bem souberam remodelá-la de acordo com seus interesses e expectativas. Como vimos, as variedades na materialização da experiência hispano-americana equivalem justamente às alternativas em aberto no cenário luso-americano, cujo triunfo de algumas sobre outras encontra correspondência em determinados "aprendizados" que foram feitos a partir dessa experiência.

A coerência da reelaboração da experiência hispano-americana que concebeu a América espanhola como modelo a ser, ao mesmo tempo, evitado e seguido, responsável por uma parcela fundamental da sustentação do projeto político triunfante

em 1822, não assegurou a aplicação, à risca, no Brasil independente; afinal, suas dissidências – os outros "aprendizados" dessa experiência – seriam suficientemente fortes para implicar que a *independência* só poderia ser garantida pelo uso da força, empregada por um Estado que, desde seus primórdios, se preocuparia em exercer o monopólio da violência legitimada; o que implicaria, necessariamente em *desordem* e *guerra civil*. E, assim, a *experiência hispano-americana* continuaria o seu desenvolvimento, carregada de contradições, na história de um Brasil que ela ajudara a criar.

BIBLIOGRAFIA

Documentação manuscrita

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty (Rio de Janeiro):
- *Legação em Sevilha (1809-1810)*, 497 fls.
- *Legação em Cádiz (1810-1813)*, 551 fls.
- *Legação em Madrid (1814-1819)*, 1244 fls.

Biblioteca José e Guita Mindlin:
- *Coleção Cisplatina*.

Periódicos

Anais Flumineses de Ciências, Artes e Literatura (01/1822)
Conciliador do Reino Unido (1821)
Correio Brasiliense (1808-1822).
Correio do Rio de Janeiro (1822-1823).
Despertador Brasiliense (1821).
Expositor cisplatino (11/04/1822);
Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822).
Macaco Brasileiro (1822).
Malagueta (1822-1832).
Pacífico Oriental de Montevideo (1821-1822);
Papagaio (1822).
Patriota (1813-1814).
El Patriota (1822);
Revérbero Constitucional Fluminense (1821-1822).
Tamoio (1823).
Volantim

Cronistas, viajantes e obras de época

LUCCOCK, John - *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia/ São Paulo, Edusp, 1975 (Londres, 1820)

MAWE, John – *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo,Edusp.1978 (Londres, 1812).

MORENO, Mariano – *Plan revolucionario de operaciones*. Buenos Aires, Perfil, 1999 (prólogo de Martín Caparrós).

Outros documentos publicados

Arquivo Diplomático da Independência. Rio de Janeiro, 1922-1925. 6 volumes (I-II Grã-Bretanha; III França, Santa Sé e Espanha; IV Áustria e Alemanha; V EUA e Estados do Prata; VI Portugal).

Coleção Cisplatina. *Anais do Itamaraty*, v.V-VII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

MELLO, Jerônimo de A. Figueira de. A correspondência do barão Wenzel de Marschall (agente diplomático da Áustria no Brasil de 1821 a 1831). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 77, parte 1ª, p.165-244; e 80, parte 2ª, p.5-148.

Documentos históricos. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional/Divisão de Obras Raras e Publicações, 1954, v.101-109 (relativos à revolução de 1817 em Pernambuco).

Documentos para a História da Independência. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1923.

Epistolario Belgraniano. Buenos Aires, Taurus, 2001 (prólogo de Ricarco R. Caillet-Bois).

PIVEL DEVOTO, Juan E. (ed.). El congreso cisplatino (1821). *Revista del Instituto Histórico y geografico del Uruguay* t.XII. Montevideo, 1936, p.111-424.

Política lusitana en el Río de la Plata - Coleccion Lavradio. Buenos Aires, Archivo General de la Nación, 1961-1964 (t.I, 1808-1809; t.1810-1811; t.III, 1812-1815).

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos. Documentário. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* v.235, abril/junho de 1957, p.3-84.

Historiografia

ALEXANDRE, Valentim – *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa, Sá da Costa, 1979.

_____. O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política. PEREIRA, Miriam Halpern & outros (orgs.) – *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa, Sá da Costa, 1982, 1.º v., p.287-307.

_____. - *Os sentidos do império*. Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português. Porto, Afrontamento, 1993.

_____. O império luso-brasileiro face ao abolicionismo inglês (1807-1820). *Velho Brasil, novas Áfricas*. Porto, Afrontamento, 2000, p.65-81.

ALONSO, Rosa (et al.) – *La oligarquia oriental en la Cisplatina.* Tacuarembó/Colonia, Pueblos Unidos, 1970.

ANDERSON, Perry – *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

ANNA, Timothy E. A independência do México e da América Central. BETHELL, Leslie (org.) – *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/FUNAG, 2001 (v.III, "Da independência até 1870"), p.73-118.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – 1815/1822, em: *Revista de História das Idéias*, n.14, Coimbra, 1992.

ARENDT, Hannah – *Da revolução*. Brasília, UnB/Ática, 1988.

ARMITAGE, João - *História do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1981. (Londres, 1836)

ARRIGHI, Giovanni – *O longo século XX*. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Unesp, 1996.

ARTOLA, M. – *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*. Madrid, Alianza, 1990.

ASDRÚBAL SILVA, Hernán (dir.) – *Navegacion y comercio rioplatense* II. Bahía Blanca, Universidad Nacional del Sur, 1998.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. Carlota Joaquina e a política do Prata. *Anais Museu Histórico Nacional* v.31. Rio de Janeiro, 1999, p.253-272.

AZEVEDO, Walter Alexandre de. A missão secreta do marechal Curado ao Rio da Prata (1808-1809). *Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*, v.192, julho/setembro/1946, p.173-206.

BARICKMAN, B.J. – *A Bahian Counterpoint:* Sugar, Tobacco, Cassava, and Slavery in the Recôncavo, 1780-1860. Stanford, Stanford University Press, 1998.

BARMAN, Roderick J. – *Brazil: the Forging of a Nation (1798-1852)*. Stanford, Stanford University Press, 1988.

BARRÁN, José Pedro & NAHUM, Benjamín – *Bases económicas de la revolución artiguista*. 2ª ed. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1964.

BERAZA, Augustín – *La economía en la Banda Oriental durante la revolución (1811-1820)*. 2.ªed. Montevideo, Ed.de la Banda Oriental, 1969.

BERBEL, Márcia Regina – *A nação como* artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822. São Paulo, Hucitec, 1998.

BERNARDES, Denis A. de Mendonça – O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo, FFLCH-USP, 2002 (tese de doutorado).

BETHELL, Leslie (org.) – *História da América Latina*. São Paulo/Brasilia, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Funag, 2001 (v.III, "Da independência até 1870").

_____. (org.) – *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Funag, 1999 (v.II).

BLANCHARD, Peter. The Language of Liberation: Slave Voices in the Wars of Independence. *Hispanic American Historical Review*, v.82, n.3. Duke University Press, aug.2002, p.499-523.

BLANCO ACEVEDO Pablo – *El gobierno colonial en el Uruguay y los orígenes de la nacionalidad*. 4ª.ed. Montevideo, L.I.G.U., 1959.

BUSHNELL, David. A independência da América do Sul espanhola. BETHELL, Leslie (org.) – *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/FUNAG, 2001 (v.III, "Da independência até 1870"), p.119-186.

CALMON, Pedro - *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959. 7 v.

CALÓGERAS, João Pandiá - *Formação histórica do Brasil*. 8ªed. São Paulo, Nacional, 1980.

CAMARGO, Ana Maria de A. & MORAES, Rubens B. – *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo, EDUSP/Kosmos, 1993. 2 v.

CANABRAVA, Alice P. – *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) – *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1972, p.473-505. (t.II, v.II, "Dispersão e unidade").

CARVALHO, Marcus J.M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, v.18, n.36. São Paulo, 1998, p.331-365.

CASTELLANOS, Alfredo – *La Cisplatina, la independencia y la republica caudillesca*. s.l., Ed.de la Banda oriental, 1998.

Catalogo de periodicos sudamericanos existentes en la Biblioteca Pública de la Universidad (1791-1861). La Plata, Universidad Nacional de la Plata, 1934.

CAVALCANTI, Zélia. O processo de independência na Bahia. MOTA, Carlos G. (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.231-250.

CHACON, Vamireh. Abreu e Lima: de democrata radical ao socialismo ético. *Cultura. Revista de História e Teoria das Idéias*, v.XII, 2ª. série, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2000/2001,p.279-285.

_____. – *Abreu e Lima*: general de Bolívar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CHASIN, Joële. Lima, sus élites y la opinión durante los últimos tiempos de la colonia. GUERRA, François-Xavier & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.al.) – *Los espacios públicos em Iberoamerica:* ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México D.F., F.C.E., 1998, p.241-269.

CHAVES, Julio Cesar – *El supremo dictador*. 3ª.ed. Buenos Aires, Nizza, 1958.

CHIARAMONTE, José Carlos. Fundamentos iusnaturalistas de los movimientos de independencia. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*. Tercera serie, nº22, 2º sem./2000.

.. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. JANCSÓ, István (org.) - *Brasil:* formação do Estado e nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/ Editora Unijuí, 2003, p.61-91.

____. – *Ciudades, províncias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires, Ariel, 1997.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. MOTA, Carlos Guilherme (org.) - *Brasil em perspectiva*. 19ªed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.

_____. - *Da senzala à colônia*. 4ª.ed. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

___.. José Bonifácio: homem e mito. MOTA, Carlos G. - (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.102-159.

DESRAMÉ, Céline. La comunidad de lectores y la formación del espacio público en el Chile revolucionario: de la cultura del manuscrito al reino de la prensa (1808-1833). GUERRA, François-Xavier & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.al.) – *Los espacios públicos em Iberoamerica:* ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México D.F., F.C.E., 1998, p.273-299.

DIAS, Jill R. A sociedade colonial de Angola e o liberalismo português (c.1820-1850). PEREIRA, Miriam Halpern & outros (orgs.) – *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa, Sá da Costa, 1982, 1.º v., p.267-286.

DIAS, J. S. da Silva. A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes. PEREIRA, Miriam Halpern & outros (orgs.) – *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa, Sá da Costa, 1982, 1.º v., p.21-25.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. A interiorização da Metrópole 1808-1853. MOTA, Carlos G. – (org.) – *1822: dimensões.* São Paulo, Perspectiva, 1972, p.160-184.

DOLHNIKOFF, Miriam – *Construindo o Brasil:* unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites (1820-1842). São Paulo, FFLCH-USP, 2000 (tese de doutorado).

DORATIOTO, Francisco F. M. - *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889).* Brasília, Instituto de Ciências Humanas/UnB, 1988. 2 t.

DUROSELLE, Jean-Baptiste – *A Europa de 1815 aos nossos dias (vida política e relações internacionais).* 4ª.ed. São Paulo, Pioneira, 1992.

ETCHEPAREBORDA, Roberto - *Que fue el Carlotismo.* Buenos Aires, Plus Ultra, 1971.

FALCON, F.J. & MATTOS, I.R.. O processo de independência no Rio de Janeiro. MOTA, Carlos Guilherme (org.) – *1822: Dimensões.* São Paulo, Perspectiva, 1972, p.292-339.

FAORO, Raymundo – *Os donos do poder.* 9ªed. São Paulo, Globo, 1991. 2 v.

FERNANDEZ, Ariosto. Manuel Belgrano y la Princesa Carlota Joaquina. *Historia*, nº3 y 5. Buenos Aires, 1956.

FERNÁNDEZ CABRELLI, Alfonso – *Presencia masonica en la Cisplatina.* Montevideo, America Una, 1986.

FERNÁNDEZ Y MEDINA, Benjamín – *La imprenta y la prensa en el Uruguay desde 1807 a 1900.* Montevidéu, Imprenta de Dornaleche y Reyes, 1900, p.17-18.

FERRET JANS, Daniel A. – *Crónica del periodismo en el Uruguay.* Montevideo, Fundacion Hanns Seidel, 1986.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Luzes das ciências na Corte americana: observações sobre o periódico "O patriota". *Anais Museu Histórico Nacional* v.31. Rio de janeiro, 1999, p.81-104.

FONTANA, Josep - *La crisis del antiguo régimen (1808-1833).* 4.ªed. Barcelona, Grijalbo, 1992.

FRAGOSO, João Luis R. & FLORENTINO, Manolo – *O arcaísmo como projeto.* Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro c.1790-c.1840. 4ª.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FREGA, Ana. Revolución, guerra y "cuestión nacional". Una aproximación al estudio del federalismo artiguista en la coyuntura de 1815. *Simposio Pertenencias e Identidades. Procesos de Construcción Estatal y Cuestión Nacional en los Países del Plata (Siglos XIX y XX)*. 1995.

_____. La virtud y el poder. La soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (comps.) - *Caudillismos rioplatenses*: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires, Eudeba, 1998, p.101-133.

FREGA, Ana & ISLAS, (coord.) - *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educacion/Universidad de la República, 2001.

GALVÁN MORENO, C. – *El periodismo argentino*. Buenos Aires, Claridad, 1944.

GODECHOT, Jacques - – *La Grande Nation*. L'expansion révolutionnaire de la France dans le monde de 1789 a 1799. 2ªed. Paris, Aubier, 1983.

_____.. Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. MOTA, Carlos G. - (org.) - *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.27-37.

GOLDMAN, Noemí – *Historia y lenguaje:* los discursos de la Revolución de Mayo. Buenos Aires, Editores de America Latina, 2000.

_____. Utopía y discurso revolucionario (El plan de operaciones de M. Moreno). *Espacios* n.6. Buenos Aires, Facultad de Filosofia y Letras/Universidad de Buenos Aires, octubre- noviembre/1987, p.52-56.

GOLDMAN, Noemí (dir.) - *Nueva historia argentina tomo III:* revolución, república, confederación (1806-1852). Buenos Aires, Sudamericana, 1998.

GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (comps.) - *Caudillismos rioplatenses*: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires, Eudeba, 1998.

GOLDMAN, Noemí & TEDESCHI, Sonia. Los tejidos formales del poder. Caudillos en el interior y el litoral rioplatenses. GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo - *Caudillismos rioplatenses*: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires, Eudeba, 1998, p.135-157.

GONÇALVES, Ricardo M.. A influência da maçonaria nas independências latino-americanas. COGGIOLA, Oswaldo (org.) – *A revolução francesa e seu impacto na América latina*. São Paulo, Nova Stella/Edusp, 1990, p.195-209.

GRAHAM, Richard - *Independence in Latin America: a Comparative Approach*. 2.ed. McGraw-Hill, 1994.

GUERRA, François-Xavier – *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. 2ªed. México, FCE, 1993.

____. De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía. GUERRA, François-Xavier & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.al.) – *Los espacios públicos em Iberoamerica:* ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México D.F., F.C.E., 1998, p.109-139.

GUERRA, François-Xavier & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.al.) – *Los espacios públicos em Iberoamerica:* ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México D.F., F.C.E., 1998.

HALPERIN DONGHI, Tulio - *Reforma y disolución de los impérios ibéricos 1750-1850*. Madrid, Alianza Ed., 1985.

____. - *Revolución y guerra: formación de una élite dirigente en la Argentina criolla*. 3.ªed. Buenos Aires, Siglo XXI, 1994.

. A economia e a sociedade na América espanhola do pós-independência. BETHELL, Leslie (org.) – *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/FUNAG, 2001 (v.III, "Da independência até 1870"), p.277-328.

HESPANHA, Antonio Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. HESPANHA (ed.) - *Poder e* instituições na Europa do Antigo Regime. Lisboa, Fund.Calouste Gulbenkian, s.d., p.7-89.

____. O projecto institucional do tradicionalismo reformista: um projecto de Constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1823). PEREIRA, Miriam Halpern & outros (orgs.) – O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX. Lisboa, Sá da Costa, 1982, 1.º v., p.63-90.

HOBSBAWM, Eric J. - *A era das revoluções 1789-1848*. 4ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, A herança colonial – sua desagregação. *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1970. (t.II "O Brasil monárquico").

_____. São Paulo. – *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1972, p.415-472. (t.II, v.II, "Dispersão e unidade").

_____. (dir.) – *História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico*. São Paulo, Difel, 1962.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) – *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1972, p.364-412. (t.II, v.II, "Dispersão e unidade").

JANCSÓ, István. A construção dos Estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto. SZMRECSÁNYI, Tamás

& LAPA, José R. do A. (orgs.) – *História econômica da independência e do império*. São Paulo, Hucitec, 1996.

____.. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. NOVAIS, Fernando A. (dir.) – *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997 (V.I: *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*).

____. – *Na Bahia, contra o Império:* história do ensaio de sedição de 1789. São Paulo, Hucitec/ EdUFBA, 1996.

____. (org.) - *Brasil:* formação do Estado e nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos G. (org.) – *Viagem incompleta.* A experiência brasileira 1500-2000. São Paulo, SENAC, 2000.

JANCSÓ, István & SLEMIAN, Andréa. *Correio Braziliense*: um caso de patriotismo imperial. In: *Correio Braziliense* (vol. de artigos). São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

JUST LLEÓ - *Comienzo de la independencia en el Alto Peru:* los sucesos de Chuquisaca. Sucre, Editorial Judicial, 1994.

KOSELLECK, Reinhardt – *Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro, EdUerj/Contraponto, 1999.

____. – *Futuro pasado*. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona, Paidós, 1993.

____. Cambio de experiencia y cambio de método. Un apunte histórico-antropológico. *Los estratos del tiempo:* estudios sobre la historia. Barcelona, Paidós, 2001, p.43-92.

KRAAY, Hendrik. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos". O "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia (1822-1823). *Revista Brasileira de História* v.22, n.43. São Paulo, Anpuh/Humanitas, 2002, p.109-126.

LANGLEY, Lester D. – *The Americas in the Age of Revolution 1750-1850*. New Haven/London, Yale University Press, 1996.

LEITE, Glacyra Lazzari – *Pernambuco 1817:* estrutura e comportamentos sociais. Recife, Fund.Joaquim Nabuco/Massangana, 1988.

LEMPÉRIÈRE, Annick. República y publicidad a finales Del Antiguo Régimen (Nueva España). GUERRA, François-Xavier & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.al.) – *Los*

espacios públicos em Iberoamerica: ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México D.F., F.C.E., 1998, p.54-79.

LEVENE, Ricardo (dir.) - *História das Américas*. 3ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, W.M.Jackson, 1954. 14 vols.

____. A Argentina até a Constituição de 1853. In: *História das Américas* v.V. 3ª.ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, W. M. Jackson, 1954, v.V.

LIMA, Manuel de Oliveira - *D.João VI no Brasil*. 3ª.ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

LUGAR, Catherine – *The Merchant Community of Salvador, Bahia, 1780-1830*. State University of New York at Stony Brook, 1980 (tese de doutorado).

LYNCH, John - *Las revoluciones hispano-americanas, 1808-1826*. 8ª.ed. ampliada. Barcelona, Ariel, 2001.

. – *Latin America Between Colony and Nation:* Select Essays. New York, Palgrave, 2001.

_____. As origens da independência da América espanhola. BETHELL, Leslie (org.) – *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/FUNAG, 2001 (v.III, "Da independência até 1870"), p.19-72.

LYRA, Maria de Lourdes Viana - *A utopia do poderoso império - Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.

_____. – *O Império em construção:* Primeiro Reinado e regências. São Paulo, Atual, 2000.

MAGNOLI, Demétrio – *O corpo da pátria:* imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo, Ed.Unesp/Moderna, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A população do Brasil colonial. BETHELL, Leslie (org.) – *América latina colonial* v.II. São Paulo/Brasília, Edusp/Funag, 199, p.311-338.

MARIA RUBIO, Julián - *La infanta Carlota Joaquina y la política de España en America (1808/1812)*. Madrid, 1920.

MATTOS, Ilmar R. – *O tempo saquarema*: a formação do Estado imperial. São Paulo, Hucitec, 1987.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós – *A Bahia no século XIX – uma província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

MAURO, Frédéric. A conjuntura atlântica e a independência do Brasil. MOTA, Carlos G. - (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.38-47.

MITRE, Bartolomé - *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*. Buenos Aires, Librería La Facultad, 1927. 3 v.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da independência à vitória da ordem. LINHARES, Maria Yedda (org.) - *História geral do Brasil*, p.111-129.

MOREL, Marco – *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*. Salvador, Academia de Letras da Bahia/ Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

_____. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). GUERRA, François-Xavier & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.al.) – *Los espacios públicos em Iberoamerica:* ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México D.F., F.C.E., 1998, p.300-320.

_____. Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção. NEVES, Lúcia Maria P. das & MOREL, Marco (org.) - *História e imprensa. Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos* (Anais do Colóquio). Rio de Janeiro, UERJ/IFCH, 1998, p.93-101.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de – *Palavra, imagem e poder:* o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

MOREYRA, Sérgio Paulo. O processo de independência em Goiás. MOTA, Carlos G. - (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.251-282.

MOTA, Carlos Guilherme – *Nordeste 1817:* estruturas e argumentos. São Paulo, Perspectiva, 1972.

. - *Atitudes de inovação no Brasil 1789-1801*. Lisboa, Horizonte, s.d.

_____.. O processo de independência no Nordeste. *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.205-230.

_____. (org.) – *Brasil em perspectiva*. 19ªed. Rio de Janeiro, Bertrand, 1990.

_____. (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das – *Corcundas, Constitucionais e Pés de Chumbo: a cultura política da independência (1820-1822)*. São Paulo, USP, 1992 (tese de dout.).

NEVES, Lúcia Maria P. das & MOREL, Marco (org.) - *História e imprensa. Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos* (Anais do Colóquio). Rio de Janeiro, UERJ/IFCH, 1998.

NOVAIS, Fernando A. - *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 4ºed. São Paulo, Hucitec, 1986.

_____.. As dimensões da Independência. MOTA, Carlos Guilherme (org.) – *1822: dimensões*, p.15-26.

_____. (dir.) – *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997 (v.I: *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*).

_____., Condições da privacidade na colônia. *História da vida privada no Brasil*, t.I. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, p.13-39.

_____. & MOTA, Carlos Guilherme – *A independência política do Brasil*. 2ªed. São Paulo, Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles – *A astúcia liberal*. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista, Edusf/Ícone, 1999.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. O processo de independência em Minas Gerais. MOTA, Carlos G. – (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.283-291.

OSÓRIO, Helen – *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre, UFRGS, 1990 (dissertação de mestrado).

_____. La capitanía de Río Grande en la época de la revolución artiguista: economía y sociedad. FREGA, Ana & ISLAS, Ariadna (coord.). – *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/Universidad de la República, 2001, p.163-178.

PALMER, Robert - *The Age of the Democratic Revolution*. Princeton, 1959.

PEREIRA, José Esteves. Silvestre Pinheiro Ferreira e o pensamento econômico liberal. PEREIRA, Miriam Halpern & outros (orgs.) – *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa, Sá da Costa, 1982, 2.ºv, p.23-29.

PEREIRA, Miriam Halpern & outros (orgs.) – *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa, Sá da Costa, 1982, 2 vols.

PEREIRA, Sara Marques – *D. Carlota Joaquina e os "espelhos de Clio":* actuação política e figurações historiográficas. Lisboa, Horizonte, 1999.

PICCIRILLI, Ricardo – *Argentinos en Rio de Janeiro:* diplomacia, monarquia, independencia, 1815-1820. Buenos Aires, Pleamar, 1969.

PÍCCOLO, Helga I. Landgraf. O processo de independência no Rio Grande do Sul. MOTA, Carlos G. - (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.355-376.

PIMENTA, João Paulo G. – *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2002.

____. A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura. JANCSÓ, István (org.) – *Brasil:* formação do Estado e da nação. São Paulo, Hucitec/Fapesp/Ed. Unijuí, 2003, p.123-139.

PINHO, Wanderley. A Bahia, 1808-1856. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) – *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1972, p.242-311. (t.II, v.II, "Dispersão e unidade").

PORTO, Aurélio. Influência do caudilismo uruguaio no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano IX, 3ºtrimestre, Porto Alegre, 1929.

PRADO JÚNIOR, Caio – *Evolução política do Brasil: colônia e império.* 20ªed. São Paulo, Brasiliense, 1993 (1933).

PROENÇA, Maria Cândida – *A independência do Brasil*. Lisboa, Colibri, 1999.

QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) - *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1972, p. p.207-237 (t.II, v.I, "O processo de emancipação").

REAL DE AZÚA, Carlos - *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. Montevideo, Arca, 1991.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. O Grão Pará e o Maranhão. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) – *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1972, p.71-172. (t.II, v.II, "Dispersão e unidade").

____. A Província do Rio de Janeiro e o município neutro. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) – *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1972, p.315-352. (t.II, v.II, "Dispersão e unidade").

____.. O processo de independência no Norte. MOTA, Carlos G. - (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.187-204.

REIS, João José. "Nos achamos em campo a tratar da liberdade": a resistência negra no Brasil oitocentista. MOTA, Carlos G. (ed.) - *Viagem incompleta.* A experiência brasileira 1500-2000. São Paulo, SENAC, 2000, p.241-263.

REYES ABADIE, Washington - *Artigas y el federalismo en el Rio de la Plata*. Buenos Aires, Hyspamerica, 1974. (Montevideo, Ed. de la Banda Oriental, 1975. Historia uruguaya v.II: 1810-1820).

RIBEIRO JR., José, O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. MOTA, Carlos Guilherme (org.) – *Brasil em perspectiva*. 19ªed. Rio de Janeiro, Bertrand, 1990, p.146-161.

RODRIGUES, José Honório – *Independência: revolução e contra-revolução*. São Paulo, Perspectiva, 1972. 5 vols.

_____./SEITENFUS, Ricardo A.S./RODRIGUES, Lêda Boechat (org.) – *Uma história diplomática do Brasil 1531-1945.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

SÁ, Victor de. Factores da crise do liberalismo em Portugal. PEREIRA, Miriam Halpern & outros (orgs.) – *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX.* Lisboa, Sá da Costa, 1982, 1.º v., p.27-30.

SAHLINS, Peter. Natural Frontiers Revisited: France's Boundaries since the Seventeenth Century. *American Historical Review* v.95, n.5, 1990, p.1423-1451.

SARRAILH, Jean - *La España ilustrada de la segunda mitad del siglo XVIII.* México, Fondo de Cltura Económica, 1957.

SCHAUB, Jean-Frédéric. El pasado republicano del espacio público. GUERRA, François-Xavier & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.al.) – *Los espacios públicos em Iberoamerica:* ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México D.F., F.C.E., 1998, p.27-53.

SECKINGER, Ron L. – *The Brazilian Monarchy and the South American Republics 1822-1831:* Diplomacy and State Building. Baton Rouge & London, Louisiana State University Press, 1984.

SEGRETI, Carlos S. A. – *Bernardino Rivadavia. Hombre de Buenos Aires, ciudadano argentino.* Buenos Aires, Planeta, 2000 (edição de Patricia Pasquali).

SENA, Consuelo Pondé de – *A imprensa reacionária na independência: Sentinella Bahiense.* Salvador, Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1983.

SERRÃO, Joel.. Os redemoinhos portugueses da independência do Brasil. MOTA, Carlos G. (org.) – *1822: dimensões.* São Paulo, Perspectiva, 1972, p.48-55.

____. Democratismo *versus* liberalismo. PEREIRA, Miriam Halpern & outros (orgs.) – *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX.* Lisboa, Sá da Costa, 1982, 1.º v., p.3-20.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Silvestre Pinheiro Ferreira e o movimento constitucional no Rio de Janeiro. *Cadernos de Cultura. Suplemento da Revista Cultura,* n.01. Lisboa, Centro de História da Cultura/ Universidade Nova de Lisboa, 1998, p.57-63.

_____. - *A primeira gazeta da Bahia:* Idade d'ouro do Brasil. São Paulo, Cultrix, 1978.

SLEMIAN, Andréa – *O difícil aprendizado da política na Corte do Rio de Janeiro (1808-1824).* São Paulo, FFLCH-USP, 2000 (diss.mestrado).

SLEMIAN, Andréa & PIMENTA, João Paulo G. – *O "nascimento político" do Brasil:* as origens do Estado e da nação (1808-1825). Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. O triângulo da desordem no Rio de Janeiro de D. João VI. *Anais Museu Histórico Nacional* v.31. Rio de janeiro, 1999, p.69-80.

SOUZA, Iara Lis Carvalho – *Pátria coroada:* o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. São Paulo, EdUnesp, 1999.

SOUZA, J. A. Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) - *História geral da civilização brasileira*. 3ªed. São Paulo, Difel, 1970. (t.II "O Brasil monárquico"), p.300-328.

SPIEL, Hilde – *The Congress of Vienna:* an Eyewitness Account. Philadelphia/New York/London, Chilton Book Company, 1968.

SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José R. do A.(orgs.) – *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo, Hucitec, 1996.

TAVARES, Luís Henrique Dias – *A independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1982.

TENGARRINHA, José – *Da liberdade mitificada à liberdade subversiva:* uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828. Lisboa, Colibri, 1993.

TOMAZ, F. Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-1822. MOTA, Carlos G. (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.74-101.

TORRE, Elena Beatriz. Aspectos en torno al comercio maritimo Buenos Aires – Brasil 1810-1816. SILVA, Hernan Asdrubal (dir.) – *Navegacion y comercio rioplatense II*. Bahia Blanca, Universidad Nacional del Sur, 1998, p.181-201.

TORRES CUEVAS, Eduardo. De la Ilustración reformista al reformismo liberal. *Historia de Cuba – La colonia*: evolución socioeconómica y formación nacional de los orígenes hasta 1867. La Habana, Editora Politica, 1994, p.314-359.

VAN YOUNG, Eric. Was There an Age of Revolution in Spanish America? URIBE-URAN, Victor (ed.) – *State and Society in Spanish America during the Age Of Revolution*. Wilmington, Scholarly Resources, 2001, p.219-246.

VARGUES, Isabel Maria Guerreiro Nobre – *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra, Minerva, 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de - *História da independência do Brasil*. 7ª.ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981. (Revisão e notas de Hélio Vianna).

_____. - *História geral do Brasil.* 10 ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1981 (revisão e notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia). 3 v.

VERDO, Géneviève. El escándalo de la risa, o las paradojas de la opinión em el período de la emancipación rioplatense. GUERRA, François-Xavier & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.al.) – *Los espacios públicos em Iberoamerica:* ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México D.F., F.C.E., 1998, p..225-240.

VICENTE, António Pedro. Política exterior de D. João VI no Brasil. *Estudos Avançados* v.7, n.19, 1993, p.193-214.

VILAR, Pierre. Patria y nación en el vocabulario de la guerra de la Independencia española. *Hidalgos, amotinados y guerrilleros: pueblo y poderes en la historia de España*. Barcelona, Crítica, 1982, p.211-252.

WADDELL, D.A.G. A política internacional e a independência da América latina. BETHELL, Leslie (org.) – *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/FUNAG, 2001 (v.III, "Da independência até 1870"), p.231-266.

WALLERSTEIN, Immanuel – *The Modern World System III*. The second era of great expansion of the capitalist wold-economy 1730-1840s. Nova York, Academic Press, 1989.

WERNET, Augustin. O processo de independência em São Paulo. MOTA, Carlos G. - (org.) – *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p.340-354.

WISIAK, Thomas – *A 'nação partida ao meio':* tendências políticas na Bahia na crise do Império luso-brasileiro. São Paulo, FFLCH-USP, 2001 (dissertação de mestrado).

ZAVALA, Silvio A. México. A revolução. A independência. A Constituição de 1814. LEVENE, Ricardo (dir.) – *História das Américas* v.VII. 3ª.ed. Rio de Janeio/São Paulo/Porto Alegre, W. M. Jackson, 1954, p.3-96.